



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1859

Sexta-feira - 30 de Outubro de 2015

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	2	Garopaba.....	156	Palhoça .....	305
Alto Bela Vista.....	7	Garuva .....	157	Papanduva.....	306
Antônio Carlos .....	8	Gaspar .....	161	Paulo Lopes .....	312
Arabutã .....	10	Grão Pará .....	165	Penha.....	314
Ascurra.....	14	Guaraciaba .....	166	Pinheiro Preto .....	316
Aurora .....	15	Guaramirim.....	170	Pomerode.....	318
Balneário Piçarras.....	17	Guarujá do Sul .....	182	Porto Belo.....	322
Benedito Novo .....	18	Herval d'Oeste .....	183	Porto União.....	348
Biguaçu .....	19	Imbituba .....	184	Pouso Redondo .....	351
Blumenau .....	24	Indaial.....	186	Presidente Nereu.....	352
Bom Jesus do Oeste .....	26	Iomerê .....	196	Rio do Sul.....	354
Botuvera.....	28	Ipumirim .....	206	Salto Veloso.....	360
Braço do Trombudo .....	29	Irineópolis .....	214	Santa Terezinha do Progresso .....	361
Caçador.....	38	Itá .....	215	São Bento do Sul.....	362
Camboriú.....	55	Itapiranga.....	222	São Domingos.....	363
Campo Alegre .....	57	Ituporanga .....	226	São João do Oeste .....	367
Campos Novos.....	64	Jacinto Machado .....	227	São José.....	368
Canoinhas.....	70	Joaçaba .....	230	São Lourenço do Oeste.....	375
Capinzal .....	74	Lages .....	237	São Miguel do Oeste.....	379
Catanduvas.....	78	Laguna .....	240	Schroeder.....	381
Celso Ramos.....	80	Lauro Muller .....	243	Serra Alta .....	436
Chapadão do Lageado .....	81	Lindóia do Sul.....	250	Sombrio.....	441
Cocal do Sul.....	82	Luzerna .....	252	Sul Brasil .....	444
Concórdia .....	84	Macieira .....	255	Tigrinhos .....	448
Cordilheira Alta .....	117	Maravilha.....	256	Timbé do Sul .....	449
Coronel Martins.....	118	Massaranduba.....	263	Timbó .....	450
Curitibanos .....	119	Meleiro .....	264	Três Barras .....	456
Dionísio Cerqueira .....	125	Monte Carlo .....	267	União do Oeste .....	459
Ermo .....	132	Navegantes.....	293	Urussanga .....	461
Faxinal dos Guedes.....	133	Nova Trento .....	298	Videira.....	462
Flor do Sertão.....	134	Novo Horizonte .....	300	Vitor Meireles.....	469
Forquilha.....	135	Orleans .....	302	Xanxerê.....	472
Fraiburgo.....	137	Ouro .....	303	Xavantina .....	473
Frei Rogério .....	146	Ouro Verde .....	304		

### Associações

AMAUC.....	507	GRANFPOLIS.....	508
------------	-----	-----------------	-----

### Consórcios

CIMCATARINA.....	509
CIS/AMFRI.....	512
CIS/AMOSC.....	512
CIS/AMURES.....	512
CVC.....	513

# Água Doce

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 130/2015

DECRETO Nº 130/2015 – DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 755,23 (setecentos e cinquenta e cinco reais e vinte e três centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para Manutenção do Fundo Municipal de Água Doce e aplicação de recursos vinculados.

Art. 2º. Fica criado e suplementado no orçamento vigente os elementos de despesas: Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS  
4.4.90.00.0.3.0667.0/71 Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 755,21

10.305.0042.2.055 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA  
3.3.90.00.0.3.0066.0/58 Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 0,02  
TOTAL .....  
.....R\$ 755,23

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto fica utilizado o superávit financeiro do exercício de 2014 verificado na rubrica: 0.1.0023 – Transferência de Recurso Convênio (Jorginho Mello) e 0.1.0066 - Recurso Projeto Paz no Trânsito.

Art. 4º. Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 22 de outubro de 2015.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 131/2015

DECRETO Nº 131/2015 – DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100,00 (cem reais), para o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica criado e suplementado o elemento de despesa no orçamento vigente Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE  
10.301.0042.1.022 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA E.S.F  
4.4.90.00.0.1.0690.0/72 Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 100,00  
TOTAL .....  
.....R\$ 100,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação verificado na rubrica: 0.1.0690 – Alienação de Outros Bens da Saúde.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de outubro de 2015.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### LEI COMPLEMENTAR Nº 108/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 108/2015 - DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR 058 DE 09 DE JUNHO DE 2009 QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E QUADRO DE PESSOAL”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º. O Anexo I e X da Lei Complementar nº 058 de 09 de junho de 2009 passa a vigorar com as alterações e acréscimos, mantendo-se os demais dispositivos já em vigor não modificados por esta lei:

## ANEXO I

## QUADRO DE PESSOAL EFETIVO

(...)

## GRUPO IV – SERVIÇOS TÉCNICOS CIENTÍFICOS

Cargo /CE	Código Nível	Total de vagas	Carga horária Semanal
Educador Físico	CE - 10	02	20 horas

## ANEXO X

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS  
DE PROVIMENTO EFETIVO

(...)

## 4 – GRUPO IV – SERVIÇOS TÉCNICOS CIENTÍFICOS

(...)

## 4.16- Cargo: EDUCADOR FÍSICO

Regime de Trabalho: Regime Jurídico Estatutário

Carga Horária: 20 horas semanais

Condições para Ingresso– Concurso de provas ou provas e títulos

Habilitação: Curso Superior em Educação Física, bacharelado com registro no CREF.

## Descrição das Atribuições:

- 1 - Reger turmas em atividades de educação física, desportivas e de lazer; atuando com estas atividades para crianças, adolescentes, adultos e idosos;
- 2 - Reger atividades esportivas e de lazer;
- 3 - Atuar na prática esportiva com público especificado;
- 4 - Elaborar programas e plano de trabalho, controle e avaliação de rendimento;
- 5 - Organizar e acompanhar turmas de competições e excursões ainda que fora do Município;
- 6 – Ministrar aulas práticas, realizar caminhadas monitoradas, grupos de corrida, ginástica localizada, aeróbica, alongamentos...;
- 6- Manter disciplina; organizar e participar de reuniões;
- 8 - Colaborar na conservação da ordem do ambiente de trabalho;
- 9 - Desempenhar tarefas afins.

Artigo 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce, 27 de outubro de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº 109/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 109/2015 - DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

**"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR 058 DE 09 DE JUNHO DE 2009 QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E QUADRO DE PESSOAL"**

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º. O Anexo I e X da Lei Complementar nº 058 de 09 de junho de 2009 passa a vigorar com as alterações e acréscimos, mantendo-se os demais dispositivos já em vigor não modificados por esta lei:

## ANEXO I

## QUADRO DE PESSOAL EFETIVO

(...)

## GRUPO III – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

Cargo /CE	Código Nível	Total de Vagas	Carga Horária Semanal
Instrutor Musical	CE 10	01	20 horas
Instrutor de Banda e Fanfarra	CE 01	01	10 horas

Instrutor de Karatê	CE 01	01	10 horas
---------------------	-------	----	----------

(...)

#### GRUPO IV- SERVIÇOS TÉCNICOS CIENTÍFICOS

Cargo /CE	Código Nível	Total de Vagas	Carga Horária
Instrutor Canto Coral	CE 06	01	10 horas

#### ANEXO X

#### DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

(...)

#### 3 – GRUPO III – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

(...)

#### 3.12 - Cargo: INSTRUTOR MUSICAL

Regime de Trabalho: Regime Jurídico Estatutário

Carga Horária: 20 horas semanais

Condições para Ingresso – Concurso de provas escrita e prática

Habilitação: Ensino Médio Completo e Conhecimento Prático em Gaita ou Violão ou Teclado

#### Descrição das Atribuições:

- 1 - Preparar o plano de curso, determinando a metodologia a ser seguida, de acordo com os objetivos a serem alcançados;
- 2 - Selecionar e preparar o material didático e técnico adequado à atividade musical; ministrar aulas de música, selecionando e transmitindo os conteúdos teórico-práticos pertinentes;
- 3 - Orientar os alunos, através dos recursos didáticos apropriados, para possibilitar a aquisição de conhecimentos e a progressão de habilidades;
- 4 - Avaliar o desempenho dos alunos, a fim de verificar a validade dos métodos de ensino utilizados e o potencial de cada aluno individualmente;
- 5 - Realizar o controle da frequência das crianças e adolescentes que participam dos cursos e programas, informando a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e/ou Escola;
- 6 - Atuar em eventos musicais promovidos pelo Município, tocando o instrumento de sua especialidade;
- 7 - Participar da organização dos eventos culturais do Município, dentro de sua área de atuação;
- 8 - Participar de reuniões e elaboração de relatórios;
- 9 - Executar outras atribuições afins.

#### 3.13 - Cargo: INSTRUTOR BANDA E FANFARRA

Regime de Trabalho: Regime Jurídico Estatutário

Carga Horária: 10 horas semanais

Condições para Ingresso– Concurso de provas escrita e prática

Habilitação: Ensino Médio Completo e Conhecimento Prático em Fanfarra

#### Descrição das Atribuições:

- 1 - Planejar com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, cursos e oficinas;
- 2 - Desenvolver ações culturais (música instrumental), referente à banda e fanfarras, atendendo as demandas dos programas de contra turno escolar e outros programas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;
- 3 - Apresentar relatórios das atividades desenvolvidas;
- 4 - Realizar o controle da frequência das crianças e adolescentes que participam dos cursos e programas, informando a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e/ou Escola;
- 5 - Acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pelos alunos;
- 6 - Zelar pelo patrimônio público e pelo material que lhe for disponibilizado;
- 7 - Empreender todas as atividades necessárias ao bom andamento dos Cursos/oficinas que desenvolver;
- 8 - Executar todas as demais tarefas inerentes as suas atribuições, objetivando o respectivo desenvolvimento a contento.



**3.14 - Cargo: INSTRUTOR DE KARATÊ**

Regime de Trabalho: Regime Jurídico Estatutário

Carga Horária: 10 horas semanais

Condições para Ingresso— Concurso de provas escrita e prática

Habilitação: Ensino Médio Completo e conhecimento Prático na Área com Filiação em Federação ou Confederação de Karatê

Descrição das Atribuições:

- 1 - Ministrar aulas teóricas e práticas de Karatê;
- 2 - Executar atividades qualificadas, demonstrando conhecimento e domínio na arte marcial do Karatê;
- 3 - Preparar material para uso nas aulas teóricas e práticas;
- 4 - Acompanhar e supervisionar as atividades de rotina, responsabilizando-se pela capacitação do aluno, apontando e corrigindo falhas para assegurar a eficiência da aprendizagem, sempre se utilizando de critérios profissionais e éticos;
- 5 - Responsabilizar-se e zelar pela segurança dos alunos, durante todo período de sua permanência no local de desenvolvimento das atividades, assim como manter os espaços físicos e instalações em condições adequadas às práticas;
- 6 - Motivar e aconselhar os alunos, a fim de contribuir a incorporação de hábitos e atitudes que facilitem o desenvolvimento psicossocial dos mesmos;
- 7 - Participar de reuniões e elaboração de relatórios;
- 8 - Avaliar o desempenho dos alunos, a fim de verificar a validade dos métodos de ensino utilizados e o potencial de cada aluno individualmente;
- 9 - Realizar o controle da frequência das crianças e adolescentes que participam dos cursos e programas, informando a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e/ou Escola;
- 10 - Executar outras atribuições afins.

**4 – GRUPO 04 - SERVIÇOS TÉCNICOS CIENTÍFICOS****4.17- Cargo: INSTRUTOR DE CANTO E CORAL**

Regime de Trabalho: Regime Jurídico Estatutário

Carga Horária: 10 horas semanais

Condições para Ingresso— Concurso de provas escrita e prática

Habilitação: Licenciatura em Música e Conhecimento Prático em Canto e Coral

Descrição das Atribuições:

- 1 - Planejar com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, cursos e oficinas;
- 2 - Coordenar e executar oficinas específicas de canto música em coral nas modalidades de coral, desenvolvendo o potencial interpretativo dos alunos;
- 3 - Manter o local de trabalho organizado;
- 4 - Ministrar aulas teóricas e práticas;
- 5 - Organizar apresentações;
- 6 - Promover a participação de novos aprendizes;
- 7 - Realizar um trabalho que desenvolva no aluno uma prática saudável e bem orientada do canto através de um método prático e dinâmico;
- 8 - Fazer busca ativa para seu público alvo;
- 9 - Domínio na regência, arranjos...
- 10 - Providenciar letras musicais a serem trabalhadas;
- 11 - Executar todas as demais tarefas inerentes às suas atribuições, objetivando o respectivo desenvolvimento a contento.

Artigo 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce, 27 de outubro de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.388/2015**

LEI Nº 2.388/2015 - DE 27 DE OUTUBRO 2015

“AUTORIZA RECEBER EM DOAÇÃO COM ENCARGOS BENS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce –SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a receber, por doação com encargos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, os seguintes bens:

BENS Valor Unit. Valor Total

- 05 COMPUTADORES marca Positivo, modelo D480 - R\$ 2.990,00 R\$ 14.950,00
- 01 IMPRESSORA, marca Samsung modelo – SL M3375N R\$ 1.310,00 R\$ 1.310,00
- 01 BEBEDOURO, marca Libell, modelo Master Branco - R\$ 543,00 R\$ 543,00
- 01 REFRIGERADOR , marca Eletrolux, modelo RE31 - R\$ 1.105,00 R\$ 1.105,00

Art. 2º. A doação é feita com encargos.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do município de Água Doce, inclusive as diretamente relacionadas com a transferência a registro do bem.

Art. 4º. As despesas decorrentes da presente doação correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce (SC), 27 de outubro de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.389/2015**

LEI Nº 2.389/2015 – DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A REALIZAR OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MELHORIAS EM RODOVIA ESTADUAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a realizar obras de conservação e melhorias na Rodovia Estadual SC 150 até a BR 153, podendo, para tanto, atuar separadamente ou em conjunto com o Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Para a conservação das melhorias poderá utilizar-se de recursos financeiros, maquinários e servidores do Município.

Art. 3º. A execução da presente Lei correrá por conta da seguinte dotação orçamentária 08.01.2050.3.3.90.00.00 – Secretaria de Transporte e Infraestrutura Rural.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 27 de outubro de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 058/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 058/2015

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº 042/2015

O Município Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando a aquisição de um veículo automotor novo, tipo minibus, destinado a Gerencia de Educação, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520/02 e 8.666/93 e de conformidade com as normas elencadas no Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo as propostas de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até 13h50, do dia 17 de novembro de 2015, em sessão pública, com início previsto para as 14h00 da mesma data. A íntegra do Edital e informações complementares, poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, link "licitações". Alto Bela Vista (SC), em 29 de outubro de 2015.

Catia Tessmann Reichert  
Prefeita Municipal.

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 060/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 060/2015

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº 044/2015

O Município Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, do tipo Menor Preço por Item, objetivando a aquisição de distribuidor de adubo líquido novo de 3000 litros, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520/02 e 8.666/93 e de conformidade com as normas elencadas no Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo as propostas de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até 08h50, do dia 16 de novembro de 2015, em sessão pública, com início previsto para as 09h00 da mesma data. A íntegra do Edital e informações complementares, poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, link "licitações". Alto Bela Vista (SC), em 29 de outubro de 2015.

Catia Tessmann Reichert  
Prefeita Municipal.

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 96/2015

DECRETO Nº 000096/15 de 29 de Outubro de 2015

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.  
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 15.586,91 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01.04.122.0001.2.003-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 11.600,00

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.452.0006.2.019-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 3.986,91

Art 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):  
Excesso de arrecadação 15.586,91

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 29 de Outubro de 2015

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### PORTARIA 478/2015

PORTARIA Nº 478/2015.

Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a MADELAINE MAFRA, ocupante do cargo efetivo de AGENTE SERVIÇOS GEAISS – 20H, a partir de 03 de novembro de 2015, relativo ao período aquisitivo de 16/02/2014 a 15/02/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de outubro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 16 de outubro de 2015.

### PORTARIA N 479/2015

PORTARIA Nº 479/2015.

Concede Licença para Tratamento de saúde a servidor ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao servidor JOÃO MARIA CHAVES NETO, ocupante do cargo temporário, a partir de 01 de novembro de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 29 de outubro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 30 de outubro de 2015.

### PORTARIA N 480/2015

PORTARIA Nº 480/2015.

Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, GRACIELE CONCEIÇÃO BESEN, do cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA – 40H, a partir de 30 de outubro de 2015, pelo término de sua contratação temporária.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 29 de outubro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 30 de outubro de 2015.

**PORTARIA N 481/2015**

PORTARIA nº 481, de 30 de outubro de 2015.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, declara a vacância do cargo público, do servidor EVALDO PLÁCIDO DE CAMPOS, a partir de 01/11/2015, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Antonio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 ao servidor EVALDO PLÁCIDO DE CAMPOS, detentor da matrícula funcional nº 92, portador do CPF nº 452.464.679-53, inscrito no PASEP nº 1011741286-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 1.881,10 (um mil oitocentos e oitenta e um reais e dez centavos), que será pago mensalmente pelo IPREAN-CARLOS.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 15, inciso VII da Lei municipal nº 558/92 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, operando seus efeitos a partir de 01/11/2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 30 de outubro de 2015.

Antonio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2015 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2015**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2015  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2015

Eliane Nunes de Oliveira Folganes, Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de inexigibilidade através da fundamentação legal e considerações que seguem abaixo:

CONSIDERANDO que no dia 07 de novembro de 2015, o Município de Antônio Carlos realiza, por intermédio da Secretaria Municipal de Esporte, Turismo, Comércio e Indústria a Stammtis9ch, ou seja, a Festa dos Amigos.

CONSIDERANDO que para abrilhantar essa festividade o Município contratará show musical com a Banda Freunde Musikanten, filiada à Associação dos Músicos Profissionais de Pomerode – AMUSPE, para se apresentar ao público no dia 07/11/2015 das 12 às 16 horas, ao preço de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), nele incluído todos os impostos, despesas com locomoção, alimentação e estadia dos seus integrantes.

CONSIDERANDO que a referida banda é associada à Associação dos Músicos Profissionais de Pomerode – AMUSPE, inscrita no CNPJ sob o nº 07.453.253/0001-60, com endereço na Rua XV de Novembro, 2.219, Centro, Pomerode, SC, conforme documentação anexa ao presente processo.

CONSIDERANDO que sobre o valor acordado incidirá descontos de

INSS, Imposto de Renda e Imposto sobre serviço de qualquer natureza.

CONSIDERANDO que a escolha da referida Banda teve como base as inúmeras indicações recebidas de casas de shows e a versatilidade do repertório para agradar todos os gostos musicais.

RESOLVE: De todo o exposto e considerando que o preço acordado é compatível com os valores praticados no mercado, solicito autorização para contratar show musical da referida Banda, através da Associação dos Músicos Profissionais de Pomerode – AMUSPE, inscrita no CNPJ sob o nº 07.453.253/0001-60, por inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 25, inciso III, da Lei (federal) 8666/93.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, inciso III da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL COM A BANDA FREUNDE MUSIKANTEN, POR INTERMÉDIO DA ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE – AMUSPE, PARA SE APRESENTAR AO PÚBLICO NO DIA 07/11/2015 DAS 12 ÀS 16 HORAS.

VALOR: O valor total pago será de R\$ 2.500,00 (dois mil e seiscientos reais), nele incluído todos os impostos, despesas com locomoção, alimentação e estadia dos seus integrantes.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado à vista.

CONTRATADA: Show Musical com a Banda Freunde Musikanten, filiada à Associação dos Músicos Profissionais de Pomerode – AMUSPE, inscrita no CNPJ sob o nº 07.453.253/0001-60, com endereço na Rua XV de Novembro, 2.219, Centro, Pomerode, SC.

FUNDAMENTO DA DESPESA: As despesas correrão por conta das dotações:

(117) 08.01.2.023.3.3.90.00.00.

Antônio Carlos, 29 de outubro de 2015.

ELIANE NUNES DE OLIVEIRA FOLGANES  
Presidente da Comissão de Licitações

# Arabutã

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº. 40/2015

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 074/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2015.

O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando Processo Licitatório para o Registro de preço de sêmen bovino e materiais para o Programa de Inseminação Artificial, conforme itens do anexo I. O recebimento dos envelopes e demais documentos exigidos no Edital será realizado até às 13h30 do dia 16 de novembro de 2015, sendo que na mesma data, às 14h em sessão pública, ocorrerá a abertura e julgamento dos mesmos. Íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas junto à Diretoria de Administração e Fazenda ou pelo telefone: (49)3448-0048 e-mail: administracao@arabuta.sc.gov.br e pelo site: www.arabuta.sc.gov.br.

Arabutã/SC, 29 de outubro de 2015.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

### DECRETO Nº. 1782/2015

DECRETO Nº 1782, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015

Abre crédito suplementar por conta do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 5.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 802, de 07 de novembro de 2014, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2015 – LDO e dá outras providências e com a alínea “a” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 807, de 12 de dezembro de 2014, que estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2015, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso II, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão:	9	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
Unidade:	1	Fundo Municipal de Saúde - FMS			
Projeto Atividade:	2087	Atividades Gerais de VIG. EPIDEMIOLÓGICA			
Modalidade:	43	33900000000000	00.01.0328	Aplicações Diretas	5.000,00
TOTAL .....					R\$ 5.000,00

Art. 2º O crédito suplementar constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta do excesso de arrecadação:

Fonte Financiadora: Excesso de Arrecadação

Descrição da Fonte: 00.01.0328 – Vigilância Epidemiológica e Ambiental – TFVS 5.000.00

TOTAL .....R\$ 5000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 26 de Outubro de 2015

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 26 de outubro de 2015

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação

**DECRETO Nº. 1783/2015**

DECRETO Nº 1783 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre crédito suplementar adicional por conta de anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R\$ 50.000,00 no Fundo Municipal de Saúde – FMS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 802 de 07 de novembro de 2014, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2015 – LDO e dá outras providências e com a alínea “d” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 807, de 12 de dezembro de 2014, que Estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2015, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, e Lei nº 837, de 29 de outubro de 2015,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar adicional:

Órgão:	9	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
Unidade:	1	Fundo Municipal de Saúde - FMS			
Projeto Atividade:	2074	Atividades Gerais de Atenção Básica			
Modalidade:		31900000000000	00.01.0324	Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL .....					R\$ 50.000,00

Art. 2º O crédito suplementar adicional constante do art. 1º desta Lei será aberto por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:	9	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
Unidade:	1	Fundo Municipal de Saúde - FMS			
Projeto Atividade:	2084	Disponibilização de Medicamentos – FARMÁCIA BÁSICA			
Modalidade:	35	33900000000000	00.01.0324	Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL .....					R\$ 50.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Arabutã/SC, 29 de outubro de 2015.

Jackson Luiz Patzlaff  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.  
Em 29 de outubro de 2015

Greici Fernanda Sonntag  
Responsável pelas Publicações

**LEI Nº. 837/2015**

LEI Nº 837 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre crédito suplementar adicional por conta de anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R\$ 50.000,00 no Fundo Municipal de Saúde – FMS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 802 de 07 de novembro de 2014, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2015 – LDO e dá outras providências e com a alínea “d” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 807, de 12 de dezembro de 2014, que Estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2015, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito suplementar adicional:

Órgão:	9	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
Unidade:	1	Fundo Municipal de Saúde - FMS			
Projeto Atividade:	2074	Atividades Gerais de Atenção Básica			
Modalidade:		31900000000000	00.01.0324	Aplicações Diretas	50.000,00





Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA Nº. 368/2015**

PORTARIA Nº 368/2015  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER, a servidora LEILA ANA MATIELLO, inscrita no CPF-MF sob nº. 602.812.860-00, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Engenheiro Civil, férias referentes ao período aquisitivo de 05 de novembro de 2013 à 04 de novembro de 2014, para serem gozadas no período de 03 de novembro a 02 de dezembro de 2015.

Art.2º Fica reduzido em 4 (quatro) dias, o período de férias da mesma em função de autorização de afastamento anteriormente concedida para tratamento de assuntos de interesse particular devendo, portanto apresentar-se a partir do dia 30/11/2015.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 29 de outubro de 2015.  
JACKSON LUIZ PATZLAFF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA Nº. 369/2015**

PORTARIA Nº 369/2015  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER, ao servidor GERSON ARTIFON, inscrito no CPF -MF sob nº. 867.397.439-91, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Agendamento e Transportes, férias referentes ao período aquisitivo de 01 de março de 2014 à 28 de fevereiro de 2015, para serem gozadas no período de 03 de novembro a 02 de dezembro de 2015.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 29 de outubro de 2015.  
JACKSON LUIZ PATZLAFF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag  
Responsável pela publicação.

**PORTARIA Nº. 370/2015**

PORTARIA Nº 370/2015  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER, ao servidor WAGNER ROEGELIN, inscrito no CPF-MF sob nº. 032.813.809-64, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Motorista, férias referentes ao período aquisitivo de 04 de abril de 2014 à 03 de abril de 2015, para serem gozadas no período de 03 de novembro a 02 de dezembro de 2015.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 29 de outubro de 2015.  
JACKSON LUIZ PATZLAFF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag  
Responsável pela publicação.

# Ascurra

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 2772, de 14/10/2015**

DECRETO Nº 2772, de 14 de Outubro de 2015.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por Anulação de Dotação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1396, de 15 de dezembro de 2014.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 10.000,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	SECRETARIA DE AGRICULTURA,ABAST.E MEIO AMBIENTE
06.001	SECRETARIA DE AGRICULTURA,ABAST.E MEIO AMBIENTE
06.001.0020	AGRICULTURA
06.001.0020.0606	EXTENSAO RURAL
06.001.0020.0606.0090	AGRICULTURA ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE
06.001.0020.0606.0090.2015	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES AGRICOLAS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
Valor: ( 10.000,00 )	

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
06	SECRETARIA DE AGRICULTURA,ABAST.E MEIO AMBIENTE
06.001	SECRETARIA DE AGRICULTURA,ABAST.E MEIO AMBIENTE
06.001.0020	AGRICULTURA
06.001.0020.0606	EXTENSAO RURAL
06.001.0020.0606.0090	AGRICULTURA ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE
06.001.0020.0606.0090.2015	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES AGRICOLAS
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
Valor: ( 5.000,00 )	
06	SECRETARIA DE AGRICULTURA,ABAST.E MEIO AMBIENTE
06.001	SECRETARIA DE AGRICULTURA,ABAST.E MEIO AMBIENTE
06.001.0020	AGRICULTURA
06.001.0020.0606	EXTENSAO RURAL
06.001.0020.0606.0090	AGRICULTURA ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE
06.001.0020.0606.0090.2015	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES AGRICOLAS
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
Valor: ( 5.000,00 )	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Ascurra, 14 de outubro de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Município de Ascurra em, 14 de Outubro de 2015.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

# Aurora

## PREFEITURA

### 1554-2015

LEI Nº 1.554 DE 09 DE SETEMBRO DE 2.015.

“Autoriza o Poder Executivo a firmar Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio do Sul – APAE de Rio do Sul, e dá outras providências”.

VILMAR ZANDONAI, Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais. Faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIO DO SUL – APAE DE RIO DO SUL, pelo período de 05 (cinco) meses para repasse de recursos dos Governos, Federal, Estadual e Municipal, à entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 85.787.604/0001-82, com sede a Avenida 7 de setembro, nº 467, centro na cidade de Rio do Sul (SC).

Parágrafo Único: Com a celebração do convênio, o Município repassará o valor de até R\$ 115,00 (cento e quinze reais) por aluno matriculado, mensalmente à instituição e destinados ao pagamento das despesas de manutenção da entidade, com efeitos retroativos a partir de 1º de agosto de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Somente serão liberados os respectivos recursos mediante apresentação da prestação de contas para o Poder Executivo na forma da legislação vigente, dos recursos repassados no mês anterior, devendo ser apresentado até o dia 30 do mês subsequente. Parágrafo Único: A referida prestação de contas visa garantir a lisura e probidade na execução do pacto autorizado e é uma obrigação inescusável da instituição cuja inobservância é causa de interrupção imediata do Convênio.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta das seguintes dotações do orçamento: 0008.02440006.2012.3339039 – Assistência Social de Aurora – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de agosto de 2.015.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 09 de setembro de 2015.

VILMAR ZANDONAI  
Prefeito Municipal

### 1555-2015

LEI Nº 1.555 DE 24 DE SETEMBRO DE 2.015.

“Cria o Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA”.

VILMAR ZANDONAI, Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica instituído o Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA como unidade orçamentária com o objetivo de fomentar ações estratégicas de conservação ambiental, qualidade de vida e

desenvolvimento sustentável.

Art. 2º O FMMA é vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura Indústria e Comércio e Meio Ambiente, competindo-lhe promover os meios necessários a sua operacionalização.

Art. 3º Constituem-se receitas do FMMA:

- I – multas;
- II – compensações ambientais;
- III – doações não onerosas e legados;
- IV – repasses intergovernamentais;
- V – capital oriundo de projetos ambientais;
- VI - convênios
- VII – outros recursos a ele destinados na forma de lei;

Art. 4º O Chefe do Poder Executivo fixará o montante dos recursos orçamentários destinados ao Fundo em cada exercício financeiro.

Art. 5º Nos termos do inciso XXII, do art. 2º da Lei Municipal nº 1.251/2007 compete ao Executivo Municipal, juntamente com o Conselho Municipal do Meio Ambiente gerir o FMMA e destinar seus recursos.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora(SC), 24 de setembro de 2015.

VILMAR ZANDONAI  
Prefeito Municipal

### 1556-2015

LEI Nº 1.556 DE 28 DE OUTUBRO DE 2.015

AUTORIZA DOAÇÃO DE BEM MÓVEL PARA ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE AURORA – ACUDE 5.

O Prefeito do Município de AURORA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Considerando o relatório apresentado pela Comissão criada pela Portaria nº 003/2015, para proceder à avaliação de bem móvel de propriedade do Município:

Art. 1º Declara inservível o bem do patrimônio do Poder Executivo abaixo relacionado e autoriza sua doação para a ASSOCIAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE AURORA – ACUDE 5, declarada de utilidade pública municipal pela Lei nº 1291/2008.

Veículo Mercedes Benz, OF 1315 (ônibus), Chassi 9BM384098MB909997, Placa: KOH-6760, ano/modelo 1991, cor branca, RENAVAL: 318175606

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora(SC), 28 de outubro de 2015.

VILMAR ZANDONAI  
Prefeito Municipal

**1557-2015**

LEI Nº 1.557 DE 28 DE OUTUBRO DE 2015.

“Altera o art. 7º da Lei Municipal nº 1.536/2014 e inclui os Anexos I, II e III”.

VILMAR ZANDONAI, Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica alterado o art. 7º da Lei Municipal nº 1.536 de 18 de dezembro de 2014 que passa a ter a redação abaixo e inclui os Anexos I, II e III.

Art. 7º - Para o gerenciamento e desenvolvimento das atividades da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMPDEC, fica criado o cargo de Coordenador de Defesa Civil, de provimento efetivo com enquadramento nos termos da Lei 966/1999 conforme Anexo I da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora(SC), 28 de outubro de 2015.

VILMAR ZANDONAI

Prefeito Municipal

**ANEXO I**

Anexo I - GRUPO II – ATIVIDADES OPERACIONAIS E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL – OAG.

Quantidade Vagas	Cargo	Código	Carga Horária Semanal	Vencimentos
01	Coordenador de Defesa Civil	2.2.17	40 horas	R\$ 2.231,09

Anexo II - HABILITAÇÃO PROFISSIONAL - GRUPO II - ATIVIDADES OPERACIONAIS E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - OAG.

Coordenador de Defesa Civil	Ensino Médio (2º Grau) Completo
-----------------------------	---------------------------------

Anexo III - ATIVIDADES ESPECÍFICAS - GRUPO II - ATIVIDADES OPERACIONAIS E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - OAG.

Coordenador de Defesa Civil	Auxiliar no desenvolvimento de ações preventivas, de socorro, assistencial e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social. Praticar e Desenvolver atitudes que visem a “Salvaguarda da Vida”, “O Bem Estar” e a “Saúde Mental própria e da População”, em sua Comunidade ou fora; realizar Vistoria Técnica Preliminar, preencher formulários e acionar a COMDEC, de acordo com os Planos Específicos; Fazer levantamento de ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres. Fazer acompanhamento das ocorrências, informando sua evolução até a solução final ao interessado; Receber, analisar as informações, classificar as ocorrências e acionar o Sistema de Defesa Civil, de acordo com os Planejamentos específicos; Representar a Defesa Civil em locais de emergência, até a chegada de outras autoridades de escalão superior; Desenvolver outras atividades correlatas que lhes forem designadas.
-----------------------------	---

Anexo III – REQUISITO MÍNIMO PARA INVESTITURA NO CARGO

Coordenador de Defesa Civil	Residir no Município de Aurora
-----------------------------	--------------------------------

Justificativa: O cargo de Coordenador de Defesa Civil no Município de Aurora comporta a exigência com base na localização geográfica e no histórico recente, onde eventos atípicos como as grandes cheias de 2008 e 2011 e outras menores noutros anos e que castigaram o Alto Vale do Itajaí, o Município de Aurora ficou isolado, já que não somente o acesso principal às cidades vizinhas de Rio do Sul e Ituporanga, via SC 350 ficaram interditados, como também os acessos alternativos e assim, impossibilitando a entrada e saída de Aurora. Desta forma, a possível ausência no Município do Coordenador de Defesa Civil Municipal na eventual ocorrência de fenômeno natural dificultaria a rápida e eficiente resposta que demandam estas situações adversas, especialmente por centralizar a Coordenação, o Grupo de Ações Coordenadas – GRAC, o Conselho Municipal de Defesa Civil e o Fundo Municipal de Defesa Civil - FUMPDEC.

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 053/2015

--	--	--

#### DECRETO Nº 053/2015

Nomeia Representantes do Governo Municipal para Composição do Colegiado de Revisão do Plano Diretor de Balneário Piçarras.

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 89, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto pela Lei Municipal nº 133/2006, de 23 de agosto de 2006;

CONSIDERANDO a urgente necessidade da Revisão do Plano Diretor do Município de Balneário Piçarras,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado os Representantes do Governo Municipal para composição do Colegiado de Revisão do Plano Diretor, como segue:

#### SECRETARIA DE PLANEJAMENTO:

Titular: Deisy Cristine da Silva Martins

Suplente: Álvaro Alexandre Ramos do Prado

Titular: Tânia Regina Pociidônia

Suplente: Luciana Gohr

Titular: Carolina Ferreira da Silva

Suplente: Marco Antônio Santana

#### SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE:

Titular: Marcos Zaleski

Suplente: Amanda Buttendorf

#### SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E RURAIS:

Titular: Osmar Fidelis

Suplente: Marco Antônio Marinho

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, GABINETE DO PREFEITO E CÂMARA DE VEREADORES:

Titular: Heliete Martins

Suplente: Edson Vander das Neves

Titular: Antônio Luiz Beduschi

Suplente: João Bento de Moraes

#### PROCURADORIA JURÍDICA:

Titular: Mauricio Koche

Suplente: José Grava Neto

#### SECRETARIA DE SAÚDE:

Titular: Paulo Coral

Suplente: Lucimir Uller Bittencourt

#### SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA:

Titular: Susan Corrêa

Suplente: Danilo Petry

#### SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:

Titular: Laureci Bernadete Pereira Schnaider

Suplente: Silvana Rebello

#### PODER JUDICIÁRIO:

Titular: Viviane Damiani G. V. Mira

Suplente: Luis Felipe de Oliveira Czesnat

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras(SC), 19 de outubro de 2015.

LEONEL JOSÉ MARTINS

Prefeito Municipal

O presente Decreto nº 053/2015, foi registrado na Secretaria de Administração e Fazenda e publicado no mural do edifício sede da Prefeitura em 19 de outubro de 2015.

ANA LUCIA WILVERT

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2015-PMBP TOMADA DE PREÇO Nº 010/2015-PMBP

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Processo Licitatório nº 080/2015-PMBP

Tomada de Preço nº 010/2015-PMBP

A Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras, através da Secretaria de Administração e Fazenda, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, demais legislações pertinentes, torna público que fará realizar Licitação na Modalidade Tomada de Preço, Tipo Menor Preço Global, para REFORMA DA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS. Recebimento dos Envelopes até: 17/11/2015 às 14:00h. Data da Sessão Pública: 17/11/2015 às 14:00h, na Secretaria de Administração e Fazenda, sito à Avenida Emanuel Pinto nº 1.655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, endereço acima citado, no horário das 08:00 as 11:30h e 13:30 às 17:00h, ou no site [www.picarras.sc.gov.br](http://www.picarras.sc.gov.br). Balneário Piçarras(SC), 29 de outubro de 2015. Leonel José Martins - Prefeito Municipal.



# Benedito Novo

## PREFEITURA

### AVISO DE SUSPENSÃO PP 67-2015

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N. 67/2015

Comunicamos que está suspenso o Pregão Presencial nº 67/2015, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE DUAS MÁQUINAS ESCAVADEIRAS HIDRÁULICAS, para análise do Termo de Referência, para uma possível alteração dos itens. A nova data da seção pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Maiores informações poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, e-mail: [licitacao@beneditonovo.sc.gov.br](mailto:licitacao@beneditonovo.sc.gov.br) ou no site: [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br).

Benedito Novo (SC), 29 de outubro de 2015.

Jean Michel Grundmann - Prefeito

### EXTRATO DE DISTRATO CONTRATUAL 90/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS - MURAL

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

EXTRATO DE DISTRATO CONTRATUAL

Rescisão do Contrato nº 90/2015, assinado em 18/05/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

Contratado: LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI ME

Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos médico hospitalares para utilização nas unidades de saúde do município e no corpo de bombeiros.

Fundamento legal: Art. 79, inciso II da Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

Data de Assinatura: 01/10/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal



# Biguaçu

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 086/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 086/2015 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015 REGULAMENTA A CONSTRUÇÃO E O LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES DE RÁDIO BASE E SIMILARES NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONOU A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - Esta Lei Complementar se aplica às estações fixas do serviço móvel de telefonia celular previsto na Lei Geral das Telecomunicações, doravante denominadas Estações de Rádio Base - ERBs. Parágrafo único: Define-se como Estações de Rádio Base - ERBs as instalações compostas, no todo ou em parte, de estrutura em torre ou similar, antenas, rádio-transmissor, transceptores, central de energia, instalações físicas e outros equipamentos acessórios ao serviço de telefonia celular.

Art. 2º - Para implantação e operação das instalações e dos equipamentos de que trata a presente Lei, serão adotadas as recomendações publicadas e determinadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, para regulamentar a limitação da exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências.

Parágrafo único: O município de Biguaçu poderá solicitar a qualquer tempo Relatório de Conformidade das Estações de Rádio Base - ERBs, com as normas da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

Art. 3º - As Estações de Rádio Base - ERBs são adequadas nas zonas definidas pelo Plano Diretor Municipal (Lei Complementar n.º 12/2009 e 71/2014, ou outra lei que venha a substituí-la).

§ 1º - Caso ocorra alteração de zoneamento que venha a tornar a zona proibida às instalações das Estações de Rádio Base - ERBs, estas serão consideradas como uso de direito adquirido, não estando sujeitas às punições aplicáveis aos usos desconformes.

Art. 4º - É vedada a instalação das Estações de Rádio Base - ERBs em áreas de praças, parques, verdes viários, escolas de 1º grau, centros comunitários, centros culturais, museus, teatros, no entorno de prédios históricos ou sítios arqueológicos definidos em lei, e a uma distância inferior a 30,00m (trinta metros) de edificações destinadas a clínicas, centros de saúde, hospitais e similares.

Art. 5º - Para a construção de Estações de Rádio Base - ERBs, aplicam-se os seguintes limites de ocupação:

I - lote mínimo = 300,00m²;

II - testada mínima = 12,00m²;

III - índice de aproveitamento máximo = 0,3;

IV - taxa de ocupação máxima = 30%;

V - altura máxima da torre = 50,00m;

VII - afastamento mínimo = 1/6 da altura para qualquer divisa, não podendo em qualquer hipótese ser inferior a 4,00m.

Art. 6º - Para evitar consequências negativas para a paisagem, somente serão permitidas torres circulares com diâmetro máximo de 0,80m (zero vírgula oitenta metros) e altura de 50,00m (cinquenta metros).

§ 1º - Existindo mais de uma empresa concessionária do serviço de telefonia celular com atuação na mesma área, todas as antenas transmissoras deverão ser colocadas numa mesma torre, a critério

da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

§ 2º - As antenas transmissoras poderão ser instaladas no topo de edificações com mais de dois pavimentos, mediante a apresentação de autorização do(s) proprietário(s) do prédio, e desde que situadas no mínimo 4,00m (quatro metros) acima da laje de cobertura.

§ 3º - As torres deverão ser pintadas na cor "verde escuro", respeitada a Portaria nº 1141 de 1987 do Ministério da Aeronáutica, quando situadas nas Áreas de Proteção dos Aeródromos (APA).

§ 4º - Caso as normas técnicas exijam, em determinada situação, altura e estrutura diferentes das aprovadas nesta Lei, ficará a cargo dos órgãos de planejamento ambiental do Município a definição dos critérios necessários para implantação dos equipamentos.

Art. 7º - O processo para requerimento de consulta de viabilidade para a construção de Estações de Rádio Base - ERBs, a ser informado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEPLAN ou outra que venha a substituí-la, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - requerimento preenchido e assinado;

II - cópia do Registro Geral (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) para pessoa física ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ para pessoa jurídica, do requerente;

III - matrícula do imóvel atualizada, escritura de posse ou ainda contrato de compra e venda registrado em cartório cópia do espelho do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU;

IV - cópia do Registro Geral (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do requerente;

V - formulário de consulta de viabilidade devidamente preenchido.

Art. 8º - Emitida favoravelmente a consulta de viabilidade, o interessado deverá requerer Alvará de Construção junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEPLAN, ou outra que venha a substituí-la, instruindo o pedido com a seguinte documentação:

I - requerimento preenchido e assinado;

II - cópia do Registro Geral (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) para pessoa física ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) para pessoa jurídica, acompanhado de cópia do contrato social e Registro Geral (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do representante legal da instituição;

III - matrícula do imóvel atualizada, escritura de posse ou ainda contrato de compra e venda registrado em cartório cópia do espelho do Registro Geral (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF);

IV - Cópia da consulta de viabilidade frente e verso;

V - Cópia do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU em nome do requerente quando se tratar de escritura de posse;

VI - Certidão Negativa de Débitos do imóvel (CND);

VII - Licença Ambiental de Instalação (LAI);

VIII - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) original;

IX - Projeto Arquitetônico original em 3 (três) vias.

§ 1º - É de inteira responsabilidade do requerente, providenciar a aprovação do projeto de telecomunicações junto à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e quaisquer outros procedimentos exigidos por ela;

§ 2º - Durante o processo de Alvará de Construção poderão ser exigidas alterações nos projetos ou ainda ser recusada a construção das Estações de Rádio Base - ERBs naquele local, sempre que sua implantação vier a causar impactos negativos à paisagem da região, desvalorização das propriedades do entorno, ou danos à

saúde e segurança de seus ocupantes.

Art. 9º - Após a conclusão das obras das Estações de Rádio Base - ERBs o interessado deverá solicitar à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEPLAN, ou outra que venha a substituí-la, a verificação da conformidade das obras executadas com os projetos devidamente licenciados através de pedido de Licença para Localização.

Art. 10º - Verificada a conformidade das obras com os projetos, Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEPLAN, ou outra que venha a substituí-la, expedirá licença para localização das ERBs, que terá validade de um ano.

§ 1º - O licenciamento de que trata a presente Lei poderá ser cancelado a qualquer tempo se comprovado prejuízo paisagístico, econômico, ambiental ou sanitário que possa ser diretamente relacionado com a localização e a operação das Estações de Rádio Base - ERBs, ou se não for apresentado relatório de conformidade das Estações de Rádio Base - ERBs com as normas da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, quando solicitado pelo Município.

§ 2º - Caso o licenciamento deferido pela municipalidade seja cancelado, a empresa responsável terá o prazo de 60 (sessenta) dias para transferir as Estações de Rádio Base - ERBs para nova localização ou adequar-se às normas da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, conforme a situação.

Art. 11º - As Estações de Rádio Base - ERBs e demais equipamentos de telefonia celular que estiverem instalados em desconformidade com as determinações desta Lei Complementar deverão ser adequadas pelos interessados num prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a notificação.

Art. 12º - As multas aplicáveis em decorrência do descumprimento no disposto nesta Lei ou com as recomendações urbanísticas, ambientais e/ou sanitárias variarão de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) a R\$ 1.000,00 (um mil reais), a critério da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEPLAN, ou outra que venha a substituí-la, sendo aplicadas em dobro na reincidência, progressivamente, corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC ou índice sucedâneo.

Art. 13º - Ao fornecer licença para localização de Estações de Rádio Base - ERBs o Município exime-se de qualquer responsabilidade quanto a eventuais impactos negativos na paisagem, desvalorização das propriedades no entorno, ou danos à saúde e segurança de seus ocupantes, que serão de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) concessionária(s) dos serviços de telefonia celular.

Art. 14º - Os diversos órgãos do Poder Executivo terão prazo de 15 (quinze) dias úteis para responderem a parte que lhes cabe no processo de análise e aprovação do licenciamento.

Art. 15º - As Omissões desta Lei serão regulamentadas por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 16º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 23 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 086/2015, de 23/10/2015.

Sancionada em 23/10/2015

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

## LEI COMPLEMENTAR Nº 087/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 087/2015 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015  
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DO PREVBIGUAÇU, A CRIAÇÃO DO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR TÉCNICO-PREVIDENCIÁRIO, DEFINE NOVAS COMPETÊNCIAS PARA O DIRETOR-EXECUTIVO DO PREVBIGUAÇU, ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI 1.619/2001 E DA LEI 3.266/2012, AUTORIZA O PAGAMENTO DE "JETON DE PRESENÇA" AOS MEMBROS DOS CONSELHOS ADMINISTRATIVO E FISCAL E AOS MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO PREVBIGUAÇU, INSTITUI O REGIME DE ADIANTAMENTO NO ÂMBITO DO RPPS MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criado, no âmbito da estrutura administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Biguaçu - PREVBIGUAÇU, o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro, indicado e nomeado pelo Prefeito Municipal, em caráter de função de confiança, a ser provido exclusivamente por servidor efetivo e estável, com as seguintes habilitações:

I - possuir a escolaridade mínima de Ensino Médio Completo;

II - apresentar Certificado de aprovação em exame de certificação profissional, no nível 10 (dez), organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, observadas as disposições do Conselho Monetário Nacional e do Ministério da Previdência Social.

§1º São atribuições do Diretor Administrativo e Financeiro do PREVBIGUAÇU:

I - dirigir e responder pela execução dos programas de trabalho do Instituto, de acordo com a política e diretrizes estabelecidas;

II - assistir ao Diretor-Executivo no desempenho de suas atribuições;

III - praticar os atos de gestão, necessários para assegurar a consecução dos objetivos do Instituto;

IV - cumprir e fazer cumprir todas as demais normas e disposições legais disciplinadoras das atividades do Instituto;

V - encaminhar ao Diretor-Executivo, dentro dos prazos estabelecidos, a proposta orçamentária da autarquia;

VI - estudar e propor, ao Diretor-Executivo, reajustamentos de elementos da receita e da despesa e quaisquer atos administrativos, visando assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do Instituto;

VII - emitir cheques, movimentar contas bancárias e aplicações financeiras, em conjunto com o Diretor-Executivo;

VIII - elaborar as demonstrações e análises necessárias para efeito de arrecadação, registro e controle;

IX - substituir o Diretor-Executivo em seus impedimentos e ausências;

X - promover o desenvolvimento de sistemas informatizados que objetivem à agilização de suas atribuições;

XI - zelar pela manutenção dos bens móveis e imóveis do PREVBIGUAÇU;

XII - solicitar requisições de empenho de despesas, notas de cancelamento e outros documentos necessários à formalização de processos e outros expedientes;

XIII - gerenciar em conjunto com o Diretor-Executivo todos os trabalhos afetos à estrutura administrativa e operacional do Instituto;

XIV - coordenar todo o registro e controle dos servidores do PREVBIGUAÇU;

XV - responder pelos atos operacionais relativos à folha de pagamento dos servidores e programas de estágio do PREVBIGUAÇU, bem como dos segurados inativos e pensionistas do Instituto;

XVI - coordenar as atividades operacionais do sistema de compensação previdenciária, observadas as disposições do Ministério da

Previdência Social;

XVII - coordenar as atividades operacionais do SIPREV – Sistema de Informações Previdenciárias, observadas as disposições do Ministério da Previdência Social;

XVIII – integrar o Comitê de Investimentos do PREVBIGUAÇU;

XIX – operacionalizar o censo previdenciário e as demais atividades necessárias para a confecção do cálculo atuarial anual;

XX – responder pela administração financeira do PREVBIGUAÇU, em conjunto com o Diretor-Executivo, observadas as determinações constantes na Política de Investimentos Anual, previamente aprovada pelo Conselho Administrativo e pelo Comitê de Investimentos.

§2º O servidor nomeado para o exercício das atividades de Diretor Administrativo e Financeiro do PREVBIGUAÇU deve ficar a inteira disposição da entidade, ficando vedada sua participação em qualquer comissão, ressalvadas as definidas em lei específica, e perceberá uma remuneração mensal de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), a ser custeada integralmente pela autarquia previdenciária municipal.

Art. 2º Fica criado, no âmbito da estrutura administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Biguaçu – PREVBIGUAÇU, o cargo de Coordenador Técnico-Previdenciário, indicado e nomeado pelo Prefeito Municipal, em caráter comissionado, e que deve possuir a escolaridade mínima de Ensino Médio Completo.

§1º São atribuições do Coordenador Técnico-Previdenciário do PREVBIGUAÇU:

I - dirigir e responder pela execução dos programas de trabalho do Instituto, de acordo com a política e diretrizes estabelecidas;

II - assistir ao Diretor-Executivo no desempenho de suas atribuições;

III - praticar os atos de gestão, necessários para assegurar a consecução dos objetivos do Instituto;

IV - cumprir e fazer cumprir todas as demais normas e disposições legais disciplinadoras das atividades do Instituto;

V - elaborar os processos de concessão dos benefícios previdenciários;

VI – executar o encaminhamento eletrônico dos processos ao Tribunal de Contas do Estado, realizando seu posterior acompanhamento;

VII – operacionalizar os sistemas informatizados que objetivem à agilização de suas atribuições;

VIII – zelar pela manutenção dos bens móveis e imóveis do PREVBIGUAÇU;

IX – atender os servidores ativos e os beneficiários do PREVBIGUAÇU, respondendo consultas e realizando simulação de concessões de prestações previdenciárias;

X – operacionalizar o sistema informatizado de compensação previdenciária (COMPREV), observadas as disposições do Ministério da Previdência Social;

XI – realizar as atividades administrativas relacionadas ao SIPREV – Sistema de Informações Previdenciárias, observadas as disposições do Ministério da Previdência Social, e o levantamento cadastral dos beneficiários para efeito da realização do cálculo atuarial anual;

XII – realizar as demais atividades administrativas e operacionais vinculadas à concessão de benefícios.

§2º O detentor do cargo de Coordenador Técnico-Previdenciário do PREVBIGUAÇU deve ficar a inteira disposição da entidade, e sua remuneração é fixada no valor total de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), a ser custeada integralmente pela autarquia previdenciária municipal.

§3º Aplica-se ao cargo de Coordenador Técnico-Previdenciário do PREVBIGUAÇU as disposições contidas na Lei Complementar nº 053/2012.

§4º O cargo de Coordenador Técnico-Previdenciário fica diretamente subordinado ao Diretor-Executivo do PREVBIGUAÇU.

Art. 3º O caput do art. 73 da Lei 1619/2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 73 A Diretoria Executiva do PREVBIGUAÇU compor-se-á da seguinte estrutura:

I - um Diretor-Executivo, que será nomeado e indicado pelo Prefeito Municipal, em caráter de função de confiança, a ser provido exclusivamente por servidor efetivo e estável, e que deve possuir a escolaridade mínima de Ensino Médio Completo;

II – um Diretor Administrativo e Financeiro, que será nomeado e indicado pelo Prefeito Municipal, em caráter de função de confiança, a ser provido exclusivamente por servidor efetivo e estável, e que deve possuir a seguinte habilitação:

a) – possuir a escolaridade mínima de Ensino Médio Completo;

b) - apresentar Certificado de aprovação em exame de certificação profissional, no nível 10 (dez), organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, observadas as disposições do Conselho Monetário Nacional e do Ministério da Previdência Social;

III – um Coordenador Técnico-Previdenciário, que será nomeado e indicado pelo Prefeito Municipal, em caráter de cargo comissionado, nível CC2, e que deve possuir a escolaridade mínima de Ensino Médio Completo.”

Art. 4º Os §§ 1º e 2º do art. 73 da Lei 1619/2001 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 73 ..... ”

§1º O servidor ocupante da função de confiança de Diretor Executivo, ficará a inteira disposição do PREVBIGUAÇU, e perceberá uma gratificação mensal pelo exercício das funções de confiança de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), a ser custeada integralmente pela autarquia previdenciária municipal.

§2º Aos servidores detentores das funções de confiança de Diretor-Executivo e Diretor Administrativo e Financeiro do PREVBIGUAÇU, aplicam-se as disposições contidas na Lei Complementar nº 47/2011.”

Art. 5º Fica inserido no art. 73 da Lei 1619/2001 o § 3º nos seguintes termos:

“Art. 73 ..... ”

§1º ..... ”

§2º ..... ”

§3º São atribuições do Diretor-Executivo do PREVBIGUAÇU:

I - representar o Instituto, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;

II – compor na condição de membro nato o Conselho Administrativo e o Comitê de Investimentos;

III – responder pela administração financeira do PREVBIGUAÇU em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro;

IV – emitir cheques, movimentar as contas bancárias e aplicações financeiras do Instituto, em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro;

V - gerenciar os recursos humanos do Instituto;

VI - autorizar licitações e contratações;

VII - prestar contas de sua administração;

VIII - prestar informações solicitadas pelos órgãos competentes;

IX - encaminhar ao órgão competente a proposta de orçamento;

X - apresentar ao Conselho Administrativo e Fiscal, até o dia 31 de março, relatório dos trabalhos realizados no ano anterior;

XI - emitir resoluções e portarias no âmbito de suas atribuições;

XII - dirigir e responder pela execução dos programas de trabalho do Instituto, de acordo com a política e diretrizes estabelecidas;

XIII - praticar os atos de gestão, necessários para assegurar a consecução dos objetivos do Instituto;

XIV - cumprir e fazer cumprir todas as demais normas e disposições legais disciplinadoras das atividades do Instituto;

XV - encaminhar ao Prefeito Municipal, dentro dos prazos estabelecidos, a proposta de cálculo atuarial anual;



XVI – avaliar as demonstrações e análises necessárias elaboradas pelo Diretor Administrativo e Financeiro para efeito de arrecadação, registro e controle;  
XVII - administrar e zelar pela manutenção dos bens móveis e imóveis do PREVBIGUAÇU;  
XVIII - coordenar todos os trabalhos afetos à estrutura administrativa do Instituto;  
XIV - responder pela gestão dos atos relativos à folha de pagamento dos servidores e programas de estágio do PREVBIGUAÇU, bem como dos segurados inativos e pensionistas do Instituto;  
XV – responder pela gestão dos recursos recebidos pelo sistema de compensação previdenciária, observadas as disposições do Ministério da Previdência Social;  
XVI – responder pelo SIPREV – Sistema de Informações Previdenciárias, observadas as disposições do Ministério da Previdência Social;  
XVII – responder pela administração financeira do PREVBIGUAÇU, em conjunto com o Diretor-Executivo, observadas as determinações constantes na Política de Investimentos Anual, previamente aprovada pelo Conselho Administrativo e pelo Comitê de Investimentos.”

Art. 6º O § 1º art. 78 da Lei 1619/2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 78 .....

§1º O Quadro Funcional do PREVBIGUAÇU será composto da seguinte forma:

I – na condição de funções de confiança:

- a) 01 (um) Diretor Executivo;
- b) 01 (um) Diretor Administrativo e Financeiro;
- c) 01 (um) Tesoureiro;

II – na condição de cargo comissionado: 01 (um) Coordenador Técnico-Previdenciário;

III – na condição de cargo de provimento efetivo: 01 (um) Contador.

§2º - A nomeação do Tesoureiro será efetuada pelo Chefe do Poder Executivo.”

Art. 7º Fica inserido o inciso III ao art. 2º da Lei nº 3.266 /2012, nos seguintes termos:

“Art. 2º O Comitê de Investimentos, criado nos termos do art. 1º desta Lei, integra a estrutura organizacional do PREVBIGUAÇU e terá em sua composição os seguintes membros:

I – o Diretor-Executivo do PREVBIGUAÇU;

II - 02 (dois) servidores efetivos indicados pelo Chefe do Poder Executivo;

III– o Diretor Administrativo e Financeiro do PREVBIGUAÇU.”

Art. 8º Nas ausências, férias, afastamentos e licenças legais do Diretor-Executivo do PREVBIGUAÇU, o Diretor Administrativo e Financeiro o substituirá interinamente, sem acúmulo da percepção da gratificação.

Art. 9º As gratificações de função de confiança pagas ao Diretor-Executivo e ao Diretor Administrativo e Financeiro do PREVBIGUAÇU comporão a base de cálculo para pagamento de férias e décimo-terceiro.

Art. 10 Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o pagamento de “Jeton de Presença”, aos membros do Conselho Administrativo e Fiscal e do Comitê de Investimentos do PREVBIGUAÇU.

§1º A função dos membros do Conselho do RPPS, titulares e suplentes, e dos membros do Comitê de Investimentos é considerada de interesse público relevante na função de zelar pelos recursos financeiros destinados ao Regime Próprio de Previdência Municipal.  
§2º Consiste o “Jeton de Presença” em verba de natureza indenizatória, transitória e circunstancial, não possuindo caráter

remuneratório e que tem como objetivo exclusivo de retribuir pecuniariamente os Conselheiros e membros do Comitê de Investimentos, pelo comparecimento em todas as reuniões ordinárias e extraordinárias dos Conselhos e Comitê do Regime Próprio de Previdência Municipal.

§3º Os valores correspondentes ao “Jeton de Presença” não se incorporarão ao vencimento ou a remuneração para nenhum efeito, assim também, não integrarão a base de cálculo às contribuições previdenciárias vertidas para o PREVBIGUAÇU.

Art. 11 Os membros titulares do Conselho Administrativo e Fiscal e do Comitê de Investimentos, e seus suplentes quando convocados pela ausência de seus respectivos titulares de cada representação, farão jus ao “Jeton de Presença”, correspondente ao valor de R\$ 100,00 (cem reais) por reunião, a partir de sua indicação/nomeação constante de Ata e/ou Portaria do Poder Executivo.

§1º O valor mensal máximo pago a título de “Jeton de Presença”, corresponderá a 01 (uma) reunião ordinária, convocadas na forma da legislação em vigor.

§2º O valor do “Jeton de Presença”, será atualizado na mesma data e percentual, concedidos aos servidores municipais ativos e somente serão recebidos enquanto o servidor público estiver no efetivo exercício da função de Conselheiro ou membro do Comitê de Investimentos.

§3º O Conselheiro ou membro do Comitê de Investimentos que se encontrar de férias ou em licenças ou afastamentos não perceberá o “Jeton de Presença” instituído por esta Lei.

§4º Os membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal e do Comitê de Investimentos farão jus ao “Jeton de Presença” se comparecerem a todas as reuniões realizadas no mês, ordinárias ou extraordinárias, salvo ausência por motivos relevantes e devidamente justificados, no qual receberá proporcionalmente à sua participação.

§5º O “Jeton de Presença” instituído por esta Lei será custeado integralmente pelo PREVBIGUAÇU, no uso da Taxa de Administração do Regime Próprio de Previdência Social.

§6º É vedada a acumulação de parcelas de “Jeton de Presença” instituído por esta Lei, para membros dos Conselhos e do Comitê de Investimentos, pela participação simultânea em mais de um organismo pertencente a estrutura do PREVBIGUAÇU.

Art. 12 Fica autorizado no âmbito do PREVBIGUAÇU, a utilização do regime de diárias no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), para a realização de despesas dos Diretores e Coordenador Técnico-Previdenciário, dos membros titulares ou suplentes, do seu Conselho Administrativo e Fiscal e do Comitê de Investimentos, quando os mesmos:

I – forem convocados para a participação de cursos, seminários ou qualquer outra modalidade que promova a capacitação técnica para o exercício de suas funções;

II – forem convocados para representarem o PREVBIGUAÇU, fora do Município de Biguaçu.

§1º Fica autorizada a realização do pagamento de diárias no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), com locomoção e hospedagem, por empenho prévio, dos membros titulares ou suplentes do Conselho Administrativo e Fiscal e do Comitê de Investimentos, pela ocasião dos eventos indicados nos incisos I e II do caput deste artigo.

§2º O responsável pelo adiantamento prestará contas do adiantamento recebido, em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu recebimento.

§3º A prestação de contas far-se-á mediante entrada, na Diretoria Administrativa-Financeira, dos seguintes documentos:

I - relação de todos os documentos de despesa constando: número e data do documento, espécie do documento, o nome e CNPJ do PREVBIGUAÇU e o valor da despesa, constando no final da relação à soma da despesa realizada;

II - cópia do depósito de recolhimento do saldo não aplicado, se houver;

III - documentos das despesas realizadas, dispostos em ordem

cronológica.

§4º Nenhuma prestação de contas poderá ultrapassar o dia 20 de dezembro de cada exercício financeiro.

§5º O PREVBIGUAÇU editará Portaria para regulamentar o procedimento de comprovação das despesas por adiantamento.

Art. 13 Fica autorizado o pagamento pelo PREVBIGUAÇU da taxa para inscrição do exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, cujo conteúdo deve abranger no mínimo o Anexo da Portaria MPS nº 519/2011 e suas posteriores alterações, a ser realizada pelos membros do Comitê de Investimentos, Conselho Administrativo ou Fiscal.

§1º O pagamento da taxa de inscrição indicado no caput deste artigo será custeado pelo uso da Taxa de administração fixada para o PREVBIGUAÇU.

§2º A autorização fixada no caput deste artigo será conferida exclusivamente aos servidores nomeados para ocupar a função de membros do Comitê de Investimentos, Conselho Administrativo ou Fiscal.

Art. 14 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 29 de outubro de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 087/2015, de 29/10/2015.

Sancionada em 29/10/2015

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

### **LEI Nº 3588/2015**

Lei nº 3588/2015 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

INSTITUI NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU A SEMANA MUNICIPAL DA SAÚDE BUCAL.

RAMON WOLLINGER, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI ORDINÁRIA:

Art. 1º - Fica instituída no Município de Biguaçu a "Semana

Municipal da Saúde Bucal", que será comemorada, anualmente, na semana do dia 25 de outubro, data em que se comemora o Dia do Cirurgião-Dentista.

Art. 2º - A "Semana Municipal da Saúde Bucal" passa a integrar o Calendário Oficial do Município de Biguaçu.

Art. 3º - Os objetivos da "Semana Municipal da Saúde Bucal" são:  
I - contribuir para o enriquecimento do conhecimento científico referentes à saúde bucal;

II - divulgar as atividades da área;

III - discutir problemas de cuja solução possa resultar melhorias na prestação dos serviços;

IV - promover o congraçamento da classe e de suas diferentes categorias profissionais.

V - homenagear profissionais que atuam com destaque no Município.

Art. 4º - A programação a ser desenvolvida compreenderá a realização de encontros, palestras, fóruns, debates e campanhas educativas e outras atividades de caráter educativo direcionadas aos dentistas, técnicos e auxiliares de saúde bucal, bem como à população biguaçuense no intuito de orientar e prevenir doenças bucais.

Art. 5º - Para a realização da "Semana Municipal da Saúde Bucal", a Prefeitura Municipal de Biguaçu poderá, para tanto, formalizar parcerias com órgãos públicos, entidades privadas interessadas e órgãos representativos e associações ligadas à odontologia do Município para promover as atividades acima citadas.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, dentro de 60 (sessenta) dias, após a sua publicação.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 23 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

Lei nº 3588/2015, de 23/10/2015

Sancionada em 23/10/2015

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **PORTARIA Nº 151/2015 - PRORROGA CONCURSO PÚBLICO 001/2013**

PORTARIA Nº 151/2015.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, inciso III e IV, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o item 12.1 do Edital de Concurso Público 001/2013, que a validade do concurso é de 2 (dois) anos, a contar da data de homologação do resultado para cada cargo, prorrogável por igual período, a critério da Câmara Municipal de Biguaçu;

CONSIDERANDO que o referido concurso foi homologado e disponibilizado no Diário Oficial dos Municípios, de 05 de dezembro de 2013, na edição nº 1382, páginas 8 à 12;

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado, por 2 (dois) anos, a contar de 05 de dezembro de 2015, para preenchimento de vagas e cadastro de reserva técnica de seu quadro de empregados, regido pelas normas e condições estabelecidas no edital 001/2013, cuja homologação foi publicada em 05 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BIGUAÇU, 29 DE OUTUBRO DE 2015.

Vereadora Salete Orlandina Cardoso  
Presidente

# Blumenau

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 006/2015 - SEFAZ

PORTARIA SEFAZ No. 006/2015

DELEGA COMPETÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, QUE ESPECIFICÁ, LOTADOS NA SECRETARIA DA FAZENDA.

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES, Secretário Municipal da Fazenda, no uso das atribuições que lhe confere o art. 11 da Lei Complementar n. 870, de 1º de janeiro de 2013, e com fundamento no art. 7º do Decreto n. 10.051, de 23 de julho de 2013, resolve:

Art. 1º. Delegar aos servidores municipais abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal da Fazenda, a competência para emitir Declaração de Anuência com vistas ao cancelamento de protestos de certidões de dívida ativa (CDA) de créditos tributários e não tributários, de conformidade com o Decreto n. 10.051, de 23.07.2013.

CESAR DOMENICO POLTRONIERI, servidor público ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Receita – Matrícula 213551.

ROZANE HASKEL, servidora pública municipal ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Cobrança – Matrícula 189910.

OSNI SCHIMILLA, servidor público municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo – Matrícula 13191.

MARLENI TERESINHA PIVA, servidora pública municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo – Matrícula 118400.

ELAISE SESTREM, servidora pública municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo – Matrícula 230156.

GUILHERME BRAGANTINO, servidor público municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo – Matrícula 230524.

MICHELE SOARES BORGES, servidora pública municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo – Matrícula 218626.

ELIANE BORGES TORRES, servidora pública municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo – Matrícula 230445.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da publicação, ficando revogada a PORTARIA SEFAZ N. 002/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de outubro de 2015.

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES  
Secretário Municipal da Fazenda

\* Os anexo da portaria com as devidas assinaturas, encontram-se a disposição no setor de cobrança da Secretaria Municipal da Fazenda.

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE REPASSE 2015/084

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE REPASSE 2015/084

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL FELIPE SCHMIDT

OBJETO: Alteração da Cláusula Terceira – Das Obrigações do Beneficiário, inciso V.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.134/2015.

VALOR: Dois mil reais (R\$ 2.000,00) repassados em parcela única.

DATA: 29 de outubro de 2015.

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE REPASSE 2015/138

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE REPASSE 2015/138

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA RUA FRANCISCO VALDIECK

OBJETO: Alteração da Cláusula Terceira – Das Obrigações do Beneficiário, inciso V.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.134/2015.

VALOR: Cinco mil reais (R\$ 5.000,00) repassados em parcela única.

DATA: 29 de outubro de 2015.

### ATA REGISTRO DE PREÇOS 2229/2015 - SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2229/2015

OBJETO – Registro de preço para prestação de serviços de publicidade de atos oficiais/legais do SAMAE em jornais e diários oficiais, pelo período de 01 (um) ano.

Empresa: LOJA CENTRO ANÚNCIOS E PUBLICAÇÕES LTDA. – CNPJ: 80.976.889/0001-86

Item 01: Valor unitário R\$ 105,00 (cento e cinco reais) e valor total R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais).

Item 02: Valor unitário R\$ 66,00 (sessenta e seis reais) e valor total R\$ 79.200,00 (setenta e nove mil, duzentos reais).

Item 03: Valor unitário R\$ 128,00 (cento e vinte e oito reais) e valor total R\$ 25.600,00 (vinte e cinco mil, seiscentos reais).

Item 04: Valor unitário R\$ 88,00 (oitenta e oito reais) e valor total R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil, quatrocentos reais).

Item 05: Valor unitário R\$ 54,00 (cinquenta e quatro reais) e valor

total R\$ 64.800,00 (sessenta e quatro mil, oitocentos reais).  
Item 06: Valor unitário R\$ 33,00 (trinta e três reais) e valor total R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil, quinhentos reais).  
BASE LEGAL: De acordo com o Pregão Presencial 2253/2015, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e nº 7.732/04, Lei complementar 123/06 e suas alterações e subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.  
Blumenau, 28 de Outubro de 2015.

#### **PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 09-2234/15 - SAMAE**

##### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Processo de INEXIGIBILIDADE Nº. 09-2234/2015 – Credenciamento de instituições financeiras equivalentes, que tenham agências no município de Blumenau p/ prestação de serviços de arrecadação de faturas de água e esgoto.

Empresa: BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A (02.038.232/0001-64)

Valor Total: R\$ 200.000,00

BASE LEGAL: Artigo 25, caput da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

#### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 22/2015 - CONCIBLU**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 22/2015

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar Municipal n.615, de 15 de dezembro de 2006 e alterações, FAZ SABER, que estarão abertas as inscrições para a eleição dos representantes de todas as entidades da sociedade civil, dos movimentos sociais organizados, sindicais, profissionais de classe e financiadoras e produtoras do espaço urbano, com sede no Município de Blumenau conforme previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso II do artigo 143 da Lei Complementar nº 615, de 15/12/2006 para comporem CONSELHO DA CIDADE DE BLUMENAU - CONCIBLU.

O Edital nº 22/2015 completo, que normatiza as inscrições, encontra-se publicado no endereço eletrônico do Município - [www.blumenau.sc.gov.br/seplan](http://www.blumenau.sc.gov.br/seplan), no link Conselho da Cidade de Blumenau.

Blumenau, 30 de outubro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal



# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4767/2015

DECRETO Nº4767/15 DE 28 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 942/14 de 15.10.2014 (LDO) e 943/14 de 15.10.2014 (LOA).

#### DECRETA:

Art. 1º - Abre Credito Suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos, dentro do Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social e Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos no valor de R\$ 132.600,00 (Cento e trinta e dois mil e seiscentos reais).

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito.

Unidade Orçamentária: 02.01 – Gabinete do Prefeito.

Proj/Ativ.: 0412200022.002 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (38).

Valor R\$ 2.600,00 (Dois mil e seiscentos reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 03 – Secretária Municipal de Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01 – Manutenção das Atividades de Segurança Pública.

Proj/Ativ.: 0618100092.007 – Manutenção das Atividades de Segurança Pública.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (154).

Valor R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Unidade Orçamentária: 05.03 – Departamento de Esportes.

Proj/Ativ.: 2781200202.022 – Manutenção do Departamento de Esportes.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (519).

Valor R\$ 8.000,00 (Oito mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Unidade Orçamentária: 05.04 – Departamento de Cultura.

Proj/Ativ.: 1339200172.023 – Apoio a Difusão Cultural em Geral.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (552).

Valor R\$ 3.000,00 (Três mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.02 – Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/Ativ.: 0824400242.061 – Manutenção das Atividades do Programa CRAS.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (963).

Valor R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1545200302.031 – Manutenção das Atividades de Obras e Serviços Urbanos.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (1137).

Valor R\$ 12.000,00 (Doze mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação Cultura e Esporte.  
Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100162.017 – Manutenção do Ensino Básico do Município.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (392).

Valor R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.01 – Receita e Transferência de Impostos - Educação.

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 103010022.024 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (605).

Valor R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais).

Fonte de Recursos: 01.02 – Receita e Transferência de Impostos - Saúde.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação Cultura e Esporte.

Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100162.017 – Manutenção do Ensino Básico do Município.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (423).

Valor R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Fonte de Recursos: 01.19 – Transferência FUNDEB 40%.

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 103010022.024 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (618).

Valor R\$ 3.000,00 (Três mil reais).

Fonte de Recursos: 01.38 – Transferência do Sistema SUS.

Desdobramento da Fonte de Recursos: 11 – Saúde Bucal PSF Odonto.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado pelo artigo primeiro do presente Decreto, serão utilizados recursos dos seguintes projetos abaixo e respectivos elementos dentro do Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social e Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos no valor de R\$ 132.600,00 (Cento e trinta e dois mil e seiscentos reais).

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito.

Unidade Orçamentária: 02.01 – Gabinete do Prefeito.

Proj/Ativ.: 0412200022.002 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (35).

Valor R\$ 2.600,00 (Dois mil e seiscentos reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 03 – Secretária Municipal de Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01 – Manutenção das Atividades de Segurança Pública.

Proj/Ativ.: 0618100092.007 – Manutenção das Atividades de Segurança Pública.  
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (169).  
Valor r\$ 4.000,00 (Quatro mil reais).  
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.  
Unidade Orçamentária: 05.03– Departamento de Esportes.  
Proj/Ativ.: 2781200202.022 – Manutenção do Departamento de Esportes.  
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (515).  
Valor r\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).  
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (545).  
Valor r\$ 3.000,00 (Três mil reais).  
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.  
Unidade Orçamentária: 05.04– Departamento de Cultura.  
Proj/Ativ.: 1339200172.023 – Apoio a Difusão Cultural em Geral.  
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (548).  
Valor r\$ 3.000,00 (Três mil reais).  
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.  
Unidade Orçamentária: 06.02 – Fundo Municipal de Assistência Social.  
Proj/Ativ.: 0824400242.061 – Manutenção das Atividades do Programa CRAS.  
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (971).  
Valor r\$ 3.000,00 (Três mil reais).  
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (997).  
Valor r\$ 2.000,00 (Dois mil reais).  
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.  
Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.  
Proj/Ativ.: 1545200302.031 – Manutenção das Atividades de Obras e Serviços Urbanos.  
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1140).  
Valor r\$ 10.000,00 (Dez mil reais).  
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1164).  
Valor r\$ 2.000,00 (Dois mil reais).  
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação Cultura e Esporte.  
Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.  
Proj/Ativ.: 1236100162.017 – Manutenção do Ensino Básico do Município.  
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (384).  
Valor r\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).  
Fonte de Recursos: 01.01 – Receita e Transferência de Impostos - Educação.

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.  
Unidade Orçamentária: 06.01– Fundo Municipal de Saúde.  
Proj/Ativ.: 103010022.024 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.  
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (650).  
Valor r\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).  
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (732).  
Valor r\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).  
Fonte de Recursos: 01.02 – Receita e Transferência de Impostos - Saúde.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação Cultura e Esporte.  
Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100162.017 – Manutenção do Ensino Básico do Município.  
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (388).  
Valor r\$ 10.000,00 (Dez mil reais).  
Fonte de Recursos: 01.19 – Transferência FUNDEB 40%.

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.  
Unidade Orçamentária: 06.01– Fundo Municipal de Saúde.  
Proj/Ativ.: 103010022.024 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.  
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (711).  
Valor r\$ 3.000,00 (Três mil reais).  
Fonte de Recursos: 01.38 – Transferência do Sistema SUS.  
Desdobramento da Fonte de Recursos: 11 – Saúde Bucal PSF Odonto.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/ conta do orçamento municipal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,  
aos 28 de outubro de 2015.  
AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

# Botuvera

## PREFEITURA

### CTR.Nº13/2015-ADITIVO DE PRAZO Nº1-ADEVI

TERMO ADITIVO Nº01/2015

Contrato nº 13/2015

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: ADEVI-Associação Desp. Vale do Itajaí

Objeto: Serviços de Arbitragem

Aditivo de: Prorrogação de prazo.

Fund.Legal: Art.57 da Lei nº8.666/93

### PL55-PP29SRP-MACADAME BRITADO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 55/2015

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº. 29/2015

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 55/2015 na Modalidade Pregão Presencial SRP Nº 29/2015, para AQUISIÇÃO DE MACADAME MATERIAL DE BRITAGEM. Recebimento da documentação e propostas: Até as 9:00 Horas do dia 13/11/2014. Abertura da sessão: dia 13/11/2015 às 9:15 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Edital e informações no Departamento de compras no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail [compras@botuvera.sc.gov.br](mailto:compras@botuvera.sc.gov.br), [licitacao@botuvera.sc.gov.br](mailto:licitacao@botuvera.sc.gov.br) [vilimar@botuvera.sc.gov.br](mailto:vilimar@botuvera.sc.gov.br) e site [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br). Botuverá-SC, 30 de Outubro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

### PL56-PP30SRP-MATERIAL HOSPITALAR

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 56/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2015-SRP

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório, para REGISTRO DE PREÇOS de aquisição de MATERIAL HOSPITALAR DIVERSOS. Recebimento dos envelopes: 12/11/2015-Até as 9:00 Horas. Abertura e Classificação das Propostas: 12/11/2015-início 9:30 horas. ETAPA DE LANCES: 13/11/2015, início 14:00 horas. Local Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no Departamento de compras no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail [licitacao@botuvera.sc.gov.br](mailto:licitacao@botuvera.sc.gov.br), [vilimar@botuvera.sc.gov.br](mailto:vilimar@botuvera.sc.gov.br) e site [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) BOTUVERÁ-SC, 30 de Outubro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### DECRETO 0137/2015

DECRETO Nº 0137/2015

Constitui e Nomeia os Membros da Comissão de Processo Seletivo nº003 e nº004/2015.

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e demais Legislações Vigentes:

#### DECRETA:

Art.1º - Fica constituída a Comissão de Processo Seletivo, integrada por Loni Arndt de Souza, Deiziane de Souza Probst, Joice Muniz da Costa Marangoni, Denise Schussler Werter e Marina Solange Geog Erbs para, sob a Presidência da primeira, supervisionar a execução do Processo Seletivo nº 003 nº 004/2015, destinado ao preenchimento de vagas para Professor ACT e Médico Clínico Geral no quadro da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, para o ano letivo de 2016.

Art. 2º - Fica revogado o decreto 0133/2015 de 22.10.2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo em 29 de outubro de 2015.

Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

### DECRETO 0138/2015

DECRETO Nº 0138/2015

Constitui e Nomeia os Membros da Comissão de Processo Seletivo 005/2015.

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei Municipal nº 0841/2015 de 09.07.2015,

#### DECRETA:

Art.1º - Fica constituída a Comissão de Processo Seletivo 005/2015, integrada pelos Srs. (a) Marilei Medeiros Domingues de Souza, Priscila Gonçalves dos Santos Coelho, Elisabeth Hoeltegbaum, Alair Franz Hein e Jean Carlos Correa da Costa Scharf, para sob a Presidência da primeira, supervisionar a execução do Processo Seletivo 005/2015, destinado ao preenchimento de vagas para estagiários na Prefeitura Municipal para o ano de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo em 29 de outubro de 2015.

Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

### DECRETO 0139/2015

DECRETO Nº 0139/2015

Altera Decreto, que instituiu turno único no Serviço Público Municipal

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc,...

#### DECRETA:

Art.1º Fica alterado o art. 1º do Decreto nº0121/2015, de 30.09.2015 passando o mesmo a ter a seguinte redação: "Fica instituído turno único, contínuo, ininterrupto, de seis (6) horas diárias no serviço público municipal, a ser cumprido no período compreendido entre 12:00hrs às 18:00hrs, de segunda a quinta-feira na secretaria de Cultura, Turismo e Lazer, das 12:00hrs às 18:00hrs de segunda a sexta-feira na e CME, e no período compreendido entre 07:00hrs às 13:00hrs de segunda a quinta-feira na Secretaria de Administração e Finanças e das 07:00hrs às 13:00hrs de segunda a sexta-feira na Secretaria de Obras, à partir de 03.11.2015".

Art.2º Os demais itens do Decreto permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 29 de outubro de 2015

Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 59/2015

EXTRATO DE CONTRATO 59/2015

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Waldemar Prochnow

CPF: 010.892.189-15

Residente na Rua Tamandaré, 875

Braço do Trombudo – SC.

Objeto: Aluguel social/estado de vulnerabilidade de um apartamento, com aproximadamente 98 m2, na rua Tamandaré , 858, apartamento 02, município de Braço do Trombudo

Valor: R\$ 828,00 (oitocentos e vinte e oito reais)

Vigência até 31/12/2015.

Data da assinatura: 29/10/2015

Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 60/2015**

EXTRATO DE CONTRATO 60/2015

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratado: Waldemar Prochnow

CPF: 010.892.189-15

Residente na Rua Tamandaré, 875

Braço do Trombudo – SC.

Objeto: Aluguel social/estado de vulnerabilidade de um apartamento, com aproximadamente 98 m2, na rua Tamandaré , 858, apartamento 102, município de Braço do Trombudo

Valor: R\$ 782,00 (setecentos e oitenta e dois reais)

Vigência até 31/12/2015.

Data da assinatura: 29/10/2015

Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal

**PORTARIA 0160/2015**

PORTARIA Nº 0160/2015

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso II, letra d, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Jean Christhian Weiss, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeado pela Portaria nº 003/2015, a partir de 30.10.2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 29 de outubro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

**PORTARIA 0161/2015**

PORTARIA Nº 0161/2015

EXONERA PROFESSORES ACT`S

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52, V e VII, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 15 de dezembro de 1994;

Considerando que o Executivo Municipal adotará medidas para reduzir as despesas com pessoal, conforme Art. 34 da LDO, e artigos 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando, o índice elevado de gasto com pessoal, decorrente da queda brusca de arrecadação do Município de Braço do Trombudo;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar professores ACT (Admitido em Caráter Temporário), a partir de 30.10.2015, conforme segue abaixo:

Lais Hubner, admitida pela Portaria 023/2015 de 05.02.2015;

Maria Ivonete Meurer, admitida pela Portaria 017/2015 de 05.02.2015.;

Regiane da Silva Neumann, admitida pela Portaria 014/2015 de 05.02.2015;

Cristiane Niederhaus Mugge, admitida pela Portaria 047/2015 de 24.03.2015;

Cristiane Valente Fuck, admitida pela Portaria 022/2015 de 05.02.2015;

Lariza da Silva, admitida pela Portaria 049/2015 de 24.03.2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 29 de outubro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº36/2015 PMBT**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2015**

Página: 1/7

Número do Registro de Preços: 36/2015      Data do Registro: 29/10/2015      Válido até: 29/10/2016  
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de mão de obra para conserto de pneus para manutenção dos tratores, máquinas, caminhões e veículos da frota do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Prego Unitário	Classif.
1	Conserto pneu furo externo (larugo) pneu 185/60r 14 (13839)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)	ALDIONIR COI	0	14,5870	1
2	Conserto pneu furo interno (Tip Top) pneu 185/60 r14 (13840)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)	ALDIONIR COI	0	15,2441	1
3	Conserto pneu corte (Vulcanizo) pneu 185/60r 14 (13841)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)	ALDIONIR COI	0	43,0873	1
4	Balancamento, (10791)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)	ALDIONIR COI	0	10,6102	1
5	conserto de pneu corte (vulcanizado) 225/70 roda 15 C liso (13842)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)	ALDIONIR COI	0	44,7479	1
6	Conserto do pneu interno (tip top 225/70 roda 15c liso (13843)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)	ALDIONIR COI	0	15,2441	1
7	Conserto de Pneu corte (vulcanizado) 185/60 Roda 14 (13844)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)	ALDIONIR COI	0	43,0873	1
8	Conserto de Pneu Interno (tip top) 185/60 roda 14 (13845)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)	ALDIONIR COI	0	15,2441	1
9	Conserto de pneu furo externo (larugo) pneu 175/70 R 14 (13846)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)	ALDIONIR COI	0	14,5878	1
10	Conserto de pneu interno (tip top) pneu 175/70 r 14 (13847)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)	ALDIONIR COI	0	15,2441	1
11	Conserto de pneu corte (Vulcanizado) pneu 175/70 R 14 (13848)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)	ALDIONIR COI	0	43,0873	1
12	Conserto pneu 18,4 x30 trator trasleiro (13852)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)	ALDIONIR COI	0	66,2965	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2015**

Página: 2/7

Número do Registro de Preços: 36/2015      Data do Registro: 29/10/2015      Válido até: 29/10/2016  
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de mão de obra para conserto de pneus para manutenção dos tratores, máquinas, caminhões e veículos da frota do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descot. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Conserto de pneu 750x16 dianteiro (13853)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	26,5205	1
14	Conserto pneu 14,9 x 28 trator traseiro (13854)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	62,9752	1
15	Conserto dianteiro de pneu 12,4x24 trator dianteiro (13855)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	41,4366	1
16	Conserto pneu 185 R 16 (13856)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	14,5878	1
17	Conserto pneu 185/60 R 14 (13857)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	14,5878	1
18	Conserto pneu 175/70 R 13 (13858)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	14,5878	1
19	Tip Top numero 2, (10808)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	18,8936	1
20	Tip Top numero 3, (10809)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	19,8880	1
21	Tip Top numero 4, (10810)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	24,8600	1
22	Tip Top Numero 5, (10811)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	31,4926	1
23	Tip Top numero 6, (10812)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	41,4366	1
24	Conserto Pneu 1400x24 com 16 lonas convencional, (10813)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	56,3625	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2015**

Página: 3/7

Número do Registro de Preços: 36/2015      Data do Registro: 29/10/2015      Válido até: 29/10/2016							
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de mão de obra para conserto de pneus para manutenção dos tratores, máquinas, caminhões e veículos da frota do Município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descoto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Conserto pneu 1300x24 com 16 lonas convencional. (10614)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)	ALDIONIR COI	0	56,3625	1
26	Conserto pneu 17,5x25 com 16 lonas convencional. (10615)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)	ALDIONIR COI	0	76,2405	1
27	Conserto de pneu 18 x 34 com 12 lonas convencional (17104)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)	ALDIONIR COI	0	72,9192	1
28	Conserto pneu 11L 16TL F3 com 12 lonas convencional. (10617)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)	ALDIONIR COI	0	51,3805	1
29	Conserto de pneu 19,5 x 24 (17051)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)	ALDIONIR COI	0	59,6539	1
30	Conserto pneu 12,5/80R 18 (13870)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)	ALDIONIR COI	0	39,7759	1
31	Conserto pneu 175/70-R14, (10621)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)	ALDIONIR COI	0	14,5878	1
32	Conserto pneu radial 1000x20, borrachudo, 16 lonas. (10622)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)	ALDIONIR COI	0	31,4926	1
33	Conserto pneu borrachudo 900x20, 14 lonas. (10623)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)	ALDIONIR COI	0	31,4926	1
34	Conserto pneu furo externo (larugo) pneu externo 185 R 14 C (13859)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)	ALDIONIR COI	0	14,5878	1
35	Conserto pneu (lip top) pneu 185 R 14C (17052)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)	ALDIONIR COI	0	15,2441	1
36	Conserto pneu corte ( vulcanizado) pneu 185 R14 C (17096)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)	ALDIONIR COI	0	43,0873	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2015**

Página: 4/7

Número do Registro de Preços: 36/2015      Data do Registro: 29/10/2015      Válido até: 29/10/2016  
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de mão de obra para conserto de pneus para manutenção dos tratores, máquinas, caminhões e veículos da frota do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descot. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	Conserto de pneu 215/75 R 17,5 (17054)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	26,1713	1
38	Conserto de pneu 225/70 R15 (17055)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	17,8962	1
39	Conserto de pneu interno ( tip top 215/75 R17,5 liso) (17056)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	18,5554	1
40	Conserto de pneu corte ( vulcanizado 215/75 R 17,5 liso) (17057)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	43,0873	1
41	Conserto de pneu furo externo ( tarugo 215/75 R 17,5 liso ) (17058)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	17,8962	1
42	Conserto de pneu ( tip top 225/70R 14) (17059)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	15,2441	1
43	Conserto de pneu corte ( vulcanizado 225/70 R 14) (17060)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	43,0873	1
44	Conserto de pneu furo externo ( tarugo 225/70R 14) (17061)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	14,5878	1
45	Conserto de pneu interno ( tip top 195/65 R15 liso) (17062)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	15,2441	1
46	Conserto de pneu corte ( vulcanizado 195/65 R15 liso) (17063)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	43,0873	1
47	Conserto de pneu furo externo ( tarugo 195/65 R15 liso) (17064)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	14,5878	1
48	Conserto de pneu 185/60 R 15 interno ( tip top) (17063)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	15,2441	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2015**

Página: 5/7

Número do Registro de Preços: 36/2015      Data do Registro: 29/10/2015      Válido até: 29/10/2016  
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de mão de obra para conserto de pneus para manutenção dos tratores, máquinas, caminhões e veículos da frota do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descot. (%)	Preço Unitário	Classif.
49	Conserto de pneu 185/60 R15 furo externo ( tarugo), (17084)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	14,5878	1
50	Conserto de pneu corte 185/60 R 15 ( vulcanizado) (17085)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	43,0873	1
51	Conserto de pneu 195/60 R 15 interno ( tip top) (17086)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	15,2441	1
52	Conserto de pneu 195/60 R15 furo externo ( tarugo) (17087)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	14,5878	1
53	Conserto de pneu corte 195/60 R 15 ( vulcanizado) (17088)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	43,0873	1
54	Conserto de pneu corte 195/60 R 16 (vulcanizado) (17089)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	43,0873	1
55	Conserto de pneu 195/60 R 16 interno ( tip top) (17090)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	15,2441	1
56	Conserto de pneu 205/60 R 16 furo externo (tarugo) (17091)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	14,5878	1
57	Conserto de pneu corte 205/60R 16 ( vulcanizado) (17092)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	43,0873	1
58	Conserto de pneu 205/60 R17 interno ( tip top) (17093)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	15,2441	1
59	Conserto de pneu 205/60 R 17 furo externo ( tarugo) (17094)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	14,5878	1
60	Conserto de pneu corte 205/60 R 17 ( vulcanizado) (17095)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (3309)	ALDIONIR COI	0	43,0873	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 36/2015

Página: 6/7

Número do Registro de Preços: 36/2015      Data do Registro: 29/10/2015      Válido até: 29/10/2016  
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de mão de obra para conserto de pneus para manutenção dos tratores, máquinas, caminhões e veículos da frota do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	Valvula de ar TR 414 (17097)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)	ALDIONIR COI	0	4,5720	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

Página: 7/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 36/2015**

Número do Registro de Preços: 36/2015      Data do Registro: 29/10/2015      Válido até: 29/10/2016  
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de mão de obra para conserto de pneus para manutenção dos tratores, máquinas, caminhões e veículos da frota do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descoto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	--------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2015****PROCESSO Nº 59/2015**

(9309) - Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME

Braço do Trombudo, 29 de Outubro de 2015.



# Caçador

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.573

DECRETO Nº 6.573, de 06 de outubro de 2015.

Regulamenta o parcelamento extrajudicial e judicial tributários do Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 54/83 - Código Tributário do Município de Caçador,

#### DECRETA:

Art. 1º O presente Decreto regulamenta o parcelamento extrajudicial de que trata o art. 150, da Lei nº 54, de 15 de dezembro de 1983 - Código Tributário Municipal e a possibilidade de realização de acordo, em juízo, para terminar litígios que envolvam recebimento de créditos tributários e não tributários do Município de Caçador.

Parágrafo único. Para fins do presente Decreto, entende-se por acordo estritamente a possibilidade de efetuar parcelamento judicial, não estando compreendida nessa expressão qualquer transação judicial que represente renúncia total ou parcial ao crédito, bem como ao crédito atinente aos honorários advocatícios e encargos legais, ressalvada a possibilidade de reconhecimento da decadência ou prescrição.

Art. 2º Os créditos de qualquer natureza, inscritos em dívida ativa, poderão ser objeto de parcelamento extrajudicial em até 60 (sessenta) prestações mensais.

Art. 3º Fica autorizada a realização de parcelamentos, homologáveis em juízo, nos autos de processo judicial, para o recebimento de créditos em parcelas mensais e sucessivas até o máximo de 60 (sessenta).

Art. 4º O disposto no artigo anterior não se aplica às hipóteses de créditos decorrentes exclusivamente de honorários advocatícios.

#### DO PARCELAMENTO EXTRAJUDICIAL

Art. 5º O pedido de parcelamento extrajudicial deverá ser requerido pelo contribuinte inscrito no cadastro municipal perante a Secretaria Municipal da Fazenda e deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I – Pedido de Parcelamento, de acordo com o modelo constante do Anexo I;

II – Declaração de inexistência de ação judicial contestando o crédito ou de embargos opostos, conforme Anexo II, ou, na existência desses, de desistência ou renúncia, devidamente comprovados por meio de cópia da petição protocolizada no respectivo Cartório Judicial;

III - Cópia do Contrato Social, Estatuto ou Ata e eventual alteração, que identifique os atuais representantes legais do requerente, no caso de pessoa jurídica, bem como da Carteira de Identidade e CPF do representante legal da empresa e do procurador, quando for o caso;

IV - Cópia da Carteira de Identidade, do respectivo CPF e do

comprovante de residência, no caso de pessoa física.

§ 1º Caso o interessado se faça representar por mandatário, deverá este apresentar procuração com poderes específicos para praticar todos os atos necessários à formalização do parcelamento de que trata este decreto, em especial os poderes para renunciar a qualquer contestação quanto ao valor e à procedência da dívida.

§ 2º Após o pagamento da primeira prestação, a Secretaria Municipal da Fazenda deverá preencher o Termo de Parcelamento em conjunto com o requerente, conforme modelo constante do Anexo III.

Art. 6º Os procedimentos de parcelamento extrajudicial deverão ser acautelados e fiscalizados pelo setor responsável pela inscrição em dívida ativa, na hipótese de ainda não ter sido ajuizada a execução fiscal.

§ 1º Caso a ação executiva fiscal já tenha sido ajuizada, a atribuição mencionada no caput incumbirá à Procuradoria Geral do Município para atuação na execução fiscal.

§ 2º Compete ao Secretário Adjunto da Fazenda deferir os pedidos de parcelamento.

Art. 7º Considera-se automaticamente deferido o pedido de parcelamento extrajudicial se não houver manifestação expressa da autoridade competente no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data da protocolização do pedido.

Art. 8º Caberá à Secretaria Municipal da Fazenda através do Setor de Tributação, fornecer a informação quanto ao valor atualizado da dívida, a emissão das guias para pagamento, o acompanhamento da regularidade do parcelamento, bem como a comunicação de eventual hipótese de rescisão, à Procuradoria Geral do Município, em caso de propositura de ação executiva.

#### DO PARCELAMENTO JUDICIAL

Art. 9º Após a manifestação de interesse do devedor em parcelar seu débito nos autos judiciais, a petição com a proposta de parcelamento judicial subscrita pelo Procurador Municipal oficiante deverá conter todas as condições para a formalização da avença, devendo-se verificar a existência nos autos dos seguintes documentos:

I - Declaração de inexistência de ação judicial contestando o crédito ou de embargos opostos, ou, na existência desses, de desistência e renúncia, devidamente comprovados por meio de cópia da petição protocolizada no respectivo Cartório Judicial;

II - Cópia do Contrato Social, Estatuto ou Ata e eventual alteração, que identifique os atuais representantes legais do requerente, no caso de pessoa jurídica, bem como da Carteira de Identidade e CPF do representante legal da empresa e do procurador, quando for o caso.

§ 1º A declaração de inexistência de ação judicial contestando o crédito ou de embargos opostos referida no inciso I poderá ser firmada pelo procurador do devedor devidamente constituído nos autos da execução fiscal, mediante petição autônoma ou por meio

de declaração reduzida a termo.

§ 2º Deverá constar da procuração subscrita pelo devedor a concessão de poderes específicos ao advogado para praticar todos os atos necessários à formalização do parcelamento de que trata esta portaria, em especial os poderes para renunciar a qualquer contestação quanto ao valor e à procedência da dívida.

Art. 10. Deferido o parcelamento judicial, incumbirá a Secretaria Municipal da Fazenda acompanhar o pagamento das parcelas mensais, encaminhando à Procuradoria Geral, a certidão de quitação, para extinção do processo judicial.

#### DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 11. Enquanto não for deferido o parcelamento, o interessado deverá recolher, a cada mês, o valor correspondente a uma prestação, sob pena de indeferimento.

§ 1º O débito será consolidado na data do pedido.

§ 2º O valor mínimo de cada prestação não poderá ser inferior a 30% (trinta por cento) da VRM para pessoas físicas, e de 100% (cem por cento) da VRM para pessoas jurídicas, respeitado o limite máximo de 60 (sessenta) prestações mensais.

§ 3º No caso de pedido de parcelamento extrajudicial protocolizado após o ajuizamento da ação executiva fiscal, ou em se tratando de parcelamento judicial, o valor dos honorários advocatícios será de 10% (vinte por cento) do valor total parcelado, e pago em até 05 (cinco) prestações.

§ 4º Na hipótese de o sistema informatizado disponibilizar acesso ao devedor para emissão das guias, a ele incumbirá o controle e emissão de tal documento.

Art. 12. A falta de pagamento de 3 (três) parcelas, consecutivas ou alternadas, implicará a imediata rescisão do parcelamento e o prosseguimento da cobrança.

Art. 13. No caso de rescisão na forma do artigo 11, o Setor de Tributação informará à Procuradoria Geral do Município quando for o caso de propositura de Ação Executiva, observado o prazo quinzenal de cada parcela atrasada.

Art. 14. Para os fins do disposto no artigo 5º, incisos III e IV, e artigo 9º, inciso II, será admitida também cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) quando haja informações a respeito da Carteira de Identidade e CPF do interessado.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 06 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### ANEXO I

##### PEDIDO DE PARCELAMENTO EXTRAJUDICIAL DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA

Nome do Devedor \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, CPF/CNPJ \_\_\_\_\_, residente e domiciliada/com sede \_\_\_\_\_(endereço)\_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_(nome) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_(representação a que título

- procurador/sócio-administrador/etc.) \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, residente e domiciliado \_\_\_\_\_(endereço)\_\_\_\_\_, requer, com fundamento no artigo 150 do CTM, o parcelamento de sua dívida constituída dos débitos abaixo discriminados, em \_\_\_\_ (Nº de parcelas) \_\_\_\_\_ (por extenso) \_\_\_\_\_ prestações mensais.

#### NÚMERO DE CADASTRO - NATUREZA DO CRÉDITO - PERÍODO

O (A) requerente, ciente de que o deferimento do pedido ficará condicionado ao pagamento da primeira parcela antecipada e à assinatura do Termo de Parcelamento de Créditos Inscritos em Dívida Ativa do Município, requer a emissão de guia referente à parcela antecipada para pagamento no prazo de 05 (cinco) dias a contar do seu recebimento. Declara-se, também, ciente de que o não pagamento no prazo acarretará o indeferimento do pedido, e ocorrerá independentemente de qualquer comunicação, ocasionando o prosseguimento da cobrança imediata e integral da dívida.

NOME E TELEFONE PARA CONTATO: \_\_\_\_\_

LOCAL E DATA \_\_\_\_\_

ASSINATURA DO REQUERENTE

#### ANEXO II

##### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE AÇÃO JUDICIAL OU EMBARGOS (PARCELAMENTO EXTRAJUDICIAL)

Nome / razão social CPF/CNPJ Eu, \_\_\_\_\_ (nome do devedor ou do representante legal) \_\_\_\_\_, residente \_\_\_\_\_ (endereço) \_\_\_\_\_ portador do documento oficial de identificação RG nº \_\_\_\_\_ (se houver) \_\_\_\_\_, CPF/CNPJ nº \_\_\_\_\_ DECLARO a inexistência de ação judicial contestando o crédito ou de embargos opostos com este fim, referente a dívida que se visa parcelar, constituída dos débitos abaixo discriminados:

#### NÚMERO DE CADASTRO

#### NATUREZA DO CRÉDITO

#### PERÍODO

LOCAL E DATA

(ASSINATURA DO DEVEDOR OU DO REPRESENTANTE LEGAL)

#### ANEXO III

##### TERMO DE PARCELAMENTO EXTRAJUDICIAL DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA

O Município de Caçador, com sede \_\_\_\_\_(endereço)\_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_(Nome), Secretário Municipal da Fazenda CPF \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente Município \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_(Nome do Devedor) \_\_\_\_\_, RG (se houver) \_\_\_\_\_, CPF/CNPJ \_\_\_\_\_, residente e domiciliada/com sede \_\_\_\_\_(endereço)\_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_(nome) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_(representação a que título -procurador/sócio-administrador/etc.) \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, residente e domiciliado \_\_\_\_\_(endereço)\_\_\_\_\_, doravante denominado DEVEDOR, resolvem celebrar o presente Termo de Parcelamento, nos termos das cláusulas a seguir.

Cláusula Primeira. O Devedor, renunciando expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e à procedência da dívida, assume integral responsabilidade pela sua exatidão, ficando, entretanto, ressalvado a Secretaria Municipal da Fazenda, o direito de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste termo, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda. A dívida constante deste instrumento é definitiva e irrevogável, sendo ressalvado aos órgãos de execução da

Procuradoria-Geral do Município o direito de sua cobrança na hipótese de descumprimento das obrigações assumidas pelo DEVEDOR.

Cláusula Terceira. Tendo o DEVEDOR requerido o pagamento parcelado da dívida especificada na Cláusula Quinta, com fundamento no artigo 150 de Código Tributário Municipal, este lhe é deferido pela Secretaria Municipal da Fazenda, em \_\_\_\_ (Nº de parcelas) \_\_\_\_ (por extenso) prestações mensais e sucessivas.

Cláusula Quarta. No acordo de parcelamento formalizado mediante o presente Termo encontra-se parcelada a dívida discriminada conforme o seguinte quadro:

#### NÚMERO DE CADASTRO - NATUREZA DO CRÉDITO -PERÍODO

Cláusula Quinta. A Dívida objeto do presente Termo de Parcelamento foi consolidada em \_\_/\_\_/\_\_, perfazendo o montante total de R\$ \_\_ (expressão numérica) \_\_ (por extenso), sendo que as prestações do parcelamento concedido e aqui acertado fica definido conforme o quadro abaixo:

Parcela ..... R\$ \_\_\_\_\_

Cláusula Sexta. O vencimento de cada parcela será no mesmo dia de cada mês, a partir da data do protocolo do pedido de parcelamento.

Cláusula Sétima. Caberá ao devedor solicitar a emissão das guias referentes às parcelas junto à Secretaria Municipal da Fazenda, sendo que, na hipótese de o sistema informatizado da entidade disponibilizar acesso ao devedor para emissão das guias, a ele incumbirá o controle e emissão de tal documento.

Cláusula Oitava. O DEVEDOR compromete-se a efetuar o pagamento das parcelas nas datas de vencimento, por meio de Documento de Arrecadação do Município – DAM.

Cláusula Nona. No caso de não pagamento ou de insuficiência financeira na data do vencimento da prestação, o DEVEDOR poderá solicitar à Secretaria Municipal da Fazenda a emissão de nova guia para quitação da parcela, com os acréscimos legais incidentes no período.

Cláusula Décima. O DEVEDOR declara-se ciente de que, para efeito de parcelamento, os débitos nele incluídos foram atualizados mediante a incidência dos demais acréscimos legais devidos até a data da consolidação, anuindo com o montante apurado

Cláusula Décima Primeira. Constitui motivo para a rescisão deste acordo, independentemente de qualquer intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: Infração de qualquer das cláusulas deste instrumento; Falta de pagamento de três parcelas, consecutivas ou não, ou de uma ou duas parcelas, estando pagas todas as demais; e Insolvência ou falência do DEVEDOR.

Cláusula Décima Segunda. O DEVEDOR poderá, a qualquer tempo, durante o período ajustado para a quitação da dívida, solicitar o pagamento antecipado à vista, no todo ou em parte, do saldo devedor.

Cláusula Décima Terceira. Havendo a solicitação por parte do devedor, do pagamento antecipado à vista, no todo ou em parte, somente poderá ser utilizado para a quitação de parcelas na ordem inversa do vencimento, sem prejuízo da que for devida no mês de competência em curso.

Cláusula Décima Quarta. O DEVEDOR se compromete a informar eventual alteração de seu endereço reputando-se válidas as

notificações encaminhadas para o último endereço por ele declinado. E, por estarem assim acertados e de acordo, firmam o presente Termo de Parcelamento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, todas assinadas e rubricadas, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

\_\_\_\_ LOCAL E DATA \_\_\_\_

ASSINATURA DO SECRETÁRIO ADJUNTO FAZENDA

ASSINATURA DO DEVEDOR

ASSINATURA DA 1ª TESTEMUNHA

ASSINATURA DA 2ª TESTEMUNHA

Dados das Testemunhas:

Nome:

Nome:

RG:

RG:

CPF:

CPF:

Endereço:

Endereço:

### DECRETO Nº 6.598

DECRETO Nº 6.598, de 28 de outubro de 2015.

Convoca Fórum de eleição dos membros das entidades da Sociedade Civil, para composição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 2.114, de 19 de agosto de 2004 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocado o Fórum de eleição dos membros das entidades da Sociedade Civil, para composição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, biênio 2015/2017, a ser realizado no dia 03 de dezembro de 2015, no horário das 13h30min às 17h30min, no Plenário Joaquim Scolari da Câmara Municipal de Caçador, sito à Rua Fernando Machado, nº 139, centro, nesta cidade de Caçador, sob acompanhamento do Ministério Público.

Art. 2º Ficam nomeadas as seguintes pessoas para organizarem o referido Fórum:

- I – Marilene Ruppel Mantovani;
- II – Sandra Spautz Granemann;
- III – Zilá Meireles Garcia;
- IV – Ana Cristina Hagemann;
- V – Vanessa Dal Bosco Susin.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 28 de outubro de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto,  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 6.600**

DECRETO Nº 6.600, de 29 de outubro de 2015.

Suplementa Dotações Orçamentárias, por conta de Remanejamento entre Despesa.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA :

Art. 1º Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias do Orçamento vigente do Município de Caçador, na importância de R\$ 19.900,00 (dezenove mil e novecentos reais), em favor do Fundo Municipal de Assistência Social:

**05 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****05.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

08.244.0005.2.192 – Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

3.1.90.00.0052 - Aplicações Diretas ..... (30) .....  
..... R\$ 10.000,00

3.3.90.00.0052 - Aplicações Diretas ..... (10) .....  
..... R\$ 9.900,00

TOTAL ... .....  
..... R\$ 19.900,00

Art. 2º Em atendimento ao disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do remanejamento entre despesas, na importância de R\$ 19.900,00 (dezenove mil e novecentos reais), conforme segue:

**05 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****05.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

08.244.0005.2.192 – Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

3.3.50.00.0052 - Aplicações Diretas ..... (32) .....  
..... R\$ 19.900,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 29 de outubro de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto,  
PREFEITO MUNICIPAL.

**DECRETO Nº 6.601**

DECRETO Nº 6.601, de 29 de outubro de 2015.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto no art. 5º, alínea "c", da Lei nº 3.185, de 16 de dezembro de 2014, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2015,  
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar abaixo descrito, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, na importância de R\$ 204.028,00 (duzentos e quatro mil e vinte e oito reais):

**02 – CHEFIA DO EXECUTIVO****02.01 – GABINETE DO PREFEITO**

04.122.0002.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

4.4.90.00.0024 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 204.028,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos financeiros recebidos através do Termo de Convênio SICONV nº 748759/2010 – MINC/FNC da União por intermédio do Ministério da Cultura, destinado à Aquisição de Equipamentos e Construção da Escola de Artes Circo do Cidadão no Município de Caçador.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 29 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO COMSEA**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O FÓRUM DE ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR – COMSEA Biênio 2015/2017

O Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal/1988, Lei Municipal nº 2.114 de 19 de agosto de 2004 e suas alterações, CONVOCA as entidades da sociedade civil, com sede neste município, para o Fórum de Eleição das Entidades da sociedade civil para compor o COMSEA – Biênio 2015/2017 que será realizado no dia 03 de dezembro de 2015.

Art. 1º - As entidades da sociedade civil que integrarão o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Biênio 2015/2017, conforme previsto no art. 4º, § 2, da lei Municipal 2.114, se dará através de Fórum próprio, e será realizado no dia 03 de dezembro de 2015, das 13h30min às 17h00min, no Plenário Joaquim Scolari, Câmara Municipal.

§ 1º - A publicação do presente edital será feita no Diário Oficial dos Municípios e a divulgação se dará na Imprensa Falada e Escrita.

§ 2º - As entidades da sociedade civil eleitas exercerão mandato de 02 (dois) anos no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA de Caçador, admitindo-se ao conselheiro representante apenas uma recondução.

**Dos Eleitores**

Art. 2º - Terão direito a voto dois (02) representantes credenciados das entidades e organizações não governamentais, conforme artigo 4º deste edital, sendo que cada um terá direito a um (01) voto por segmento.

**Das Vagas**

Art. 3º - Poderão concorrer à eleição para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- COMSEA, para o Biênio 2015/2017, entidades e organizações não governamentais, distribuídos na seguinte classificação:

a) 02 (dois) movimento sindical, de empregados e patronal, urbano e rural;

b) 02 (dois) associação de classes profissionais e empresariais;



c) 02 (dois) instituições religiosas de diferentes expressões de fé, existentes no Município;

d) 02 (dois) movimentos populares organizados, associações comunitárias;

e) 02 (dois) organizações não governamentais atuantes nas áreas de assistência social e/ou saúde.

Dos documentos para inscrição de entidades e organizações candidatas:

Art. 4º - As entidades e organizações não governamentais, deverão se inscrever para participar do Fórum, apresentando um Ofício de preferência em papel timbrado da respectiva entidade ou organização, devidamente assinado por seu representante legal, contendo:

I- o interesse em concorrer a uma vaga no Conselho Municipal De Segurança Alimentar e Nutricional- COMSEA;

II- o nome de 02 (dois) representantes que participarão da assembleia de eleição no dia do Fórum;

III- o nome de um Titular e um Suplente caso a entidade ou organização seja eleita.

Art. 5º - Os documentos solicitados no Artigo 4º deste Edital deverão ser protocolados ou enviados pelo endereço eletrônico: [conselhosmunicipais@cacador.sc.gov.br](mailto:conselhosmunicipais@cacador.sc.gov.br) anexando o ofício referido no artigo anterior do dia 20 de novembro de 2015 na Secretaria Executiva do COMSEA, sito à Rua Conselheiro Mafra, 53 - Centro - Caçador/SC, no período das 13h00 às 19h00.

Da Análise das Entidades/Organizações Candidatas e Dos Recursos

Art. 6º - Recebidas as Inscrição das Entidades, a Comissão Eleitoral realizará a análise para deferimento ou indeferimento das inscrições para concorrer no presente Fórum de Eleição, bem como a classificação destas conforme estabelecido nos artigos 3º e 4º deste edital.

Art. 7º - A relação das inscrições deferidas e indeferidas, conforme classificação será publicada no dia 25 de novembro de 2015 no site da Prefeitura Municipal de Caçador endereço: [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br) cabendo recurso ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional no dia 26 de novembro no período das 13h00 às 19h00.

Art. 8º - No caso do não preenchimento das vagas para as representações, a vaga subsequente será a terceira mais votada das demais categorias.

Da realização do Fórum de Eleição

Art. 9º - O Fórum de Eleição das Entidades e Organizações não Governamentais para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será coordenado pela Comissão Organizadora, composta por 05 (cinco) membros: Marilene Ruppel Mantovani, Sandra Spautz Granemann, Zilá Meireles Garcia, Ana Cristina Hagemann e Vanessa Dal Bosco Susin, tendo como Secretária Executiva: Cristiani Baldicera Granemann.

Parágrafo Único - Cabe à Comissão Eleitoral e a Secretaria Executiva do COMSEA, dar ciência dos termos deste Edital de Convocação do Fórum de Eleição ao Ministério Público e às Entidades da sociedade civil habilitadas a participarem do presente pleito.

Art. 10 - A Comissão Eleitoral responsabilizar-se-á por:

- Registrar a Ata da abertura ao término do Fórum de Eleição, contendo local, data, horário, bem como eventuais ocorrências;
- Colher as assinaturas dos participantes.

Art. 11 - O Fórum de Eleição terá início com a apresentação pela Comissão Eleitoral do procedimento de escolha das Entidades da

sociedade civil que comporão o COMSEA para o Biênio 2015/2017.

Art. 12 - As representações concorrentes serão apresentadas aos participantes do Fórum, que após farão o processo de escolha das 10 (dez) Entidades da sociedade civil para comporem o COMSEA no biênio 2015/2017.

Da Proclamação dos Eleitos

Art.13 - Após a apuração dos votos, a comissão eleitoral apresentará aos presentes o nome das entidades da sociedade civil que irão compor o COMSEA no Biênio 2015/2017 eleitas pelo Fórum, sendo o resultado registrado em ata e publicado no endereço: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Das Disposições Finais

Art.14 - A função de membro de Conselho é considerada de interesse público relevante e não remunerado.

Art. 15 - Os conselheiros que representam as entidades da sociedade civil escolhidas que comporão o COMSEA terão as seguintes responsabilidades:

I. Participar de reuniões ordinárias mensalmente, segundo o cronograma fixado pela plenária no início de cada exercício;

II. Conhecer e cumprir o regimento interno e demais legislações em vigor.

Art.16 - Em caso de omissão deste Edital, as questões serão resolvidas pela Comissão Eleitoral, assim como, pelos participantes votantes do Fórum de Eleição,

Caçador, 03 de dezembro de 2015.

Marilene Ruppel Mantovani

Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002, de 27 de outubro de 2015.

Convoca aprovados em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 37 e 41, da Constituição Federal, combinado com o art. 17, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto no art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONVOCA:

Os cidadãos classificados conforme Edital de Concurso Público nº 002/2015, para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, de acordo com o Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, que homologou a Listagem Final de Classificação do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Caçador, Fundação Municipal de Esportes, Fundação Municipal de Cultura e Fundação Municipal do Meio ambiente, conforme sequência de classificação:

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

CLASS.: ANA PAULA CARDOSO DE LIMA

WILLIAN CARDOSO

ELIANE FATIMA ESTANISLOWSKI

JANAÍNA FERREIRA DE SOUZA

CLAUDETE NATUS

a) Os cidadãos deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Concurso Público.

b) A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 27 de outubro de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

### **PORTARIA Nº 26.059**

PORTARIA Nº 26.059, de 13 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à Servidora Pública Municipal VALDICLEIA APARECIDA FERREIRA, Matrícula 3265, cargo Psicólogo, 35 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, para o fim de regularizar o retorno antecipado de licença prêmio (15 dias), concedida pela Portaria nº 18.075, de 30/04/2008, para reassumir funções no CAPS II, Licença Prêmio a que faz jus especificando período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Período de Aquisição	Período de Gozo
01/08/2002 a 01/08/2007	01/09/2015 a 24/09/2015

Art. 2º. Concede à Servidora Pública Municipal VALDICLEIA APARECIDA FERREIRA, Licença Prêmio a que faz jus especificando período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Período de Aquisição	Período de Gozo
01/08/2002 a 01/08/2007	25/09/2015 a 23/11/2015

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 19 de outubro de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### **PORTARIA Nº 26.067**

PORTARIA Nº 26.067, de 13 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17 de agosto de 2011,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, férias regulamentares, acrescidas do adicional de férias, especificando: código, período de aquisição, nome das servidoras e período de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
12016	Fabiola Linhares Gonçalves Bueno	05/07/2014 a 04/07/2015	16/11/2015 a 30/11/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 13 de outubro de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.



**PORTARIA Nº 26.068**

PORTARIA Nº 26.068, de 13 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, e ainda na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

**RESOLVE:**

CONTRATAR, por tempo determinado, a cidadã, a seguir relacionada, para atuar junto à Unidade de Ensino da Secretaria Municipal da Educação, de acordo com a Classificação em Processo Seletivo conforme o Edital SME 002/2013, com resultado final homologado pelo Decreto nº 5.865, de 20 de Dezembro de 2013, especificando: código, nome, cargo, referência, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Local de Atuação	Motivo da Contratação	Período
14039	Angelita Milek Alano de Souza	Auxiliar de Creche e Berçário	1/A	40	CMEI Sonho Encantado	VV. Roseli K. Golin, Lic. Trat. Saúde	23/09/2015 a 12/11/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 13 de outubro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 26.069**

PORTARIA Nº 26.069, de 13 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, e ainda na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

**RESOLVE:**

CONTRATAR, por tempo determinado, a cidadã, a seguir relacionada, para atuar junto à Unidade de Ensino da Secretaria Municipal da Educação, de acordo com a Classificação em Processo Seletivo conforme o Edital SME 002/2013, com resultado final homologado pelo Decreto nº 5.865, de 20 de Dezembro de 2013, especificando: código, nome, cargo, referência, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Local de Atuação	Motivo da Contratação	Período
14040	Silvana Granemann	Profª do Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	VV. Mellina Pereira Scalabrin, Licença Trat. Saúde	02/10/2015 a 09/11/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 13 de outubro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 26.075**

PORTARIA nº 26.075, de 13 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, em razão de faltas injustificadas no mês de agosto de 2015, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de dias/horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas	Cargo
13985	Jessica Luana da Silva Lopes	06 dias	Agente Comunitário de Saúde
13979	Kassia de Lima	06 dias	Agente Comunitário de Saúde
14014	Flavia Alessandra Carlos da Silva	01 dia	Agente Comunitário de Saúde

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 13 de outubro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Luzia Michelina dos Santos – SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

### **PORTARIA Nº 26.076**

PORTARIA Nº 26.076, de 13 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 113, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, abaixo nominada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme atestado médico apresentado, especificando código, nome, cargo, familiar, número de dias e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Familiar	Nº de Dias	A contar de:
10459	Marilena Tibes Kemp	Auxiliar em Saúde Bucal	Mãe	90 dias	01/09/2015 a 29/11/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 13 de outubro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Luzia Michelina dos Santos – SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

### **PORTARIA Nº 26.080**

PORTARIA nº 26.080, de 16 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados e/ou em exercício na Secretaria Municipal da Infraestrutura, em razão de faltas injustificadas no período de 16/09/2015 a 15/10/2015, especificando: códigos, nomes e quantidade de horas ou dias, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Dias/Horas
427	Luiz Gonçalves	05 dias
247	Orlando Nivaldo da Silva	01 dia

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 16 de outubro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Pedro Henrique P. Garcia – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA.

**PORTARIA Nº 26.096**

PORTARIA Nº 26.096, de 19 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados na DITTESC, o pagamento do serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, referente período de 15/09/2015 a 14/10/2015, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas:

Código	Nome	Nº de horas	Lotação
8337	Antonio Carlos Moraes da Conceição	18hs	DITTESC
10292	Edgar Aimi	12hs	DITTESC
13313	Eliziane Grassmann	10hs	DITTESC
9195	Gustavo Pedrotti Boscari	24hs	DITTESC
9201	José Augusto Moreira do Prado	18hs	DITTESC
12602	Mauricio Bolduan	24hs	DITTESC
12603	Sandro Claudinei Kieski	03hs50min	DITTESC
10296	Viviane Domingos Muller Vosgrau	12hs	DITTESC

Art. 2º. Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto à Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador – DITTESC, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, prestado no período de 15/09/2015 a 14/10/2015, especificando código, nome dos servidores e número de horas prestadas:

Código	Nome	Nº de horas	Lotação
8628	Angela Knebel	75hs	DITTESC
8337	Antonio Carlos Moraes da Conceição	36hs	DITTESC
10300	Carlos Venâncio dos Santos	144hs	DITTESC
10297	Claudio Sonogo	45hs	DITTESC
10292	Edgar Aimi	38hs	DITTESC
8336	Fernando Antonio Sinhorin	35hs	DITTESC
9201	José Augusto Moreira do Prado	144hs	DITTESC
1444	José Scheffemacher Ribeiro	144hs	DITTESC
1457	José Vilmar Soares de Miranda	144hs	DITTESC
8335	Marcio Faccioni de Mello	45hs	DITTESC
12602	Maurício Bolduan	45hs	DITTESC
780	Oscar Ribeiro Gonçalves	144hs	DITTESC

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 19 de outubro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Allex Atolini Silva – Diretor Geral da DITTESC.

**PORTARIA Nº 26.100**

PORTARIA nº 26.100, de 19 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados e/ou em exercício na Secretaria Municipal de Saúde, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestado no período de 01/09/2015 a 30/09/2015, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas			
1964	Adelar Geraldo Piran	48hs24min			
13369	Adilso da Silva	60hs00min			
7982	Adriana Bento Grobe	32hs43min			
10788	Aires Roberta da Rosa Brandalise	12hs37min			

1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	58hs22min			
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	40hs00min			
1453	Alvaro Santos de Castro	60hs00min			
13368	Antonio Rogerio Nhaia	60hs00min			
11809	Clairton Mario Correa	40hs00min			
831	Clarice Abraao	24hs37min			
8413	Claudete Maria Bento Corrente	36hs27min			
12794	Doraci de Jesus Soares	40hs00min			
2027	Edezio Recalcatti	60hs00min			
11217	Edinéia Aparecida da Silva Batista	06hs06min			
11057	Elisa Regina Kruger Possenti	32hs31min			
7744	Elisandra Diedrich	30hs03min			
830	Eloir do Carmo Antunes	12hs25min			
12771	Erica Tasca	38hs32min			
3278	Frenezi de Oliveira	25hs00min			
10485	Helio Luiz Wirschum	40hs00min			
7707	Ivanir Weber	36hs00min			
12454	Jair de Azeredo	54hs05min			
11890	Jorge Jair de Moura Borges	37hs45min			
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	20hs45min			
10831	Katia Possamai	24hs29min			
1307	Laura Henrique de Andrade	26hs05min			
7981	Laurita Aparecida Faustino	40hs00min			
12858	Leandro Medeiro	60hs00min			
967	Leila Alves Spegiorin	40hs00min			
11851	Leticia Maria Rostirolla	26hs10min			
12590	Loraine Borghetti Rotta	30hs56min			
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	36hs12min			
11032	Luiz Antônio Wanciw	24hs40min			
7824	Maicon Sgarbossa	14hs52min			
7784	Mara Rubia Cordeiro	13hs08min			
3852	Marcia de Araújo Mattia	40hs00min			
1214	Marcio Bassani	54hs10min			
12844	Marcos Antonio Pires de Moraes	60hs00min			
1725	Maria de Jesus Souza	31hs34min			
9385	Maria Eva Martins	32hs16min			
3273	Maria Estela Cavichioli	19hs51min			
9393	Maria Helena Moreira Magalhães	27hs20min			
12893	Marlene Aparecida dos Anjos	22hs52min			
8331	Mônica Michele Witiuk	40hs00min			
2650	Odiney Leite	55hs27min			
11886	Paula Francielly Zitkiewicz	25hs19min			
4606	Regiane Aparecida Resende	06hs33min			
8479	Rejane Serafini	12hs08min			
10102	Rosa Meri Coluzzi	30hs02min			
1720	Sandro José Neres da Rocha	60hs00min			
3437	Sayonara Galina	19hs22min			
135	Sueli Terezinha Bueno	30hs51min			
10785	Vagner Gonçalves	25hs02min			
749	Valdecir José Pereira da Silva	60hs00min			
1376	Veroni Salete Dalaqua	40hs00min			
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	40hs00min			
1535	Vilmar Miguel Dobner	60hs00min			
10790	Willian Cardoso Ribeiro	24hs01min			
95	Alessandro Luiz Ribeiro	59hs22min			

Art. 2º. CONCEDE aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, realizado no período de 01/09/2015 a 30/09/2015, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas			
1964	Adelar Geraldo Piran	20hs28min			
13369	Adilso da Silva	60hs50min			
7982	Adriana Bento Grobe	16hs58min			

1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	03hs25min			
7739	Alice Loreni Gomes De Lafavera	07hs59min			
1453	Alvaro Santos de Castro	43hs51min			
13368	Antonio Rogerio Nhaia	49hs51min			
11809	Clairton Mario Correa	12hs23min			
831	Clarice Abraao	86hs03min			
2027	Edezio Recalcatti	64hs36min			
11057	Elisa Regina Kruger Possenti	07hs51min			
7744	Elizandra Diedrich	04hs21min			
830	Eloir do Carmo Correia Antunes	01hs05min			
12771	Erica Tasca	00hs56min			
3278	Frenezio de Oliveira	06hs30min			
7707	Ivanir Weber	23hs56min			
12454	Jair de Azeredo	14hs53min			
11890	Jorge Jair de Moura Borges	13hs58min			
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	05hs29min			
12858	Leandro Medeiro	60hs28min			
967	Leila Alves Speggiorin	20hs07min			
11851	Leticia Maria Rostirolla	13hs58min			
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	23hs56min			
11032	Luiz Antônio Wanciw	94hs02min			
7784	Mara Rubia Cordeiro	00hs36min			
1214	Marcio Bassani	28hs13min			
12844	Marcos Antonio Pires de Moraes	58hs57min			
3273	Maria Estela Cavichioli	07hs59min			
13465	Marilei Dallagnol	80hs04min			
12893	Marlene Aparecida dos Anjos	15hs57min			
2650	Odiney Leite	27hs50min			
11886	Paula Francielly Zitkiewicz	06hs59min			
8479	Rejane Serafini	94hs02min			
1720	Sandro José Neres da Rocha	51hs20min			
10785	Vagner Gonçalves	88hs04min			
749	Valdecir José Pereira da Silva	48hs44min			
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	32hs11min			
1535	Vilmar Miguel Dobner	49hs48min			
10790	Willian Cardoso Ribeiro	20hs57min			

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 19 de outubro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Luzia Michelina dos Santos – SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

## PORTARIA Nº 26.101

PORTARIA nº 26.101, de 19 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados nas Secretarias Municipais da Administração, do Governo e da Educação, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestado no período de 15/09/2015 a 14/10/2015, especificando: código, nome dos servidores, quantidade de horas e Secretaria/órgão de lotação, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas	Secretaria/Órgão
8	Darci Alves	13hs54min	001
12735	Carlos Rogerio Leme Navarro	28hs00min	001
6833	Cassia Regina Garcia Maciel	38hs20min	005

1517	Iria dos Prazeres de Souza	35hs00min	008
1439	Isaac Alves de Mello	25hs00min	Aeroporto
1210	Ivanir Baseggio	60hs00min	030
1993	Parcival Antonio Pinzigher	60hs00min	030

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 19 de outubro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

## PORTARIA Nº 26.104

PORTARIA nº 26.104, de 20 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, em razão de faltas injustificadas no período de 01/09/2015 a 30/09/2015, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas	Cargo
12772	Adair das Graças Martins Cardoso	14hs19min	Auxiliar Enfermagem - ESF
11728	Alessandra Heberle	02hs	Auxiliar Saúde Bucal
984	Ana Cristina Hagemann	00hs24min	Nutricionista
1771	Aurélío Luiz Arrabar	22hs08min	Odontólogo
12038	Camila Domingues da Silva	07hs10min	Auxiliar Saúde Bucal ESF
13967	Caroline Tramontini	00hs44min	ACS
13983	Cybelli Aparecida Ribeiro dos Santos	04hs	ACS
13966	Daniela Kist Busnardo Cabral	08hs	Médico
11937	Dirce Teresinha Mantovani	13hs32min	ACS
10766	Edina Ferreira Lopes	01hs44min	Auxiliar de Enfermagem
12021	Eliane Gouveia	12hs48min	ACS
10768	Elisangela de Fatima Borges	01hs55min	Técnico em Enfermagem
12592	Elizabeth Mary Kinceller	04hs23min	Médica
7744	Elizandra Diedrich	07hs	Técnico em Enfermagem
830	Eloir do Carmo Correia Antunes	06hs	Auxiliar de Enfermagem
12055	Franciele Carneiro	09hs03min	ACS
15	Giovane Ernandes T. Oliveira	06hs	Agente Serv. Agric. Flor.
11865	Gislaine Lemes da Silva	02hs34min	ACS
12873	Giuliano Metelski	01hs	Psicólogo ESF
13838	Glotilde Casaletti Sartori	03hs27min	Diretor Serv. Vigil. Saúde
12589	Iara Aparecida Speggiorin	01hs09min	Enfermeiro
11936	Ionice Aparecida Alves da Cruz	00hs51min	ACS
11959	Iracema França dos Santos	00hs41min	ACS
12058	Jessica Coradi	00hs55min	Odontólogo
14030	Joice Debora Ribeiro	04hs	Fisioterapeuta
12017	Josiane Domingos Camargo	04hs07min	ACS
967	Leila Alves Speggiorin	24hs	Auxiliar de Enfermagem
11939	Lindair Meireles Pereira de Oliveira	03hs25min	ACS
5635	Luciano Caregnato	23hs24min	Odontólogo
405	Luciano Coluzzi	03hs50min	Auxiliar Serviços Gerais

11967	Lucimar dos Santos	13hs01min	ACS
3751	Luiz Henrique Grando Padilha	04hs	Odontólogo
12663	Marcos Antonio Henning	02hs22min	Médico
4741	Mariane Rafaela Seidel	04hs	Bioquímico
11965	Marilene de Cassia Favero	25hs13min	ACS
11948	Marines Motta Proencio	08hs00min	ACS
13846	Miriam Germano de Gois	00hs53min	ACS
10461	Mirian Ficagna	07hs28min	Auxiliar Consult. Dent.
11944	Neiva da Aparecida de L. C. do Prado	06hs46min	ACS
13887	Renata Machado Aires	05hs18min	Odontólogo
12059	Rodolfo Lorengo da Rosa	02hs18min	Odontólogo
11960	Roseli Aparecida Ferreira Cordeiro	16hs	ACS
11869	Sandra de Fatima Ribeiro	00hs30min	ACS
11955	Sandra Regina Jarschel	16hs	ACS
11968	Silvana Aparecida Santana de Moraes	19hs38min	ACS
10224	Simone do Nascimento Cardoso	03hs18min	Técnico em Enfermagem
13585	Susileide Daniele Rodrigues Putti	11hs54min	Odontólogo
13976	Tanally Antunes de Lima	06hs13min	ACS
11871	Tatiana Moraes	06hs37min	ACS
3386	Terezilda Scolaro	08hs	Auxiliar de Serviços Gerais
14019	Thabita Kelyne Rotta	08hs40min	Técnico em Enfermagem
12795	Thiago Muniz de Lima	08hs	Médico
7673	Valeria da Silva	01hs10min	Auxiliar em Saúde Bucal
11859	Vanira Santos de Moraes	15hs28min	ACS
13969	Vilma de Fatima de Souza	01hs32min	ACS
11814	Wania Aline Figura	07hs16min	Enfermeiro

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 20 de outubro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Luzia Michelina dos Santos – SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

### PORTARIA Nº 26.105

PORTARIA Nº 26.105, de 20 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de Empregos Públicos e dá outras providências,

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, o contrato da Servidora Pública Municipal, abaixo especificada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, especificando código, nome, cargo, carga horária semanal e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C.H.	A contar de/A partir de:
13925	Neridiana da Gloria Nizer	Agente Comunitário de Saúde – EACS	40	16/10/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 20 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Luzia Michelina dos Santos – SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE.



**PORTARIA Nº 26.106**

PORTARIA Nº 26.106, de 20 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 6º, da Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal, e dá outras providências,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, o pagamento de gratificação de produtividade, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), a que fazem jus, referente ao período aquisitivo de 01/09/2015 a 30/09/2015, especificando código, nome e cargo:

Código	Nome	Cargo
11940	Classir Terezinha Fenili	Agente Comunitário de Saúde
11937	Dirce Teresinha Mantovani	Agente Comunitário de Saúde
12016	Fabiola Linhares Gonçalves Bueno	Agente Comunitário de Saúde
11936	Ionice Aparecida Alves da Cruz	Agente Comunitário de Saúde
11882	Ivone Aparecida Sebem	Agente Comunitário de Saúde
11953	Janete Aparecida Gabardo	Agente Comunitário de Saúde
11954	Maria Bernadete Piacentini	Agente Comunitário de Saúde
13974	Marissol de Santana Neves	Agente Comunitário de Saúde
11942	Sarita de Oliveira Zanotto	Agente Comunitário de Saúde

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 20 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Luzia Michelina dos Santos – SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

**PORTARIA Nº 26.109**

PORTARIA Nº 26.109, de 20 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17 de agosto de 2011,

**RESOLVE:**

CONCEDER às Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, lotadas na Secretaria Municipal da Saúde, cargos de Agente Comunitário de Saúde – EACS, férias regulamentares, acrescidas do adicional de férias, especificando: código, período de aquisição, nome das servidoras e período de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
12017	Josiane Domingos Camargo	05/07/2013 a 04/07/2014	11/11/2015 a 20/11/2015
11944	Neiva da Aparecida de Lima Carlim do Prado	18/06/2014 a 17/06/2015	16/11/2015 a 15/12/2015
11869	Sandra de Fatima Ribeiro	21/05/2014 a 20/05/2015	26/10/2015 a 09/11/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 20 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Luzia Michelina dos Santos – SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

**PORTARIA Nº 26.110**

PORTARIA Nº 26.110, de 20 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Ordinária nº 1.889, de 22/04/2003 e Lei Ordinária nº 1.932, de 02/07/2003, que dispõe sobre o pagamento de gratificação de produtividade,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, gratificação por produtividade, referente ao período de 15/09/2015 a 14/10/2015, especificando código, nome, cargo, referência, secretaria de lotação e pontuação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Ref.	Sec.	Pontuação
12763	Gecione Correa Garcia	Fiscal Tributaria	37	023	1.000
12872	Gustavo Spuldaro Tanno	Fiscal Tributaria	37	002	1.000
6814	Jaqueline Carneiro Pinzegher	Fiscal Tributaria	37	023	1.000
154	Silvio José Ferrareze Godinho	Fiscal de Obras e Posturas	22	IPPUC	1.000
801	Nedival Rodrigues Cruz	Fiscal de Obras e Posturas	22	023	1.000
3277	Gisele Aparecida Mandelli	Fiscal de Obras e Posturas	22	023	1.000
11775	Ariel Bleichuehl Dallazem	Fiscal de Obras e Posturas	22	IPPUC	1.000
11776	Maicon Faccioni de Mello	Fiscal de Obras e Posturas	22	IPPUC	1.000
12577	Mara do Amaral e Silva	Fiscal de Obras e Posturas	22	023	1.000
13312	Ana Claudia S. Carpes Biela	Fiscal de Obras e Posturas	22	006	1.000
13315	Louise Pereira Ruppel	Fiscal de Obras e Posturas	22	002	1.000
13959	Juliana Sombrio	Fiscal de Obras e Posturas	22	IPPUC	1.000

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 20 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 26.112**

PORTARIA Nº 26.112, de 20 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, e art. 60, I, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação, licença para tratamento de saúde, especificando código, nome do servidor, cargo, local de atuação, dias de afastamento, dias lançados para pagamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Total de Dias	Dias Lançados	Período – A Contar de:
13378	Nelson Florencio da Silva	Supervisor do Programa de Atenção ao Idoso	Secretaria Assistência Social e Habitação	60 dias	15 dias, após INSS	01/10/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 20 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 26.125**

PORTARIA Nº 26.125, de 28 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO A PORTARIA Nº 26.085, de 19 de outubro de 2015, que rescinde o contrato do Servidor Público Municipal CLAUDINEI ALVES PEREIRA, cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, matrícula 13282, com efeitos a contar de 28 de outubro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 28 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Pedro Henrique P. Garcia – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

**PORTARIA Nº 26.126**

PORTARIA Nº 26.126, de 28 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR o Servidor Público Municipal CLAUDINEI ALVES PEREIRA, do cargo em comissão de Assessor do Secretário da Fazenda, do Grupo de Cargos em Comissão, Referência CC-4, vinculado à Secretaria Municipal da Fazenda, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar de 28 de outubro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 28 de outubro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.127**

PORTARIA Nº 26.127, de 28 de outubro de 2015.

Dispõe sobre nomeação de Servidora Pública Municipal aprovada em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015 e Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, que homologou o resultado final do concurso, a cidadã abaixo relacionada, para ocupar cargo no Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Cultura - FMC, especificando nome, cargo, referência, carga horária semanal e data de nomeação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Data de nomeação
Minéia Mafioleti	Instrutor de Dança	22	40	03/11/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 28 de outubro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.129**

PORTARIA Nº 26.129, de 29 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER à Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, lotada no IPPUC, férias regulamentares acrescido do adicional de férias, especificando: código, nome da servidora, período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
17	Thaelys Varaschin Olsen Peruzzolo	03/02/2014 a 02/02/2015	03/11/2015 a 12/11/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 29 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**RESOLUÇÃO Nº 22 CMDCA**

Resolução 22/2015 de 28 de outubro de 2015

Dispõe sobre a convocação de suplente do Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.214 de 31 de março de 2015.

CONSIDERANDO o Auxílio Doença da Conselheira Tutelar Sra. Marilaine Chaves Witiuk, apresentado no dia 24/06/2015 até o dia 09/11/2015.

**Resolve:**

Art. 1º – Convocar e nomear a seguinte conselheira suplente: Maria Augusta Nhoato para que substitua a Conselheira Marilaine Chaves Witiuk que se encontra afastada do trabalho por motivo de doença até dia 09/11/2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 28 de outubro de 2015.

MARIZETE FÁTIMA IACZINSKI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

**RESOLUÇÃO Nº 23 CMDCA**

Resolução 23/2015 de 28 de outubro de 2015

Dispõe sobre a convocação de suplente do Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.214 de 31 de março de 2015.

CONSIDERANDO o Ofício 174/2015 do dia 20 de agosto de 2015 do Conselho Tutelar que dispõe sobre o cronograma de gozo de férias das Conselheiras Tutelares no período de 25/09/2015 à 08/01/2016.

**Resolve:**

Art. 1º – Convocar e nomear a seguinte conselheira suplente: Adriana Pegoraro Donatti para cobrir as férias (vaga vinculada) das Conselheiras Tutelares durante o período de 25/09/2015 às 08/01/2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 28 de outubro de 2015.

MARIZETE FÁTIMA IACZINSKI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

# Camboriú

## PREFEITURA

### DL 05/15 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 005/2015 – FMS

Data: 29/10/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE FRALDAS PARA ATENDER A DEMANDA E CUMPRIR AS AÇÕES JUDICIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PELO PERÍODO DE 6 MESES, AUTO Nº0900094-07.2015.8.24.0113 - SEVERINO PERTILE PASTRO, AUTOS Nº0900093-22.2015.8.24.0113 - AURORA GLÓRIA PASTRO, AUTOS Nº 0900098-44.2015.8.24.0113 - MARIA MARLENE CACHOEIRA.

Valor total: R\$ 1.369,35 (Um Mil Trezentos e Sessenta e Nove Reais e Trinta e Cinco Centavos).

Secretaria: Secretaria Municipal da Saúde.

Contratada: B.E NOLDIN & CIA LTDA ME

Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV" da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 29 de Outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

### LEI N.º 2.861/2015

LEI N.º 2.861/2015

Dispõe sobre a autorização de transferência de recursos financeiros mediante a celebração de convênio entre o Município de Camboriú e o Estado de Santa Catarina, por meio Polícia Militar de Santa Catarina - PMSC, para aquisição de equipamentos permanentes e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina, por meio Polícia Militar de Santa Catarina - PMSC, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.931.550/0001-51, com sede na Rua Visconde de Ouro Preto, n.º 549, Centro, Florianópolis/SC, para aquisição de equipamentos permanentes.

Art. 2º O objeto do convênio consiste na transferência de recursos financeiros ao Estado de Santa Catarina/Polícia Militar para a aquisição de armamentos de fogo (carabinas, submetralhadoras, fuzis), munições de armas de fogo e equipamentos de proteção de armas de fogo (escudos balísticos, capacetes balísticos, coletes), a serem utilizados exclusivamente pela 1ª Companhia do 12º Batalhão de Polícia Militar, com sede no Município de Camboriú.

Parágrafo único. A transferência de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será realizada em parcela única, para o Fundo de Melhoria da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina - FUMPOM, inscrito no CNPJ sob o n.º 13.925.994/0001-07, no valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 3º Ato contínuo, fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a suplementar, mediante decreto, o orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinado à cobertura das despesas deste convênio, conforme disposto nos artigos 40 a 43 da Lei Federal n.º 4.320/1964, conforme segue:

Órgão: 11 - Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú

Unidade: 11.01 - Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú

Função: 06 - Segurança Pública

Programa: 13 - Gestão da Segurança

Subfunção: 181 - Policiamento

Recurso: 01.0010 - Convênio de Trânsito - Militar

Projeto/Atividade: 2.053 - Manut. dos Recursos do Convênio Polícia Militar

Elemento: 3.3.50.00 - Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Código Reduzido: 06

Valor: R\$ 80.000,00

Art. 4º Constitui recursos para cobrir as despesas do artigo 3º desta Lei, a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente:

Órgão: 11 - Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú

Unidade: 11.01 - Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú

Função: 06 - Segurança Pública

Programa: 13 - Gestão da Segurança

Subfunção: 181 - Policiamento

Recurso: 01.0010 - Convênio de Trânsito - Militar

Projeto/Atividade: 2.053 - Manut. dos Recursos do Convênio Polícia Militar

Elemento: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Código Reduzido: 05

Valor: R\$ 80.000,00

Art. 5º A prestação de contas dos valores recebidos dar-se-á no prazo de 12 (doze) meses, na forma da legislação vigente.

Art. 6º Fica revogada a Lei Municipal n.º 2.846/2015.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 27 de outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

### PR 86/15 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 086/2015-PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO, COM COLOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE OBJETOS DE ILUMINAÇÃO DESTINADO À DECORAÇÃO DO NATAL LUZ DE 2015.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal n.º 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 12 (Doze) de Novembro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 29 de Outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

**RESULTADO PR 20/15 - FME**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2015-FME

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:  
"DESERTA"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 29 de Outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

**TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO N.º 02/01/2013**

RESUMO DE TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO

CAMBORIUPREV

Contrato Nº02/01/2013

Carta Convite Nº 001/2012

Contratada: ICONP CONTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA LTDA

Data: 30/09/2015

Do Distrato: As partes resolvem, nesta data, de comum acordo, nas razões de suas faculdades, dissolver quaisquer direitos e obrigações oriundas do contrato de parceria firmado entre elas, de forma a não restar quaisquer resquícios de ônus financeiro ou obrigacional relativos ao mesmo. Todas as cláusulas e condições contidas no presente se encontram, desde já, DISTRATADAS. Afirmam por este e na melhor forma de Direito, dando total e irrestrita quitação sobre todos os direitos e obrigações oriundos do contrato de parceria, não havendo quaisquer pendências a reclamar.

DIONETE CESARIO ALBINO

Presidente do Instituto



# Campo Alegre

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 9.385 DE 28 DE OUTUBRO DE 2015

#### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.385 DE 28 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), a fim de suplementar o Elemento de Despesa da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental		
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental		
300000.00.141 -	Despesas Correntes		
330000.00.141 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.141 -	Aplicações Diretas		
339049.00.141 -	Auxílio Transporte	R\$ 200,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação Parcial de Elemento de Despesa da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.02 -	Serviço do Ensino Fundamental		
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental		
300000.00.141 -	Despesas Correntes		
310000.00.141 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.141 -	Aplicações Diretas		
319004.00.141 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 200,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

28 de Outubro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 30/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 9.386 DE 28 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 9.386 DE 28 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESAS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1034,92 (mil e trinta e quatro reais e noventa e dois centavos), no seguinte Elemento de Despesa de Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esportes e Lazer.		
11.01 -	Coordenadoria de Cultura		
13.392.0082.2.107 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		

339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.034,92	
-----------------	--	--------------	--

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial de Elementos de Despesas de Dotação do Orçamento vigente.

11.01 -	Coordenadoria de Cultura		
13.392.0082.2.107 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.024,92	
339047.00.896 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 10,00	
	Total	R\$ 1.034,92	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
28 de Outubro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 30/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 9.387 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.387 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESAS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), nos seguintes Elementos de Despesas de Dotações do Orçamento Vigente.

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.		
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico.		
23.694.0026.2.109 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 5.500,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial de Elementos de Despesas de Dotações do Orçamento vigente.

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.		
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico.		
23.694.0026.2.109 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 1.326,61	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 3.673,39	
339047.00.896 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 500,00	
	Total	R\$ 5.500,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

29 de Outubro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 30/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **DECRETO Nº 9.388 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.388 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito suplementar no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), na seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
10.301.0052.2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde – FMS	
300000.00.842 -	Despesas Correntes	
310000.00.842 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.842 -	Aplicações Diretas	
319004.00.842 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 6.500,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
10.301.0052.2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde – FMS	
300000.00.842 -	Despesas Correntes	
310000.00.842 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.842 -	Aplicações Diretas	
319011.00.842 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 6.500,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de Outubro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
29 de Outubro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 30/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 9.389 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015****GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 9.389 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), na seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre – IPRECAL.

94.00 -	IPRECAL – Instituto de Previdência Social	
94.02 -	IPRECAL – Instituto de Previdência Social	
09.272.0066.2.033 -	Pagamento de Aposentadorias, Pensões e Benefícios Temporários	
300000.00.102 -	Despesas Correntes	
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.102 -	Aplicações Diretas	
339001.00.102 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 3.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

94.00 -	IPRECAL – Instituto de Previdência Social	
94.02 -	IPRECAL – Instituto de Previdência Social	
09.272.0066.2.033 -	Pagamento de Aposentadorias, Pensões e Benefícios Temporários	
300000.00.102 -	Despesas Correntes	
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.102 -	Aplicações Diretas	
339003.00.102 -	Pensões	R\$ 3.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com Efeitos Retroativos a 28/10/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

29 de Outubro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 30/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**EDITAL DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES CONCURSO PÚBLICO Nº 005/2015 E PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015****GABINETE DO PREFEITO**

EDITAL DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES

CONCURSO PÚBLICO Nº 005/2015 E

PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, resolve tornar público o presente Edital de deferimento das inscrições do Concurso Público Municipal nº 005/2015 e Processo Seletivo nº 003/2015.

Art.1º - Consta do Anexo Único do presente Edital a Lista de candidatos que tiveram suas inscrições deferidas.

Art.2º - Não houve inscrições para candidatos Portadores de Necessidades Especiais – PNE.

Art.3º - Caso algum candidato tenha sua inscrição indeferida, poderá interpor recurso contra o presente Edital de deferimento das Inscrições, conforme dispõe o item 7 do ATO CONVOCATÓRIO PARA SELEÇÃO POR CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO (modelo 1 – RECURSO DEFERIMENTO/INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO). O prazo para interposição de recurso iniciará às 8h do dia 03/11/2015 e termina às 23h59min59seg do dia 04/11/2015 (horário oficial de Brasília).

Para que não se alegue ignorância, o presente Edital será afixado no Mural Sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC., e publicado na íntegra, nos seguintes endereços eletrônicos: e [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Campo Alegre/SC., 29 de Outubro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO ÚNICO

EDITAL DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES  
CONCURSO PÚBLICO Nº 005/2015 E  
PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015  
(EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ÚNICO)

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME
01	Médico I	Siegrid Kurzawa Zwiener dos Santos
03	Médico I	Jürgen Beuther
13	Médico I	Margarita Conceição Rojas Soto
14	Médico I	Rosimar Barrozo Braga
02	Médico II	Ingrid Kurzawa Zwiener Ostermayer
04	Médico II	Ricardo Gomes Martins
06	Médico II	Jürgen Beuther
07	Médico II	Francisco José Carvalho Vieira
10	Médico II	Margarita Conceição Rojas Soto
12	Médico II	João Adolfo Oswald Scharan
05	Médico IV	Francisco José Carvalho Vieira
08	Médico IV	Douglas Henrique Golox
11	Médico IV	Juliana Süssenbach Krauss

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 145/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 145/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 145/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PSF - PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE, em data de 20 de Outubro de 2015, no valor de R\$ 450,00 (Quatrocentos reais).

Campo Alegre/SC., 29 de Outubro de 2015.

JOSÉ LUIS SILVA  
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 30/10/2015.

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 146/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 146/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 146/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – Vigilância Sanitária, em data de 16 de Outubro de 2015, no valor de R\$ 7.082,64 (sete mil, oitenta e dois reais e sessenta e quatro centavos).

Campo Alegre/SC., 29 de Outubro de 2015.

JOSE LUIS SILVA

Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 30/10/2015.

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 147/2015**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 147/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 147/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – Vigilância Sanitária, em data de 23 de Outubro de 2015, no valor de R\$ 865,66 (oitocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e seis centavos).

Campo Alegre/SC., 29 de Outubro de 2015.

JOSÉ LUIS SILVA

Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 30/10/2015.

### **PORTARIA Nº 12.248 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.248 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 03 (três) dias de Férias ao Servidor Público Municipal, ANTONIO MARCOS FRANCO, Matrícula Funcional nº 000775, Registro no Sistema sob nº 955394, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Operacional IV, referente ao período aquisitivo 21 de Julho de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 03 de Novembro de 2015 á 05 de Novembro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
29 de Outubro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de:

30/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **PORTARIA Nº 12.249 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.249 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional III, exercendo a função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, CLODOALDO DA ROSA, Matrícula Funcional nº 000104, Registro no Sistema sob nº 183000, referente ao período aquisitivo 12 de Março de 2015 a 11 de Março de 2016.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 03 de Novembro de 2015 á 12 de Novembro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
29 de Outubro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 30/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **PORTARIA Nº 12.250 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.250 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias a Servidora Pública Municipal, TATIANA MARIA MACHADO, Matrícula Funcional nº 000789, Registro no Sistema sob nº 955449, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, referente ao período aquisitivo 26 de Fevereiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 03 de Novembro de 2015 á 12 de Novembro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
29 de Outubro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 30/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 12.251 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 12.251 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015  
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 9º e seus respectivos Parágrafos, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Prorrogar a Licença Maternidade da Servidora Pública Municipal SILVIA SCHMANSKI BLASKOVSKI, Matrícula Funcional nº 000513, Registro no Sistema sob nº 954609, ocupante do Cargo Público de Professor I e exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, por um período de 60 (sessenta) dias, a partir de 05 de Novembro de 2015 a 03 de Janeiro de 2016.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 29 de Outubro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 30/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 12.252 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 12.252 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015  
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE  
DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 186, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença por motivo de doença em pessoa da família, pelo período de 60 (sessenta) dias a Servidora Pública, DAISI ISABEL BUCHMANN SCHROEDER, Matrícula Funcional nº 000448, Registro no Sistema sob nº 954393, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Auxiliar de Odontologia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, a partir de 15 de Outubro de 2015 a 06 de Novembro de 2015.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 13 de Dezembro de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
29 de Outubro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 30/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

# Campos Novos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 7375/15

DECRETO Nº 7375/2015 DE 27/10/2015  
DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1477/14 de 01/10/14,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, integrante do Anexo I-grupo I, nível I, do quadro permanente de pessoal – Lei nº 10/2011 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência do pedido de demissão SEM justa causa da titular, CECÍLIA DE VARGAS WREGE, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
27 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 7376/15

DECRETO Nº 7376/2015 DE 27/10/2015  
DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 03/15 de 08/01/15,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de enfermeiro, integrante do Anexo I-grupo IV, nível I, do quadro permanente de pessoal – Lei nº 10/2011 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência da aposentadoria por tempo de serviço do titular, LOURENA DAS NEVES SANTOS GHELLER, retroagindo seus efeitos a 05 de janeiro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
27 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 7377/15

DECRETO Nº 7377/2015 DE 27/10/2015  
DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 318/15 de 24/02/15,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Atendente de Farmácia, integrante do Anexo I-grupo II, nível III, do quadro permanente de pessoal – Lei nº 10/2011 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência da aposentadoria por tempo de serviço do titular, HEDI MARIA TIMMES, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
27 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 7379/15

DECRETO Nº 7379/2015 DE 27/10/2015  
DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 892/15 de 18/03/15,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, integrante do Anexo I-grupo I, nível I, do quadro permanente de pessoal – Lei nº 10/2011 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência da aposentadoria por idade da titular, JUREMA GARCIA DOS SANTOS, retroagindo seus efeitos a 17 de março de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
27 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 7380/15**

DECRETO Nº 7380/2015 DE 27/10/2015

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 903/15 de 23/03/15,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, integrante do Anexo I-grupo I, nível I, do quadro permanente de pessoal – Lei nº 10/2011 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência da aposentadoria por invalidez da titular, MARIA BERNARDETE DA SILVA, retroagindo seus efeitos a 23 de março de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
27 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 7382/15**

DECRETO Nº 7382/2015 DE 27/10/2015

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1000/15 de 01/04/15,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, integrante do Anexo I-grupo I, nível I, do quadro permanente de pessoal – Lei nº 10/2011 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência do pedido de demissão SEM justa causa da titular, MARÍLIA FAGUNDES, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
27 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 7383/15**

DECRETO Nº 7383/2015 DE 27/10/2015

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1006/15 de 16/04/15,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Guarda, integrante do Anexo I-grupo I, nível I, do quadro permanente de pessoal – Lei nº 10/2011 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos

do Município, em decorrência do falecimento do titular, ROBERTO CARLOS DA SILVA, retroagindo seus efeitos a 02 de abril de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
27 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 7384/15**

DECRETO Nº 7384/2015 DE 27/10/2015

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1043/15 de 23/04/15,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Operador de Máquinas, integrante do Anexo I-grupo I, nível V, do quadro permanente de pessoal – Lei nº 10/2011 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência do falecimento do titular, SEBASTIAO CORRÊA DA SILVA, retroagindo seus efeitos a 19 de abril de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
27 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 7387/15**

DECRETO Nº 7387/2015 DE 27/10/2015

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1161/15 de 03/06/15,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, integrante do Anexo I-grupo I, nível I, do quadro permanente de pessoal – Lei nº 10/2011 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência da aposentadoria por invalidez do titular, INELVES TEREZINHA FORNARA LEMOS retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
27 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 7388/15**

DECRETO Nº 7388/2015 DE 27/10/2015

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1163/15 de 10/06/15,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, integrante do Anexo I-grupo I, nível I, do quadro permanente de pessoal – Lei nº 10/2011 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência da aposentadoria por tempo de contribuição do titular, LORI CORONA, retroagindo seus efeitos a 10 de junho de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
27 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 7389/15**

DECRETO Nº 7389/2015 DE 27/10/2015

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1184/15 de 30/06/15,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Médico, integrante do Anexo I-grupo IV, nível VII, do quadro permanente de pessoal – Lei nº 10/2011 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência do pedido de demissão SEM justa causa do titular, MAURO LUIZ VIEIRA, retroagindo seus efeitos a 30 de junho de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
27 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 7390/15**

DECRETO Nº 7390/2015 DE 27/10/2015

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1185/15 de 30/06/15,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Motorista, integrante do

Anexo I-grupo I, nível IV, do quadro permanente de pessoal – Lei nº 10/2011 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência da aposentadoria por tempo de contribuição do titular, DOMINGOS ALDAIR DA SILVA, retroagindo seus efeitos a 30 de junho de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
27 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 7392/15**

DECRETO Nº 7392/2015 DE 27/10/2015

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1236/15 de 22/07/15,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Técnico em Apoio Administrativo, integrante do Anexo I-grupo III, nível I, do quadro permanente de pessoal – Lei nº 10/2011 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência do pedido de demissão SEM justa causa do titular, ANDRE LUIZ GUIDINI, retroagindo seus efeitos a 20 de julho de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
27 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 7393/15**

DECRETO Nº 7393/2015 DE 27/10/2015

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1306/15 de 03/08/15,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Médico Urologista, integrante do Anexo I-grupo IV, nível VIII, do quadro permanente de pessoal – Lei nº 10/2011 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência do pedido de demissão SEM justa causa do titular, DILOR GIANI JUNIOR, retroagindo seus efeitos a 22 de julho de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
27 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 7394/15**

DECRETO Nº 7394/2015 DE 27/10/2015

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1308/15 de 03/08/15,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Médico Psiquiatra, integrante do Anexo I-grupo IV, nível VIII, do quadro permanente de pessoal – Lei nº 10/2011 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência do pedido de demissão SEM justa causa do titular, JULIANA RODRIGUES MARTINS GIANE, retroagindo seus efeitos a 22 de julho de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
27 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 7395/15**

DECRETO Nº 7395/2015 DE 27/10/2015

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1307/15 de 03/08/15,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Médico Cardiologista, integrante do Anexo I-grupo IV, nível VIII, do quadro permanente de pessoal – Lei nº 10/2011 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência do pedido de demissão SEM justa causa do titular, PABLO VINICIUS DE LUCA DIAS, retroagindo seus efeitos a 22 de julho de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
27 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 7396/15**

DECRETO Nº 7396/2015 DE 27/10/2015

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1309/15 de 03/08/15,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Gari, integrante do Anexo I-grupo I, nível I, do quadro permanente de pessoal – Lei nº 10/2011 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do

Município, em decorrência da aposentadoria especial do titular, JANDIRA PINHEIRO DELFES, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
27 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 7398/15**

DECRETO Nº 7398/2015 DE 27/10/2015

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1317/15 de 10/08/15,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Auxiliar de Obras, integrante do Anexo I-grupo I, nível I, do quadro permanente de pessoal – Lei nº 10/2011 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência do falecimento do titular, JOSE LUIZ ZORTEA, retroagindo seus efeitos a 03 de agosto de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
27 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 7399/15**

DECRETO Nº 7399/2015 DE 27/10/2015

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1322/15 de 10/08/15,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, integrante do Anexo I-grupo I, nível I, do quadro permanente de pessoal – Lei nº 10/2011 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência da aposentadoria por tempo de contribuição do titular, MARIA SALETE NAZARIO CHIODI, retroagindo seus efeitos a 04 de agosto de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
27 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 7400/15**

DECRETO Nº 7400/2015 DE 27/10/2015

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1335/15 de 25/08/15,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Técnico em Apoio Administrativo, integrante do Anexo I-grupo III, nível I, do quadro permanente de pessoal – Lei nº 10/2011 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência do pedido de demissão SEM justa causa do titular, ROBSON JOUBERT DOS SANTOS, retroagindo seus efeitos a 25 de agosto de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
27 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 7401/15**

DECRETO Nº 7401/2015 DE 27/10/2015

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1468/15 de 05/10/15,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, integrante do Anexo I-grupo I, nível I, do quadro permanente de pessoal – Lei nº 10/2011 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência da aposentadoria por invalidez do titular, SARITA DE ALMEIDA, retroagindo seus efeitos a 05 de agosto de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
27 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 7402/15**

DECRETO Nº 7402/2015 DE 27/10/2015

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1466/15 de 15/10/15,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Médico Ortopedista, integrante do Anexo I-grupo IV, nível VIII, do quadro permanente de pessoal – Lei nº 10/2011 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência do pedido de demissão

SEM justa causa do titular, MARCELO RICARDO KUTZKE, retroagindo seus efeitos a 05 de outubro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
27 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 7403/15**

DECRETO Nº 7403/2015 DE 27/10/2015

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1473/15 de 14/10/15,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, integrante do Anexo I-grupo I, nível I, do quadro permanente de pessoal – Lei nº 10/2011 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência do pedido de demissão SEM justa causa do titular, ELADIR DIAS DE AGUIAR, retroagindo seus efeitos a 08 de outubro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,  
27 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 7381/15**

DECRETO Nº 7381/2015 DE 27/10/2015

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1001/15 de 06/04/15,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Carpinteiro, integrante do Anexo I-grupo I, nível II, do quadro permanente de pessoal - Lei nº 10/2011 - Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência da aposentadoria por tempo de serviço do titular, CELESTINO DA LUZ RIBEIRO, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 27 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 7385/15**

DECRETO Nº 7385/2015 DE 27/10/2015

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE  
MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos,  
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100,  
inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1042/15 de 23/04/15,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Gari, integrante  
do Anexo I-grupo I, nível I, do quadro permanente de pessoal - Lei nº 10/2011 - Plano  
de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência da  
aposentadoria por idade do titular, EVA MARIA PEREIRA DOS REIS, retroagindo  
seus efeitos a 22 de abril de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua  
publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 27 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

# Canoinhas

## PREFEITURA

### **PUBLICAÇÃO DA ATA DA REUNIAO DA TOMADA DE PREÇOS Nº FUNR. 03/2015**

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº FUNR 10/2015, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº FUNR 03/2015, QUE TEM POR OBJETO A SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURA COM PILARES METÁLICOS PERFIS METÁLICOS "U", ESTRUTURA METÁLICA PARA TELHADO E PAREDES DE CONCRETO MACIÇAS DO ESTANDE DE TIRO PARA O 3º BATALHÃO DE POLICIA MILITAR DE CANOINHAS, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS. Aos 29 (vinte e dois) dias, do mês de outubro do ano de 2015, às 10h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Sr. Claudio Henrique Mathias e Cleison Tarcisio Fuck, nomeados pela Portaria nº 342/2015, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame, conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação da empresa GSA PRE MOLDADOS LTDA representada pelo Sr. Volmir Antunes Filho. Primeiramente foi verificado o protocolo a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Em seguida foi rubricada a abertura do envelope de proposta de preço. A empresa GSA PRE MOLDADOS LTDA participa na licitação na condição de ME. Dando continuidade aos trabalhos foi aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da empresa participante, a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação e representante presente. O CNPJ e CPF da empresa e seus sócios e representantes foram consultados no Portal da Transparência, onde foi constatado que a empresa participante e seus representantes não constam como inidôneos no referido Portal. Após análise da documentação apresentada a Comissão de Licitação, em razão da documentação apresentada atender as exigências do Edital, declarou a empresa GSA PRE MOLDADOS LTDA habilitada no certame. A Comissão de Licitação decidiu proceder a abertura da proposta da empresa habilitada no certame, qual seja, GSA PRE MOLDADOS LTDA. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade da proposta, a qual estava devidamente lacrada. Aberto o envelope de proposta da empresa HABILITADA o valor para execução das obras ficou em R\$ 74.387,00. A Comissão declarou vencedora da licitação a empresa GSA PRE MOLDADOS LTDA com o valor global de R\$ R\$ 74.387,00. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representante presente.

Paulo Cesar Safanelli  
Presidente

Claudio Henrique Matias  
Secretário

Cleison Tarcisio Fuck  
Membro

. GSA PRE MOLDADOS LTDA  
Sr. Volmir Antunes Filho

### **PUBLICAÇÃO DE CHAMADA PUBLICA Nº 18/2015**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL  
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 18/2015  
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS-MODALIDADE COMPRA DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA DOAÇÃO SIMULTÂNEA -PAA MUNICIPAL

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, CNPJ 83.102.380/0001-80, torna público para conhecimento dos interessados a Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-modalidade Compra da Agricultura Familiar (Agricultor Individual – 40 vagas) para Doação Simultânea-PAA Municipal. Serão aceitas propostas de agricultores familiares individuais, enquadrados no PRONAF. A relação dos produtos e valores estão disponíveis no edital. O Edital estabelecendo as condições e demais informações necessárias à participação poderá ser retirado no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br), no Link Licitações/Chamada Pública. Informações sobre esta Chamada Pública poderão ser obtidas diretamente no Setor de Segurança Alimentar, sito a Rua Almeida Cardoso 822 – Centro, Canoinhas-SC, ou ainda pelo telefone n.º 3622 7139, de segunda a sexta-feira, no horário das 07h30min às 13h30min. Os Agricultores Individuais deverão apresentar a documentação para habilitação e proposta de fornecimento no dia 19 de novembro de 2015 às 08h30min no Plenário da Câmara de Vereadores de Canoinhas, sito à Rua Três de Maio, n.º 150 – Centro, Canoinhas-SC. Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 127/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 209/2015  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 128/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 18/11/2015, às 09h00min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE SISTEMAS DE SOM, PARA APRESENTAÇÃO DO CORAL NATALINO E PARA O DESFILE NATALINO, A SEREM REALIZADOS EM FUNÇÃO DAS COMEMORAÇÕES DO NATAL FELIZ 2015. Recebimento de propostas até as 08h55min do dia 18/11/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 128/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 209/2015  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 128/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 18/11/2015, às 09h00min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE SISTEMAS DE SOM, PARA APRESENTAÇÃO DO CORAL NATALINO E PARA O DESFILE NATALINO, A SEREM REALIZADOS EM FUNÇÃO DAS COMEMORAÇÕES DO NATAL FELIZ 2015. Recebimento de propostas até as 08h55min do dia 18/11/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO COMUNICADO RESPOSTA IMPUGNAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 24/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
COMUNICADO RESPOSTA IMPUGNAÇÃO  
RESULTADO DA IMPUGNAÇÃO, protocolado pela empresa ENTERPLAK PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA contra o edital de PREGÃO n.º FMS 24/2015 (PRESENCIAL).  
Decisão: Acolher, negar provimento.  
Processo de licitação n.º FMS 37/2015 na modalidade de Pregão n.º FMS 24/2015 (PRESENCIAL).  
O teor da resposta do Pregoeiro está à disposição dos interessados no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) na pasta do referido processo.  
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK  
Pregoeira

**PUBLICAÇÃO DO COMUNICADO RESPOSTA RECURSO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 21/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
COMUNICADO RESPOSTA RECURSO  
RESULTADO DA IMPUGNAÇÃO, protocolado pela empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA contra o edital de PREGÃO n.º FMS 21/2015 (PRESENCIAL).  
Decisão: Acolher, negar provimento.  
Processo de licitação n.º FMS 33/2015 na modalidade de Pregão n.º FMS 21/2015 (PRESENCIAL).  
O teor da resposta do Pregoeiro está à disposição dos interessados no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) na pasta do referido processo.  
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK  
Pregoeira

**PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 129/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 210/2015  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 129/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 18/11/2015, às 10h00min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GRADES E

PORTÕES, A SEREM INSTALADOS NAS DEPENDENCIAS DA 22ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h55min do dia 18/11/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 119/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 195/2015  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 119/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 16/11/2015, às 11h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇO PARA O FORNECIMENTO DE DIVERSOS IMPRESSOS (CONVITES, FLYERS, CARTAZES, FOLDERS, CRACHÁS E CERTIFICADOS, PASTAS E ENVELOPES) DESTINADOS A DIVULGAÇÃO DE DIVERSAS ATIVIDADES REALIZADAS PELA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até as 11h00min do dia 16/11/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 195/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 195/2015  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 119/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 16/11/2015, às 11h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇO PARA O FORNECIMENTO DE DIVERSOS IMPRESSOS (CONVITES, FLYERS, CARTAZES, FOLDERS, CRACHÁS E CERTIFICADOS, PASTAS E ENVELOPES) DESTINADOS A DIVULGAÇÃO DE DIVERSAS ATIVIDADES REALIZADAS PELA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até as 11h00min do dia 16/11/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 123/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 201/2015  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 123/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 17/11/2015, às 10h30min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até as 10h25min do dia 17/11/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

# PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 122/2015

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Processo / Ano: 199/2015      Processo Administrativo:      **Total dos Itens Vencedores: 63.000,00**  
 Licitação.....: 122/2015 - PR  
 Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL  
 Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SISTEMAS DE SOM PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELA PREFEITURA, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 1 - 311042491 - SOM DE PEQUENO PORTE - Unidade: UN</b>								
6212	OURO VERDE SOM E PROPLTDA	OURO VERDE	50,000	0,0000	520,0000	26.000,00	Venceu	1 *****
<b>Item.....: 2 - 311042492 - SOM DE MEDIO PORTE - Unidade: UN</b>								
6212	OURO VERDE SOM E PROPLTDA	OURO VERDE	25,000	0,0000	1.240,0000	31.000,00	Venceu	1 *****
<b>Item.....: 3 - 45583 - SERVIÇO DE SOM - Unidade: SER</b>								
6212	OURO VERDE SOM E PROPLTDA	OURO VERDE	12,000	0,0000	500,0000	6.000,00	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em ...../...../.....

ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - ..... - Pregoeiro(a)  
 PAULO CESAR SAFANELLI - ..... - SUPLENTE PREGOEIRO  
 CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - ..... - EQUIPE DE APOIO  
 MARCIANO FERNANDES CORREA - ..... - EQUIPE DE APOIO  
 DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - ..... - 28.754/SC  
 VANESSA LANGER - ..... - CRC/SC 028524/O-0

**CÂMARA MUNICIPAL****LEI 5691/2015**

LEI Nº 5.691, DE 21/10/2015

AUTORIZA A DESAPROPRIAR ÁREAS DE TERRAS PARA ABERTURA DE VIAS PÚBLICAS, SEM ÔNUS PARA O MUNICÍPIO

O Vereador Gil Baiano, Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, nos termos do Art. 44, § 7º, da Lei Orgânica do Município; Faço saber que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte:

**LEI**

Art. 1º Fica o Município autorizado a desapropriar sem ônus, por interesse público para abertura de via pública, uma área de 184,50 m2 (cento e oitenta e quatro metros e cinquenta decímetros), com frente de 2,00 mts para a Av. Vendelin Metzger, e uma segunda área de 568,00 (quinhentos e sessenta e oito metros quadrados) com frente de 8,00 mts para Rua Erna H. Demikoski, ambas parte do imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas, sob matrícula nº 34.994, de propriedade de Cleiton Walter Sampaio, localizado no Bairro Alto da Tijuca, nesta cidade de Canoinhas/SC.

Art. 2º Fica o Município autorizado a desapropriar sem ônus, por interesse público para abertura de via pública, uma área de 724,50 m2 (setecentos e vinte e quatro metros e cinquenta centímetros quadrados), parte do imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas sob matrícula nº 34.795, de propriedade de José Luiz Lacowicz, com frente de 08 oito metros para a Av. Vendelin Metzger.

Art. 3º As desapropriações dos imóveis descrito nos artigos anteriores ocorrerão sem ônus financeiro para o município.

Art. 4º Fica toda a infraestrutura já executada nas trechos das vias públicas desapropriadas sem ônus financeiro ao município.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 21 de outubro de 2015.

Vereador Gil Baiano  
Presidente da Câmara

Registrada e publicada a presente Lei na Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 21/10/2015.

José Luiz Lacowicz  
Secretário Legislativo

**PORTARIA Nº 32/2015 - CONCEDE FÉRIAS**

PORTARIA Nº 32/2015

CONCEDE FÉRIAS

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder 15 (quinze) dias de férias ao servidor DANIEL CARVALHO, ocupante do cargo de Agente Legislativo, referente ao período aquisitivo de 13/02/14 à 12/02/2015, que serão usufruídas do dia 03/11/2015 à 17/11/2015.

Art. 2º - Fica deferido o adicional de um terço sobre a remuneração, conforme o disposto no Art. 115, da Lei 2305 de 03/07/1990, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas.

Art. 3º - As despesas constantes da presente Portaria correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 29 de outubro de 2015.

Gilmar Martins  
Presidente

Cris Arrabar  
1º Secretária

Neno Pangratz  
2º Secretário

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 29 de outubro de 2015.

# Capinzal

## PREFEITURA

### Edital nº 035/2015

EDITAL Nº 035, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015.

Notifica recursos recebidos do Governo Federal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos provenientes do Orçamento Geral da União sob a gestão do Ministério das Cidades, na conta vinculada ao Contrato de repasse nº 1.022.153-57/2014, firmado com a Prefeitura de Capinzal, com objeto de Pavimentação da Rua Carmelo Zócoli e Aparício Ribeiro, no valor de R\$ 122.925,00 (cento e vinte e dois mil novecentos e vinte e cinco reais).

Capinzal - SC, 28 de outubro de 2015.

Andevir Isganzella

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data supra.

Francisco Dirceu de Araújo

Secretário Interino da Administração e Finanças

### FMAS CONTRATO 0027/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0027/2015		
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
Contratada.: HARMONIZE INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA - EPP		
Valor ..... : 13.540,00 (treze mil quinhentos e quarenta reais)		
Vigência ..... : Início: 29/10/2015 Término: 31/10/2016		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2015 Processo_Licitatório....: 00014 / 2015		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para confecção de camisetas destinadas à usuários e atividades desenvolvidas pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e ACESSUAS Trabalho		
Capinzal, 29 de Outubro de 2015		

### FMS TERMO ADITIVO 004/2015 C107

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Aditivo Nº ..... : TA 004/2015 C107 - Contrato Nº: 0107/2014		
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada.: CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS L		
Valor ..... : 0,00 (zero)		
Vigência ..... : Início: 29/10/2015 Término: 29/01/2016		
Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2014 Processo_Licitatório....: 00041 / 2014		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 29/01/2016, conforme solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo.		
Capinzal, 29 de Outubro de 2015		



**FMS TERMO ADITIVO 004/2015 C108**

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
<p>Aditivo Nº ..... : TA 004/2015 C108 - Contrato Nº: 0108/2014 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL Contratada....: CONSTRUÇOES HERVAL LTDA - EPP Valor ..... : 0,00 (zero) Vigência ..... : Início: 29/10/2015 Término: 29/01/2016 Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2014 Processo_Licitatório.....: 00041 / 2014 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 29/01/2016, conforme solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo.</p>		
Capinzal, 29 de Outubro de 2015		

**PMC CONTRATO 0274/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
<p>Contrato Nº...: 0274/2015 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada....: PERY SARAIVA NETO ADVOGADOS Valor ..... : 3.200,00 (três mil e duzentos reais) Vigência ..... : Início: 29/10/2015 Término: 31/12/2015 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 39/2015 Processo_Licitatório.....: 000168 / 2015 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : Contratação de Empresa de Escritório de advocacia para pleitear o deferimento do efeito suspensivo na decisão sentencial de 1º grau, prolatada nos autos nº 0002263-60.2013.8.24.0016, em trâmite perante a 2ª Vara de Capinzal/SC, conforme justificativa em anexo</p>		
Capinzal, 29 de Outubro de 2015		

**PMC CONTRATO 0275/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
<p>Contrato Nº...: 0275/2015 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada....: STANISCUASKI PRODUÇÕES LTDA. - ME Valor ..... : 7.750,00 (sete mil setecentos e cinquenta reais) Vigência ..... : Início: 29/10/2015 Término: 31/12/2015 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 40/2015 Processo_Licitatório.....: 000169 / 2015 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : Locação de mesas e cadeiras para a Praça de Alimentação junto ao Parque de Exposições Domingos Pelizzaro, as margens da SC 150, compreendendo o período de 12 à 15 de novembro de 2015, por ocasião da EXPOVALE 2015</p>		
Capinzal, 29 de Outubro de 2015		

**PMC CONTRATO 0276/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0276/2015		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: MALIN EVENTOS LTDA - ME		
Valor ..... : 8.000,00 (oito mil reais)		
Vigência ..... : Início: 29/10/2015 Término: 31/12/2015		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 92/2015 Processo_Licitatório....: 000160 / 2015		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : Contratação de pessoa jurídica especializada para locação de banheiros químicos, prestação serviços de limpeza e segurança desarmada junto ao Parque de Exposições Domingos Pelizzaro, as margens da SC 150, compreendendo o período de 12 a 15 de novembro de 2015 por ocasião da EXPOVALE 2015		
Capinzal, 29 de Outubro de 2015		

**PMC CONTRATO 0277/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº.: 0277/2015		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: NEON VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA - ME		
Valor ..... : 13.600,00 (treze mil seiscentos reais)		
Vigência ..... : Início: 29/10/2015 Término: 31/12/2015		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 92/2015 Processo_Licitatório....: 000160 / 2015		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : Contratação de pessoa jurídica especializada para locação de banheiros químicos, prestação serviços de limpeza e segurança desarmada junto ao Parque de Exposições Domingos Pelizzaro, as margens da SC 150, compreendendo o período de 12 a 15 de novembro de 2015 por ocasião da EXPOVALE 2015		
Capinzal, 29 de Outubro de 2015		

**PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0169/2015 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0040/2015**

Processo Licitatório Nº 0169/2015

Dispensa de Licitação Nº 0040/2015

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO, Secretário de Administração e Finanças, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório de Nº,0169/2015,conforme segue:

**OBJETO**

Locação de mesas e cadeiras para a Praça de Alimentação junto ao Parque de Exposições Domingos Pelizzaro, as margens da SC 150, compreendendo o período de 12 à 15 de novembro de 2015, por ocasião da EXPOVALE 2015.

**FORNECEDOR**

Item	Qdade	Un	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	UN	Locação de 200 Mesas de PVC brancas (0,70m x 0,70 m) e 800 Cadeiras de PVC brancas sem braço de apoio para a Praça de Alimentação junto ao Parque de Exposições Domingos Pelizzaro.	CLOVIS A	7.750,00	7.750,00
Total						7.750,00

**VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR**

Fornecedor	Itens
STANISQUASKI PRODUÇÕES LTDA	001
7.750,00 (sete mil setecentos e cinquenta reais)	

**PREVISÃO LEGAL**

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR**

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

**JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

**DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA**

Despesa: 196 - Promoção de feiras e eventos  
Órgão: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
Unidade: 1 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
Função: 23 - Comércio e Serviços  
Subfunção: 695 - Turismo  
Programa: 55 - DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
Projeto/Atividade: 2.028 - Promoção de feiras e eventos  
Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas  
Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Despesa: 239 - Promoção de feiras e eventos  
Órgão: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
Unidade: 1 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
Função: 23 - Comércio e Serviços  
Subfunção: 695 - Turismo  
Programa: 55 - DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
Projeto/Atividade: 2.028 - Promoção de feiras e eventos  
Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas  
Recurso: 24 - Transferências de Convênios - Outros

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 29 de outubro de 2015

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretario de Administração e Finanças

# Catanduvás

## PREFEITURA

### CONTRATO FESTA 61

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO Nº 061  
CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADO: DE MARCO LTDA  
OBJETO: LOCAÇÃO de um (01) estande externo, denominado "BOX19" com 64m<sup>2</sup> (sessenta e quatro metros quadrados), parte externa das edificações do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, local onde será realizada a 8ª Festa do Chimarrão.  
VALOR: O valor será de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).  
VIGÊNCIA: até 08 de novembro de 2015  
DATA DE ASSINATURA: 29 de setembro de 2015.  
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC  
Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão  
Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

### CONTRATO FESTA 62

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO Nº 062  
CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADO: DE MARCO & SIMIONI COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA / HONDA KINDAI JOAÇABA  
OBJETO: LOCAÇÃO de um (01) estande externo, denominado "BOX20" com 64m<sup>2</sup> (sessenta e quatro metros quadrados), parte externa das edificações do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, local onde será realizada a 8ª Festa do Chimarrão.  
VALOR: O valor será de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).  
VIGÊNCIA: até 08 de novembro de 2015  
DATA DE ASSINATURA: 29 de setembro de 2015.  
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC  
Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão  
Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

### CONTRATO FESTA 64

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO Nº 064  
CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADO: CASA DAS BICICLETAS PRONER LTDA EPP  
OBJETO: LOCAÇÃO de um (01) estande externo, denominado "BOX52" com 60m<sup>2</sup> (sessenta metros quadrados), parte externa das edificações do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, local onde será realizada a 8ª Festa do Chimarrão.  
VALOR: O valor será de R\$ 4.000,00 (seis mil reais).  
VIGÊNCIA: até 08 de novembro de 2015  
DATA DE ASSINATURA: 25 de setembro de 2015.  
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC  
Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão  
Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

### CONTRATO FESTA 65

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO Nº 065  
CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADO: PERSIO COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA  
OBJETO: Tem por objeto o presente instrumento contratual a LOCAÇÃO de um (01) estande externo, denominado "BOX37" com 100m<sup>2</sup> (cem metros quadrados), parte externa das edificações do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, local onde será realizada a 8ª Festa do Chimarrão.  
VALOR: O valor será de R\$ 3.000,00 (três mil reais).  
VIGÊNCIA: até 08 de novembro de 2015  
DATA DE ASSINATURA: 29 de setembro de 2015.  
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC  
Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão  
Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

### CONTRATO FESTA 66

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO Nº 066  
CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADO: BANCO DO BRASIL SA  
OBJETO: Autorização de uso precário e remunerado do espaço público destinado à publicidade privada da moldura "nº11" com 175cm x 111cm, destinado à colocação de BANNER, o qual deverá ser fornecido pela Outorgada Utente e às expensas desta a confecção.  
VALOR: O valor será de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).  
VIGÊNCIA: até 17 de julho de 2017.  
DATA DE ASSINATURA: 26 de setembro de 2015.  
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC  
Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão  
Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

### CONTRATO FESTA 69

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO Nº 069  
CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADO: EVANDRO SOARES / Sandálias Avai  
OBJETO: LOCAÇÃO de um (01) estande interno, identificado como estande interno nº "27" com área de 16,47m<sup>2</sup> (dezesseis vírgula quarenta e sete metros quadrados). Parte integrante das edificações do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, local onde será realizada a 8ª Festa do Chimarrão.  
VALOR: R\$1.800,00 (mil e oitocentos reais)  
VIGÊNCIA: até 08 de novembro de 2015..  
DATA DE ASSINATURA: 29 de setembro de 2015.  
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC  
Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão  
Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO N. 46, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.**

Decreto Legislativo n. 46, de 27 de outubro de 2015.

“Estabelece ponto facultativo, e dá outras providências.”

SALETE RIBEIRO CHIARELLO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Catanduvas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o inciso XVI e § 1º do artigo 38 da Lei Orgânica Municipal e inciso XVII do art. 29 do Regimento Interno, CONSIDERANDO, que no próximo dia 28 de outubro de 2015 comemora-se o dia do servidor público; CONSIDERANDO, que o dia 02 de novembro de 2015 é feriado Nacional de Finados; CONSIDERANDO, a observância aos princípios da economicidade, eficiência, produtividade, dentre outros que norteiam o serviço público e; CONSIDERANDO, que idêntica medida foi adotada em todos os órgãos da estrutura administrativa municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO na Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas o dia 30 de outubro de 2015, sexta-feira, retornando ao expediente normal no dia 03 de novembro de 2015, terça-feira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 27 de outubro de 2015.

SALETE RIBEIRO CHIARELLO

Presidente

**Celso Ramos****PREFEITURA****39/2015 FMS**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS**  
Relação dos Contratos

Página: 1/1

Sequ. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
91	39/2015	28/10/2015	31/12/2015	15/2015	Não	7.982,00		AQUISIÇÃO DE CAMISETAS	ANA PAULA FABRIS
Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA SEREM DISTRIBUIDAS À POPULAÇÃO NAS CAMPANHAS OUTUBRO ROSA E NOVEMBRO AZUL QUE SERÃO REALIZADAS PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS.									
Total: 1									



# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### ERRATA DO EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

ERRATA DO EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2015

Comunicamos através deste, a quem interessar possa a errata do Extrato do Edital do Processo Licitatório nº 85/2015, Pregão Presencial nº 58/2015, que foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, na edição nº 1857, página 95, no dia 28 de outubro de 2015.

Onde lia-se: Pregão Presencial nº 55/2015

Passa a ler-se: Pregão Presencial nº 58/2015

Chapadão do Lageado, 29 de outubro de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2015

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 12 de novembro de 2015, às 08h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de serviços e a aquisição de bens/produtos para a concretização da Campanha "Novembro Azul", a ser promovida pela Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Chapadão do Lageado-SC, de conformidade com o Termo de Referência – Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: [compras@chapadaodolageado.sc.gov.br](mailto:compras@chapadaodolageado.sc.gov.br), endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 30 de outubro de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA N.º024 DE 28/10/2015

PAUTA PARA A 34.º SESSÃO ORDINÁRIA, DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA 5º LEGISLATURA, A REALIZAR-SE NO DIA 27/10/2015.

INDICAÇÕES:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO DA VEREDORA CLEUSA FRANCISCO SCHNEIDER, SOLICITANDO A PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 120 (CENTO E VINTE) DIAS PARA A CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA CPI EM ANDAMENTO NESSA CASA LEGISLATIVA.

PROJETOS EM 1.º (PRIMEIRA) VOTAÇÃO:

Projeto de Emenda n.º02/2015, Dos Vereadores ANDRÉ, ALCIDES E NIBAR, QUE MODIFICA ARTIGOS DO PROJETO DE LEI 013/2015, QUE INSTITUI A INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATA-BURROS NO MUNICÍPIO.

Projeto de Lei n.º015/2015, que AUTORIZA O MUNICÍPIO A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE ACOLOHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ALBERTINA BERKENBROCK NO VALOR MENSAL DE R\$2.092,35, PARA DESPESAS DE MANUTENÇÃO ACRESCIDO DE R\$600,00 MENSIAS POR INDIVÍDUO ABRIGADO.

Projeto de Lei n.º016/2015, que AUTORIZA A CÂMARA DE VEREADORES A TRANSFERIR R\$35.000,00 A UCAVI PARA A CONSTRUÇÃO DA SEDE COM AQUISIÇÃO DE IMOBILIÁRIOS

Projeto de Lei n.º017/2015, que AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TRANSFERIR O VALOR DE 3.000,00 A AMAVI, EM CARÁTER EXTRAORDINÁRIO, PARA CUSTEAR DESPESAS DE TRABALHOS REALIVOS A IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO DE PROCESSAMENTO E TRATAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO ALTO VALE, LOCALIZADO EM TROMBUDO CENTRAL.

Projeto de Lei n.º018/2015, que ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO PODER EXECUTIVO NO VALOR DE R\$228.714,52.

Projeto de Lei n.º019/2015, que ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE NO VALOR DE R\$18.975.

Projeto de Lei n.º020/2015, que ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO PODER EXECUTIVO NO VALOR DE R\$103.233,27.

Chapadão do Lageado, 26 de outubro de 2015.

NIBAR DA SILVA

Presidente

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO SAF/N. 418/15

DECRETO SAF/N. 418/15, de 29 de outubro de 2015.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei. 1.283, de 29 de outubro de 2015, resolve,

#### DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura  
2.011 – Manutenção da Educação Básica

3.1.90.00.00.00.00.00.0114 – Aplicações Diretas	R\$ 237.000,00
---	----------------

2.013 – Transporte Escolar

3.1.90.00.00.00.00.00.0114 – Aplicações Diretas	R\$ 255.000,00
---	----------------

TOTAL .....	R\$ 492.000,00
-------------	----------------

Art. 2º. Para dar suporte a suplementação acima, são reduzidas no mesmo orçamento as seguintes dotações:

Órgão: 07 – Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura  
2.011 – Manutenção da Educação Básica

4.6.90.00.00.00.00.00.0114 – Aplicações Diretas	R\$ 87.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00.0114 – Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00

2.052 – Manutenção do Departamento de Cultura

3.1.90.00.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas	R\$ 80.000,00
---	---------------

1.019 – Aquisição de Veículos e Utilitários

4.4.90.00.00.00.00.00.0114 – Aplicações Diretas	R\$ 45.000,00
---	---------------

2.013 – Transporte Escolar

3.1.90.00.00.00.00.00.0019 – Aplicações Diretas	R\$ 255.000,00
---	----------------

TOTAL .....	R\$ 492.000,00
-------------	----------------

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 29 de outubro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária de Adm., Planj., Fazenda e  
Finanças Públicas

### LEI N. 1.283

LEI N. 1.283, de 29 de outubro de 2015.

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º É o chefe do Poder Executivo, autorizado a suplementar do orçamento vigente, as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura  
2.011 – Manutenção da Educação Básica

3.1.90.00.00.00.00.00.0114 – Aplicações Diretas	R\$ 237.000,00
---	----------------

2.013 – Transporte Escolar

3.1.90.00.00.00.00.00.0114 – Aplicações Diretas	R\$ 255.000,00
---	----------------

TOTAL .....	R\$ 492.000,00
-------------	----------------

Art. 2º. Para dar suporte a suplementação acima, são reduzidas no mesmo orçamento as seguintes dotações:

Órgão: 07 – Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura  
2.011 – Manutenção da Educação Básica

4.6.90.00.00.00.00.00.0114 – Aplicações Diretas	R\$ 87.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00.0114 – Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00

2.052 – Manutenção do Departamento de Cultura

3.1.90.00.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas	R\$ 80.000,00
---	---------------

1.019 – Aquisição de Veículos e Utilitários

4.4.90.00.00.00.00.00.0114 – Aplicações Diretas	R\$ 45.000,00
---	---------------

2.013 – Transporte Escolar

3.1.90.00.00.00.00.00.0019 – Aplicações Diretas	R\$ 255.000,00
---	----------------

TOTAL .....	R\$ 492.000,00
-------------	----------------

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 29 de outubro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária de Adm., Planj., Fazenda e  
Finanças Públicas

**LEI N. 1.284**

LEI N. 1.284, de 29 de outubro de 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2º A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município do Cocal do Sul, para financiamento na aquisição de terreno para o terceiro distrito industrial no município de Cocal do Sul e na aquisição de terreno para construção de conjunto habitacional de casas populares no Município de Cocal do Sul.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades.

§ 1º Até o montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para o financiamento na aquisição de terreno para o terceiro distrito industrial;

§ 2º Até o montante de R\$ 500.000,00(quinhentos mil reais), para o financiamento na aquisição de terreno para construção de conjunto habitacional de casas populares.

§ 3º Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 29 de outubro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária de Adm., Planj., Fazenda e

Finanças Públicas

# Concórdia

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2015-FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2015 - FMS

Objeto: Contratação de empresa em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra) para compra de mobiliário sob medida para a Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 Horas, conforme descrições constantes nos anexos “A” e “B” deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Lote

Recebimento das propostas: até as 08h e 15min do dia 13/11/2015.

Início da Sessão: dia 13/11/2015, às 08h e 30min, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília – DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada à Rua Atalípio Magarinos, nº 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0\*\*49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 29 de outubro de 2015.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

### **EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 2/2015, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015**

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 2/2015, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00 e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA – FMC, inscrita no CPNJ sob nº 78.507.670/0001-96

#### **TORNAM PÚBLICO**

o presente Edital de Homologação dos Insritos no Concurso Público objeto do Edital nº 1/2015, de 31 de agosto de 2015, conforme Anexo Único, deste Edital.

1. Fica Homologada a inscrição em vaga para pessoa com deficiência para o seguinte candidato: 80005969.

2. A prova escrita será realizada no dia 8 de novembro de 2015, na forma abaixo:

2.1 no período matutino, às 8 horas:

2.1.1 na Escola Estadual de Educação Básica Professor Olavo Cecco Rigon, situada na Rua Lauro Müller, 21, Centro, Concórdia, SC, para os cargos de: Agente Administrativo, Agente de Alimentação e Nutrição, Agente de Serviços Gerais (Zelador), Auxiliar de Biblioteca - Fundação Municipal de Cultura, Auxiliar de Biblioteca – Prefeitura, Auxiliar de Creche, Eletricista Automotivo, Mecânico, Médico Veterinário, Nutricionista, Odontólogo, Odontólogo Comunitário, Operador de Equipamentos – Trator de Lâmina, Orientador de Informática e Procurador.

2.1.2 na Escola de Educação Básica Deodoro, situada na Rua Dr. Maruri, 911, Centro, Concórdia, SC, para os cargos de: Atendente de Consultório Odontológico, Biblioteconomista, Médico, Professor (Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Ciências, Educação Especial, e Língua Portuguesa), Servente Braçal, Técnico Artístico I (Guitarra), Técnico em Higiene Bucal e Técnico em Iluminação Cênica.

2.2 no período vespertino, às 13h30min:

2.2.1 na Escola de Educação Básica Deodoro, situada na Rua Dr. Maruri, 911, Centro, Concórdia, SC, para o cargo de Médico Comunitário – Clínico Geral.

3. Os candidatos deverão comparecer no local da prova, na forma abaixo, sendo que após esses horários, não será permitido, em hipótese alguma, o acesso de candidatos ao local das provas:

3.1. no período matutino, às 7 horas considerando que os portões permanecerão abertos somente até as 7h45min;

3.2. no período vespertino, às 12h30min considerando que os portões permanecerão abertos somente até as 13h15min;

3.3. munidos do comprovante de inscrição, caneta esferográfica de tubo transparente, com tinta azul ou preta, sendo imprescindível a apresentação de documento de identidade, com fotografia, conforme item 1 do Título I do Anexo V do Edital nº 1/2015, para ingresso na sala de prova.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,  
aos 29 dias do mês de outubro de 2015.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

GILMAR LUIZ MONTICELLI  
Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 2/2015, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

ANEXO ÚNICO

MUNICÍPIO

GRUPO I – GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTA – GE

Orientador de Informática: 39 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80007164	ALEXANDRE FISCHER	31/01/1994
80007000	ANDRÉ RAMOS	22/05/1988
80006021	ANELICE LUIZIANA HAEFLIGER	05/12/1991
80005850	BRUNA REOLON	19/02/1993
80007177	CAMILA DELAI KUGELMEYER	30/01/1992
80006114	CASSIANE FOCHEZATTO CALDEROLLI	21/06/1981
80007033	CÁTIA LUCIANE FRIGO	31/10/1988
80004552	CRISTIANO ANTENOR ZANETTI	24/01/1982
80006346	CRISTIANO BORGES DA SILVA	18/06/1987
80004381	CRISTINA KELLER TREVISOL	28/08/1988
80007003	CRISTINA LAURA SCHUCK	04/08/1986
80006798	DANI MAIQUEL BARRIONUEVO	16/03/1983
80005960	DIEGO FERNANDO GRZIBOWSKI	05/01/1990
80004377	DIOGO CÉSAR TREVISOL	31/01/1984
80005838	EVANDRO CARLOS KUHN	19/11/1974
80006834	FILIPPE MARTELLO	19/01/1994
80004310	GEORGE AUGUSTO PRESOTTO COLOSSI	24/09/1996
80005077	GERSON DA SILVA	20/11/1985
80004293	GUILHERME FABRICIO VOLPINI	24/05/1994
80006338	JAINA CLÁUDIA DOS SANTOS	15/03/1995
80004125	JONATHAN ALBERTI	08/04/1991
80005410	JUCIELE MÜLLER	13/01/1993
80006854	LUCAS FIGUEIRÓ SECCO	22/08/1994
80004083	LUIS EDUARDO ROVANI	07/09/1991
80004685	MAGNUS TRENTIN	14/11/1987
80004298	MARCELO CELANT	09/01/1989
80006952	MÁRIO ALONSO GERHARDT	13/11/1981
80004717	MATEUS PORT KRUTZMANN	20/05/1997
80006217	MAURICIO PARIZOTTO	10/10/1992
80006507	MONICA TELES DOS SANTOS REGERT	14/04/1984
80004584	PATRICIA KIRCH DZEWIELEWSKI MAGNANI CAMPOS	10/12/1983
80005829	RAFAEL LAVANDOSKI	05/04/1989
80006855	RODINEI SURDI	25/03/1981
80006870	RODRIGO ACKERMANN SGARBOSSA	07/03/1991
80004719	RODRIGO CEZAR DAL VESCO RUVIARO	13/09/1994
80007066	SERGIO ELVICO SAVOLDI	19/04/1970
80004414	TAINA GOTTERT MANICA	08/01/1996
80006391	TANIA CARLA FREYER	26/12/1986
80004934	WAGNER DOS ANJOS	05/10/1992

Nutricionista: 52 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80006352	ALESSANDRA BALENA	17/12/1992

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80005242	ALESSANDRA NELSI WEBER	06/12/1990
80006796	ALEXANDRA SALETE BALDISSERA	01/09/1992
80004474	ANAHY KIRST	28/09/1992
80005796	ANA PAULA DA SILVA ZANELLA	18/03/1994
80005545	ANA PAULA SERAFINI	10/02/1990
80004658	ANA RAQUEL POGORZELSKI	07/01/1993
80006490	ANDRESA CARLA MAGRO	07/01/1991
80006956	ARIÉLEN FERIGOLLO	14/12/1991
80004312	BÁRBARA SCHERNER	09/06/1990
80005707	BRUNA BELLINI	09/11/1991
80004683	CAMILE ROSSET	05/04/1986
80007102	DAIANE CARLA TRENTIN	26/02/1993
80006073	DANIELA CRISTINA CASARIM	01/12/1988
80005885	FATIMA DIENE PRAUCHNER LENZ	07/06/1979
80005238	GABRIELA FORNARI SLOGO	18/10/1988
80005830	GABRIELA SIGNOR	18/09/1990
80005999	GEISA BEVILAQUA	27/02/1991
80004338	GEOVANA BOMBASSARO	25/03/1990
80004803	GIRLANIA RITA SMANIOTTO	02/04/1986
80006853	GISELE PILONI	11/04/1981
80005721	GRAZIELI CRISTINA TOIGO ROGOWSKI	07/07/1986
80006570	ISANA PERON GHELLER SEMBRANEL	22/09/1986
80006418	JEAN PAULO DA SILVA	15/06/1980
80006156	JESSICA DAL BELO	04/03/1992
80006464	JULCINÉIA RESMIM BERTOLDO	07/10/1988
80006276	KARINE MARX	16/09/1987
80005745	KAROLINE FONTANA SIMON	07/07/1994
80006874	LETICIA NEVES BATISTA	29/01/1986
80006912	LIANDRA MARTINS GARCIA	26/07/1993
80005638	LUANA MARCELE MUNARETTO	24/11/1987
80007067	LUCIELI PAULA TOBALDINI	27/03/1986
80006965	MARIANI GABRIELA MARTINS	23/07/1990
80004205	NAIARA JACKOSKI	12/02/1993
80005764	NATÁLIA CRISTINA ZONTA	06/05/1989
80006311	NATHÁLIA CRISTINA SUNTI	19/10/1990
80006943	NIVIA SCHNEIDER KRAUSE	20/09/1987
80004269	NOELI RAUTENBERG BACCA	05/02/1973
80004706	PATRICIA RESMINI	07/07/1988
80005300	PRICYELLE ALEXANDRA PROCHERA	14/06/1985
80006892	ROSELENE CARLA HOFFMANN KOCH	12/05/1981
80004359	SAMARA LUANA DAVI	15/08/1991
80004235	SÍLVIA LETÍCIA BERNARDI PINTO	03/02/1992
80006899	SIMONE EPIFANIO	03/05/1989
80005247	SUELLEN LETICIA LAWRENZ	01/09/1992
80004169	TAIRINE DA SILVA	19/07/1991
80004400	TAÍS DILDA	19/02/1992
80005959	TAISE ASEN	06/09/1988
80004030	TATIANE MOREIRA VILAS BÔAS	23/03/1990
80006939	THAINARA PISSAIA	03/02/1994
80004850	VALDERES INES PRESOTTO BENTO	10/04/1966
80005453	VANESSA ZANETTI CARBONARI	19/12/1993

Médico Veterinário: 134 inscritos





Inscrição	Nome	Data de nascimento
80004886	ADRIANA CARLA BALBINOT	04/05/1992
80006060	ADRIANA CHAVARSKI	02/08/1991
80006802	ALAN EDUARDO BAZZAN	21/04/1992
80005726	ALANO OTTONELLI	12/09/1985
80004555	ALEXSANDRO GRITTI	28/07/1992
80006964	ALINE BRUSCO LUSA	11/11/1992
80005525	ALINE CALLEGARI SILVA	07/01/1985
80007004	ALINE PAULA CASAROTTO	28/05/1987
80006636	ANA CAROLINE PAGGI	26/12/1992
80006065	ANA PAULA MAROCCO MASCHIO	19/02/1992
80006028	ANA PAULA MORI	13/01/1992
80006096	ANDRÉA PEREIRA DE OLIVEIRA DIAS	03/06/1987
80006913	ANGÉLICA CONSALTER	05/04/1990
80005386	ANTONIO ROMAN VANZ	03/10/1991
80007133	ARTHUR SINHOG ORSI	19/05/1992
80006327	ATILIO FRANCISCO BASSI	01/12/1983
80006988	CAMILA MONTEIRO DE MACEDO	09/07/1992
80006152	CAMILA PAULA BARON	08/03/1989
80007070	CARLA IMLAU	01/05/1994
80004234	CASIEL BALDISSARELLI	24/09/1976
80005888	CEZAR LUIZ PICHETTI FILHO	12/07/1988
80006780	CLAITON ISMAEL SCWERTZ	11/03/1993
80004311	CLEITON LIZZA DAL PRÁ	23/03/1988
80006478	CLEVERTON MARCON	19/04/1991
80006473	DAIANE CRISTINA FELDMANN HEINZ	09/10/1992
80005153	DANIELE CAMILLO	01/10/1987
80005916	DANIELI MUCHALAK DOS SANTOS	12/09/1989
80006301	DANIEL SANTOS PAIM	21/08/1986
80005988	DIANA BALBINOTT	18/05/1988
80004505	DIEGO XAVIER THEDY	19/03/1982
80007092	DIOGO ANTIGNANI COUTINHO	24/06/1983
80006811	DOUGLAS MICHEL MULLER FRITZEN	10/05/1990
80005519	DOUGLAS RICARDO TRIQUES	21/03/1987
80005872	EDINEI SIGNOR	08/12/1983
80005466	ELIZANGELA FAGUNDES REIS FORCHESATTO	21/03/1985
80005451	EMILLY MORGANA PSCHIEDT	04/06/1988
80007032	ETIANE TANISE SONEGO	17/05/1982
80006880	FÁBIO DARLAN BERNARDO	15/08/1992
80005849	FÁBIO MACHADO DA SILVA	06/07/1981
80006102	FELIPE EDUARDO MALTAURO	13/11/1991
80006117	FILIPPE SCORTEGAGNA	21/12/1986
80006615	GABRIEL KOHLER DAMIÃO	23/11/1987
80004238	GIAN CARLO SEGANFREDO	11/09/1986
80006455	GIOVANNI TIAGO ZANELLA	14/12/1989
80006285	GISELE ROVER	24/09/1989
80005594	GLAUCO WESTARB	15/07/1988
80007149	GUILHERME AUGUSTO GOETTEMES	17/12/1971
80006919	GUILHERME AUGUSTO MANSKE	10/03/1992
80006782	GUILHERME AUGUSTO MINOZZO	16/08/1991
80005210	GUSTAVO FELIPE GOIS PADILHA HUGEN	10/10/1991
80006992	GUSTAVO MICHELIN	21/10/1988
80006335	HELAINÉ CRISTINA PIRES DOS SANTOS	20/01/1977

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80004431	HELENA ELLER HAVERROTH	07/04/1987
80004648	HENRIQUE MOELLER BACKES	20/12/1989
80006188	HENRIQUE VIEIRA GARTZ DE VASCONCELLOS	18/05/1986
80006884	IANARA GALVAGNI	07/05/1993
80005095	ILDO DAL POZZO	13/06/1981
80005573	ISADORA RIBEIRO KANDER	11/04/1987
80007005	ISMAEL ALBIERO	30/04/1983
80005158	IVANDRO BISOLLO	12/10/1977
80007153	JANIER LUIS KAPPES	02/02/1988
80004228	JAQUELINE FERNANDA BOMBASSARO	10/05/1992
80005981	JEAN CARLOS BOESING	01/10/1991
80005567	JEFERSON WELCHEN	29/06/1990
80004074	JOÃO LUIS DOS SANTOS	17/05/1995
80004715	JOÃO PAULO BENEDET	26/04/1984
80004275	JONAS BETTANIN	19/07/1992
80006773	JORDANA MAGRO	26/03/1988
80006249	JOSENIO CERBARO	14/05/1976
80006351	JOSIANE VENDRUSCOLO	06/10/1990
80007185	JÚLIA FARINEA	16/03/1993
80005951	JULIANA BASSANI	19/06/1989
80005717	JULIANA BRUNETTO RODEM	03/01/1990
80005057	JULIANA JACOVAS	29/07/1993
80005564	JULIANA LAZAROTO	14/10/1988
80004917	JULIANE SCHARLAU XAVIER	28/03/1993
80006840	KADIGIA PEGORARO	07/05/1990
80006804	KETLEN CILMARA FEDERIZZI	15/09/1988
80006120	LARISSA EMILIA SEIBT	01/02/1989
80006252	LEANDRA MULLER DO PRADO	10/04/1992
80005827	LEANDRO KATAOKA FERNANDES SILVA	07/06/1990
80005899	LEANDRO PAULO DALLA COSTA	18/06/1991
80004012	LEONARDO GODOY A NIOLA	30/08/1981
80004596	LEONARDO VARON GAZE	04/08/1985
80004172	LEONICE KRUG	12/06/1993
80005160	LETICIA FARINEA POHL	08/11/1985
80004327	LÍVIA SILVEIRA MUNHOZ	06/07/1987
80004791	LORIANA ESTER DEUNER CAMPOS	28/12/1987
80006778	LUANA DO COUTO RITTER	16/02/1992
80006848	LUAN CLEBER HENKER	26/07/1992
80007023	LUCAS ALFREDO BOSA	01/12/1993
80005162	LUCIANA CORASSA	06/01/1994
80004357	LUCIANE DE OLIVEIRA	16/08/1982
80006403	LUCIANE LAUX PASTORE	22/04/1988
80004319	LUCIANO ALENCAR ADAMCZESKI	01/05/1989
80004672	LUIZ HENRIQUE DEBORTOLI	23/12/1991
80005818	MARCEL BALBINÁ	21/03/1991
80006868	MARCUS VINICIUS FIGUEIRA DE ALVARENGA	12/07/1977
80007086	MARINA PATRICIA WALTER	27/04/1992
80006902	MARINA PAULA LORENZETT	21/01/1993
80006820	MARLINE POZZA	13/04/1992
80006957	MATHEUS KERBER	07/08/1991
80006161	MATHEUS RODRIGUES DOS SANTOS	29/08/1986
80006080	MICHELLA POYER BIAZUS	02/06/1989

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80004518	MIRELLY MEDEIROS COELHO	29/07/1986
80006845	NEUBER JOSE LUCCA	30/04/1993
80007078	NILSON ROCHA FILHO	28/10/1977
80005958	PATRICIA GIACOMIN	09/04/1995
80007041	PATRICIA NATALICIA MENDES DE ALMEIDA	24/12/1975
80005847	PAULA PERONDI	31/03/1982
80006131	PAULO HENRIQUE MORETTO KEHL	05/05/1988
80005826	PRISCILA ÂNGELA RIZELO	02/02/1987
80006290	RAFAELA BOM MORGAN	19/10/1989
80006866	RAFAEL CORTELLINI	13/06/1991
80006857	RAFAEL DAL FORNO GIANLUPPI	07/10/1990
80006160	RAFAEL PAZINATTO	07/06/1989
80005385	RAISSA ISAURA ROSSI	25/06/1993
80006222	RAQUEL CHAPPUIS	02/04/1992
80006766	RENAN CALDART	31/01/1987
80006426	RENATA CESCO	03/09/1996
80004603	RENATO DOS SANTOS	21/11/1987
80006132	RODRIGO DALMAGRO	06/11/1988
80004808	SARA FERNANDA RAITHZ JORDÃO	13/12/1989
80004500	SARA HÉLEN ZARTH	15/02/1991
80006958	SILVESTRE MORELATO JUNIOR	27/02/1966
80004491	TAILANA CRISTINA DE BORBA	26/10/1992
80006980	TAIWAN LEE CIRNE LIMA	31/01/1983
80004618	TAIZA JUCELA SCHIAVINI AMERICO RIBEIRO	16/08/1985
80004560	TALITA CARINA BOGONI	19/04/1993
80006835	TÉRCIO TELLES DE MORAES	16/06/1965
80005465	VALQUIRIA OLIVEIRA DE SOUZA DONADELLO	22/06/1982
80004193	VANESSA SALETE MATTEI	04/05/1988
80005483	VITOR HUGO GIACOMIN	11/05/1992
80006881	WAGNER BORGES RODRIGUES	04/07/1985

Procurador: 106 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80004443	ADAIR LUIZ NIEDERLE	21/06/1991
80006390	ALDAIR ROSSETTO JUNIOR	13/06/1988
80005105	ALEXANDRE COITINHO ABRAHÃO	05/05/1991
80006312	ALINY JACIRA KADES	28/08/1989
80006907	ANDERSON DAL PRÁ DAL VESCO	14/09/1986
80007128	ANDERSON DENIS PERIN	01/03/1985
80004477	ANDRÉIA DE PINHO	20/08/1979
80005497	ANDRESSA BEAL LUDVIG	25/04/1992
80004412	ANDRESSA TIBOLLA	09/03/1991
80006954	AUGUSTO ZAGONEL	02/03/1992
80004362	BRUNA CAROL BUTKA	01/03/1994
80006951	BRUNA GALLEAZZI	17/11/1993
80004473	CAMILA DA CAMPO	05/11/1989
80004961	CAMILA KASPARY BOFF	08/09/1988
80005537	CAMILA MARCHESAN	12/10/1991
80005010	CARIN REGINA MACAGNAM DAL VESCO	22/08/1991
80005475	CARLA ROBERTA SCHWANTES HACHMANN	14/11/1975
80006211	CARLOS ALEXANDRE PAULINO SASAMINE	30/07/1979
80004846	CARLOS BÄCHEHELE NETO	28/02/1984
80006487	CAROLINA MATIELO DA SILVA	08/08/1988

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80005905	CAROLINE BORNHOLDT	15/06/1983
80004436	CAROLINE FERNANDA FRACASSO RIZZO	12/08/1982
80006472	CASSIANE GAMBIM	26/01/1989
80004429	CHEILA MARA VASTRES	10/10/1980
80006916	CHRISTIANO CELMER BALZ	23/04/1982
80005901	CLAUDINEI ANDRE SPIELMANN	25/09/1989
80005524	CLAUDIOMAR GARGHETTI	14/06/1965
80004276	CRISTIANE CORREA GIRELLI	22/05/1979
80005125	CRISTIANE DILDA	23/09/1986
80007116	CRISTIANE PERIN	14/05/1987
80007024	DAGMAR JOSÉ BELOTTO	19/01/1991
80004606	DAIANE BOFF PATZLAFF	12/08/1987
80007029	DAIANE LUNARDI	22/09/1990
80004024	DEYSE CRISTINA LOCATELLI	17/03/1990
80005843	EDUARDO MATHEUS WEBER	09/01/1989
80005568	ELAINE RENATA SABI MATTIA	03/03/1989
80006433	ELISABETE CHAVES DA SILVA SILVEIRA	20/11/1982
80006484	EVERSON FERRONATO	09/09/1981
80006329	FABIANO BELLÉ	04/04/1992
80007040	FELIPE MÜLLER NUNES	04/05/1990
80004642	FERNANDA DE BARROS KRAUZER	25/04/1991
80005434	FERNANDA LASSEN DE LIMA	28/12/1993
80005582	FRANCIELI CRISTINA TITAO	26/03/1992
80004348	FRANCIELI FAVRETTO	27/09/1983
80007022	FRANCIELLE KARINE TRANCOSO	30/07/1985
80004023	FRANCIELLE MAGNANI BASSEGIO	31/07/1981
80005836	FRANCINE SUELEN KLAUCK	11/02/1992
80006442	GABRIELA KUHN	04/01/1991
80006772	GABRIELA SGANZERLA	27/02/1991
80004876	GILMARA FATIMA NATUS	05/08/1980
80004751	GIOVANI SPINELLI DE ALMEIDA	14/09/1992
80005317	GREICE PRADELLA	28/07/1989
80005928	HELENA FURLANETTO DREYER	04/02/1989
80005907	HORRANA MOURA MOREIRA	05/11/1988
80006044	INDIANA ZANELLA DE OLIVEIRA	30/08/1990
80005355	IVANIA FUSSIGER	03/12/1987
80006294	IZAIAS MARTINS DA SILVA	16/03/1982
80005591	JAIME BATISTELLA JĂŠNIOR	01/09/1985
80006779	JOANNA TONIAZZO DE AGUIAR	04/06/1991
80006425	JOICE REGINA BOMM	20/07/1983
80006181	JONATAN DEPARIS	15/08/1984
80004286	JONATAN SANDOCAN FERREIRA	03/05/1982
80006525	JOSIANE CONTE	11/06/1986
80005477	KARINA LOUISE SCHAFFER	24/01/1990
80005516	KELLIN FACHIM	01/03/1984
80004991	KENIA SIMONE LANG	14/12/1973
80005753	LAURA LETICIA MANFRON	25/03/1992
80005534	LUAN BRANCHER GUSSO MACHADO	20/09/1990
80005348	LUCIANE BARANCELLI DE MARCO	21/08/1985
80006999	LUÍS FERNANDO HUBNER	16/07/1989
80004339	MÁRCIA ROSELI CORDEIRO DE SOUZA DA SILVA	16/01/1970
80005997	MARIANA ALICE PARIZOTTO	13/10/1989

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80005450	MARIANA CAROLINA LEMES	11/05/1980
80005880	MARINA APARECIDA LEMOS DA ROSA	12/10/1992
80006432	MARINA PEGORARO POLO	15/05/1992
80006257	MARLA CRISTINA RIBEIRO POMPEO	05/06/1985
80005910	MARLON ANDRÉ PEGORARO	19/05/1986
80004220	MATHEUS ELVIS DRESCH DANIELLI	21/07/1990
80005871	MICHEL SANDER DA SILVA PINTO	23/03/1990
80006341	NATÁLIA SINGER BARREIROS DA SILVA	24/02/1990
80007054	NILSO BECKER JÚNIOR	24/07/1991
80007146	NORAH VON BIVENICZKO PEZZIN	20/10/1973
80006788	PAULA IZCAK	18/04/1989
80006020	PAULO ROGÉRIO DUARTE	03/02/1978
80007096	PRISCILA DECEZARE	14/11/1988
80006987	RAABE NAKANURA COLOSSI RECKERS	08/12/1983
80005767	RAFAELA SILVEIRA NEVES BENETTI	26/07/1978
80007039	REINALDO LITAIFF E SILVA	08/10/1986
80007057	RICARDO DE OLIVEIRA DE ALMEIDA	02/05/1987
80005810	RODRIGO ADRIANO FARESIN	01/10/1983
80005324	RUBIELI SANTIN PEREIRA	02/03/1992
80004566	RUTINEIA ROSSI	30/07/1976
80004646	SAMARA CRISTINA CORRÊA	05/11/1990
80004323	SCHEILA GROSS	20/01/1990
80005239	SUZANA LAMPERTI	29/01/1991
80005478	TATIANA NATACHA SCHAFER	13/10/1986
80006263	TATIANI FRANZON	26/07/1990
80004017	THAIS ZONTA	18/08/1989
80005790	TISSYANA BEGNINI	26/06/1988
80005563	VANESSA DE LIMA	28/10/1993
80005298	VASSIELI ROBERTA DECESARO	02/08/1984
80005609	VINICIUS DOS SANTOS NERES DA CRUZ	15/11/1993
80006260	VITOR ALVES DOS SANTOS PRADO	07/02/1984
80006040	VIVIANI DE OLIVEIRA LOSS	14/01/1984
80004729	WEDNER DE AQUINO LACERDA	23/09/1988
80006116	WILLIAN SARMENTO	15/04/1990

## Odontólogo: 50 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80004342	ALANA DISARZ	04/05/1992
80007183	ALINE HUBNER DA SILVA	07/05/1993
80006968	ALINE SUZIN VITTO	12/05/1989
80006777	AMANDA CRISTINA DALLE LASTE	13/02/1990
80006035	ANA LUCIA SPEGIORIN	20/04/1992
80004031	ANDRÉIA SUTIL DA TRINDADE	29/12/1993
80004091	ANDRÉ LUÍS DA SILVA	16/09/1981
80005226	ANGELA GIACOMIN	12/03/1988
80007144	BRUNA CRISTINA DE OLIVEIRA	02/05/1989
80006076	CAROLINE VANCIN FROZZA	29/06/1983
80006049	CHRISTIAN KUNZLER	03/09/1994
80004935	CRISTIANE MAIOLI LANZIOTTI PUHL	14/04/1977
80006319	DANIELA DALLA COSTA	22/04/1980
80005157	DAVI SCAPIN CADORE	14/11/1990
80005800	DÉBORA DELAI COSTA	11/03/1988
80006224	ELOÍSA MANTELLI	29/12/1990

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80007090	EVERTON SANTOS FERREIRA	04/07/1984
80006075	FABIANE POLETO	06/09/1983
80005777	GABRIEL CARNEIRO ANTUNES	24/10/1993
80006669	GIOVANE ANDRE MOY	06/10/1973
80006785	GUILHERME LUCKMANN	28/09/1993
80006489	GUILHERME NEUMANN	24/02/1982
80006357	HERLEY ADRIANO DA SILVA	25/03/1979
80005956	JANAINA VETTORI DE SOUZA	11/09/1974
80006162	JAQUELINE KLING PASINATO	28/01/1993
80005898	JÉSSICA GIOVANNA DASSI	27/02/1991
80004952	JONAS FABIO DALMORA	16/12/1983
80006862	JOSÉ MARCIO NARDI	08/09/1966
80004194	JUCILÉIA TAMANHO	24/03/1991
80005840	KERLY SAVARIS FLAMIA	18/08/1986
80007094	LAIANE CARLA PAWLAK	11/10/1990
80006819	LARISSA FOCESATTO RESTELATO	22/08/1994
80006412	LAURA KAROLINA PAULETTI	06/08/1992
80004574	LEONARDO CECCHIN BAYS	06/09/1991
80005109	LETICIA LOPES DA SILVA	05/11/1990
80006810	LIVIA LITSUE GUSHI CORREA	31/03/1978
80006293	LUANDA MINGORI	16/10/1992
80005944	LUIS BERNARDO VIANNA MACHADO	17/04/1980
80006308	LUIZA SIMIONI	04/03/1990
80006831	MARCELO ALDRIGHI MOREIRA	22/10/1985
80006103	MARINA SANDRIN	12/04/1993
80005135	MARINA SPRANDEL	24/09/1993
80006401	MILLENY MARTINS PIO LISBOA MENDONÇA	21/09/1989
80007087	NATALIA BRUNA ZANELATO	01/07/1992
80006871	PATRICIA BARBARA RIZZI	02/10/1993
80005738	ROGÉRIO ZUGE	22/02/1989
80006389	SANDRO ROBERTO PEREIRA DA SILVA	01/05/1971
80005485	TAMILA MICHELI LIRA	20/05/1992
80006187	THAÍS BORELLA MENEGAT	24/09/1991
80005875	VÍTOR CORREA DA ROSA	13/11/1985

Médico: 06 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80006125	CLOVIS ROGERIO CORRÊA	11/01/1972
80005026	FERNANDA TREVISOL	18/12/1983
80005091	GILBERTO DE OLIVEIRA NETTO	05/05/1976
80005774	HUGO VLADIMIR NOAL DA SILVA	04/08/1967
80006321	LUIS HENRIQUE HUBNER	08/04/1969
80007110	MAIARA LOPES GOELZER	13/07/1989

GRUPO II – PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Professor – Língua Portuguesa: 28 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80005817	ADRIANA CARLA LOCATELLI	08/04/1974
80004540	ADRIANA PALUDO	01/08/1975
80005590	ADRIANA RUPPENTHAL	09/12/1979
80006891	ALESSANDRA BREVES DA SILVA CHIXARO CONTE	23/05/1972
80005118	DANIELE PEGORER FAZZIONI	23/04/1978
80006924	DANIELI PIAZZA	10/02/1986



Inscrição	Nome	Data de nascimento
80005841	EDIANEZ RODRIGUES RIOS	17/05/1973
80005953	ELAINE JORGETE CARVALHO	05/11/1989
80004689	GILBERTO BASSEGGIO	15/12/1965
80006112	GLÁUCIA ELISA ZINANI RODRIGUES	31/10/1989
80005881	GLEICI MARA DREHER	07/10/1980
80005431	HELENA BOFF ZORZETTO	18/05/1964
80005120	INÊS LOPES RODRIGUES ZILIO	28/08/1976
80006172	JOSÉ DE LIMA	03/04/1988
80007135	LUCIANE MEOTTI DE ANDRADE	15/05/1994
80006410	MARIANES SOLIGO	01/10/1974
80006191	MARILU APARECIDA PIRES DA SILVA	17/04/1971
80004086	MARISTELA DE LOURDES GUEDES	25/05/1960
80006041	MAYARA TRENTINI DE SOUZA	12/07/1980
80006971	MORGANE CESCO BATTISTELLA	13/03/1986
80004940	NEIDI MARA JANKE	13/06/1976
80006193	NILVANIA GONÇALVES DA COSTA	17/12/1982
80005735	SAIONARA JUDITH MARION RODRIGUES PINTO	12/01/1973
80004314	SAMARA GONÇALVES MACHADO FORCHESATTO	15/05/1987
80004427	SONIA TERESINHA BIASUS	12/08/1959
80006271	VANESSA KIST	09/01/1986
80007064	VANESSA LECARDELLI	13/02/1991
80005789	WILLIAN SCARIOT	17/03/1995

## Professor – Anos Iniciais do Ensino Fundamental: 254 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80005929	ADELAR GONÇALVES	12/01/1973
80006350	ADELMA MAGNAGUAGNO	01/11/1975
80004576	ADENILCE ELEUTERIO DA LUZ	18/09/1981
80006894	ADRIANA MARIA SCHUCK MANDRIK	15/12/1984
80006334	ALCIONE TEREZINHA NISSOLA MACIEL	31/01/1974
80005342	ALDETE GASPARETTO	21/03/1968
80006354	ALDRIANE PEREIRA VON FRUAUFF	09/10/1981
80005636	ALINE BINSFELD	18/01/1979
80006134	ALINE CARIN DA SILVA PANSERA	30/04/1991
80004380	ALINE MARA DE ANDRADE COVASKI	17/01/1991
80005584	ANADI ROSITA VICENTE	01/07/1973
80004720	ANA MAURA MARIA DA CONCEIÇÃO FORNARI	21/02/1988
80006281	ANDREA SBARDELLA DANIELRAIMONDI	15/01/1975
80005432	ANGELA IZAURA ROCHA PERUZZO	05/01/1988
80007112	ANGELA MARIA ZUANAZZI	20/12/1985
80005506	ANGÉLICA MARIA BERNSTEIN	09/06/1993
80006062	ANGELICA PEDROTE	16/11/1987
80004218	ARIANE CARINE RAHMEIER	14/02/1987
80004270	BRUNA OLIVIA HERMES	08/04/1993
80006439	CAMILA PERONDI	30/09/1993
80007031	CAMILE PICHININI DE SANTI DA SIVA	16/05/1989
80005427	CARINA BORTOLI SCHIAVINI	22/05/1990
80006783	CARINA LUÍSA MÜLLER	23/05/1991
80006447	CARINA MACHADO SOARES	28/03/1992
80006500	CARLA MUELLER	14/09/1985
80006444	CLARICE BRANDÃO STOLL	21/06/1975
80006548	CLARICE GUIMARÃES	15/02/1972
80006830	CLAUDENICE FERNANDES BORGES	16/12/1993

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80004281	CLAUDETE DEBIAZI KALSING	01/03/1977
80006118	CLAUDIA FERNANDES BORGES	30/04/1990
80005235	CLÁUDIA MARA MALAKOWSKI VALCARENGHI	05/08/1992
80004503	CLECI TONIOLO	27/06/1977
80006119	CLÉIA BERTOCHO	20/10/1988
80006949	CRISLEY MACIEL DALLA COSTA	12/02/1983
80006084	CRISTIANE AGNOLIN	05/04/1992
80005470	CRISTINA GORETTE GNOATTO DA SILVA MORAES	14/07/1980
80006460	CRISTINA GRACIELA DE OLIVEIRA REFOSCO	22/01/1987
80006228	DACIANE DE SOUZA FINGER	23/01/1979
80006984	DAIANE LORENSETTI	28/04/1988
80005182	DAIANE ZAMPEZE	06/06/1987
80005902	DANIELA CRISTINA GROSS GALANTE	18/11/1991
80004182	DANIELA GUGEL	04/02/1988
80006203	DANIELA LAZARINI	16/04/1982
80004627	DANIELA TERESINHA RUVIARO	29/07/1984
80005531	DANIELE GASPERINI	19/08/1993
80005490	DEBORA CRISTINA LUCAS	21/02/1989
80005869	DEBORA MARINA DOS SANTOS	10/01/1991
80005233	DÉBORA SCHNEIDER	09/05/1989
80006650	DEISE PAULA DE VARGAS	17/09/1993
80005962	DELICI SCHMITT SCHWINGEL	19/08/1972
80006459	DELIREZ ZAGONEL DA SILVA	06/03/1966
80004094	DENISE GONÇALVES	01/05/1980
80005763	DIANA MARIA BOVI	02/03/1967
80006135	DIANE LAZAROTTO BEVILAQUA	24/08/1987
80005042	DIRLEI OLKOSKI SOARES	25/02/1973
80006233	DUCINEIA SCHNEBERGER BATISTA	03/01/1982
80006808	EDERLI CARLA RAUSCHKOLB WEBER	29/07/1980
80004496	EDETE TERESINHA SCHONS	19/04/1968
80004526	EDIANA LUCIA CAGLIARI MENEGHINI	17/03/1984
80006046	EDILAINE ANGÉLICA ZENARO	28/04/1992
80005373	EDILCE APARECIDA CAMARGO PERKA	28/01/1982
80005873	ELAINEFRANCISCON	10/02/1981
80005281	ELAINE REDIN	02/11/1980
80006192	ELCI VENDRUSCOLO FELIX	05/01/1980
80005547	ELIANE DECARLI NOSSAL	28/12/1982
80005291	ELIANE KLEIN ALTHAUS	17/04/1979
80006220	ELIANE ROSA ERIG KLASSMANN	10/04/1975
80005377	ELIANE SETTE	01/08/1978
80007006	ELIETE MARIA TEDESCO LAZARIN	10/02/1983
80005751	ELISABETE RUVIARO THOMÉ	03/12/1968
80005812	ELISANGELA GABRIELA GERHARD	07/06/1986
80006133	ELISÂNGELA REJANE OLKOSKI GRAUR SUTIL	17/07/1979
80005816	ELIZIANE APARECIDA FANTIN SCHNEIDER	21/06/1984
80006157	ELOI APARECIDA KADES KOGIKOSKI	21/05/1966
80007051	ELOISA REGINA ESSING BARBOZA	06/01/1986
80007036	ENEIDE FUELBER SPELLMEIER	29/07/1978
80005289	EUNICE TERESINHA RAMBO ARGENTON	31/05/1968
80005344	EVANDRA SEGNETTO MAZZUCHIN	29/07/1977
80005891	FABIANA BEAL	17/02/1984
80005768	FABIANALANFREDIHERPICH	24/11/1986

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80006241	FABIANE PINTO PETZEN	22/11/1977
80006909	FÁBIO JEAN D'AVILA DOS SANTOS	23/06/1980
80006291	FERNANDA APARECIDA PELLIZZARO	13/02/1980
80005532	FERNANDA ESTER KIERNIEV	16/09/1985
80006378	FERNANDA RUBIA PETINI	18/09/1988
80005819	FERNANDA STOCKMANN	16/11/1984
80004727	FERNANDA TELES	20/12/1984
80006435	FERNANDA VERONESE KLEIN	27/05/1980
80006799	FERNANDA ZARDINELLO DE OLIVEIRA	30/10/1990
80006056	FRANCIELE HENGEN BENINI	20/09/1989
80004092	FRANCIELE LEVANDOVSKI	12/12/1993
80006235	FRANCIELI DE SOUZA	28/12/1980
80006262	FRANCIELI ZUANAZZI MULLER	14/11/1983
80005732	GEIZA NOEMI TEDESCO	25/01/1991
80006105	GELSI TRENTIN NIERO	02/10/1974
80004647	GENI DE VARGAS ZOTTIS	22/03/1969
80004459	GIANE ROSSETTO	20/01/1992
80005536	GILIANE CARLA STOCKMANN	15/07/1992
80005791	GISELI ADRIANA FERREIRA	22/02/1985
80006018	GRACIELE GROSS DE FREITAS MARCHESI	05/12/1981
80005024	GRACIELE LEMOS ESSING	13/11/1983
80004967	GRACIELI BERTOCHO KUGELMEIER	27/07/1984
80006148	GRACIOSA GONÇALVES DA SILVA	24/10/1994
80005974	GUIOMAR FÁTIMA DALLA	28/05/1975
80006970	HELENA MARIA HUNNING BOM	02/01/1969
80005761	HELOISE BONIN	13/10/1977
80004180	IDONÊS APARECIDA CITTADIN	16/02/1977
80006053	ILOINE SANDERS HERBICH	08/05/1967
80006167	INDIAMARA ZANELLA DOS SANTOS HIRT	20/05/1991
80004577	IRENE ELAINE SAATKAMP	01/05/1978
80006218	IVANIA ARALDI PELLIN	05/03/1980
80004897	IVANIR TEREZINHA DALMOLIN DAHMER	16/04/1973
80006142	IVETE PRESOTTO COLOSSI	06/04/1975
80006057	JAILU CINTIA GOLLO	29/03/1986
80005014	JAIRA ZAMPIERON	04/08/1987
80005778	JAMARA DE SOUZA BORGES	23/09/1987
80006465	JANAÍNA CRISTIANE RIBEIRO	17/03/1988
80007085	JANAINA MACARI PELLIZZARI	15/02/1977
80004746	JANIELE BETINA BOGONI SCHWARZ	07/01/1982
80006457	JAQUELINE GARGHETTI	02/07/1967
80006467	JAQUELINE MARIA FERASO MARTELLO	03/11/1970
80006818	JENNY SUMARA LONGO	11/01/1987
80005795	JESSICA FABIANE CARVALHO	12/10/1993
80004510	JÉSSICA PIRES	16/02/1994
80005115	JOANNA APARECIDA CASON	04/07/1995
80004156	JOSIELE DA SILVA LESSE	25/10/1987
80006784	JUCIANE PEREIRA CUMERLATO	25/04/1980
80005592	JUCIANE VITTO DA CRUZ	06/10/1987
80005500	JULIA DALTOÉ	17/11/1994
80005312	JULIANA FERREIRA GHENO	27/06/1993
80005311	JULIANA RITTER DE ABREU	26/06/1985
80004280	JULIANA TORMEN	18/11/1978

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80006996	JURIELA NISSOLA DE SIMAS	11/12/1980
80004155	JUSSARA DETONI	26/03/1974
80005510	JUSSARA GRILO TREVISOL	01/04/1980
80006280	KARINE BEVILAQUA	15/06/1988
80006014	KARINE ELIS MULLER GRIEBELER	26/08/1989
80006267	KASCYELLY LÃNGARO DE OLIVEIRA	10/08/1985
80005577	KÁTIA ALINE HOLLERS	18/11/1989
80004446	KÁTIA GERUSA BASEGGIO	03/03/1980
80004559	KELLY CRISTINE MICHAELSEN DE SOUZA	28/02/1994
80005927	LAÍSA DULCE BELLINCANTA SKOWRONSKI SEHN	06/02/1995
80004248	LAURA MARIA PRAZERES	11/12/1991
80005491	LAURENA SALETE FROZZA BASSO	04/07/1957
80006775	LEDIR INÊS ADAMS	07/09/1966
80004233	LETÍCIA FABIULA BELTRAME HAAS DE BORTOLI	10/08/1994
80006869	LISANDRA RODRIGUES GODOY	25/07/1978
80005541	LORENI RENITA TELLES	20/11/1974
80006814	LUANA APARECIDA CALVI	21/07/1997
80005181	LUANA PINCEGHER VIEIRA DE MELLO	09/08/1994
80004308	LUANA SCATOLIN GERMANO	17/09/1992
80007011	LUANA THAIS BENINI DIAS	24/09/1987
80004937	LUCIANA FIORENTIN SBARAINI	15/10/1977
80004113	LUCIANA PAULA RIBEIRO	30/06/1985
80006174	LUCIANA WILSMANN PEREIRA	23/11/1983
80006850	LUCIVÂNIA BARANASKI SILVA	06/08/1974
80005035	MAIARA CRISTINA TISATTO	23/07/1991
80004333	MARA ADRIANA LEMKE	29/06/1969
80005708	MARA LUCIA KUNTZE	29/08/1967
80006128	MÁRCIA LISIANA SAATKAMP LAWRENZ	22/04/1969
80005403	MÁRCIA LÚCIA MALDANER FROZZA	20/05/1979
80004910	MARCIANE FRANCHIN	21/12/1977
80005425	MARCIANE KOZA	30/01/1982
80005626	MÁRCIA REGINA GREGIANIN	09/03/1970
80006757	MARGARET VARELA	03/12/1958
80006089	MARIA DE LURDES KIRSCH PAVAN	15/06/1974
80006295	MARIA DO SOCORRO GOMES ARAUJO	04/08/1970
80006011	MARIANE FRANKE	05/07/1988
80005468	MARIANE KIRCH PINHEIRO PEREIRA	03/07/1990
80005522	MARIELE MONTEIRO GIROTTO	24/05/1987
80006318	MARIETA DE JESUS COSTA	22/08/1963
80005744	MARILEI SALETE FRASNELLI	06/03/1974
80007075	MARILENE PELLIZZARI BISOLLO	20/05/1972
80006147	MARILETE DEGARAIS	30/06/1988
80004117	MARISA ALINE MAGEDANS PEDROTTI	26/11/1987
80005518	MARISA FATIMA POZZO HAMERA	06/07/1979
80006394	MARISA PASINATO PICHETTI	17/10/1972
80004112	MARISTELA HENKE	31/03/1967
80006640	MARISTELA MACIEL	07/02/1973
80006362	MARISTELA OLDONI	28/08/1971
80007069	MARITANIA DA SILVA	05/12/1980
80004867	MARIZETE SCHMITT VIEIRA TESSER	05/06/1969
80006190	MARIZETE ZILIO	15/11/1984
80006361	MARLI BRUM DE CAMARGO	27/11/1976

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80006186	MARLI FERREIRA DA SILVA	15/02/1980
80006905	MARTA INES DE MELLO	12/03/1969
80004071	MICHELE ALINE RIZZI NUNES	16/02/1989
80006373	MICHELE JAQUELINE WEIRICH KUSSLER	19/04/1990
80004379	MICHELE VIEIRA	07/05/1993
80006929	MICHELI CRISTINA DAPONCEIÇÃO	27/01/1987
80006043	MICHELI FURMANN COMARELLA	23/05/1978
80006104	MIRIAM DORNELLES	19/02/1970
80004109	MONALIZE SAVOLDI CONTE	18/02/1988
80004649	NATÁLIA AZZOLINI	24/12/1974
80006022	NEIVA VALGOI KLASSMANN	22/12/1968
80005842	NIVEA MARIA SONTAG	19/05/1975
80005802	ODETE FERREIRA KUHN	23/06/1979
80005803	ODETE TEIXEIRA PASINATTO	28/04/1968
80005935	ORENILCE DE SOUSA FERNANDES	06/12/1972
80006379	PATRICIA LUANA ZAIONS	21/01/1989
80005773	PATRÍCIA MARINOSKI	06/10/1992
80005515	PATRÍCIA MASIERO	13/09/1985
80004466	PATRICIA PETRI CURIOLLETTI	04/02/1986
80004146	PATRICIA VARGAS DA COSTA	03/06/1990
80006387	PATRICK DE CHANTEAU RODRIGUES	02/04/1977
80005968	PRISCILA BIFFI	12/05/1985
80004365	RACHEL RESE	08/11/1981
80004512	RAQUIELI MORES	22/07/1991
80006893	REGIANE ACKERMANN SIEGA	01/01/1962
80005845	REJANE CRISTINA MULLER	29/01/1978
80005945	RITA MARTINS BUGANÃ+A DALLA COSTA	17/07/1968
80005977	ROSANA DIAS DO AMARAL	15/05/1987
80006331	ROSANE SALETE DE COSTA RITTER	17/06/1964
80004440	ROSELENE DEUNER	21/12/1987
80005206	ROSELENE ERLO DAMBROS	07/12/1979
80006015	ROSELI MARLENE LOHMANN BOHRER	07/04/1981
80005835	ROSEMAR BOTECA FABRIS	11/06/1988
80006763	ROSENEI CLARICE SCHLICK KERBER	16/08/1976
80006320	ROSINEI JAQUELINA JUCHUM	29/11/1977
80006966	ROSMARI BASSANESE DE AZEVEDO	14/09/1965
80005171	ROSMARI EBERTS ZARDINELLO	23/01/1975
80005908	ROZEMERI APARECIDA SANTOS MUNARETTO	19/10/1971
80006977	SAIONARA TERESINHA VENDRUSCOLO SCHMIDT	29/10/1972
80005484	SALETE MARIA MARTINELLI	09/02/1967
80005759	SANDRA MARA SARTORI CAGLIARI	01/10/1981
80006463	SILVANA CRISTINA FAZZIONI HOECHLER CECCHIN	08/09/1980
80005844	SILVANA DE ALMEIDA	03/08/1977
80006137	SILVANA ROY	27/03/1973
80004796	SILVIA BERNARDI KAIBER	10/07/1976
80004735	SIMONE GOMES DE OLIVEIRA	15/03/1982
80005839	SINTIA SCHNEIDER SCHONELL	28/05/1981
80004783	SIRLEI MIRANDA MARQUETTI	12/06/1973
80006169	SOLANGE ALMEIDA BASTOS	13/07/1980
80006476	SUZANA ELVIRA ZAMBONI	02/11/1988
80004386	TAIANA STOCKMANN	22/09/1982
80006370	TAINARA HOECKLER	20/10/1993

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80004158	TASSIANE DE MORAES LIMA BUSETI	11/11/1986
80006437	TATAIANE MARCOLINO DE OLIVEIRA GOMES	08/03/1989
80006000	TATIANE HEINRICHS	27/03/1988
80005852	TERESINHA TAVARES	17/01/1965
80004152	THAIMARA TRAMONTINA	05/08/1988
80005920	THAISE RENATA BOCHI COSTA	10/11/1990
80006007	THAYSE RIBEIRO PAES	10/11/1984
80006807	VANDERLÉIA DEON	09/04/1983
80005374	VANDERLÉIA SALETE CADORIN	20/09/1991
80006234	VANESSA CRISTINA CMIEL	29/10/1979
80006986	VANESSA DA SILVA	28/07/1986
80005369	VANESSA JACQUELINE KIRSTEN	24/05/1991
80006922	VANESSA MALTAURO	12/08/1994
80006836	VÂNIA KAUPEZINSKI	16/10/1980
80005076	VILMA SBARAINI WOLOSZYN	18/11/1969
80006182	VIVIANE CENCI FORMAGINI	17/01/1987
80004629	VIVIANE PALKEWICH HOFFMANN	18/01/1980
80006296	ZELZA DIAS DE SIQUEIRA BRANDAO	22/02/1974

## Professor – Educação Especial: 17 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80005593	ALEX MADRUGA DA ROSA SBARAINI	12/12/1976
80005870	ANDRESSA CRUZ DA SILVA PALUDO	26/05/1982
80005144	CLAUDIANE DEOLA	23/02/1979
80006275	DENISE CLARA SCHUCK	17/01/1985
80006349	DILEMA PERKA KIRST	04/06/1976
80006168	ELIANA GIORDANI DE MENEZES	01/05/1980
80006265	ELIANE MATTIELLO ROSSETTO	26/04/1972
80005060	JANE DE LURDES SIMONI	27/08/1977
80007044	JULIANA AMPESE LAZZAROTTI DIAS	02/03/1981
80004933	JUSSARA ELIZA SIMONI	16/12/1987
80005967	LILIAN FRANCIS GARCIA MEDINA	16/12/1991
80006348	MARGARIDA KRUSE	17/09/1964
80004018	MARIELE COREZZOLLA	16/08/1989
80006366	PERLA APARECIDA SIQUEIRA FIORENTIN	12/03/1978
80005576	TALITA CANEI	16/03/1986
80004208	TANIA MARIA PERIN	15/07/1977
80006809	VANESSA PAULA DALBOSCO HOFF	06/06/1986

## Professor – Ciências: 24 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80005469	ALEXANDRA MATIOLO	20/09/1980
80007148	ANGÉLICA PEINHOPF	08/04/1992
80007139	ANGELITA FAEZ	23/12/1981
80005957	CHANAISA FORNARI	15/12/1993
80005823	CLAUDETE GOSSENHEIMER	28/12/1964
80005558	CRISTINA AURÉLIA BONASSI PRETTO MURASKI	12/03/1980
80006374	DARLI FABIANI GOSSENHEIMER	02/04/1982
80006154	DÉBORA MARIAN BENELLI	08/06/1992
80006307	DIANA MICHELLE AVALOS KROHN	29/02/1984
80005863	EDINA DE SOUZA DA SILVA	04/07/1981
80004644	ELIZABETE LUCAS	27/07/1982
80005900	EMERSON RODRIGO KOCH	28/05/1980



Inscrição	Nome	Data de nascimento
80007060	FERNANDA DE CARVALHO BISOLO	18/08/1985
80006243	FRANCIELE BARATO	24/09/1982
80004493	GILNEI BRUNO DA SILVA	16/09/1993
80004936	JANETE APARECIDA SIMONI	27/08/1977
80005776	MARIA PATRICIA RIGO	19/07/1973
80004295	MARTINA VALCARENGHI	31/07/1992
80006471	NEIVA ALBINO DE ABREU	10/09/1974
80004054	NELICE BOSETTI RADIN	27/02/1978
80005820	ROSEMILDA PERUZZO	10/07/1980
80004326	SHEILA ROBERTA VOSS	21/06/1993
80004479	SÍLVIA LESZCZINSKI GOTZ	17/10/1981
80004486	TÁSSIA MOREIRA ALVES	20/05/1986

## GRUPO III – GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL – GF

Auxiliar de Biblioteca - Prefeitura: 119 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80006860	ADELIR SALETE MENGATTO	07/03/1962
80004005	ADRIANA DA SILVA LUPPI PROVIN	25/10/1982
80006634	ADRIANA RODEM	06/06/1990
80005268	ALEXSANDRA GUGEL	15/07/1996
80006085	ALEZIA ANTONIETA SUZIN VITTO	21/09/1956
80006933	ALINE ROSSI DOS SANTOS RODRIGUES	30/10/1979
80004880	ALINE SCHMIDT RECH	04/05/1991
80005747	ALINE VIANCELLI	02/06/1986
80005874	ANA PAULA TELES	13/09/1984
80005969	ANDERSON GUZZO	05/01/1993
80004242	ANDRESSA FIORENTIN DOS SANTOS	31/12/1989
80006345	BRUNA ALVES DE OLIVEIRA DA SILVA	14/02/1994
80007105	CAMILA BENELLI HEBERT	25/05/1995
80006844	CAMILA CRISTINA NESPOLO SCHWARZ	17/11/1991
80006063	CARINA RIGON	13/02/1988
80006377	CARINA RODRIGUES DE OLIVEIRA MARAFON	03/07/1979
80006906	CARLOS HENRIQUE ROSSINI	22/03/1958
80005754	CATIANA SONIA ZAT KNECHT DA ROSA	27/07/1980
80007108	CHAIANE SCHMIDT	29/03/1988
80006937	CINTIA BENINI	15/03/1987
80005174	CLEITON LUIZ FREISLEBEN	12/11/1985
80004834	DAIANA ALINE ENCK	14/05/1996
80006039	DAIANE FÁTIMADA SILVA	06/12/1993
80006268	DAIANE LÚCIA THOMÉ	09/12/1988
80004771	DANIELA REFOSCO SCHELL	20/06/1992
80006399	DÉBORA CRISTINA FAUTH DA SILVA	14/08/1998
80006333	DEBORA CRISTINA SCHMITZ DE MARCO	14/03/1997
80005982	DÉBORA GRACE BACH KALSING	15/01/1980
80005329	DEISE DEZZANETTI	28/03/1988
80005589	DENISE TATIANE DA SILVA	23/10/1997
80006367	ELIANE DICKEL OLCHOVI	17/03/1975
80005295	ELISABETE DE BORTOLI	25/01/1979
80004077	ELISANDRO JULIO LEIDOW	05/06/1993
80007152	ELISANGELA MELLO	16/12/1987
80007174	ELIS FERNANDES DA SILVA	31/08/1992
80005479	ELIS REGINA SERAFIN	14/11/1987

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80005943	ENRIQUE AFONSO MINUACULI	17/06/1997
80005579	ESTÉFANA PARISE MASS	20/08/1996
80004345	ESTER ANTÔNIA LUCAS	15/04/1995
80007035	FERNANDA SUELLEN FELISBERTO	11/05/1986
80004188	FRANCIELE MARTINAZZO	06/02/1983
80005889	FRANCIELE ZOTTIZ POPP	25/09/1980
80007113	FRAYLLIKA TAMARA GOMES DE AZEVEDO	17/09/1996
80004133	GABRIELA FORNARI SELBACH	01/12/1997
80006253	GABRIELE VERONESE	28/08/1986
80005186	GEOVANIA RUTH MONTAG GIOMBELLI	17/01/1984
80006978	GLAUCIA HEINRICHS JUSTI LOPES	05/12/1984
80006173	HELLEN CRISTINA GALLI	26/05/1993
80006767	HILDA GENI ALVES PAIXÃO	24/10/1983
80007119	ISABELLA DE MELLO SCHMIDT	11/05/1998
80005542	ISAURA SBARAINI	22/06/1997
80007088	ITAVIR DE ABREU	10/11/1974
80006300	IVONETE MASSON AMADEI	23/02/1977
80006299	IZABEL BERTOCHO	12/12/1967
80005851	JACKELINE ALTHAUS MICHELON	05/09/1985
80004657	JAQUELINE RENOSTO FRIGO	21/02/1997
80005390	JEAN CARLO GRANDO	13/07/1988
80004283	JEFFERSON JONATHAN MAIA	06/07/1997
80004223	JÈSSICA ANDREIA BRANDT	12/02/1995
80006813	JESSICA LAIS DO PRADO BATISTA DOS SANTOS	17/05/1997
80005912	JOSE JAIME VARELA	18/07/1952
80004157	JÚLIA LIZZI	24/02/1996
80005388	JÚLIA MOREIRA FRUHWIRTH	26/12/1997
80006212	KARINE DAL CASTEL	07/08/1997
80005779	KASSIA YONÁ DOS SANTOS	03/12/1986
80004315	KAUANA CAITANO	25/06/1996
80005460	KETLIM SCATOLIN DA SILVA	10/07/1998
80005792	LAIRTES KIRSTEN	13/11/1972
80005733	LARA TIBOLLA CHAVES	26/05/1995
80007007	LARISSA DOS SANTOS RITTER	25/07/1998
80005339	LEILA TESSMANN LUCKMANN	31/03/1964
80005769	LIZANDRA MARIA MARCHESI	14/07/1980
80005581	LOIVANE BALBINOT	09/11/1975
80004578	LORIZETE COLETO	10/01/1978
80006959	LUANA CLEMENTE LUIZ GERHARDT	05/11/1987
80004330	LUANA ZAGONEL RUBINI	13/09/1997
80005964	LUCIANA DE MOURA GARCEZ FRANCA	16/01/1976
80007049	MAICON EVANDRO MEDIN ROOS	21/10/1991
80005067	MAÍSA GRACIELA POPP	28/01/1992
80005856	MARCIA WEIRICH	17/05/1991
80006005	MARGÊ APARECIDA DE CAMARGO SEHN	18/03/1966
80006316	MARIA ALICE MARCON BASQUERA	21/10/1999
80006800	MARIA DO CARMO LEMOS	31/01/1965
80004449	MARIA EDUARDA STEVENS FERREIRA	18/02/1997
80006878	MARISA SEIDEL DURANTE	31/08/1970
80006950	MARISETE DA SILVA	14/08/1973
80007097	MARLA SGARBOSSA FAZZIONI	07/02/1992
80005867	MICHELE SABRINA KIRSCHNER PIGATTO	24/01/1991

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80006247	MURILO DA CAMPO	14/09/1992
80005569	NAISA XAVIER ALVES	06/06/1994
80006164	NATÁLIA AMANDA GONÇALVES	08/10/1995
80005950	NATÁLIA CECCHIN RIZZOLLI	29/10/1995
80006176	NELSI MARIA PIGOSSO	15/08/1970
80006347	ODETE DE OLIVEIRA SAVI	21/08/1976
80006419	PATRICIA CARLA DE OLIVEIRA DA SILVA	03/10/1972
80006849	PATRICIA MÜLLER	09/12/1989
80005012	PATRÍCIA VASCONCELOS SIQUEIRA CAMBOIM	03/06/1981
80004396	RAFAELI DE MOURA MONTEMEZZO DA SILVA	12/12/1983
80006838	RENAN GUSTAVO WEBER SANTOS	05/07/1998
80007169	ROSANE AP BARANOWSKI VIEIRA DOS SANTOS	17/01/1970
80006328	ROSANGELA SIRLEI RUVIARO DOS SANTOS	12/08/1979
80006759	ROSELI SALETE ROSA DE CAMARGO	28/01/1965
80004212	SABRINA DESSORDI TEMPESTA MORELLI	21/11/1985
80006380	SANDRA LUZIA BORTOLI	28/02/1987
80005894	SANDRA MARA CAMILLO	19/05/1983
80007103	SANDRA MARIA CARNIEL GONÇALVES	13/07/1979
80006917	SANDRA VENDRUSCOLO	23/07/1975
80006995	SONIA MARIA DOS SANTOS	12/10/1962
80006506	SONIA MARIA PIGATTO	28/07/1973
80006115	SONIMARA CAZAROTTO	30/05/1977
80005001	SONIZE FAGUNDES	23/11/1991
80007120	SUELI CARNIEL LAVORATTI DE OLIVEIRA	28/05/1982
80006010	SUZANA DALLA COSTA ALTHAUS	06/02/1981
80005551	TAINÁ FERREIRA DA SILVA DE LIMA	18/02/1996
80006264	TAIS BELTRAME	02/10/1990
80006928	VANDA LETÍCIA ALBIERO	13/05/1996
80006923	VANESSA DE OLIVEIRA GASPERINI	11/06/1993
80007084	VIVIANE DA CRUZ DUARTE	19/03/1982
80006023	WESLEY CORRÊA FINGER	03/06/1997

## Auxiliar de Creche: 91 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80005507	ALESSANDRA WILSMANN	09/02/1997
80006683	ALINE VANUSA MARCOS DE SOUZA ANTUNES	17/07/1993
80004370	ANA CAROLINA GROSS	06/06/1996
80005508	BARBARA FERNANDA DUMMER NOVAKOWSKI	22/09/1990
80005879	BRUNA SCORTEGAGNA PAGNONCELLI	31/12/1996
80007089	CAMILA FRANCISCON	14/06/1989
80004266	CAMILA THAIS DE OLIVEIRA	21/11/1996
80007045	CLAUDIA MARA MACHADO DA SILVA	14/04/1989
80004738	CRISTIANE CASEMIRO	18/02/1994
80005503	CRISTIANE MARIA GEDIS	18/06/1994
80004170	DAIZA DA SILVA DOS SANTOS	17/05/1996
80005499	DANIELE AMANDA RUFATO	02/03/1997
80005965	DANIELE CRUZ DE MATTOS	18/11/1987
80005509	DANIELE ELISA SAGON	29/03/1995
80004740	DANIELE HENICKA	18/09/1998
80006001	DANIELI FLORINDA VORTMANN	07/05/1995
80006864	DANIELI INES PEDROTTI COLDEBELLA	17/01/1981
80004502	DÉBORA FERNANDA DA SILVA	27/06/1996
80006985	DÉBORA LUANA SCHWARZ	18/11/1991

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80005241	DEISE DEL POSSO	29/11/1990
80005511	ELIANE CENTOFANTE	25/10/1984
80006486	FABIANE CRISTINA BARP	18/12/1982
80005936	FABIANE DE MOURA STOCK	11/06/1997
80004482	FERNANDA BISON	06/09/1993
80005560	FRANCIELE ALINE DA SILVA	16/12/1998
80005493	FRANCIELE DE AGOSTINI DOS SANTOS	31/12/1997
80006441	HELOÍSA CARLA POSSA SANTIAGO	15/03/1993
80005585	IARA DELGADO RAHMEIER	04/02/1998
80006048	INDIANARA HUFF BUSSMANN	19/04/1997
80005799	INDIANARA PALHANO RENOSTO	19/07/1989
80007081	IVETE TEREZINHA DUARTE MALESKI	12/07/1983
80006143	IVONETE DA SILVA ALVES COSTA	14/11/1983
80004528	JANE TEREZINHA MOTERLE ROBAERT	15/02/1975
80006302	JOCINEIA COIMBRA DA SILVA REICHERT	09/01/1974
80006287	JUCILENE APARECIDA BISOGNIN BENELLI	27/02/1984
80005315	JULIANA CRISTINA ZAT	07/06/1997
80006126	KAREM FABÍOLA MEYRING	04/06/1996
80006198	KÉZIA HAUPT	22/09/1998
80006368	LÉIA CRISTINA RAIMUNDI	22/09/1984
80004866	LENITA HIRT NUNES	06/06/1997
80005406	LETÍCIA CRISTINA BET	18/01/1996
80005004	LETÍCIA RUVIARO POZZA	12/07/1983
80004147	LUCINÉIA SOARES DOS SANTOS	20/06/1994
80004262	MAGDA DALA COSTA	24/09/1996
80004726	MAIARA COLDEBELLA	31/05/1995
80006227	MÁRCIA GOMES	03/12/1982
80006372	MARCIELI REGINA BATISTELLA RAMIRES SOUTO	18/08/1986
80005583	MARIA ANGÉLICA FRACASSO VIEIRA	08/04/1991
80004123	MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA RODRIGUES	16/06/1982
80004765	MARIA GRACINEIDE DANTAS DINIZ	17/01/1976
80005319	MARILUZ BORGES GUEDES	02/11/1980
80006003	MARLI SOLANGE SENER SCHWINGEL	17/04/1969
80004822	MAYARA CAROLINE PIGOSSO	14/12/1996
80005555	MICHELE CUMERLATO VALCARENGHI	14/04/1990
80006815	MIRIAM BLANK	14/02/1987
80004547	MÔNICA PATRÍCIA ZUCCHI ZAMBONI	03/08/1998
80004824	MORGANA FIORENTIN	01/06/1997
80007073	NADIA REJANE GARGHETTI	02/06/1975
80006016	NADIR PIVA	27/10/1977
80004011	NAIR BELLAVER ROSSI	23/03/1956
80004137	NEIVA SOARES	18/06/1969
80005892	PAMELA CRISTINA MANGOLD	16/09/1991
80006847	PATRICIA LUANA DOS SANTOS	27/06/1996
80006313	PAULA ELIANA GOMES	30/01/1998
80006150	PAULA REGINA OLKOSKI CAVASSINI	08/09/1998
80006093	ROBSON HEINRICHS	13/08/1984
80006386	ROSANE MARIA IURKEVICZ	13/09/1976
80006145	ROSELEI LONGO	26/05/1998
80005253	ROSELI GONÇALVES	22/04/1972
80005984	SABRINA CASAROTTO	19/10/1998
80006448	SAMARA CÍNTIA RODRIGUES DE MATTOS	16/12/1989

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80005376	SAMARA NAIR VEIGEL	21/05/1998
80004986	SAMARA PETRY	27/06/1993
80005586	SAMARA ZAMPIERI MARTINS	24/12/1988
80006430	SANDRA AGNALDA SUPPI	02/03/1972
80005783	SILVANA SCHMIDT DE LIMA	10/02/1974
80005983	SILVANIA ORIO DE SIQUEIRA	12/04/1987
80006488	SILVIA ELIZETE FAZZIONI CUMERLATTO	29/12/1961
80004909	SOLANGE MARIA MAIA	02/08/1993
80005813	SOLANGE RENOSTO	30/10/1982
80005023	SUELEN CRISTINA POZZO	09/01/1991
80006146	SUSI DE LIZ SILVA	28/12/1982
80006094	TAINÁ SEPP BAVARESCO	21/08/1995
80006955	TANAISA BARANOWSKI DOS SANTOS	16/02/1992
80005176	TANAÍSA CAPITANI PEREIRA DOS SANTOS	07/07/1995
80006305	VALESKA LOUÍSE DOBROVOLSKI BLANCK	25/06/1997
80005556	VALQUIRIA SALETE RESMINI	01/10/1996
80005933	VANESSA REGINA DA SILVA SCHEUERMANN	16/02/1992
80006872	VERA LUCIA MULLER	19/09/1980
80007009	VERIDIANA DORNELES DA SILVA	15/08/1980
80004623	YASMIM CRISTINA CUMERLATO	08/08/1997

## GRUPO IV – GRUPO OCUPACIONAL BASE – GB

Servente Braçal: 25 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80006428	ADAIR DA SILVA	15/05/1961
80004341	ADAIR TIECHER	28/01/1977
80004600	ADRIANA APARECIDA BACIN	12/10/1971
80006675	ARQUIMEDES BARBOSA LIMA JÚNIOR	21/02/1991
80006514	CLAUDEMIR DHEIN	11/05/1970
80007030	DELMAR HEYDT	11/09/1960
80007012	DOUGLAS BENTO FERREIRA	15/01/1997
80007014	FABIANO TRONCO MARTINS	05/03/1972
80004575	FELIPE DE AUGUSTIN	24/04/1997
80007076	FERNANDO DUNKER	12/08/1986
80006509	IZAURA PEREIRA JOCHECK	02/01/1980
80005859	JAIR BRUNETTO	27/04/1969
80007048	JOSÉ JAIRO KOWATSKI	16/03/1978
80004278	LUCAS DOS SANTOS VARELA	05/01/1997
80007083	LUIS AMERICO BORGES ALFONSO	15/05/1989
80006454	LUIS MENDES CASTANHA	17/05/1983
80007046	MARCELO AMPESE	08/03/1980
80006200	MARCIANO DE SOUZA	30/07/1986
80005955	ODACIR RODIO	07/03/1981
80006324	PAULO FERNANDO ZAMPIERON	20/02/1987
80006491	RAFAEL LUIS SCHRAMMEL	29/01/1983
80004404	RENATO CAVALHEIRO PLATE	18/01/1975
80005123	SAMARA DELFES DA CRUZ	17/06/1991
80007047	SULINO MARQUES DA SILVA	21/01/1994
80007021	VANUSA BENTO FERREIRA	30/11/1993

## GRUPO V – GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL – GO

Agente de Serviços Gerais (Zelador): 114 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80005476	ADRIANE LUCIA RUVIARO	22/05/1978
80005250	ALBERTO MANOEL DE BORBA	29/06/1983
80005489	ALESSANDRO DA SILVA	03/05/1991
80006008	ANA PAULA MENDES CASTANHA	21/05/1986
80005452	ANA PAULA POTT	23/02/1992
80006474	ANDREIA DA SILVA SANTIAGO	27/03/1984
80007050	ARIANI SALETE TORRIANI	23/05/1990
80005270	CARLA FABIANE COLLING	10/07/1975
80006081	CLAUDIANA DOS SANTOS SILVA	23/08/1979
80004705	CLEBER GOMES ANDRADE	28/11/1964
80005096	CLEITON VERUCK	24/12/1993
80005831	CRISTIAN CEZAR BELLAVER	27/01/1989
80004279	CRISTIANO BOTH	05/06/1990
80005608	DAIANE SIGNORI DE SOUZA	27/11/1994
80005833	DALIRIA APARECIDA DE AGOSTINI	14/04/1968
80005897	DANIARA LECARDELI	06/05/1996
80004267	DEOMAR DA SILVA	15/07/1982
80004694	DIONETE AZEVEDO QUEVEDO	18/06/1984
80006843	DIRLEI TEREZINHA BONASSI DOS SANTOS	03/03/1975
80007098	EDIANE ANDRÉIA RAHMEIER	17/09/1977
80006141	EDICLÉIA LUZIA MACHADO	10/03/1984
80006052	EDIO HERBICH	15/01/1963
80007043	ELIANE LEBRANTE	12/07/1982
80005320	ELIANE PERPETUA BENINI WEIS	16/05/1977
80006337	ELIANE ZILIO	29/11/1987
80005009	ELISANGELA FEIJÓ GULATZ	30/12/1979
80005318	ELIZABETE BITTENCOURT	08/08/1987
80006077	ELIZANA DORNELES DA SILVA	25/08/1990
80005346	EMANUELA DA SILVA	13/10/1987
80006768	FABIANO ROSA DAS NEVES	05/05/1979
80006963	GABRIEL PEREIRA THESCHE	18/12/1994
80006166	GERONI PEREIRA	16/12/1978
80006215	GISELE SALETE RIBEIRO	10/07/1983
80006122	GLECI SCHMIDT CALLEGARI	15/01/1971
80006776	HUMBERTO FUNEZ	12/04/1964
80007059	IRLANI FRANÇA FERNANDES DEBIASI	12/08/1977
80006365	IVANE JANETE PIZZATO SOLIGO	22/04/1972
80005865	IVANIR SPERANDIO RODRIGUES DA SILVA	15/08/1975
80006180	IVETE LURDES VIEIRA	18/09/1967
80006205	IVONETE FONTES CARNEIRO	01/06/1968
80005805	JAMILA LUCIA SANTORI	13/04/1986
80005787	JANE BATISTA DA SILVA POLAK	30/06/1978
80007122	JAQUELINE IRENO DO NASCIMENTO LINO	05/10/1995
80006286	JESSICA CRISTINA DOS SANTOS DA SILVA	15/01/1994
80005788	JOCEMARA LOMBE DA SILVA	27/05/1976
80004258	JONATHAN GIOVANNI OLIVEIRA	18/10/1993
80006981	JONATHAN WILLIAM ZANELLA	14/03/1991
80007175	JUCIMARA APARECIDA DA SILVA	13/10/1993
80004792	JUCIRLEI DA SILVA REIMERS	25/05/1986
80004465	KETE SCHIAVINI	23/11/1978
80005930	KEYLA CRISTINA SANTOS AGUILERA	24/01/1988
80005692	LAIS CRISTINA LOTTI CRUZ	14/11/1994



Inscrição	Nome	Data de nascimento
80007143	LEILA INES FACHI	25/08/1970
80005807	LENIR GORETTI SOARES	09/06/1972
80005993	LEONETE VIEIRA DE BITTENCOURT	29/08/1972
80005720	LINDAMIR MOREIRA JULIANI	26/12/1980
80006947	LINDINALVA PESSOA PEREIRA	07/01/1976
80004108	LUCIANE APARECIDA DOS SANTOS	15/11/1986
80004090	LUCIMARA GONÇALVES PINTO	24/12/1984
80007158	LUIZ CARLOS DAS CHAGAS LIMA	31/08/1959
80005457	MÁRCIA MARA KIRST	22/06/1969
80006816	MARCIANE APARECIDA GROLLI	30/05/1984
80007136	MARCIA SALETE PINTO JOHANN	30/09/1972
80006050	MARCIO BOCCA BIER SARAIVA	09/06/1979
80006297	MARCO ATÍLIO DALLE GRAVE	31/01/1976
80005712	MARIA INES BASSANI	28/01/1966
80005924	MARILEI DE MELO DOS SANTOS	10/11/1965
80004265	MARINA ZAGO	18/04/1994
80005893	MARITÂNIA OLKOSKI	24/01/1995
80006898	MARLETE LURDE ORBACH	01/07/1973
80005798	MARLI SAGAZ BUSSOLARO	16/02/1989
80004483	MARLI SALETE DE ALMEIDA KUSSLER	16/09/1980
80007106	MARTA FILIPPI	04/06/1985
80004604	MATEUS BRIAO DA ROSA	14/09/1983
80005755	MELANIA HENGEN	23/12/1980
80006246	NADIR PIVA	27/10/1977
80004655	NEIDE TERESINHA RITTER VENDRUSCOLO	27/03/1975
80005170	NELI BATISTELLA	01/03/1965
80005987	NILVA SALETE BISON SIMON	22/09/1969
80006216	NOELI MARIATURRELLA PEREIRA	12/05/1967
80005914	PAMELA PASQUALON	31/10/1989
80005278	PATRICIA FERREIRA DE SOUZA	08/02/1990
80006202	PATRICIA ZAGO WENTZ	16/04/1986
80005989	PEDRO SEIBEL	29/06/1971
80006492	RAQUEL DA SILVA DIAS	21/05/1987
80005104	REALCI DOS SANTOS	06/06/1973
80006315	REGINA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA RAMOS	26/04/1967
80004149	RENATA DA SILVA LESSE	13/08/1996
80005992	RENATA VALERIUS	12/05/1995
80006420	RONISE SAVOLDI ANDOLFATO	29/10/1975
80006064	ROSANGELA PEDROTE MULLER	28/05/1977
80005750	ROSELI POGANSKI	12/10/1977
80005554	ROSEMERE ALVES DUTRA	15/06/1993
80006470	RUDIMARA PORT	16/08/1981
80006055	SALETE MARIA SCALCO	27/09/1964
80005994	SANDRA PIEKAS	11/08/1979
80006088	SANTO DEBETTIO	11/03/1958
80006803	SAULO FREIRE QUINCOZES	16/05/1970
80005299	SILVANA MARTINS PIMENTEL	28/08/1983
80006091	SEVERINO DOS SANTOS	12/11/1953
80006194	SIMONE CADORIN	25/05/1983
80004273	SOLANGE DA SILVA	14/02/1981
80006031	SOLANGELA AZEVEDO	29/09/1977
80006339	SOLANGE MARITANIA CARNEIRO	22/10/1988

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80004130	SOLANGE SALETE PIAZENTINI MIOTTO	30/01/1981
80004784	SONIAMARA DEJANIRA MACHADO	12/02/1987
80006515	SUELI DE FATIMA BETO RENNER	22/01/1973
80005571	SUELI MACHADO VEIGA	04/10/1977
80004599	TAINA DETOFENO	27/01/1990
80005860	VALDEMAR AMÉLIO MUSSELINI	14/04/1964
80007052	VALMIR CORASSA	29/09/1968
80006973	VANESSA SAMORA DA SILVA	05/12/1987
80007015	VERA LUCIA DORNELES DA SILVA	18/06/1964
80004673	VINÍCIUS ROGÉRIO LAZZAROTTI	10/05/1981

## Agente de Alimentação e Nutrição: 29 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80004499	ADRIANE PAULA MENEGAZZI CURIOLLETTI	02/11/1981
80007056	BRUNA PAULA VILBERT DE ALMEIDA	23/04/1994
80006903	CLEONICE CORRÊA DE SOUZA	15/04/1969
80006282	CRISTIANE CHAGAS	13/01/1981
80006883	DAIANE DE MOURA GARCEZ	05/04/1982
80006925	HELENA TREVISAN	23/03/1978
80006237	IRENE HACK	01/05/1970
80007186	ISOLDA INÊS PASTRE	04/12/1975
80004723	IVETE DAL VESCO	10/07/1966
80005505	IVETE MARIA DE ABREU CAVASIN	06/08/1968
80006908	JOVILDE TERESINHA BUSATTO	30/09/1964
80004549	JUCIANE SIMÕES	05/09/1975
80006326	KATIA PAULA BERTOLLA	06/08/1983
80006411	LINA TEREZINHA KUFNER PIAZENTINI	12/06/1962
80006774	LUISA GOLLO	21/07/1963
80005572	MARIA APARECIDA RIBEIRO	26/07/1965
80006404	MARINA RUVIARO GRAFF	17/07/1993
80006969	MARIZETE DOS SANTOS BANDEIRA	15/06/1976
80006108	MARIZETE FARIKOSKI KUTZKE	13/09/1987
80006485	MIRACI VALANDRO BONELLI	18/02/1970
80006974	NEILIR SALETE WANLAR ROVANI	26/06/1984
80007071	NEIVA DE OLIVEIRA DUNKER	13/07/1984
80004929	OLIVETE JORGINHA RESMINI	28/08/1987
80006388	PRISCILA DUTRA DA SILVA MALTAURO	16/05/1986
80006962	SILVANA LANFREDI	20/11/1981
80004303	SUELEI DA SILVA	29/01/1969
80005766	VANIA FATIMA MARQUETTE MIGLIORETTO	03/11/1979
80007195	VANUZA MALETZKI	25/03/1979
80004992	ZELIDE TORTELLI SPIES	31/12/1955

## Atendente de Consultório Odontológico: 08 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80007166	CLEIDEMARA SALETE GHIDORSI	19/09/1987
80004055	FERNANDA CRISTINA ROBAERT	23/03/1984
80004243	IVONETE PEROTONI URBANSKI	11/04/1988
80004241	JESSICA CAROLINE CERUTTI DA SILVA	30/09/1996
80006863	JULIANA CRISTINA MANDUCA KRAUZE	27/07/1991
80006151	LENICE VIERO	07/06/1983
80006384	MARLI MOREIRA	20/01/1977
80005471	SAUDINA MARIA BARBIERI	17/12/1965

**Mecânico: 18 inscritos**

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80004300	ARTÊMIO RECH JUNIOR	01/10/1982
80006309	CARLOS ONDINO KUNTZE	29/06/1972
80005275	CLAUDEMIR JOHANN	31/10/1970
80006009	GIAN GALEAZZI	22/01/1980
80006304	GUILHERME ANTONIO ROSSI	30/07/1996
80006961	JEAN CARLO BOHRER SCHLICK	27/12/1993
80004197	JEAN CARLOS MATTANA	04/03/1984
80005240	JONAS MURILO CHERINI	01/11/1986
80006107	JUVELINO POZZO JUNIOR	19/02/1988
80007145	LUCIANO SUNTI	13/12/1982
80006231	MARCIEL SCHEID	20/03/1989
80004912	MARCOS LEANDRO MAZIERO	01/02/1975
80004329	NERI JOÃO RITTA	23/05/1960
80006314	RENATO CESAR MARASCHINI	19/11/1987
80005884	RODRIGO SANTIAGO	16/11/1985
80005544	TIAGO CALZA	29/05/1996
80007138	VALMIR JOSÉ TESSARO	02/03/1970
80005752	WAGNER PEDRO ENGELMANN	29/06/1982

**Eletricista Automotivo: 10 inscritos**

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80005896	AMAURY CAETANO NEVES DA SILVA	14/09/1982
80006207	ANA LETICIA DARTORA ESTÁCIO	18/01/1997
80005191	CASSIO BASSO MACHADO	02/08/1987
80005876	CRISTIAN CARLOS MARCHIORO	18/06/1981
80006221	ERNESTO GUIDO LAMONATO JÚNIOR	13/03/1992
80005932	IVONEI BRITO	20/03/1973
80005804	JAIMIR DA SILVA	21/02/1980
80006129	MÁRCIO FARFUFZ	03/10/1983
80004556	RODINEY DREHMER	09/10/1992
80004728	SIDINEI SARTORI	29/05/1985

**Operador de Equipamentos – Trator de Lâmina: 14 inscritos**

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80005169	ADRIANO FISCHER	26/01/1987
80005533	ANTÔNIO BENTO DA SILVA JÚNIOR	08/04/1991
80006413	CLAIR DIAS	28/05/1975
80005710	DAVID DE OLIVEIRA TOBIAS	03/12/1989
80004821	DOUGLAS NARDINO	13/03/1993
80005868	EDUARDO NICHELI PALUDO	15/12/1985
80006852	LISANDRO CESCO SGANDERLA	30/10/1990
80004709	MAICON MORA	26/09/1980
80004628	MARCELO BASTIAN	17/05/1987
80006821	MICHEL BERNARDI	17/07/1993
80007123	RICARDO CARNIEL	13/05/1991
80007191	SILVANO FELIPE DINIZ	09/03/1973
80006092	VALDEMAR FONSECA	19/05/1961
80006422	VANDERLEI TIECHER	16/03/1985

**PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF****Odontólogo Comunitário: 52 inscritos**

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80005462	AGATHA TACIANA UBIALI DA ROSA	15/04/1994
80005284	ANDRÉ CANTERO DE CASTRO	04/01/1981
80004970	ANDRESSA CRISTINA D'AGHETTI ZAMPIERI	23/05/1994
80007171	ANNA CHRISTINA BALZAN	03/04/1992
80004755	ARACIELE ALICE ZANELLA MASSING	28/05/1981
80004601	CAMILA ROGELIN	10/08/1990
80004701	CAROLINA DUMMEL	12/07/1991
80006940	CAROLINA FLORES SILVANO	29/06/1984
80004757	CAROLINE CRISTINE VARELA	20/02/1993
80005938	CAROLINE HEINE NYLAND	26/04/1984
80006826	CLEIDE BERTOCHO	01/10/1991
80007189	CRISTIANE FRIGO	26/12/1992
80004214	CRISTIANE ZONIN	25/05/1987
80006876	DANIELE MARISSA PILAN NUNES	23/01/1982
80006879	ELIS ANGELA BATISTELLA	17/08/1991
80006960	ELIZA FLESCH	28/10/1994
80005156	FELIPE MIRANDA	18/06/1993
80005923	FERNANDA DEL' SANT	09/02/1992
80005685	FERNANDO GUSTAVO SCHNEIDER	12/03/1981
80006824	FRANCIELI REGINA BORTOLI	20/12/1991
80004887	FREDERICO FERREIRA PEREIRA	09/11/1982
80005513	GABRIELA BRIZZI HERMANY	26/12/1988
80006382	GLAUCIA IPOLITO ECKERT	07/07/1989
80004633	ISADORA LAHYZ SLOGO	05/07/1991
80005646	IVAN LUIZ DASSI	30/12/1956
80005417	JANESKA MALISKA	03/05/1992
80004294	JANINE CRISTIANE BRAUN DE AQUINO	08/11/1978
80004321	JARDEL DORIGON DOS SANTOS	11/10/1990
80004467	JEAN MARCELL FOCESATTO RESTELATO	22/11/1984
80004027	JESSICA ANDRESSA TOLDO CALZA	13/03/1991
80006070	JOANA TECHIO	23/03/1989
80004801	JULIANE SACHET HANNECKER	08/04/1993
80006827	KAREN CRISTINA DAL BIANCO	02/07/1984
80007179	KARISSA TREVISAN	22/10/1991
80006230	KELLY KUHN LEVANDOVSKI	30/12/1993
80005392	LUANA PAULA ALBERTON	05/07/1989
80004763	LUCAS ARALDI MACHADO	06/05/1992
80006429	MAGALI BORDIGNON	26/06/1990
80006885	MARA TAISE KAMMLER	11/11/1990
80005811	MARIA NADIR COLLET	18/02/1993
80006927	MARILIA OENNING	29/06/1984
80005265	MATHILDE LUIZA SAVEGNAGO	22/07/1988
80005940	MILLENA SALVADOR CADORE	03/08/1991
80005474	MARIA ANA DE AMORIM	07/09/1987
80007104	NATHIELEN REGINA PRESOTTO	30/06/1989
80005729	PAOLA BERTONCELLO	22/08/1993
80007118	RENATA MARQUES DA SILVA	20/11/1990
80005941	SAMANTHA SIMONI SANTI	17/03/1992
80006875	SERGIO ALEJANDRO DA COSTA RODRIGUEZ	31/03/1976
80005458	SHEILA FRACASSO	12/04/1985
80004076	VICTÓRIO POLETTI NETO	22/01/1992
80004670	WILLIAN CARLOS REIS ROCHA	20/06/1979

**Médico Comunitário – Clínico Geral: 15 inscritos**

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80005155	ANA PAULA STRASBURG	28/08/1991
80005814	CLEITON FRANCISCO PICCINI	11/05/1981
80004847	DANIEL FELIPE SOUZA FANTINI	18/01/1991
80006795	EDUARDO FIRMO	16/09/1973
80005775	FERNANDA TREVISOL	18/12/1983
80004318	GILSON RODRIGUES GONÇALVES	11/06/1971
80006920	GUILHERME DOS SANTOS	20/11/1986
80007157	LUCIANA SANT'ANA DE SOUZA	09/06/1976
80007111	LUCIANO CARVALHO SANSON	30/07/1976
80007115	MAIARA LOPES GOELZER	13/07/1989
80005704	MARCELA OLIVEIRA CAMPOS	20/04/1985
80004079	MICHEL DOS SANTOS KUSKOSKI	01/08/1980
80007150	PRISCILA KATIUSCIA SAVARIS	02/12/1987
80005578	VANDERLEI MENEGATTI	05/09/1969
80005454	VIVIAN ELISA STEUERNAGEL	23/11/1983

**Técnico em Higiene Bucal: 01 inscritos**

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80004769	ANDREIA PICOLLI CASSOL	18/01/1985

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA – FMC****GRUPO I – GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTA – GE****Biblioteconomista: 05 inscritos**

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80007068	CÍTIA EUGÊNIA MAURENTE CUNHA	10/05/1970
80005430	ELLEN MARIANA ZORZETTO	30/11/1994
80005021	ENRIQUE AFONSO MINUSCULI	17/06/1997
80006998	JAQUELINE TURATTO	21/11/1977
80006355	LUANA SAMÁ COSTA	03/06/1988

**GRUPO II – GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO – GT****Técnico em Iluminação Cênica: 06 inscritos**

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80006953	AROLDO ROGOVSKI	21/05/1963
80006298	CHARLES RODRIGO JOHANN	09/05/1988
80006343	EMERSON LUCIANO BIESEK	06/11/1972
80006793	RAFAEL LUCIANO DOS SANTOS	28/01/1978
80004538	TIAGO PEZENATTO	08/11/1988
80006858	VINICIUS DE LIMA MEDEIROS	01/10/1977

**GRUPO III – GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL – GF****Auxiliar de Biblioteca - FMC: 71 inscritos**

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80006383	ALESSANDRA MACHADO MELO	09/10/1992
80006935	AMANDA JUNG GUERINI	02/09/1995
80006025	ANA CARINA MENEGATTI	26/12/1991
80005736	ANA CAROLINA ZANELLA NAIBO	07/04/1997
80006138	ANAPAUOLA SOARES	11/12/1989
80006274	ANDRÉIA SAMIRA SALING	04/08/1992
80006990	ÂNGELA DA SILVA DO ROSÁRIO	13/01/1983
80004742	ANNIE CORTES NOLL	18/12/1991

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80006183	BEATRIZ RAMOS	10/06/1998
80006479	CLECI BISON	25/10/1984
80004209	DAIANE CORSO	01/02/1991
80006258	DAIANE PAULA SILVA	02/10/1997
80006336	DANIELE CRUZ DE MATTOS	18/10/1987
80004177	EDUARDO MALTAURO	30/05/1992
80007114	ELENICE CARMEM SIEGA	24/05/1982
80006111	ELENIZE DE GREGORI PIOVESAN	21/12/1971
80005207	ELIANA DE MOURA FRANZEN KUCLHRE	26/08/1979
80007117	ELISANDRA DA CUNHA	05/01/1984
80007025	ELIZIANE DOS SANTOS STEDILE MARTINS	03/04/1983
80007061	ELSI LOURDES DA SILVA	28/07/1965
80005188	FERNANDA CAROL MONTAG	21/11/1998
80004264	FERNANDA TRENTIN	12/02/1997
80007079	GABRIELA DA SILVA SALVADOR	08/08/1997
80007001	GABRIELA RITTA	11/06/1996
80004616	GERUSA DETONI	23/01/1971
80006204	GIANE REGINA DALLA CORTE	24/01/1986
80006037	GISLAINE FÁTIMASAVI	01/06/1989
80005456	GUILHERME AFFONSO BOCCHI ANDRIOLLI	20/05/1994
80006421	HENRIQUE MATEUS OLIVEIRA PADILHA	19/01/1996
80005570	IVACIR HELBING	13/07/1966
80006149	JANAÍNA CRISTINA FERREIRA KUHN ZANETTI	19/03/1994
80005331	JANETE LUCIA MARTELLO ANTUNES MACIEL	13/01/1977
80006839	JESSICA MARIA ALBIERO	21/10/1993
80006283	JOANA KOWACIC	15/12/1994
80007141	JOANA MARCHESAN	28/06/1994
80005734	JULIA LETICIA BONATTO	29/04/1996
80004014	JULIANA BENELLI HEBERT	09/06/1988
80006825	JULIANA CARLA CHRESTANI	16/01/1997
80006095	JULIANE SABINA BISCHOFF DE OLIVEIRA	12/07/1995
80004533	JURACI MARIA BERNARDI	05/04/1956
80006288	KAREN JÚLIA COLDEBELLA FERREIRA	12/12/1996
80007151	KATIUSSIA GHIDORSI	10/06/1993
80006082	LARISSA RUVIARO	26/10/1988
80006483	LUANA CRISTINA FIAMETTI	02/07/1995
80006177	MARCIA CAPELLARI	15/05/1985
80005225	MARCIELE ANDRESSA DALA ROSA AULER	10/05/1988
80006272	MARCOS PAULO GAZZONI	11/10/1990
80006979	MARIA LOURDES TAGLIARI	28/09/1954
80005154	MARI KELEN PERES ORTIZ	18/05/1977
80004902	MARILEI STOLL CHIARELLO	16/12/1975
80005408	MARÍLIA BRACKMANN MAGRO	26/11/1984
80005448	MATEUS MÜLLER	19/09/1995
80007130	MICHELE ZAVORSKI	07/08/1993
80005464	MORGANA SANDI	27/03/1988
80005455	NAIANA XAVIER ALVES MINOSSO	29/04/1982
80007062	PÂMELA LINA PEREIRA	27/01/1986
80004760	PATRICIA FRANCIELE ENCK	07/10/1994
80006440	PRISCILA MALTAURO	18/09/1993
80005963	REJANE MARIA CAITANO SANTIAGO	21/02/1985
80005527	RENAN ACKERMANN FIORENTIN	01/12/1994



Inscrição	Nome	Data de nascimento
80004597	ROSINHA COVALSKI CASSOL	18/09/1968
80006431	ROTHIÉLLE PURCINA GOMES DE AZEVEDO MEWS	12/04/1990
80006054	SABRINA AMPESE SCALCO	06/03/1997
80005292	SAMARA ELISA PELISSO	04/07/1995
80004418	SANDRA BATISTELLA	29/05/1987
80006921	SILVANA RESMINI	22/10/1986
80005212	SIMONE SEGALLA SANTANA	08/07/1984
80004107	SUELÍ FÁTIMA BENELLI	28/12/1963
80005179	SUZANA DE LIMA FREISLEBEN	31/03/1977
80006045	VANESSA MARQUESI COLDEBELLA	09/10/1985
80007137	VERA LÚCIA DA SILVA MARCHESAN	23/10/1967

## Técnico Artístico I (Guitarra): 05 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80006325	JANETE FIGUEIRA SECCO	02/11/1976
80006812	JUCIANO ANDREI MAFESSONI	18/11/1995
80004570	LUCAS FELIPE POMPEO	19/06/1995
80006078	RODRIGO ANDRÉ JACOVAIS	17/03/1995
80005134	VALDERINO DE ALMEIDA	10/07/1978

## Agente Administrativo: 278 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80006006	ADEMIR SEHN	06/01/1967
80006790	ADERLI ANDOIGNINI	27/05/1983
80007188	ADRIANA HUF	10/02/1990
80004811	ADRIAN FELIPE FAUSTO DE CORDOVA	06/01/1996
80004612	ADRIANO ALVES DA FONSECA	12/08/1983
80005530	AIRTON DAL BELLO	27/10/1969
80006452	AIRTON ELIAS WAZLAWICK	24/06/1991
80005665	ALAN DIEGO SIQUEIRA	09/12/1987
80005862	ALAN LUÍS KRINDGES	17/03/1995
80004667	ALESSANDRA BINOTTO	06/11/1990
80006208	ALINE CONTE	03/06/1989
80004951	ALINE DRACHENBERG BUSSMANN	03/07/1986
80007142	ALINE MACAGNAN SUNTI	01/11/1986
80005948	ALINE SALETE HEIDFELD	19/09/1997
80004924	ALINE SCHMIDT FIDELIS KUNZ	06/04/1991
80004432	ANA CAMILA FUHRMANN MULLER	29/09/1990
80006123	ANA CRISTINA DA SILVA	14/07/1994
80004700	ANA GESSIKA FONTES DA SILVA SALLA	21/01/1988
80007017	ANA MARIA DE ALMEIDA	27/02/1995
80006975	ANDERSON CARNIEL	15/08/1994
80006859	ANDERSON SCHARDONG	03/01/1977
80004008	ANDREA BECKER RUSCHEL DA SILVA	03/06/1966
80007132	ANDREIA CRISTINA RAYMUNDI	07/03/1984
80005922	ANDRÉIA POZZA PICHETTI	09/03/1987
80006930	ANDRESSA FUCHINA	04/04/1989
80006189	ANGELA BARBARA POZZA	23/10/1969
80007091	ANGELICA DE SIMAS	03/04/1995
80005517	ARIELE LOCATELLI GONÇALVES	14/10/1991
80007002	BRAULIO LUIZ FORNARI	23/04/1989
80007042	BRUNA CAROLINE FRIGHETTO	27/01/1997
80004632	BRUNA FORNARI DURANTE	05/10/1989

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80006833	CAMILA ALESSANDRA DALLA COSTA	02/11/1987
80006106	CAMILA DE LIMA MELLO	08/06/1992
80004187	CARLOS ALBERTO SCHIAVINI CASADO	10/04/1996
80007109	CHARLENE SCHMIDT	15/07/1986
80004255	CHARLES KOPSEL	17/05/1993
80004640	CIDIANE ROSSONI	04/05/1985
80005975	CINTHYA VITÓRIA MARIA DE JESUS	09/11/1993
80004203	CIRINEI BRATTI	03/06/1983
80004124	CLARICE GOMES DE ANDRADE	19/09/1973
80004216	CLAUDINE PILGER	14/11/1997
80006828	CLAUDIONEI FERNANDES BORGES	07/11/1997
80006495	CLEIDE ALVES DE OLIVEIRA	15/10/1974
80004384	CRICIANI GROSSI	28/07/1973
80006446	CRISTIANE MARIA FRIZON	20/07/1986
80005995	DAIANA CRISTINA DE CAMPOS	12/09/1988
80004896	DAIANE BRUSTOLIN KLEIN BARP	13/07/1990
80005529	DAIANE PRESOTTO	21/01/1988
80007156	DAILENE ZARA PETERS	01/08/1986
80007019	DAILEN MICHELE FINGER	16/02/1992
80004200	DAÍSE MARCIANE KERBER	25/01/1989
80004529	DAISY MARY CAMILLO	09/08/1991
80005832	DALIANA KOWACICZ	03/02/1978
80006144	DAMIANA MARIA LORENSI ZOLET	15/10/1986
80005985	DÂNDARA LOCATELLI	28/01/1989
80006910	DANIELA GHISLENI FIGUEIREDO	20/03/1994
80004051	DANIELE PEDÓ	16/12/1990
80007016	DANIELI ESTER MATA CZ	01/01/1992
80006393	DANIEL LUIS MANGOLD	31/05/1988
80004131	DANIEL RECH	15/02/1995
80005219	DARCI DE MATTOS JUNIOR	03/01/1991
80006087	DARCI GAIO	16/12/1990
80005821	DÉBORA SCARTEZINI PAIM	26/04/1984
80005877	DEISE PASINATTO	27/03/1983
80004037	DENISE SCHNEIDER DE SOUZA DE VARGAS	27/08/1993
80004595	DENISE SIMAS	13/04/1997
80005447	DIANE MULLER	17/05/1995
80006159	DIANÊS SCHAFFER	18/04/1987
80004645	DIEGO FRACASSO PEREIRA	18/05/1997
80004463	DIEGO FRANZEN	25/01/1988
80005904	DOUGLAS ALAN FERRARI	02/09/1994
80007077	DOUGLAS PEREIRA	30/05/1990
80005742	DOUGLAS WILLIAM LUZZI	31/03/1993
80006061	EDER ROQUE DOS SANTOS	16/08/1984
80006360	EDSON LUÍS DIAS	22/08/1977
80007038	EDUARDO AKIO YAMAMOTO	14/09/1990
80005730	EDUARDO SCHNEIDER PINTO	20/12/1990
80006170	ELIANE TOBALDINI RHEINHEIMER	19/11/1968
80007124	ELISANDRA KÖPSELL BALBINOT	21/03/1979
80005760	ELISANGELA MARTA DA SILVA	18/07/1979
80004210	ELISA PAULA FINGER	28/06/1993
80005942	ELIS REGINA PELIN	13/09/1994
80004122	ELIZEU STUDINSKI	23/02/1982

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80006209	ELIZ GIOVANA BOZ	21/06/1982
80006239	ELLEN CRISTINA DE MELO	10/03/1993
80006895	EMANUELE CRISTINA FRANCHIN	30/09/1989
80007026	EVANDRO JOSÉ NICODEM	19/10/1987
80005461	ÉVELIN SAMPAIO STERCHILE	27/12/1993
80005285	EVERSON BERTUCCI	11/07/1979
80005487	FABIANE EBERTZ MICHAELSEN	12/06/1996
80004408	FABIELA APARECIDA STEDILLE	21/09/1988
80005565	FERNANDA APARECIDA DIAS	11/10/1981
80004946	FERNANDA REGINA FONTES	25/12/1984
80006214	FERNANDA WINCK	22/09/1982
80006381	FERNANDO BORGES	17/11/1978
80007065	FILIPE MATEUS ASEN	14/11/1993
80007055	FLÁVIA BONASSI	19/01/1987
80004611	FRANCIELE APARECIDA PASTORE SANTORI	06/09/1982
80006392	FRANCIELE ROBAERT	22/09/1986
80005878	GABRIELA FRANCESCHINA CERVELIN	21/03/1995
80004732	GABRIELA LUCIA FERRARI	13/12/1995
80007161	GABRIEL GIRARDI	01/03/1991
80005731	GÉRON CUMERLATO	28/05/1991
80004615	GILBERTO DA SILVA	03/04/1976
80004686	GILBERTO DRUMM	29/08/1977
80005449	GIOVANA KARLA MACHADO	04/09/1996
80006944	GISLAINE CRISTINA KLEIN	29/11/1985
80007080	GISLAINE DIAS DOS SANTOS	24/05/1994
80005502	GRACIELE ANA CAVASIN	14/07/1993
80006932	GRAZIELE CRISTINE KIRSCHNER PIGATTO	06/05/1997
80006417	GUSTAVO AUGUSTO PETZEN	11/09/1992
80006398	GUSTAVO FRANCISCON	10/08/1996
80005780	GUSTAVO MONTEIRO	13/01/1998
80006238	GUSTAVO SMANIOTTO BAGATINI	13/02/1996
80006994	GUSTAVO TITON	19/04/1993
80007162	GUSTAVO VENTURIM	20/08/1991
80007134	HILDA LIMA DA COSTA PALLAS	01/06/1965
80004553	IARA DANIELE PATZLAFF	29/07/1988
80005705	IDIANARA IVETE MENEGAT GUZZO	17/09/1982
80005926	JACKSON LUIZ SEHN	14/01/1992
80004150	JAIME VINÍCIUS ZANELLA	26/09/1994
80006024	JANICE CRISTINA RIBEIRO	21/11/1989
80005911	JAQUELINE ELIZABETE PARIS	21/03/1974
80006423	JAQUELINE LUANA PECINATTO DE BORTOLI	23/04/1993
80005917	JAQUELINE SAMARA TIRONI	31/05/1992
80005203	JAQUELINE ZANELLA	11/04/1995
80004551	JEAN CARLO DUARTE	26/08/1997
80006832	JEAN PAULO MARCON	14/07/1993
80006427	JEFERSON RICARDO RHEINHEIMER	06/07/1987
80004716	JENIFER CALVI	29/06/1996
80006364	JESSÉ CRISTIANO PASINATO	01/07/1987
80004165	JESSICA AZEREDO TURIN	23/03/1997
80006458	JÉSSICA BOCHI	06/05/1991
80005949	JÉSSICA DIAS DOS SANTOS	27/07/1994
80006607	JESSICA MARCHESE FURTADO DE BONA	27/12/1991

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80005713	JESSICA MARQUES STEINAR	21/12/1991
80006332	JHENIFER CRISTINA MALESKI	12/11/1996
80004028	JOÃO ERNANI GUERREIRO	18/06/1964
80004052	JOÃO VITOR TURMENA	14/12/1995
80006552	JOCELI FIAMETTI	26/08/1979
80007193	JONATHAN CARLOS DE OLIVEIRA VALLOR	04/12/1992
80007074	JORGE LEANDRO PEDERSEN	02/02/1983
80006266	JOSEANE CRISTINA DE MACEDO	11/06/1991
80007008	JOSEMARA DARLÉIA TELES	02/06/1991
80006363	JOSIELE MACIEL PALINSKI	07/02/1986
80006794	JUCIELI ELAINE SUHRE GARGHETTI	22/09/1981
80006801	JUCINÉIA INÊS LONGO	05/01/1991
80006558	JÚLIA DAHMER	25/04/1997
80005473	JULIA KARINE TORMEN	16/11/1984
80005919	JULIANA ANTONIA BOHNENBERGER ZANFONATO	29/11/1988
80005587	JULIANA BARUFFI	31/10/1984
80004530	JULIANA CRISTINE SCHWARZ	13/07/1990
80004232	JULIANE CRISTINA WUNDER	09/08/1988
80006942	JULIANE LISETE LUNKES	23/04/1983
80006376	JULIANO DE AVILA	16/10/1985
80005113	KARINE BOGEO CAMPOS	01/08/1995
80005482	KARLA ZANOTELLI	18/12/1997
80005906	KELLI FERNANDA TIEMANN CANOSSA	28/07/1993
80005937	KELLY CAROLINE FAUTH	24/12/1995
80007034	LAURA MARTELLO	15/08/1997
80004621	LEONARDO MATHEUS RECH SUNTI	08/08/1994
80006512	LEONARDO SEGALA CANDIAGO	27/02/1988
80004136	LIAMARA DALBELLO DE MOURA	08/11/1985
80006033	LIAMARA TREVISAN	05/02/1997
80007147	LIGIANE LAZZAROTTI	17/02/1982
80006851	LILIAN LÚCIA FORNARI	26/02/1994
80005017	LISANDRO BARRIOS MATHIAS	26/11/1975
80005481	LOANE APARECIDA RISSI	29/08/1993
80006508	LUANA DHEIN	10/12/1997
80005025	LUANA KIRCH PIGATO	21/03/1998
80004020	LUANA NAIARA RIBEIRO CORRÊA	19/02/1993
80004893	LUAN PEREIRA DA ROSA	12/03/1989
80005552	LUCAS ROMAN	23/12/1988
80006769	LUCIANA DEZZANETTI	07/10/1980
80004376	LUCIANE SOARES DOS SANTOS	02/02/1996
80006416	LUIZ HENRIQUE FERRONATO URBANSKI	21/03/1994
80005794	MAIARA SAUER	16/08/1997
80007165	MAICON ENRIQUE STEDILLE	24/09/1992
80006226	MAICON MARCELO ANTUNES	01/05/1984
80006976	MAIRI NOVELO	15/02/1977
80006480	MARCELO FUHRMANN	11/01/1992
80006199	MÁRCIA BERGOZZA MINKS	02/06/1980
80007131	MARCIA KLEIN	03/07/1978
80005049	MARCIANA SALETE WEIS	03/02/1987
80006904	MÁRCIO COLLA	07/09/1985
80006578	MARIA DE FATIMA ZAMBONI	14/02/1969
80004790	MARIANA FREIXIELA HERNANDEZ	26/07/1994

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80006982	MARIANA VIVAN	26/06/1991
80005562	MARIÂNGELA CURIOLLETTI	10/09/1980
80006911	MARIELE CHRISTINE SCANDOLARA	16/01/1985
80006236	MARIELE SPERANDIO	28/01/1994
80004998	MARIGLEI APARECIDA REICHERT	11/06/1992
80005801	MARILEI SAGAZ BUSSOLARO	15/10/1994
80004478	MARILETE ROSÂNGELA PREZOTTO	25/02/1977
80004277	MARINA DAL BOSCO BET	03/01/1995
80007018	MARINA DIAS TELES	27/01/1992
80006469	MARINÊS FREITAS DE CAMARGO	05/10/1968
80007121	MARISA LUCIANA WOLSKI	29/07/1990
80007154	MARITANIA TRENTIN LOPES	30/11/1985
80006846	MARIZETE MULLER	04/06/1969
80004498	MAXSUEL BALLER DOS SANTOS	05/08/1996
80005725	MERCIS KAROLINE LOPES HAUSCHILD	19/08/1992
80004411	MILENA COVASK MORAES DA SILVA	28/01/1998
80005037	MIRIAN M. MATTES TEIXEIRA	16/06/1969
80005854	MONALISA BOTH	26/12/1996
80005418	MONALISA MANICA	06/05/1993
80005183	MONALISA SOARES RODRIGUES	05/09/1997
80004671	NADINE CAMILLA VIEIRA BORGES	01/10/1995
80004653	NAÍSA GRESSANA	24/03/1989
80005828	NELDI MARIA BOSCATTO	20/07/1977
80006248	NEUSA COMELII PIVA	27/10/1976
80005548	NILCE RENNER	13/12/1991
80004830	OLGA MARIA VIEIRA ROVANI	24/12/1992
80005785	PAMELA MARCIELEN LORENSETTI	29/09/1997
80004437	PAULO SERGIO ILHA ALVES	27/03/1974
80005786	PEDRO PAULO DE SOUZA DE VARGAS	01/11/1992
80006261	PRISCILA GERHARDT DE ARAÚJO	15/04/1992
80004928	RAFAEL ISIDORIO BOMBAZARO	14/03/1994
80005168	RANDSON LINO DA SILVA	08/02/1981
80005267	RAQUEL CRISTINA MASSOCHE	01/12/1997
80005714	RAQUEL ELOISA PIGATTO MASIERO	03/01/1987
80006068	REGINA TATIANA RECK	22/05/1995
80006901	RENATA ALICE MACCARINI	30/04/1981
80004488	RENATA CRISTINA ZANFERARI	20/05/1986
80006882	RENATO GUZZATTO	07/12/1983
80006244	RICARDO DANELUZ	18/08/1988
80006289	RICARDO LUIS FAZZIO	15/10/1979
80007100	RICARDO WILLIAN GOMES DE ANDRADE	26/03/1992
80007125	ROBSON FACHI TESSARO	09/01/1989
80006385	RODRIGO TELES	21/01/1994
80006158	ROGERIO WUICIK	09/09/1991
80006240	ROSANE KRAUSE MENDES	30/06/1984
80006415	ROSANE MARIA DO SACRAMENTO	27/06/1980
80005543	ROSANE ZANNINI	22/07/1972
80007028	ROSANGELA MARTA TACCA	03/03/1994
80006353	ROSANGELA ZANELLA	19/11/1986
80007127	ROSANI ADELIR TURATO TIRONI	28/08/1970
80006482	SAMARA KATIA BOMBASSARO	25/02/1989
80006409	SAMUEL VARGAS CORRÊA	17/01/1982

Inscrição	Nome	Data de nascimento
80004111	SANDRO MARTINI	23/02/1971
80006983	SARA FÁTIMA DO NASCIMENTO	29/04/1994
80004534	SCHARLENE ALINE FOGAÇA DOS SANTOS LEÃO	22/03/1989
80004592	SIDNEI BEVILÁQUA	25/07/1984
80006155	SILVANA DE SIQUEIRA	01/08/1990
80006026	SILVIA MULLER	29/09/1987
80006250	SIMONE DE FATIMA DANELUZ	24/04/1993
80006436	SOLANGE BERTA SCORTEGAGNA	10/07/1972
80005716	SOLANGE ZERBIELLI BEE	05/05/1979
80006576	SUELI TONIELO	22/06/1990
80006993	SUSANE DILDA MACHADO	02/09/1973
80007173	TACIA LUANA GIACOMIN	26/12/1996
80005890	TAINÃ ELIZA KLEIN	07/03/1995
80007155	TAINÃ FUCHINA	26/09/1994
80006841	TAINARA VIZZOTTO	14/06/1995
80004974	TAINÃ REGINA EBERTZ	10/04/1996
80004524	TAÍS DILDA	02/08/1991
80006989	TAIS PEREZ DA SILVA	08/05/1994
80006153	TANIA DANGUY	22/03/1986
80005459	TÂNIA MARCIA SELBACH	29/12/1980
80004962	TATIANA CARLA BICCA CALDEROLLI	19/07/1975
80006865	TATIANE MENDES	24/03/1989
80006886	THAILON VINÍCIUS CENCI	22/12/1993
80004676	THAIS FERREIRA DE MENEZES	15/03/1990
80007159	THAIS PROVENCIO PIOVESAN	26/08/1991
80004441	THALITA VIEIRA SERRANO	18/01/1993
80006724	TIAGO PIZZATTO	24/11/1992
80006004	VAGNER LUIZ WOICHEKOSKI	04/10/1989
80006539	VANDOIR GERHARD	16/12/1989
80006571	VANESSA AMPESE	20/11/1996
80005952	VANESSA DA CRUZ	18/12/1986
80004731	VANESSA SOARES COSTA	02/02/1993
80007063	VÂNIA DOS SANTOS ROSÁRIO	09/06/1986
80004261	VANIA MARIA CARRAD CADORE	04/02/1987
80006511	VERA LUCIA BOHRER	11/05/1973
80006461	VERONICA KNOPF DOS SANTOS	22/01/1983
80004176	VINICIUS CAMPOS PIRES	20/02/1982
80004799	WELERSON MARTINS BUGANÇA	26/08/1995
80005504	WILLIAM RODRIGO SCHONS	20/10/1995

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 49/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 49/2015

A Secretária Municipal de Administração torna público que ratificou o ato da Senhora MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON, Diretora Administrativa, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 28 de outubro de 2015, aquisição de materiais e mão de obra para reforma emergencial do Centro Administrativo Municipal, devido aos estragos provocados pelo excesso de chuva, a favor da empresa: BALBINOT COSTRUÇÕES EIRELI EPP, no valor total de R\$ 7.890,20 (sete mil oitocentos e noventa reais e vinte centavos).

BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração



# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO N. 516/2015

DECRETO N. 516/2015 DE 28 DE OUTUBRO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

#### DECRETA

Art. 1º Conceder 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde ao servidor Municipal, Sr. VALDEMAR MARTINS, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanal, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 28 de outubro de 2015.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

### DECRETO N. 517/2015

DECRETO N. 517/2015 DE 28 DE OUTUBRO DE 2015

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DISPENSA À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

#### DECRETA

Art. 1º Conceder à servidora Pública Sra. KELY ALINE SABADIN, 01 (um) dia de dispensa de serviço, com base no artigo 98, da Lei 9.504-97, de 30/09/1997, por ter prestado serviços à Justiça Eleitoral nas Eleições de 2014, que será usufruído no dia 28 de outubro de 2015.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 28 de outubro de 2015.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 191 DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 191 DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal Sr. Valdecir Antonio Cecatto, ocupante de cargo de provimento em comissão de Secretário de Cultura, Esporte e Lazer, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 19 de Outubro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº. 194, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 194, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94 da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº. 433/2007;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para comporem o Conselho Municipal de Saúde de Coronel Martins (CMS):

Representantes do Governo Municipal:

Representante da Secretaria da Saúde:

- Fabiane Knispel Burato – Titular

- Marivania de Oliveira Silva – Suplente

Representante da Secretaria de Administração:

- Marcos Cezar Pozzer – Titular

- Gilson Eduardo Pahl – Suplente

Representantes dos prestadores de serviços em Saúde:

- Luiz Carlos Theobaldo Pereira – Titular

- Lucas Cambuí Santos – Suplente

Representantes dos profissionais de saúde vinculados ao SUS:

- Dinaura Dall Acqua – Titular

- Elisângela de Fátima Salvador – Suplente

- Josiane Silvestre – Titular

- Damaris Devise – Suplente

- Cleusa Menegat Belatto – Titular

- Lidia de Barba – Suplente

Representantes dos usuários dos serviços de saúde municipais:

Representante dos Assentados:

- Rosa Maria Camargo – Titular

- João Mario Vargas Ramos – Suplente

Representante das Associações Comunitárias e ou de Moradores de Bairro:

- Julcemar Pastorelo – Titular

- Beno Vicente Welchen – Suplente

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura familiar – SINTRAF:

- Edimarcos Smaniotto – Titular

- Francisco Marcos Geremias – Suplente

Representantes do Grupo Renascer (3ª idade)

- Eliza Crestani – Titular

- Valdemar de Quadros – Suplente

Representante dos Clubes de Mães:

- Eroni Moreira Bolzan – Titular

- Zeli Silvestri – Suplente

Representante das Instituições Religiosas:

- Josuel de Oliveira – Titular

- Jesiel de Oliveira – Suplente

Parágrafo único - O Secretário Municipal de Saúde é sempre membro nato, conforme parágrafo primeiro do artigo quinto da lei 433/2007.

Art. 2º O presidente do Conselho Municipal de Saúde "CMS", será eleito pelos seus membros.

Art. 3º O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos na totalidade por mais um mandato, após recondução na eleição subsequente deverá o mesmo ser renovado em pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº 046 de 18 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 19 de outubro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

# Curitibanos

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 202/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 202/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 16/11/2015, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 14:00 horas do dia 16/11/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 27 de Outubro de 2015.

José Antonio Guidi

Diego Sebem Wordell

Prefeito Municipal

Pregoeiro

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 203/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 203/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA EVENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 16/11/2015, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 16:00 horas do dia 16/11/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 27 de Outubro de 2015.

José Antonio Guidi

Diego Sebem Wordell

Prefeito Municipal

Pregoeiro

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 207/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 207/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO EVENTUAL DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS PELO PERÍODO DE 01 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 01/12/2015, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 14:00 horas do dia 01/12/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 28 de Outubro de 2015.

José Antonio Guidi

Diego Sebem Wordell

Prefeito Municipal

Pregoeiro

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 33/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 33/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE PERSIANAS PARA USO NA SEDE DO CRAS E CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 13/11/2015, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 14:00 horas do dia 13/11/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 28 de Outubro de 2015.

João Carlos Martins dos Santos

Diego Sebem Wordell

Presidente do Fundo

Pregoeiro

**CÂMARA MUNICIPAL****RETIFICAÇÃO ANEXO I PREGÃO 8/2015****RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 08/2015**

A Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC vem, através do presente Termo, RETIFICAR o Edital do Pregão Presencial nº 08/2015, destinado à Aquisição de computadores, notebooks, impressoras e componentes de informática para uso dos vereadores e servidores do Poder Legislativo municipal, de acordo com os seguintes termos:

O Anexo I – Termo de Referência – Passa a vigorar com a seguinte redação:

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO:**

1.1. Aquisição de computadores, notebooks, impressoras e componentes de informática para uso dos vereadores e servidores do Poder Legislativo municipal, conforme especificações a seguir:

Lote	Quantidade	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total do Lote
01	12 (doze)	<p>Microcomputadores modelo "All in one" (todos os componentes embutidos no monitor, exceto teclado e mouse) com as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Microcomputador baseado em processador operando a 3.0 GHz (nominal) e cache de 6 MB;</li> <li>- Processador Intel i5 4ª geração chipset Q81 ou similar;</li> <li>- Memória RAM contendo 08 (oito) GBytes de Memória DDR3 1600, MHz, com 02 (dois) slots livres, com suporte dual channel e memória expansível a 16 GBytes;</li> <li>- Unidade de DVD-RW, SATA;</li> <li>- Unidade de disco rígido com capacidade mínima de 500 GBytes, SATA 6,0 Gbit/s, 7200 rpm;</li> <li>- Monitor Tecnologia LCD ou LED; Tela anti-reflexiva e anti-estática; Área visível de no mínimo 19 polegadas; Apresentação de 16 milhões de cores; Visualização dos ajustes na tela; Suporte com ajuste de altura e pivot;</li> <li>- Teclado sem fio, língua portuguesa, com "Ç", padrão brasileiro ABNT2, com 104 teclas;</li> <li>- Mouse sem fio, 800 dpi, ótico de dois botões, com botão de rolagem;</li> <li>- Interface de áudio estéreo;</li> <li>- 06 interfaces USB, sendo pelo menos 02 interfaces USB 2.0 e 02 interfaces USB 3.0;</li> <li>- Interface de rede Fast Ethernet padrão IEEE 802.3 compatível com as velocidades 10/100/1000, autosenso, com conector RJ-45, integrada a placa mãe;</li> <li>- Fonte de alimentação universal com correção de fator de potência ativo, eficiência de 85% (em 50% de carga), operando de 100 a 240 VAC de entrada, fase/neutro/terra, 60Hz;</li> <li>- Sistema operacional Windows 7 Professional 64 bits em português (Brasil) OEM, com licença de uso e manuais em Português (Brasil).</li> <li>- Pacote de aplicativos de escritório Microsoft Office 2013 no idioma português – Brasil, aceito nas versões OEM com Outlook 2013;</li> <li>- Deverá possuir compatibilidade com Microsoft MS-Windows 7;</li> <li>- Nenhum dos equipamentos fornecidos poderá conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances).</li> <li>- Garantia de hardware de 2 anos "on-site". A garantia compreenderá peças e mão de obra;</li> <li>- Assistência técnica tipo "on-site" com tempo de solução em até dez dias úteis contados a partir do comunicado efetuado no horário de expediente. O descumprimento do prazo estipulado implica na substituição do equipamento;</li> </ul>			
Lote	Quantidade	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total do Lote

02	14 (catorze)	<p>Notebook com as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Monitor "Touch screen" (toque na tela) com Tecnologia LCD ou LED;</li> <li>- Área visível de no mínimo 14 polegadas;</li> <li>- Processador operando no mínimo a 2.2 GHz e cache de 3 MB;</li> <li>- Processador Intel i5 4ª geração ou similar;</li> <li>- Memória RAM contendo 04 (quatro) GBytes de Memória DDR3 1600, MHz, com 01 (um) slot livre, com suporte dual channel e memória expansível a 8 GBytes;</li> <li>- Unidade de DVD-RW, SATA;</li> <li>- Unidade de disco rígido com capacidade mínima de 500 GBytes, SATA 6,0 Gbit/s, 7200 rpm;</li> <li>- Teclado língua portuguesa, com "Ç".</li> <li>- Mouse sem fio, 800 dpi, ótico de dois botões, com botão de rolagem;</li> <li>- Interface de áudio estéreo;</li> <li>- 04 interfaces USB, sendo 02 interfaces USB 2.0 e 02 interfaces USB 3.0;</li> <li>- Interface de rede Fast Ethernet padrão IEEE 802.3 compatível com as velocidades 10/100/1000, autosense, com conector RJ-45, integrada a placa mãe;</li> <li>- Fonte de alimentação universal com correção de fator de potência ativo, eficiência de 85% (em 50% de carga), operando de 100 a 240 VAC de entrada, fase/neutro/terra, 60Hz;</li> <li>- Sistema operacional Windows 7 Professional 64 bits em português (Brasil) OEM, com licença de uso e manuais em Português (Brasil).</li> <li>- Pacote de aplicativos de escritório Microsoft Office 2013 no idioma português – Brasil, aceito nas versões OEM com Outlook 2013;</li> <li>- Deverá possuir compatibilidade com Microsoft MS-Windows 7;</li> <li>- Nenhum dos equipamentos fornecidos poderá conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances).</li> <li>- Garantia de hardware de 2 anos "on-site". A garantia compreenderá peças e mão de obra;</li> <li>- Assistência técnica tipo "on-site" com tempo de solução em até dez dias úteis contados a partir do comunicado efetuado no horário de expediente. O descumprimento do prazo estipulado implica na substituição do equipamento;</li> </ul>			
Lote	Quantidade	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total do Lote
03	01 (um)	<p>Impressora laser multifuncional colorida (impressora, fotocopadora, scanner e fax) com as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cópias contínuas de 1 a 999;</li> <li>- Memória de 1Gb, velocidade de 20ppm (vinte páginas por minuto) A4;</li> <li>- Resolução mínima de 600x600dpi;</li> <li>- 220V, acompanhada de transformador;</li> <li>- USB 2.0 de alta velocidade;</li> <li>- Wireless;</li> <li>- Placa de rede;</li> <li>- Tipo do Papel: comum, folheto, colorido, brilhante, timbrado, fotográfico, liso, pré-impresso, pré-perfurado, reciclado, áspero, cartões-postais, transparências, etiquetas, envelopes;</li> <li>- Copiadora com ampliação/redução de 25/400%;</li> <li>- Geração de documentos do tipo PDF a partir do scanner;</li> <li>- Duplex automático/frente e verso, gaveta p/300 folhas ou mais, BY PASS p/ no mínimo 50 folhas;</li> <li>- Capacidade para A4;</li> <li>- Impressora para scanner de rede;</li> <li>- Scanner do tipo preto e branco, escala de cinza e colorido;</li> <li>- Interface, placa de rede 10/100/1000, visor de acesso das principais funções;</li> <li>- Impressão e cópia frente e verso automático;</li> <li>- Garantia do cilindro, fusor e fotorreceptor para 100.000 páginas;</li> <li>- Com toner para impressão de 20.000 páginas;</li> <li>- Fornecimento de 01 (um) toner para impressão original, além do toner que acompanha o equipamento;</li> <li>- Garantia do fabricante de 12 meses, on site;</li> </ul>			

O Anexo III – Proposta de Preços – Passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇOS (modelo)

Utilizar preferencialmente papel timbrado

À  
Comissão Permanente de Licitação  
Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC  
Rua Archias Ganz, 288, Centro, Curitiba/SC  
Ref.: Pregão Presencial nº 08/2015

Pela presente proposta de preços, \_\_\_\_\_ (razão social da proponente), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ e inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida no(a) \_\_\_\_\_, cliente e de acordo com todas as especificações e condições do Edital e seus Anexos relativos ao Pregão em referência, vem, por intermédio do seu representante legal ao final assinado, propor os seguintes preços para a prestação dos serviços abaixo descritos:

Lote	Quantidade	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total do Lote
01	12 (doze)	<p>Microcomputadores modelo "All in one" (todos os componentes embutidos no monitor, exceto teclado e mouse) com as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Microcomputador baseado em processador operando a 3.0 GHz (nominal) e cache de 6 MB;</li> <li>- Processador Intel i5 4ª geração chipset Q81 ou similar;</li> <li>- Memória RAM contendo 08 (oito) GBytes de Memória DDR3 1600, MHz, com 02 (dois) slots livres, com suporte dual channel e memória expansível a 16 GBytes;</li> <li>- Unidade de DVD-RW, SATA;</li> <li>- Unidade de disco rígido com capacidade mínima de 500 GBytes, SATA 6,0 Gbit/s, 7200 rpm;</li> <li>- Monitor Tecnologia LCD ou LED; Tela anti-reflexiva e anti-estática; Área visível de no mínimo 19 polegadas; Apresentação de 16 milhões de cores; Visualização dos ajustes na tela; Suporte com ajuste de altura e pivot;</li> <li>- Teclado sem fio, língua portuguesa, com "Ç", padrão brasileiro ABNT2, com 104 teclas;</li> <li>- Mouse sem fio, 800 dpi, ótico de dois botões, com botão de rolagem;</li> <li>- Interface de áudio estéreo;</li> <li>- 06 interfaces USB, sendo pelo menos 02 interfaces USB 2.0 e 02 interfaces USB 3.0;</li> <li>- Interface de rede Fast Ethernet padrão IEEE 802.3 compatível com as velocidades 10/100/1000, autosense, com conector RJ-45, integrada a placa mãe;</li> <li>- Fonte de alimentação universal com correção de fator de potência ativo, eficiência de 85% (em 50% de carga), operando de 100 a 240 VAC de entrada, fase/neutro/terra, 60Hz;</li> <li>- Sistema operacional Windows 7 Professional 64 bits em português (Brasil) OEM, com licença de uso e manuais em Português (Brasil).</li> <li>- Pacote de aplicativos de escritório Microsoft Office 2013 no idioma português – Brasil, aceito nas versões OEM com Outlook 2013;</li> <li>- Deverá possuir compatibilidade com Microsoft MS-Windows 7;</li> <li>- Nenhum dos equipamentos fornecidos poderá conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances).</li> <li>- Garantia de hardware de 2 anos "on-site". A garantia compreenderá peças e mão de obra;</li> <li>- Assistência técnica tipo "on-site" com tempo de solução em até dez dias úteis contados a partir do comunicado efetuado no horário de expediente. O descumprimento do prazo estipulado implica na substituição do equipamento;</li> </ul>			
Lote	Quantidade	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total do Lote



02	14 (catorze)	<p>Notebook com as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Monitor "Touch screen" (toque na tela) com Tecnologia LCD ou LED;</li> <li>- Área visível de no mínimo 14 polegadas;</li> <li>- Processador operando no mínimo a 2.2 GHz e cache de 3 MB;</li> <li>- Processador Intel i5 4ª geração ou similar;</li> <li>- Memória RAM contendo 04 (quatro) GBytes de Memória DDR3 1600, MHz, com 01 (um) slot livre, com suporte dual channel e memória expansível a 8 GBytes;</li> <li>- Unidade de DVD-RW, SATA;</li> <li>- Unidade de disco rígido com capacidade mínima de 500 GBytes, SATA 6,0 Gbit/s, 7200 rpm;</li> <li>- Teclado língua portuguesa, com "Ç".</li> <li>- Mouse sem fio, 800 dpi, ótico de dois botões, com botão de rolagem;</li> <li>- Interface de áudio estéreo;</li> <li>- 04 interfaces USB, sendo 02 interfaces USB 2.0 e 02 interfaces USB 3.0;</li> <li>- Interface de rede Fast Eth ernet padrão IEEE 802.3 compatível com as velocidades 10/100/1000, autosense, com conector RJ-45, integrada a placa mãe;</li> <li>- Fonte de alimentação universal com correção de fator de potencia ativo, eficiência de 85% (em 50% de carga), operando de 100 a 240 VAC de entrada, fase/neutro/terra, 60Hz;</li> <li>- Sistema operacional Windows 7 Professional 64 bits em português (Brasil) OEM, com licença de uso e manuais em Português (Brasil).</li> <li>- Pacote de aplicativos de escritório Microsoft Office 2013 no idioma português – Brasil, aceito nas versões OEM com Outlook 2013;</li> <li>- Deverá possuir compatibilidade com Microsoft MS-Windows 7;</li> <li>- Nenhum dos equipamentos fornecidos poderá conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances).</li> <li>- Garantia de hardware de 2 anos "on-site". A garantia compreenderá peças e mão de obra;</li> <li>- Assistência técnica tipo "on-site" com tempo de solução em até dez dias úteis contados a partir do comunicado efetuado no horário de expediente. O descumprimento do prazo estipulado implica na substituição do equipamento;</li> </ul>			
Lote	Quantidade	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total do Lote
03	01 (um)	<p>Impressora laser multifuncional colorida (impressora, fotocopadora, scanner e fax) com as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cópias contínuas de 1 a 999;</li> <li>- Memória de 1Gb, velocidade de 20ppm (vinte páginas por minuto) A4;</li> <li>- Resolução mínima de 600x600dpi;</li> <li>- 220V, acompanhada de transformador;</li> <li>- USB 2.0 de alta velocidade;</li> <li>- Wireless;</li> <li>- Placa de rede;</li> <li>- Tipo do Papel: comum, folheto, colorido, brilhante, timbrado, fotográfico, liso, pré-impresso, pré-perfurado, reciclado, áspero, cartões-postais, transparências, etiquetas, envelopes;</li> <li>- Copiadora com ampliação/redução de 25/400%;</li> <li>- Geração de documentos do tipo PDF a partir do scanner;</li> <li>- Duplex automático/frente e verso, gaveta p/300 folhas ou mais, BY PASS p/ no mínimo 50 folhas;</li> <li>- Capacidade para A4;</li> <li>- Impressora para scanner de rede;</li> <li>- Scanner do tipo preto e branco, escala de cinza e colorido;</li> <li>- Interface, placa de rede 10/100/1000, visor de acesso das principais funções;</li> <li>- Impressão e cópia frente e verso automático;</li> <li>- Garantia do cilindro, fusor e fotorreceptor para 100.000 páginas;</li> <li>- Com toner para impressão de 20.000 páginas;</li> <li>- Fornecimento de 01 (um) toner para impressão original, além do toner que acompanha o equipamento;</li> <li>- Garantia do fabricante de 12 meses, on site;</li> </ul>			

1) Valor total lote 1: R\$ \_\_\_\_\_ (VALOR POR EXTENSO).

2) Valor total lote 2: R\$ \_\_\_\_\_ (VALOR POR EXTENSO).

3) Valor total lote 3: R\$ \_\_\_\_\_ (VALOR POR EXTENSO).

4) Esta proposta é válida por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5) Nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos decorrentes do fornecimento do objeto desta licitação, incluindo todos os custos, impostos, taxas e contribuições, transporte, despesas administrativas e lucros, e demais insumos necessários à sua composição, além de seguros, fretes, deslocamentos de pessoal e de bens, se for o caso, e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto ora licitado, assim como quaisquer outros custos que incidam direta ou indiretamente nesta contratação.

6) Os dados da nossa empresa são:

- a) Razão Social: \_\_\_\_\_;  
b) CNPJ (MF) nº: \_\_\_\_\_;  
c) Representante (s) legal (is) com poderes para assinar o contrato: \_\_\_\_\_;  
d) CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_;  
e) Inscrição Estadual nº: \_\_\_\_\_;  
f) Endereço: \_\_\_\_\_;  
g) Fone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_;  
h) CEP: \_\_\_\_\_; e  
i) Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_;  
j) Banco: \_\_\_\_\_ Conta Corrente: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_;  
k) Contato: \_\_\_\_\_ Fone/Ramal: \_\_\_\_\_;

Local e data

Assinatura do Representante Legal

Curitibanos/SC, 29 de outubro de 2015.

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 5467/2015. NOMEIA COMISSÃO E ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA A OBTENÇÃO DA ISENÇÃO DO IPTU**

DECRETO Nº 5467/2015.

NOMEIA COMISSÃO E ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA A OBTENÇÃO DA ISENÇÃO DO IPTU, ESTABELECIDAS NOS ARTIGOS 160 E 161, DA LEI Nº 4.090 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei nº 4.448/2015

DECRETA:

Art. 1º Designar: Ederson Miguel Schneider, Simone Rostirolla Barichello e Eduardo Dallo, brasileiros, funcionários públicos municipais, para compor a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU.

§ 1º Compete à comissão: dar ampla divulgação do presente ato, receber os requerimentos de isenção e documentos comprobatórios, avaliar os requerimentos deferindo ou indeferindo os mesmos, considerar pontos e emitir a relação nominal dos requerimentos deferidos ou indeferidos, encaminhando-a ao Prefeito Municipal para homologação, sempre de acordo com o contido no Código Tributário Municipal. A comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

§2º A presente comissão iniciará seus trabalhos na data que entrar em vigor o presente decreto, devendo apresentar a relação dos contribuintes isentos em 75 (setenta e cinco) dias.

§ A homologação dos contribuintes beneficiados com a isenção será publicada na primeira quinzena do mês de Janeiro de 2016, em jornal de circulação regional e mural público situado na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira.

Art. 2º - O Código Tributário Municipal define os casos de isenção do IPTU conforme segue:

Art. 160º. São isentos do imposto sobre propriedade predial e territorial urbano – IPTU:

II – Ficam isentos do pagamento do imposto predial e territorial urbano – IPTU os contribuintes aposentados, pensionistas e idosos que comprovarem os seguintes requisitos:

- a) renda familiar de até 02 (dois) salários mínimos mensais;
- b) possuam um único imóvel;
- c) o imóvel seja utilizado exclusivamente para fins residenciais do requerente;

Art. 3º Os contribuintes que enquadrarem-se nos critérios descritos no artigo anterior deverão procurar o setor de Tributação no horário de expediente durante o período de 01 de Novembro a 22 de Dezembro de 2015 para efetuar o requerimento de isenção.

§ 1º Juntamente com o requerimento o interessado deverá apresentar a documentação comprobatória do grupo familiar:

I – Carteira de Identidade;

II – CPF;

III – Cópia do comprovante de propriedade do imóvel (escritura, certidão atualizada ou contrato de compra e venda);

IV – Comprovante de renda;

V – Comprovante de enquadramento (cartão do aposentado, beneficiário ou pensionista);

§ 2º Os contribuintes que não efetuar o requerimento no prazo previsto não terá direito a isenção no exercício de 2016.

Art. 4º Casos omissos serão analisados em consonância com o Código Tributário Municipal.

Art. 5º Os serviços prestados pela comissão ora designados serão gratuitos e considerados como relevante serviço prestado a comunidade cerqueirense.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 29 DE OUTUBRO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 29/10/2015.

JEFERSON JONAS ÁVILA

Secretário Municipal

### **DECRETO Nº 5466/2015 NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

DECRETO Nº 5466/2015.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei nº 4.448/2015

DECRETA:

Art. 1º – Ficam nomeados os membros do Conselho Gestor FHIS, órgão da Administração Municipal de Dionísio Cerqueira, composta pelos membros abaixo descritos:

ENTIDADE	MEMBRO TITULAR	MEMBRO SUPLENTE
SECR.MUNIC.DESENV. ECONÔMICO	RODRIGO MARONEZE	CLEITON RODRIGO DOSS
SECR.MUNIC.OBRAS	CLAUDEMIR JOSÉ ALVES BORGES	MÁRCIO RAMOS DE OLIVEIRA
DPTO.MUNIC.HABITAÇÃO	RONALDO PAVAN	LIZANDRA RIGHI
SINTRAF	IVOLNEI TENROLLER	JONAS ANSOLIN
CRESOL	GILVANE PAZINI	EVANDRO HAUENSTEIN
ASCOAGRIN	JEAN FIN	NIVALDIR FERREIRA DE LIMA JÚNIOR
SPR – SIND.PROD. RURAIS	GLAUSON JAIR VOLTZ	NILO JACOB BENDER
ASSOCIAÇÃO MORADORES	VALTONI FERNANDES	GILMAR PAZINI
PROF. LIBERAIS – INDICADOS PELA CÂMARA	ADILSON BASSO	MARCELO DONATTI

BENEFICIÁRIOS DE PROGRAMAS HABITACIONAIS	JORGE MOREIRA DOS SANTOS	LUCINDA RAMOS DE SOUZA
--	--------------------------	------------------------

Art. 2º – As despesas decorrentes da execução deste ato, correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 29 DE OUTUBRO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 29/10/2015.

JEFERSON JONAS ÁVILA

Secretário Municipal

**LEI Nº 4.449/2015. ALTERA O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 2.690.459,00**

LEI Nº 4.449/2015.

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 2.690.459,00 (DOIS MILHÕES, SEISCENTOS E NOVENTA MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I**

**CAPÍTULO I**

**DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.388, de 16 de dezembro de 2014 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2015, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.690.459,00 (DOIS MILHÕES, SEISCENTOS E NOVENTA MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS), objetivando instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com a manutenção das atividades do Município de Dionísio Cerqueira.

**CAPÍTULO II**

**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 4.389, de 16 de dezembro de 2014 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2015, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 2.690.459,00 (DOIS MILHÕES, SEISCENTOS E NOVENTA MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS), objetivando instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com a manutenção das atividades do Município de Dionísio Cerqueira.

**CAPÍTULO III**

**DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.390, de 16 de dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 2.690.459,00 (DOIS MILHÕES, SEISCENTOS E NOVENTA MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS), objetivando instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento das despesas com a manutenção das atividades do Município de Dionísio Cerqueira.

**CAPÍTULO IV**

**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 4º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 2.690.459,00 (DOIS MILHÕES, SEISCENTOS E NOVENTA MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS), destinado a onerar a dotação orçamentária abaixo discriminada e constante do orçamento em execução, a saber:

02 – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

05 – CONTROLE INTERNO

04.124.0032.2.007 - Adm. Geral dos Bens e Serviços do Controle Interno

(09) 3.1.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01 – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

28.843.0300.3.002 – Pagamento De Precatórios e Sentenças Judiciais

(20) 3.1.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 36.000,00

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

02 – CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

04.121.0033.2.009 - Adm. Geral dos Bens e Serviços do Dpto de Contabilidade

(21) 3.1.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

01 – ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

12.122.0021.2.014 – Admin. Geral dos Bens e Serviços da Secretaria de Educação

(31) 3.1.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

(32) 3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

02 – DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0188.2.015 – Administração Geral dos Bens e Serviços do Ensino Fundamental

(38) 3.1.90.00.00.00.00.0018 Aplicações Diretas R\$ 873.700,00

(39) 3.1.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 132.000,00

12.361.0239.2.018 – Adm. Geral dos Bens e Serv. do Transp. Escolar do Ensino Fundamental

(45) 3.1.90.00.00.00.00.0019 Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

12.365.0185.2.016 – Administração Geral dos Bens e Serviços da Educação Infantil

(63) 3.1.90.00.00.00.00.0018 Aplicações Diretas R\$ 178.000,00

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

01 - ADMINISTRAÇÃO

04.122.0021.2.030 – Adm. Geral dos Bens e Serviços da Unidade de Desenv. Econômico

(88) 3.1.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 35.200,00

06 – SECRETARIA MUN. DE AGRIC., DESENV. RURAL E MEIO

**AMBIENTE****01 – ADMINISTRAÇÃO**

20.122.0021.2.027 – Admin. Geral dos Bens e Serviços da Secretaria de Agricultura  
(93) 3.1.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 49.000,00

**14 – SEC. MUN. DE SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO URBANO****01 – SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO**

15.452.0323.2.033 – Adm. Geral dos Bens e Serviços da Secretaria Mun. De Ser.Urbanos  
(109) 3.1.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 53.000,00  
(110) 3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 22.750,00

**99 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO****01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO**

28.846.0077.0001 – Contribuição para o PASEP  
(125) 3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 80.809,00

**11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL****01 - ADMINISTRAÇÃO**

08.122.0021.2040 - Adm. Geral dos Bens e Serviços da Secretaria de Assistência Social  
(03) 3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

08.243.0483.2.058 - Adm. Geral dos Bens e Serviços do Fundo Mun. de Assistência Social

(11) 3.1.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 33.000,00  
(18) 3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

08.243.0483.2.074 – Admin. Geral dos Bens e Serviços do Abrigo Beija Flor

(30) 3.1.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 6.000,00  
(31) 3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

08.244.0487.2.053 – Manut. e Desenvol. das Atividades da Política Publica p/ Mulheres

(36) 3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

**12 – HOSPITAL MUNICIPAL DR. LUIZ CARLOS BARREIRO**

**01 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E GERAIS**  
10.122.0021.2.066 – Administração Geral dos Bens e Serv. do Hospital Municipal

(02) 3.1.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 43.000,00

**02 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MEDICOS E DE ENFERMAGEM**

(06) 3.1.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 34.000,00  
(10) 3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

**10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE****01 – ADMINISTRAÇÃO**

10.122.0021.2.061 – Admin. Geral dos Bens e Serviços do Setor de Administração do FMS  
(03) 3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

10.301.0428.2.062 – Adm. Geral dos Bens e Serv. de Assistência Médica e Sanitária

(8) 3.1.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 740.000,00  
TOTAL R\$ 2.690.459,00

Art. 5º Para o atendimento do crédito previsto no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução total e/ou parcial das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constante da mesma matéria

orçamentária em execução:

**02 – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL****01 – GABINETE DO PREFEITO**

04.122.0043.2.003 - Adm. Geral dos Bens e Serviços do Gabinete do Prefeito

(01) 3.1.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$13.000,00  
(02) 3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

**02 – GABINETE DO VICE-PREFEITO**

04.122.0043.2.004 - Adm. Geral dos Bens e Serviços do Gabinete do Vice-Prefeito

(03) 3.1.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

**03 – ASSESSORIAS DE GABINETE**

04.122.0021.2.005 - Adm. Geral dos Bens e Serviços de Assessorias de Gabinete

(05) 3.1.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 2.000,00  
(06) 3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

**04 – JUNTA DE SERVIÇO MILITAR**

04.124.0032.2.006 - Adm. Geral dos Bens e Serviços da Junta de Serviço Militar

(07) 3.1.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

**05 - CONTROLE INTERNO**

04.124.0032.2.007 - Adm. Geral dos Bens e Serviços do Controle Interno

(10) 3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

**03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****01 – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

04.122.0021.1.011 – Aquisição de Equip. e Material Perman. p/ os Serv. da Secretaria

(11) 4.4.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 175.000,00

04.122.0021.1.031 – Aquisição de Imóveis

(12) 4.4.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 13.200,00

04.122.0021.2.008 – Admin. Geral dos Bens e Serv. da Secretaria de Administração

(13) 3.1.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 22.000,00  
(14) 3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

04.123.0021.2.037 - Manutenção das Atividades do Consorcio Intermunicipal da Fronteira

(16) 3.1.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 55.000,00  
(17) 3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

28.843.0000.3.001 – Pagamento da Dívida Interna Municipal

(19) 4.6.90. 00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

**02 – CONTADORIA GERAL DO MUNICIPIO**

04.121.0033.2.009 - Adm. Geral dos Bens e Serviços do Dpto de Contabilidade

(22) 3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

**03 – DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

04.129.0030.2.010 - Adm. Geral dos Bens e Serviços do Dpto de Tributação e Fiscalização

(23) 3.1.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 12.000,00  
(24) 3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

**04 – DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**

04.122.0021.2.011 - Adm. Geral dos Bens e Serviços do Dpto de Recursos Humanos

(25) 3.1.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

**06 – DEPARTAMENTO DE PATRIMONIO E MATERIAL**



04.122.0021.2.013 - Adm. Geral dos Bens e Serviços do Dpto de Patrimônio e Material

(29) 3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 31.000,00

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

02 – DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.123.0031.2.039 – Transf. A Instituições Privadas sem fins Lucrativos \_ APAE

(33) 3.3.50.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 8.250,00

12.361.0188.1.003 – Constr. Ampl. E Aquis. De Equip. Mat. Perm. p/ Ensino Fundamental

(34) 4.4.90.00.00.00.00.0019 Aplicações Diretas R\$ 216.000,00

12.361.0188.2.015 – Administração Geral dos Bens e Serviços do Ensino Fundamental

(40) 3.3.90.00.00.00.00.0019 Aplicações Diretas R\$ 309.000,00

12.361.0239.2.018 – Adm. Geral dos Bens e Serv. do Transp. Escolar do Ensino Fundamental

(45) 3.3.90.00.00.00.00.0019 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

12.362.0239.2.069 - Adm. Geral dos Bens e Serviços do Transporte Escolar Ensino Médio

(58) 3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

12.365.0185.1.004 - Constr. Ampl. E Aquis. De Equip. Mat. Perm. p/ Educação Infantil

(60) 4.4.90.00.00.00.00.0019 Aplicações Diretas R\$ 191.700,00

12.365.0185.2.016 - Adm. Geral dos Bens e Serviços da Educação Infantil

(64) 3.1.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 74.000,00

(65) 3.3.90.00.00.00.00.0019 Aplicações Diretas R\$ 330.000,00

06 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES

27.812.0031.2.038 - Transf. A Instituições Privadas sem fins Lucrativos\_ ACEC

(84) 3.3.50.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 8.250,00

27.812.0224.1.007 – Aquisição de Equip. e Mat. Permanente para o Desporto Amador

(78) 4.4.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 77.500,00

27.812.0224.2.025 - Adm. Geral dos Bens e Serviços do Desporto Amador

(79) 3.1.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

27.812.0224.2.055 – Manutenção das Atividades do Programa Esporte e Lazer

(82) 3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

07 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

13.392.0247.1.008 - Aquisição de Equip. e Mat. Perman. para Difusão Cultural do Município

(85) 4.4.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 14.250,00

13.392.0247.2.026 - Adm. Geral dos Bens e Serviços da Difusão Cultural do Município

(86) 3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 5.250,00

(87) 3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

02 – DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA

22.661.0031.2.031 – Adm. Geral dos Bens e Serviços da Promoção Industrial

(90) 3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 28.500,00

06 – SECRETARIA MUN. DE AGRIC., DESENV. RURAL E MEIO AMBIENTE

01 – ADMINISTRAÇÃO

20.122.0021.1.009 – Aquisição de Equip. e Mat. Perman. para Unidade Administrativa

(92) 4.4.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 34.000,00

20.122.0021.2.027 – Admin. Geral dos Bens e Serviços da Secretaria de Agricultura

(94) 3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 65.000,00

02 – DESENVOLVIMENTO RURAL

17.511.0447.2.036 - Admin. Geral dos Bens e Serviços de Abastecimento de Agua no Interior

(95) 3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

20.122.0021.2.028 – Admin. Geral dos Bens e Serviços do Desenv. Rural no Município

(96) 3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 93.000,00

20.605.0044.1.010 - Aquisição de Equip. e Mat. Perman p/ Proteção. Recup. e Abast. Interior

(97) 4.4.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

20.606.0044.2.054 – Consorcio Intermunicipal de Segurança Alimentar, Sanidade\_ CONSAD

(98) 3.1.71.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

(99) 3.3.71.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 22.500,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

01 – ADMINISTRAÇÃO

04.122.0021.2.029 - Admin. Geral dos Bens e Serviços da Unidade de Planejamento e Gestão

(100) 3.1.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 31.000,00

(101) 3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 4.750,00

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

01 – ADMINISTRAÇÃO OBRAS

26.782.0021.2.034 - Adm. Geral dos Bens e Serviços da Secretaria Mun. De Infraestrutura

(102) 3.1.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

02 – SERVIÇOS RODOVIARIOS

26.782.0021.1.013 – Construções, Aquisições de Equip. e Material Perman. p/ S.Infraestrutura

(105) 4.4.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

14 – SEC. MUN. DE SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO URBANO

02 – SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO

15.451.0021.1.012 – Constr. Aquisi de Equip. e Material Perman. p/a Sec. Mun.

(107) 4.4.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

15.451.0021.1.076 – Implant. de Pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária

(144) 4.4.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

15.451.0323.1.080 – Programa Pro- transporte PAC 2 3º Etapa – Pavimentação e Qualificação

(128) 4.4.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE

01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE

04.122.0668.2.057 – Adm. Geral dos Serviços De Interesse da Juventude Local

(116) 3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

99 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO



04.122.0084.2.152 – Repasse a Entidades Associativas AMEOSC/ FECAM E OUTROS

(117) 3.3.50.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 20.809,00

11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

01 - ADMINISTRAÇÃO

08.244.0487.2.048 - Adm. Geral dos Bens e Serviços de Assistência Comunitária

(33) 3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

08.244.0487.2.056 – Programa Aquisição de Alimentos- Para Doação Simultânea

(38) 3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – ADMINISTRAÇÃO

10.122.0021.2.061 – Admin. Geral dos Bens e Serviços do Setor de Administração do FMS

(02) 3.1.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

10.301.0428.2.064 – Participação em Consorcio Intermunicipal de Saúde

(35) 3.3.90.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas R\$ 23.500,00

TOTAL R\$ 2.690.459,00

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 29 DE OUTUBRO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data 29/10/2015.

JEFERSON JONAS ÁVILA

Secretário Municipal

**LEI Nº 4.450/2015. AUTORIZA ASSINAR TERMO DE COOPERAÇÃO, PARCERIA E OUTRAS AVENÇAS COM O BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**

LEI Nº 4.450/2015.

AUTORIZA ASSINAR TERMO DE COOPERAÇÃO, PARCERIA E OUTRAS AVENÇAS COM O BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, EM FAVOR DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DESTE ENTE FEDERADO, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a assinar em nome do Município de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, em favor do FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, TERMO DE COOPERAÇÃO, PARCERIA E OUTRAS AVENÇAS com o BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, objetivando a constituição de uma parceria entre os COOPERANTES, onde o SANTANDER, de acordo com as condições do PROGRAMA AMIGO DE VALOR, divulgará o programa e coordenarão as doações feitas por seus empregados, clientes e empresas coligadas ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de DIONÍSIO CERQUEIRA/SC., sendo que o SANTANDER acompanhará, direta ou indiretamente, concedendo

apoio técnico no desenvolvimento da PROPOSTA DE AÇÃO indicada pelo CONSELHO.

Art. 2º A exemplo do Chefe do Poder Executivo Municipal, assinarão conjuntamente o respectivo TERMO DE COOPERAÇÃO, PARCERIA E OUTRAS AVENÇAS com o BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, o PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE e a SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL deste Ente Federado, conforme exigências do respectivo BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução dos determinantes nesta Lei correrão por conta das respectivas dotações orçamentárias vigentes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 29 DE OUTUBRO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data 29/10/2015.

JEFERSON JONAS ÁVILA

Secretário Municipal

**LEI Nº 4.451/2015. ALTERA O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 230.000,00**

LEI Nº 4.451/2015.

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 230.000,00 (DUZENTOS E TRINTA MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I**

**CAPÍTULO I**  
**DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.338, de 16 de dezembro de 2014 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2015, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), objetivando instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas com as obras de construção de escola CRECHE TIPO 2, com recursos provenientes do GOVERNO FEDERAL/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/FUNDO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, conforme TERMO DE COMPROMISSO Nº. 12.854/2015, segundo planificações ajustas entre partes avençadas.

**CAPÍTULO II**  
**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 4.389, de 16 de dezembro de 2014 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2015, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na

importância de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), com o intuito de criar dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas com as obras de construção de escola CRECHE TIPO 2, com recursos provenientes do GOVERNO FEDERAL/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/FUNDO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, conforme TERMO DE COMPROMISSO Nº. 12.854/2015, segundo planificações ajustas entre partes conveniadas.

#### CAPÍTULO III

##### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.390, de 16 de dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), buscando instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas com as obras de construção de escola CRECHE TIPO 2, com recursos provenientes do GOVERNO FEDERAL/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/FUNDO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, conforme TERMO DE COMPROMISSO Nº. 12.854/2015, segundo planificações ajustas entre partes instrumentalizadas.

#### CAPÍTULO IV

##### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, por ato próprio, a promover a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), destinado a onerar a dotação orçamentária abaixo discriminada e constante do orçamento em execução, a saber:

04 – SECRETARIA MUN.DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

02 – EDUCAÇÃO E ENSINO

12.365.0185.1.069 - Construção de Escola/Creche Municipal

4.4.90.00.00.00.0.0.0254 – Aplicações Diretas (excesso) R\$ 230.000,00

Art. 5º Para a cobertura do crédito instituído por esta Lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o produto do excesso de arrecadação dos recursos provenientes do GOVERNO FEDERAL/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/FUNDO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, conforme TERMO DE COMPROMISSO Nº. 12.854/2015, em conformidade com as Planificações aprovadas entre as partes ajustadas, na importância de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), em consonância com os prescritos na Lei Federal 4.320/64, art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, bem como as demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 6º Em conformidade com o disposto no § 2º, do Art. 167, da Constituição Federal, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover conforme Art. 42, da Lei Federal nº. 4.320/64, a reabertura do respectivo crédito orçamentário nos limites de seus saldos no orçamento do exercício financeiro subsequente.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE DIONÍSIO CERQUEIRA,  
29 DE OUTUBRO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data 29/10/2015.

JEFERSON JONAS ÁVILA  
Secretário Municipal

## **LEI Nº 4.452/2015. ALTERA O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 300.000,00**

LEI Nº 4.452/2015.

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### TÍTULO I

##### CAPÍTULO I

##### DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.338, de 16 de dezembro de 2014 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2015, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), objetivando instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas com a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para os serviços de Saúde do Município através do HOSPITAL MUNICIPAL, em conformidade com o disposto na Proposta nº. 11265.919000/1140-03, do GOVERNO FEDERAL/MINISTÉRIO DA SAÚDE/FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, conforme planificações ajustas entre partes avençadas.

##### CAPÍTULO II

##### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 4.389, de 16 de dezembro de 2014 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2015, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), com o intuito de criar dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas com a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para os serviços de Saúde do Município através do HOSPITAL MUNICIPAL, em conformidade com o disposto na Proposta nº. 11265.919000/1140-03, do GOVERNO FEDERAL/MINISTÉRIO DA SAÚDE/FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, conforme planificações ajustas pelas partes conveniadas.

##### CAPÍTULO III

##### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.390, de 16 de dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), buscando instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas com a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para os serviços de Saúde do Município através do HOSPITAL MUNICIPAL, em conformidade com o disposto na Proposta nº. 11265.919000/1140-03, do GOVERNO FEDERAL/MINISTÉRIO DA SAÚDE/FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, conforme planificações ajustas pelas partes instrumentalizadas.

##### CAPÍTULO IV

##### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, por ato próprio, a promover a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), destinado a onerar a dotação orçamentária abaixo discriminada e constante do orçamento em execução, a saber:

12 – HOSPITAL MUNICIPAL DR. LUIZ CARLOS BARREIRO

02 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM

10.302.0428.1.030 - Aquisição de equipamento e material permanente para os

Serviços de Saúde do Município.

4.4.90.00.00.00.0.0.00.0096 – Aplicações Diretas (excesso) R\$ 300.000,00

Art. 5º Para a cobertura do crédito instituído por esta Lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o produto do excesso de arrecadação dos recursos provenientes do GOVERNO FEDERAL/MINISTÉRIO DA SAÚDE/FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, através da Proposta nº. 11265.919000/1140-03, em conformidade com as Planificações aprovadas entre as partes ajustadas, na importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), em consonância com os prescritos na Lei Federal 4.320/64, art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, bem como as demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 6º Em conformidade com o disposto no § 2º, do Art. 167, da Constituição Federal, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover conforme Art. 42, da Lei Federal nº. 4.320/64, a reabertura do respectivo crédito orçamentário nos limites de seus saldos no orçamento do exercício financeiro subsequente.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE DIONÍSIO CERQUEIRA,  
29 DE OUTUBRO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data 29/10/2015.

JEFERSON JONAS ÁVILA

Secretário Municipal

# Ermo

## PREFEITURA

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2015 - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2015**

EXTRATO DO CONTRATO nº 25/2015

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 09/2015

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo CONTRATADO: AUTO POSTO DAMINELLI LTDA

OBJETO: Fornecimento de combustíveis para o consumo dos veículos e máquinas, de forma parcelada, durante o exercício de 2015.

VALOR ESTIMADO: O valor total previsto na cláusula quinta do contrato de origem fica aditado em R\$ 14.283,87 ( quatorze mil, duzentos e oitenta e três reais e oitenta e sete centavos), passando para R\$ 71,419,37 ( setenta e um mil,quatrocentos e dezanove reais e trinta e sete centavos).

DATA DA ASSINATURA: 13/10/2015.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 26/2015 - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2015**

EXTRATO DO CONTRATO nº 26/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato nº 09/2015

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo CONTRATADO: AUTO POSTO DAMINELLI LTDA

OBJETO: Fornecimento de combustíveis para o consumo dos veículos e máquinas, de forma parcelada, durante o exercício de 2015.

VALOR ESTIMADO: O valor do item 01 (óleo diesel), previsto na cláusula terceira do contrato de origem de R\$ 2,679 (dois reais, sessenta e sete centavos e nove centésimos de centavos), após reajuste resulta no valor de R\$ 2,749 (dois reais, setenta e quatro centavos e nove centésimos de centavos), conforme termo de solicitação de reajuste de preço anexo.

O valor do item 02 (gasolina), previsto na cláusula terceira do contrato de origem de R\$ 3,395 (três reais, trinta e nove centavos e cinco centésimos de centavos), após reajuste resulta no valor de R\$ 3,449 (três reais, quarenta e quatro centavos e nove centésimos de centavos), conforme termo de solicitação de reajuste de preço anexo.

DATA DA ASSINATURA: 20/10/2015.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/2015 - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2015**

EXTRATO DO CONTRATO nº 45/2015

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 06/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: AUTO POSTO DAMINELLI LTDA

OBJETO: Combustíveis para o consumo dos veículos e máquinas, de forma parcelada durante o exercício de 2015.

VALOR ESTIMADO: O valor total previsto na cláusula quinta do contrato de origem, fica aditado em 106.477,37 (cento e seis mil, quatrocentos e setenta e sete reais e trinta e sete centavos), passando para R\$ 532.386,87 (quinhentos e trinta e dois mil, trezentos e oitenta e seis reais e oitenta e sete centavos).

DATA DA ASSINATURA: 13/10/2015.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 46/2015 - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2015**

EXTRATO DO CONTRATO nº 46/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato nº 06/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: AUTO POSTO DAMINELLI LTDA

OBJETO: Combustíveis para o consumo dos veículos e máquinas, de forma parcelada durante o exercício de 2015.

VALOR ESTIMADO: O valor do item 01 (óleo diesel), previsto na cláusula terceira do contrato de origem de R\$ 2,679 (dois reais, sessenta e sete centavos e nove centésimos de centavos), após reajuste resulta no valor de R\$ 2,749 (dois reais, setenta e quatro centavos e nove centésimos de centavos), conforme termo de solicitação de reajuste de preço anexo.

O valor do item 02 (gasolina), previsto na cláusula terceira do contrato de origem de R\$ 3,395 (três reais, trinta e nove centavos e cinco centésimos de centavos), após reajuste resulta no valor de R\$ 3,449 (três reais, quarenta e quatro centavos e nove centésimos de centavos), conforme termo de solicitação de reajuste de preço anexo.

O valor do item 03 (Óleo Diesel B S10), previsto na cláusula terceira do contrato de origem de R\$ 2,859 (dois reais, oitenta e cinco centavos e nove centésimos de centavos), após reajuste resulta no valor de R\$ 2,949 (dois reais, noventa e quatro centavos e nove centésimos de centavos), conforme termo de solicitação de reajuste de preço anexo.

DATA DA ASSINATURA: 20/10/2015.

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### **CONTRATO 01292015 ILUMINAÇÃO NATALINA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0129/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Ilumicore Comércio de Materiais Elétricos Ltda Me.

Objeto: Contratação de empresa especializada para implantação de sistema de show de luzes dançantes.

Valor: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0063/2015, na Modalidade Carta Convite nº 0015/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 28 de outubro de 2015.

DERLY JOSÉ TAFFAREL

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 206/2015

	PORTARIA Nº 206/2015
	PRORROGA PORTARIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria PRORROGADA A PORTARIA 141/2015, a qual CONCEDIA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA ao Servidor Municipal AMARILDO CORTI, ocupante do cargo de Operador de Máquinas a partir da data de 01/11/2015, pois o funcionário solicitou prorrogação de sua licença.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/11/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 30 dias do mês de Outubro de 2015.

ROGÉRIO PERIN  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado  
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal



# Forquilha

## PREFEITURA

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21/FMS/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/FMS/2015**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 21/2015 FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 01/2015 – FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de equipamento odontológico (mocho), para atendimento as unidades da rede municipal de saúde de Forquilha/SC, para o período de 12 meses, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR](http://WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA: 24/07/2016

2ª Publicação

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 28/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 66/PMF/2015**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 66/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 28/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO de Lubrificantes, para uso na manutenção e conservação dos veículos da frota do Município de Forquilha, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR](http://WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA: 28/04/2016

3ª Publicação

### **LEI Nº 2.127, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.**

LEI Nº 2.127, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A OUTORGAR A CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇOS PÚBLICOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Nos termos do artigo 17, inciso XVI, da Lei Orgânica do Município, fica o Poder Executivo autorizado a realizar concessão de uso de espaço público, destinado para exploração comercial do quiosque, localizado na Avenida 25 de Julho, nº 2.545, centro, ao lado da Passarela das Origens (HEIMATPASS), consoante planta

baixa que passa a fazer parte integrante da presente Lei.

Parágrafo único. A concessão de uso de que trata o caput deste artigo, será a título oneroso e se realizará mediante processo licitatório na modalidade pregão.

Art. 2º Os espaços públicos a que se refere o artigo 1º, assim se descreve:

a) um quiosque com área construída de 24,68 m²;

b) uma área útil não coberta no entorno do quiosque, com área de 75,76 m², que poderão ser destinados a colocação de toldos, mesas, cadeiras, equipamentos e mobiliário necessário para exploração do serviço.

§ 1º A disposição de equipamentos e mobiliário a serem utilizados na instalação do empreendimento deverão constar de respectivo projeto de instalação a ser aprovado pela Secretaria de Planejamento.

§ 2º Eventuais alterações ou ampliações de equipamentos e mobiliário ou do espaço destinado a exploração dos serviços de que trata esta lei serão permitidos mediante a anuência do Poder Executivo e parecer favorável da Secretaria de Planejamento, após a apresentação por parte da concessionária de respectivo projeto.

Art. 3º Os requisitos para a exploração dos serviços serão dispostos em edital de licitação próprio.

Art. 4º A exploração dos serviços a serem prestados ficarão sujeitos à legislação e fiscalização do Poder concedente, incumbindo aos que as executarem, a sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

Art. 5º O edital de licitação, observadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações posteriores e da Lei Orgânica do Município, conterá exigências relativas:

I - a observação da legislação relativa à execução de obras em espaços públicos, obedecendo, rigorosamente, o projeto aprovado;

II - ao funcionamento das atividades no prazo e nas condições estabelecidas no instrumento de outorga;

III - a não utilização do espaço concedido para finalidade diversa da aprovada, assim como a proibição de transferência ou cessão do espaço ou das atividades objeto de exploração a terceiros, ainda que parcialmente;

IV - a autorização e aprovação prévia e expressa da concedente nas hipóteses da realização de eventuais benfeitorias na área cedida, observadas as disposições contidas no § 2º do art. 2º desta lei;

V - ao cumprimento das exigências impostas como contrapartida, bem como ao pagamento dos tributos incidentes e todas as despesas decorrentes da concessão;

VI - a responsabilização da concessionária, inclusive perante terceiros, por quaisquer prejuízos decorrentes da ocupação do espaço, bem como do trabalho, serviços e obras que executar;

VII - desativação por parte da concessionária das instalações, inclusive com a remoção dos equipamentos e mobiliário, ao término do prazo pactuado, sem direito a qualquer retenção ou indenização, seja a que título for, pelas benfeitorias, ainda que necessárias, obras e trabalhos executados;

VIII - a submissão por parte da concessionária à fiscalização, inspeções e vistorias periódicas da concedente, principalmente quanto às normas de segurança e saúde pública;

IX - a manutenção da padronização e exigências técnicas estipuladas no edital;

X - a responsabilidade da concessionária diante dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes, direta ou

indiretamente, da execução dos serviços que se propõe a prestar.

Art. 6º O Poder Executivo poderá, a qualquer tempo, intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

Parágrafo único. A intervenção será feita através de decreto, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.

Art. 7º Extinta a concessão, por quaisquer dos meios previstos em lei ou no edital de licitação, retornam ao Poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário através do contrato.

Art. 8º A concessão de que trata esta lei será outorgada pelo prazo de 05 (cinco) anos, prorrogável por igual período.

Art. 9º A concessão ora tratada será regida e embasada, no que couber, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, pelo edital de licitação e pelas cláusulas contratuais a serem firmadas.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução desta lei correm por conta de dotações constantes no orçamento municipal.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 26 de outubro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 26 de outubro de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 2.127, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

### **LEI Nº 2.128, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.**

LEI Nº 2.128, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

ACRESCE DISPOSITIVOS À LEI Nº 2.095, DE 12 DE MAIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescido o Parágrafo Único ao art. 1º da Lei nº 2.095, de 12 de maio de 2015, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

.....

Parágrafo único. As áreas referidas na presente Lei destinar-se-ão a ampliação da Avenida dos Cisnes e da Rua Falcão, no bairro Santa Cruz, conforme anexo único desta Lei.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 29 de outubro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 29 de outubro de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

### **LEI Nº 2.129, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.**

LEI Nº 2.129, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL RECEBER EM DOAÇÃO TERRENO COMO ÁREAS DESTINADAS À IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS DE UTILIDADE PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica Poder Executivo, com fundamento no inciso VI do artigo 53 da Lei Complementar nº 17, de 11 de agosto de 2011, autorizado a receber em doação um terreno urbano, situado no Bairro Centro, no município e comarca de Forquilha/SC, com área de 1.383,03 m² (um mil trezentos e oitenta e três metros e três centímetros quadrados), dentro de uma área maior, correspondente a matrícula nº 5.931, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte: 80,00 metros com Área Remanescente; ao Sul: 80,00 metros com terras da Sociedade Literária e Caritativa Santa Agostinho; ao Leste: 17,29 metros com terras de Adilson Peruchi Costa; e ao Oeste: 17,29 metros com terras de Adilson Peruchi Costa, como área destinada à implantação de área de utilidade pública do Loteamento Forquilha 02, correspondente a matrícula nº 6.985, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 29 de outubro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 29 de outubro de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

anexo único DA LEI Nº 2.129, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

# Fraiburgo

## PREFEITURA

**AT15FME14****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15FME14  
Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER  
Contratada.: SUPERMERCADO JOTA LTDA  
Valor ..... : 228,40 (duzentos e vinte e oito reais e quarenta centavos).  
Vigência ..... : Início: 21/10/2015 Término: 29/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 116/2015  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE CAFÉ E AÇÚCAR PARA CONSUMO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMS E FME) DURANTE OS MESES DE NOVEMBRO DE 2015 A FEVEREIRO DE 2016.

Fraiburgo, 29 de Outubro de 2015  
Antonio Marcos de Almeida - Superintendente

**AT15FMS30****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15FMS30  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO  
Contratada.: 3 S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA  
Valor ..... : 870,00 (oitocentos e setenta reais)  
Vigência ..... : Início: 20/10/2015 Término: 29/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 117/2015  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE CARTUCHOS DE TÔNER PARA USO NAS IMPRESSORAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE FRAIBURGO, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMS), FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DURANTE OS MESES DE OUTUBRO DE 2015 A FEVEREIRO DE 2016.

Fraiburgo, 29 de Outubro de 2015  
NILCE PINZ - Secretária de Saúde

**AT15FMS31****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15FMS31  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO  
Contratada.: SUPERMERCADO JOTA LTDA  
Valor ..... : 1.632,00 (um mil seiscentos e trinta e dois reais)  
Vigência ..... : Início: 21/10/2015 Término: 29/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 116/2015  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE CAFÉ E AÇÚCAR PARA CONSUMO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMS E FME) DURANTE OS MESES DE NOVEMBRO DE 2015 A FEVEREIRO DE 2016.

Fraiburgo, 29 de Outubro de 2015  
NILCE PINZ - Secretária de Saúde

**AT15FMS32****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15FMS32  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO  
Contratada.: ARTES GRAFICAS COSMOS LTDA - ME  
Valor ..... : 16.670,00 (dezesesseis mil seiscentos e setenta reais).  
Vigência ..... : Início: 21/10/2015 Término: 29/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2015  
Objeto ..... : PRESENTE PREGÃO TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO E IMPRESSÃO DE EXPEDIENTES DIVERSOS, FOLDERS E CARTAZES, PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, CAPS E LABORATÓRIO MUNICIPAL DE PRÓTESES DENTÁRIAS.

Fraiburgo, 29 de Outubro de 2015  
NILCE PINZ - Secretária de Saúde

**AT15FMS33****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15FMS33  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO  
Contratada.: GRAFICA GUARAMIRIM LTDA  
Valor ..... : 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais)  
Vigência ..... : Início: 21/10/2015 Término: 29/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2015  
Objeto ..... : PRESENTE PREGÃO TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO E IMPRESSÃO DE EXPEDIENTES DIVERSOS, FOLDERS E CARTAZES, PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, CAPS E LABORATÓRIO MUNICIPAL DE PRÓTESES DENTÁRIAS.

Fraiburgo, 29 de Outubro de 2015  
NILCE PINZ - Secretária de Saúde

**AT15FMS34****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT15FMS34  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO  
Contratada.: BUSINESS EDITORA E PUBLICAÇÃO DE INFORMATIVOS LTDA  
Valor ..... : 2.350,00 (dois mil trezentos e cinquenta reais)  
Vigência ..... : Início: 21/10/2015 Término: 28/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2015  
Objeto ..... : PRESENTE PREGÃO TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO E IMPRESSÃO DE EXPEDIENTES DIVERSOS, FOLDERS E CARTAZES, PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, CAPS E LABORATÓRIO MUNICIPAL DE PRÓTESES DENTÁRIAS.

Fraiburgo, 29 de Outubro de 2015  
NILCE PINZ - Secretária de Saúde

**AT15FMS35**  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15FMS35  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP  
Valor ..... : 5.360,00 (cinco mil trezentos e sessenta reais)  
Vigência ..... : Início: 21/10/2015 Término: 29/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2015  
Objeto ..... : PRESENTE PREGÃO TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO E IMPRESSÃO DE EXPEDIENTES DIVERSOS, FOLDERS E CARTAZES, PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, CAPS E LABORATÓRIO MUNICIPAL DE PRÓTESES DENTÁRIAS.

Fraiburgo, 29 de Outubro de 2015  
NILCE PINZ - Secretária de Saúde

**AT15PMF117**  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF117  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA EPP  
Valor ..... : 11.619,83 (onze mil seiscentos e dezenove reais e oitenta e três centavos)  
Vigência ..... : Início: 21/10/2015 Término: 29/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 118/2015  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CONSUMO DOS INTERNOS DAS CASAS LARES "CÉLIO THIBES DOS SANTOS" E "JOÃO ALVES DOS SANTOS", DURANTE O PERÍODO DE NOVEMBRO DE 2015 A FEVEREIRO DE 2016.

Fraiburgo, 29 de Outubro de 2015  
IVO BIAZZOLO - Prefeito

**AT15PMF118**  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF118  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: CLODOMIR TÓFFOLI  
Valor ..... : 8.300,00 (oito mil e trezentos reais)  
Vigência ..... : Início: 23/10/2015 Término: 29/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 119/2015  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MUDAS DE FLORES DE ÉPOCA, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), DURANTE OS MESES DE OUTUBRO DE 2015 A FEVEREIRO DE 2016.

Fraiburgo, 29 de Outubro de 2015  
IVO BIAZZOLO - Prefeito

**AT15PMF119**  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF119  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: SÉRGIO WALTRICK MOREIRA ME  
Valor ..... : 120.320,00 (cento e vinte mil trezentos e vinte reais).  
Vigência ..... : Início: 23/10/2015 Término: 31/01/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 121/2015  
Objeto ..... : PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE MÁQUINAS PESADAS PARA REALIZAÇÃO DE TRABALHOS NO INTERIOR DESTE MUNICÍPIO E NOS BAIRROS AFASTADOS DO PERÍMETRO URBANO, PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), DURANTE OS MESES DE OUTUBRO DE 2015 A JANEIRO DE 2016.

Fraiburgo, 29 de Outubro de 2015  
IVO BIAZZOLO - Prefeito

**AT15PMF120**  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15PMF120  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA EPP  
Valor ..... : 18.137,60 (dezoito mil cento e trinta e sete reais e sessenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 28/10/2015 Término: 31/01/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 120/2015  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CESTA BÁSICA ,A SEREM DOADAS PARA PESSOAS QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, DURANTE O PERÍODO DE NOVEMBRO DE 2015 A JANEIRO DE 2016.

Fraiburgo, 29 de Outubro de 2015  
IVO BIAZZOLO - Prefeito

**AVISO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3866-TOMADA DE PREÇO Nº 0006- 2015 DOM**

Processo Administrativo N.3866/2015 – PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC  
INTERESSADO: LB COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI LTDA-ME  
ASSUNTO: DESCUMPRIMENTO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO CT15PMF62 – PAL 0070/2015 – TOMADA DE PREÇO 0006  
Objeto: Desta feita, recebo o recurso apresentado, pois tempestivo, nego-lhe provimento pelos fatos e fundamentos acima descritos, mantendo-se a condenação da notificada LB COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI LTDA – ME às penalidades de a)- pagamento de multa no valor de R\$200,00 (duzentos reais), decorrentes da notificação pelo atraso no início das obras; b)- ao pagamento de R\$19,36 (dezenove reais e trinta e seis centavos) decorrentes dos danos provocados ao patrimônio público e que não foi devidamente reparado; c)- suspensão de participação em licitações e contratar com a administração pública pelo prazo de 18 (dezoito) meses. Notifique-se à empresa da presente decisão. Fraiburgo, 16 de outubro de 2015. IVO BIAZZOLO Prefeito.



**AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0025\_2015-SF**

Aviso do Pregão Presencial nº 0025/2015 – SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Objeto: Contratação de empresa do ramo para reforma da bomba submersa marca Vambro, modelo vbsp62-13, 32,5hp, 380volts, de uso do poço P09 do Vila Salette, incluindo peças e mão de obra e a aquisição de bombas submersíveis, para uso na recirculação de chorume do aterro sanitário e motobomba autoaspirante para efluente com sólidos em suspensão, para uso no recalque de esgoto da ETE do Jardim América. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 14:00 horas do dia 13.11.2015. Abertura: Às 14:00 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 29 de outubro de 2015.

Eloi Regalin – Presidente da SANEFRAI

**AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0026\_2015-SF RP 0015**

Aviso do Pregão Presencial nº 0026/2015 – SF

Registro de Preços nº 0015/2015

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de conjunto moto-bomba para instalação em poços artesianos da Sanefrai, durante o período de novembro de 2015 a fevereiro de 2016. Validade da Ata de Registro de Preços: novembro de 2015 a fevereiro de 2016. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 16:00 horas do dia 13.11.2015 Abertura: Às 16:00 horas do mesmo dia; Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br), E-mail: [compras@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:compras@fraiburgo.sc.gov.br)

Fraiburgo(SC), 29 de outubro de 2015.

Ivo Biazolo – Prefeito

**DECRETO Nº 221-2015**

DECRETO Nº 221, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, AS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, AFETADAS POR GRANIZO – COBRADE 1.3.2.1.3.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; especialmente as que lhe confere os artigos 61, inciso VI e 84, inciso I, alínea i, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7 do Decreto Federal nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006, pelo inciso VI do artigo 8º da Lei Federal n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e pela Resolução n. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

**CONSIDERANDO:**

- ocorrência de granizos em datas de 15, 16 e 22 de outubro de 2015, atingindo o município e a região, tanto em áreas rurais e urbanas, resultando em danos e prejuízos, constantes do Mapa das Áreas Afetadas pelo Desastre e Formulário de Avaliação de Danos - AVADAN, anexos a este Decreto;

- a recomendação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, que avaliou os efeitos do desastre e recomendou a decretação da Situação de Emergência, em acordo com a Resolução n. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada frente ao desastre;

- a ocorrência de danos em diversas culturas, como alho, cebola, hortaliças em geral e floricultura, gerando grandes prejuízos na produção, conforme laudo de perdas de produção agropecuária emitido pela EPAGRI.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência por desastre, devido à ocorrência de granizo nos dias 15, 16 e 22 de outubro de 2015, classificado e codificado no COBRADE 1.3.2.1.3.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui das Áreas Afetadas, anexos a este Decreto.

Art. 2º. Autoriza a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre. Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pelo Coordenador do COMPDEC.

Art. 4º. Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei Federal n. 8666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

**GABINETE DO PREFEITO.**

FRAIBURGO, 27 DE OUTUBRO DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**DECRETO Nº 222-2015**

DECRETO Nº 222, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, AS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, AFETADAS POR CHUVAS INTENSAS – COBRADE 1.3.2.1.4.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; especialmente as que lhe confere os artigos 61, inciso VI e 84, inciso I, alínea i, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7 do Decreto Federal no 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006, pelo inciso VI do artigo 8º da Lei Federal n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e pela Resolução n. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

**CONSIDERANDO:**

- ocorrência de chuvas intensas nos últimos dias, atingindo o município e toda região, resultando em danos e prejuízos, especialmente na área rural, constantes do Mapa das Áreas Afetadas pelo Desastre e Formulário de Avaliação de Danos - AVADAN, anexos a este Decreto;

- a recomendação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, que avaliou os efeitos do desastre e recomendou a decretação da Situação de Emergência, em acordo com a Resolução n. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada frente ao desastre;

- a ocorrência de alagamentos, enxurradas e bloqueios que afetaram grande parte das estradas do interior do município – que somam mais de 1.300 km – impossibilitando o tráfego de veículos, prejudicando o escoamento da produção, transporte escolar e deixando muitas agricultores isolados em suas propriedades, colocando em risco a população usuária desse sistema viário;

- a ocorrência de danos em diversas culturas, como alho, cebola, hortaliças em geral e floricultura, gerando grandes prejuízos na produção, conforme laudo de perdas de produção agropecuária emitido pela EPAGRI.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência por desastre, devido à ocorrência de chuvas intensas nos últimos dias no Município de Fraiburgo, classificado e codificado como COBRADE 1.3.2.1.4.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui das Áreas Afetadas, anexos a este Decreto.

Art. 2º. Autoriza a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre. Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pelo Coordenador do COMPDEC.

Art. 4º. Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei Federal n. 8666,

de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 27 DE OUTUBRO DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**EDITAL CADASTRAMENTO ENTIDADES 2015 PARA PUBLICAÇÃO****EDITAL DE CADASTRAMENTO DE ENTIDADES**

O Presidente do Conselho de Desenvolvimento de Fraiburgo – DESENFRAI, Sr. Ivo Biazolo, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e regimentais, previstos no § 3º, do artigo 6º, da Lei Municipal n. 1860, de 13 de dezembro de 2005, alterada e consolidada pela Lei Municipal n. 2.213, de 18 de dezembro de 2013 e, § 3º, do artigo 7º, do Regimento Interno do DESENFRAI, homologado pelo Decreto n. 0227, de 25 de agosto de 2014, CONVOCA as entidades civis não-governamentais previstas na lei e regimento interno supracitados, para cadastramento junto ao DESENFRAI, para futura composição e participação do Fórum para escolha dos conselheiros que passarão a compor o DESENFRAI, obedecidas as disposições deste Edital.

O Cadastramento somente será permitido a entidades civis não-governamentais, que comprovem através de estatutos, contratos sociais ou regimentos internos, que representam os seguintes segmentos:

- a) Associações de Bairros/Moradores;
- b) Sindicatos Patronais ou de Trabalhadores;
- c) Clubes de Serviços e Voluntariado;
- d) Instituições de Ensino Superior estabelecidas no município.
- e) Associações Civis estabelecidas e em funcionamento no município;

O cadastramento das entidades deverá ser realizado exclusivamente no período de 29 de outubro de 2015 a 27 de novembro de 2015, através de ofício direcionado ao Presidente do DESENFRAI, sendo requisito essencial para participação do Fórum para escolha dos conselheiros do DESENFRAI, para mandato de 2(dois) anos.

Findo o prazo para cadastramento das entidades referidas neste Edital, será publicado pelo Presidente do DESENFRAI, o Edital específico para escolha dos conselheiros, mediante convocação dos segmentos cadastrados, para participação do Fórum, nos termos da lei.

Os representantes legais da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, subseção de Fraiburgo, da ACIAF – Associação Empresarial de Fraiburgo e da CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas de Fraiburgo designarão seus respectivos representantes titulares e suplentes ao DESENFRAI mediante atos previstos em seus estatutos e/ou



regimentos internos, bem como os representantes titulares e suplentes do Poder Público serão designados pelas respectivas instâncias de poder, nos termos dos § 1º e 2º, do artigo 6º, da Lei Municipal n. 1860/2005, alterado e consolidada pela Lei Municipal n. 2.213, de 18 de dezembro de 2013 e § 1º e 2º, do artigo 7º, do Regimento Interno do DESENFRAI.

O presente Edital será publicado no órgão de publicação oficial do Município de Fraiburgo, Diário Oficial dos Municípios – DOM, veiculado eletronicamente no site da internet [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e estará disponível na página oficial do DESENFRAI e do Município de Fraiburgo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Fraiburgo, 28 de outubro de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Presidente do DESENFRAI  
Prefeito de Fraiburgo

JORGE LUIZ POZZA PEDERIVA  
1º Vice-Presidente do DESENFRAI  
Presidente da ACIAF

#### **EXTRATO EDITAL ACT - Nº 0025 MOTORISTA**

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0025 DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público em diversas áreas do Município de Fraiburgo, para a função pública de MOTORISTA. O preenchimento de vagas será para o ano de 2016, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 03 de novembro a 03 de dezembro de 2015, das 12:30 às 17:30 horas, em dia de expediente (excetuados sábados, domingos, feriados e pontos facultativos) na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "[www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br)". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 27 de outubro de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **EXTRATO EDITAL ACT - Nº 0026 SAÚDE**

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0026 DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para a função pública de AGENTE EPIDEMIOLÓGICO, ASSISTENTE SOCIAL, ENFERMEIRO, FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, FARMACÊUTICO, FISIOTERAPEUTA, ODONTÓLOGO, TERAPEUTA OCUPACIONAL, TÉCNICO EM ENFERMAGEM E TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL. O preenchimento

de vagas será para o ano de 2016, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 03 de novembro a 03 de dezembro de 2015, das 12:30 às 17:30 horas, em dia de expediente (excetuados sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "[www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br)". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 27 de outubro de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **EXTRATO EDITAL ACT - Nº 0027 PROF. ED. FÍSICA** EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0027 DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público em diversas áreas do Município de Fraiburgo, para a função pública de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA para Saúde Mental. O preenchimento de vagas será para o ano de 2016, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 03 de novembro a 03 de dezembro de 2015, das 12:30 às 17:30 horas, em dia de expediente (excetuados sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "[www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br)". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 27 de outubro de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 2125/2015**

PORTARIA Nº 2125, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º – Exonerar o servidor FRANKLIN PEREIRA DIAS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 095.645.179-90, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de outubro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de outubro de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 2126/2015**

PORTARIA Nº 2126, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0043 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 080/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CELSO ALVES RAMOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 866.729.679-15, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de novembro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de outubro de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 2127/2015**

PORTARIA Nº 2127, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com o ofício nº 064/2015, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JARDEL LUCIANO SELIAS VAZ, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 074.826.779-41, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de novembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de outubro de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 2128/2015**

PORTARIA Nº 2128, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0002 de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01318/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário RENILDA APARECIDA GOMES, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 560.010.539-87, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de novembro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de outubro de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 2129/2015**

PORTARIA Nº 2129, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0002 de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01319/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANA CRISTINA DA ROCHA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 065.661.349-13, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de novembro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de outubro de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 2130/2015**

PORTARIA Nº 2130, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0005 de 10 de fevereiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01377/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARISA DA VEIGA DE CORDOVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 086.165.419-69, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de novembro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de outubro de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**RECURSOS FEDERAIS 20.10.15**

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS			
O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:			
Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
06/10/2015	FNDE	AEE	1.180,00
23/10/2015	FNAS	PBF	8.400,00

Secretaria de Finanças

**TA.AT15FMS16****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA.AT15FMS16 - Contrato Nº: AT15FMS18  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: TRANSVICENTE SERVIÇOS E TRANSPORTES LT.  
Vigência ..... : Início: 20/10/2015 Término: 31/01/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2015

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, INC. II, "D" DA LEI Nº 8.666/93 A PEDIDO DA FORNECEDORA, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA (NOTAS FISCAIS ANTERIORES E POSTERIORES AO AUMENTO), RESOLVEM PROCEDER O REEQUILÍBRIO FINANCEIRO DO VALOR REGISTRADO NO ITEM 1 SOBRE O CUSTO DO COMBUSTÍVEL INFORMADO EM SUA PROPOSTA DE PREÇOS.

Fraiburgo, 29 de Outubro de 2015  
NILCE PINZ - Secretária de Saúde

**TA.AT15FMS17****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA.AT15FMS17 - Contrato Nº: AT15FMS11  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: TRANS ANR LTDA  
Vigência ..... : Início: 23/10/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2015

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, INC. II, "D" DA LEI Nº 8.666/93 A PEDIDO DA FORNECEDORA, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA (NOTAS FISCAIS ANTERIORES E POSTERIORES AO AUMENTO), RESOLVEM PROCEDER O REEQUILÍBRIO FINANCEIRO DO VALOR REGISTRADO NO ITEM 1 SOBRE O CUSTO DO COMBUSTÍVEL INFORMADO EM SUA PROPOSTA DE PREÇOS.

Fraiburgo, 29 de Outubro de 2015  
NILCE PINZ - Secretária de Saúde

**TA.AT15PMF77****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA.AT15PMF77 - Contrato Nº: AT15PMF48  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: TRANSNATHAN AGÊNCIA DE VIAGENS E  
TURISMO LTDA.

Vigência ..... : Início: 23/10/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 45/2015

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMI-  
DADE COM O ART. 65, INC. II, "D" DA LEI Nº 8.666/93 A PEDIDO  
DA FORNECEDORA, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTA-  
ÇÃO COMPROBATÓRIA (NOTAS FISCAIS ANTERIORES E POSTE-  
RIORES AO AUMENTO), RESOLVEM PROCEDER O REEQUILÍBRIO  
FINANCEIRO DO VALOR REGISTRADO NO ITEM 1 SOBRE O CUSTO  
DO COMBUSTÍVEL INFORMADO EM SUA PROPOSTA DE PREÇOS.

Fraiburgo, 29 de Outubro de 2015

IVO BIAZZOLO - Prefeito

**TA.AT15PMF78****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA.AT15PMF78 - Contrato Nº: AT15PMF54

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: POSTO MAÇÃ LTDA

Vigência ..... : Início: 23/10/2015 Término: 31/01/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2015

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMI-  
DADE COM O ART. 65, INC. II, "D" DA LEI Nº 8.666/93, A PEDIDO  
DA FORNECEDORA, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTA-  
ÇÃO COMPROBATÓRIA (NOTAS FISCAIS ANTERIORES E POSTE-  
RIORES AO AUMENTO), E PARECER JURÍDICO, RESOLVEM PRO-  
CEDER A REVISÃO DOS COMBUSTÍVEIS REGISTRADOS.

Fraiburgo, 29 de Outubro de 2015

IVO BIAZZOLO - Prefeito

**TA.AT15PMF79****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA.AT15PMF79 - Contrato Nº: AT15PMF70

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA EPP

Vigência ..... : Início: 27/10/2015 Término: 30/11/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 66/2015

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMI-  
DADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24  
DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE  
VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA  
SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 29 de Outubro de 2015

IVO BIAZZOLO - Prefeito

**TA.AT15PMF80****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA.AT15PMF80 - Contrato Nº: AT15PMF71

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: SUPERMERCADO JOTA LTDA

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 27/10/2015 Término: 30/11/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 66/2015

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMI-  
DADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24  
DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE  
VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA  
SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 29 de Outubro de 2015

IVO BIAZZOLO - Prefeito

**TA.AT15PMF81****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA.AT15PMF81 - Contrato Nº: AT15PMF72

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: COMÉRCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS

RIBEIRO LTDA - FIL

Valor ..... : 28.033,66 (vinte e oito mil e trinta e três reais e  
sessenta e seis centavos)

Vigência ..... : Início: 27/10/2015 Término: 30/11/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 66/2015

Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMI-  
DADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE  
NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93,  
DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE  
25% NAS QUANTIDADES DOS LOTES 1 E 2. DE COMUM ACORDO,  
RESOLVEM TAMBÉM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRE-  
SENTE ATA PARA ATÉ O DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 29 de Outubro de 2015

IVO BIAZZOLO - Prefeito

**TA15PMF139****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA15PMF139 - Contrato Nº: CT15PMF82

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP

Vigência ..... : Início: 27/10/2015 Término: 23/11/2015

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
Nº.: 9/2015.

Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADAS,  
EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º DA LEI Nº 8.666/93  
E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA  
EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA NOMEADO SR. FLA-  
VIO ANDRÉ DE OLIVEIRA, AJUSTAM E PRORROGAM O PRAZO DE  
EXECUÇÃO QUE CONSTA DA CLÁUSULA TERCEIRA, ITEM 3.2 DO  
CONTRATO PARA ATÉ A DATA DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 29 de Outubro de 2015

IVO BIAZZOLO - Prefeito

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO Nº 14/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 14/2015

HOMOLOGA SEGUNDO TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E A ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA – AFSC.

GERSON DE MATIA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica homologado o Segundo Termo Aditivo ao convênio entre o MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e a ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA – AFSC, firmado em 04/12/2013, tendo por objeto a transferência voluntária de recursos financeiros, destinados a auxiliar no custeio de despesas de manutenção das atividades hospitalares e despesas operacionais dos serviços de saúde, mantidos exclusivamente pela Associação ao atendimento hospitalar para toda a população fraiburguense, mediante a concessão no valor de R\$ 904.000,00 (novecentos e quatro mil reais), em duas parcelas de R\$ 452.000,00 (quatrocentos e cinquenta e dois mil reais), nos meses de novembro e dezembro de 2015.

Art. 2º. As despesas com o presente Termo Aditivo correrão à conta da dotação específica do orçamento do exercício de 2015, com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão	08.00 – SECRETARIA DE SAÚDE
Unidade	08.01 – Fundo Municipal de Saúde – FMS
Funcional	10.301.0009.2.022 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento	3.3.50.00.00 – Transferências à Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 29 de outubro de 2015.

GERSON DE MATIA

Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo



**Frei Rogério****PREFEITURA****DECRETO Nº. 760/2015 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (SC).**

DECRETO Nº. 760/2015 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da lei orgânica do município de Frei Rogério e no art.12, inciso IV e art.13 § 3º, da lei nº 806/2014 de 27/11/2014 e Lei Municipal nº 837/2015 de 29 de outubro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional no orçamento vigente, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$
ORGÃO	03	FUNDOS MUNICIPAIS	
Unidade:	01	DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Proj./Ativ.	2.076	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
ELEMENTO	3.3.90.00.00.00.00.0083	APLICAÇÕES DIRETAS	
	38	APLICAÇÕES DIRETAS	R\$ 100.000,00
	TOTAL		R\$ 100.000,00

Art. 2º - Para respaldo do crédito mencionado no artigo anterior ficam utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2014 no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), da fonte dos Recursos Próprios, para a Dotação orçamentária do orçamento corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 29 de outubro de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº 066/2015 CRIA, RENOMEIA E REORGANIZA CARGOS NA LEI MUNICIPAL N. 024/2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 066/2015 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

CRIA, RENOMEIA E REORGANIZA CARGOS NA LEI MUNICIPAL N. 024/2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam criados os seguintes cargos de Provimento Efetivo no Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, que integrará o Anexo I, Grupo Ocupacional I, da Lei Complementar nº 024/2007, conforme segue:

QUANTIDADE	CARGO	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO INICIAL
02	Professor de Educação Física	20 horas	Nível I 790,13
			Nível II 1.053,52
			Nível III 1.264,22
02	Professor de Artes	20 horas	Nível I 790,13
			Nível II 1.053,52
			Nível III 1.264,22
01	Professor de Informática	40 horas	Nível I 1.580,26
			Nível II 2.107,04
			Nível III 2.528,44

§1º - As atribuições e requisitos para provimento dos cargos criados são as descritas no Anexo I da presente Lei, e passarão a integrar a Lei Complementar nº 024/07.

Art. 2º - Fica renomeado o seguinte cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, e que passará integrar o Anexo I, Grupo Ocupacional I, da Lei Complementar nº 024/2007, conforme segue:



QUANTIDADE	CARGO	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO INICIAL
03	Professor de Educação Física	20 horas	Nível II 1.053,52
			Nível III 1.264,22

§1º - O cargo acima renomeado era denominado simplesmente Professor (Nível I, II e III) e estava inserido no Anexo I, Grupo Ocupacional I da Lei Complementar n. 024/2007, sendo que as vagas estão preenchidas por professor efetivo, com habilitação em educação física, os quais permanecerão no mesmo nível e progressão funcional que se encontram, passando a observar, de ora em diante e para todos os fins, a nova denominação do cargo (Professor de Educação Física).

Art. 3º - Fica renomeado o cargo de Professor, e, reorganizado o Quadro de Docentes do Magistério Público Municipal, que integrará o Anexo I, Grupo Ocupacional I, da Lei Complementar nº 024/2007, conforme segue:

QUANTIDADE	CARGO	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO INICIAL
41	Professor Pedagogo	20 horas	Nível I 790,13
			Nível II 1.053,52
			Nível III 1.264,22

§1º - O cargo acima renomeado era denominado simplesmente Professor (Nível I, II e III) no Anexo I, Grupo Ocupacional I da Lei Complementar n. 024/2007, sendo que, os servidores efetivos ocupantes do cargo antigamente denominado Professor, permanecerão no mesmo nível e progressão funcional que se encontram, passando a observar, de ora em diante e para todos os fins, a nova denominação do cargo (Professor Pedagogo).

§2º - As atribuições e requisitos para provimento efetivo dos cargos renomeados pela presente Lei são as descritas no Anexo I da presente Lei, e passarão a integrar a Lei Complementar nº 024/07.

Art. 4º - As vagas que tratam a presente Lei, cuja necessidade de ocupação seja transitória ou emergencial, poderão ser preenchidas por servidores admitidos em caráter temporário – ACT, observando a conveniência da administração, e a prévia realização de Processo Seletivo nos termos da Lei Municipal 315/2004 e suas alterações.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reeditar o Anexo I da Lei Complementar nº 024/07, com as alterações impostas pela presente Lei.

Art. 6º - Aplica-se aos ocupantes das vagas e cargos ora criados, o Regime Jurídico estabelecido na Lei Complementar nº 008/01.

Art. 7º - Ficam mantidas as demais disposições da Lei Complementar n. 024/2007 e suas alterações.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 29 de outubro de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

## ANEXO I

### GRUPO OCUPACIONAL I: DOCENTE – DOC

#### 1 – PROFESSOR

QUANTIDADE	CARGO	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO INICIAL
05	Professor de Educação Física	20 horas	Nível I 790,13
			Nível II 1.053,52
			Nível III 1.264,22
02	Professor de Artes	20 horas	Nível I 790,13
			Nível II 1.053,52
			Nível III 1.264,22
01	Professor de Informática	40 horas	Nível I 1.580,26
			Nível II 2.107,04
			Nível III 2.528,44
41	Professor Pedagogo	20 horas	Nível I 790,13
			Nível II 1.053,52
			Nível III 1.264,22

#### 2 – DA HABILITAÇÃO

2.1 – Professor Nível I – Cursando Nível Superior na área de atuação, com registro no MEC, em período não inferior a 4ª fase (Somente

admitido para ACT).

2.2 – Professor Nível II – Habilitação obtida em curso de nível superior, com registro no MEC, de licenciatura plena na área de atuação.

2.3 - Professor Nível III – Habilitação obtida em curso de pós graduação, com especialização na área de atuação.

### 3 – DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO

3.1 – Centros de Educação Infantil, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, e Educação Jovens e Adultos - EJA.

### 4 – ESPECIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES

4.1 - Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; participar do processo de planejamento das atividades da escola; elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino; executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos; estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento; atualizar-se em sua área de conhecimento; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional; zelar pela aprendizagem do aluno; manter-se atualizado sobre a legislação de ensino; participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe; levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua classe; seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente; constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento; participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola; zelar pela disciplina e pelo material docente; atender a criança nas necessidades básicas: alimentação, sono, higiene, atividades recreativas e educativas; executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

## **LEI MUNICIPAL Nº 836/2015 ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO, AS METAS E OBJETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO, SEUS RECURSOS FINANCEIROS E AS BASES PARA A PREPARAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO 2016.**

LEI MUNICIPAL Nº 836/2015 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO, AS METAS E OBJETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO, SEUS RECURSOS FINANCEIROS E AS BASES PARA A PREPARAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO 2016.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município de Frei Rogério para o exercício de 2016, compreendendo:

I - as Metas Fiscais

II - as prioridades e metas da administração pública municipal;

III - a estrutura e organização dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições relativas à dívida pública municipal;

VI - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e

VIII - as disposições gerais.

### CAPÍTULO II

#### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentário de 2016 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

- Demonstrativo I - Metas Anuais;
- Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;
- Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;
- Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;
- Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;
- Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;
- Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;
- Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;
- Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
- Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;
- Anexo IX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;
- Anexo X - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações; e
- Anexo XI - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2016, são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2016 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Parágrafo único. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.

### CAPÍTULO III

#### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Para efeito desta Lei entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação; e

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

VIII - conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais, e as entidades privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

IX - descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes;

X - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

XI - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XII - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

XIII - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 4º O produto e a unidade de medida a que se refere o § 3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2014/ 2017.

§ 5º As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 6º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 7º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 8º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art. 5º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 6º Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, detalhada por categoria da programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), da seguridade social (S) ou de investimento das empresas estatais (I).

§ 2º Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

- I - pessoal e encargos sociais - 1;
- II - juros e encargos da dívida - 2;
- III - outras despesas correntes - 3;
- IV - investimentos - 4;
- V - inversões financeiras - 5; e
- VI - amortização da dívida - 6.

§ 3º A Reserva de Contingência, prevista no art. 22 desta Lei, será identificada pelo dígito "9", no que se refere ao grupo de natureza de

despesa.

§ 4º Nenhuma ação poderá conter, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias.

§ 5º A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - mediante transferência financeira:

a) a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades; ou

b) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou

II - diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 6º O orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§ 8º As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita e o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, será composto de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados nos artigos 2º e 22, incisos III, IV e parágrafo único da Lei nº 4.320, de 1964;

III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e

V - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentária a que se refere o inciso II deste artigo, os seguintes demonstrativos:

I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei nº 4.320 de 1964;

II - Receita por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

IV - Funções e Subfunções de Governo, conforme o Anexo 5, da Lei nº 4.320, de 1964;

V - Programa de Trabalho de Governo, conforme o Anexo 6, da Lei nº 4.320, de 1964;

VI - Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, conforme o Anexo 7, da Lei nº 4.320, de 1964;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos, conforme o Anexo 8, da Lei nº 4.320, de 1964;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções, conforme o Anexo 9, da Lei nº 4.320, de 1964;

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964 e art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964;

XI - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XII - da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;

XIII - demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394, de 1996;

XIV - demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização

dos Profissionais da Educação - FUNDEB;

XV - demonstrativo da receita corrente líquida com base no art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XVI - demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 2000; e

XVII - demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

Art. 8º A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e

II - justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

##### Seção I

##### Das Diretrizes Gerais

Art. 9º A estimativa da receita e a fixação da despesa, constante do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 10. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 11. Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 12. A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

##### Seção II

##### Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 13. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

##### Seção III

##### Do Incentivo à Participação Popular

Art. 14. O projeto de lei orçamentária anual, relativo ao exercício de 2016, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I - o princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 15. Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

##### Seção IV

##### Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 16. Na ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º O montante da limitação a ser procedida por cada Poder referido no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingencial.

§ 2º Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 3º No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I - com pessoal e encargos patronais; e



II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº 101 de 2000.

§ 4º Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

#### Seção V

##### Da Inclusão de Novos Projetos e Conservação do Patrimônio Público

Art. 17. Observadas as prioridades a que se refere o art. 3º desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das autarquias, dos fundos especiais, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista se:

I - houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III - estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio; e

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

#### Seção VI

##### Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 18. Para os efeitos do art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666 de 1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

#### Seção VII

##### Da Destinação de Recursos para Entidades Públicas e Privadas

Art. 19. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura e esporte ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emitida no exercício de 2015 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade; e

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

#### Seção VIII

##### Da Autorização para Custeio de Despesas de Competência da União e do Estado

Art. 20. A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesa de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

#### Seção IX

##### Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 21. O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, será representado, para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será de forma a evidenciar os recursos:

I - gerados pela empresa;

II - oriundos de transferências do Município;

III - oriundos de operações de crédito internas e externas; e

IV - de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

## Seção X

### Da Destinação de Reserva de Contingência

Art. 22. A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2016, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

## Seção XI

### Das Normas para Controle de Custos e Avaliação de Resultado

Art. 23. O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 24. A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 25. O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitadas os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações em nível de projeto e atividades financiados por estes recursos.

Art. 26. A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 27. No exercício financeiro de 2015, as despesas com pessoal dos Poderes Executivos e Legislativo observarão as disposições contidas nos art. 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 28. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º, do art. 169, da Constituição Federal, preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 29. Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº 101, de 2000 a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de saúde e de saneamento.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 30. A estimativa de receita que constará do projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

Art. 31. A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I - atualização da planta genérica de valores do município;

II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza;

V - revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto

a sua disposição;

VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia; e

VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

§ 2º A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

#### CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32. É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação limitada.

Art. 33. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 34. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo, utilizando os recursos previstos no art. 43. Da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 35. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de previa autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e da Constituição Federal.

§ 1º A lei orçamentária anual conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposição de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 36. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Frei Rogério, 29 de Outubro de 2015.  
OSNY BATISTA ALBERTON  
Prefeito Municipal

#### **LEI MUNICIPAL Nº. 837/2015 AUTORIZA ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS (SC).**

LEI MUNICIPAL Nº. 837/2015 29 DE OUTUBRO DE 2015.

AUTORIZA ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional no orçamento vigente, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$
ORGÃO	03	FUNDOS MUNICIPAIS	
Unidade:	01	DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Proj./Ativ.	2.076	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
ELEMENTO	3.3.90.00.00.00.00.0083	APLICAÇÕES DIRETAS	
	38	APLICAÇÕES DIRETAS	R\$ 100.000,00
	TOTAL		R\$ 100.000,00

Art. 2º - Para respaldo do crédito mencionado no artigo anterior ficam utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2014 no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), da fonte dos Recursos Próprios, para a Dotação orçamentária do orçamento corrente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 29 de outubro de 2015.  
OSNY BATISTA ALBERTON  
Prefeito Municipal

# Garopaba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 06 AO CONTRATO Nº 003/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

6º Termo Aditivo; Contrato nº 003/2014; Processo nº. 001/2014; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratado: AGOSTINHO ABREU; CPF: 344.917.759-15; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do referido Contrato por 60 (sessenta) dias, que vigência até 01/01/2016; Data da Assinatura: 29/10/2015.

# Garuva

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 164/2015

DECRETO Nº 164 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NO DECRETO Nº 36/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, Considerando a necessidade de retificação no art. 1º do Decreto nº 36 de 10 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

ART. 1º. Altera a redação do art. 1º do Decreto nº 36 de 10 de fevereiro de 2015, a qual passa a vigor nos seguintes termos:

"Art. 1º - Designar a Sra. VANESSA MARILYN BACKES NAGEL, Secretária Municipal de Saúde, para responder como gestora do Fundo Municipal de Saúde, do Fundo Municipal de Habitação e do Fundo Municipal do Desenvolvimento Social".

ART. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 131 de 26 de agosto de 2015.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### REPUBLICAÇÃO DECRETO Nº 161/2015

DECRETO Nº 161, de 22 de Outubro de 2015.

"Dispõe sobre aprovação de loteamento e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do processo administrativo n. 1291/2014 e tendo em vista a aprovação exarada pelo Setor de Cadastro da Prefeitura Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o plano de Loteamento "CONCEITO INDUSTRIAL PARQUE", com área total de 105.584,74 m², sendo constituído por 59 lotes, localizado à Avenida Getulio Dorneles Vargas, nesta Cidade e Comarca de Garuva, referente ao imóvel registrado sob a matrícula nº 1.173 do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Garuva, neste ato representado pelo proprietário senhor Odilson da Luz, brasileiro, divorciado, corretor de imóveis, portador da cédula de identidade nº 725.060-6 – SESP/SC e inscrito no CPF: 351.680.809-87, residente e domiciliado à Rua Antonio Schroeder, nº 103, bairro Barreiros, São José, Santa Catarina, distribuído da seguinte maneira:

I – 105.584,74 m² de área total;

II – 101.127,16 m² (95,78% ) de área loteável;

III – 61.060,69 m² (60,38%) da área loteável destinada aos lotes;

IV – 27.231,77 m² (26,93%) da área loteável destinada ao sistema viário

V – 9.896,70 m² (9,79%) da área loteável destinada à área comunitária e equipamentos públicos do Município;

VI – 2.938,00 m² (2,91%) de área verde, conforme compromisso de preservação, sendo mínimo de 40 m² por lote, como determinado no Anexo 4 da Instrução Normativa 03 da FATMA.

Art. 2º - As características dos lotes e quadras do Loteamento

"CONCEITO INDUSTRIAL PARQUE" são as constantes do memorial descritivo, anexado ao processo administrativo nº 1291/2014.

Art. 3º - A partir da data do registro do Loteamento no cartório de Registro de Imóveis, todas as áreas destinadas a arruamento e área comunitária, passarão a integrar o domínio e patrimônio do Município, conforme preceitua o artigo 22 da Lei Federal 6766 de 19/12/79.

Art. 4º - O Loteamento ora aprovado deve ser registrado na circunscrição imobiliária do Município e Comarca de Garuva, em consonância com o disposto no artigo 18, da Lei 6766/79, dentro de prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da publicação desse Decreto, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º - Os alvarás para edificação somente serão concedidos, após o registro do Loteamento, na forma determinada pelo artigo 4º deste Decreto, cumpridas as disposições do Termo de Compromisso e Plano de Execução de Obras, anexos a este Decreto.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal  
ANEXO I

### TERMO DE COMPROMISSO E PLANO DE EXECUÇÃO DE OBRAS

O MUNICÍPIO DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal JOSÉ CHAVES, doravante denominado somente PREFEITURA e de outro lado a proprietário senhor ODILSON DA LUZ, brasileiro, divorciado, corretor de imóveis, portador da cédula de identidade nº 725.060-6 – SESP/SC e inscrito no CPF: 351.680.809-87, residente e domiciliado à Rua Antonio Schroeder, nº 103, bairro Barreiros, São José, Santa Catarina, doravante denominado LOTEADOR, de comum acordo assinam o Termo de Acordo, formulado conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O LOTEADOR se compromete, a executar as obras de infra-estrutura no Loteamento "CONCEITO INDUSTRIAL PARQUE", localizado à Avenida Getulio Dorneles Vargas, quadro urbano do município de Garuva, referente ao imóvel registrado sob a matrícula nº 1.173 do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Garuva, com área total de 105.584,74 metros quadrados, cuja infra-estrutura corresponde a implantação sem ônus para a Prefeitura, das obras exigidas pela Legislação Federal, Estadual e Municipal, no prazo fixado no cronograma contido processo de aprovação e transcrito simplificada e na Cláusula Quinta.

Parágrafo Único - No caso de execução dos serviços pela Prefeitura, a Loteadora pagará os custos das obras e serviços, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial do débito.

a) A Loteadora se compromete a executar as obras a seguir enumeradas:

1 - Abertura das vias de circulação, com o respectivo marcos de alinhamento;

2 - Demarcação dos Lotes e Quadras;

3 - Drenagem, aterros e bueiros que se fizerem necessário, conforme projetos aprovados.

4 - Implantação da rede de distribuição de energia elétrica com iluminação pública;

5 - Rede de distribuição de água potável;

6 - Pavimentação e sinalização das vias de circulação.

7 – Paisagismo, arborização.



b) Do imóvel loteado restará distribuído nos seguintes quantitativos:

- 1 - Área dos lotes: 61.060,69 m<sup>2</sup>;
- 2 - Área das Ruas: 27.231,77 m<sup>2</sup>;
- 3 - Área destinada a equipamentos públicos (PMG): 9.896,70 m<sup>2</sup>;
- 4 - Área verde: 2.938,00 m<sup>2</sup>;

**CLÁUSULA SEGUNDA** - Os LOTEADORES darão em caução 10 (dez) lotes, representado pelo lotes 2 a 11 da quadra "C" do Loteamento "CONCEITO INDUSTRIAL PARQUE".

§ 1º - O loteamento será executado em uma única etapa.

§ 2º - Executadas as obras, a pedido do LOTEADOR, a PREFEITURA deverá emitir certidão de que a infra-estrutura do loteamento se encontra devidamente implantada e liberar da caução de todos os lotes gravados em garantia do presente, emitindo o devido alvará de liberação de caução, dando assim por cumprida as obrigações assumidas neste termo pelo LOTEADOR, nada mais tendo a realizar no respectivo loteamento.

§ 3º - Os lotes ora caucionados NÃO poderão ser comercializados, antes da emissão do respectivo alvará de liberação da caução.

§ 4º - O LOTEADOR deverá formalizar no ato do registro do Loteamento a HIPOTECA DOS LOTES CAUCIONADOS em favor da PREFEITURA, fazendo constar no respectivo registro a promessa de execução das obrigações, e no caso de inadimplência, os mesmos serão processados por meio de execução fiscal;

**CLAUSULA TERCEIRA** - O LOTEADOR poderá dispor livremente dos lotes não caucionados, podendo, entretanto, outorgar a escritura pública de compra e venda somente dos lotes servidos de infra-estrutura total, ficando claro e entendido que a medida que os lotes forem recebendo as melhorias aqui previstas, poderão ser escriturados, devendo para tanto o LOTEADOR requerer à PREFEITURA a fiscalização "in loco" dos serviços executados. Depois de procedida a fiscalização, a PREFEITURA, através da expedição de certidão pela Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, ou órgão que venha a substituí-la, devidamente visada pelo CHEFE DO EXECUTIVO, liberará para escrituração os lotes beneficiados.

§ 1º - O LOTEADOR deverá facilitar a fiscalização permanente da PREFEITURA, durante a execução dos serviços. Fica a responsabilidade da PREFEITURA disponibilizar funcionário para a fiscalização, não correspondendo à falta de fiscal motivo suficiente para que a loteadora paralise as obras do loteamento.

§ 2º - Em se comprometendo a venda por meio de contrato particular de compra e venda, a LOTEADORA deverá identificar o nome e a situação do loteamento no momento da venda bem como delimitar e identificar, por meio de marcos, a parcela individualizada.

§ 3º - O LOTEADOR deverá, além das condições aqui contidas, observar as demais imposições legais, no que se refere aos procedimentos para comercialização das unidades autônomas.

**CLAUSULA QUARTA** - O LOTEADOR transferirá, mediante escritura pública de doação e sem qualquer ônus para o Município, a propriedade das áreas destinadas ao sistema de circulação, implantação de equipamentos comunitários e espaços livres de uso público.

**CLÁUSULA QUINTA** - O Plano de Execução das obras do Loteamento obedecerá ao seguinte cronograma:

- Terraplanagem total - 120 dias
- Drenagem pluvial - 180 dias
- Rede de Esgoto - 150 dias
- Rede de distribuição de água potável - 150 dias
- Rede de distribuição de energia elétrica - 180 dias
- Pavimentação - 180 dias
- Sinalização Viária e paisagismo 180 dias

**CLÁUSULA SEXTA** - Todas as obras de implantação do loteamento serão concluídas no prazo máximo de 730 dias (2 anos), sendo que o prazo para realização das obras de infra-estrutura, constantes neste termo de compromisso, começará a contar da data da aprovação do loteamento pela PREFEITURA com o respectivo Decreto de Aprovação.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - A LOTEADORA obriga-se a executar todas as obras de infra-estrutura constantes no cronograma de obras aprovado pela Prefeitura, dentro do prazo de 2 (dois) anos improrrogáveis, sob pena de se assim não o fizer, sujeita-se, desde já a adjudicação dos lotes caucionados, em favor da Prefeitura Municipal de Garuva. Para o cumprimento do disposto nesta cláusula observar-se-á o contido no item b da cláusula primeira.

§ 1º - Se a PREFEITURA optar pela adjudicação dos lotes caucionados em garantia a execução das obras de infra-estrutura do loteamento, deverá ela realizar as obras garantidas pela caução.

§ 2º - Poderá a PREFEITURA, após findo o prazo de 02 anos para a loteadora executar as obras do loteamento, adjudicar os lotes caucionados e comercializá-los para cobrir os custos com a implantação da infra-estrutura, devendo o saldo remanescente, caso houver ser ressarcido ao LOTEADOR.

§ 3º - Não sendo suficiente o valor de comercialização dos lotes para cobrir os custos de infra-estrutura o LOTEADOR fica obrigado a pagar a diferença.

§ 4º - Fica claro que o custo com a infra-estrutura não poderá exceder ao valor de comercialização dos lotes, podendo apenas ficar como saldo remanescente, devendo ainda, ser observadas as obras já executadas pela LOTEADORA no cálculo dos custos remanescentes.

**CLÁUSULA OITAVA** - Executadas as obras constantes do memorial descritivo aprovado pela Prefeitura, os lotes dados em caução, serão liberados mediante comunicado formal da PREFEITURA ao Oficial do Cartório de Registro de Imóveis, onde o presente Instrumento de Compromisso de Garantia de Execução de Obras de Infra-Estrutura Urbana for levado à averbação, passando, na mesma ocasião, a ser comercializados por parte do LOTEADOR.

§ 1º - A constatação da conclusão das obras de infra-estrutura urbana acima mencionada será feita mediante inspeção que o setor competente da Prefeitura procederá, periodicamente para ao final, expedir certificado de conclusão das obras mencionadas.

§ 2º - Em caso de atraso na execução das obras de infra-estrutura urbana, acima mencionada, aludidas no cronograma de obras, o LOTEADOR será notificado formalmente para que dentro de 30 dias, complementemente os serviços e, caso não o façam, a área será automaticamente revertida à Prefeitura, que intervirá para a regularização do empreendimento, obedecida as disposições aplicáveis e exigidos os direitos e deveres constantes das Leis Federal nº 6.766/79 e Lei Estadual 6063/82.

§ 3º - Verificando que a LOTEADORA executou as obras de infra-estrutura, a PREFEITURA expedirá certificado de conclusão dos trabalhos, ficando o LOTEADOR livre de qualquer solicitação futura no que se refere às referidas obras, incumbida a PREFEITURA de promover manutenção das mesmas, mediante sua intervenção direta ou das concessionárias dos serviços públicos.

**CLÁUSULA NONA** - Caso a PREFEITURA venha a realizar obras, poderá, ao invés de reverter para o seu patrimônio a área caucionada, cobrar o valor referido.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - O LOTEADOR deverá submeter a registro imediato o Loteamento no Cartório de Registro de Imóvel. Se não registrado no prazo legal, revoga-se automaticamente a aprovação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Fica desde já designado o Foro da Comarca de Garuva, para serem, discutidas todas as dúvidas oriundas deste instrumento, com renúncia aos demais.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Termo de Compromisso em duas vias de igual teor e forma.

Garuva-SC, 22 de outubro de 2015.

Prefeitura Municipal de Garuva	Odilson da Luz
Prefeito Municipal	Loteador



**CERTIDÃO DE APROVAÇÃO DE LOTEAMENTO****"CONCEITO INDUSTRIAL PARQUE"**

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, autoridade certificadora deste instrumento de aprovação do loteamento "CONCEITO INDUSTRIAL PARQUE", que está localizado à Avenida Getúlio Dorneles Vargas, quadro urbano deste Município e Comarca de Garuva, sob a matrícula n.º 1.173, livro 02 - Registro Geral de Imóveis da 1ª Circunscrição dessa Comarca de Garuva, de propriedade de ODL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, representada por seu sócio administrador ODILSON DA LUZ, brasileiro, divorciado, corretor de imóveis, portador da cédula de identidade nº 725.060-6 – SESP/SC e inscrito no CPF: 351.680.809-87, residente e domiciliado à Rua Antonio Schroeder, nº 103, bairro Barreiros, São José, Santa Catarina. Certifica que o referido Loteamento foi devidamente aprovado pelo Decreto Municipal nº 160, publicado em 28 de outubro de 2015 com os seguintes objetivos que deverão ser levados a efeito:

- 1 - Registro do Termo de Acordo no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Garuva;
- 2 - Registro imediato do Loteamento no Cartório de Registro de Imóveis;
- 3 - Lavratura de Escritura Pública de Doação de duas áreas da Prefeitura Municipal de Garuva, uma com 5.344,05 m² e outra com 4.552,65 m², totalizando 9896,70 m² (9,79%), e áreas destinadas ao sistema viário com 27.231,77 m² (26,93%), ao Município de Garuva;
- 4 - Lavratura da Escritura de Hipoteca das áreas postas como garantia pela execução;
- 5 - A comprovação das providências mencionadas nos itens 2, 3 e 4, será feita mediante Certidão do Cartório de Registro de Imóveis.

Garuva (SC), 22 de outubro de 2015.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**REPUBLICAÇÃO LEI COMPLEMENTAR Nº 88/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 88, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

"Dispõe sobre o funcionamento de escritórios virtuais e seus usuários no Município e dá outras providências".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legal do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Será concedido Alvará de Licença para Localização e Funcionamento aos Escritórios Virtuais e seus usuários, nos termos da Lei Municipal Nº 53/69, de 22 de dezembro de 1969 (Código de Posturas), e da Lei Complementar Municipal Nº 026/2005, de 23 de dezembro de 2005 (Código Tributário Municipal).

§ 1º Consideram-se Escritórios Virtuais aqueles destinados à prestação de serviços de suporte administrativo para pessoas físicas ou jurídicas.

§ 2º Consideram-se usuários as pessoas físicas ou jurídicas que se utilizem dos serviços de suporte administrativo prestados pelos Escritórios Virtuais.

§ 3º Os usuários, pessoas físicas ou jurídicas que, pelo seu ramo de atividade, necessitem de estrutura física organizada (estabelecimento) para a produção ou circulação de bens ou serviços, não poderão utilizar o endereço dos Escritórios Virtuais para se estabelecer.

§ 4º Os usuários, pessoas físicas ou jurídicas que, pelo seu ramo de atividade, não necessitem de estrutura física organizada (estabelecimento) para a produção ou circulação de bens ou serviços,

poderão utilizar o endereço dos Escritórios Virtuais como endereço fiscal.

Art. 2º Os estabelecimentos definidos como Escritório Virtual, na forma do § 1º, do artigo 1º, desta Lei, são obrigados a:

I - inscrever-se no Município e obter o Alvará para Localização e Funcionamento;

II - permanecer em funcionamento, no mínimo, em horário comercial;

III - oferecer estrutura para recepção de pessoas, documentos, mensagens e encomendas, manter serviços de atendimento telefônico;

IV - manter no local o Alvará para Localização e Funcionamento original dos respectivos usuários, bem como cópias autenticadas dos atos constitutivos e do CNPJ dos usuários, se pessoas jurídicas, para imediata apresentação à fiscalização;

V - manter procuração com poderes para receber, em nome dos usuários, notificações, intimações, citações, judiciais ou extrajudiciais, e outras comunicações dos órgãos públicos;

VI - apresentar a documentação fiscal dos usuários sempre que solicitada e nos prazos assinalados pelos agentes fiscais do Município;

VII - disponibilizar, no estabelecimento, local e demais condições ao trabalho dos agentes fiscais;

VIII - comunicar ao setor competente da Prefeitura Municipal, imediatamente, qualquer alteração nos dados dos usuários que possa influir na arrecadação ou fiscalização de suas atividades;

IX - não manter no estabelecimento produtos, maquinários ou equipamentos não relacionados às suas atividades.

Art. 3º As pessoas físicas ou jurídicas definidas no § 4º, do artigo 1º, desta Lei, são obrigadas a:

I - inscrever-se no Município e obter o Alvará para Localização e Funcionamento;

II - Fornecer ao estabelecimento referido no § 1º, do artigo 1º, desta Lei, o respectivo Alvará para Localização e Funcionamento, escrituração fiscal relativa ao ISSQN, bem como cópias autenticadas dos atos constitutivos e do CNPJ, se pessoas jurídicas, para apresentação à fiscalização;

III - fornecer ao estabelecimento referido no § 1º, do artigo 1º, desta Lei, procuração com poderes para receber, em nome do usuário, notificações, intimações, citações, judiciais ou extrajudiciais, e outras comunicações dos órgãos públicos.

Art. 4º A não observância, pelos estabelecimentos referidos no § 1º, do artigo 1º, desta Lei, de qualquer das obrigações constantes no artigo 2º, desta Lei, será punida com:

I - multa no valor equivalente a 250,00 (Duzentas e cinquenta) Unidades Fiscais Municipais - UFM, para os estabelecimentos que tenham até 10 (dez) usuários;

II - multa no valor equivalente a 400,00 (Quatrocentas) Unidades Fiscais Municipais - UFM, para os estabelecimentos que tenham acima de 10 (dez) usuários.

§ 1º Na reincidência da infração a multa será aplicada em dobro, respeitados os critérios dos incisos deste artigo.

§ 2º Será cassado o Alvará para Localização e Funcionamento dos estabelecimentos previstos neste artigo quando estes reincidirem por 05 (cinco) vezes no mesmo dispositivo legal.

Art. 5º A não observância, pelas pessoas físicas ou jurídicas referidas no § 4º, do artigo 1º, desta Lei, de qualquer das obrigações constantes no artigo 3º, desta Lei, será punida com multa no valor equivalente a 250,00 (Duzentas e cinquenta) Unidades Fiscais Municipais - UFM.

§ 1º Na reincidência da infração a multa será aplicada em dobro.

§ 2º Será cassado o Alvará para Localização e Funcionamento dos usuários quando estes reincidirem por 03 (três) vezes no mesmo dispositivo legal.

Art. 6º O prazo para recolhimento da multa ou apresentação de defesa será de 15 (quinze) dias, contados da ciência do auto de infração.

Art. 7º Entende-se por reincidência a nova infração, violando a mesma regra, cometida pelo mesmo infrator, dentro do prazo de 05 (cinco) anos da data da infração anterior.

Art. 8º Os estabelecimentos referidos no § 1º, do artigo 1º, desta Lei, poderão, antes de constatada a infração pela autoridade tributária, denunciar as pessoas físicas ou jurídicas que não cumprirem com as obrigações definidas no artigo 3º, desta Lei, isentando-se, dessa forma, da punição correspondente à infração.

Art. 9º O disposto nesta Lei não dispensa o cumprimento, pelos estabelecimentos e usuários, das obrigações preceituadas na legislação municipal.

Art. 10. Os estabelecimentos referidos nos § 1º e § 2º, do artigo 1º, desta Lei, deverão adequar-se aos termos desta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

José Chaves  
Prefeito Municipal

## RESULTADO FINAL CONCURSO DE REMOÇÃO EDITAL Nº 01/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA			
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
EDITAL 001/2015			
CONCURSO DE REMOÇÃO			
RESULTADO FINAL			
EDUCAÇÃO FÍSICA			
Nº Inscrição	Nome	Opção	Carga Horária
2	Monise Nagel M.da Silva	Pré Escolar Dente De Leite	20h
6	Marizete Augusto Stockhausen	EM Tancredo de Almeida Neves	20h
8	Cibele Rodrigues	Pré Escolar Dente De Leite	20h
ANOS INICIAIS			
Nº Inscrição	Nome	Opção	Carga Horária
1	Luciany E.M.P.Boeing	E.M. Maria Martins Budal	40h
4	Mirza C.Santos Marques	E.M. Tancredo de Almeida Neves	40h
5	Odete Daniel da Cruz	E.M. Vicente Vieira	20h
7	Ana Telma Gomes Guimarães	E.M. Vicente Vieira	40h
LÍNGUA PORTUGUESA			
Nº Inscrição	Nome	Opção	Carga Horária
3	Maria Lucia Avanzi da Cunha	E.M. Vicente Vieira	10h
JUCILENE FURLAN			
Presidente da Comissão			

# Gaspar

**PREFEITURA**

**DECRETO Nº 6.607, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 6.607, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

ANULA E SUPLEMENTA SALDO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO  
ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II, V e VI, da Lei Municipal nº 3.620, de 27 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente da secretaria municipal de PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO:

Órgão: 09 secretaria municipal de PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Unidade: 19 secretaria municipal de PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Função: 15 URBANISMO	
SubFunção: 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	
Programa: 0019 Constr. Manut. Melh. Na Infra do Munic. Pela Sec. Planej. E Desenv.	
Atividade: 1095 Qualificação e Pavimentação de Vias e Corredores	
Dotação: 343 4.4.90.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 2.829,80

Art. 2º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente no FUNDO municipal de SAÚDE:

Órgão: 06 FUNDO municipal de SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO municipal de SAÚDE	
Função: 10 SAÚDE	
SubFunção: 304 VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2128 Ampliar, Manter e Equipar os Programas da Vigilância em Saúde	
Dotação: 138 3.3.90.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
SubFunção: 302 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2138 Ampliar, Manter e Equipar As Ações de Média e Alta Complexidade	
Dotação: 139 3.3.90.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
Dotação: 143 3.3.90.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 29.000,00
Dotação: 147 3.3.90.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 3.000,00
Dotação: 154 3.3.90.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
Dotação: 155 3.3.90.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
SubFunção: 301 ATENÇÃO BÁSICA	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2122 Ampliar, Manter e Equipar As Ações da Atenção Básica	
Dotação: 140 3.3.90.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 45.000,00
Dotação: 137 3.3.90.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Dotação: 141 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 8.000,00
Dotação: 142 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 3.000,00
Dotação: 148 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 13.000,00
Dotação: 149 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
Dotação: 150 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 8.000,00
Dotação: 151 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
Dotação: 152 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 4.500,00
Atividade: 1163 Construção e Reforma das Unidades de Saúde	
Dotação: 144 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 84.104,52
Dotação: 145 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 84.104,52
Dotação: 146 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 84.104,52
SubFunção: 305 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2128 Ampliar, Manter e Equipar os Programas da Vigilância em Saúde	
Dotação: 136 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 25.944,40

Art. 3º Ficam anulados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente no Fundo Municipal de Assistência Social:

Órgão: 10 FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social	
Função: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL	
SubFunção: 244ASSISTÊNCIA COMUNITARIA	
Programa: 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social	
Atividade: 2164 Manter Ações de Desenvolvimento Social	
Dotação: 33 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 24.228,80

Art. 4º Por conta da anulação do art. 3º fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no Fundo Municipal de Assistência Social:

Órgão: 10 FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social	
Função: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL	
SubFunção: 244ASSISTÊNCIA COMUNITARIA	
Programa: 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social	
Atividade: 2164 Manter Ações de Desenvolvimento Social	
Dotação: 32 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 24.228,80

Art. 5º Fica suplementado, por excesso de arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente no FUNDO municipal de SAUDE:

Órgão: 06 FUNDO municipal de SAÚDE
Unidade: 11 FUNDO municipal de SAÚDE
Função: 10 SAÚDE
SubFunção: 301 ATENÇÃO BÁSICA
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
Atividade: 1163 Construção e Reforma das Unidades de Saúde

Dotação: 153 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 48.000,00
---	------------------

Art. 6º Ficam anulados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente na Fundação Municipal de ESPORTES:

Órgão: 12 Fundação Municipal de ESPORTES	
Unidade: 25 Fundação Municipal de ESPORTES	
Função: 27 DESPORTO E LAZER	
SubFunção: 812 DESPORTO COMUNITÁRIO	
Programa: 0028 Gestão da Fundação Municipal de Esportes de Gaspar	
Atividade: 2162 Manutenção da Fundação Municipal de Esportes, Ginásios, Progr	
Dotação: 12 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 4.000,00
Dotação: 15 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 2.065,00
Dotação: 16 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 8.000,00

Art. 7º Por conta da anulação do art. 6º fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na Fundação Municipal de ESPORTES:

Órgão: 12 Fundação Municipal de ESPORTES	
Unidade: 25 Fundação Municipal de ESPORTES	
Função: 27 DESPORTO E LAZER	
SubFunção: 812 DESPORTO COMUNITÁRIO	
Programa: 0028 Gestão da Fundação Municipal de Esportes de Gaspar	
Atividade: 2162 Manutenção da Fundação Municipal de Esportes, Ginásios, Progr	
Dotação: 10 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 10.065,00
Dotação: 19 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 4.000,00

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de outubro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

### DECRETO Nº 6.608, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 6.608, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.

NOMEIA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR GERAL ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, O SERVIDOR ADEMOR LUIZ MACHADO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 01 de novembro de 2015, o servidor ADEMOR LUIZ MACHADO, CPF nº 506.176.649-00, para o cargo em comissão de Diretor Geral Administração e Finanças, Nível CC, Ref. 64, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 27 de outubro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

### PORTARIA Nº 3.828, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.828, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO ESPECIAL EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2015, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE EMPRESA NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS TP 22/2015 E TP 134/2015 LANÇADOS PELO MUNICÍPIO DE GASPAR.

CLEONES HOSTINS, Secretário Municipal de Saúde do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 73, da Lei Orgânica do Município, no cumprimento dos deveres e atribuições estabelecidos na Lei nº 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 10 (dez) dias, a partir de 01 de novembro de 2015, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial em relação ao Processo Administrativo nº 01/2015, instaurado para apurar a responsabilidade de empresa nos processos licitatórios TP 22/2015 e TP 134/2015 lançados pelo Município de Gaspar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de outubro de 2015.

CLEONES HOSTINS

Secretário Municipal de Saúde

### PORTARIA Nº 3.829, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.829, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO ESPECIAL EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2015, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE EMPRESA NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS TP 221/2014, TP 224/2014 E TP 107/2015 LANÇADOS PELO MUNICÍPIO DE GASPAR.

MARLENE ALMEIDA, Secretária Municipal de Educação do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 73, da Lei Orgânica do Município, no cumprimento dos deveres e atribuições estabelecidos na Lei nº 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 10 (dez) dias, a partir de 01 de novembro de 2015, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial em relação ao Processo Administrativo nº 02/2015, instaurado para apurar a responsabilidade de empresa nos processos licitatórios TP 221/2014, TP 224/2014 e TP 107/2015 lançados pelo Município de Gaspar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de outubro de 2015.

MARLENE ALMEIDA

Secretária Municipal de Educação



**PORTARIA RH 112/2015**  
MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 112/2015

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) ANGELITA CESARINA WISBECK COMANDOLLI, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 10/02/2003 a 07/03/2008, devendo folgar a partir de 03/11/2015 a 31/01/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de outubro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000 - Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

---

**SAMAE - GASPAR**

---

**PORTARIA N. 80 DE 28 DE OUTUBRO DE 2015**

PORTARIA Nº. 80, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015.

DETERMINA abertura de procedimento administrativo de SINDICÂNCIA para apurar o desaparecimento de 03 (três) válvulas reguladoras de pressão, sendo uma de 200mm e duas de 110mm, no interior do almoxarifado do SAMAE.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº. 3.146, de 15 de outubro de 2009 e de acordo com a Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991, considerando os termos esculpidos no corpo do Memorando Interno nº. 1069, datado de 22 de outubro de 2015, subscrito pelo Diretor Geral Marcelo Poffo,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica instaurado procedimento administrativo de SINDICÂNCIA para apurar as informações descritas no corpo do Memorando Interno nº. 1069, datado de 22 de outubro de 2015, subscrito pelo Diretor Geral Marcelo Poffo.

Pela leitura daquele memorando, extrai-se que desapareceram (sumiram) 03 (três) válvulas reguladoras de pressão, sendo uma de 200mm e duas de 110mm, no interior do almoxarifado do SAMAE.

Art. 2º. O procedimento administrativo de SINDICÂNCIA será conduzido pela Comissão Permanente nomeada através da Portaria nº. 46/2013, datada de 10 de setembro de 2013, a qual é composta pelos seguintes servidores: i) Gisele de Souza Bonin, ocupante do cargo de provimento efetivo de telefonista; ii) Ivan Sandro Bruke, ocupante do cargo de provimento efetivo de leiturista; e iii) Giovane Ribeiro, ocupante do cargo de provimento efetivo de operador de ETA, para sob a presidência da primeira.

Art. 3º. O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º. Os servidores designados para participar da Comissão

ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como, para composição do relatório final.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 28 de outubro de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor-Presidente

**PORTARIA N. 81 DE 28 DE OUTUBRO DE 2015**

PORTARIA Nº. 81, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015.

DETERMINA abertura de procedimento administrativo de SINDICÂNCIA para apurar o desaparecimento de 01 (uma) furadeira de alto impacto registrada no patrimônio do SAMAE.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº. 3.146, de 15 de outubro de 2009 e de acordo com a Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991, considerando os termos esculpidos no corpo do Memorando Interno nº. 1068, datado de 22 de outubro de 2015, subscrito pelo Diretor Geral Marcelo Poffo,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica instaurado procedimento administrativo de SINDICÂNCIA para apurar as informações descritas no corpo do Memorando Interno nº. 1068, datado de 22 de outubro de 2015, subscrito pelo Diretor Geral Marcelo Poffo.

Pela leitura daquele memorando, extrai-se que desapareceu (sumiu) 01 (uma) furadeira de alto impacto registrada no patrimônio do SAMAE.

Art. 2º. O procedimento administrativo de SINDICÂNCIA será conduzido pela Comissão Permanente nomeada através da Portaria nº. 46/2013, datada de 10 de setembro de 2013, a qual é composta pelos seguintes servidores: i) Gisele de Souza Bonin, ocupante do cargo de provimento efetivo de telefonista; ii) Ivan Sandro Bruke,

ocupante do cargo de provimento efetivo de leiturista; e iii) Giovane Ribeiro, ocupante do cargo de provimento efetivo de operador de ETA, para sob a presidência da primeira.

Gaspar, 28 de outubro de 2015.  
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor-Presidente

Art. 3º. O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º. Os servidores designados para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como, para composição do relatório final.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 28 de outubro de 2015.  
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor-Presidente

### **PORTARIA N. 82 DE 28 DE OUTUBRO DE 2015**

PORTARIA Nº. 82, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015.

DETERMINA abertura de procedimento administrativo de SINDICÂNCIA para apurar o extravio de 02 (dois) certificados veiculares de veículos de propriedade do SAMAE.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº. 3.146, de 15 de outubro de 2009 e de acordo com a Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991, considerando os termos esculpidos no corpo do requerimento datado de 19 de outubro de 2015, subscrito pelo Assessor Administrativo Aldo Avosani.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Fica instaurado procedimento administrativo de SINDICÂNCIA para apurar as informações descritas no requerimento datado de 19 de outubro de 2015, subscrito pelo Assessor Administrativo Aldo Avosani.

Pela leitura daquele requerimento, extrai-se que houve o extravio de 02 (dois) certificados veiculares dos seguintes veículos: i) motocicleta Honda CG 150 Titan KS placa MCX 5423 – Renavam 855536861 e ii) Chevrolet Montana LS placas MJQ 6943 – Renavam 551002506.

Art. 2º. O procedimento administrativo de SINDICÂNCIA será conduzido pela Comissão Permanente nomeada através da Portaria nº. 46/2013, datada de 10 de setembro de 2013, a qual é composta pelos seguintes servidores: i) Gisele de Souza Bonin, ocupante do cargo de provimento efetivo de telefonista; ii) Ivan Sandro Bruke, ocupante do cargo de provimento efetivo de leiturista; e iii) Giovane Ribeiro, ocupante do cargo de provimento efetivo de operador de ETA, para sob a presidência da primeira.

Art. 3º. O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º. Os servidores designados para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como, para composição do relatório final.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



# Grão Pará

## PREFEITURA

### DECRETO DF 069/2015 - ORÇAMENTO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 000069/15 de 29 de Outubro de 2015**

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001981/14 de 16 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

**06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

(061)3.1.90.00.00.00.00.2.013-0019 - Aplicacoes Diretas	1.243,37
(072)3.1.90.00.00.00.00.2.014-0019 - Aplicacoes Diretas	2.432,52

<b>Total Suplementação:</b>	<b>3.675,89</b>
-----------------------------	-----------------

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

**06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

(060)3.1.90.00.00.00.00.2.013-0018 - Aplicacoes Diretas	980,24
(064)3.3.90.00.00.00.00.2.013-0019 - Aplicacoes Diretas	263,13
(071)3.1.90.00.00.00.00.2.014-0018 - Aplicacoes Diretas	2.432,52

<b>Total Anulação:</b>	<b>3.675,89</b>
------------------------	-----------------

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 29 de Outubro de 2015.**

**AMILTON ASCARI**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 29 de Outubro de 2015.

**DIONE HEINZEN**

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO 12.2015 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 12/2015

Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA

Contratada....: JJS DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA

Valor ..... : 3.000,00 (três mil reais)

Vigência ..... : Início: 29/10/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CAPACITAÇÃO DE 16 (DEZESSEIS) HORAS REFERENTE AO SUAS, PARA OS PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE DO CRAS, SCFV E ORGÃO GESTOR, VISANDO A MELHORIA DA CAPACIDADE TÉCNICA DOS PARTICIPANTES NA EXECUÇÃO DE SUAS ATIVIDADES.

### GABARITO FINAL EDITAL 006.2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 006/2015

O Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, Sr. ROQUE LUIZ MENEHINI, no uso de suas atribuições, com base nas Leis Municipais nº 1.940/06 de 27 de novembro de 2006, nº 1.651/2002 de 09 de janeiro de 2002, nº 1.705/2002 de 11 de dezembro de 2002, nº 1.824/2005 de 25 de fevereiro de 2005 e Lei Orgânica do Município e suas atualizações, torna público aos interessados, o GABARITO FINAL (Após os recursos).

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE					TÉCNICO EM ENFERMAGEM				
	Tipo de Prova					Tipo de Prova			
	1	2	3	4		1	2	3	4
1	A	B	C	D	1	C	D	A	B
2	A	B	C	D	2	B	C	D	A
3	D	A	B	C	3	D	A	B	C
4	B	C	D	A	4	A	B	C	D
5	C	D	A	B	5	D	A	B	C
6	B	C	D	A	6	A	B	C	D
7	B	C	D	A	7	C	D	A	B
8	A	B	C	D	8	B	C	D	A
9	C	D	A	B	9	A	B	C	D
10	D	A	B	C	10	C	D	A	B
11	D	A	B	C	11	B	C	D	A
12	C	D	A	B	12	C	D	A	B
13	C	D	A	B	13	C	D	A	B
14	B	C	D	A	14	B	C	D	A
15	D	A	B	C	15	D	A	B	C
16	A	B	C	D	16	A	B	C	D
17	C	D	A	B	17	C	D	A	B
18	A	B	C	D	18	A	B	C	D
19	C	D	A	B	19	C	D	A	B

20	B	C	D	A		20	B	C	D	A
MÉDICO						ENFERMEIRA				
	Tipo de Prova					Tipo de Prova				
	1	2				1	2	3	4	
1	D	A			1	A	B	C	D	
2	B	C			2	D	A	B	C	
3	A	B			3	A	B	C	D	
4	C	D			4	B	C	D	A	
5	A	B			5	C	D	A	B	
6	A	B			6	B	C	D	A	
7	B	C			7	A	B	C	D	
8	D	A			8	C	D	A	B	
9	C	D			9	D	A	B	C	
10	C	D			10	A	B	C	D	
11	D	A			11	C	D	A	B	
12	D	A			12	D	A	B	C	
13	C	D			13	C	D	A	B	
14	B	C			14	B	C	D	A	
15	A	B			15	A	B	C	D	
16	D	A			16	D	A	B	C	
17	C	D			17	C	D	A	B	
18	A	B			18	A	B	C	D	
19	C	D			19	C	D	A	B	
20	B	C			20	B	C	D	A	

Guaraciaba - SC, 29 de outubro de 2015.

ROQUE LUIZ MENEHINI

PREFEITO MUNICIPAL

### HOMOLOGAÇÕES PROCESSO 19 E 20.2015 FMAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015

PROCESSO Nº 19/2015 HOMOLOGAÇÃO: 29/10/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA REALIZAÇÃO DE CONFRATERNIZAÇÃO DOS GRUPOS DE IDOSOS DO MUNICÍPIO, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 21 DE NOVEMBRO NAS DEPENDÊNCIAS DO CTG FRONTEIRA DO OESTE DE GUARACIABA - SC.

CONTRATADO: MERCADO KIKO LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.235,79 (oito mil duzentos e trinta e cinco reais e setenta e nove centavos)

CONTRATADO: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.267,45 (quatro mil duzentos e sessenta e sete reais e quarenta e cinco centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015

PROCESSO Nº 20/2015 HOMOLOGAÇÃO: 29/10/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CAPACITAÇÃO DE 16 (DEZESSEIS) HORAS REFERENTE AO SUAS, PARA OS PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE DO CRAS, SCFV E ORGÃO GESTOR,

VISANDO A MELHORIA DA CAPACIDADE TÉCNICA DOS PARTICIPANTES NA EXECUÇÃO DE SUAS ATIVIDADES.

CONTRATADO: JJS DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.000,00 (três mil reais)

## RESULTADO FINAL EDITAL 006.2015

DECRETO Nº 295/2015, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 006/2015 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ROQUE LUIZ MENECHINI, Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, homologa o Resultado Final relativo ao Edital de Processo Seletivo nº 006/2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Final (Após os Recursos) do Processo Seletivo nº 006/2015 da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (*MICRO ÁREA 24)   Modalidade A								
Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
4	102258	Kerli Krause	22/04/1988	3,00	0,70	0,35	4.05	1º
2	109778	Zelinda Zonta Blau	16/08/1970	2,40	0,35	0,35	3.10	Desc.
8	102701	Elizane Boschetti De Quadra	18/12/1991	2,40	0,35	0,35	3.10	Desc.
3	103422	Andrea Dos Santos	21/03/1989	1,80	0,70	0,35	2.85	Desc.
6	109895	Juleide Schneider	17/02/1992	2,40	0,00	0,35	2.75	Desc.
1	107094	Cheila Hütther	29/10/1991	1,80	0,35	0,00	2.15	Desc.
7	111779	Nelis Fatima Borla Santin	22/03/1967	1,20	0,35	0,35	1.90	Desc.
5	108079	Simone Rinaldi	26/07/1986	0,60	0,00	0,00	0.60	Desc.
ENFERMEIRA   Modalidade A								
Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
20	102605	Taissana Dezanetti	03/05/1991	4,20	1,40	1,05	6.65	1º
11	109052	Danielly Ferrari Dos Santos	17/09/1992	3,00	1,05	0,70	4.75	2º
10	106134	Jessica Luana Wronski	20/06/1993	3,00	1,05	0,70	4.75	3º
15	111760	Eliamar Baranoski	05/02/1980	2,40	1,40	0,35	4.15	4º
22	106002	Lediane Nicloti	04/11/1993	2,40	0,70	1,05	4.15	5º
23	111827	Juliana Zanin	27/11/1983	3,00	0,70	0,35	4.05	6º
19	107745	Claci Chiele Baptistella	13/09/1982	2,40	1,05	0,35	3.80	Desc.
12	111211	Urssula Ritzel	09/08/1993	1,80	1,40	0,35	3.55	Desc.
21	103314	Franciele Schwaab	31/08/1989	2,40	0,70	0,00	3.10	Desc.
13	107338	Talita Maria Cadona	11/10/1993	1,80	0,70	0,35	2.85	Desc.
14	104435	Carin Daniela Doring	07/02/1989	0,00	1,05	0,35	1.40	Desc.
MÉDICO   Modalidade A								
Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
25	109788	Eridson Posttal Marques	30/03/1978	3,60	0,35	0,00	3.95	Desc.
TÉCNICO EM ENFERMAGEM   Modalidade A								
Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
29	110214	Rita De Cassia Roberto Hernandez Colhado	13/11/1976	2,40	1,05	0,35	3.80	Desc.
28	109307	Samara Negri	26/05/1980	2,40	0,70	0,00	3.10	Desc.
27	110962	Marta Aparecida Guedes	08/01/1991	1,80	0,35	0,35	2.50	Desc.

Art. 2º. Os desempates estão de acordo com o Item 7 do Edital.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guaraciaba - SC, 29 de Outubro de 2015.

ROQUE LUIZ MENECHINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

# Guaramirim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 565/2015

DECRETO Nº. 565/2015

Acrescenta dispositivo no Decreto nº. 470/2015, que Estabelece medidas visando a contenção e redução dos gastos públicos na Administração Pública Municipal.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Acrescenta inciso VI, ao art. 3º, do Decreto nº. 470/2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º. Fica criada a Comissão de Controle e Redução de Gastos Públicos, não remunerada, que será composta por:

[...]

VI – Diretor de Suprimentos.”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº. 566/2015

DECRETO Nº. 566/2015

Aprova a Instrução Normativa nº. 01/2015, que regulamenta o procedimento para a realização de licitações de obras, compras de produtos e insumos e contratação de serviços para a Prefeitura Municipal.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Aprovar a Instrução Normativa nº. 01/2015, em anexo, editada pelo Colegiado do Controle Interno, que regulamenta o procedimento para a realização de licitações de obras, compras de produtos e insumos e contratação de serviços para a Prefeitura Municipal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado no DOM/SC, edição nº. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

INSTRUÇÃO NORMATIVA 001/2015

REGULAMENTA O PROCEDIMENTO PARA A REALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES DE OBRAS, COMPRAS DE PRODUTOS E INSUMOS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Colegiado do Controle Interno, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando a necessidade de se estabelecer critérios técnicos a serem observados na deflagração dos procedimentos de Licitações; Considerando a necessidade de adequação à Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, e suas alterações posteriores.

Considerando a necessidade de adequação à Lei nº 10.520/02, que Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

Resolve emitir a seguinte Instrução Normativa:

#### CAPÍTULO I

#### DO TRÂMITE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÕES

Art. 1º O interessado deverá elaborar a “Requisição ao Compras”, documento padrão que se encontra disponível eletronicamente no sítio [www.guaramirim.gov.br](http://www.guaramirim.gov.br) - IPM, solicitando a compra e/ou contratações de obras ou serviços, devidamente assinado, e encaminhar para o Órgão da Administração ao qual estiver vinculado, para autorização da abertura do processo administrativo de compras. Parágrafo único. Deverão vir anexados a “Requisição ao Compras” os seguintes documentos:

I - “Estimativa de Impacto Orçamentário” e “Declaração de adequação orçamentária e financeira”;

II - Justificativa fundamentada da compra e contratações de obras ou serviços, demonstrando o interesse público;

III – Pesquisa de preços com o mínimo de 03 (três) orçamentos;

a) As propostas de preços (orçamentos) deverão conter a especificação do objeto a ser adquirido (compra, serviço ou obras), o valor unitário por item, valor total da aquisição, prazo de validade, carimbo do CNPJ, assinatura do representante legal ou pessoa autorizada. Nos casos em que os orçamentos forem processados via internet, preferencialmente converter para formato digital através de um scanner, não sendo possível este procedimento imprimir as propostas contendo o endereço eletrônico da empresa e do site impressos no cabeçalho e no rodapé da folha;

IV – Termo de Referência ou Projeto Básico com a especificação do objeto que deve conter no mínimo os seguintes tópicos:

- a) Objeto;
- b) Justificativa;
- c) Quantidade, se for o caso;
- d) Forma de Fornecimento ou execução;
- e) Local para entrega ou execução;
- f) Prazo para entrega ou execução;
- g) Condições de recebimento do bem ou serviço;
- h) Formalização e prazo de vigência do contrato, se for o caso;
- i) Prazo de garantia;
- j) Previsão dos materiais, instalações, ou equipamentos necessários;
- k) Indicação de pessoal técnico adequado;
- l) Capacidade técnica necessária;
- m) Planilha de composição de custos;
- n) Vistoria técnica e a as regras pertinentes;
- o) Amostra;
- p) Condições de pagamento;
- q) Acompanhamento e fiscalização do contrato;



- r) Estimativa de custo;
- s) Subcontratação, se permitida;
- t) Participação de consórcio, se for o caso.

Art. 2º A Secretaria responsável encaminhará o processo de compras para a Secretaria de Administração, para bloqueio da despesa na dotação orçamentária correspondente, e, em seguida, os autos retornam para o setor de compras, os quais requisitaram.

Art. 3º Os órgãos responsáveis pela atribuição de compras e/ou licitações encaminharão o processo a Diretoria de Suprimentos para a elaboração do Edital e/ou Minuta do Contrato na modalidade de licitação devida.

§ 1º. Formalizado o processo, o mesmo será enviado à Procuradoria Geral do Município, para análise e aprovação do Edital, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93.

Art. 4º Aprovado o edital será dada publicidade à licitação, nos termos e condições estabelecidos no art. 21 da Lei nº 8.666/93.

Art. 5º Recebidas às propostas e processada a licitação com observância das normas estabelecidas pelo art. 43 e seguintes da Lei nº 8.666/93, o resultado do julgamento será homologado pelo Chefe do Poder Executivo.

## CAPITULO II

### DA AUTUAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO PRECESSO ADMINISTRATIVO

Art. 6º Todo o procedimento para realização de processo licitatório para compra de materiais, realização de obras e prestação de serviços regular-se-á por esta Instrução Normativa.

Art. 7º No início de cada ano deverá ser nomeada, por Decreto do Poder Executivo, a Comissão Permanente de Licitações do Município, em obediência ao artigo 51 da Lei nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993, e alterações posteriores, e o Pregoeiro juntamente com a respectiva equipe de apoio, conforme determina o artigo 3º, inciso IV da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002.

§ 1º As comissões prevista neste artigo deverá ser composta por, no mínimo, 03 (três) membros, servidores municipais, sendo, pelo menos, dois deles ocupantes de cargo de provimento efetivo.

§ 2º Fica vedada a recondução da totalidade dos membros da comissão de licitações para o exercício subsequente.

Art. 8º Verificada, pela Secretaria Municipal ou Diretoria de Suprimentos, a necessidade de realização de procedimento licitatório, a estes compete verificar inicialmente:

- I – a existência de dotação orçamentária;
- II – a disponibilidade de recursos financeiros para cobertura das despesas, junto ao Setor de Contabilidade;
- III – a modalidade de processo licitatório que poderá ser utilizado por concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão (art. 22 da Lei 8.666/93). Poderá também ser pela modalidade de pregão, instituído pela Lei nº 10.520/2002;
- IV – o tipo da licitação: menor preço, técnica e preço, melhor técnica ou maior lance (§1º do art. 45 da Lei nº 8.666/93).
- V – a indicação de quais valores serão objeto de bloqueio nas dotações orçamentárias indicadas.

Art. 9º Os processos licitatórios deverão ser autuados pela sequência numérica por modalidade, protocolados e as páginas todas numeradas e rubricadas pelo servidor responsável, e conterão basicamente os seguintes documentos:

- I – requisição do setor respectivo a que se refere o objeto da licitação;
- II – comprovante de existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, expresso através de declaração do setor financeiro-contábil;
- III – orçamento prévio, que demonstre o preço de mercado, que deverá ser realizado pela Secretaria Solicitante;
- IV – autorização do Prefeito Municipal, ou Secretário por ele designado, para início do processo licitatório;
- V - edital e respectivos anexos (minuta de contrato, projetos, memoriais etc), quando for o caso;
- VI - comprovante das publicações do edital resumido, na forma do artigo 21 da Lei nº 8.666/93, artigo 4º da Lei nº 10.520/2002 e artigo 13, inciso I do Decreto Municipal nº 10/2007;

VII – recibo de entrega do edital e anexos quando na modalidade de convite;

VIII - ato de designação da comissão de licitação, do Pregoeiro e Equipe de Apoio, do leiloeiro administrativo ou oficial, ou do responsável pelo convite;

IX - original ou cópia autenticada da documentação de habilitação;

X – original das propostas e os documentos que as instruírem;

XI - atas, relatórios e deliberações da Comissão Julgadora e do Pregoeiro;

XII - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;

XIII – quadro comparativo de preços;

XIV - recursos eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas manifestações e decisões;

XV - despacho de anulação ou de revogação da licitação, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente;

XVI - atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação;

XVII - termo de contrato, ou instrumento equivalente, conforme o caso;

XVIII – Ata de registro de preços no caso de licitação processada pelo sistema de registro de preços;

XIX – outros comprovantes de publicações, quando houver;

XX – demais documentos relativos à licitação, quando houver.

Art. 10 Os editais de licitação deverão conter, conforme o caso, os seguintes elementos (art. 40 da Lei 8.666/93):

I – a autuação com a fixação do número do processo administrativo e número do processo licitatório por modalidade;

II – a repartição interessada (Secretaria ou Departamento);

III – a modalidade da licitação (concorrência, tomada de preços, convite, leilão, concurso ou pregão);

IV – o regime de execução (empreitada por preço global, empreitada por preço unitário, tarefa ou empreitada integral);

V – tipo da licitação (menor preço, melhor técnica, técnica e preço ou maior lance);

VI – a menção da Lei que rege o processo (8.666/93, consolidada) ou 10.520/2002 e ainda, Decreto nº 10/2007 e Decreto nº 212/2013, quando for o caso;

VII – a indicação da(s) dotação(s) orçamentária(s);

VIII – a descrição clara e sucinta do objeto (sem direcionamento de marca e com elementos suficientes para sua perfeita caracterização);

IX – a indicação de documentos integrantes ao Edital (projeto básico, minuta do contrato, etc...);

X - O local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico e se houver projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido;

XI – a indicação precisa do local, data e hora para recebimento dos envelopes (documentação e propostas);

XII – a indicação do local, data e hora para de abertura dos envelopes;

XIII – condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 da Lei nº 8.666/93 e forma de apresentação das propostas;

XIV – a indicação sobre o procedimento da licitação (forma que se processará as fases de habilitação, abertura das propostas e julgamentos - art.43 da Lei 8.666/93);

XV – as orientações quanto à elaboração da proposta e fixação do prazo de validade desta;

XVI - O critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48 da Lei de Licitações;

XVII – os critérios de julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos (menor preço global, menor preço por item etc);

XVIII – as condições e prazo para pagamento, conforme inciso XIV do art. 40 da Lei de Licitações (em caso de obra, deverá vincular-se ao cronograma físico-financeiro);

XIX- a indicação de critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;

XX - as sanções para o inadimplemento;

XXI - a previsão e orientação quanto aos recursos administrativos (art.109, Lei 8.666/93);

XXII - as condições de recebimento do objeto ou fiscalização da obra (local, hora e nome do responsável pelo recebimento ou fiscalização);

XXIII - o prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 da Lei de Licitações, para execução do contrato e para entrega do objeto da Licitação;

- locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessários ao cumprimento de seu objeto;

XXIV - outras indicações ou orientações peculiares da licitação;

XXV - o local, data e assinatura da autoridade responsável.

Art. 11 A comissão permanente de licitações, ou de pregão, deverá assinar todos os relatórios, atas e pareceres produzidos, rubricando ainda todos os documentos que do processo licitatório.

Parágrafo único. Os representantes dos licitantes presentes nas sessões de abertura dos envelopes da documentação e propostas, legalmente habilitados, deverão rubricar todos os documentos relativos à habilitação dos concorrentes e às propostas de preço.

Art. 12 O processamento e julgamento das licitações nas modalidades convite, tomada de preços e concorrência, do tipo menor preço (procedimento mais utilizado pelo Município), será realizado com a observância dos seguintes procedimentos:

I - abertura da sessão pelo presidente da comissão permanente de licitações ou do pregoeiro no caso de pregão, no dia, no horário e local estabelecidos, sempre em ato público;

II - recebimentos dos envelopes "Documentação e "Proposta de Preço";

III - identificação dos representantes legais dos licitantes, mediante apresentação de carteira de identidade, contrato Social (caso o representante legal a ser credenciado for sócio proprietário, dirigente ou assemblado da empresa licitante) e tratando-se de procurador, deverá ser apresentada procuração acompanhada do correspondente documento que comprove os poderes do mandante para a outorga;

IV - abertura dos envelopes contendo a documentação relativa a habilitação dos concorrentes;

V - análise e apreciação da documentação de acordo com as exigências estabelecidas no ato convocatório, procedendo-se à habilitação e/ou à inabilitação. Para a realização de tal análise os responsáveis pela licitação poderão interromper a reunião e proceder a diligências ou consultas, caso em que os envelopes das propostas ficarão sob sua guarda, devidamente lacrados e rubricados no fecho pelos responsáveis pela licitação e pelos representantes legais dos licitantes presentes.

VI - divulgação do resultado de habilitação e/ou inabilidade. Quando todos os licitantes forem inabilitados, poderá ser fixado o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação, com eliminação das causas apontadas no ato da inabilitação. No caso de convite, é facultada a redução para três dias úteis.

VII - caso todos os representantes legais dos licitantes estejam presentes à reunião e declarem expressamente que não possuem a intenção de recorrer do procedimento de habilitação, hipótese que necessariamente deverá constar da respectiva ata assinada por todos os licitantes e pelos responsáveis pela licitação, a sessão prosseguirá, com abertura dos envelopes das propostas de preço;

VIII - não ocorrendo a hipótese do inciso anterior, elabora-se ata respectiva, na qual devem ser registrados os nomes dos licitantes que encaminharam seus envelopes, habilitados ou não, e os motivos que fundamentaram a habilitação e/ou a inabilitação do licitante;

IX - divulgação do resultado da habilitação na imprensa oficial e mural público do município ou ainda, por comunicação direta a todos os licitantes, de acordo com a ata respectiva;

X - aguarda-se o transcurso de prazo para interposição de recurso: no caso de convite, dois dias úteis e para tomada de preços e concorrência, cinco dias úteis. Havendo interposição de recurso, este deverá ser comunicado as demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de dois dias úteis para convite e cinco dias úteis para tomada de preços e concorrência;

XI - Os envelopes das propostas de preço dos licitantes inabilitados devem ser devolvidos, devidamente fechados e lacrados, após transcorrido o prazo de interposição de recurso ou desde que tenha havido desistência expressa dos licitantes a respeito, ou ainda quando julgados improcedentes os recursos interpostos.

XII - concluída a fase de habilitação, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos; serão abertos os envelopes que contenham as propostas de preços unicamente dos licitantes previamente habilitados.

XIII - proceder-se-á a análise e julgamento das propostas de acordo com as exigências estabelecidas no Edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis. Os responsáveis pela licitação poderão interromper a reunião para analisar as propostas, proceder a diligências ou consultas e examinar amostra/protótipo do produto, se necessário;

XIV - a comissão de licitações promoverá o julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do Edital;

XV - divulgação do resultado do julgamento das propostas na imprensa oficial e mural público do município ou por comunicação direta a todos os licitantes, de acordo com a ata respectiva. Quando todas as propostas forem desclassificadas, poderá ser estabelecido o prazo de oito dias úteis para a apresentação de novas propostas com eliminação das causas apontadas no ato de desclassificação. No caso de convite, é facultada a redução do prazo para três dias úteis.

XVI - quanto a abertura de prazo de recurso em relação as propostas de preço e caso todos os representantes legais dos licitantes estejam presentes à reunião e declarem expressamente que não possuem a intenção de recorrer, tal fato deve constar necessariamente da respectiva ata, assinada pelos licitantes e pelos responsáveis pela licitação.

XVII - não ocorrendo a hipótese descrita no inciso anterior, elaborar-se a ata respectiva, na qual devem estar registrados os preços, o resultado do julgamento e os motivos que o fundamentaram e aguardar-se o decurso de prazo para a apresentação de recursos (dois dias úteis para convite e cinco dias úteis para tomada de preços e concorrência). Havendo interposição de recurso, este será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo, no prazo de dois dias úteis para convite e cinco dias úteis para tomada de preços e concorrência.

XVIII - transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou desde que tenha havido desistência expressa a respeito, ou após o julgamento dos recursos, proceder-se a elaboração do quadro comparativo de preços e indicação do licitante vencedor;

XIX - deliberação da autoridade competente quanto à homologação do procedimento licitatório e adjudicação do objeto ao licitante vencedor;

XX - assinatura de contrato, carta-contrato ou entrega, mediante recibo, da nota de empenho da despesa ou da ordem de execução serviço ou da autorização de compra ou documento equivalente.

Art. 13 O processamento e julgamento de licitações na modalidade pregão, do tipo menor preço, será realizado com a observância dos seguintes procedimentos:

I - no dia, hora e local designados, será realizada sessão pública

para recebimento das propostas, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e, se for o caso, comprovar existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

II – aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

III – O pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10 (dez por cento) relativamente a de menor preço, os quais poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;

IV – não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;

V – Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelo proponentes, os quais deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;

VI – o pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

VII – a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão definitiva do licitante na fase de lances verbais;

VIII – caso não se realize lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação;

IX – declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

X – encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

XI – constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante que tiver apresentado a melhor oferta apurada será declarado o vencedor;

XII – se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, verificando a sua aceitabilidade, procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame;

XIII – nas situações do inciso IX e XII o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

XIV – declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja manifestação deverá constar em ata, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

XV – o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

XVI – a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;

XVII – decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor;

XVIII – homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido em edital;

XIX – se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de

validade da sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á o disposto no inciso XII;

### CAPITULO III

#### DO EMPENHO

Art. 14 Depois de homologado o certame licitatório, o processo será remetido ao serviço de contabilidade para a emissão da Nota de Empenho, com posterior encaminhamento ao Ordenador de Despesas para ratificar e garantir o pagamento assegurado na relação contratual existente entre o Município de Guarimir e seus fornecedores, prestadores de serviços.

Art. 15 A emissão de Nota de Empenho será feita em tantas vias quantas forem necessárias, para instruir os processos administrativos de compras, liquidação e aos fornecedores e prestadores de serviços.

### CAPITULO IV

#### DA LIQUIDAÇÃO

Art. 16 A fase de liquidação deve comportar a verificação in loco do cumprimento da obrigação por parte do contratante.

Art. 17 Juntamente com a nota fiscal, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:

I – Certidões de regularidade junto ao INSS, FGTS e Justiça do Trabalho (CNDT) (Quando aplicável);

Parágrafo Único – Para maior segurança da autoridade que determinar o pagamento, os documentos citados devem conter a assinatura do funcionário responsável pela liquidação da despesa.

Art. 18 No âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta os processos de liquidação e pagamento de despesa serão remetidos diretamente ao Setor de Contabilidade.

Parágrafo Único – A Controladoria Geral poderá proceder à verificação da regularidade dos Processos de Liquidação e Pagamento das despesas, por amostragem, visando aferir o cumprimento dos preceitos legais.

### CAPITULO V

#### DO PAGAMENTO

Art. 19 Conforme disposto no Parágrafo único do Art. 64 da Lei nº 4.320/64 a ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade.

Art. 20 É de responsabilidade do setor financeiro responsável pela liquidação da despesa, analisar a conformidade do gasto pretendido com o cronograma de desembolso existente, observando a obrigatoriedade da cronologia de pagamento, examinando os aspectos formais e legais, de acordo com as orientações e exigências legais e demais normas expedidas pela Controladoria Geral.

Art. 21 Os pagamentos de despesas serão realizados pela Secretaria de Finanças, mediante crédito em conta bancária de titularidade dos Servidores, Fornecedores, Prestadores de Serviços em instituições financeiras oficiais e autorizadas ou cheque nominal.

### CAPITULO VI

#### DA GARANTIA MEDIANTE CAUÇÃO

Art. 22 Para os efeitos desta Instrução Normativa, são adotadas as seguintes definições:

I - Caução - é a cautela que alguém tem ou toma como garantia de indenização de algum dano possível ou devido à possível falta do cumprimento de alguma obrigação;

II - Títulos de dívida pública - São títulos emitidos pelo Tesouro Nacional com a finalidade de captar recursos para o financiamento da dívida pública, a educação, a saúde e a infraestrutura do país. Tais títulos são produtos de renda fixa que podem ser comprados tanto por pessoas físicas como pessoas jurídicas. São considerados os investimentos de menor risco do mercado de capitais, por terem seu pagamento garantido pelo próprio Estado brasileiro.

III - Seguro-garantia - tem o papel de cumprir a obrigação contratual assinada no início de um serviço, seja de construção, fornecimento ou prestação de serviços. Além disso, a empresa que tem esse seguro fica qualificada quanto às condições de cumprir o objeto de uma licitação que esteja participando.

IV - Fiança bancária - é um contrato por meio do qual o banco, que é o fiador, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de



operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança é uma obrigação escrita, acessória, assumida pelo banco, é uma garantia e não de uma operação de crédito.

Art. 23 Segundo o art. 56 da Lei de Licitações nº 8.666/93, a critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida a prestação de garantia nas contratações.

Parágrafo único - As garantias a que se refere o caput deste artigo não excederão a cinco por cento do valor do contrato. Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados através de parecer tecnicamente aprovado pela autoridade competente, o limite de garantia previsto no parágrafo anterior poderá ser elevado para até dez por cento do valor do contrato.

Art. 24 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente mediante parecer do gestor certificando o cumprimento das obrigações contratuais na íntegra.

## CAPITULO VII

### DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 25 Para os efeitos desta Instrução Normativa, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - órgão gerenciador - órgão ou entidade da administração pública municipal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

IV - órgão participante - órgão ou entidade da administração pública municipal que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços;

V - órgão não participante - órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços.

Art. 26 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

Art. 27 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a ser praticados, obedecidos a ordem de classificação.

Art. 28 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

Art. 29 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

Art. 30 O inciso III do § 3º do art. 15 da Lei n. 8.666/1993 estabelece que o prazo de vigência da Ata de Registro de Preço é de no máximo um ano, a contar de sua publicação. Caso seja de interesse da Administração Pública, o prazo poderá ser reduzido.

## CAPITULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31 Os documentos, os comprovantes e os registros de execução de despesas, bem como dos demais atos de gestão com repercussão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial praticados pelos administradores dos órgãos e entidades

da Administração Municipal direta e indireta devem estar disponíveis, ordenados e atualizados para exame in loco ou para remessa, quando requisitados.

Art. 32 Deverão permanecer no órgão ou entidade, devidamente organizado em ordem cronológica dos fatos, os processos relativos às licitações, contratos, convênios, acordos, ajustes, instrumentos congêneres e respectivos aditivos, adiantamentos diversos e diárias de viagem, para exame in loco ou para remessa, quando requisitados.

Art. 33 Demais assuntos pertinentes aos processos de compras, empenho, liquidação, pagamento, garantia, sistema de registro de preços e temas sobre licitações serão tratados em Instrução Normativa.

Art. 34 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim, 20 de outubro de 2015.

Assinatura do Órgão Colegiado:

Denilson Weiss

José Olívio Papp

Iran Wedi Siqueira

Elisangela Fenrich

Lia Boder

Camila Mengarda

Marcelo Amadeu Deretti - Controlador Geral do Município

## DECRETO Nº. 567/2015

DECRETO Nº. 567/2015

Aprova a Instrução Normativa nº. 02/2015, que dispõe sobre controle e homologação dos atestados dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

### DECRETA:

Art. 1º. Aprovar a Instrução Normativa nº. 02/2015, em anexo, editada pelo Colegiado do Controle Interno, que dispõe sobre controle e homologação dos atestados dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Publicado no DOM/SC, edição nº. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

## INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2015

Dispõe sobre controle e homologação dos atestados dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

O Colegiado do Controle Interno, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando a quantidade elevada de atestados apresentados por Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Guaramirim;

Considerando a necessidade de uHumano h homo hohomologação dos atestados pelo Medico do trabalho do Município;

RESOLVE:

**CAPITULO I****DOS ATESTADOS DE AFASTAMENTOS**

Art. 1º Todos os atestados de afastamento ou licença por doença superiores a 3 (três) dias dos servidores da Prefeitura de Guaramirim deverão ser entregues no setor de Recursos Humanos.

§ 1º Os Atestados de Saúde deverão ser entregues em original ou cópia autenticada em cartório em até 2 (dois) dias úteis a contar do dia seguinte ao da emissão e conter obrigatoriamente:

- a) Nome completo do servidor;
- b) Período de afastamento;
- c) Data da emissão;
- d) CID em código ou por extenso, conforme determinação legal;
- e) Nome e número do CRM (médicos) ou do CRO (dentistas) do profissional emissor.

§ 2º Não será aceito o Atestado de afastamento ou licença por doença se houver qualquer rasura ou dado ilegível.

Art. 2º Os Atestados de Saúde superiores a 3 (três) dias, deverão ser homologados pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

§ 1º Os Atestados de Saúde inferiores a 3 (três) dias serão arquivados pela Setor de Recursos Humanos para controle do absentismo.

§ 2º Para a homologação dos atestados superiores a 3 (três) dias é indispensável a presença do servidor na perícia com o Médico do Trabalho.

§ 3º Em casos especiais, quando o servidor estiver impossibilitado de se locomover o Atestado poderá ser entregue por terceiros, resguardado o direito de a Administração periciar in loco.

**CAPITULO II****DO AUXILIO DOENÇA**

Art. 3º Conforme Instrução Normativa do INSS, IN nº 95 de 7 de outubro de 2003, e Decreto 5.545 de 2005 se o servidor se afastar dentro de sessenta dias, a contar da data do retorno de um afastamento, em decorrência da mesma doença, e a soma dos dias afastados ultrapassar 15 (quinze) dias, este deverá passar pela perícia do INSS para requerer o Auxílio Doença.

§ 1º É responsabilidade do servidor requerer a documentação perante ao Setor de Recursos Humanos para ser apresentada no INSS.

Art. 4º Deferido o Auxílio Doença pelo INSS, quando o servidor retornar ao trabalho deverá passar pelo Médico do Trabalho para homologar o retorno.

§ 1º A consulta com o Médico do Trabalho deve ser agendada para no mínimo 2 (dois) dias úteis anterior ao retorno.

Art. 5º Não deverá ser homologado pelo Médico do Trabalho devendo ser enviados diretamente ao Setor de Recursos Humanos:

I - encaminhamentos do médico assistente para o INSS (após os 30 dias iniciais de afastamento – quando é o INSS que será responsável pelo pagamento do servidor);

II - licença maternidade.

**CAPITULO III****DOS PROCEDIMENTOS**

Art. 6º Atestados superiores a 3 (três) dias:

§ 1º O servidor deverá ligar para a Setor de Recursos Humanos e agendar uma consulta com o Médico do Trabalho para homologar o atestado.

§ 2º O atestado deve passar pelo Setor de Recursos Humanos em até 2 (dois) dias úteis, a contar do dia seguinte ao da emissão.

§ 3º Homologado, o servidor receberá o comprovante de ausência no trabalho por motivo de saúde/doença, que deverá ser entregue à chefia imediata.

Art. 7º Atestados superiores a 30 (trinta) dias:

§ 1º O servidor deverá ligar para Setor de Recursos Humanos e agendar uma consulta com o Médico do Trabalho para homologar o atestado.

§ 2º O atestado deve passar pelo Setor de Recursos Humanos em até 2 (dois) dias úteis, a contar do dia seguinte ao da emissão.

§ 3º Homologado o atestado, o servidor deverá comparecer ao Setor de Recursos Humanos para requerer a documentação a ser

apresentada no INSS.

**CAPITULO IV****DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 8º Compete a Controladoria Geral do Município dirimir quaisquer dúvidas ou interpretações desta Instrução Normativa.

Art. 9º Esta instrução normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 20 de outubro de 2015.

Assinatura do Órgão Colegiado:

Denilson Weiss

José Olívio Papp

Iran Wedi Siqueira

Elisangela Fenrich

Lia Boder

Camila Mengarda

Marcelo Amadeu Deretti - Controlador Geral do Município

**DECRETO Nº. 568/2015**

DECRETO Nº. 568/2015

Aprova a Instrução Normativa nº. 03/2015, que dispõe sobre as novas datas de envio de documentos necessários para fechamento da folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º. Aprovar a Instrução Normativa nº. 03/2015, em anexo, editada pelo Colegiado do Controle Interno, que dispõe sobre as novas datas de envio de documentos necessários para fechamento da folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Publicado no DOM/SC, edição nº. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2015**

Dispõe sobre as novas datas de envio de documentos necessários para fechamento da folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

**RESOLVE:**

Art. 1º Estabelecer cronograma de datas para envio de documentos necessários para o fechamento da folha de pagamento, no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

**CAPÍTULO I****DA ABRANGÊNCIA**

Art. 2º Esta Instrução Normativa abrange todas as Secretarias, Fundos, Fundações, Autarquias, e Gerencias de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

**CAPÍTULO II****DOS CONCEITOS**

Art. 3º Para os fins desta Instrução Normativa considera-se:

I – Folha de Pagamento: todos os procedimentos que ocorram diretamente na remuneração, benefícios ou subsídios, creditados ou deduzidos de servidores.

- II - Convênios: toda relação jurídica estabelecida pela Prefeitura com terceiros que interfira na folha de pagamento;
- III - Dos Descontos em Folha: toda autorização para lançamento na folha de pagamento dentro do preconizado pela legislação.
- IV - Da Geração da Folha de Pagamento: momento em que acontecerão os procedimentos que terão resultados na folha.

### CAPÍTULO III

#### DAS RESPONSABILIDADES

Art. 4º São responsabilidades dos Secretários e Gestores:

- I - controlar o cartão ponto dos servidores de sua Secretaria;
- II - controlar os atestados e licenças dos seus servidores;
- III - controlar as horas extras de seus servidores;
- IV - planejar, organizar e coordenar ações relativas à integração para os novos servidores;
- V - controlar o vencimento das férias dos servidores lotados em sua Secretaria;
- VI - encaminhar todos os documentos necessários ao fechamento da folha de pagamento até o prazo estabelecido nesta Instrução Normativa.

Art. 5º São responsabilidades da Gerência de Recursos Humanos:

- I - preparar e conferir a folha de pagamento e o controle dos encargos sociais;
- II - impressão e distribuição de contracheques;
- III - atender os servidores nos assuntos inerentes à folha de pagamento;
- IV - manutenção de arquivo e sistema de análise permanente de relatórios de folha de pagamento;
- V - demais atos e ocorrências relacionadas à concessão de direitos e vantagens;
- VI - Enviar SEFIP, RAIS E DIRF;
- VII - outras funções que lhe forem conferidas pela chefia imediata;
- VIII - providenciar o cadastro dos servidores no Sistema;
- IX - informar a lotação do servidor, no ato de sua posse;
- X - providenciar as alterações e/ou atualizações cadastrais dos servidores.

Art. 6º São responsabilidades da Procuradoria:

- I - providenciar a elaboração de Ato de Nomeação, Ato de Exoneração, colher assinatura e dar publicidade;
- II - providenciar a elaboração de Atos de Posse;

Art. 7º São responsabilidades do Prefeito:

- I - decidir sobre nomeação e exoneração de servidores;
- II - assinar Ato de Nomeação, Exoneração e Termo de Compromisso de Posse;
- III - autorizar a realização de concurso público.

### CAPÍTULO IV

#### DOS PROCEDIMENTOS

##### Seção I

Art. 8º Os procedimentos para início dos trabalhos de elaboração da folha de pagamento iniciam-se a partir do dia 12 de cada mês, com prazo para pagamento de salário até o último dia útil do mês.

Art. 9º Os pedidos de exoneração, nomeação, alteração de cargos, convênios e autorizações para desconto em folha são recebidos pelo setor de recursos humanos até o dia 10 conforme esta Instrução Normativa.

Art. 10 O cartão ponto será registrado do dia 10 de cada mês até o dia 09 do mês subsequente.

##### Seção II

#### Dos Descontos em Folha

Art. 11 A efetuação de desconto em folha é somente mediante autorização por escrito e assinado pelo interessado.

Art. 12 Para o procedimento de desconto em folha, o servidor fornecerá dados cadastrais de pessoa jurídica como: Razão Social, Nome Fantasia, CNPJ, Inscrição Estadual, Nome completo do responsável, endereço e telefone e/ou de pessoa física Nome completo, RG, CPF, Filiação, Endereço e Telefone conforme modelo fornecido, até o limite legal de 30% desde que previamente conveniado com a Prefeitura.

Art. 13 O desconto referente ao vale-transporte é no salário-base do servidor no percentual de 6% (seis por cento). A quantidade

disponibilizada ao servidor é definida pela carga horária diária e dias úteis de labor.

### Seção III

#### Da Geração da Folha de Pagamento

Art. 14 A partir do sistema informatizado de geração de folha de pagamento são lançados os descontos e proventos originados no mês de referência, da seguinte maneira:

§ 1º Como descontos: Autorização de desconto em folha assinado pelo servidor, empréstimos em consignação, Serviço Saúde, convênio, vale-transporte, falta injustificada, e outros.

§ 2º Como proventos: horas extras, adicional noturno, gratificações entre outros.

Art. 15 O sistema de folha realiza a geração de pagamento de salário em conta. O pagamento de salário dos servidores é mediante transferência eletrônica - Conexão Programado (Aplicativo instalado pelo banco) através de arquivo de pagamento contendo nome do servidor, CPF, nº. de conta bancária e valor líquido de salário. Em Banco conveniado com a Prefeitura conforme processo licitatório vigente.

### Seção IV

#### Cronograma de Atividades

Art. 16 O Cronograma de atividades faz parte das reformulações previstas no âmbito da Secretaria de Administração e Finanças para o ano de 2015, com o propósito de adequar a demanda externa aos serviços internos do Setor de Recursos Humanos, a fim de evitar transtornos e proporcionar melhoria dos processos realizados.

Art. 17 Os prazos estipulados no cronograma servem para que servidores e demais interessados saibam que situações que gerem algum reflexo financeiro e configurem alguma aplicabilidade imediata (documentos, portarias, processos) deverão apresentar entrada até a data prevista. Após a data estipulada, aguardar-se-á o processamento da folha de pagamento subsequente.

### CAPÍTULO V

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 18 Os casos omissos nesta Instrução Normativa serão resolvidos pela Secretaria de Administração e Finanças, conjuntamente com a Controladoria e o Gabinete do Prefeito.

Art. 19 Esta Instrução Normativa entrará em vigência na data de sua publicação, revogando as disposições a ela contrárias.

Guaramirim/SC, 20 de outubro de 2015.

Assinatura do Órgão Colegiado:

Denilson Weiss

José Olívio Papp

Iran Wedi Siqueira

Elisângela Fenrich

Camila Mengarda

Lia Boder

Marcelo Amadeu Deretti - Controlador Geral do Município

### CRONOGRAMA

ATIVIDADES	PRAZO
Prazo para entrega no Setor de Recursos Humanos de documentos que influenciem na folha de pagamento: Cartão ponto, horas extras, horas faltas, atestados, entre outros.	Até o dia 12 de cada mês
Prazo para entrega no Setor de Recursos Humanos: das portarias assinadas de novas contratações, nomeações, demissões entre outros.	Até o dia 10 de cada mês



Prazo para o Setor de Recursos Humanos encaminhar todos os relatórios referentes a folha de pagamento ao Setor de Contabilidade.	Até o dia 20 de cada mês
Prazo que o Setor de Contabilidade/Financeiro deverá fazer o pagamento dos servidores, como também todas as notas extras, impostos, empréstimos entre outros pagamentos relacionados a folha de pagamento.	Até o ultimo dia de cada mês

OBS. Todos os documentos que não forem entregues pelo Secretário responsável ao Setor de Recursos Humanos até as datas previstas nesta Instrução Normativa, será processado na folha subsequente.

## DECRETO Nº. 569/2015

DECRETO Nº. 569/2015

Aprova a Instrução Normativa nº. 04/2015, que regulamenta o procedimento para a celebração de contratos da Prefeitura Municipal e respectivos fundos.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

### DECRETA:

Art. 1º. Aprovar a Instrução Normativa nº. 04/2015, em anexo, editada pelo Colegiado do Controle Interno, que regulamenta o procedimento para a celebração de contratos da Prefeitura Municipal e respectivos fundos.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado no DOM/SC, edição nº. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.  
INSTRUÇÃO NORMATIVA 004/2015

### REGULAMENTA O PROCEDIMENTO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL E RESPECTIVOS FUNDOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Colegiado do Controle Interno, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando a necessidade a adequação a Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, e suas alterações posteriores.

### Resolve:

Art. 1º Todo o procedimento para formalização de contratos entre a Prefeitura Municipal, Fundações, Autarquias ou Fundos Municipais e terceiros regular-se-á por esta Instrução Normativa.

Art. 2º É obrigatória a celebração de contrato para a realização de obras, aquisições de produtos e insumos e prestação de serviços para a Administração Municipal quando a contratação for precedida de licitação na modalidade de concorrência, tomada de preços, bem como nas dispensas, inexigibilidade cujos preços estejam compreendidos nos limites da concorrência e tomada de preços e

facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

Parágrafo único. É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

Art. 3º Todos os contratos, antes de serem firmados pela Administração e pelo contratado, deverão ser enviados a Procuradoria Geral do Município, para emissão de parecer inicial, consoante com o artigo 38, parágrafo único da Lei 8.666/93. Como também analise da minuta.

Art. 4º Os contratos celebrados pela Administração Municipal deverão conter, no mínimo:

I - o número sequencial em ordem cronológica de edição;

II - a qualificação da administração, sempre na qualidade de contratante;

III - a qualificação do contratado (inclusive com a identificação e qualificação de seu representante legal, no caso de pessoa jurídica);

IV - a vinculação ao processo licitatório que lhe antecedeu ou ao termo que a dispensou, se for o caso, indicando o respectivo número e modalidade;

V - a vinculação às normas da Lei nº 8.666/93, consolidada, Lei 10.520/2002 e Decreto nº 10/2007, conforme o caso;

VI - a indicação dos documentos anexos que integram o contrato (projetos, memoriais, orçamentos, etc...);

VII - a descrição do objeto com clareza e perfeita caracterização;

VIII - a indicação da forma de fornecimento e regime de execução (empregada por preço global, empregada por preço unitário, tarefa ou empregada integral);

IX - o prazo de início de execução;

X - o prazo de entrega ou realização do objeto e do recebimento definitivo, conforme o caso;

XI - o valor do objeto contratado (total, por itens ou por etapas);

XII - o prazo e forma de pagamento (cronograma de desembolso);

XIII - a possibilidade, forma, condições e índice de reajustamento e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

XIV - a indicação da dotação orçamentária, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

XV - a indicação das responsabilidades da contratante;

XVI - a indicação das responsabilidades da contratada;

XVII - as penalidades cabíveis e os valores das multas;

XVIII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, sendo que caberá ao Contratado optar por uma das garantias previstas no art. 56, § 1º da Lei nº 8.666/93.

XIX - a especificação dos casos de rescisão (art. 77 a 80, Lei 8.666/93);

XX - o reconhecimento do direito de rescisão administrativa unilateral (Art. 79, I da Lei 8.666/93);

XXI - a indicação da legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos. (aplicação supletiva dos princípios da teoria geral dos contratos e das disposições de direito privado - Art. 54 da Lei nº 8.666/93);

XXII - a indicação das possibilidades de aditamento do contrato;

XXIII - o compromisso do contratado na manutenção das condições de habilitação e qualificação da licitação, durante toda a vigência do contrato (art. 55, XIII, da Lei 8.666/93);

XXIV - a possibilidade ou não da subcontratação parcial do objeto, sendo vedada a subcontratação total (art. 72 da Lei 8.666/93);

XXV - o prazo de vigência do contrato que deve ser adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto (Art. 57 da Lei 8.666/93).

XXVII - a indicação do foro competente para dirimir questões oriundas do contrato (será aquele ao qual pertence o Município);

XXVIII - a indicação do local e data de firmação do contrato;

XXIX - as assinaturas das partes e testemunhas (no mínimo duas);  
Art. 5º De cada contrato será elaborado o respectivo extrato que deverá ser publicado na imprensa oficial do Município, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, qualquer que seja seu valor, ainda que sem ônus, ressalvando o disposto no artigo 26 da Lei 8.666/93.

Parágrafo único. Os extratos dos contratos deverão conter no mínimo as seguintes informações:

I - Ano e mês;

II - Número do Contrato;

III - Número do Contrato Superior (se houver);

IV - Valor do Contrato;

V - Início da Vigência;

VI - Descrição sucinta;

VII - Número da Licitação (se houver);

VIII - Responsável Jurídico;

IX - Tipo Pessoa (Física ou Jurídica) e indicação do CPF/CNPJ;

X - Contratado;

XI - Data Vencimento do Contrato;

XII - Data Publicação.

Art. 6º As alterações dos contratos administrativos firmados poderão ser feitas através de Termo Aditivo, que preverá os acréscimos ou supressões do objeto, a prorrogação do prazo ou outras alterações previstas em lei.

Parágrafo único. Os Termos Aditivos de contrato serão numerados sequencialmente (Ex.: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº ...../.....; Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº ...../ ..... )

Art. 7º Será dispensada a elaboração de Termo Aditivo para os casos de variações normais decorrentes do próprio contrato, as quais serão registradas mediante apostila.

§ 1º Serão registradas mediante apostila (Art. 65, §8º da Lei 8.666/93):

I – a variação do valor contratual decorrente de reajuste previsto no próprio contrato;

II – as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento;

III – o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido.

§ 2º A apostila poderá ser registrada no verso da última página do instrumento de contrato firmado ou em documento específico que deverá àquele ser anexada.

Art. 8º Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim, SC, 20 de outubro de 2015.

Assinatura do Órgão Colegiado:

Denilson Weiss

José Olívio Papp

Iran Wedi Siqueira

Elisangela Fenrich

Camila Mengarda

Lia Boder

Marcelo Amadeu Deretti - Controlador Geral do Município

## **EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 01/2015 - FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 01/2015 –FMAS.

Dispensa de Licitação: 02/2015 – FMAS

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: Locação do imóvel para as instalações do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), situado na rua

Hervino Hannemann, nº 149, bairro Avai, Guaramirim – SC.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Fundo de Assistência Social de Guaramirim.

Contratada: HEINZ HANNEMANN inscrita no CPF sob nº 122.956.809-30, residente a rua Hervino Hannemann, nº 149, bairro Avai, Guaramirim (SC).

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato original, considerando caso fortuito provocado pelo impacto na arrecadação. Alterando o valor mensal para R\$ 1.100,00 (um mil e trezentos reais), pelo período de 8 (oito) meses, podendo ser prorrogado pelo mesmo período enquanto permanecer a mencionada situação do Decreto nº 558/2015.

b) A vigência contratual permanecerá a vigência do contrato original.

Data da Assinatura: 20/10/2015 Vigência 28/05/2016.

GUARAMIRIM (SC), 29/10/2015

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

## **EXTRATO DO CONTRATO 024/2015 - PMG**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO / SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO 024/2015- PMG

Processo Licitatório nº: 099/2015

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO ETILÔMETRO PARA FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NA ÁREA DA SEDE DA 2ª/14º BPM, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratado: ELEC INDUS. E COM. DE EQUIPAM. DE MEDICAO LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 07.791.107/0001-44, estabelecida na Rua 26 de Novembro, nº 79, bairro Centro, Tremembé (SP). Valor: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais)

Data da Assinatura: 22/10/2015 Vigência: 31/12/2015

GUARAMIRIM (SC), 29/10/2015

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

## **EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2015 - FMS**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO 014/2015- FMS

Edital de Credenciamento: 006/2015 - FMS

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação - Credenciamento.

Objeto do credenciamento: Credenciamento de consultas médicas especializadas: cirurgia geral, cirurgia ginecológica, anestesiologia, endocrinologia, gastroenterologia, oftalmologia, proctologia, urologia, cirurgia vascular, psiquiatria, reumatologia, neurologia e cardiologia.

Credenciante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), através do Fundo Municipal de Saúde, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Credenciada: VANESSA ANDREONI PALMEIRA, inscrita no CPF sob nº 050.697.569-07, residente e domiciliada na Rua Florianópolis,

159, Centro, Jaraguá do Sul (SC).  
Valor: R\$ 80,00 (oitenta reais) por consulta.  
Data da Assinatura: 22/10/2015 Vigência 31/12/2015.

GUARAMIRIM (SC), 22/10/2015  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### LEI Nº. 4253/2015

LEI Nº. 4253/2015

Autoriza o Poder Executivo a aderir ao Programa BADESC CIDADES e tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Santa Catarina S/A.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizo a aderir ao Programa BADESC CIDADES.

Art. 2º. A adesão ao Programa BADESC CIDADES propiciará o aporte de recursos ao Município de Guaramirim para financiamento de pavimentação das Ruas Ervino Hanemann, Expedicionário Olímpio José Borges e da Rua Bananal.

Art. 3º. Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES, até o momento de R\$ 3.500.000,00 (Três milhões e quinhentos mil de reais).

Parágrafo único. Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º. Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES, o Poder Executivo consignará nas leis orçamentárias dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º. Por conta do financiamento estabelecido no artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco e meio por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo – TJLP, ou no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de outubro de 2015.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### LEI Nº. 4254/2015

LEI Nº. 4254/2015

Denomina Rua da Cidade “Rua Felipe Wagner”.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de “Rua Felipe Wagner”, a via pública que tem seu início no lado ímpar da Rua nº. 47 – Av. Izídio Carlos

Peixer, em direção sul com extensão média de 315,00 metros, com gabarito de (2,00 – 8,00 – 2,00), no Bairro Ilha da Figueira.

Art. 2º. A rua ora denominada encontra-se cadastrada na Prefeitura Municipal de Guaramirim sob nº. 494.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de outubro de 2015.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### LEI Nº. 4255/2015

LEI Nº. 4255/2015

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 2.171.370,65.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 2.171.370,65. (dois milhões, cento e setenta e um mil, trezentos e setenta reais e sessenta e cinco centavos), constante do orçamento Municipal, a saber:

06.00 – Secretaria de Educação

06.001

2024 – Transporte escolar do ensino fundamental

3339000000000000

13600 ..... R\$ 236.884,55

33600 ..... R\$ 402.272,46

06.00 – Secretaria de Educação

06.002

1007 – Construção, ampliação, equip. Ed. Inf.

3449000000000000

33600 ..... R\$ 14.932,25

2022 – Manutenção e desenv. Das atividades do ensino infantil

3339000000000000

11800 ..... R\$ 200.000,00

2023 – Manutenção e desenv. Das atividades do ensino infantil

3339000000000000

11800 ..... R\$ 500.000,00

08.00 – Secretaria de Infraestrutura

08.001

2091 – Manutenção e abertura de estradas, canais, córrego

3339000000000000

30700 ..... R\$ 2.987,53

33900 ..... R\$ 24.057,20

33945 ..... R\$ 3.564,61

12.00 – Fundo Municipal de Saúde

12.001

2040 – Piso de atenção básica variável – saúde família

3319000000000000

13808 ..... R\$ 371.672,05

2033 – Atendimento de urgência e emergência

3335000000000000

10200 ..... R\$ 54.000,00

2039 – Manutenção de programas especiais da saúde

3337100000000000

10200 ..... R\$ 54.000,00

2044 – Manutenção do programa de assistência farmacêutica

3339000000000000  
 10200 ..... R\$ 100.000,00  
 2045 – Manutenção das unidades de saúde  
 3339000000000000  
 13808 ..... R\$ 27.000,00

13.00 – Fundo Municipal de Assistência Social  
 13.001  
 2065 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação  
 3319000000000000  
 10000 ..... R\$ 180.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém do superávit financeiro do exercício anterior nos vínculos 30700 - R\$ 2.987,53 (dois mil, novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e três centavos), 33900 - R\$ 24.057,20 (vinte e quatro mil, cinquenta e sete reais e vinte centavos), 33945 - R\$ 3.564,61 (três mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e sessenta e um centavos) e da anulação dos itens abaixo relacionados:

06.00 – Secretaria de Educação  
 06.001  
 1005 – Construção, ampliação, equip. Ed. fundamental  
 3449000000000000  
 33600 ..... R\$ 14.932,25  
 33600 ..... R\$ 85.624,02  
 13600 ..... R\$ 345.337,18  
 11900 ..... R\$ 700.000,00  
 3339000000000000  
 13600 ..... R\$ 20.000,00  
 2018 – Reforma e manutenção de unidades escolares  
 3339000000000000  
 13600 ..... R\$ 614,13

06.00 – Secretaria de Educação  
 06.002  
 2019 – Reforma e manutenção das unidades escolares do ens. infantil  
 3339000000000000  
 13600 ..... R\$ 4.559,71  
 2020 – Reforma e manutenção do ensino infantil (creches)  
 3339000000000000  
 13600 ..... R\$ 100.473,34  
 33600 ..... R\$ 46.935,28  
 2022 – Manutenção e desenvolvimento das atividades do ensino infantil  
 3339000000000000  
 13600 ..... R\$ 15.000,00  
 1007 – Construção, ampliação e equipamentos para centros de educação  
 3449000000000000  
 13600 ..... R\$ 10.613,35  
 33600 ..... R\$ 10.000,00

12.00 – Fundo Municipal de Saúde  
 12.001  
 2139 – Piso de atenção básico fixo – pab fixo  
 3319000000000000  
 13808 ..... R\$ 5.000,00  
 3339000000000000  
 13808 ..... R\$ 310.000,00  
 3339100000000000  
 13808 ..... R\$ 30.000,00  
 3449000000000000  
 13808 ..... R\$ 26.672,05  
 2032 – Manutenção das atividades da Secretaria Municipal  
 3339000000000000  
 10200 ..... R\$ 54.000,00

2035 – Manutenção do atendimento nas unidades básicas  
 3339000000000000  
 10200 ..... R\$ 154.000,00  
 2045 – Manutenção das unidades de saúde  
 3449000000000000  
 13808 ..... R\$ 27.000,00

13.00 – Fundo Municipal de Assistência Social  
 13.001  
 2066 – Atenção ao portador de deficiência  
 3339000000000000  
 10000 ..... R\$ 20.000,00  
 2072 – Manutenção ao Centro de Assistência Social - CRAS  
 3319000000000000  
 10000 ..... R\$ 160.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de outubro de 2015.  
 Lauro Fröhlich  
 Prefeito

Denilson Weiss  
 Secretário de Administração e Finanças

## LEI Nº. 4256/2015

LEI Nº. 4256/2015

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 102.600,46.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 102.600,46 (cento e dois mil, seiscentos reais e quarenta e seis centavos), constante do orçamento Municipal, a saber:

08.00 – Secretaria de Infraestrutura  
 08.001  
 1013 – Pavimentação e urbanização de vias públicas  
 3339000000000000 – Aplicações Diretas  
 13400 ..... R\$ 2.975,61  
 33200 ..... R\$ 33.955,27  
 33400 ..... R\$ 17.696,19  
 10000 ..... R\$ 30.983,43

10.00 – Secretaria de Agricultura  
 10.001  
 2061 - Manutenção das ações de apoio à iniciativas produtivas  
 3339000000000000 – Aplicações Diretas  
 13400 ..... R\$ 3.352,81  
 33400 ..... R\$ 13.637,15

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém do superávit do exercício anterior, apurado no vínculo 33200, no valor de R\$ 33.955,27, no vínculo 33400, no valor de R\$ 31.333,34 e da anulação dos itens abaixo relacionados:

08.00 – Secretaria de Infraestrutura  
 08.001  
 1013 – Pavimentação e urbanização de vias públicas  
 3449000000000000 – Aplicações Diretas  
 13400 ..... R\$ 2.975,61  
 10000 ..... R\$ 30.983,43

10.00 – Secretaria de Agricultura  
 10.001



1031 – Aquisição de veículos/maquinas e equipamentos  
3449000000000000 – Aplicações Diretas  
13400 ..... R\$ 3.352,81

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de outubro de 2015.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº. 644/2015**

PORTARIA Nº. 644/2015

Aprova Jean Carlos Estrapazoli no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições,  
em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Jean Carlos Estrapazoli, na função de Cuidador de Criança e/ou Adolescente, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 19 de novembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de outubro de 2015.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº. 645/2015**

PORTARIA Nº. 645/2015

Aprova Elisandra dos Santos das Neves no Estágio Probatório.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições,  
em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Elisandra dos Santos das Neves, na função de Cuidadora de Criança e/ou Adolescente, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 29 de novembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de outubro de 2015.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### 156/2015

DECRETO Nº 156/2015

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL  
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.399/14 de 02 de dezembro de 2014.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 827,93 (oitocentos e vinte e sete reais e noventa e três centavos), no orçamento da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul, no exercício de 2015, destinado a inclusão do seguinte item orçamentário:

04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA.:

07- Encargos Gerais do Município :

ATIVIDADE: 0407.04.122.0007.2.029

(42)4.4.90.00-118 – Aplicações Diretas ..... R\$ 827,93

Soma ..... R\$ 827,93

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA.:

07- Encargos Gerais do Município :

ATIVIDADE: 0407.04.122.0007.2.029

(41)3.3.90.00-118 – Aplicações Diretas ..... R\$ 827,93

Soma ..... R\$ 827,93 -----

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 28 DE OUTUBRO DE 2015.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Rosa Isabel Montagner

Secretária Municipal de Administração e Fazenda



# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

**CONTRATO Nº 038/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 038/2015 DE 15/10/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratado: Setep Construções S/A"

OBJETO: Pavimentação Asfáltica – Recapeamento em CBUQ nas Ruas Independência e Santa Catarina, município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra.

VALOR: R\$ 396.252,09

PRAZO DO CONTRATO: 90 dias

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2015, conforme Lei Orçamentária Anual.

Herval d'Oeste (SC), 15 de outubro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito

Ademir Locks

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 1180/2015**

PORTARIA Nº 1180/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Retorno às atividades a contar de 28 de outubro de 2015, e conceder conforme recomendação médico-pericial, Readaptação, à Servidora LEIDIONETE ZARPELON DANIELLI (Matr. 3727), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência – 3/A, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais; sendo que a mesma continuará atuando junto ao ESF São Jorge, executando serviços sem abdução (abertura dos braços) de membros superiores acima de 90º e não realizará serviços repetitivos e que exijam esforço físico (empurrar e levantar peso), até realização de perícia médica oficial, para reavaliação da capacidade laborativa, com fundamentação na LC Nº 281/2011, de acordo com o previsto no artigo 33 e seus parágrafos.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 28 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1181/2015**

PORTARIA Nº 1181/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1189/2014, a qual cede a Servidora CARLA REGINA DOS SANTOS GASPARETTO (Matr. 756), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, ao Cartório Eleitoral da 85ª Zona Eleitoral, até 31 de outubro de 2016, conforme Ofício ZE 085/satb n. 041/2015, e, de conformidade com o que preceitua o artigo 120 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

# Imbituba

## PREFEITURA

**DECRETO PMI Nº 213, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.**

DECRETO PMI Nº 213, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre o funcionamento dos estabelecimentos comerciais localizados no Município de Imbituba.

O PREFEITO DE IMBITUBA, nos termos do art. 194, §2º, da Lei Municipal nº 846, de 2 de janeiro de 1986,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam autorizados a funcionar em caráter especial, os estabelecimentos comerciais localizados no Município de Imbituba, no mês de Dezembro do corrente ano, conforme segue abaixo:

I – de Segunda-feira à Sexta-feira até as 22h;

II – aos Sábados até as 18h.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de Outubro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

**DECRETO PMI Nº 214, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.**

DECRETO PMI Nº 214, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba, Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba, Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba, Fundo Municipal de Saneamento de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), para reforço dos seguintes itens orçamentários, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM		
Encargos com a Execução de Sentenças Judiciais		
02.062.0005-2.038		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0131)	Aplicações Diretas	250.000,00
FUNDOS MUNICIPAIS DE IMBITUBA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Assistência Social		
08.244.0013-2.078		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0019)	Aplicações Diretas	100.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Trânsito		
06.181.0017-2.044		

3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0001)	Aplicações Diretas	50.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA		
Água Limpa para Todos		
17.512.0007-1.020		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0001)	Aplicações Diretas	1.000.000,00
Total		1.400.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de Outubro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

**EDITAL SEAGP Nº 157/2015**

EDITAL SEAGP Nº 157/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2014, divulgado através do Edital nº 001/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Concurso.

**RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2014, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 30 de Outubro a 29 de Novembro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela

Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 29 de outubro de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 157/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Operador de Máquinas

Cezar Casagrande

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 046/15

Ato da Presidência nº 046/15

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 37ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 03 de Novembro de 2015 (terça-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
112	PLC nº 357/2015	01/10/2015	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre a instituição de Programa de Desligamento Voluntário – PDV dos servidores públicos municipais e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
122	PLC nº 359/2015	20/10/2015	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre a extinção e criação de vagas na Estrutura Organizacional Básica do Poder Executivo do Município de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.763/2015	20/10/2015	Legislativo Municipal	Rosália Maria de Souza Sgrott	Denomina Centro Municipal de Educação Infantil Maria Lopes da Silva (Dona Pequena), o Centro de Educação Infantil localizado no bairro Vila Santo Antônio, neste município.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
125	PLC nº 360/2015	22/10/2015	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Cria emprego público e vagas no Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Público Municipal e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
124	PL nº 4.764/2015	22/10/2015	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e para o Fundo Municipal de Saneamento de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
126	PL nº 4.765/2015	22/10/2015	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PDL nº 005/2015	29/10/2015	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Dispõe sobre a concessão de licença para gozo de férias ao Vice-Prefeito Municipal de Imbituba, bem como para ausentar-se do país no período de 25 de novembro a 14 de dezembro de 2015.	Ordinário	Única	Única
	Moção nº 017/2015	26/10/2015	Legislativo Municipal	Luiz Cláudio Carvalho de Souza	Moção de Congratulação ao artista plástico Piragibe Arnoldo Tim por retratar em suas obras a história de Imbituba e suas pelas paisagens.	Ordinário	Única	Única
	Moção nº 018/2015	26/10/2015	Legislativo Municipal	Luiz Cláudio Carvalho de Souza	Moção de Congratulação ao cantor e compositor Amauri Castro por ajudar a construir uma memória coletiva da cidade de Imbituba, através de suas composições.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 29 de Outubro de 2015.

# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1621/15

. DECRETO Nº 1621/15

. De 29 de outubro de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando a Lei 5115 de 19 de dezembro de 2014 e o pagamento de despesas com aquisição de medicamentos psicotrópicos que atendem aos pacientes do Caps,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2443	MANUT DA FARMÁCIA BÁSICA
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03385700	CAPS - E.A.
	Valor: ( 5.000,00 )

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 29 de outubro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1622/15

. DECRETO Nº 1622/15

. De 29 de outubro de 2015

Anula e Suplementa no Orçamento da Prefeitura Municipal de Indaial.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e considerando a Lei 5.115/14,

DECRETA,

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0365.0005.2102.3319100000000000	01010000	13.500,00

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICIPIO DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0365.0005.2102.3339000000000000	01010000	13.500,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 29 de outubro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

**ATA Nº 042/2015****ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.42/2015****Processo Licitatório Nº 15/00000173****Pregão Nº 67/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.42/2015**

Aos vinte e sete dias do mês de outubro de dois mil e quinze, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Sérgio Almir dos Santos**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 15/00000173 - Pregão Nº 67/2015, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

**1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):**

- 1.1 MASTER COM. DE MADEIRAS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.483.658/0001-27, estabelecida à RUA 12 DE JUNHO, nº 30 – Bairro CARIJÓS, no município de Indaial – Santa Catarina.
- 1.2 MADEIRAS BLUMENAU LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.509.755/0001-41, estabelecida à RUA BAHIA, nº 6674 – Bairro SALTO WEISSBACH, no município de Blumenau – Santa Catarina.

**2. DO OBJETO:**

- 2.1. AQUISIÇÃO DE MADERIAS SERRADAS.
- 2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

**3. VALORES REGISTRADOS:**

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

# ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.42/2015

3.1.1.

**59528 - MASTER COM. DE MADEIRAS LTDA EPP****Lote: 1 - LOTE 01 - PRANCHA E TÁBUA.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	PRANCHA DE EUCALIPTO 6 X 25 X 350 CM.	UNIDADE		9.000	R\$39,27	R\$353.430,00
2	TÁBUA DE MADEIRA TIPO EUCALIPTO PLAINADA 30 X 2,5 CM.	METRO		100	R\$15,70	R\$1.570,00
Total Lote:						R\$355.000,00

**Lote: 4 - LOTE 04 - CAIBRO, LINHA, PALANQUE E TABUA DE ITAÚBA.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
18	Caibro de Itaúba plainado 15 x 15cm x 3m	UNIDADE		20	R\$240,00	R\$4.800,00
19	Caibro de Itaúba plainado 6 x 12cm x 3m	UNIDADE		20	R\$76,00	R\$1.520,00
20	LINHA DE ITAÚBA PLAINADA 6 X 16 X 3 M.	UNIDADE		20	R\$73,00	R\$1.460,00
21	ITAÚBA PLAINADA 8 X 8 CM X 3 M.	UNIDADE		100	R\$67,00	R\$6.700,00
22	PALANQUE ITAÚBA 8 X 8 CM X 3 M.	UNIDADE		400	R\$61,00	R\$24.400,00
23	PALANQUE ITAÚBA 8 X 8 CM X 3,5M.	UNIDADE		200	R\$72,00	R\$14.400,00
24	PALANQUE ITAÚBA 8 X 8 CM X 7 M.	UNIDADE		200	R\$155,00	R\$31.000,00
25	TÁBUA DE MADEIRA TIPO ITAÚBA PLAINADA 2,5 CM DE ESPESSURA.	METRO QUADRADO		100	R\$70,00	R\$7.000,00
Total Lote:						R\$91.280,00

**Lote: 5 - LOTE 05 - CAVALETES**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
26	CAVALETE DE MADEIRA DE ITAÚBA, MEDINDO 150 CM COMPRIMENTO X 90 CM DE ALTURA, COM DUAS PERNAS, TÁBUAS DE 30 CM X 2,5CM DE ESPESSURA.	UNIDADE		400	R\$148,00	R\$59.200,00
27	CAVALETE DE MADEIRA DE ITAÚBA, MEDINDO 300 CM COMPRIMENTO X 90 CM DE ALTURA, COM DUAS PERNAS, TÁBUAS DE 30 CM X 2,5CM DE ESPESSURA.	UNIDADE		200	R\$197,00	R\$39.400,00
Total Lote:						R\$98.600,00

**Lote: 6 - LOTE 06 - PRANCHA SUCUPIRA.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
28	MADEIRA DE SUCUPIRA 6 X 8 CM X 2,5M.	UNIDADE		200	R\$33,87	R\$6.774,00



**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.42/2015**

**59528 - MASTER COM. DE MADEIRAS LTDA EPP**

**Lote: 6 - LOTE 06 - PRANCHA SUCUPIRA.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
29	PRANCHA DE MADEIRA SUCUPIRA COM ESPESSURA DE 6 CM COM 3 M DE COMPRIMENTO.	METRO CUBICO		10	R\$2.822,60	R\$28.226,00
					Total Lote:	R\$35.000,00

**Lote: 7 - LOTE 07 - CHAPAS DE MADEIRITE E MDF.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
30	CHAPA DE MADEIRITE 1,10 X 2,20 X 20 CM.	UNIDADE		70	R\$72,80	R\$5.096,00
31	CHAPA DE MADEIRITE 1,10 X 2,20 X 1,5 CM.	UNIDADE		100	R\$52,71	R\$5.271,00
32	CHAPA MDF BRANCO 1,84 X 2,75 X 25 CM.	UNIDADE		10	R\$234,30	R\$2.343,00
					Total Lote:	R\$12.710,00

**Lote: 8 - LOTE 08 - PALANQUE EUCALIPTO.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
33	PALANQUE COM PONTA EUCALIPTO 10 X 10.	UNIDADE		100	R\$19,40	R\$1.940,00
					Total Lote:	R\$1.940,00
					Total Fornecedor:	R\$594.530,00

**581798 - MADEIRAS BLUMENAU LTDA**

**Lote: 2 - LOTE 02 - MADEIRA; TÁBUA; SARRAFO; RÉGUA (PINUS).**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
3	MADEIRA DE PINUS PARA CAIXARIA.	METRO CUBICO		59	R\$470,00	R\$27.730,00
4	TÁBUA DE MADEIRA TIPO PINUS PLAINADA 25 X 2,5 CM.	UNIDADE		300	R\$19,90	R\$5.970,00
5	SARRAFO DE PINUS PLAINADO 3 X 5 CM.	METRO		600	R\$1,42	R\$852,00
6	SARRAFO DE PINUS PLAINADO 5 X 5CM	METRO		100	R\$2,95	R\$295,00
7	RÉGUA DE PINUS 300 X 10 X 2,5 CM.	UNIDADE		200	R\$5,45	R\$1.090,00
					Total Lote:	R\$35.937,00
					Total Fornecedor:	R\$35.937,00
					Total Homologação:	R\$630.467,00

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortúnica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.42/2015**

---

**4. REAJUSTE DE PREÇOS:**

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

**5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:**

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
- 5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
- 5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.
- 5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

**6. FISCALIZAÇÃO:**

- 6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
- 6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
- 6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- 6.2.3. 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
- 6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas

---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.42/2015**

---

regulamentares, legais e contratuais;

- 6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

**7. PRAZO DE VALIDADE:**

- 7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

**8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:**

- 8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
- 8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
- 8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
- 8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
- 8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
- 8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
- 8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 173/2015 - Edital de Pregão nº 67/2015.

**9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:**

---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.42/2015**

---

- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
- 9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.
- 10. SANÇÕES:**
- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
- 10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:
- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
  - b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
  - c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
  - d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
  - e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
  - f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
  - g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.
- 10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções

---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.42/2015**

---

previstas nas alíneas "e" à "g".

10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
- b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

**11. RESCISÃO DA ATA:**

11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

**12. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.42/2015**

---

12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.

12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

**13. FORO:**

13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

**14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**

14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
- j) Decreto Municipal no 654/2014.

**15. AS PARTES:**



---

**ATA DE REGISTRO DE  
PREÇOS Nº.42/2015**

---

- 15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 27 de outubro de 2015.

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**

Sérgio Almir dos Santos  
Prefeito Municipal

**MASTER COM. DE MADEIRAS LTDA EPP**

OSMAR VOSS  
Representante

**MADEIRAS BLUMENAU LTDA**

MOACIR JOSE MINATTI  
Representante

**Testemunhas:**

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF.: \_\_\_\_\_

# Iomerê

## PREFEITURA

### CONTRATO 15/002 - FMAS

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E TANIA APARECIDA PAGLIARINI COMELLI.

CT15FMAS/002

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Assistência Social, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, nº 530, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luciano Paganini, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, TANIA APARECIDA PAGLIARINI COMELLI, pessoa física, inscrita no cpf 789.463.109-44, residente na cidade de Iomerê, doravante denominada CONTRATADO, celebram entre si o presente contrato, que se regerá pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel urbano, constituído numa casa mista, medindo aproximadamente 120,00m2(cento e vinte metros quadrados), de propriedade do Contratado, localizado na Avenida Pedro Penso, nº 1111, centro, Iomerê, que servirá de abrigo para as instalações do Conselho Tutelar do Município de Iomerê.

1.2 - A locação compreende o uso do imóvel, para fins exclusivos do Conselho Tutelar, e o LOCATÁRIO tem assegurada a posse imediata do imóvel, na data da assinatura deste contrato, em 20 de outubro de 2015, para providenciar as adequações necessárias para o funcionamento do Conselho Tutelar.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO E REVISÃO

2.1 - O valor total do presente contrato é de R\$ 14.400,00 (quatorze mil quatrocentos reais), sendo pagos em 12 (doze) parcelas de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), sendo pago até o final da primeira quinzena do mês subsequente.

Parágrafo Primeiro: o primeiro aluguel será pago a partir do mês de janeiro 2016, sendo as despesas com água e energia elétrica suportadas pelo LOCADOR.

Parágrafo Segundo: o valor do presente contrato poderá ser reajustado pelos índices oficiais do INPC, em caso de prorrogação.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura, com término previsto para 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado, havendo interesse de ambas as partes.

3.2 – A falta de interesse na renovação do contrato deverá ser manifestada por escrito, por qualquer uma das partes interessadas na rescisão, com antecedência de 20(vinte) dias da data do término previsto nesta cláusula; a falta de manifestação neste prazo, implica na renovação automática, para o período de mais um ano.

#### CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão a conta do orçamento anual vigente.

#### CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

5.1 - O locatário se compromete a manter o imóvel em boas

condições de higiene e conservação, zelando pelas instalações hidráulicas e elétricas, devendo restituir o imóvel nas condições em que recebeu, ressalvadas as deteriorações decorrentes do uso normal e causadas pela ação do tempo.

#### CLÁUSULA SEXTA: SUBLOCAÇÃO

6.1 - O locatário não poderá sublocar nem emprestar o imóvel utilizado pelo Conselho Tutelar.

#### CLÁUSULA SETIMA:

7.1 - O locatário obriga-se a fazer, as suas expensas, as reparações de eventuais danos que virá a causar ao imóvel.

#### CLÁUSULA OITAVA

8.1 - O contratante poderá exercer a fiscalização sobre o imóvel, sempre que julgar necessário.

#### CLÁUSULA NONA

9.1 - O presente contrato poderá ser rescindido, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8.666/93 mediante notificação com antecedência mínima de 30 dias.

#### CLÁUSULA DÉCIMA:

10.1 - Fica estipulado o compromisso por parte do locador em dar preferência de relocação do imóvel objeto deste contrato, caso haja interesse do locatário.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1 Ambas as partes contratantes declaram que vistoriaram o imóvel e estão de acordo com as condições de uso oferecidas pelo mesmo.

11.2 Fica a cargo do LOCADOR, à suas expensas, providenciar, até a data de 06 de novembro de 2015, reparo no piso e instalações elétricas.

11.3 O LOCATÁRIO se compromete, às suas expensas, a providenciar paredes divisórias que por ventura sejam necessárias para adequação da estrutura de funcionamento do Conselho Tutelar, bem como, mobiliários, rede de internet, telefone e afins.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias do presente contrato.

Assim ajustados e contratados, firmam o presente em duas vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê(SC), 20 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

CONTRATANTE

TANIA APARECIDA PAGLIARINI COMELLI

CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual

Oab.sc 16164

**CONTRATO 15/012 - FMS**

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO OXIGÊNIO MEDICINAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.  
CT15FMS/012

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso nº 530, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 35.820.448/0107-94, com endereço na Rua Albano Schmidt, nº 2850 Bairro Boa Vista na cidade de Joinville-SC, doravante denominado CONTRATADO, ajustam e contratam o fornecimento do objeto abaixo, que se regerá pelo disposto neste contrato, pela Lei 8.666-93 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1 – O objeto deste contrato é a aquisição de gás oxigênio medicinal em cilindros sob comodato, especialmente para atender aos pacientes em tratamento na rede pública municipal de saúde, conforme segue:

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
01	300	M³	Recarga de oxigênio – cilindro de 1m³	22,20
02	1000	M³	Recarga de oxigênio – cilindro de 7m³	6,94

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

2.1 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência deste contrato, caso seja renovado o presente contrato, o percentual a ser repassado à CONTRATANTE não poderá exceder o percentual repassado à CONTRATADA.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

3.1 - Este contrato decorre da homologação do resultado do Pregão Presencial nº 0003/2015, Processo Administrativo Licitatório nº 0003/2015, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, independente de sua transcrição, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS**

4.1 – O pagamento pela prestação dos serviços da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, mensalmente, acompanhados da respectiva Nota Fiscal;

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação;

4.3 – A forma de pagamento será em até 10 (dez) dias após a entrega da Nota Fiscal

4.4 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

5.1 – Executar os serviços, objetos deste Edital de acordo com as propostas e especificações exigidas;

5.2 – Executar o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

5.3 – Designar, para a prestação dos serviços, profissionais técnicos especializados para os respectivos serviços a serem prestados, sob pena de rescisão contratual;

5.4 – Demais obrigações inerentes a execução do contrato serão detalhadas quando da elaboração do contrato de prestação de serviços após a abertura do certame;

5.5 - A entrega deverá ser realizada em até 24 horas após a solicitação efetuada pela secretaria da saúde no local indicado dentro do município.

**CLÁUSULA SEXTA– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 - Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total dos equipamentos;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO E VIGÊNCIA**

8.1 - O prazo de vigência do presente contrato é de dois meses, iniciando-se na assinatura até 31.12.2015, podendo ser prorrogado nos termos do inc. II, do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015 do Município:

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IOMERÊ
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Projeto/Atividade	Manutenção Bloco Atenção Básica
Complem. Elemento	3390.3905 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	1138 – Aplicações Diretas
Código Reduzido	025

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado o cumprimento das obrigações ora contraídas, o mesmo deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

11.1 – Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 22 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA  
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Paula Pasqual  
OAB.SC 16.164

**CONTRATO 15/076**

CONTRATO DE OBRA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – EPP.  
CT15/076

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Luciano Paganini doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rod SC 135, Bairro Nossa Senhora Aparecida, nº 1560 na cidade de Videira-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 81.301.350/0001-90, neste ato representada pelo Sr. Antonio Gonçalves Dias, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a execução do obra de engenharia, objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, no Processo Administrativo Licitatório nº 0054/2015, TOMADA DE PREÇOS nº 0008/2015, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 - Contratação de empresa especializada para execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para CONSTRUÇÃO DE COMPLEMENTO EM BANHEIROS - CENTRO, na cidade de Iomerê.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DO PAGAMENTO**

2.1 – O valor total do presente contrato é de R\$ 6.514,14 (seis mil quinhentos e quatorze reais e quatorze centavos).

2.2 – O pagamento será efetuado através de medições, devendo a mesma ser comprovada através de laudo apresentado por engenheiro designado pelo Município.

2.2.2 – O pagamento será efetuado mediante emissão e apresentação de nota fiscal, boletim diário da obra, boletim de medição, negativas de débitos junto ao INSS e FGTS atualizadas, tendo o Município um prazo de até 15 (quinze) dias após a liquidação da nota fiscal para efetivar o pagamento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO**

3.1 – O presente contrato terá vigência com início a partir de sua assinatura e término no dia 31.12.2015. O prazo de execução será de até 60 (sessenta) dias, iniciando com a emissão e entrega da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado havendo concordância de ambas as partes e, por necessidade, em caso de retardo na liberação das verbas financeiras para pagamento da obra à empresa contratada.

**CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1 – As despesas para a execução do objeto do presente contrato correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

Órgão	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Projeto/Atividade	OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA
Complem. Elemento	4490.5198 – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte de Recursos	00 – RECURSOS PRÓPRIOS
Código Reduzido	73 - 124

**CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES**

5.1 – A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá o responsável às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, na suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 20% (vinte por cento) do valor contratado;

5.2 – Expirado o prazo de execução do contrato e não concluída a obra, será cobrada multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), enquanto perdurar o atraso, salvo quando o atraso se der por culpa do Município contratante, ou situações excepcionais, cuja ocorrência não pode ser atribuída à empresa contratada.

5.3 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666 de 21/6/93 e suas alterações.

**CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO**

6.1 – O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO**

7.1 – O CONTRATANTE fiscalizará a execução do contrato, sempre que julgar necessário.

§ 1º - A fiscalização exercida não reduz nem exclui a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

§ 2º - O CONTRATANTE anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das incidências observadas, podendo ainda fazer relatórios sobre o andamento do contrato, sendo permitido multas por infrações cometidas pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 – São obrigações da CONTRATADA:

- manter as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação, durante toda a execução do Contrato;
- dar fiel execução ao objeto do Contrato, bem como, providenciar às suas expensas e a contento do Município, todas as substituições e correções que se fizerem necessárias;
- executar o objeto não sendo admitida a subcontratação;
- executar a obra observando rigorosamente os prazos, projetos, detalhes, normas vigentes, especificações e técnicas citadas bem como as normas da ABNT, Código de Obra, Uso do Solo e demais normas e regulamentos oficiais atinentes a cada um dos projetos, efetuando os respectivos controles tecnológicos. Para todos os serviços a ausência de legislação específica enseja a observação das normas internacionais, citadas no Edital ou não;
- observar e fazer cumprir as normas regulamentadoras e legislações Federais, Estaduais e Municipais de Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho e elaborar e apresentar para o Município o PCMAT – Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho da obra de acordo com a NR-9 e NR-18 e devidamente registrado no MTE - Ministério do Trabalho e Emprego;
- assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto, fornecendo materiais e serviços de qualidade;
- iniciar os serviços após assinatura do contrato;
- manter sob sua responsabilidade todo o pessoal necessário à execução dos serviços objeto da proposta, devidamente uniformizado, arcando com os respectivos tributos e encargos sociais, além das despesas trabalhistas;
- fornecer, sempre que solicitado pelo Município, os comprovantes de pagamentos

dos empregados, guia do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais;

- assumir responsabilidade pelos danos causados ao Município ou a terceiros, por negligência, imprudência ou imperícia técnica sua ou de seus empregados ou, ainda, dos terceirizados, mesmo em áreas do Município que não constem do objeto do presente Edital.
- manter permanentemente nos horários de serviço o pessoal técnico para o gerenciamento da obra que se responsabilizará diretamente pelos trabalhos, conforme informado na fase de habilitação,



sendo admissível a substituição destes profissionais, desde que possuam qualificação igual ou superior e desde que aceite pelo Município.

l) implantar, organizar, manter e controlar o Diário de Obras, onde serão lançados diariamente, todos os atos e fatos incidentes, especialmente data de início e término de cada etapa de serviço, e a mão de obra empregada, por especialidade (inclusive quantitativo) e será submetido à vistoria da fiscalização do Município.

m) confeccionar e preencher o boletim de medição da obra vistado pelo engenheiro responsável da execução da mesma, em conformidade com o cronograma físico-financeiro, submetendo-o a fiscalização do Município para constatação da efetiva realização dos serviços;

n) responsabilizar-se pela sinalização de advertência e outras necessárias a execução da obra, evitando a paralisação do trânsito e ou pedestres se houver necessidade;

o) responsabilizar-se pela preservação das benfeitorias existentes;

p) outras obrigações mencionadas no edital.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

9. 1 – São de responsabilidade do CONTRATANTE:

a) tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

b) manter pessoa ou constituir uma Comissão Especial designada pelo Prefeito Municipal, visando a fiscalização dos serviços;

c) encaminhar a publicação resumida do instrumento de contrato e seus aditamentos, se ocorrerem, em mural e/ou jornal de circulação regional;

d) arcar com as despesas concernentes à publicação do extrato do contrato e seus aditivos se ocorrerem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS

10.1 – Os recursos interpostos às decisões proferidas pela fiscalização somente serão acolhidos nos termos do Capítulo V da Lei nº 8.666/93, se dirigidos diretamente ao Prefeito, e protocolado na Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos não dirigidos conforme determinação desta cláusula não serão conhecidos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ENCARGOS

11.1 – As despesas dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais correrão por conta da CONTRATADA, ficando esta, ainda, responsável pelo correto cumprimento da legislação de segurança do trabalho.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 – Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o Foro de Videira, SC, Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem

como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 23 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

FEMAKS CONST. E INCORPADORA LTDA  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Paula Pasqual  
OAB.SC 16.164

#### CONTRATO CTACT15/039

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTACT15/39

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal, LUCIANO PAGANINI, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, EDENIR SCHIMITE DE LIMA, brasileira, professora, inscrita no CPF sob nº 758.002.339-37 e RG 3.321.755, residente a Rua Dorvalino Rostirola, Videira -SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes, especialmente pela Lei nº 0061, de 17 de setembro de 1997.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Professor- Educação Infantil, comprometendo-se a CONTRATADA a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE

Parágrafo Único: Parágrafo Único: a presente contratação é feita em caráter temporário e emergencial, sem processo seletivo, ante a ausência de aprovado em processos seletivos realizados para suprir a necessidade temporária destes serviços

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA LOTAÇÃO

2.1 – A CONTRATADA prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

3.1 – A carga horária da CONTRATADA será de 20 (vinte) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei complementar nº 45/15, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério do Município de Iomerê, equivalente a R\$1.038,90.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 22 de outubro de 2015 e tendo seu término previsto para 18 de dezembro de 2015, podendo ser rescindido em virtude da nomeação de servidor aprovado em concurso público para a mesma função, sem direito a qualquer indenização pelo período restante de vigência do contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 – Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização a CONTRATADA pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO VÍNCULO



7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pela CONTRATADA, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 21 de outubro de 2015.

LUCIANO PAGANINI

CONTRATANTE

EDENIR S. DE LIMA RIBEIRO

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Paula Pasqual  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 16164

#### DECRETO 1634/2015

DECRETO Nº. 1634 DE 21 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 792/2014 de 27 de novembro de 2014, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 792/2014 de 27 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 16.771,49 (dezesesseis mil setecentos e setenta e um reais quarenta e nove centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

03.00 Secretaria de Administração e Finanças  
03.01 Secretaria de Administração e Finanças  
2019 Manutenção do Convênio com a Secretaria de Segurança Pública  
44900000 Aplicações Diretas  
1110.00 Convênio de Trânsito - Militar  
R\$ 6.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
2033 Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública  
33900000 Aplicações Diretas  
1112.00 Convênio de Trânsito - Prefeitura  
R\$ 8.600,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
2033 Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública  
33900000 Aplicações Diretas  
1312.00 Convênio de Trânsito - Prefeitura  
R\$ 2.171,49

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Superávit Financeiro do exercício de 2014 e pelo Excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 21 de outubro de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

#### DISTRATO Nº 02/2015

TERMO DE DISTRATO Nº 002/2015

Pelo presente instrumento, de um lado, o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito publico interno, CNPJ 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Iomerê, SC., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, e de outro lado, CPL ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 03.656.613/0001-70, com endereço Rua Getúlio Vargas, nº 56, Bairro Centro na cidade de Concórdia SC., resolvem rescindir o contrato nº CT15/009, o que o fazem nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

As partes mantém entre si contrato de prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Técnica na área de locação de software de Atendimento (Controle de Serviços).

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Considerando a manifestação da empresa contratada, de que não possui mais condições de dar cumprimento ao objeto contratual, e efetuar a prestação dos serviços nos moldes pactuados, bem como mudanças na estrutura da empresa, resolvem, de comum acordo, rescindir o contrato(CT15/009), dando a contratada, ampla e geral quitação da relação contratual mantida com a contratante.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

A presente rescisão surtira efeitos a partir de 30 de outubro de 2015, inclusive no tocante à eventuais pagamentos.

#### CLÁUSULA QUARTA

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira, SC., para dirimir questões oriundas da presente rescisão, com renuncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente duas testemunhas.

Iomerê, 30 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

CPL ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

TESTEMUNHAS

NOME	NOME
CPF	CPF

Paula Pasqual  
OAB/SC 16164

**TERMO ADITIVO Nº 015/17**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA – CT15/005 E TA15/002.  
TA15/017

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 02.064.763/0001-21 com sede na Rua Saul Brandalise, 400, em Videira-SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem ADITAR o contrato CT15/005, o que o fazem nos seguintes termos;

Art. 1º - As partes de comum acordo, e em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, de 26 de junho de 1993 e suas alterações, resolvem reajustar os preços dos combustíveis e alterar a cláusula primeira do contrato em epígrafe, passando a vigorar com a seguinte redação:

ITEM	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR UNIT.R\$ R\$
1	Litro	Gasolina Comum	IPIRANGA	3,46

Art. 2º - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 05 de outubro de 2015.

Luciano Paganini	Auto Posto Capricho Ltda
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Paula Pasqual  
OAB/SC 16164

**TERMO ADITIVO Nº 015/18**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IOMERÊ E A EMPRESA AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA – CT15FMS/001 E TA15/003.  
TA15/018

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde de Iomerê, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, 530, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa AUTO POSTO CAPRICHOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 02.064.763/0001-21 com sede na Rua Saul Brandalise, 400, em Videira, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem ADITAR o contrato CT15FMS/001, o que o fazem nos seguintes termos;

Art. 1º - As partes de comum acordo, e em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, de 26 de junho de 1993 e suas alterações, resolvem reajustar os preços dos combustíveis e alterar a cláusula primeira do contrato em epígrafe, passando a vigorar com a seguinte redação:

ITEM	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR UNIT. R\$
1	Litro	Óleo diesel	IPIRANGA	2,72
2	Litro	Gasolina Comum	IPIRANGA	3,36

Art. 2º - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 05 de outubro de 2015.

Luciano Paganini  
CONTRATANTE

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Paula Pasqual  
OAB/SC 16164

**TERMO ADITIVO Nº 015/19**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA – CT15/030.  
TA15/019

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 02.064.763/0001-21 com sede na Rua Saul Brandalise, 400, em Videira-SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem ADITAR o contrato CT15/030, o que o fazem nos seguintes termos;

Art. 1º - As partes de comum acordo, e em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93, de 26 de junho de 1993 e suas alterações, resolvem reajustar os preços dos combustíveis e alterar a cláusula primeira do contrato em epígrafe, passando a vigorar com a seguinte redação:

ITEM	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR UNIT.R\$ R\$
1	Litro	Gasolina aditivada	IPIRANGA	3,58

Art. 2º - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Iomerê (SC), 09 de outubro de 2015.

Luciano Paganini  
CONTRATANTE

Auto Posto Capricho Ltda  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

Paula Pasqual  
OAB/SC 16164

**HOMOLOGAÇÃO OBRA COMP. BANHEIRO**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE</b>  CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 8/2015 - TP</b>
	Processo Administrativo: 54/2015 Processo de Licitação: 54/2015 Data do Processo: 22/09/2015

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito, Luciano Paganini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 54/2015  
b ) Licitação Nr.: 8/2015-TP  
c ) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
d ) Data Homologação: 22/10/2015  
e ) Data da Adjudicação: 22/10/2015 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação OBRA COMPLEMENTAR EM BANHEIROS NO CEMITÉRIO.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	<u>Unid.</u>	<u>Qtde</u>	<u>Descto (%)</u>	<u>Preço Unitário</u>	<u>Total do Item</u>
--	--------------	-------------	-------------------	-----------------------	----------------------

**FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA (1474)**

1 OBRA COMPLEMENTAR EM BANHEIROS	UN	1,00	0,0000	6.514,14	6.514,14
				<b>Total do Fornecedor:</b>	<b>6.514,14</b>
				<b>Total Geral:</b>	<b>6.514,14</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.007.4.4.90.00.00.00.00 (73) Saldo: 12.000,00

Iomerê, 22 de Outubro de 2015.

\_\_\_\_\_  
Luciano Paganini  
Prefeito

**HOMOLOGAÇÃO OXIGÊNIO**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL SAUDE IOMERE</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 3/2015 - PR</b>
CNPJ: 10.423.190/0001-03 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 3/2015 Processo de Licitação: 3/2015 Data do Processo: 02/10/2015

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 3/2015  
b ) Licitação Nr.: 3/2015-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 21/10/2015  
e ) Data da Adjudicação: 21/10/2015 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL EM CILINDROS SOB COMODATO.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

(em Reais R\$)

**LOTE: 1****WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA (3314)**

1	OXIGÊNIO MEDICINAL EM CILINDROS SOB COMODATO.	M3	300,00	0,0000	22,201	6.660,30
2	OXIGÊNIO MEDICINAL EM CILINDRO SOB COMODATO.	M3	1.000,00	0,0000	6,9397	6.939,70
					<b>Total do Fornecedor:</b>	<b>13.600,00</b>
					<b>Total Geral:</b>	<b>13.600,00</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.039.3.3.90.00.00.00.00 (25) Saldo: 99.078,60

Iomerê, 21 de Outubro de 2015.

\_\_\_\_\_  
LUCIANO PAGANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

# Ipumirim

## PREFEITURA

### EXTRATOS DAS ATAS DE REG. DE PREÇOS DO PL 58, PP 28-TUBOS E BRITA/PM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO 58/2015

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2015, do PROCESSO Nº 58/2015, homologado aos 29 de outubro de 2015, cujo objeto é o registro de preço de tubos de concreto, pedra britada para utilização na manutenção da malha viária Municipal e manutenção das vias urbanas, conforme características e quantidades anexadas ao Edital, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.58.8715  
de 29 de outubro de 2015

FORNECEDOR: ARTEFATOS DE CIMENTO, COMÉRCIO E TRANSP. ARABUTÃ, situada na RODOVIA SC 465 - KM 5 -SAÍDA P/ IPUMIRIM, município de ARABUTÃ-SC, inscrita no CNPJ sob n. 01.298.880/0001-97 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 253.270.030, representado pela Senhora ROSELI RAUSCHKOLB, CPF: 024.230.609-80.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Tubos de concreto com 60 centímetros de diâmetro com 1 metro; obs: Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brighentti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC.	UN	300,00	ART. ARABUTÃ	57,50	17.250,00
2	Tubos de concreto com 40 centímetros de diâmetro com 1 metro	UN	1.000,00	ART. ARABUTÃ	33,70	33.700,00
3	Tubos de concreto com 20 centímetros de diâmetro com 1 metro	UN	500,00	ART. ARABUTÃ	18,90	9.450,00
4	Tubos de concreto armado com 1 metro de diâmetro e 1 metro	UN	20,00	ART. ARABUTÃ	209,00	4.180,00
5	Tubos de concreto com 1,50mt de diâmetro X 1mt de comp.	UN	30,00	ART. ARABUTÃ	520,00	15.600,00
6	Tubos de concreto com 30 centímetros de diâmetro com 1 metro	UN	700,00	ART. ARABUTÃ	22,80	15.960,00
7	Tubos de concreto com 2metro de diâmetro X 1mt de comprimento	UN	30,00	ART. ARABUTÃ	676,00	20.280,00
12	Tubo de concreto Arm 60 x100- CA1	UN	200,00	ART. ARABUTÃ	79,80	15.960,00
13	Tubo de concreto ARM 80 X100 CM- CA2	UN	100,00	ART. ARABUTÃ	178,80	17.880,00
Valor Total Registrado					150.260,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.58.9540 de 29 de outubro de 2015

FORNECEDOR: SUL BRITAS LTDA - ME, situada na RODOVIA SC 283- KM 46, município de SEARA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 00.494.705/0001-02 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 25.338.342-0, representado pela Senhor MICHELL ZANOELLO, CPF:007.159.639-96.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
11	Pó de Brita- Obs: O pó de brita será retirado pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizadas pelo licitante em local com distância inferior a 50 ( cinquenta ) KM, em rodovia asfaltada. A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante.	Mt³	100,00	SUL BRITAS	34,50	3.450,00
Valor Total Registrado					3.450,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.58.9838 de 29 de outubro de 2015

FORNECEDOR: BRITAX - BRITAGEM KPB LTDA - ME, situada na LINHA DOS COQUEIROS, BR 153 - KM 94, BAIRRO: INTERIOR, município de CONCÓRDIA-SC, representado pela Senhor VALMIR PATZLAFF, CPF: 776.081.439-91.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
8	PEDRA BRITADA MISTA -SUJA- Obs: As pedras serão retiradas pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizadas pelo licitante em local com distância inferior a 50 ( cinquenta ) KM, em rodovia asfaltada. A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante.	Mt³	1.000,00	BRITAX	25,80	25.800,00
9	Brita nº 1	Mt³	100,00	BRITAX	35,50	3.550,00
10	pedrisco	Mt³	100,00	BRITAX	35,50	3.550,00
14	BRITA Nº 2	Mt³	1.000,00	BRITAX	31,00	31.000,00
15	Pedra britada marroada ( Rachão )	Mt³	300,00	BRITAX	26,80	8.040,00
Valor Total Registrado					71.940,00	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.



**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMNTO DO PL 58, PP 28-2015/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 28/2015 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 58/2015 <b>Data do Processo:</b> 08/10/2015
	Folha: 1/3

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

o registro de preço de tubos de concreto, pedra britada para utilização na manutenção da malha viária Municipal e manutenção das vias urbanas, conforme características e quantidades anexadas ao Edital.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 39/2015 (Sequência: 3)**

Ao(s) 27 de Outubro de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 58/2015, Licitação nº 28/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aos vinte e sete dias do mês outubro de 2015, às nove horas, reuniu-se o Pregoeiro Laudécir Francio e sua Equipe de Apoio, constituída pela Servidora Municipal Jucilene Goldoni Caliani, designados pelo Decreto nº 1644/2009, com a finalidade de efetuar a abertura e o julgamento dos envelopes de Propostas Comerciais e Documentação de Habilitação, referentes à licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar desta licitação as empresas: ARTEFATOS DE CIMENTO COMÉRCIO E TRANSPORTES ARABUTÃ LTDA EPP, SUL BRITAS LTDA - ME, BRITAX BRITAGEM KPB LTDA - ME, SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA e KERBERMIX-SERVICOS DE CONCRETAGEM LTDA. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Sr. ÉRICO JOÃO FERREIRA DA SILVA, procurador da empresa KERBERMIX-SERVICOS DE CONCRETAGEM LTDA, o Sr. JUAREZ CAMILLO representante credenciado da empresa ARTEFATOS DE CIMENTO COMÉRCIO E TRANSPORTES ARABUTÃ LTDA EPP, a Srª CAMILA MARIA KADES representante credenciada da empresa SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA, o Sr. JEDERSON LUIZ FABRIN representante credenciado da empresa SUL BRITAS LTDA - ME e o Sr. ELTON PATZLAFF representante credenciado da empresa BRITAX BRITAGEM KPB LTDA - ME. Indagados pelo Pregoeiro sobre a opção de Microempresa, somente a empresa KERBER MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA EPP não se credenciou como Microempresa as demais são optantes. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, as licitantes apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto os envelopes nº 1 - Propostas Comerciais os quais foram rubricados pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e os representantes das empresas presentes. Na análise da proposta constatou-se que as licitantes apresentaram as mesmas conforme os requisitos mínimos fixados no Edital, estando habilitadas para as fases seguinte do certame. Por conseguinte o Pregoeiro deu início assim a fase de lances verbais, os quais estão registrados em planilhas que serão rubricadas pelos presentes e anexadas junto aos autos. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de Habilitação das licitantes vencedoras. Na análise da documentação constatou-se que as licitantes apresentaram a documentação conforme exigência do presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada à palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, pelos membros da Equipe de Apoio e os representantes presentes ao final da sessão.

**Participante:** 8715 - ARTEFATOS DE CIMENTO, COMÉRCIO E TRANSP. ARABUTÃ

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Tubos de concreto com 60 centímetros de diâmetro com 1 metro de comprimento, com carga mínima de ruptura kN/m de PS2 da norma 8890/2003.  Obs:Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brighentti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC.	UN	300,00	ART. ARABUTÃ	0,0000	57,50	17.250,00
2	Tubos de concreto com 40 centímetros de diâmetro com 1 metro de comprimento com carga mínima de ruptura kN/m de PS2 da norma 8890/2003.  Obs:Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brighentti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC.	UN	1.000,00	ART. ARABUTÃ	0,0000	33,70	33.700,00
3	Tubos de concreto com 20 centímetros de diâmetro com 1 metro de comprimento, com carga mínima de ruptura kN/m de PS2 da norma 8890/2003.  Obs:Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brighentti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC.	UN	500,00	ART. ARABUTÃ	0,0000	18,90	9.450,00

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b></p> <p><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b></p> <p>CNPJ: 82.814.575/0001-02</p> <p>AV. DOM PEDRO II, 230</p> <p>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</p>	<p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b></p> <p><b>Nr.: 28/2015 - PR</b></p>
	<p>Processo Administrativo:</p> <p>Processo de Licitação: 58/2015</p> <p>Data do Processo: 08/10/2015</p>
<p>Folha: 2/3</p>	

**Participante:** 8715 - ARTEFATOS DE CIMENTO, COMÉRCIO E TRANSP. ARABUTÃ

[illegible]

**Participante:** 9540 - SUL BRITAS LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
11	Pó de Brita	Mt³	100,00	SUL BRITAS	0,0000	34,50	3.450,00
<p>Obs: O pó de brita será retirado pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizadas pelo licitante em local com distância inferior a 50 ( cinquenta ) KM, em rodovia asfaltada. A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante.</p>							
<b>Total do Participante</b> ➡							<b>3.450,00</b>

**Participante:** 9838 - BRITAX - BRITAGEM KPB LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
8	PEDRA BRITADA MISTA -SUJA	Mt³	1.000,00	BRITAX	0,0000	25,80	25.800,00
<p>Obs: As pedras serão retiradas pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizadas pelo licitante em local com distância inferior a 50 ( cinquenta ) KM, em rodovia asfaltada. A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante.</p>							

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
 AV. DOM PEDRO II, 230  
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 28/2015 - PR**
**Processo Administrativo:**
**Processo de Licitação:**
**58/2015**
**Data do Processo:**
**08/10/2015**

Folha: 3/3

**Participante: 9838 - BRITAX - BRITAGEM KPB LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
9	Brita nº 1	Mt³	100,00	BRITAX	0,0000	35,50	3.550,00
Obs: As pedras serão retiradas pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizadas pelo licitante em local com distância inferior a 50 ( cinquenta ) KM, em rodovia asfaltada. A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante.							
10	pedrisco	Mt³	100,00	BRITAX	0,0000	35,50	3.550,00
Obs: Os pedriscos serão retiradas pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizados pelo licitante em local com distância inferior a 50 ( cinquenta ) KM, em rodovia asfaltada. A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante.							
14	BRITA Nº 2	Mt³	1.000,00	BRITAX	0,0000	31,00	31.000,00
Obs: A brita nº 2 serão retiradas pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizados pelo licitante em local com distância inferior a 50 ( cinquenta ) KM, em rodovia asfaltada. A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante.							
15	Pedra britada marroada ( Rachão )	Mt³	300,00	BRITAX	0,0000	26,80	8.040,00
Obs: As pedras serão retiradas pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizadas pelo licitante em local com distância inferior a 50 ( cinquenta ) KM, em rodovia asfaltada. A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante.							

**Total do Participante** —————> 71.940,00

**Total Geral** —————> 225.650,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 27 de Outubro de 2015

**COMISSÃO:**

LAUDECIRO FRANCIO - ..... - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI - ..... - Equipe de Apoio

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 58, PP 28-2015/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 28/2015 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 58/2015 Data do Processo: 08/10/2015
	Folha: 1/4

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 58/2015  
b) Licitação Nr.: 28/2015-PR  
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d) Data Homologação: 29/10/2015  
e) Objeto da Licitação: o registro de preço de tubos de concreto, pedra britada para utilização na manutenção da malha viária Municipal e manutenção das vias urbanas, conforme características e quantidades anexadas ao Edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**ARTEFATOS DE CIMENTO, COMÉRCIO E TRANSP. ARABUTÃ (8715)**

1 Tubos de concreto com 60 centímetros de diâmetro com 1 metro de comprimento, com carga mínima de ruptura kN/m de PS2 da norma 8890/2003.	UN	300,00	0,0000	57,50	17.250,00
Obs: Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brighenti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC. - Marca: ART. ARABUTÃ					
2 Tubos de concreto com 40 centímetros de diâmetro com 1 metro de comprimento com carga mínima de ruptura kN/m de PS2 da norma 8890/2003.	UN	1.000,00	0,0000	33,70	33.700,00
Obs: Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brighenti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC. - Marca: ART. ARABUTÃ					
3 Tubos de concreto com 20 centímetros de diâmetro com 1 metro de comprimento, com carga mínima de ruptura kN/m de PS2 da norma 8890/2003.	UN	500,00	0,0000	18,90	9.450,00
Obs: Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brighenti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC. - Marca: ART. ARABUTÃ					

Ipumirim, 29 de Outubro de 2015.

\_\_\_\_\_  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 28/2015 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 58/2015 Data do Processo: 08/10/2015
	Folha: 2/4

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### ARTEFATOS DE CIMENTO, COMÉRCIO E TRANSP. ARABUTÃ (8715)

4 Tubos de concreto armado com 1 metro de diâmetro e 1 metro de comprimento com 2 armações de ferro, com carga mínima de ruptura kN/m PA3 e de fissura kN/m de PA3 da norma 8890/2003.  Obs: Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brighentti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC. - Marca: ART. ARABUTÃ	UN	20,00	0,0000	209,00	4.180,00
5 Tubos de concreto com 1,50mt de diâmetro X 1mt de comprimento com armações de ferro dupla, com carga mínima de fissura e de ruptura conforme Classe PA3, definida pela NBR 8890/03.  Obs: Os tubos deverão ser entregues no local onde estiver sendo realizado a obra, a ser designada pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo e será comunicada no ato da requisição de entrega. - Marca: ART. ARABUTÃ	UN	30,00	0,0000	520,00	15.600,00
6 Tubos de concreto com 30 centímetros de diâmetro com 1 metro de comprimento, com carga mínima de ruptura kN/m de PS2 da norma 8890/2003.  Obs: Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brighentti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC. - Marca: ART. ARABUTÃ	UN	700,00	0,0000	22,80	15.960,00
7 Tubos de concreto com 2 metro de diâmetro X 1mt de comprimento com 3 armações de ferro, com carga mínima de ruptura kN/m PA3 e de fissura kN/m de PA3 da norma 8890/2003.  Obs: Os tubos deverão ser entregues no local onde estiver sendo realizado a obra, a ser designada pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo e será comunicada no ato da requisição de entrega. - Marca: ART. ARABUTÃ	UN	30,00	0,0000	676,00	20.280,00
12 Tubo de concreto Arm 60 x100- CA1-  Obs: Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brighentti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC. - Marca: ART. ARABUTÃ	UN	200,00	0,0000	79,80	15.960,00
13 Tubo de concreto ARM 80 X100 CM- CA2  Obs: Os tubos deverão ser entregues na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo Carlos Brighentti, no endereço saída para Dois Irmãos, Município de Ipumirim-SC. - Marca: ART. ARABUTÃ	UN	100,00	0,0000	178,80	17.880,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>150.260,00</b>

Ipumirim, 29 de Outubro de 2015.

\_\_\_\_\_  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 28/2015 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 58/2015 Data do Processo: 08/10/2015
	Folha: 3/4

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### BRITAX - BRITAGEM KPB LTDA - ME (9838)

8 PEDRA BRITADA MISTA -SUJA  Obs: As pedras serão retiradas pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizadas pelo licitante em local com distância inferior a 50 ( cinquenta ) KM, em rodovia asfaltada. A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante. - Marca: BRITAX	M²	1.000,00	0,0000	25,80	25.800,00
9 Brita nº 1  Obs: As pedras serão retiradas pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizadas pelo licitante em local com distância inferior a 50 ( cinquenta ) KM, em rodovia asfaltada. A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante. - Marca: BRITAX	M³	100,00	0,0000	35,50	3.550,00
10 pedrisco  Obs: Os pedriscos serão retiradas pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizados pelo licitante em local com distância inferior a 50 ( cinquenta ) KM, em rodovia asfaltada. A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante. - Marca: BRITAX	M³	100,00	0,0000	35,50	3.550,00
14 BRITA Nº 2  Obs: A brita nº 2 serão retiradas pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizados pelo licitante em local com distância inferior a 50 ( cinquenta ) KM, em rodovia asfaltada. A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante. - Marca: BRITAX	M³	1.000,00	0,0000	31,00	31.000,00
15 Pedra britada marroada ( Rachão )  Obs: As pedras serão retiradas pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizadas pelo licitante em local com distância inferior a 50 ( cinquenta ) KM, em rodovia asfaltada. A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante. - Marca: BRITAX	M³	300,00	0,0000	26,80	8.040,00

**Total do Fornecedor: 71.940,00**

Ipumirim, 29 de Outubro de 2015.

\_\_\_\_\_  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM****CNPJ:** 82.814.575/0001-02  
**AV. DOM PEDRO II, 230**  
**C.E.P.:** 89790-000 - Ipumirim - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 28/2015 - PR****Processo Administrativo:**  
**Processo de Licitação:** 58/2015  
**Data do Processo:** 08/10/2015

Folha: 4/4

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****SUL BRITAS LTDA - ME (9540)**

11	Pó de Brita	Mt³	100,00	0,0000	34,50	3.450,00
----	-------------	-----	--------	--------	-------	----------

Obs: O pó de brita será retirado pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, devendo ser disponibilizadas pelo licitante em local com distância inferior a 50 ( cinquenta ) KM, em rodovia asfaltada.  
A distância superior aos 50 km, será de responsabilidade do licitante. - Marca: SUL BRITAS

**Total do Fornecedor: 3.450,00****Total Geral: 225.650,00**

Ipumirim, 29 de Outubro de 2015.

---

**VALDIR ZANELLA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

# Irineópolis

## PREFEITURA

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 07/2015 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 07/2015  
TOMADAD E PREÇOS Nº. 01/2015

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação do proponente: Fermiano Coelho Neto.

Irineópolis, 27 de outubro de 2015.

Juliano Pozzi Pereira  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2015 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº 11/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis – Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: Fermiano Coelho Neto.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA A PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE FACILITADOR (A) COM EXPERIÊNCIA EM ATIVIDADES DE MUSICA PARA O CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, COM O OBJETIVO DE TRABALHAR COM OS GRUPOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV, COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL.

Valor: R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) mensais, totalizando 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais).

Vigência: 27.10.2015 a 26.10.2016

Base Legal – Processo Licitatório nº 07/2015 – Tomada de Preços nº. 01/2015

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira  
Prefeito Municipal

## HOSPITAL Bom Jesus

### RESOLUÇÃO 18/2015

RESOLUÇÃO NR. 018/2015

CONCEDE FÉRIAS AS SERVIDORAS QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis cidadã WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15.10.2001, e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97 de 30.12.1997,

RESOLVE:

Art 1º - Conceder férias regulamentares às servidoras abaixo relacionadas:

Nome	Cargo	Periodo de Férias
1- Jandira Alves Massaneiro	Auxiliar de Serviços Gerais	01.11.15 a 30.11.15
2-Silvana Rodrigues da Silva	Auxiliar Administrativo	16.11.15 a 30.11.15

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis, 29 de outubro de 2015.

WIANEY DE CASSIA O. G. TELES DOS SANTOS  
Presidente.

# Itá

## PREFEITURA

### EDITAL CONCURSO CAMARA DE VEREADORES

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

A Câmara Municipal de Itá, inscrita no CNPJ nº 10.561.999/0001-00, com sede na Rua 01, 357, Centro, Itá, SC, torna público que se encontram abertas, no período de 05 de Novembro de 2015 a 23 de novembro de 2015, as inscrições para o concurso público com vistas ao preenchimento de cargo efetivo vago, no prazo do certame, constantes no Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, previstos nas Leis Complementares nº 119, de 22 de setembro de 2015, regendo-se o certame de acordo com as instruções deste Edital.

#### 1. DOS CARGOS E DAS VAGAS PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

- 1.1. O candidato concorrerá à vaga do cargo constante no Anexo I deste Edital, com a função, carga horária semanal, vencimento e habilitação consignados no mesmo.
- 1.2. São reservadas às pessoas portadoras de deficiência (§ 2º do art. 5º da Lei Complementar nº 50 de 10 de janeiro de 2003) 5% (cinco por cento) das vagas, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.
- 1.3. Considera-se pessoa portadora de deficiência aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, da Presidência da República.
- 1.4. O candidato portador da deficiência deverá necessária e obrigatoriamente, no ato da inscrição, anexar laudo médico escaneado para a Amauc, emitido há menos de 6 (seis) meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência de que é portador, com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência ou origem da deficiência.
- 1.5. O candidato que não anexar o laudo médico no ato da inscrição ou não se enquadrar como deficiente será considerado como não portador de deficiência, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.
- 1.6. O candidato terá à disposição a lista de atribuições do cargo e poderá obter maiores informações sobre as condições para o seu exercício junto à Câmara Municipal de Vereadores de Itá.

#### 2. DA INSCRIÇÃO

- 2.1. O presente Concurso Público se dará através PROVA ESCRITA e será regido pelas normas deste edital e pelas demais disposições vigentes. Sendo executado pela Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAU), localizada à Rua Marechal Deodoro, 772, Centro, Concórdia –SC. Telefone (49) 3482 3500. Endereço eletrônico: [recepcao@amauc.org.br](mailto:recepcao@amauc.org.br); A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.
- 2.2. As inscrições serão realizadas no período das 12h do dia 5 de novembro de 2015 às 23h59min do dia 23 de novembro de 2015, pela internet, mediante formulário específico, disponibilizado nos sites [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br) e [www.camaraita.sc.gov.br](http://www.camaraita.sc.gov.br).
- 2.3. O candidato será responsável por qualquer erro e omissão, bem como pelas informações prestadas na ficha de inscrição.
- 2.3.1 O candidato que não satisfizer a todas as condições estabelecidas neste Edital terá sua inscrição indeferida.
- 2.3.2. O candidato que prestar qualquer declaração falsa ou inexata terá sua inscrição cancelada e, em consequência, serão anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado nas provas e etapas, e que o fato seja constatado posteriormente.
- 2.4. Julgados os pedidos de inscrição com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências, no dia 25 de novembro de 2015, o presidente da Comissão do Concurso publicará as inscrições na forma disposta no item 12.1 deste Edital, que serão posteriormente homologadas pelo Presidente da Câmara Municipal.

#### 3. DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

- 3.1. Para inscrever-se, o candidato deverá no período da inscrição:
  - 3.1.1. Acessar o site [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br) ou [www.camaraita.sc.gov.br](http://www.camaraita.sc.gov.br) e localizar o “banner”Concurso Público;
  - 3.1.2. Ler na íntegra o Edital, fazer o cadastro do candidato se for o primeiro acesso, caso já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição, optando pelo cargo, no qual declarará estar ciente das condições exigidas e das normas expressas no Edital;
  - 3.1.3. Preencher o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados, seguindo as instruções;
  - 3.1.4. Imprimir uma cópia do Requerimento da Inscrição e do Boleto e efetuar o pagamento até as 23h59min do dia 24 de novembro de 2015.
  - 3.1.5. A formalização da inscrição somente se dará com o adequado preenchimento de todos os campos da ficha de inscrição pelo candidato, e a confirmação do pagamento do boleto, salvo para os que preencherem os requisitos para isenção.
  - 3.1.6. O descumprimento das instruções para a inscrição pela internet implicará a não efetivação da inscrição.
  - 3.1.7. A partir de 25 de Novembro de 2015, o candidato deverá conferir no site [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br) ou [www.camaraita.sc.gov.br](http://www.camaraita.sc.gov.br) publicação da lista dos inscritos. Caso seja detectada falta de informação ou indeferida a inscrição, o candidato poderá entrar em com recurso, nos termos previstos neste edital.
  - 3.1.8. A Câmara Municipal de Itá e a Amauc não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamentos das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
  - 3.1.9. O comprovante de inscrição do candidato será documento impresso da inscrição e o boleto, devidamente quitado.
  - 3.1.10. O Presidente da Câmara Municipal de Itá disponibilizará, na sua sede administrativa, computador com acesso a internet para que os candidatos que necessitarem durante o período das inscrições, no horário de expediente da Câmara.
  - 3.1.11. Em caso de inscrições erradas e pagamento das mesmas, o candidato não será ressarcido pelo pagamento efetuado incorretamente, sendo que é de responsabilidade do candidato efetuar corretamente a sua inscrição para o cargo a qual pretende concorrer.

#### 4. DA TAXA DE INSCRIÇÃO

4.1. A taxa para inscrição no presente Concurso Público será a seguinte:

VALOR R\$ 100,00 (cem reais)

4.2 – Ficam isentos do pagamento da taxa de inscrição do concurso público:

- a) os doadores de sangue;
- b) os membros de unidades familiares beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, instituído pela Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004;
- c) aqueles que estiverem inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, de que trata o Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007 e não sejam beneficiados pelo programa mencionado no inciso anterior;
- d) o membro de família de baixa renda, assim considerada aquela cuja renda familiar mensal seja de até dois salários-mínimos;
- e) os doadores de medula óssea.

4.3. Documentação necessária para receber a isenção:

- a) a comprovação de qualidade de doador de sangue se fará através de apresentação de documento expedido pela unidade coletora. O documento deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a duas doações no lapso de um ano antes da inscrição no Concurso Público.
- b) A comprovação de enquadramento nas situações previstas nas letras b e c, do item 4.2, se fará através de documento adequado, nos termos das normas regulamentadoras dos referidos programas sociais.
- c) a comprovação de baixa renda, nos termos previstos na letra d do item 4.2, se fará através de comprovante de rendimentos e de estudo socioeconômico de lavra de assistente social vinculado ao órgão municipal de assistência social do Município em que residir o candidato.
- d) a comprovação da qualidade de doador de medula óssea se fará através de apresentação de documento expedido pela unidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição.

4.5. Os documentos necessários para comprovação da isenção deverão ser escaneados e anexados em arquivo único junto com o requerimento de inscrição.

4.5.1. A Câmara Municipal de Itá e a Amauc não se responsabilizam se os documentos não forem anexado de forma correta.

4.5.2. O NÃO recebimento, pela Amauc, dos documentos comprobatórios de isenção da taxa de inscrição, implicará no indeferimento da inscrição por falta de pagamento.

#### 5. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA:

5.1. Se aprovado no Concurso, para o candidato ser investido no cargo (admitido no serviço público), obrigatoriamente deverá apresentar os documentos e preencher os requisitos a seguir expostos:

5.1.1. Ter idade mínima de 18(dezoito) anos;

5.1.2. Ter aptidão física e mental, demonstrada através de atestado médico de saúde fornecido por médico do Município, após a apreciação dos exames e dos demais documentos que trata o Anexo II deste Edital os quais são de responsabilidade do candidato;

5.1.3. Apresentar cópia legível, acompanhada de original, para autenticação no local, quando for o caso, dos seguintes documentos:

1. Certidão de Casamento ou Nascimento;
2. Carteira de Identidade, a fim de comprovar a nacionalidade brasileira (art. 5º, I, LC 50/03);
3. Cadastro de Pessoa Física – CPF;
4. Título de Eleitor;
5. Comprovante da última votação ou justificativa, a fim de comprovar que está no gozo dos direitos políticos (art. 5º, II e III, da LC 50/03);
6. Carteira de Reservista ou equivalente, a fim de comprovar que esta quite com as obrigações militares (art. 5º, III, da LC 50/03);
7. Atestado de Boa Conduta, a fim de comprovar a inexistência de antecedentes criminais (art. 5º, VI, da LC 50/03);
8. Comprovante da escolaridade e qualificação exigida para o cargo(conforme consta no Anexo I);
9. Apresentar o comprovante de inscrição no órgão fiscalizador da categoria (carteira de registro no Conselho Regional de Contabilidade);
10. Comprovante de quitação da anuidade junto ao Conselho da Categoria;
11. Certidão de Nascimento dos filhos;
12. Carteira de Trabalho – da parte de identificação (frente e verso) e de todos os registros dos contratos;
13. PIS/PASEP (frente e verso);
14. Tipagem sanguínea;
15. Declaração de que não acumulará cargos públicos, na forma disposta nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal/1988 e de que não recebe proventos de aposentaria oriundos de cargo, emprego ou exercício de função pública ou do regime próprio, nos termos do § 10 do art. 37 da Constituição Federal/1988;
16. Declaração de bens;
17. Número da conta corrente, no Banco do Brasil;
18. Comprovante de endereço e telefone, atualizados.

#### 6. DO REGIME JURÍDICO

6.1. Os habilitados e aprovados neste Concurso serão admitidos sob o regime jurídico estatutário, nos termos da legislação do Município de Itá SC, em especial ao disposto na LC 119/2015 e alterações.

#### 7. DAS PROVAS DO LOCAL E DOS PRINCÍPIOS

7.1 A prova será realizada no dia 06 de dezembro de 2015, com início às 8h30min e término às 11h30min, tendo como local EMEB Valentin Bernardi ( Rua Salto Santiago nº 396 – Bairro Vila Gerasul, Itá/SC).

7.2 O candidato deverá comparecer ao local designado com antecedência mínima de 30min (trinta minutos), munido de caneta com tinta azul ou preta e UM DOS SEGUINTE DOCUMENTOS NO ORIGINAL:

- a) Cédula de Identidade - RG;
- b) Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
- c) Carteira de trabalho e Previdência Social; d) Certificado Militar;
- e) Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);
- f) Passaporte

- 7.3 Não será permitido ao candidato efetuar a prova se não estiver munido de um dos documentos relacionados no item 7.2.
- 7.4 O concurso Público compreenderá a realização de prova escrita.
- 7.5 A prova será constituída de questões objetivas de múltipla escolha (a, b, c, d), sendo em cada questão somente uma alternativa correta.
- 7.6 Todas as respostas da prova escrita deverão ser transportadas para o cartão resposta, e para cada questão somente uma das alternativas será anotada, sendo considerada errada aquela que apresentar mais de uma alternativa assinalada, apresentar emendas ou rasuras, ou estiver sem nenhuma alternativa de resposta assinalada.
- 7.7 As questões anuladas pela Comissão serão computadas para todos os candidatos como resposta correta.
- 7.8 Durante as provas não será permitido, sob pena de exclusão do processo seletivo: qualquer espécie de consultas bibliográficas, comunicação com outros candidatos, ou utilização de livros, manuais ou anotações, máquina calculadora, relógios de qualquer tipo, agendas eletrônicas, telefones celulares, smartphones, mp3, notebook, palmtop, tablet, BIP, walkman, gravador ou qualquer outro receptor ou transmissor de mensagens, bem como o uso de óculos escuros, bonés, protetores auriculares e outros acessórios similares.
- 7.8.1 Os pertences pessoais, inclusive o aparelho celular (desligado e retirado a bateria) deverão ser guardados em baixo da cadeira onde o candidato irá sentar-se. Todos os pertences serão de inteira responsabilidade do candidato.
- 7.8.2 O candidato que for flagrado na sala de provas portando qualquer dos pertences acima será excluído do processo seletivo.
- 7.9 Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do Fiscal de Sala, podendo sair somente acompanhado do Fiscal, designado pela Comissão do Processo.
- 7.10 Os envelopes das provas serão conferidos por dois candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com os dois fiscais, o termo de abertura dos mesmos.
- 7.11 Cada candidato juntamente com o caderno de provas receberá um cartão resposta, que não poderá ser substituído em hipótese alguma.
- 7.12 O caderno de prova conterá orientações objetivas acerca de como deve ser respondido, assim como de que forma deverá ser preenchido o cartão resposta.
- 7.13 O candidato deverá conferir se seus dados de identificação constantes no cartão resposta estão corretos e assiná-lo no local indicado.
- 7.14 O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação das provas, após 30 (trinta) minutos do horário previsto para o início das mesmas, devendo entregar ao Fiscal da Sala o caderno de prova e o cartão de respostas.
- 7.15 Ao final das provas, os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até o último concluir.
- 7.16 Os três últimos candidatos que permanecerem na sala, juntamente com os fiscais, efetuarão a conferência dos cartões respostas, assinarão a ata descrevendo o que foi verificado, assim como todas as irregularidades que tenham ocorrido e rubricarão os envelopes fechados.
- 7.17 Será excluído do concurso o candidato que tentar fraudar as provas ou for responsável por falsa identificação.

## 8. DA COMPOSIÇÃO DA PROVA ESCRITA E NÚMERO DE QUESTÕES

8.1 A prova terá peso 10 com 40 questões de múltipla escolha, conforme abaixo:

CONTEÚDO	Nº QUESTÕES
Conhecimentos Específicos relacionados ao cargo/função	20
Conhecimentos Gerais e Atualidades	05
Língua Portuguesa	05
Raciocínio Lógico Matemático	05
Informática	05
TOTAL QUESTÕES	40

8.2 conteúdo programático das provas a que se submeterão os candidatos está disponível no Anexo III deste Edital.

8.3 A classificação final obedecerá à ordem decrescente e classificatória da nota da prova.

8.4 Será nula a resposta dada pelo candidato quando:

- o cartão-resposta apresentar emendas e/ou rasuras, ainda que legíveis;
- a questão apresentar mais de uma opção assinalada;
- não estiver assinalada no cartão-resposta;
- preenchida fora das especificações.

8.5 Para todos os efeitos, os fiscais de prova constarão na ata circunstanciada a ocorrência dos fatos acima.

8.6 As questões anuladas pela Comissão serão computadas, para todos os candidatos, como resposta certa.

8.7 Ocorrendo empate na classificação, dar-se-á preferência, pela ordem:

- Ao que obtiver melhor nota em conhecimento específico;
- Ao que tiver idade mais elevada;
- Persistindo o empate, será realizado sorteio.

8.8. Serão considerados aprovados os que obtiverem nota final igual ou superior a 5,00 (cinco).

## 9. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS, DAS DATAS E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

9.1. A prova escrita será realizada no dia 06 de Dezembro de 2015, no Colégio Valentim Bernardi, situada na Vila Gerasul, Itá SC, com início às 08:30 horas e término às 11:30 horas.

9.2. Serão publicados, nos locais previstos no item 12.1:

- O gabarito das provas escritas estará disponível no site [WWW.amauc.org.br](http://WWW.amauc.org.br) e [WWW.camaraita.sc.gov.br](http://WWW.camaraita.sc.gov.br) no dia 7 de dezembro de 2015, a partir das 09h00min;
- No dia 10 de dezembro de 2015 será efetuada a identificação da prova e divulgada a lista dos classificados, com as respectivas notas dos candidatos.

9.3. A lista dos classificados será publicada contendo a classificação com todas as notas atribuídas ao candidato e em listagem separada

para os candidatos portadores de deficiência.

9.4. Os candidatos não aprovados (que não obtiverem a nota mínima), com interesse no conhecimento da sua nota, deverão formular requerimento, por escrito, à Amauc, não sendo revelada a mesma para terceiros.

9.5. A prova escrita estará à disposição dos candidatos a partir do primeiro dia útil ao da realização da prova, na secretaria da Câmara Municipal, localizada na Rua 01, 357, Itá SC, no horário de expediente.

9.6. A nota final e a respectiva classificação dos aprovados será publicada no dia 14 de dezembro de 2015, a partir das 9 horas.

9.7. A lista dos aprovados, homologada pelo Presidente da Câmara Municipal, será publicada no dia 18 de dezembro de 2015.

## 10. DA VALIDADE DO CONCURSO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A validade do Concurso será de 2 (dois) anos, com a possibilidade de prorrogação por igual período.

10.2. A aprovação neste Concurso não caracteriza direito de nomeação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade da Administração, respeitando-se a classificação obtida e o disposto no item 12.2 deste Edital.

10.3. Não poderão participar do Concurso Público o Presidente da Câmara, Prefeita, o Vice-Prefeito, os membros da Comissão do Concurso Público e os integrantes da pessoa jurídica executora do concurso e seus prepostos, assim como, seus parentes em linha direta, colateral e afins, até segundo grau.

10.4. O candidato aprovado que não se apresentar no Recursos Humanos da Câmara Municipal, no prazo de 8 (oito) dias contados da sua convocação, comprovando todas as condições e exigências previstas neste Edital, mediante a apresentação dos documentos solicitados, ou não for encontrado no endereço constante no requerimento de inscrição, perderá a vaga conquistada no Concurso, sendo chamado o classificado imediatamente seguinte.

10.5. A inscrição do candidato implicará o conhecimento dessas instruções e compromisso, nos termos em que se acharem estabelecidos, inclusive na legislação em vigor.

## 11. DO RECURSOS

11.1. A impugnação a este Edital poderá ser efetuado por qualquer cidadão, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de sua publicação, mediante requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, cuja decisão será publicada nos sites [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br) e [www.camaraita.sc.gov.br](http://www.camaraita.sc.gov.br).

11.2. Os demais recursos deverão ser dirigidos à Comissão do Concurso Público, interpostos até 2 (dois) dias úteis a contar da divulgação oficial, excluindo-se o dia da divulgação para efeito da contagem do prazo:

\*da homologação das inscrições;

\*dos gabaritos; (divulgação no site);

\*do resultado do concurso público.

11.2.1. Para protocolar o recurso o candidato deverá acessar a Área do Candidato e clicar em Recursos e Requerimentos;

11.2.2. Quando o recurso se relacionar às questões da prova escrita, o candidato deverá apresentar um recurso para cada questão, sob pena de não obter provimento no caso de versar sobre mais de uma questão no mesmo recurso;

11.2.3. Os recursos deverão estar embasados em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível.

11.3. Em qualquer caso, não serão aceitos recursos encaminhados via postal, via fax ou e-mail.

11.4. Julgados os recursos em face do gabarito ou da prova objetiva, neste caso, será publicado um novo gabarito, com as modificações necessárias.

11.5. Caberá à Comissão do Concurso decidir sobre a anulação de questões julgadas irregulares.

11.6. Em caso de anulação de questões, por duplicidade de respostas, falta de alternativa correta ou qualquer outro motivo, estas serão consideradas corretas para todos os candidatos e os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que não os obtiveram, independente de recurso.

11.7. Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito.

11.8. A Comissão constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso adicional pelo mesmo motivo.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A lista de inscritos, os gabaritos das provas escritas, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Concurso, serão publicados, exclusivamente, na Internet nos seguintes endereços: [WWW.amauc.org.br](http://WWW.amauc.org.br) e [WWW.camaraita.sc.gov.br](http://WWW.camaraita.sc.gov.br). A lista dos aprovados, além dos locais anteriores, será publicada no órgão oficial de publicação do Município.

12.2. O presente Edital poderá ser obtido somente na internet nos endereços indicado no item 12.1.

12.3 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado.

12.4. Os cadernos das provas não retirados pelos interessados ficarão guardados pelo prazo de 6 (seis) meses, após isto serão incinerados. Os demais documentos pertinentes a este concurso público, permanecerão arquivados na Câmara Municipal de Itá pelo prazo de 5 (cinco) anos, após serão incinerados.

12.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora.

12.6 Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

12.7 Anexos

12.7.1. Anexo I – Quadro de vagas a serem preenchidas;

12.7.2 Anexo II - Da realização das provas;

12.7.3. Anexo III – Programa da Prova Escrita – Conteúdos;

12.7.4. Anexo IV - Calendário do Concurso;

12.7.5. Anexo V – Missão, Responsabilidade e Requisitos dos Cargos.

Câmara Municipal de Itá, 27 de outubro de 2015.

IVO BRUCKMANN

Presidente Câmara de Vereadores de Itá



## EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

## ANEXO I

1. Descrição dos cargos e respectiva carga horária semanal, vagas, vencimento e escolaridade/qualificação, a serem providos através de Concurso Público, conforme Lei Complementar Nº 119/2015.

Cargo	Carga Horária Semanal	Quantidade	Vencimento	Escolaridade/Qualificação
Contador	16h	01	R\$ 2.276,76	Formação Superior Completa em Ciências Contábeis com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do exercício da Profissão

## EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

## ANEXO II

## DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

1 - Na realização da prova escrita, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de desclassificação do certame:

- a) comparecer no local das provas, convenientemente trajado, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do início da mesma, portando caneta esferográfica com tinta azul ou preta;
- b) a prova escrita terá duração mínima de 30 minutos e máxima de 3 (três) horas;
- c) durante a realização das provas escrita não será admitida, sob pena de eliminação:
  - c.1) qualquer espécie de consulta;
  - c.2) uso de máquina calculadora;
  - c.3) aparelho de comunicação, salvo os disponibilizados e autorizados pela Amauc;
  - c.4) fumar nos locais da prova;
  - c.5) comunicação entres candidatos, permitida apenas com os fiscais;
  - c.6) perturbar de qualquer modo a execução dos trabalhos;
  - c.7) utilizar de qualquer recurso fraudulento;
- d) não será admitido efetuar prova escrita, ao candidato que não estiver munido de documento de identidade ou documento com foto;
- e) em hipótese alguma haverá segunda chamada, após o horário de início das provas;
- f) os envelopes das provas escritas serão abertos por 2 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com 2 (dois) fiscais, o termo de abertura dos mesmos;
- g) cada candidato, juntamente com o caderno de prova, receberá um cartão-respostas, que não poderá ser substituído, em hipótese alguma;
- h) O caderno com as questões a serem respondidas conterá orientações objetivas acerca de como deve ser respondido, assim como de que forma deverá ser preenchido o cartão de respostas;
- i) O candidato deverá conferir se o nome e os demais dados de identificação constantes no cartão resposta, se estão corretos;
- j) Após terminar a prova o candidato deverá entregar ao fiscal o caderno com as questões e o cartão de respostas preenchido, os quais serão colocados em envelopes distintos e lacrados mediante a presença dos três últimos candidatos a entregarem as provas, os quais, juntamente com os fiscais, irão rubricar os envelopes já fechados e constarão na ata todas as irregularidades que por ventura tenha ocorrido;
- l) Depois de corrigidos os cartões de resposta e aposta a nota no mesmo, será procedida a identificação dos cartões de resposta, mediante a conferência de sua senha que consta no caderno de provas e divulgada a nota de cada candidato;
- m) Para cada questão somente uma das alternativas será anotada, sendo considerada errada, aquela que apresentar mais de uma alternativa assinalada, apresentar emendas ou rasuras, ou estiver sem nenhuma alternativa de resposta assinalada. Todas as respostas da prova escrita deverão ser transportadas para a grade de respostas;
- n) o candidato poderá ausentar-se do local da prova escrita, somente em caso especial e acompanhado de um fiscal;
- o) na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos;
- p) após a realização da prova o candidato deverá afastar-se do local. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram;
- q) ao terminar a prova escrita, o candidato entregará ao fiscal do local da prova, as folhas das questões (caderno de provas) e o cartão de respostas devidamente preenchido;
- r) os envelopes contendo as provas escritas e os cartões resposta serão entregues, pelos fiscais do local da prova, à Amauc;

## EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

## ANEXO III

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

## Cargo Contador

LÍNGUA PORTUGUESA - Sistema ortográfico vigente (considerada, inclusive, a Reforma Ortográfica, decorrente do Acordo Ortográfico firmado entre os países que têm o Português como Língua Oficial). Compreensão e interpretação de frase, palavra ou texto; pontuação e acentuação gráfica; classificação e conjugação de verbos; regência nominal e verbal, regras e exemplos; concordância nominal e verbal, regras e exemplificação; língua padrão ou norma culta; morfologia; uso e emprego dos pronomes; classificação e emprego dos verbos; sintaxe; virtudes e vícios da linguagem; regras gramaticais; emprego dos elementos de coesão textual: pronomes, preposições, conjunções,

artigos, numerais, advérbios; significado de palavras e expressões; outros conhecimentos de normas da Língua Portuguesa, próprias para a formação mínima exigida para o exercício das atribuições do cargo ou do emprego público em seleção

**MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO** - Operações fundamentais. Números fracionários, mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Potenciação. Operações com frações. Sistema de medidas decimais: metro, metro quadrado e cúbico, litro, grama. Unidades de comprimento. Medidas de área. Medidas de Volume. Média Aritmética: Simples e ponderada. Regra de três: simples e composta. Juros: simples e composto. Razão e Proporção. Porcentagem. Equações e Inequações de 1º, 2º e 3º. Grau, Logarítmicas, Exponenciais e Trigonométricas. Transformação em dias, horas, minutos e segundos. Probabilidades. Resolução de problemas. Raciocínio Lógico. Geometria: Forma, perímetro, área, volume, ângulo e Teorema de Pitágoras. Geometria Analítica. Logaritmos. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Análise combinatória. Sistema Monetário Brasileiro. Polinômios. Binômio. Matrizes. Raízes.

**CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES** - Lei Orgânica do Município de Itá, SC, Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Itá, Aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, institucionais, econômicos, sociais do município de Itá – SC, da microrregião, da região, do Estado de Santa Catarina, do país e a nível global. Identificação de autoridades do governo municipal, estadual e federal, segundo os respectivos cargos, ou mesmo de autoridades, ou de lideranças de influencia mundial; aspectos contemporâneos da humanidade; conhecimentos históricos, geográficos, políticos e políticos administrativos, em geral; conhecimentos atuais sobre meio ambiente, aquecimento global; atualidades econômicas e políticas, em nível local, regional, estadual, nacional e mundial.

**INFORMÁTICA** - : Conceitos e modos de utilização de aplicativos para edição de textos, planilhas e apresentações; Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet; Conceitos e modos de utilização de ferramentas e aplicativos de navegação de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa; Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet e Intranet; Conceitos de tecnologia de informação: sistemas de informações e conceitos básicos de Segurança da Informação.

**CONHECIMENTOS ESPECIFICOS** - Princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. Contabilidade Pública: Conceito, objeto e regime; Campo de Aplicação; Legislação básica (Lei Federal nº 4.320/64); Receita e Despesa Pública: conceito, classificação e estágios; Receitas e Despesas Orçamentárias e Extra Orçamentárias (Portaria STN 163); Interferências passivas e mutações ativas; Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP; Lançamentos Contábeis; Tabela de Eventos: conceito, estrutura e fundamentos lógicos; Balanços Financeiro, Patrimonial e Orçamentário e Demonstrativo das Variações Patrimoniais de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64 e alterações; Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF); Manuais de Elaboração dos Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais, Relatório de Gestão Fiscal e Relatório Resumido de Execução Orçamentária; Manual de procedimentos das Receitas e Despesas Públicas; Contabilização da execução Orçamentária e Financeira Descentralizada; Planejamento Orçamentário: Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA.

#### EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

##### ANEXO IV CALENDÁRIO

##### DATA ATO

29/10/2015 Publicação do Edital de Concurso Público 001/2015  
30/10 à 04/11/2015 Prazo para recurso do Edital de Concurso Público 1/2015  
05 à 23/11/2015 Prazo para Inscrições  
25/11/2015 Publicação da lista de inscritos  
26/11 à 27/11/2015 Prazo para recurso das inscrições  
30/11/2015 ..... Homologação dos inscritos  
06/12/2015 Prova escrita  
07/12/2015 Publicação do gabarito das provas escritas  
08 e 09/12/2015 Prazo para recurso da formulação das perguntas da prova escrita e respectivo gabarito  
10/12/2015 Gabarito Final  
14/12/2015 Publicação das notas finais e classificados de todo o concurso  
15 e 16/ 12/2015 Prazo de recurso da classificação  
17/12/2015 Prazo final para a Amauc entregar a lista definitiva dos candidatos classificados, para apreciação e homologação do resultado.  
18/12/2015 Homologação do Resultado.

#### EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

##### ANEXO V

Missão, Responsabilidade e Requisitos do cargo.

##### ATRIBUIÇÕES COMUNS

Planejar, coordenar e executar os trabalhos de análise e registro contábeis, obedecendo às normas e aos procedimentos contábeis da administração pública para permitir a administração dos recursos patrimoniais e financeiros da Câmara Municipal de Vereadores de Itá.

##### ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DO CARGO

a) na qualidade de agente responsável pelo apoio às atividades de contabilidade geral:

- Cumprir e fazer cumprir as determinações regulamentares emanadas da Mesa Diretora ou de seu Presidente.
- Registrar o recebimento, quando autorizado, do duodécimo da Câmara Municipal
- Elaborar, com os elementos fornecidos pelo Presidente, as propostas de leis orçamentárias da Câmara Municipal a ser encaminhada ao Poder Executivo, nos prazos previstos em lei, bem como orientar o Presidente quanto ao cumprimento dessas normas, controlando a execução orçamentária, analisando documentos, elaborando relatórios e demonstrativos para tanto.
- Efetuar o controle contábil, mediante escrituração dos atos e fatos referentes ao seu patrimônio, variação das dotações orçamentárias, despesas e todos os demais atos sujeitos à contabilização.
- Proceder aos lançamentos contábeis da documentação, em conformidade com as normas e procedimentos contábeis da administração pública.
- Elaborar e assinar, mensalmente, balancetes e demonstrativos de contas e, da mesma forma, o balancete financeiro a ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, bem como elaborar o relatório de gestão fiscal.
- Elaborar o empenho prévio das despesas e ordens de pagamento, mantendo o registro de procurações e efetuando o pagamento de despesas, quando regularmente processadas e autorizadas.
- Elaborar a prestação de contas a ser encaminhada ao Poder Executivo Municipal para posterior envio ao TCE, anualmente, com todos os documentos exigidos, dentro dos prazos legais.
- Manter controle sobre a movimentação de recursos, fiscalizando o ingresso de receitas, o cumprimento de obrigações de pagamentos a terceiros, os saldos das dotações orçamentárias e das contas bancárias, com conferência diária dos extratos bancários.
- Analisar aspectos financeiros, contábeis e orçamentários da execução de contratos, convênios, acordos e atos que gerem direitos e obrigações, verificando a propriedade na aplicação de recursos repassados, analisando cláusulas contratuais, dando orientação aos executores, a fim de assegurar o cumprimento da legislação aplicável.
- Acompanhar os gastos de pessoal do Poder Legislativo Municipal, tendo em vista o cumprimento dos arts. 11 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Analisar os atos de natureza orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, verificando sua correção, para determinar ou realizar auditorias e medidas de aperfeiçoamento de controle interno.
- Organizar e fiscalizar as prestações de contas, bem como a documentação necessária à comprovação das despesas da Câmara Municipal, Vereadores e servidores.
- Fornecer elementos para a abertura de créditos adicionais.
- Emitir pareceres, informes técnicos, relatórios e declarações legais sobre assuntos contábeis, financeiros e orçamentários.
- Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento, de grupos de trabalho e reuniões relacionadas às atividades em sua área de atuação.
- Fornecer dados estatísticos ou relatórios de suas atividades.
- Desempenhar outras funções correlatas compatíveis com sua especialização profissional.

## **EDITAL ISENÇÃO II - PROCESSO SELETIVO 004/2015**

PROCESSO SELETIVO 004/2015

Lista de inscritos com solicitação de taxa de isenção

Inscrição	Candidato	Cargo	Data de Coleta Doador de Sangue	Isenção Taxa de Inscrição
219523	Maiara Carla Valmorbida	Professor Pedagogia	15/10/2015	Deferida
222708	Cristiane S M Marcanzoni	Professor L. Portuguesa	02/06/2015	Deferida
218558	Lucinei Fátima Deves	Professor Ed. Física	22/10/2015	Deferida
218557	Lucinei Fátima Deves	Professor DME	22/10/2015	Deferida
218884	Regina Maria Lecardelli	Professor Ed. Física	13/08/15	Deferida
218883	Regina Maria Lecardelli	Professor DME	13/08/15	Deferida
216595	Jonatam da Campo	Professor Ed. Física	15/07/15	Deferido
215834	Rodrigo L Busatto	Professor DME	- - - - -	Indeferida

Itá, SC, 28 de outubro de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

## **EXTRATO ADITIVO CONTRATO ELOI DALMOLIN**

Aditivo Nº ..... : 4AD 188/2014 - Contrato Nº: 188/2014

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: ELOI RENATO DAL MOLIN

Valor ..... : 1.000,00 (um mil reais)

Vigência ..... : Início: 29/10/2015 Término: 31/12/2015

Objeto ..... : Aditivo de prazo devido a obra do Terminal Rodoviário esta em fase final, necessitando este tempo para regulamentação da concessão de uso do mesmo.

Contratada....: ELOI RENATO DAL MOLIN

Vigência ..... : Início: 31/10/2015 Término: 31/12/2015

IVO BRUCKMANN – PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

# Itapiranga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 207, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 207, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

Altera o Decreto nº 203, de 21 de outubro de 2015, que instaura Processo Administrativo, designa Comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na alínea "p", do inciso I, do art. 75 da Lei Orgânica Municipal, e considerando a solicitação de substituição da servidora designada para presidência da Comissão designada através do Decreto nº 203, de 21 de outubro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica alterado o inciso I do art. 2º do Decreto nº 203, de 21 de outubro de 2015, que passa a ter a seguinte redação:

...

Art. 2º ...

I – Presidente: Line Rother, matrícula nº 11861/07;

...

Art. 2º Os demais itens e artigos ficam inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ITAPIRANGA – SC, 23 de outubro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

### DECRETO Nº 210, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 210, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

Designa Comissão de Análise da documentação para deslocamento de Professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o item 2.4 do Edital nº 04/2015, de 26 de outubro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto designados os senhores RICARDO KRAEMER, MARIA SALETE ANDRADE, IVAIR PAULO TAVARES e ELAINE KUMMER MUELLER para, sob a presidência do primeiro designado, compor a Comissão de Análise da documentação para deslocamento de Professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo único. As designações constantes no "caput" do presente artigo não contam ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 26 de outubro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

### DECRETO Nº 204 DE 21 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 204 DE 21 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939 de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente de 2015 do Município de Itapiranga- SC, por conta da Previsão de "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de Recurso 85 – Convênio de Trânsito Civil, no valor de 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) Recursos Ordinários, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais):

03.01 – Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos

04.181.0014.2007- Convênio de Trânsito

33.90.00.00.00.00.00.0086 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 4.500,00

33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 4.000,00

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 21 de outubro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

**DECRETO Nº 205 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015**

DECRETO Nº 205 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939 de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente de 2015 do Município de Itapiranga- SC, por conta da Previsão de "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de Recurso 120 – Recursos de Impostos para Educação, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais):

06.02 – Secretaria Municipal Educação, Cultura e Desporto – Educação Infantil

12.365.0070.2034- Manutenção das Ativ. Da Educação Infantil

33.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 23 de outubro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Secretaria Municipal de Administração.

**DECRETO Nº 206, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015**

DECRETO Nº 206, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal da Saúde - SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939 de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente de 2015 do Fundo Municipal da Saúde - SC, por conta do "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de Recursos 116 – Outras Transferências de Capital - União, no valor de R\$ 8.541,77 (oito mil quinhentos e quarenta um reais e setenta sete centavos), 603 – Convênio NASF, no valor de R\$ 21.000,00 (vinte um mil reais), Convênio Saúde Bucal, no valor de R\$ 10.000,00 (dez um mil reais):

92.01 – Fundo Municipal da Saúde

10.301.0133.1018- Aquisição de Veículos, Equipamentos e Material Permanente

44.90.00.00.00.00.00.0116 – Aplicações Diretas ..... R\$ 8.541,77

10.301.0133.2026- Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Saúde

31.90.00.00.00.00.00.0603 – Aplicações Diretas ..... R\$ 21.000,00

33.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 23 de outubro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Secretario Municipal de Administração.

**DECRETO Nº 208 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015**

DECRETO Nº 208 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939 de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente de 2015 do Município de Itapiranga- SC, por conta da Previsão de "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de Recurso 88 – Contr. para Custeio do Serv. da Iluminação Pública, no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais):

03.03 – Secretaria Municipal Administração Obras e Serviços Urbanos - Urbanismo

25.752.0076.2012- Manutenção e Implantação de Redes de Iluminação Pública

33.90.00.00.00.00.00.0088 – Aplicações Diretas ..... R\$ 140.000,00

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 23 de outubro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

**DECRETO Nº 209 DE 26 DE OUTUBRO DE 2015**

DECRETO Nº 209 DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939 de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente de 2015 do Município de Itapiranga- SC, por conta da Previsão de "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de Recurso 107 –Transferências Legais Rec. do FUNDEB 60%, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais):

06.02 – Secretaria Municipal Educação, Cultura e Desporto – Educação Infantil

12.365.0070.2034 – Manutenção das Atividades da Educação Infantil

31.90.00.00.00.00.00.00107 – Aplicações Diretas .... R\$ 100.000,00



Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 26 de outubro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Secretario Municipal de Administração.

### **DECRETO Nº 211, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015**

DECRETO Nº 211, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga – SC, por conta do “Superávit Financeiro” verificado no exercício anterior e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.993, de 27 de outubro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de Itapiranga-SC, por conta do “Superávit Financeiro” verificado no exercício anterior, na seguinte fonte de recursos: 175 – Recursos do Tesouro do Exercício Anterior – Alienação de Bens, no valor de R\$ 79.807,00 ( setenta nove mil oitocentos e sete reais) :

06.03 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – Outras Fontes

27.812.0073.1013 – Construção, Reforma de Ginásio de Esportes

44.90.00.00.00.00.00.0175 – Aplicações diretas R\$ 79.807,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 27 de outubro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalón

Secretaria Municipal de Administração

### **DECRETO Nº 212, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015**

DECRETO Nº 212, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga – SC, exercício 2015 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.995, de 27 de outubro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga, na seguinte dotação orçamentária, exercício de 2015:

03.02 – Secretaria Munic. Administração, Obras e Serv. Urbanos - Saneamento

17.512.0079.2010 – Manutenção das Atividades do Setor de

Saneamento

33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 102.665,00

06.01 – Secretaria Munic. Educação, Cultura e Desp. – Ensino Fundamental

12.361.0066.2029 - Manut. Desenv. das Atividades da educação, Ensino Fundamental

31.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 35.000,00

06.02 – Secretaria Munic. Educação, Cultura e Desp. – Educação Infantil

12.365.0070.2034 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil

31.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 55.000,00

Total: R\$ 192.665,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

03.01 – Secretaria Munic. Administração, Obras e Serv. Urbanos

04.123.0076.1003 – Aquisição de Imóveis

44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.600,00

03.03 – Secretaria Munic. Administração, Obras e Serv. Urbanos – Urbanismo

04.122.0076.1015 – Construção do Anel Viário

44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 265,00

15.452.0076.1024 – Construção de Praças, Parques e Banheiros Públicos

44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 31.800,00

04.01 – Secretaria Munic. da Fazenda e Planejamento

28.843.0128.8001 – Amortização da Dívida Contratada, Juros e Encargos da Dívida Pública, Pasep e Contratos e Precatórios

46.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 150.000,00

Total: R\$ 192.665,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 27 de outubro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalón

Secretaria Municipal de Administração

### **LEI Nº 2.992, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.**

LEI Nº 2.992, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.

Altera a Lei Municipal nº 2.023, de 05 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a política dos Direitos da Criança e do Adolescente e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º. Altera o artigo 17 da lei nº 2.023, de 05 de dezembro de 2001, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 17. Compete ao Poder Executivo Municipal solicitar a abertura de conta em estabelecimento oficial de crédito, realizar



movimentações financeiras, registro e controle escritural das receitas e despesas e todas as demais operações financeiras e contábeis relativas ao Fundo.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga SC, de 27 de outubro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração

### **LEI Nº 2.993, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015**

LEI Nº 2.993, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga – SC, por conta do “Superávit Financeiro” verificado no exercício anterior e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de Itapiranga-SC, por conta do “Superávit Financeiro” verificado no exercício anterior, na seguinte fonte de recursos: 175 – Recursos do Tesouro do Exercício Anterior – Alienação de Bens, no valor de R\$ 79.807,00 ( setenta e nove mil oitocentos e sete reais) :

06.03 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – Outras Fontes

27.812.0073.1013 – Construção, Reforma de Ginásio de Esportes

44.90.00.00.00.00.0175 – Aplicações diretas R\$ 79.807,00

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 27 de outubro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração

### **LEI Nº 2.995, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015**

LEI Nº 2.995, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga – SC, exercício 2015 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Executivo municipal autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga, na seguinte dotação orçamentária, exercício de 2015:

03.02 – Secretaria Munic. Administração, Obras e Serv. Urbanos - Saneamento

17.512.0079.2010 – Manutenção das Atividades do Setor de Saneamento

33.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 102.665,00

06.01 – Secretaria Munic. Educação, Cultura e Desp. – Ensino Fundamental

12.361.0066.2029 - Manut. Desenv. das Atividades da educação, Ensino Fundamental

31.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 35.000,00

06.02 – Secretaria Munic. Educação, Cultura e Desp. – Educação Infantil

12.365.0070.2034 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil

31.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 55.000,00

Total: R\$ 192.665,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

03.01 – Secretaria Munic. Administração, Obras e Serv. Urbanos

04.123.0076.1003 – Aquisição de Imóveis

44.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.600,00

03.03 – Secretaria Munic. Administração, Obras e Serv. Urbanos – Urbanismo

04.122.0076.1015 – Construção do Anel Viário

44.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 265,00

15.452.0076.1024 – Construção de Praças, Parques e Banheiros Públicos

44.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 31.800,00

04.01 – Secretaria Munic. da Fazenda e Planejamento

28.843.0128.8001 – Amortização da Dívida Contratada, Juros e Encargos da Dívida Pública, Pasep e Contratos e Precatórios

46.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 150.000,00

Total: R\$ 192.665,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 27 de outubro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração

# Ituporanga

## PREFEITURA

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2015 CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR OU EMPRESA VINCULADA A INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PARA A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA CARGOS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA-SC**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº55/2015

Processo: 84/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR OU EMPRESA VINCULADA A INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PARA A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA CARGOS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA-SC. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 13 de novembro de 2015 até as 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 13 de novembro de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (\*\*47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br), no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 30 de outubro de 2015

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 095, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 095, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015.

HOMOLOGA A ESCALA DE FUNCIONAMENTO DO PLANTÃO, PELO SISTEMA DE RODÍZIO, NAS FARMÁCIAS E DROGARIAS LOCALIZADAS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO - SC.

ANTONIO JOÃO DE FAVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições e de acordo com a Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Jacinto Machado, datada de 22/10/2015, combinada com o Art. 4º da Lei nº 784 de 25 de agosto de 2015;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a escala de funcionamento do plantão, pelo sistema de rodízio, nas farmácias e drogarias localizadas no perímetro urbano do município de Jacinto Machado – SC no período de 01 de novembro de 2015 a 30 de abril de 2016:

PERÍODO DE PLANTÃO	FARMÁCIA
01/11/15 a 07/11/15	Drogaria Cararo
08/11/15 a 14/11/15	Pelucia's Farma
15/11/15 a 21/11/15	Farmácia São Roque
22/11/15 a 28/11/15	Farmácia Bem Popular
29/11/15 a 05/12/15	Farmácia Antoneli
06/12/15 a 12/12/15	Farmácia Fortaleza
13/12/15 a 19/12/15	Drogaria Cararo
20/12/15 a 26/12/15	Pelucia's Farma
27/12/15 a 02/01/16	Farmácia São Roque
03/01/16 a 09/01/16	Farmácia Bem Popular
10/01/16 a 16/01/16	Farmácia Antoneli
17/01/16 a 23/01/16	Farmácia Fortaleza
24/01/16 a 30/01/16	Drogaria Cararo
31/01/16 a 06/02/16	Pelucia's Farma
07/02/16 a 13/02/16	Farmácia São Roque
14/02/16 a 20/02/16	Farmácia Bem Popular
21/02/16 a 27/02/16	Farmácia Antoneli
28/02/16 a 05/03/16	Farmácia Fortaleza
06/03/16 a 12/03/16	Drogaria Cararo
13/03/16 a 19/03/16	Pelucia's Farma
20/03/16 a 26/03/16	Farmácia São Roque
27/03/16 a 02/04/16	Farmácia Bem Popular
03/04/16 a 09/04/16	Farmácia Antoneli
10/04/16 a 16/04/16	Farmácia Fortaleza
17/04/16 a 23/04/16	Drogaria Cararo
24/04/16 a 30/04/16	Pelucia's Farma

Art. 2º - As farmácias e drogarias que iniciarem suas atividades após a data de publicação deste Decreto somente poderão ser incluídas no plantão da próxima escala, mediante manifestação de interesse através de requerimento protocolado junto à Administração Municipal.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 28 de outubro de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FAVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

AUGUSTINHA OLISETE MOLGARO POSSAMAI DELLA  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS EM EXERCÍCIO.

### **TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 088/2015/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 088/2015/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratada: TERRAPLENAGEM BENDO LTDA ME  
Vigência: Início: 29/10/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº 002/2015 - IL  
Objeto: FICA PACTUADO, POR ACORDO ENTRE AS PARTES, O ENCERRAMENTO DO PRESENTE CONTRATO NA DATA DE 29/10/2015.

Jacinto Machado – SC, 29 de Outubro de 2015.  
Antonio João de Fáveri  
Prefeito Municipal

### **TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 114/2014/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 114/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratada: LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP  
Vigência: Início: 28/07/2015 Término: 30/10/2015  
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 003/2014 - TP  
Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO, COM NOVO VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 30/10/2015.

Jacinto Machado – SC, 28 de Julho de 2015.  
Antonio João de Fáveri  
Prefeito Municipal

### **TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 156/2014/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 156/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratada: BRAMAC CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP  
Vigência: Início: 27/10/2015 Término: 28/12/2015  
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 009/2014 - TP  
Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO, COM NOVO VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 28/12/2015.

Jacinto Machado – SC, 27 de Outubro de 2015.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO 114/2014/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

**TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO 114/2014/PMJM**

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP

Vigência: Início: 28/10/2015 Término: 29/02/2016

Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 003/2014 - TP

Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO, COM NOVO VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 29/02/2016.

Jacinto Machado – SC, 28 de Outubro de 2015.

Antonio João de Fáveri

Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO 126/2014/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

**TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO 126/2014/PMJM**

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: CONSTRUTORA OLIVEIRA POSSAMAI DELLA LTDA EPP

Vigência: Início: 28/10/2015 Término: 03/03/2016

Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 008/2014 - TP

Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO COM NOVO VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 03/03/2016.

Jacinto Machado – SC, 28 de Outubro de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

# Joaçaba

## PREFEITURA

**HOMOLOG. PL 23/2015 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 23/2015/FMS

A Secretária de Saúde Paula Geovana Kleber, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 23/2015/FMS – PP 17/2015/FMS, nos seguintes termos:

Objeto: a contratação de empresa(s) especializada(s) para a fabricação e montagem de móveis sob medida, destinados à estruturação do novo prédio do ESF da Vila Remor, neste Município.

Empresa Vencedora:

ALF COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA

R\$: 3.595,00

DISMACENTER INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA

R\$ 6.483,00

DOPE MOVEIS LTDA-EPP

R\$ 4.860,00

INDUSTRIA DE MOVEIS CASA BONITA LTDA-ME

R\$ 3.575,00

TARSIO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-ME

R\$ 368,00

FISCAI: PAULA GIOVANA KLEBER

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 29 de outubro de 2015.

Paula Giovana Kleber

Secretario- FMS

**PORTARIA N.º 4776**

PORTARIA Nº 4.776 DE 26 DE OUTUBRO DE 2015

“CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º INSTAURAR “Processo Administrativo Disciplinar”, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure possível infração na concessão de isonomia salarial do cargo de servente para o cargo de monitor social para as servidoras Jônia da Rosa Luvison e Neusa Maria Schmitz em função de recomendação de revogação por parte do MPSC – Of. 0833/2015/02/PJ/JOA, mediante parecer jurídico.

2º DESIGNAR os servidores, INES MARIA PICOLI, DANIELE GALVÃO RODRIGUES E DIANE CARINA MATANA, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de outubro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4777**

PORTARIA Nº 4.777 DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

“NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o (a) Sr. (a) DIEGO MAURO BAIROS, Diretor Administrativo, nível CC-2, com lotação vinculada a Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 27 de outubro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4778**

PORTARIA Nº 4.778 DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

“REMOVE SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei RESOLVE

Art. 1º. REMOVER DE OFÍCIO o(a) Servidor(a) Sr(a). ELIZALDA CASAGRANDE, Professor Nível I (Licenciatura), lotado na Escola Municipal Professora Dulce Fernandes de Queiroz (20 horas semanais) para a Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes (20 horas semanais), de acordo com o art. 37, § 6º, da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003 e alterações, art. 35, da Lei Complementar n.º 210/2011, em razão da extinção da Escola Municipal Dulce Fernandes de Queiroz, justificativa contida no Comunicado Circular – Memorando n.º 227/2014 e 279/2015 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.



JOAÇABA(SC), em 27 de outubro de 2015  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4779**

PORTARIA Nº 4.779 DE 27 DE OUTUBRO DE 2015  
"REMOVE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei RESOLVE

Art. 1º. REMOVER DE OFÍCIO o(a) Servidor(a) Sr(a). HAYDEE ADRIANE SCHNEIDER SPIER, Professor Nível II (Pós Graduação), lotado na Escola Municipal Professora Dulce Fernandes de Queiroz (20 horas semanais) para a Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes (20 horas semanais), de acordo com o art. 37, § 6º, da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003 e alterações, art. 35, da Lei Complementar n.º 210/2011, em razão da extinção da Escola Municipal Dulce Fernandes de Queiroz, justificativa contida no Comunicado Circular – Memorando n.º 227/2014 e 279/2015 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de outubro de 2015  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4780**

PORTARIA Nº 4.780 DE 27 DE OUTUBRO DE 2015  
"REMOVE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei RESOLVE

Art. 1º. REMOVER DE OFÍCIO o(a) Servidor(a) Sr(a). VIVIAN MICHELE BERGMANN BERWALDT, Professor Nível II (Pós Graduação), lotado na Escola Municipal Professora Dulce Fernandes de Queiroz (20 horas semanais) para a Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes (20 horas semanais), de acordo com o art. 37, § 6º, da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003 e alterações, art. 35, da Lei Complementar n.º 210/2011, em razão da extinção da Escola Municipal Dulce Fernandes de Queiroz, justificativa contida no Comunicado Circular – Memorando n.º 227/2014 e 279/2015 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de outubro de 2015  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4781**

PORTARIA Nº 4.781 DE 27 DE OUTUBRO DE 2015  
"REMOVE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei RESOLVE

Art. 1º. REMOVER DE OFÍCIO o(a) Servidor(a) Sr(a). ILMARIA GLEICE DA ROCHA SILVA SEIMETZ, Professor Nível II (Pós Graduação), lotado na Escola Municipal Professora Dulce Fernandes de Queiroz (20 horas semanais) para a Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes (20 horas semanais), de acordo com o art. 37, § 6º, da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003 e alterações, art. 35, da Lei Complementar n.º 210/2011, em razão da extinção da Escola Municipal Dulce Fernandes de Queiroz, justificativa contida no Comunicado Circular – Memorando n.º 227/2014 e 279/2015 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de outubro de 2015  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4782**

PORTARIA Nº 4.782 DE 27 DE OUTUBRO DE 2015  
"REMOVE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei RESOLVE

Art. 1º. REMOVER DE OFÍCIO o(a) Servidor(a) Sr(a). MARISETE MACHADO ZAGONEL, Professor Nível II (Pós Graduação), lotado na Escola Municipal Professora Dulce Fernandes de Queiroz (20 horas semanais) para a Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes (20 horas semanais), de acordo com o art. 37, § 6º, da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003 e alterações, art. 35, da Lei Complementar n.º 210/2011, em razão da extinção da Escola Municipal Dulce Fernandes de Queiroz, justificativa contida no Comunicado Circular – Memorando n.º 227/2014 e 279/2015 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Permanecendo com a lotação na Escola Municipal Rotary Fritz Lucht, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de outubro de 2015  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4783**

PORTARIA Nº 4.783 DE 27 DE OUTUBRO DE 2015  
"REMOVE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei RESOLVE

Art. 1º. REMOVER DE OFÍCIO o(a) Servidor(a) Sr(a). ANA PAULA VANZ ONEDA, Professor Nível I (Licenciatura), lotado na Escola Municipal Professora Dulce Fernandes de Queiroz (20 horas semanais) para a Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes (20 horas semanais), de acordo com o art. 37, § 6º, da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003 e alterações, art. 35, da Lei Complementar n.º 210/2011, em razão da extinção da Escola Municipal Dulce Fernandes de Queiroz, justificativa contida no Comunicado Circular – Memorando n.º 227/2014 e 279/2015 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Permanecendo com a lotação de 40 horas semanais na Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes, conforme remoção supra e portaria n.º 314/2013.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de outubro de 2015  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4784**

PORTARIA N.º 4.784 DE 27 DE OUTUBRO DE 2015  
"CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). PATRICIA TEREZINHA MARTINAZZO DOS SANTOS, Professor Nível II (Pós Graduação), da Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). PATRICIA TEREZINHA MARTINAZZO DOS SANTOS, Professor Nível II (Pós Graduação), no Centro Educacional Frei Bruno, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com o Edital de Remoção 001/2015 da Secretaria Municipal de Educação, homologado em 13/10/2015, sendo que tal lotação efetiva-se a partir do ano letivo de 2016.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de outubro de 2015.  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4785**

PORTARIA N.º 4.785 DE 27 DE OUTUBRO DE 2015  
"CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). CRISTIANE TURRA, Professor Nível I (Licenciatura- Matemática), da Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). CRISTIANE TURRA, Professor Nível I (Licenciatura), no Centro Educacional Frei Bruno, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com o Edital de Remoção 001/2015 da Secretaria Municipal de Educação, homologado em 13/10/2015, sendo que tal lotação efetiva-se a partir do ano letivo de 2016.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de outubro de 2015.  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4786**

PORTARIA N.º 4.786 DE 27 DE OUTUBRO DE 2015  
"CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). LIANE ORSATTO PEROSA, Professor Nível I (Licenciatura), da Escola Municipal Rotary Fritz Lucht, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). LIANE ORSATTO PEROSA, Professor Nível I (Licenciatura), no Centro Educacional Frei Bruno (ensino fundamental – sala AEE), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com o Edital de Remoção 001/2015 da Secretaria Municipal de Educação, homologado em 13/10/2015, sendo que tal lotação efetiva-se

a partir do ano letivo de 2016.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de outubro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4787**

PORTARIA N.º 4.787 DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

“CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). JULIO CEZAR ALBERGUINI, Professor Nível II (Pós Graduação), da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). JULIO CEZAR ALBERGUINI, Professor Nível II (Pós Graduação), no Centro Educacional Roberto Trompowsky, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com o Edital de Remoção 001/2015 da Secretaria Municipal de Educação, homologado em 13/10/2015 e portaria n.º 1.120/2009, sendo que tal lotação efetiva-se a partir do ano letivo de 2016.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de outubro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4788**

PORTARIA N.º 4.788 DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

“CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). VERA LUCIA RADAVELLI WOLF, Professor Nível II (Pós Graduação), do Centro Educacional Roberto Trompowsky, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). VERA LUCIA RADAVELLI WOLF, Professor Nível II (Pós Graduação), na Escola Municipal Frida Regensburg, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com o Edital de Remoção 001/2015 da Secretaria Municipal de Educação, homologado em 13/10/2015, sendo que tal lotação efetiva-se a partir do ano letivo de 2016.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de outubro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4789**

PORTARIA N.º 4.789 DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

“CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). REGINA ALVES PADILHA BERNARDINI, Professor Nível II (Pós Graduação), do Centro Educacional Infantil Mundo Encantado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). REGINA ALVES PADILHA BERNARDINI, Professor Nível II (Pós Graduação), no Centro de Educação Infantil Anzolin, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com o Edital de Remoção 001/2015 da Secretaria Municipal de Educação, homologado em 13/10/2015, sendo que tal lotação efetiva-se a partir do ano letivo de 2016.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de outubro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4790**

PORTARIA N.º 4.790 DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

"CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). RUTH SPECHT, Professor Nível II (Pós Graduação), do Centro Educacional Infantil Tempo de Aprender, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). RUTH SPECHT, Professor Nível II (Pós Graduação), no Centro Educacional Infantil Menino Deus, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com o Edital de Remoção 001/2015 da Secretaria Municipal de Educação, homologado em 13/10/2015, sendo que tal lotação efetiva-se a partir do ano letivo de 2016.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de outubro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4791**

PORTARIA N.º 4.791 DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

"CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). DEBORA MARIA CRESTANI TONET, Professor Nível II (Pós Graduação), do Centro Educacional Infantil Tempo de Aprender, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). DEBORA MARIA CRESTANI TONET, Professor Nível II (Pós Graduação), no Centro Educacional Infantil Nossa Senhora de Lourdes, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com o Edital de Remoção 001/2015 da Secretaria Municipal de Educação, homologado em 13/10/2015, sendo que tal lotação efetiva-se a partir do ano letivo de 2016.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de outubro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4792**

PORTARIA N.º 4.792 DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

"CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). PATRICIA PELISSER, Professor Nível I (Licenciatura), do Centro de Educação Infantil Rita Maria Costenaro Petry, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). PATRICIA PELISSER, Professor Nível I (Licenciatura), no Centro Educacional Infantil Nossa Senhora de Lourdes, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com o Edital de Remoção 001/2015 da Secretaria Municipal de Educação, homologado em 13/10/2015, sendo que tal lotação efetiva-se a partir do ano letivo de 2016.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de outubro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4793**

PORTARIA N.º 4.793 DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

"CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). MARISETE MACHADO ZAGONEL, Professor Nível II (Pós Graduação), da Escola Municipal Dulce Fernandes de Queiroz, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme portaria 1.488/2013, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). MARISETE MACHADO ZAGONEL, Professor Nível II (Pós Graduação), no Centro Educacional Frei Bruno, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e permanecendo na Escola Municipal Rotary Fritz Lucht, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com o Edital de Remoção 001/2015 da Secretaria Municipal de Educação, homologado em 13/10/2015, sendo que tal lotação efetiva-se a partir do ano letivo de 2016.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de outubro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4794**

PORTARIA Nº 4.794 DE 27 DE OUTUBRO DE 2015  
"ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr.(a) GICELE CARVALHO DA SILVA MARCON, Professor Nível II (Pós Graduação), conforme Edital n.º 003/2015 de Alteração de Carga Horária de 17 de setembro de 2015, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos – Lei Complementar n.º 76/2003, bem como, art. 19 § 1º a § 11º da Lei Complementar n.º 210/2011, de 20 (vinte) para 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2º – Fica o servidor lotado na Escola Municipal Rotary Fritz Lucht (10 horas semanais) e NUPERAJO (30 horas semanais), conforme edital de alteração de carga horária e portaria n.º 1.874/2010. A presente alteração é para o início do mês de fevereiro de 2016 conforme art. 4º do resultado final do referido edital.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de outubro de 2015  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4795**

PORTARIA Nº 4.795 DE 27 DE OUTUBRO DE 2015  
"ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr.(a) ANGELICA BRANDINI DEMARTINI, Professor Nível II (Pós Graduação), conforme Edital n.º 003/2015 de Alteração de Carga Horária de 17 de setembro de 2015, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos – Lei Complementar n.º 76/2003, bem como, art. 19 § 1º a § 11º da Lei Complementar n.º 210/2011, de 20 (vinte) para 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2º – Fica o servidor lotado na Escola Municipal Frida Regensburger (40 horas semanais), conforme edital de alteração de carga horária e portaria n.º 3.554/2011. A presente alteração é para o início do mês de fevereiro de 2016 conforme art. 4º do resultado final do referido edital.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de outubro de 2015  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4796**

PORTARIA Nº 4.796 DE 27 DE OUTUBRO DE 2015  
"ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr.(a) ELIZALDA CASAGRANDE, Professor Nível I (Licenciatura), conforme processo n.º 140.013 de 25 de setembro de 2015, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos – Lei Complementar n.º 76/2003, bem como, art. 19 § 1º a § 11º da Lei Complementar n.º 210/2011, de 20 (vinte) para 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2º – Fica o servidor lotado no Centro Educacional Frei Bruno (20 horas semanais) e Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes (20 horas semanais), conforme processo n.º 140.013 de 25 de setembro de 2015 e portaria n.º 2.887/2011. A presente alteração é válida para o início do ano letivo de 2016.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 27 de outubro de 2015  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4797**

PORTARIA Nº 4.797 DE 28 DE OUTUBRO DE 2015  
"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr.(a). JHONNY GEORGE OLIVEIRA DE CARVALHO, Técnico de Administração, em função da titulação de Ensino Superior, conforme pedido protocolado através do processo n.º 140.139 de 07 de outubro de 2015, ficando enquadrado em função da nova titulação como Técnico de Administração Nível B-VII.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de outubro de 2015.  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4798**

PORTARIA Nº 4.798 DE 28 DE OUTUBRO DE 2015

**"CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo § 1º do art. 52 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). ELIANE ALVES CARDOSO, Professor Nível I (Licenciatura Plena), em função da titulação de Pós-Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 140.083 de 30 de setembro de 2015, ficando enquadrado em função da nova titulação como Professor Nível II (Pós-Graduação) referência A-01.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de outubro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4799**

PORTARIA Nº 4.799 DE 28 DE OUTUBRO DE 2015

**"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). MARIANA ZOPELETTO, Enfermeiro, em função da titulação de Pós Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 139.692 de 04 de setembro de 2015, ficando enquadrado em função da nova titulação como Enfermeiro Nível C-III.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de outubro de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

---

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**

---

**PORTARIA JHL 288/2015**

PORTARIA SIMAE JHL –Nº 288/15 DE 29/10/2015

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar Helison Carvalho Ferreira, ocupante do cargo de Mecânico de Manutenção enquadrado no P-4, N-1, Ref.B, sob nº da CNH 06167226979, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a dirigir o veículo: Saveiro Placa MCR-7035, a partir de 01 de novembro de 2015, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de novembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 29 de Outubro de 2015

Aluir Flemming

Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 289/2015**

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 289/2015 DE 29/10/2015

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Art. 1º- Designar Reginaldo da Silva, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, enquadrado no P-2, N-1, Ref. G-2, sob nº da CNH 02405974571, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a pilotar a motocicleta Placa MAY-8031, a partir de 01 de novembro de 2015, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de novembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 29 de outubro de 2015.

Aluir Flemming

Diretor Presidente



# Lages

## PREFEITURA

### EXTRATO 3º TERMO ADITIVO CONTRATO 138/2014 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0138/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: AS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 00.434.177/0001-04 com sede a Rua Frei Rogério, 11 CEP 88504-140 – Centro, Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Pavimentação da Avenida das Torres, nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo e Planilha de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital correlato.

Conforme solicitação de aditivo protocolado sob Processo Adm nº 9598/2015, com anuência da Secretaria da Fazenda nº 275/2015 e com parecer Jurídico nº 1560/2015, ADITA-SE ao valor inicial do contrato a quantia de R\$ 181.825,12 (cento e oitenta e um mil oitocentos e vinte e cinco reais e doze centavos).

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 27 de outubro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### EXTRATO ARP 10/2015 PP 119/2015 PML RAMALUZ

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2015

PROCESSO Nº 247/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais Diversos para Confecção de Elementos e Enfeites para o Natal Felicidade 2015, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Instalação, Manutenção e Retirada dos Materiais Elétricos, Elementos e Objetos de Decoração Natalina em todas as Ruas, Praças, Terminal Urbano, Rodoviária e demais Equipamentos Urbanos para Iluminação e Decoração do Natal Felicidade 2015, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE TURISMO, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições:

O VALOR REGISTRO É DE R\$ 83.000,00 (oitenta e três mil reais).

RAMALUZ LTDA INSCRITA NO CNPJ N.º 08.962.222/0001-05, COM SEDE A AVENIDA SANTA CATARINA, 285 – BAIRRO SANTO ANTÔNIO – CEP: 88512-005 – LAGES/SC.

Lages/SC 29 de outubro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### EXTRATO CONTRATO 415/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 415/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME inscrita no CNPJ sob nº 11.118.645/0001-40, estabelecida na Av. Luiz de Camões, 911 – loja 04 – Coral, Lages/SC – CEP. 88.523-000.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 250/2015, correlato ao pregão Presencial 123/2015 homologada em 28/10/2015 CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos de Áudio e Vídeo para o Centro de Artes e Esportes Unificados - CEUs, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s): em até 05 (cinco) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), à Rua Archelau Batista do Amaral, 745, Bairro Universitário, nesta cidade.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme medições e autorizada pelo Secretário da Fazenda CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), sendo

Lages, 28 de outubro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### EXTRATO CONTRATO 416/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 416/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: PARTNER COMERCIAL LTDA ME inscrita no CNPJ sob nº 08.234.845/0001-53, estabelecida na Rua. Papanduva, 08 – Esquina com a rua Jaraguá do Sul – Petropolis, Lages/SC – CEP. 88.505-366.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 250/2015, correlato ao pregão Presencial 123/2015 homologada em 28/10/2015 CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos de Áudio e Vídeo para o Centro de Artes e Esportes Unificados - CEUs, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s): em até 05 (cinco) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), à Rua Archelau Batista do Amaral, 745, Bairro Universitário, nesta cidade.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme medições

e autorizada pelo Secretário da Fazenda **CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 7.690,00 (sete mil seiscentos e noventa reais)

Lages, 28 de outubro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO CONTRATO 417/2015 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 417/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: L'ART ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ n.º 00.060.909/0001-35, com sede a Rua Gustavo Persuhn, 68 – Itoupava Seca – Blumenau/SC – CEP 89.030-150.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 245/2015, correlato a Tomada de Preço 31/2015 homologada em 29/10/2015

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Assessoria Técnica e Estudos Complementares Relativos à Implantação do Projeto Ponte Grande, em conformidade com o Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes deste Edital.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, em até 04 (quatro) meses a contar da data da assinatura do Contrato

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)**  
O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 254.917,60 (duzentos e cinquenta e quatro mil novecentos e dezessete reais e sessenta centavos)

Lages, 03 de novembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO CONTRATO 418/2015 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 418/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: CELIA REGINA W SANI - ME, inscrita no CNPJ: 04.195.853/0001-87 com sede a Avenida Beira Rio, 730 – Bairro Centro – CEP 88450-000 – Alfredo Wagner/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 249/2015, correlato ao Pregão Presencial 125/2015

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Aquisição de Materiais Esportivos para o Centro de Artes e Esportes Unificados - CEUs, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s): em até 05 (cinco) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), à Rua Archelau Batista do Amaral, 745, Bairro Universitário, nesta cidade.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme medições e autorizada pelo Secretário da Fazenda **CLÁUSULA TERCEIRA**

**– DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais)

Lages, 29 de outubro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO CONTRATO 419/2015 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 419/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA ME inscrita no CNPJ sob nº 13.965.228/0001-68, estabelecida na Av. 24 de Outubro, s/ nº - Centro, Bom Retiro/SC – CEP. 88.680-000.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 249/2015, correlato ao Pregão Presencial 125/2015

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Aquisição de Materiais Esportivos para o Centro de Artes e Esportes Unificados - CEUs, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s): em até 05 (cinco) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), à Rua Archelau Batista do Amaral, 745, Bairro Universitário, nesta cidade.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme medições e autorizada pelo Secretário da Fazenda **CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)**

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 718,00 (setecentos e dezoito reais)

Lages, 29 de outubro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO CONTRATO 420/2015 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 420/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: KI BOLA MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA, inscrita no CNPJ: 82.145.319/0001-70 com sede na Av. Luiz de Camões, 555 – Coral, CEP 88.523-000 – Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 249/2015, correlato ao Pregão Presencial 125/2015

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Aquisição de Materiais Esportivos para o Centro de Artes e Esportes Unificados - CEUs, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s): em até 05 (cinco) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), à Rua Archelau Batista do Amaral, 745,

Bairro Universitário, nesta cidade.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme medições e autorizada pelo Secretario da Fazenda CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 1.207,00 (mil duzentos e sete reais)

Lages, 29 de outubro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

### **PP 31 E 32-2015 SEMASA; PP 132, 133 E 134-2015 PML**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PP 31-2015 SEMASA

Objeto: Aquisição e Instalação de Peças e Troca de óleo

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 23/11/2015 às 16:00

Valor Estimado: R\$ 125.903,00

Modalidade: PP 32-2015 SEMASA

Objeto: Aquisição de Peças de Reposição "Selos Mecânicos".

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 24/11/2015 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 7.299,96

Modalidade: PP 132-2015 PML

Objeto: Locação de Stands para Feira de Artesanato e o Natal Felicidade 2015.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 16/11/2015 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 67.236,36

Modalidade: PP 133-2015 PML

Objeto: Locação de Banheiros Químicos para o Natal Felicidade 2015

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 16/11/2015 às 16:00

Valor Estimado: R\$ 28.526,44

Modalidade: PP 134-2015 PML

Objeto: Contratação de Segurança Privada para o evento Feira de Artesanato 2015.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 16/11/2015 às 17:00

Valor Estimado: R\$ 64.385,28

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada ou pelo [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br) sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 29 de outubro de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

# Laguna

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.506/15 - REPUBLICAÇÃO

DECRETO Nº 4.506 DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 68 da Lei Orgânica do Município e, no art. 6º da Lei nº 1.781/2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento vigente do Município de Laguna, readequando a dotação orçamentária, no valor de R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Prefeitura Municipal de Laguna

Unidade: 06 – Secretaria de Educação e Esportes

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 184 - Educação Básica

Fonte de Recursos: 1.0006 - Contribuição Salário Educação (36)

Projeto/Atividade: 2.039 – Manutenção e Melhoria do Ensino Fundamental - Salário Educação

Elemento de despesa:

90 – 3.3.90.30.00.00.00.00.01.0006 – Material de Consumo ..... R\$ 200.000,00

91 – 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0006 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica ..... R\$ 100.000,00

93 – 4.4.90.52.00.00.00.00.01.0006 – Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 80.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica utilizado em igual valor, recursos decorrentes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, na fonte de recursos 1.0006 - Contribuição do Salário Educação - 36, na conta bancária 215-0 da Caixa Econômica Federal, agência 0421.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.507/15 - REPUBLICAÇÃO

DECRETO Nº 4.507 DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 68 da Lei Orgânica do Município e, no art. 6º da Lei nº 1.781/2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento vigente do Município de Laguna, readequando a dotação orçamentária, no valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Prefeitura Municipal de Laguna

Unidade: 07 – Secretaria de Obras e Saneamento

Função: 17 - Saneamento

Programa: 14 - Saneamento Básico Urbano

Projeto/Atividade: 1.028 – Ampliação e Reforço da Drenagem Pluvial da Área Urbana

Elemento de despesa: 471 – 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0064 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica ..... R\$ 47.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica utilizado em igual valor, recursos decorrentes do provável excesso de arrecadação oriundos do Convênio 718/2015, celebrado entre o Município de Laguna e a Companhia de Águas e Saneamento, recurso 64 (1.0064 - Transferências de Convênios - Estado/Outros).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.525/15

DECRETO Nº 4.525 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CRECHES E ESTABELECIMENTOS DE ENSINO QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais, com base no art. 68 da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o memorando interno nº 395/2015 do Secretário Municipal de Educação e Esportes, que motivou a abertura do Processo Administrativo nº 4.797/15, requerendo a extinção da Creche Mundo Encantado, Creche Cinderela, Creche Crianças Amigas, Creche Passarinho da Lagoa, CEBEM Saci Perere, CEI Turma do Popye, EI Eponina Martins, EI de Perrixil, CEI Pingo de Gente, CEI Turma da Mônica, Creche Sonho de Criança e Creche Chapeuzinho Vermelho, por encontram-se desativadas há mais de 10 (dez) anos e, a conveniência e oportunidade da extinção das mesmas,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam extintas a Creche Mundo Encantado, Creche Cinderela, Creche Crianças Amigas, Creche Passarinho da Lagoa, CEBEM Saci Perere, CEI Turma do Popye, EI Eponina Martins, EI de Perrixil, CEI Pingo de Gente, CEI Turma da Mônica, Creche Sonho de Criança e Creche Chapeuzinho Vermelho

Art. 2º Em decorrência do disposto no artigo 1º deste Decreto, o acervo, a documentação escolar e os prontuários funcionais das Creches e demais estabelecimentos de ensino lá identificados, devem ser transferidos para a Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 4.526/15**

DECRETO Nº 4.526 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Município de Laguna, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 16 - Secretaria de Administração e Serviços Públicos

Proj/Atividade: 2.016 - Manutenção dos Serviços Inerentes à Secretaria de Administração

Elemento da Despesa:

374 - 3.1.90.94.00.00.00.00.00.01 - Indenizações e Restituições Trabalhistas ..... R\$ 5.000,00

380 - 3.3.90.39.00.00.00.00.00.01 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica ..... R\$ 2.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 16 - Secretaria de Administração e Serviços Públicos

Proj/Atividade: 2.016 - Manutenção dos Serviços Inerentes à Secretaria de Administração

Elemento da Despesa:

368 - 3.1.90.11.00.00.00.00.00.01 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil ..... R\$ 5.461,00

371 - 3.1.90.34.00.00.00.00.00.01 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contrato de Terceirização ..... R\$ 540,00

372 - 3.1.90.91.00.00.00.00.00.01 - Sentenças Judiciais ..... R\$ 540,00

373 - 3.1.90.92.00.00.00.00.00.01 - Despesas de Exercícios Anteriores ..... R\$ 459,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 4.527/15**

DECRETO Nº 4.527 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Município de Laguna, no valor de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 02 - Gabinete do Prefeito e Dependências

Proj/Atividade: 2.001 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete  
Elemento da Despesa: 24 - 3.3.90.92.00.00.00.00.00.01 - Despesas de Exercícios Anteriores ..... R\$ 33.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 02 - Gabinete do Prefeito e Dependências

Proj/Atividade: 2.001 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete

Elemento da Despesa: 13 - 3.1.90.16.00.00.00.00.00.01 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil ..... R\$ 33.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 4.528/15**

DECRETO Nº 4.528 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Município de Laguna, no valor de R\$ 714.000,00 (setecentos e quatorze mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 06 - Secretaria de Educação e Esporte

Proj/Atividade: 2.040 - Manutenção e Melhoria do Ensino Fundamental

Elemento da Despesa:

94 - 3.1.90.11.00.00.00.00.00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil ..... R\$ 500.000,00

95 - 3.1.90.13.00.00.00.00.00.01.0001 - Obrigações Patronais ..... R\$ 214.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 06 - Secretaria de Educação e Esporte

Proj/Atividade: 2.040 - Manutenção e Melhoria do Ensino Fundamental

Elemento da Despesa:

96 - 3.1.90.16.00.00.00.00.00.01.0001 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil ..... R\$ 130.000,00

110 - 4.4.90.51.00.00.00.00.00.01.0001 - Obras e Instalações ..... R\$ 216.000,00

111 - 4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0001 - Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 368.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 4.529/15**

DECRETO Nº 4.529 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Município de Laguna, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 06 - Secretaria de Educação e Esporte

Proj/Atividade: 2.055 – Apoio ao Esporte Amador

Elemento da Despesa: 171 – 3.3.90.39.00.00.00.00.01 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica ..... R\$ 15.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 06 - Secretaria de Educação e Esporte

Proj/Atividade: 2.055 – Apoio ao Esporte Amador

Elemento da Despesa: 170 – 3.3.90.30.00.00.00.00.01 - Material de Consumo ..... R\$ 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PREGÃO 023/2015 - PML**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

EDITAL 023/2015 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, em conformidade com o que estabelece a Lei 8666/93, Lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, no dia 16/11/2015, as 09:00 horas, para a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria administrativa. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme pedido ao e-mail [central@laguna.sc.gov.br](mailto:central@laguna.sc.gov.br), ou na sede, sito à Rua Osvaldo Cabral, 140 – Centro, Laguna SC das 07:00 às 13:00.

Laguna, 29 de outubro de 2015.

Waldir José de Souza

Pregoeiro



# Lauro Muller

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 120/2015

DECRETO Nº 120/2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA),

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 56.000,00 (Cinquenta e Seis Mil Reais) para reforço do seguinte item orçamentário:

10 - HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

10.01 - Hospital Municipal Henrique Lage

2.016 - Manutenção das Atividades do Hospital

DOTAÇÃO 02

3.1.90.00.00.0106 - Aplicação Direta R\$ 56.000,00

T O T A L R\$ 56.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

10 - HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

10.01 - Hospital Municipal Henrique Lage

2.016 - Manutenção das Atividades do Hospital

DOTAÇÃO 05

3.3.90.00.00.0106 - Aplicação Direta R\$ 56.000,00

T O T A L R\$ 56.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 22 DE OUTUBRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

### DECRETO Nº 121/2015

DECRETO Nº 121/2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA),

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 53.680,00 (Cinquenta e Três Mil, Seiscentos e Oitenta Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

08.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

08.01 - Fundo Municipal de Agricultura

2.033 - Apoio ao Produtor Rural

DOTAÇÃO 111

3.1.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 53.680,00

Total: R\$ 53.680,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

08.01 - SECRETARIA MUNI. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

08.01 - Fundo Municipal de Agricultura

2.033 - Apoio ao Produtor Rural

DOTAÇÃO 112

3.3.50.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 45.160,00

DOTAÇÃO 115

4.4.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 8.520,00

Total: R\$ 53.680,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 26 DE OUTUBRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

### DECRETO Nº 122/2015

DECRETO Nº 122/2015.

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO E PREGOEIRO OFICIAL.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado para compor a Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro Oficial, o servidor Alan Crocetta, em substituição ao servidor Leandro Stangherlin, pelo período de 06/11/2015 à 16/11/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 29 DE OUTUBRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

**DELIBERAÇÃO N.º 001/15**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**DELIBERAÇÃO N.º 001/15**

Dispõe sobre o regimento interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Lauro Muller.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições,

**DELIBERA:**

Alterar o REGIMENTO INTERNO do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que passa a ter o seguinte teor:

**TÍTULO I****DA NATUREZA, FINALIDADES E COMPETÊNCIAS****CAPÍTULO I****DA NATUREZA**

Art. 1º- O presente Regimento regula a competência, o funcionamento e a organização do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA CIDADE DE LAURO MULLER - SC, previsto na Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, criado pela Lei Municipal nº 1855 de 2015.

**CAPÍTULO II****DAS FINALIDADES**

Art. 2º- O Conselho é órgão normativo, deliberativo e controlador das ações da política municipal de atendimento à infância e à adolescência, de composição paritária entre Governo e Sociedade Civil, e tem por finalidade assegurar-lhes, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos à vida, à dignidade, à saúde, à alimentação, à moradia, à educação, ao lazer, à proteção ao trabalho, à cultura, à liberdade, ao respeito da sociedade e à convivência familiar e comunitária.

**CAPÍTULO III****DAS COMPETÊNCIAS**

Art. 3º- Compete ao CONSELHO:

I - Deliberar e controlar as políticas públicas municipais que garantam os direitos fundamentais da criança e do adolescente em todos os níveis e, com esse fim, mobilizar e articular o conjunto das Entidades da Sociedade Civil e dos órgãos do Poder Público;

II - Coordenar o processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, sob fiscalização do Ministério Público, de acordo com o art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente e com a Lei Municipal nº 1855 de 2015 que cria o Conselho Tutelar;

III - Acompanhar e monitorar a atuação e o funcionamento dos Conselhos Tutelares;

IV - Acompanhar, monitorar e avaliar as políticas públicas e todas as ações do Poder Público e da Sociedade Civil Organizada do Município voltadas para a criança e o adolescente e, com esse fim, manter permanente articulação com outros poderes;

V - Impedir as ações que contrariem os princípios básicos da cidadania, do atendimento integral e da defesa dos direitos da criança e do adolescente;

VI - Encaminhar, junto aos órgãos competentes, denúncias sobre negligência, abandono, omissão, discriminação, exclusão, exploração, violência, crueldade e opressão contra a criança e o adolescente;

VII - Proceder ao registro das entidades não governamentais e à inscrição dos programas governamentais e não governamentais de atendimento à criança e ao adolescente, que se encontrarem

devidamente qualificados, comunicando ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária competente;

VIII - Identificar, divulgar e integrar as ações voltadas para o atendimento da criança e do adolescente e para a defesa de seus direitos, com vistas à articulação e compatibilização de planos, programas e projetos;

IX - Registrar as doações recebidas de instituições nacionais e internacionais no Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e acompanhar a aplicação dos recursos delas derivados;

X - Elaborar e fixar planos de aplicação e critérios de utilização das doações subsidiadas e demais receitas do Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos termos do artigo 260, § 2º, da Lei Federal n.º 8.069/1990;

XI - Deliberar sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XII - Informar à comunidade, através dos meios de comunicação e de outras formas de divulgação, a situação social, econômica e cultural da infância e da adolescência;

XIII - Organizar e promover encontros periódicos de pessoas, entidades e instituições dedicadas ao atendimento à criança e ao adolescente, com o objetivo de discutir, avaliar e difundir as políticas públicas, inclusive as decorrentes das decisões e ações do Conselho;

XIV - Promover, a cada 02 (dois) anos, a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XV - Propor e participar de reuniões técnicas, congressos, seminários, conferências, jornadas, dentre outros;

XVI - Estabelecer parâmetros para a capacitação dos Conselheiros de Direitos, conforme calendário anual estabelecido pelo CMDCA;

XVII - Acompanhar a frequência dos Conselheiros, através do Livro de Presença e das Atas, em todas as atividades do Conselho;

XVIII - Deliberar sobre a convocação de reuniões, de caráter consultivo ou de divulgação, no interesse de seus objetivos, com a comunidade e com as autoridades constituídas, ou por solicitação de terceiros, bem como realizar reuniões periódicas com a comunidade e com as autoridades constituídas, para discussão do Plano de Trabalho e do Balanço das Atividades e dos Investimentos.

**TÍTULO II****DA COMPOSIÇÃO**

Art. 4º- O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE é constituído de forma paritária conforme art. 12 da lei municipal nº 1.855/2015.

I – seis representantes de entidades não governamentais e seus respectivos suplentes, com atuação no Município do LAURO MÜLLER, devidamente registradas neste Conselho, legalmente constituídas e indicadas através do fórum municipal.

II - seis representantes de órgãos do Poder Público e seus respectivos suplentes, a saber:

- Secretaria Municipal de Assistência Social/SMAS

- Secretaria Municipal de Educação

- Secretaria Municipal de Saúde

- Hospital municipal Henrique Lage

- Comissão Municipal de Esportes – CME

- Secretaria de Administração Finanças e Planejamento

Art. 5º- O mandato dos Conselheiros das entidades eleitas será de 02 (dois) anos, permitindo-se uma única recondução, desde que observada à paridade.

Art. 6º- Pelas atividades exercidas, os membros do Conselho não farão jus a qualquer tipo de remuneração, sendo tal atividade considerada como serviço público relevante.

### TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º- Para desenvolvimento de suas atividades, o CONSELHO será constituído pela Mesa Diretora, Assembleia, Secretaria Executiva, Comissões Temáticas e Corregedoria do Conselho Tutelar, podendo, ainda, constituir-se Grupos de Trabalho.

#### DA MESA DIRETORA

Art. 8º - A Mesa Diretora do CONSELHO será constituída por 04 (quatro) membros, sendo 01 (um) Presidente, 01 (um) Vice-presidente, 01 (um) Primeiro-secretário, 01 (um) Segundo-secretário. A Mesa Diretora Ampliada será constituída de todos os membros do CONSELHO.

§ 1º - Em caso de impedimento do Presidente, este será substituído pelo Vice-presidente ou por outro membro da Mesa Diretora.

§ 2º - Ocorrendo a vacância de qualquer um dos membros da Mesa Diretora, a Assembleia elegerá um de seus Conselheiros para completar o mandato, garantindo a paridade.

Art. 9º - O mandato dos membros da Mesa Diretora será de 01 (um) ano, devendo ter alternância entre Conselheiros representantes de Entidades Não Governamentais e Conselheiros representantes de Órgãos do Poder Público. Aplica-se o mesmo princípio de alternância na Coordenação das Comissões, conforme deliberação do colegiado.

§ 1º - A eleição dos membros da Mesa Diretora e Coordenadores das Comissões serão feita por escolha em plenária.

§ 2º - Fica vedada a recondução de Entidades Não Governamentais e de Órgãos do Poder Público como Membros da Mesa Diretora por dois mandatos seguidos, bem como de seus representantes, ainda que estejam em Entidades ou Órgãos Públicos diferentes daqueles que representavam em seu mandato anterior.

§3º - Os órgãos Públicos deverão observar a alternância/rodízio das Secretárias e Órgãos do Poder Público na indicação/eleição dos representantes na Mesa Diretora.

Art. 10 - Compete à Mesa Diretora:

- I - convocar as reuniões, designando data, local e horário, e convidando os Conselheiros a participarem, quando necessário;
- II - organizar as Assembleias Públicas do CONSELHO com a comunidade e com as autoridades constituídas;
- III - representar o CONSELHO oficialmente, delegando funções, quando necessário;
- IV - encaminhar as decisões do CONSELHO;
- V- tomar decisões de urgência "ad referendum" do CONSELHO;
- VI - definir a pauta para as Assembleias do CONSELHO;
- VII - elaborar o Plano Anual de Atividades/Planejamento Estratégico, realizado como produto do trabalho das Comissões e grupos de trabalho.

#### DA COMISSÃO DE ÉTICA

Art.11 - A Comissão de Ética do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente é um órgão do CONSELHO, composta por três membros, com mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução, regulada por Deliberação específica, cujos membros serão indicados da seguinte forma:

- I - um Procurador do Município, indicado pelo Procurador Geral do Município;
- II - um Conselheiro do CMDCA, representantes governamentais, escolhidos em votação por maioria simples em Assembleia do

CMDCA;

III - um Conselheiro do CMDCA, representantes não governamentais, escolhidos em votação por maioria simples em Assembleia do CMDCA.

#### DA ASSEMBLEIA

Art. 12 - A Assembleia é instância máxima de deliberação do CONSELHO, composta por todos os seus membros, que reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, com a presença da maioria simples de seus membros efetivos, em primeira chamada, ou com os respectivos suplentes, quinze minutos depois.

Parágrafo único - Os presentes assinarão o livro de presença.

Art. 13 - As Assembleias extraordinárias ocorrerão sempre que necessário, mediante solicitação de no mínimo 2/3 dos membros do CONSELHO, ou por convocação de sua Mesa Diretora, num prazo mínimo de 03 (três) dias úteis, podendo ser deliberados somente os assuntos que a motivaram, observando-se o "quorum" estipulado no artigo anterior.

Art. 14 - As Assembleias serão convocadas através de ofício ou correio eletrônico, que deverão conter data, horário e local de sua realização.

Art. 15 - Será iniciada a Assembleia pela apreciação e aprovação da ata da Assembleia anterior, previamente encaminhada aos conselheiros que, depois de aprovada, será assinada pelos membros do Conselho.

Art. 16 - As matérias que dependem de votação deverão constar da pauta da Assembleia.

Art. 17 - Qualquer matéria a ser aprovada deverá contar com o referendo de maioria simples dos presentes e, em caso de empate no processo de votação, a matéria deverá retornar à Comissão para elaboração de novo parecer.

Art. 18 - É livre a participação dos suplentes em todas as Assembleias, reuniões, comissões e grupos de trabalho, com direito à voz, tendo direito a voto somente quando da ausência do titular.

Parágrafo único - Na ausência do Conselheiro titular as Assembleias ordinárias ou extraordinárias do CONSELHO, far-se-á obrigatória a presença do suplente, que deliberará sobre os assuntos em pauta.

Art. 19 - Será considerado motivo de substituição do representante do órgão governamental ou da entidade não governamental:

§1º O seu não comparecimento, sem justificativa por escrito, a Assembleias ordinárias, ou reuniões de Comissão e Mesa Diretora, totalizando 06 (seis) faltas consecutivas ou 12 (doze) faltas alternadas no ano, a partir da posse do conselheiro.

I - no caso de ausência da representatividade da Instituição ou órgão do Governo, caberá à mesma promover a devida comunicação formal ao CONSELHO, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

II - é de responsabilidade do conselheiro titular a comunicação ao seu suplente para fins de substituição e participação nas atividades do Conselho.

III - no caso das Entidades da Sociedade Civil ou dos órgãos do Governo incorrer nas faltas acima, o CONSELHO deliberará em Mesa Diretora Ampliada.

V- No caso da não substituição do Conselheiro faltoso e seu

suplente, e na reincidência das faltas, a Comissão de Ética proporá a substituição da Entidade Não Governamental ou Órgão Público à Mesa Diretora Ampliada, que deverá aprovar em Assembleia Pública do Conselho.

§ 2º A substituição de Conselheiros será analisada pela Comissão de Ética do Conselho de Direitos e seu parecer final deverá ser apresentado em Mesa Diretora Ampliada, cabendo ao Colegiado em Assembleia Pública votar pela aprovação do parecer da Comissão.

Art. 20 - Nos casos de impedimento definitivo de Entidades da Sociedade Civil, assumirá o lugar a Entidade que ficou na sequência de votação.

Art. 21- Todo e qualquer óbice ao exercício das funções inerentes ao cargo de Conselheiro serão examinados pela Mesa Diretora, ensejando ampla manifestação e defesa do interessado e sendo decisão aprovada por maioria absoluta.

#### DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

Art. 22 - As Comissões Temáticas serão paritárias, integradas, no mínimo, por 4 (quatro) membros e terão por finalidade subsidiar o Conselho formulando estudos, propondo e encaminhando as ações deles decorrentes.

§ 1º- Todos os estudos e pareceres emitidos pelas Comissões serão submetidos ao CONSELHO para aprovação.

§ 2º- Sempre que houver necessidade os expedientes recebidos pelo CONSELHO serão encaminhados, pela Secretaria Executiva, à Comissão Temática pertinente que, em prazo pré-determinado, emitirá parecer.

§ 3º- Cada Comissão Temática terá um Coordenador, que será eleito pelos membros do CONSELHO em reuniões especialmente convocadas para este fim.

§ 4º- No processo de definição dos membros titulares das Coordenações das Comissões será observado o disposto na Lei Federal n.º 8.069/1990, que garante efetiva paridade entre os membros.

Art. 23 - As Comissões Temáticas poderão ser: Comissão de Políticas Públicas, Comissão de Garantia de Direitos, Comissão de Orçamento e Comissão de Comunicação, tendo por finalidade:

I - Comissão de Políticas Públicas – propor políticas de promoção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, além de elaborar, sugerir e acompanhar os programas delas decorrentes.

II - Comissão de Garantia de Direitos – acompanhar e avaliar as ações governamentais e não governamentais dirigidas à infância e à adolescência no âmbito do Município; encaminhar e acompanhar, junto aos órgãos competentes, denúncias de todas as formas de violação de seus direitos; acompanhar sistematicamente a atuação dos Conselhos Tutelares e fornecer pareceres sobre a concessão de registros das Entidades.

III - Comissão de Orçamento - assessorar o Conselho na elaboração e acompanhamento do Orçamento Criança e na política de captação, aplicação e fiscalização dos recursos do Fundo da Infância e Adolescência.

IV - Comissão de Comunicação - Promover, junto à opinião pública, a divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o papel do Conselho, seus resultados e o Fundo da Infância e Adolescência, mobilizando a sociedade para a sua indispensável participação na defesa e garantia dos direitos infanto-juvenis.

#### TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO INTERNA

Art. 24 - Para o desenvolvimento de suas atividades, o CONSELHO contará com quadro de assessores técnicos de nível superior, nas áreas de Direito, Serviço Social, Psicologia, Contabilidade, Administração e Comunicação, para que assessorem os trabalhos das Comissões e Corregedoria, assim como de uma infra-estrutura administrativa.

Parágrafo único - o Conselho deliberará acerca do seu quadro de funcionários com sua qualificação, conforme necessidades de seu funcionamento interno.

Art. 25 - A Coordenação técnico-administrativa terá como titular a Secretária Executiva.

#### TÍTULO V DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 26 - Compete ao Presidente do CONSELHO e, no seu impedimento, ao Vice-presidente:

I - Estabelecer, junto com os demais Conselheiros, o Planejamento Estratégico, o Plano de Ação, o Plano de Aplicação e o calendário das reuniões;

II - Assinar os documentos do CONSELHO;

III - Assinar documentos específicos das Comissões, juntamente com os respectivos Coordenadores;

IV - Exercer outras atribuições que vierem a ser estabelecidas pelo CONSELHO.

Art. 27 – Compete ao Vice- presidente substituir o Presidente em seus impedimentos

Art. 28 - Compete ao Primeiro-secretário:

I - Supervisionar o conjunto das ações administrativas do CONSELHO;

II - Assinar, juntamente com o Segundo-secretário e com quem as presidir, as atas das reuniões do CONSELHO;

III - Encaminhar, em conjunto com a Presidência, os expedientes ao Conselho designando relator da matéria e estabelecendo prazo para parecer;

IV- Substituir, eventualmente, o Presidente e o Vice-presidente em seus impedimentos.

Art. 29 - Compete ao Segundo-secretário:

I - Supervisionar o conjunto das ações administrativas do Conselho;

II - Assinar, juntamente com o Primeiro-secretário e com quem as presidir, as atas das reuniões do CONSELHO;

III - Substituir, eventualmente, o Primeiro-secretário em seus impedimentos.

Art. 30 - Compete aos Coordenadores das Comissões Temáticas:

I - Coordenar as atividades de suas respectivas Comissões;

II - Apresentar relatórios periódicos de suas atividades;



III - Participar das ações da Mesa Diretora.

Parágrafo único - o Coordenador de cada Comissão será eleito em fórum próprio de cada Comissão, observando-se que seja assegurada a paridade entre representantes da Sociedade Civil e do Governo.

Art. 31 – Compete a Secretaria Executiva:

I - Operacionalizar as ações técnico-administrativas do CMDCA;

II – Lavrar as atas das reuniões do CMDCA;

III – Providenciar a publicação das deliberações do CMDCA no Diário Oficial do Município do Lauro Müller.

#### TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32 - O CONSELHO nomeará Comissão Eleitoral 90 (noventa) dias antes do término de cada mandato, com vistas ao procedimento eleitoral para o exercício seguinte, observada a Lei Municipal nº 1855 de 2015.

Art. 33 - Nos 60 (sessenta) dias que antecederem à renovação do CONSELHO, deverá ser publicado Edital convocando as organizações não governamentais, devidamente registradas no Conselho, para que participem da eleição de escolha de seus novos membros, organizada pelo CMDCA e Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lauro Müller.

Art. 34 - Nos 30 (trinta) dias que antecederem à renovação do CONSELHO, deverá ser solicitada ao Prefeito a indicação dos representantes dos órgãos governamentais.

Art. 35 - O Regimento Interno poderá ser alterado por proposta expressa de qualquer membro do CONSELHO, encaminhada por escrito à Mesa Diretora para inclusão em pauta.

§ 1º- As alterações serão aprovadas por 2/3 dos membros efetivos do CONSELHO.

§ 2º- As alterações serão aprovadas em assembleia específica para este fim.

& 3º - As alterações aprovadas deverão ser publicadas no Diário Oficial do Município de Lauro Müller.

Art. 36 - Os casos omissos e não previstos neste Regimento serão resolvidos pela maioria simples do CONSELHO.

Art. 38 – Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município.

Art. 39 – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lauro Müller, 29 de outubro de 2015  
Suzamara Vieira  
Presidente do CMDCA- Lauro Müller

## EDITAL DE PROJETOS CHANCELADOS EDITAL CMDCA Nº 03

EDITAL DE PROJETOS CHANCELADOS

EDITAL CMDCA Nº 03

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lauro Müller- CMDCA, no uso de suas atribuições legais, discutiu e aprovou a Resolução n.º 07/2015 no dia 29/10/2015, que torna público o lançamento do presente edital e convida as entidades inscritas neste Conselho para a apresentação de projetos para captação de recursos, através do Fundo para a Infância e Adolescência - FIA do município de Lauro Müller, nos termos e condições estabelecidas neste Edital.

Art. 1º - O presente edital tem por objetivo a análise e aprovação de projetos a serem financiados na forma de captação de recursos para o Fundo para a Infância e Adolescência - FIA do município de Lauro Müller, de acordo com o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8069/1990) e a Resolução nº 137 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

Art. 2º - As entidades devidamente cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lauro Müller- CMDCA, devem apresentar seus projetos para análise, apreciação e deliberação do Conselho, antes da realização de qualquer atividade ligada à captação de recursos, utilizando a modalidade de Imposto de Renda de pessoa física ou jurídica, e/ou por doação espontânea.

Art. 3º - A captação de recursos financeiros será realizada pela entidade proponente que deverá ter registro junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lauro Müller.

Art. 4º - Para habilitação é indispensável apresentação de projeto incluindo:

I - Objetivo;

II – Área de atuação;

III – Metodologia e procedimentos;

IV - Justificativa;

V – Cronograma e responsáveis pela execução;

VI - Orçamento;

VII – Resultados esperados.

Parágrafo único – o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lauro Müller apreciará os projetos submetidos e deliberará pela aprovação ou não dos mesmos.

Art. 5º - Os projetos aprovados estarão habilitados a receber Carta de Captação de Recursos.

Art. 6º - O contribuinte fará a doação ou a destinação do imposto de renda por meio eletrônico, através do endereço [www.lauromuller.conselhofia.com.br](http://www.lauromuller.conselhofia.com.br), sendo possível a escolha do projeto ao qual quer destinar, este gerará um boleto que poderá ser pago em qualquer agência bancária até a data do vencimento.

§ 1º. Doação espontânea poderá ser feita a qualquer tempo, até maio de 2016.

§ 2º. A destinação do imposto de renda pessoa jurídica e pessoa física, poderá ser realizada até 31 de dezembro de 2015, levando em consideração que pessoa jurídica pode destinar até 1% (lucro real), e pessoa física até 6% do imposto de renda devido.

§ 3º. Os recursos recebidos pela destinação do imposto de renda, realizados no ato da declaração pelas pessoas físicas, só poderão ser direcionados ao Fundo, sendo assim o CMDCA, deliberará sobre estes recursos.

Art. 7º. Os recursos captados serão depositados diretamente na Conta Bancária do Fundo para a Infância e Adolescência – FIA do município de Lauro Müller, o comprovante de depósito juntamente com o boleto, servirá como recibo do doador.

Art. 8º - Os projetos habilitados podem a partir da data de publicação da Resolução de aprovação do projeto, iniciar a captação de recursos.

Art. 9º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente reserva-se ao direito de manter 20% dos recursos captados para aplicação de acordo com as prioridades do FIA, conforme resolução CONANDA Nº 137, em seu art. 13, parágrafo 3º, de 21 de

janeiro de 2010.

Art. 10 – Os projetos apresentados deverão necessariamente ter vínculo com as linhas de ação na área de proteção, promoção, defesa e atendimento aos direitos de crianças e adolescentes.

Art. 11 – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá sugerir modificações nos projetos, como critério para a aprovação dos mesmos.

Art. 12 – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente receberá projetos em fluxo contínuo deliberando sobre sua conveniência de acordo com o conjunto de prioridades das necessidades identificadas para a garantia e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 13 – As propostas devem ser entregues até 10 de novembro de 2015, rubricadas e assinadas pelo representante legal da entidade proponente, enviadas por e-mail no endereço eletrônico cmdcalm@gmail.com, ou diretamente entregue na secretaria executiva do CMDCA, situado a Rua Orleans nº 280, centro.

Art. 14 – O encaminhamento de projeto implica na prévia e integral concordância com as normas deste Edital.

Art. 15 – A análise e aprovação dos projetos levará em consideração:

I – Habilitação documental, comprovada por meio de registro da entidade no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes.

II – Consonância do projeto com a legislação que assegura os direitos de crianças e adolescentes em vigor.

III – Coerência entre justificativa e objetivos propostos no Projeto.

IV – Adequação dos projetos às prioridades de ação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes.

V – Capacidade técnica e administrativa do proponente para executar o projeto.

VI – Detalhamento dos procedimentos metodológicos e adequação para o alcance dos objetivos propostos.

VII – Definição clara do público beneficiado.

VIII – Definição da equipe do projeto.

IX – Impacto social esperado.

X – Adequação do orçamento aos objetivos e metas.

Art. 16 – O prazo máximo de execução dos projetos será de 12 (doze) meses a contar da data do primeiro repasse do recurso captado.

Parágrafo 1 – O convenio será assinado após comprovação do recurso.

Parágrafo 2 – O CMDCA terá autonomia em deliberar sobre projeto em caso de não captação total do recurso.

Parágrafo 3 – Os projetos poderão ser renovados por igual prazo, mediante aprovação expressa do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lauro Müller.

Art. 17 – O pedido de renovação da habilitação dos projetos deverá ser entregue no Conselho Municipal 90 (noventa) dias antes do prazo final do cronograma de execução do projeto anteriormente aprovado.

Art. 18 – Os casos omissos serão decididos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 19 – O prazo para solicitação do recurso captado se encerra no dia 01/08/2015.

Art. 20 – A aplicação dos Recursos do Fundo deve ocorrer conforme Resolução nº 137, art. 15 e 16 de 21 de janeiro de 2010.

“Art. 15 - A aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberada pelo Conselho de Direitos, deverá ser destinada para o financiamento de ações governamentais e não-governamentais relativas a:

I - desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, por tempo determinado, não excedendo a 3 (três) anos, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 260, § 2º da Lei nº 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção,

Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

III - programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV - programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

VI - ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 16 – Deve ser vedada à utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único. Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para:

I - a transferência sem a deliberação do respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

III - manutenção e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente; e

V - investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.”

Informações complementares podem ser obtidas na Secretaria Executiva dos Conselhos, pelo e-mail cmdcalm@gmail.com, ou pelo telefone 34644780 na cidade de Lauro Müller.

Suzamara Vieira

Presidente do CMDCA

## **PORTARIA Nº 398/2015**

PORTARIA Nº 398/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos incisos VI e VIII do artigo 63, alínea “c” do inciso II do artigo 89 e inciso II do artigo 205, todos da Lei Orgânica Municipal,

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Como medida cautelar, afastar de suas atividades a servidora JUCI HELLEN DANIELSKI, ocupante do cargo de agente comunitária de saúde, matrícula nº 1591, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo de sua remuneração, durante o PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 001/PAD/2015, conforme portaria instauradora nº 390/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 29 DE OUTUBRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal



Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

### **RESOLUÇÃO CMDCA Nº 08/2015**

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 08/2015

Dispõe sobre a prorrogação do mandato dos conselheiros do Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições estabelecidas na lei municipal nº 1.855/2015 e deliberação dos membros do CMDCA presentes em reunião ordinária realizada no dia 01 de setembro de 2015, CONSIDERANDO que o mandato dos conselheiros do CMDCA possuem duração de dois anos, a completar este período em outubro de dois mil e quinze.

CONSIDERANDO que o CMDCA está com diversas atividades em andamento, como a organização e a realização da eleição para novos conselheiros tutelares bem como a campanha para captação de recurso ao FIA através de dedução do imposto de renda.

CONSIDERANDO que a mudança de gestão em meio a estas atividades pode comprometer o andamento dos encaminhamentos necessários para a conclusão destas atividades.

Resolve:

Art. 1º. Prorrogar o mandato dos conselheiros do Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente até 29 de fevereiro de dois mil e dezesseis.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lauro Muller, 27 de outubro de 2015  
Suzamara Vieira  
Presidente do CMDCA

### **RESOLUÇÃO CMDCA Nº07/2015**

RESOLUÇÃO CMDCA Nº07/2015

Dispõe sobre a aprovação e abertura do edital para a inscrição de projetos para posterior aprovação à captação de recurso através do Fundo da Infância e Adolescência na modalidade de chancela.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições estabelecidas na lei municipal nº 1.855/2015 e deliberação dos membros do CMDCA presentes em reunião ordinária realizada no dia 01 de setembro de 2015, CONSIDERANDO a resolução nº 137 de janeiro de 2010 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

CONSIDERANDO o Art. 13 da resolução citada à cima, onde prevê que Deve ser facultado ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente cancelar projetos mediante edital específico. Que a Chancela deve ser entendida como a autorização para captação de recursos aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente destinados a projetos aprovados pelos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a referida captação de recurso deverá ser realizada pela instituição proponente para o financiamento do respectivo projeto.

Resolve:

Art. 1º. Aprovar e publicar o edital CMDCA Nº.03 que prevê a

inscrição de projetos para posterior aprovação à captação de recurso através do Fundo da Infância e Adolescência na modalidade de chancela.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lauro Muller, 17 de setembro de 2015  
Suzamara Vieira  
Presidente do CMDCA

### **TOMADA DE PREÇO Nº88/2015 - PMLM**

TOMADA DE PREÇO Nº88/2015 - PMLM  
PROCESSO Nº88/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Presidente da comissão de licitação comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 17 de novembro de 2015 às 14:00 hs (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório TOMADA DE PREÇO para contratação de empresa do ramo pertinente para a realização de Processo Seletivo, para preenchimento de vagas e quadro de reservas da Secretaria de Educação do Município de Lauro Muller/SC.. O edital na íntegra está disponível no site oficial do municipio [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller, 29 de outubro de 2015  
Jair F Madeira  
Presidente da Comissão de Licitação

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### **PORTARIA Nº 297/2015, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 297/2015, de 26 de Outubro de 2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares a Servidora Pública Municipal Ayume Andara dos Santos Wolff Maciel, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Educação, vinculada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 09 de Julho de 2013 a 08 de julho de 2014, para gozo no período de 03 de Novembro de 2015 a 02 de Dezembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 26 de Outubro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Responsável pelo RH

### **PORTARIA Nº 298/2015, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 298/2015, de 26 de Outubro de 2015.

CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA AUSENTAR-SE DO SERVIÇO.

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VIII do artigo 91, da Lei Orgânica do Município; e

Considerando, o atendimento, por Servidor Público Municipal, à convocação da Justiça Eleitoral, exercendo a função de 2º Mesário, quando atuou para a função designada para o Pleito Eleitoral de 26 de outubro de 2014,

Considerando o disposto no art. 98, da Lei Federal nº 9.504/97;

RESOLVE:

Conceder, Licença Especial para ausentar-se do Serviço, pelo período de dois dias, sendo nos dias 29 e 30 de Outubro de 2015, o Servidor Público Municipal Leonardo Junior Cavallier, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Técnico, vinculado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na forma das disposições do art. 98 da Lei nº 9.504/97.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 26 de Outubro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Responsável pelo Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 299/2015, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 299/2015, de 26 de Outubro de 2015.

CONVOCA PROFESSOR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 049/2002, de 31 de dezembro de 2002,.

RESOLVE :

Convocar, em caráter temporário, a Professora Jessica Duana Locatelli, para exercer as funções do cargo de Professor, 20 horas semanais, por 02 (dois) períodos, em substituição a professores que apresentaram atestado médico, conforme comunicação interna da Secretaria Municipal de Educação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 26 de Outubro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Responsável pelo RH

### **PORTARIA Nº 300/2015, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 300/2015, de 26 de Outubro de 2015.

CONVOCA PROFESSOR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 049/2002, de 31 de dezembro de 2002,.

RESOLVE :

Convocar, em caráter temporário, a Professora Franciele Hengem Benini, para exercer as funções do cargo de Professor, 20 horas semanais, por 05 (cinco) períodos, em substituição a professores que apresentaram atestado médico, conforme comunicação interna da Secretaria Municipal de Educação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 26 de Outubro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Responsável pelo RH

**PORTARIA Nº 301/2015, DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 301/2015, de 26 de Outubro de 2015.  
CONVOCA PROFESSOR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 049/2002, de 31 de dezembro de 2002,.

**RESOLVE :**

Convocar, em caráter temporário, a Professora Mari Lúcia Gasparotto, para exercer as funções do cargo de Professor, 15 horas semanais, por 20 (vinte) períodos, em substituição a professores que apresentaram atestado médico, conforme comunicação interna da Secretaria Municipal de Educação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em 26 de Outubro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Responsável pelo RH

**PORTARIA Nº 302/2015, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 302/2015, de 29 de outubro de 2015.  
DESIGNA RESPONSABILIDADES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando a extinção do cargo de tesoureiro do plano de cargos e salários do município, conforme Lei Complementar nº 178/2011;

**RESOLVE:**

I - Designar, ao servidor público Municipal Diego Frare, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Cadastrista, além das atribuições de seu cargo, as funções, responsabilidades e atribuições que envolvem procedimentos bancários em meio documental e eletrônico.

II – Face o disposto neste ato, fica revogada a Portaria nº 127, de 01 de abril de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,  
Em, 29 de Outubro de 2015

PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo  
Responsável pelo Recursos Humanos

# Luzerna

## PREFEITURA

### CANCELAMENTO TERMO DE CREDENCIAMENTO – CONTRATO 045/2015 – PL 066/15 – IL 007/2015/ FMS

Cancelamento ao Contrato FMS nº 045/2015, oriundo do Processo Licitatório FMS nº 066/2015, Inexigibilidade de Licitação FMS nº 007/2015, Credenciamento nº 003/2015, que entre si celebram a MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC e DEON SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, à pedido do credenciado.

Presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, WALMOR SILVESTRE S DRESCH STRÖHER, brasileiro, casado, odontólogo, inscrito no CPF/MF sob o nº 007.630.159-11 e portador da cédula de identidade nº 11/R 4.092.312, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa, 476, Bairro São Francisco, neste Município de Luzerna/SC, denominado de CREDENCIANTE e DEON SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.208.353/0001-99, com endereço a Av. Santa Terezinha, nº 243, sala 204 Edif. Centro Profissional, Centro no Município de Joaçaba/SC, CEP 89.600-000, representada por seu sócio administrador JONATAS DEON, brasileiro, solteiro, maior e capaz, médico registrado no CREMESC nº 18528, na área de medicina e na especialidade/serviços de Ginecologia e Obstetrícia, inscrito no CPF/MF sob nº 053.138.319-92 e portador da cédula de identidade nº 3427979 SSPSC, com endereço residencial a Av. XV de Novembro, nº 70, apto nº 301, Bairro Centro, em Joaçaba/SC, CEP 89.600.000, doravante denominado simplesmente CREDENCIADO, acordaram e celebraram o TERMO DE CREDENCIAMENTO, RESOLVEM, com supedâneo no art. 79, II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Cancelamento ao Contrato em epígrafe, nos termos que segue:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO:

1.1. O presente Termo tem por objeto o cancelamento do Contrato referido no preâmbulo, a pedido do CREDENCIADO, em face da impossibilidade de continuar cumprindo com as exigências do instrumento convocatório, que originou o Contrato.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORO:

2.1 É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente Cancelamento com renúncia à qualquer outro, por mais privilegiado que o seja. E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 30 de outubro de 2015.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER GESTOR DO FMS CREDENCIANTE	DEON SERVIÇOS MÉDICOS LTDA JONATAS DEON CREDENCIADO
TESTEMUNHAS:  1. _____	  2. _____

### DECRETO 2135

DECRETO Nº 2135 de 28 de outubro de 2015.

“ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES EM DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19 da Lei nº 1311, de 11 de novembro de 2014,

#### DECRETA:

Art.1º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado nas Fontes abaixo descritas, criando a Fonte de Recursos e Valor no Orçamento do Município para 2015, atribuído à Atividade e Projeto:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 08.03.27.812.0049.2040 - Funcionamento e man. do Setor de Esportes

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 3.00 - S. F. Recursos ordinários ..... R\$ 3.300,00

Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos ordinários

Art.2º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado nas Fontes abaixo descritas, criando a Fonte de Recursos e Valor no Orçamento do Município para 2015, atribuído à Atividade e Projeto:

Unidade Gestora - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade - 06.01.06.181.0010.2011 - Man. do Convênio do Corpo de Bombeiros

Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte: 3.00 - SF Recursos Ordinários ..... R\$ 6.800,00

Detalhamento: 102 - Corpo de Bombeiros

Art.3º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2014, que respalda os artigos 1 e 2.

Art.4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 28 de outubro de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

### DECRETO 2136

DECRETO Nº 2136 de 28 de outubro de 2015.

“SUBSTITUI MEMBRO DAS COMISSÕES, CONSELHOS E COMITÊ MUNICIPAIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

#### DECRETA:

Art.1º- Fica nomeado ANDRÉ LUIS TOIGO DIESEL para substituir MURIEL KIRSCH na COMISSÃO DE TRÂNSITO, CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL, COMISSÃO ESPECIAL DE VALORES, CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DE DEFESA CIVIL e COMITÊ DIRETOR DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA

**DE RESÍDUOS SÓLIDOS.**

Art.2º- As demais disposições dos Decretos nºs 2052/2015, 2021/2015, 1708/2013, 1835/2014 e 1643/2013, permanecem inalteradas.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de setembro de 2015.

Luzerna(SC), 28 de outubro de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**DECRETO 2137**

DECRETO Nº 2137 de 28 de outubro de 2015.

"SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO/CMH QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

Art.1º- Fica nomeada MARIANA DE AZEVEDO RAMOS para substituir LUAN FERNANDO DIAS como Suplente representante da Assessoria Jurídica, MARIANA VIGANÓ para substituir JOVIANE COLOMBELLI como Titular, representante da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social e ANDRÉ LUIS TOIGO DIESEL para substituir MURIEL KIRSCH, como Titular, representante da Assessoria de Planejamento, todos no CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO/CMH.

Art.2º- As demais disposições do Decreto nº 1673/2013, permanecem inalteradas.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de setembro de 2015.

Luzerna(SC), 28 de outubro de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**ANEXO DO DECRETO 2135**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
 Anexo 14 - Balanço Patrimonial  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas  
 Exercício 2014  
 Período: Janeiro à Dezembro  
 Página: 1

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
<b>FINANCEIRO</b>	<b>3.322.221,53</b>	<b>FINANCEIRO</b>	<b>1.590.929,28</b>
DISPONÍVEL	3.322.221,53	DEPÓSITOS	1.257,77
Bancos Conta Movimento	519.405,41	Consignações	1.257,77
Bancos Conta Vinculada	2.553.767,65	RESTOS A PAGAR	1.589.671,51
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	248.954,91	Obrigações a Pagar	1.589.671,51
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	93,56		
<b>PERMANENTE</b>	<b>32.114.633,72</b>	<b>PERMANENTE</b>	<b>214.104,40</b>
DÍVIDA ATIVA	593.416,37	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	214.104,40
Créditos Inscritos em Dívida Ativa (Longo Prazo)	593.416,37	Por Contratos de Curto Prazo	65.869,25
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	213,47	Por Contratos de Longo Prazo	148.235,15
Investimentos	213,47		
IMOBILIZADO	31.521.003,88		
Bens Imóveis	26.112.351,78		
Bens Móveis	5.475.379,34		
(-) Depreciações, Amortizações e Exaustões	-66.727,24		
<b>ATIVO REAL</b>	<b>35.436.855,25</b>	<b>PASSIVO REAL</b>	<b>1.805.033,68</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>0,00</b>	<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>33.631.821,57</b>
PASSIVO REAL A DESCOBERTO	0,00	ATIVO REAL LÍQUIDO	33.631.821,57
<b>COMPENSADO</b>	<b>3.625.529,27</b>	<b>COMPENSADO</b>	<b>3.625.529,27</b>
Execução da Programação Financeira	3.322.221,53	Execução da Programação Financeira	3.322.221,53
Compensações Ativas Diversas	268.977,74	Compensações Passivas Diversas	268.977,74
Controle de Consórcios	34.330,00	Controle de Consórcios	34.330,00
<b>TOTAL</b>	<b>39.062.384,52</b>	<b>TOTAL</b>	<b>39.062.384,52</b>

## Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas neste Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Elaborado com base no anexo emitido em 20/01/2015 pela Contador 20394/O-8

Luzerna, 24/04/2015

DREONE FELSKI MENDES  
 CONTADOR - CRC/SC 36461

MOISES DIERSMANN  
 PREFEITO MUNICIPAL



# Macieira

## PREFEITURA

### **decreto 1518**

DECRETO Nº. 1518, de 27 de outubro de 2015.

Constitui e nomeia membros da Comissão do Processo Seletivo nº 01/2015, e dá outras providências.

JORGE CERRY, Prefeito Municipal de Macieira - SC, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no art. 58, VIII, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão do Processo Seletivo nº 001/2015, integrada pelos membros que seguem:

Ariane Spanholi Vigolo, Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Valéria Vuelma, Presidente do Conselho Municipal de Educação de Macieira;

Patrick do Nascimento, Representante do Poder executivo;

Para, sob a presidência do primeiro, organizar, supervisionar e acompanhar a execução do processo seletivo, destinado ao provimento de cargos públicos temporários conforme edital 001/2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, em 27 de outubro de 2015.

JORGE CERRY

Prefeito Municipal em Exercício

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 210/2015

DECRETO Nº 210, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

Concede jornada diferenciada para servidoras ocupantes do cargo de médico ginecologista e obstetra que atuam no plantão hospitalar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme o parágrafo único do art. 53 da Lei Complementar Municipal nº 003, 19 de novembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 78, de 29 de setembro de 2015, e por analogia o art. 109 e parágrafo único do mesmo diploma legal,

CONSIDERANDO,

Que as servidoras municipais Daiane Pan e Josenith T. K. Blos, ocupantes do cargo de Médico Ginecologista e Obstetra atuam no plantão em regime de sobreaviso no Hospital São José de Maravilha.

Que o Hospital é uma entidade Filantrópica que mantém com os municípios contratos de serviços de urgência e emergência.

Que o Hospital São José é o único hospital existente em nosso município, sendo o mesmo credenciado pelo Sistema Único de Saúde para atendimento de urgência e emergência e referencia para internamentos clínicos, cirúrgicos e obstétricos.

Que a especialidade de Obstetrícia é em sua essência caracterizada por assistência de emergência e urgência.

O número exíguo de médicos obstetras na região e a necessidade de adotar o sistema de plantão de sobreaviso com um plantão de disponibilidade de trabalho dos médicos que atuam na rede municipal de saúde

A natureza do serviço, essencial à população, e estar ligado à garantia do direito fundamental à saúde, a teor do art. 6º da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto concedido jornada de trabalho diferenciada para as servidoras Daiane Pan e Josenith T. K. Blos, ocupantes do cargo de Médico Ginecologista e Obstetra no período em que forem escaladas para cumprir plantão em regime de sobreaviso no Hospital São José.

Art. 2º O período em que cumprirão os atendimentos no hospital serão registrados no cartão ponto e as horas em que se ausentarem para atender a emergência/urgência no hospital deverão ser compensadas na unidade de saúde do município, obedecendo normas estabelecidas pelo Gestor da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º Fica a cargo do Departamento de Recursos Humanos o controle do cartão ponto e o envio ao Gestor da Secretaria Municipal de Saúde relatório das horas a serem compensadas pelas servidoras.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 29 de outubro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 211/2015

DECRETO Nº 211, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

Prorroga contratação emergencial de servidora municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.694, de 7 de outubro de 2013 e art. 37, inciso IX, da Constituição Federal,

CONSIDERANDO,

A Homologação do Processo Seletivo Edital nº 002/2014; Que foram chamados todos os candidatos aprovados no Concurso Público 001/2014, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais; Que está em trâmite novo Processo Seletivo para o Cargo; A solicitação da Secretária Municipal de Saúde.

DECRETA:

Art. 1º Prorroga o contrato por tempo determinado, até 20 de novembro de 2015, da Servidora Municipal, MARILEI DE BASTIANI, brasileira, inscrita no CPF sob o 013.490.326-97, em caráter de excepcional interesse público para exercer a função de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. A presente contratação temporária poderá ser rescindida antes do prazo final, diante da homologação do Processo Seletivo para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, caso em que será convocado o servidor classificado no Processo Seletivo, bem como prorrogada até igual período, com a justificativa no próprio ato.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de outubro de 2015.

Maravilha - SC, 29 de outubro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Lei nº 3.899/2015**

LEI Nº 3.899, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O Orçamento do Município de Maravilha, para o exercício de 2016, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – as metas fiscais;
- II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;
- III – a estrutura dos orçamentos;
- IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII – as disposições gerais.

**I – DAS METAS FISCAIS**

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no ANEXO I desta Lei, e que conterá ainda:

- I – Anexo I.1 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita;
- II – Anexo I.2 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesa;
- III – Anexo I.2.1 – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;
- IV – Anexo I.2.2 – Tabela da Identificação da Destinação de Recursos;
- V – Anexo I.3 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário.
- VI – Anexo I.4 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;
- VII – Anexo I.5 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;
- VIII – Anexo I.6 – Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido e Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos;
- IX – Anexo I.7 – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- X – Anexo I.8 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- XI – Anexo I.9 – Demonstrativo dos Riscos Fiscais.

**II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2016**

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016, são aquelas definidas e demonstradas no ANEXO II desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

**III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 219/2004.

§ 2º A categoria de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura, sendo que os Fundos Municipais Integrarão o Orçamento Geral do Município como Unidades Orçamentárias distintas na Secretaria aos quais estão vinculados, com exceção do Fundo Municipal de Saúde – FMS.

Parágrafo único. O Município, por meio de Lei específica, poderá criar Autarquias e Fundações cujos objetivos sejam a extensão de serviços públicos de sua competência, para os quais será concedida verba orçamentária própria do orçamento vigente ou créditos adicionais, na forma da Lei de criação.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, STN nº 219/2004 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF);

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF);

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para o exercício de 2015 (Art. 5º, III da LRF);

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2016 (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XX – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para o exercício de 2016 (Art. 8º e 50, I da LRF).

§ 1º Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 2º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo único, I da Lei 4.320/64,

conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF);

II – Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados até 2015, identificando o estoque da Dívida Ativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF);

III – Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa a Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa, dos exercícios de , 2013, 2014 e 2015, previsão para, 2016, 2017 e 2018. (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF);

IV – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF);

V – Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2013, 2014 e 2015. (Art. 20 e 48 da LRF);

VI – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino; (Art. 212 da CF e 60 dos ADCT);

VII – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações Públicas de Saúde; (Art. 77 dos ADCT).

Art. 9º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal.

#### IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10. Os Orçamentos para o exercício de 2016 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo, e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF)

Art. 11. Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 7º, X desta lei (QDD).

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, ser delegados a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 12. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2016 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 13. Se a receita estimada para 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e



a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF)

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;  
II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;  
III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e  
IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I.12, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 16. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO III desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2016.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 17. Os orçamentos para o exercício de 2016 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,32% (zero virgula trinta e dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF)

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO III. (ART. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2016, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 18. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (ART. 5º, § 5º da LRF).

Art. 19. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF)

Art. 20. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF)

Art. 21. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2016, constantes do ANEXO I.7 desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF)

Art. 22. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF)

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (ART. 70, Parágrafo único da CF)

Art. 23. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2013, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF)

Art. 24. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF)

Art. 25. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF)

Art. 26. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 27. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF)

Art. 28. Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Parágrafo único. Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para a abertura de crédito suplementar ou especial.

Art. 29. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Parágrafo único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Art. 30. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas – ANEXO IV, e contemplados na Lei Orçamentária para 2016, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF)

Art. 31. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 32. A Lei Orçamentária de 2016 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 33. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 34. Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 35. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2016, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2016 ou em créditos adicionais.

Art. 36. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF)

Art. 37. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal: (ART. 19 e 20 da LRF)

- I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas extras;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 38. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Maravilha, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF)



Art. 40. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF)

Art. 41. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

#### VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 42. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal até o dia 31/10/2015, conforme prazo estabelecido na Lei Municipal nº 2.328/97, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2015.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei.

Art. 43. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2016.

Art. 46. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Art. 47. Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 29 de outubro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

#### **Lei nº 3.900/2015**

LEI Nº 3.900, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

Autoriza o Poder Executivo Municipal a escriturar imóvel adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a escriturar, para o mutuário, imóvel de propriedade do Município de Maravilha, adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º é o matriculado no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula a seguir relacionada, com o respectivo mutuário proprietário:

- JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS

Lote “J-2”, parte do lote urbano nº (105), da quadra nº (66-A), situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de 300,00 m², objeto da Matrícula nº 15.479.

Art. 3º Para efeitos de escritura pública o valor do imóvel será o relativo ao constante na planta de valores do Município.

Art. 4º As despesas decorrentes com a realização da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 29 de outubro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

#### **Lei nº 3.901/2015**

LEI Nº 3.901, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

Cria o Título de Jovem Brilhante do Município de Maravilha/SC e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituído o Título de Jovem Brilhante do Município de Maravilha/SC a ser conferido aos jovens que tenham alcançado êxito em programas e concursos a nível Estadual e Federal pelo Poder Legislativo.

Parágrafo único. O/A Jovem Brilhante receberá uma medalha cunhada em metal fundido zamak, com circunferência de 8,5 cm e espessura de 5 cm, contendo os seguintes dizeres: em seu anverso “PODER LEGISLATIVO MARAVILHENSE” e o brasão do Poder Legislativo, e em seu verso, o brasão do município de Maravilha/SC em alto relevo e dizeres “JOVEM BRILHANTE”.

Art. 2º O Poder Legislativo Maravilhense conferirá medalha à/ao Jovem Brilhante, sendo deferida a sua entrega aos cidadãos vivos residentes ou não no município de Maravilha/SC, que:

I – tenham conquistado êxito em programas e concursos do âmbito Legislativo Estadual e/ou Federal.

II – estejam ou estiveram matriculados regularmente até o 3º ano do ensino médio de escolas públicas e/ou particulares e até o 4º ano do ensino técnico integrado ao ensino médio.

Art. 3º As proposições relativas à matéria de que trata esta Lei serão prerrogativas dos Vereadores, observado o número máximo de 01 (uma) medalha para cada um deles, durante a legislatura.

Art. 4º A concessão do Título de Jovem Brilhante será de iniciativa de qualquer vereador com assento na Casa Legislativa de Maravilha/SC e efetuada através de Projeto de Resolução, desde que aprovada pelo quórum qualificado de 2/3 (dois terços) dos Vereadores em exercício.

Parágrafo único. As propostas com a indicação do Vereador dos nomes das pessoas a serem homenageadas deverão ser apresentadas

em plenário e apreciadas pela Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação Final, juntamente com o histórico da participação no programa e/ou concurso.

Art. 5º A presente honraria será entregue em sessão ordinária a ser realizada na Câmara de Vereadores Municipal em dia e mês a ser definido pela mesa Diretora da Casa, utilizando para isto o espaço destinado ao momento da palavra livre.

Art. 6º Ficará registrado a honraria junto ao "Livro de Registro de Concessão de Honrarias", para nele serem ligados em ordem cronológica os nomes dos agraciados, o número da Resolução e a data da entrega do Título, bem como o nome do Vereador autor da proposição.

Art. 7º As despesas provenientes com a execução desta Lei correrão por conta do orçamento do Legislativo Municipal.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 29 de outubro de 2015.  
ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

# Massaranduba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 3186 DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3186 DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.302.0191.2103 – Manutenção da Unidade Hospitalar

0602 – 44900000 – Aplicações Diretas

0602 – 36301 – Transferências Convênios Estado-Saúde ..... R\$ 30.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.302.0191.2103 – Manutenção da Unidade Hospitalar

0602 – 33900000 – Aplicações Diretas

0602 – 36301 – Transferências Convênios Estado-Saúde ..... R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 27 DE OUTUBRO DE 2015

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

### DECRETO Nº. 3187 DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3187 DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 17.100,00 (Dezessete mil e cem reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.302.0191.1102 – Aquisição de Equipamentos para o Hospital

0602 – 44900000 – Aplicações Diretas

0602 – 30200 – Receita de Impostos – Saúde ..... R\$ 17.100,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 27 DE OUTUBRO DE 2015

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

# Meleiro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 075-2015

DECRETO n.º 075/2015

ALTERA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, resolve:

#### ALTERAR

Art. 1º - A Comissão de Concurso Público, integrada pelos Srs. VILMAR MOTTA TRISTÃO, FERNANDA FERREIRA e SANDRA SIMON PEREIRA, para sob a Presidência do primeiro, supervisionar a execução do concurso e Processo Seletivo, destinado ao preenchimento de vagas dos cargos existentes no quadro de pessoal da Administração Direta Municipal, Fundos e Autarquias.

Art. 2º - O Chefe do Poder Executivo contratará empresa especializada na área para elaboração, execução e julgamento do Concurso Público, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº 074/2015 de 26 de Outubro de 2015.

Meleiro, 29 de Outubro de 2015.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

### EXTRATO EDITAL 001 2015 - MELEIRO

O MUNICÍPIO DE MELEIRO - SC torna público o EDITAL nº 001/2015 que abre as inscrições para o CONCURSO PÚBLICO destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos para o quadro de pessoal da Administração Municipal a ser executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 30 de Outubro de 2015 nos seguintes endereços eletrônicos:

1. No sitio de internet do Município Meleiro/SC: ([www.meleiro .sc.gov.br](http://www.meleiro.sc.gov.br));
2. No sitio de internet da FAEPEL: ([www.faepesul.org.br/concursos](http://www.faepesul.org.br/concursos)).

Meleiro - SC, 30 de Outubro 2015.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

### EXTRATO EDITAL 001 2015 - MUNICÍPIO DE MELEIRO

O MUNICÍPIO DE MELEIRO - SC torna público o EDITAL nº 001/2015 que abre as inscrições para o CONCURSO PÚBLICO destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos para o quadro de pessoal da Administração Municipal a ser executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 30 de Outubro de 2015 nos seguintes endereços eletrônicos:

1. No sitio de internet do Município Meleiro/SC: ([www.meleiro .sc.gov.br](http://www.meleiro .sc.gov.br));
2. No sitio de internet da FAEPEL: ([www.faepesul.org.br/concursos](http://www.faepesul.org.br/concursos)).

Meleiro - SC, 30 de Outubro 2015.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 377-2015

PORTARIA n.º 377/2015

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AOS SERVIDORES QUE RELACIONAM.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000 e suas alterações, resolve:

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal Arcangelo João de Oliveira – matrícula 1473, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, referente ao período aquisitivo de 08/04/2014 a 07/04/2015.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/11/2015.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Outubro de 2015.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 378-2015**

PORTARIA nº 378/2015

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA ACT POR TEMPO DE-TERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e em conformidade com a Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**EXONERAR**

Art. 1º A Senhorita THAÍS PERUCHI SCARPARI, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vinculada à Secretaria da Educação, em virtude do retorno da servidora Zueleide Polla da Licença Prêmio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 272/2015.

Meleiro, 29 de Outubro de 2015.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 379-2015**

PORTARIA nº 379/2015

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal Jean Carlos da Rosa Nichele – matrícula 10126, ocupante do cargo de Motorista SAMU, referente ao período aquisitivo de 01/09/2014 a 31/08/2015.

Art. 2º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01/11/2015.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Outubro de 2015.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 380-2015**

PORTARIA nº 380/2015

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal JOELCIO FERNANDES – matrícula 1009, ocupante do cargo de Motorista, referente ao período aquisitivo de 18/02/2014 a 17/02/2015.

Art. 2º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01/11/2015.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 Outubro de 2015.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº 381-2015**

PORTARIA nº 381/2015

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal Samuel de Oliveira Volda – matrícula 10130, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, referente ao período aquisitivo de 08/09/2014 a 07/09/2015.

Art. 2º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01/11/2015.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Outubro de 2015.

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### **PORTARIA Nº 382-2015**

PORTARIA n.º 382/2015

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município e Lei nº 809/2000, de 3 de abril de 2000 e a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, resolve:

#### **CONCEDER**

Art. 1.º À servidora pública municipal NICOLE INOCÊNCIO, ocupante do cargo de Professora ACT, a licença gestante por 120 (cento e vinte) dias, a partir da presente data, conforme atestado médico apresentado.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Outubro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças



# Monte Carlo

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº111/2015

Aos 28 dias do mes e ano correntes , presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: PIATÃ COMÉRCIO DE PEÇAS EIRELI-ME pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de FRAIBURGO-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº08.932.456/0001-00, neste ato representada por: MARCOS AURÉLIO MIGLIOLLI , cpf nº 527.900.709-97 doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: MATERIAL FARMACOLOGICO, MATERIAL SEGURANÇA, ELETROELETRONICOS, MATERIAL EDUCATIVOS E ESPORTIVOS, FISIOTERAPIA, MATERIAL BOMBEIROS

conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

1.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

1.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 10 (dez) dias.

1.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$/UND	R\$/TOTAL
1	150,00	UN	RECARGA EXTINTOR ABC 02KG (142541)		27,17	4.076,24
2	150,00	UNI	RECARGA EXTINTOR PQS 04 (141681)		36,10	5.415,57
3	150,00	UNI	RECARGA EXTINTOR PQS 06(141682)		42,70	6.405,51
4	100,00	UNI	EXTINTOR ABC 02 KG(36464)		95,11	9.511,21
5	100,00	UNI	EXTINTOR PQS 04 KG(36632)		97,05	9.705,31
6	100,00	UNI	EXTINTOR PQS 06 KG(36632)		110,25	11.025,23
7	50,00	UNI	CAPACETE DE SEGURANÇA CLASSE B COM ABA TOTAL, COR CINZA(142542)		20,96	1.048,18
8	30,00	UNI	CINTO DE SEGURANÇA TIPO PARAQUEDISTA COM 3 ENGATES; TALABARTE DE POSICIONAMENTO REGULÁVEL; TALABARTE EM "Y" COM ABSORVEDOR DE ENERGIA ;(142543)		489,14	14.674,43
9	60,00	UNI	AVENTAL DE PVC OU TREVIRA TAMANHOS P,M E G(142545)		17,08	1.024,88
10	20,00	UNI	LUVA PARA TRABALHOS EM ALTA TENSÃO 1000 VOLTS (142544)		131,99	2.639,84
11	70,00	PAR	BOTA DE BORRACHA IMPERMEAVEL CANO LONGO TAMANHOS 36,37,39,40,41 E 42 (142546)		34,93	2.445,74
12	100,00	PAR	CALÇADO TIPO BOTINA CONFECCIONADO EM COURO PRETO SOLADO DE POLIURETANO BI DENSIDADE INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL, SEM BIQUEIRA DE AÇO TAMANHOS 34,35,36,37,38,39,40,41,42(142547)		54,34	5.434,97
13	60,00	PAR	CALÇADO TIPO SAPATO CONFECCIONADO EM COURO BRANCO SOLADO DE POLIURETANO BI DENSIDADE INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL, SEM BIQUEIRA DE AÇO, CANO BAIXO TAMANHOS 34,35,36,37,38,39,40,41(142548)		54,34	3.260,98
14	80,00	PAR	CALÇADO TIPO SAPATO FEMININO CONFECCIONADO EM COURO PRETO SOLADO DE POLIURETANO BI DENSIDADE INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL SEM BIQUEIRA DE AÇO CANO BAIXO TAMANHOS 34,35,36,37,38,39,40,41,42 (142549)		52,02	4.161,64

15	50,00	UNI	CAPA DE CHUVA CONFECCIONADA EM TECIDO SINTÉTICO REVESTIDO DE PVC COM MANGAS OU SEM MANGAS (TIPO MORCEGO), CAPUZ CONJUGADO FECHAMENTO FRONTAL ATRAVES DE BOTOES DE PRESSAO E COSTURAS ATRAVES DE SOLDA ELETRONICA TAMANHOS P,M,GE GG (142550)	25,62	1.281,10
16	30,00	UNI	COLETE AMARELO COM FAIXAS REFLETIVAS ( COR CINZA) TAMANHOS P,M,G (142551)	23,29	698,78
18	60,00	PAR	LUVA DE ALGODÃO PALMA PIGMENTADA EM BORRACHA TAMANHOS P,M E G (142553)	5,43	326,10
19	80,00	UNI	LUVA DE SEGRANÇA, CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRILICA TAMANHOS P, M E G(142554)	10,86	869,59
20	140,00	UNI	LUVAS IMPERMEAVEL DE LÁTEX DE PROCEDIMENTOS TAMANHOS P,M,G (142555)	4,65	652,19
21	30,00	UNI	LUVAS PARA PROTEÇÃO CONTRA AGENTES TÉRMICOS E MECANICOS TAMANHOS P, M, E G(142556)	13,19	395,98
22	30,00	UNI	OCULOS DE SEGURANÇA COM ARMAÇÃO E VISOR DE POLICARBONATO INCOLOR TAMANHO PADRÃO(142557)	10,86	326,10
23	30,00	PAR	PENEIRA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM COURO SINTETICO DE 15 MM ESPESSURA CONTENDO 3 (TRES) LAMINAS DE AÇO NA PARTE FRONTAL. (142558)	32,60	978,29
24	30,00	UNI	RESPIRADOR SEMI-FACIAL PROTETOR RESPIRATORIO SEMI FACIAL COM CARTUCHO QUIMICO PARA VAPORES ORGANICOS DIVERSOS TAMANHOS (142561)	38,04	1.141,34
25	60,00	UNI	PROTETOR AUDITIVO DO TIPO INSERÇÃO PRÉ-MOLDADO DE SILICONE COM CORDÃO EM POLIPROPILENO (142559)	4,27	256,22
26	30,00	UNI	RESPIRADOR SEMI FACIAL POEIRA/DESCARTÁVEL (142561)	8,15	244,58
TOTAL DO LOTE				88.000,00	

#### CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

5.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

5.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

5.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

5.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

5.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

#### CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

6.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

6.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

6.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

6.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

6.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

6.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

6.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

- 6.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.
- 6.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.
- 6.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.
- 7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); ALCIONE ROBERTO BUYNO, portador do cpf nº 543.529.679-04 como fiscal do presente contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.
- 7.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 7.3 – A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.
- 7.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 7.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.
- 7.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
- a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
- c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.
- 7.7 – De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.
- 7.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar reposição complementar.

- 7.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.
- 7.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
- 7.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 7.13

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações

posteriores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015/2016.

11.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 102/2015, Pregão Presencial nº 50/2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 30/outubro/2016.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.  
duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo – SC, 28 de Outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO  
MARCOS NEI C. SIQUEIRA

PIATÃ C. P. EIRELI-ME  
MARCOS A. MIGLIOLLI

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: ALCIONE ROBERTO BUYNO- 543.529.679-04

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2015**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº112/2015

Aos 28 dias do mes e ano correntes , presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: SERGIO WALTRICK MOREIRA ME pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de FRAIBURGO-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 18.200.111/0001-07, neste ato representada por: SERGIO WALTRICK MOREIRA , cpf nº 846.801.219-04 doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: MATERIAL FARMACOLOGICO, MATERIAL SEGURANÇA, ELETROELETRONICOS, MATERIAL EDUCATIVOS E ESPORTIVOS, FISIOTERAPIA, MATERIAL BOMBEIROS

conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015/2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO**

1.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

1.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 10 (dez) dias.

1.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	QTDADE	UN	DESCRIÇÃO	R\$/UND	R\$/TOTAL
41	100,00	UN	VIAGEM DE TRANSPORTE DE MAQUINA PESADA COM PERCURSO INFERIOR A TRINTA QUILOMETRO (141699)	250,00	25.000,00
42	3.000,00	KM	VIAGEM DE TRANSPORTE DE MÁQUINA PESADA COM PERCUSO SUPERIOR A TRINTA QUILOMETROS (141700)	7,50	22.500,00
43	300,00	HR	SERVIÇOS TRANSPORTE MAQUINA PESADA PERMANENCIA NO LOCAL DO TRANSPORTE (141702)	3,00	900,00

**CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

5.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

5.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

5.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

5.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

5.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

**CLAUSÚLA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

6.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações



e repactuações do mesmo.

6.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

6.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

6.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

6.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

6.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

6.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

6.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

6.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

6.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); ALCIONE ROBERTO BUYNO, portador do cpf nº 543.529.679-04 como fiscal do presente contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

7.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

7.3 – A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

7.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

7.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

7.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

7.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

7.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.



12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

7.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

7.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

7.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

7.13

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015/2016.

11.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 102/2015, Pregão Presencial nº 50/2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 30/outubro/2016.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.  
duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo – SC, 28 de Outubro de 2015.

MUNICIPIO DE MONTE CARLO

MARCOS NEI C. SIQUEIRA

SERGIO W. M. ME

SERGIO W. MOREIRA

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: ALCIONE ROBERTO BUYNO- 543.529.679-04

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2015**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2015

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº113/2015**

Aos 28 dias do mes e ano correntes , presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: IGOR CORREIA DE SIQUEIRA ME pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de MAFRA -SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 20.525.422-98, neste ato representada por: IGOR CORREIA DE SIQUEIRA , cpf nº 637.769.959-04 doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: MATERIAL FARMACOLOGICO, MATERIAL SEGURANÇA, ELETROELETRONICOS, MATERIAL EDUCATIVOS E ESPORTIVOS, FISIOTERAPIA, MATERIAL BOMBEIROS

conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015/2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO**

1.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

1.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 10 (dez) dias.

1.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

LOTE 05					
ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	R\$/UND	R\$/TOTAL
44	100,00	UN	KIT DE BADMINTON CONTENDO 2 RAQUETE DE ALUMINIO 1 TUBO COM 3 PETECAS (NYLON) 1 BOLSA DE TRANSPORTE PARA TODOS OS ITENS (142583)	68,37	6.837,21
45	100,00	UNI	CONJUNTO DE COZINHA, EM POLIETILENO CONTENDO 6 PANELINHAS COM TAMPAS, 1 FRIGIDEIRA, 1 FOGÃO, 4 PRATOS , 1 ESPÁTULA E 2 COLHERES- EMBALAGEM CAUXA DE PAPELÃO MEDINDO 44X41X10 CM(142186)	18,99	1.899,23
46	100,00	UNI	BLOCO DE MONTAR TIPO "BRINCANDO DE ENGENHEIRO", CONFECCIONADO EM MADEIRA, CONTENDO 120 PEÇAS, EM DIFERENTES TAMANHOS, FORMATOS E CORES. EMBALAGEM: CAIXA CARTONADA (142584)	26,51	2.651,32
47	100,00	UNI	BOLA DE TÊNIS DE MESA CONFECCIONADA EM CELULÓIDE, NA COR LARANJA FOSCA, DIAMETRO DE 40MM E PESO DE 2,74 GRAMAS, ACIONADAS EM EMBALAGEM COM 6 (SEIS) UNIDADES (142585)	5,31	531,78
48	300,00	UNI	CORDA DE SISAL, COR NATURAL COM APROXIMADAMENTE ½ POLEGADA DE DIAMETRO, COMPRIMENTO DE 2,0M, COM EMPUNHADORA DE MADEIRA NAS DUAS EXTREMIDADES (MANETES)(142586)	3,72	1.116,75

49	30,00	UNI	TRAVE DE MINI-SOCCER CONFECCIONADA EM TUDO DE AÇO DE 7,0 A 8,0 POLEGADAS, PINTURA ELETROSTÁTICA, MEDINDO 80 CM DE COMPRIMENTO X 50 CM DE ALTURA, TOTALMENTE DESMONTÁVEL COM PINOS PARA TRAVAMENTO DOS ENCAIXES E GANCHOS PARA FIXAÇÃO DA REDE, CONFECCIONADA EM POLIETILENO (NYLON), QUE ACOMPANHA O PRODUTO .(142223)	75,96	2.279,07
50	100,00	UNI	CAIXA ORGANIZADORA DE PLASTICO MATERIAL PLÁSTICO POLIPROPILENO (PP)CAPACIDADE7 LITROS COM TAMPA PESO 0,405 KG.CUBAGEM 0,008 M³ DIMENSÕES INTERNAS ALTURA 7 CM/ LARGURA 26 CM / COMPRIMENTO 36,5 CM DIMENSÕES EXTERNAS ALTURA 7,3 CM/ LARGURA 29 CM / COMPRIMENTO 41,5 CM NAS CORES PRETO / AZUL / BRANCO. (142587)	75,96	7.596,91
51	20,00	UNI	MESA DE PING PONG OFICIAL A MESA PING PONG POSSUI PÉS DOBRAVEIS DE FACIL TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO NÃO ACOMPANHA RAQUETES E BOLINHAS COMPRIMENTO 2,74M X1,52MX ALTURA 0,76 M ESPESSURA DA CHAPA 12MM (39096)	316,03	6.320,63
52	30,00	UNI	TAPETE AMARELINHA DE CORINO 2,72M X 76CM (142588)	72,93	2.187,91
53	10,00	UNI	PLINTON PRODUTO CONFECCIONADO E MADEIRA PARA PRÁTICA DE GINÁSTICA COM ESTOFADO EM ESPUMA E COBERTURA EM CORINO, MEDINDO 1,25 DE ALTURA X 0,64 DE LARGURA X 1,60 DE COMPRIMENTO (142589)	129,14	1.291,47
54	300,00	UNI	BAMBOLE DESMONTAVEL COLORIDO 88 CM DE DIAMETRO (142590)	12,15	3.646,53
55	30,00	UNI	BOLA DE BASQUETE MIRIM, CONFECCIONADA EM BORRACHA, COM 72 CM A 74 CM DE CIRCUNFERENCIA PESANDO ENTRE 450 A 500 GRAMAS, CONTENDO EM SEU INTERIOR CAMARA EM BUTIL, MATRIZADA, MIOLO REMOVIVEL E LUBRIFICADO, AFERIDA (142592)	14,43	433,02
117	1,00	CXA	CANTINHO dois em um MDF cxa papelão (142831)	226,39	226,39
118	2,00	CXA	QUEBRA CABEÇA historia, descobrimento do Brasil, MDF, 117 peças, caixa papel (142832)	87,36	174,73
119	1,00	CXA	DOMINO ADIÇÃO com figuras MDF 28 peças cxa mad. (142833)	12,16	12,16
120	1,00	CXA	DOMINO ANIMAIS ZOO MDF 28 peças cxa mad. (142834)	12,16	12,16
121	1,00	CXA	JOGO UM DIA CUIDANDO DO MEIO AMBIENTE MDF 9 peças cxa (142835)	68,37	68,37
122	1,00	UNI	TABELA DE BASKETBALL MDF PVC ENC. ( 142836)	82,05	82,05
123	2,00	UNI	PULA CORDA cabo emborrachado mad. E nylon emb. Plast. (142837)	6,45	12,91
124	5,00	JOG	JOGO DE DAMAS E TRILHA 30x30- MDF 24 peças embalagem plastic (142838).	16,71	83,57
125	1,00	UNI	FUTEBOL DE PINOS MDF c/2pazinhas pvc enc. (142839)	42,54	42,54
126	2,00	JOG	SEQUENCIA LOGICA kit MDF com 8 jogos PVC enc. (142840)	120,03	240,06
127	2,00	JOG	MEMORIA- kit MDF com 10 jogos PVC enc (14284)	129,90	259,81
128	1,00	CXA	PRATELEIRA COLORIDA mad. 24 peças cx papelão (142842)	136,74	136,74
129	2,00	UNI	TRANSRODEIO (142843)	45,58	91,16
130	2,00	JOG	TRANSALFANUMERICO mad 36 peças pvc enc (142844)	49,37	98,76
131	1,00	JOG	TAPETE BICHINHOS COM BORDA eva 38 peças emb c/ zipper (142845)	53,18	53,18
132	1,00	UNI	QUEBRA CABEÇA- kit com 10 MDF, PVC enc (141290)	127,63	127,63
133	1,00	KIT	QUEBRA CABEÇA- elementos da natureza- kit com 8 jogos PVC enc. (37760)	174,73	174,73
134	1,00	UNI	DOMINO KIT MATEMATICA- mdf com 8 jogos sortidos, pvc enc. (142847)	83,57	83,57
135	1,00	UNI	KIT IINCLUSAO com 15 itens caixa papelao	1.006,59	1.006,59
136	1,00	UNI	JOGO DO ONIBUS- MDF-427 peças, caixa de papel	113,95	113,95
137	1,00	UNI	JOGO ACERTE O ALVO-MDF bem. Com zipper	64,57	64,57
138	1,00	UNI	PAINEL cardapio da semana- MDF caixa de papela	42,54	42,54
TOTAL DO LOTE 40.000,00					
LOTE 06					

17	30,00	UNI	CONES DE SINALIZAÇÃO 75 CM REFLETIVO LARANJA E BRANCO APLICAÇÕES: SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, ESTACIONAMENTOS, OBRAS E DE PRÁTICAS ESPORTIVAS. CARACTERÍSTICAS: POSSUI FENDAS PARA INSERÇÃO DE FITA ZEBRADA E ADAPTÁVEL A PLACA PRONTA, ELIMINANDO USO DO PORTA-TUDO EM SINALIZAÇÃO DE CARGAS PERIGOSAS. MATERIAL: COMPOSTO SINTÉTICO. PESO: 540 GRAMAS. CORES: LARANJA COM FAIXAS BRANCAS E PRETO COM FAIXAS AMARELAS. DIMENSÕES: ALTURA 500 MM, BASE 273 X 273 MM. (2527)	40,05	1.201,61
56	5,00	UNI	TCHOUKBALL RESSALTO DE BOLA (142593)	36,74	183,73
57	10,00	PAR	TORNOZELEIRA CANALEIRA PARA ACADEMIA E CLINICAS DE FISIOTERAPIA PAR 4 KG ( 142594	29,39	293,97
58	10,00	PAR	TORNOZELEIRA CANALEIRA PARA ACADEMIA E CLINICAS DE FISIOTERAPIA PAR 3 KG (142595)	22,04	220,48
59	10,00	PAR	TORNOZELEIRA CANALEIRA PARA ACADEMIA E CLINICAS DE FISIOTERAPIA PAR 2 KG (142596)	19,10	191,08
60	10,00	UNI	TORNOZELEIRA CANALEIRA PARA ACADEMIA E CLINICAS DE FISIOTERAPIA PAR 1 KG(142597)	14,69	146,99
61	10,00	PAR	TORNOZELEIRA CANALEIRA PARA ACADEMIA E CLINICAS DE FISIOTERAPIA PAR 0,5 KG (142598)	13,22	132,29
62	10,00	UNI	HALTER EMBORRACHADO PARA ACADEMIA E CLINICAS DE FISIOTERAPIA UM 5 KG (142599)	28,66	286,62
63	10,00	UNI	HALTER EMBORRACHADO PARA ACADEMIA E CLINICAS DE FISIOTERAPIA UN 4KG (142600)	25,72	257,23
64	10,00	UNI	HALTER EMBORRACHADO PARA ACADEMIA E CLINICAS DE FISIOTERAPIA UN 3 KG(142601)	14,69	146,99
65	10,00	UNI	BOLA SUIÇA (TIPO FEIJÃO) 90X45 CM (142657)	47,77	477,71
66	20,00	UNI	BASTÕES (142602)	4,40	88,19
67	20,00	UNI	THERA-BAND CORES AMARELA E AZUL (142603)	12,86	257,23
68	15,00	UNI	COLCHONETE FITNESS 90X40X2,5 CM COR PRETO/AZUL(142604	14,69	220,48
69	15,00	UNI	EXTENSOR ELÁSTICO LEVE PARA BRAÇOS E PERNAS PARA DEFINIR OS MÚSCULOS (142605)	30,86	463,01
70	15,00	UNI	STEPS AERÓBICO DE E.V.A 70 CM (142606)	102,89	1.543,36
71	10,00	UNI	JUMP SEMI-PROFISSIONAL SHOPFISIO CAMA ELÁSTICA TRAPOLIM (AZUL (142607)	138,90	1.389,03
TOTAL DO LOTE : 7.500,00					
TOTAL GERAL : 47.500,00					

#### CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

5.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

5.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

5.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

5.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

5.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

#### CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

6.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

6.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

6.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

6.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

6.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

6.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

6.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

6.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

6.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

6.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); ALCIONE ROBERTO BUYNO, portador do cpf nº 543.529.679-04 como fiscal do presente contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

7.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

7.3 – A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

7.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

7.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

7.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

7.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

7.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital



10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

7.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

7.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

7.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

7.13

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação

judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às

disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a

conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015/2016.

11.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 102/2015, Pregão Presencial nº 50/2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura

até a data de 30/outubro/2016.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.



**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços, duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo – SC, 28 de Outubro de 2015.

MUNICIPIO DE MONTE CARLO

MARCOS NEI C. SIQUEIRA

IGOR C. SIQUEIRA ME

IGOR C. SIQUEIRA

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: ALCIONE ROBERTO BUYNO- 543.529.679-04

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2015**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº114/2015

Aos 28 dias do mes e ano correntes , presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de RIO DO SUL -SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 00.802.002/0001-02, neste ato representada por: RENATO FRONZA , cpf nº 575.985.339-20 doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: MATERIAL FARMACOLOGICO, MATERIAL SEGURANÇA, ELETROELETRONICOS, MATERIAL EDUCATIVOS E ESPORTIVOS, FISIOTERAPIA, MATERIAL BOMBEIROS conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015/2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO**

1.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

1.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 10 (dez) dias.

1.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

LOTE 07					
ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	R\$/UND	R\$/TOTAL
72	2.000,00	UN	ESPÉCULO DESCARTÁVEL NÃO LUBRIFICADO PEQUENO (P) (142608)	1,56	3.120,00
73	2.000,00	UNI	ESPÉCULO DESCARTÁVEL NÃO LUBRIFICADO MÉDIO (M) (142196)	1,56	3.120,00
74	2.000,00	UNI	ESPÉCULO DESCARTÁVEL NÃO LUBRIFICADO GRANDE (G)(142609)	1,56	3.120,00
75	200,00	CXA	LÂMINA DE PREVENTIVO CAIXA C/50 UND (142610)	5,28	1.056,00
76	200,00	FRAS	SPRAY FIXADOR DE LAMINA DE PREVENTIVO 100 ML(142611)	11,02	2.204,00
77	200,00	FRAS	PROTETOR SOLAR FATOR 50 120 ML UVA/UVB (142612)	20,49	4.098,00
TOTAL DO LOTE : 16.718,00					
TOTAL GERAL : 16.718,00					

**CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

5.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

5.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

5.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.

5.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

5.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

**CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

6.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

6.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

6.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

6.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

6.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

6.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

6.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

6.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

6.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

6.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); ALCIONE ROBERTO BUYNO, portador do cpf nº 543.529.679-04 como fiscal do presente contrato.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

7.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

7.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

7.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

7.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

7.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado

rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

7.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

7.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

7.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

7.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

7.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

7.13

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- Tiver presentes razões de interesse público;
- For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015/2016.

11.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 102/2015, Pregão Presencial nº 50/2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 30/outubro/2016.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.  
duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo – SC, 28 de Outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

MARCOS NEI C. SIQUEIRA

ALTERMED M.M.H.LTDA

RENATO FRONZA

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: ALCIONE ROBERTO BUYNO- 543.529.679-04

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2015**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº115/2015

Aos 28 dias do mes e ano correntes , presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA EPP pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de SÃO JOSÉ -SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 93.726.446/0001-89 , neste ato representada por: RICARDO PEDROSO , cpf nº 478.029.600-53 doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: MATERIAL FARMACOLOGICO, MATERIAL SEGURANÇA, ELETROELETRONICOS, MATERIAL EDUCATIVOS E ESPORTIVOS, FISIOTERAPIA, MATERIAL BOMBEIROS conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015/2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

1.1 – As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

1.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 10 (dez) dias.

1.3 – O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

LOTE 08					
ITEM	QTDADE	UN	DESCRIÇÃO	R\$/UND	R\$/TOTAL
78	250,00	UNI	COLAR CERVICAL MULTI-TAMANHOS CARACTERÍSTICAS: Colar Cervical Resgate 4 em 1 regulável equipamentos para resgate Possui regulagem de altura com 4 níveis de ajuste (PP/P/M e G) Imobilização cervical, emergências médicas, resgate etc. Confeccionado em material injetado (polietileno de alta densidade) e EVA com apoio mentoniano.(142184)	50,00	12.500,00
79	10,00	UNI	ESFIGMOMANOMETRO APARELHO DE PRESSÃO DIGITAL, COM MÉTODO DE MEDIÇÃO OSCILOMÉTRICO, COM INDICAÇÃO DE PULSO E PRESSÃO ARTERIAL, COM MEMÓRIA PARA ARMAZENAMENTO AUTOMÁTICO DAS ÚLTIMAS 50 MEDIÇÕES. EXIBE MENSAGENS DE ERRO CASO HAJA ALGUM DURANTE A MEDIÇÃO. VISOR DIGITAL ACOPLADO A PERA INSUFLADORA EM PEÇA ÚNICA. BRAÇADEIRA RESISTENTE EM NYLON COM FECHO VELCRO PARA CIRCUNFERÊNCIA DE BRAÇOS DE 22cm – 32cm. BRAÇADEIRA COM MANGUITO EM TUBO ÚNICO. FUNCIONAMENTO ATRAVÉS DE 02 PILHAS AA. 04 ANOS DE GARANTIA. PESO NÃO SUPERIOR A 350g. VERIFICADO E APROVADO PELO INMETRO. (142618)	140,00	1.400,00
80	200,00	UNI	TALA DE IMOBILIZAÇÃO DE PAPELÃO, TAMANHO MÍNIMO DE 45CM X 20CM (142619))	1,10	220,00
81	200,00	UNI	TALA DE IMOBILIZAÇÃO DE PAPELÃO TAMANHO MÍNIMO DE 90CM X 20CM (142621)	1,90	380,00
82	1,00	UNI	LANTERNA PUPILAR LANTERNA DE ALTA PERFORMANCE COM ILUMINAÇÃO LED DE 2,2V;CONFECCIONADA EM METAL LEVE DE ALTA QUALIDADE;ILUMINAÇÃO BRILHANTE LED PARA MELHOR VISUALIZAÇÃO;POSSUI CONVENIENTE CLIPE DE BOLSO;ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE DUAS PILHAS AAA (PALITO) *INCLUSAS.MEDIDAS: 14CM DE COMPRIMENTO E 1,2 CM DE DIÂMETRO;GARANTIA DE 01 ANO CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (142622))	53,00	53,00
83	15,00	UNI	ALMOTOLIA BICO RETO 125 ML (142627)	2,00	30,00
84	20,00	UNI	APITO SEM BOLINHA, PROFISSIONAL, EM PVC DE ALTA QUALIDADE COM ORIFÍCIO PARA CODÃO, DISPONÍVEIS NAS CORES PRETO, AZUL E VERMELHO, IDEAL PARA SOCORRISTAS, RESGATISTAS, BOMBEIROS, POLICIAIS, E ARBITROS. 142628)	40,00	800,00
85	10,00	UNI	BAQUETA SOSPENSO BAQUETA RÍGIDA COM LAMINA EM ALUMÍNIO, FITAS DE POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE, REVESTIMENTO RXTERNO EM PVC PARA MAIOR DURABILIDADE, REGULAGEM ATRAVES DE FIVELAS AUTO BLOCANTES DO TIPO FAST FIT PARA MAIOR SEGURANÇA E REGULAGEM RÁPIDA. LARGURA 155MM ALTURA 130MM OMPRIMENTO 500MM COR VERMELHA PESO 1453G CARGA DE TRABALHO 150KG PORTA EQUIPAMENTOS "RACKS" 5 KG FITAS POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE COSTURA ZIG-ZAG COSTURA CONTINUA QUE PROPORCIONA UMA GRANDE RESISTENCIA LOCALIZADA FIVELAS FAST FIT AÇO COM TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE PARA PROTEGER CONTRA CORROSÃO EM AMBIENTES SALINOS. ACOLCHOADOS TECNOLOGIA DE CAMADAS DE DIFERENTES DENSIDADES PARA ASSOCIAR CONFORTO E RESPIRABILIDADE,TECNOLOGIA DE PONTA EM TECIDOS COM TRAMA POSSUI UMA CONSTRUÇÃO ENTRELAÇADA TIPO "BEEHIVE" (COLMEIA) QUE PROPORCIONA EXCELENTE TRANSPIRABILIDADE (MALHA ARPERMEAVEL) E TOQUE MACIO. (142629)	390,00	3.900,00
86	5,00	UNI	BOLSA NURSE COMPLETA BOLSA CONFECCIONADA EM MATERIAL SINTÉTICO NAS CORES, VERMELHA, BRANCA E AZUL MARINHO COM FORRAÇÃO EM NYLON NA COR CINZA DIMENSÕES 28CMX21CMX11CM FECHAMENTO DA BOLSA ATRAVES DE ZIPER N º8 COM DOIS CURSORES COMALTADO ALÇA DE MÃO CONFECCIONADA EM PVC NA COR PRETA ALÇA A TIRACOLO CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO NA COR PRETA CM 30 MM DE LARGURA, DESTACAVEL, COM PRESENÇA DE 4 CRAVOS PARA DAR MAIOR ESTABIIDADE E PROTEÇÃO A BOLSA NO INTERIOR DA BOLSA PRESENÇA DE 3 BOLSAS INTERNAS DESTACAVEIS PARA ACONDICIONAMENTO DE DIVERSOS MATERIAIS E UM BOLSO FIXO COM DOIS COMPARTILHAMENTOS CONFECCIONADO EM MATERIAL TRANSPARENTE. (142630)	190,00	950,00
87	10,00	UNI	BOLSA PARA COLAR CERVICAL E TALA DE PAPELÃO 45X20 FABRICADA EM NYLON, Á PROVA D'AGUA NA COR AZUL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 62CM DE COMPRIMENTO, 30 CM DE LARGURA POR 24 CM DE ALTURA. CONTÉM QUATRO PARES DE FITAS ELÁSTICAS NA PARTE INTERNA COM ENGATE RÁPIDO TIPO TRIDENTE SENDO DOIS EM CADA LATERAL. (142631)	70,00	700,00



88	10,00	UNI	BOTA PARA COMBATE A INCENDIO CALÇADO DE SEGURANÇA, DE USO PROFISSIONAL, TIPO BOTA IMPERMEÁVEL ALTA PARA BOMBEIRO COM FECHAMENTO TOTAL E ALÇAS PARA CALCE RÁPIDO. ALTURA DE APROXIMADAMENTE , 35 CM (DO SALTO ATÉ A BORDA NO Nº 40). CABEDAL 100% CONFECCIONADO EM COURO VAQUETA FLOR HIDROFUGADO , COM REFLETIVOS DE ALTA VISUALIZAÇÃO NOTURNA. BIQUEIRA INTERNA DE PROTEÇÃO PARA IMPACTOS DE ATÉ 200 JOULES E COMPRESSÃO DE ATÉ 15 KILONEWTONS. PALMILHA DE TRAMA DE FIBRAS ESPECIAIS NÃO METÁLICAS DE METAARAMIDA E RESINAS ESPECIAIS RESISTENTE A PERFUROS E CORTES GARANTINDO SEGURANÇA E PROTEÇÃO DA ÁREA TOTAL DA PLANTA DO PÉ. SOLA DE BORRACHA NITRÍLICA RESISTENTE A ALTA TEMPERATURA DE ATÉ 300°C E ÓLEOS COMBUSTÍVEIS COM ALTA RESISTÊNCIA A ABRASÃO. GRADE DE TAMANHOS A SER DEFINIDA POSTERIORMENTE. POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO C.A SEGUNDO NORMAS ABNT NBR ISO 20345:2008, ABNT NBR ISO 20344:2008. POSSUIR CERTIFICAÇÃO CONFORME NORMA EUROPÉIA ( CE ) , PARA NORMA EN15090:2006. (141580)	850,00	8.500,00
89	10,00	UNI	CINTO TIPO ARRANHA CINTO DE FIXAÇÃO TIPO "ARANHA" PARA MACAS RIGIDAS , PARA IMOBILIZAR UM BEBE, UM JOVEM OU ADULTO, CONFECCIONADO EM FITAS DE POLIAMIDA EM CORES E FIXADO POR FITAS EM VELCRO DE 50MM DE LARGURA, NAS CORES: PRETA, VERDE, VERMELHA, E AZUL COM 1,22 M DE COMPRIMENTO PERMITE IMOBILIZAR OS OMBROS, TORÁX, PELVE, BRAÇOS E PERNAS PESO 350 G . (141782)	50,00	500,00
90	30,00	UNI	COLETE SOCORRISTA PADRÃO CBMSC TECIDO CORDURA 500 COR AMARELO FLUORESCENTE DIMENSÕES TAMANHO UNICO COM 70 CM DE ALTURA, 54 CM DE LARGURA NA EXTREMIDADE INFERIOR, 50 CM DE LARGURA NA ALTURA DO TORAX E 17 CM NOS OMBROS. BOLSOS FRONTAIS 02 BOLSOS NA PARTE INFERIOR DO COLETE, UM DE CADA LADO (CENTRALIZADOS) MEDINDO 30X23X3CM 01 BOLSO NA PARTE SUPERIOR ESQUERDA DO COLETE MEDINDO 14,5X14,5CM . (141787)	180,00	5.400,00
91	50,00	UNI	CORDA ESTATICA 12MM A TECNOLOGIA BRAID ON BRAID CONFERE AO CABO UM PERFIL MAIS REDONDO E COMPACTO, PROPORCIONANDO UMA EXCELENTE RESISTÊNCIA À ABRASÃO E MANTENDO CONSTANTE A FLEXIBILIDADE DO CABO. - A CSL DISPONIBILIZA FICHA TÉCNICA DO PRODUTO PARA MELHOR CONHECIMENTO E ANÁLISE DO CLIENTE NO MOMENTO DA COMPRA. - O TRANÇADO DA CAPA DO CABO SAFETYLINE FOI ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA SUPOORTAR O ATRITO DO TRAVA-QUEADAS. O PERFIL CIRCULAR DO cabo aumenta a segurança na frenagem do dispositivo de travamento do trava-queadas. - O cabo Safetyline é o único do mercado que possui uma trança intermediária "bem fechada", com reduzido passo de trança. Essa característica faz com que a trança funcione como um filtro, barrando as impurezas e sujeiras, assim não permitindo que cheguem até a alma central, elemento principal de resistência à tração do cabo. - O cabo Safetyline possui três versões de comprimento – 50, 100 e 200 metros (141799))	10,00	500,00
92	30,00	CJ	CONJUNTO PARA CHUVA AMARELO PADRÃO CMBSC CONJUNTO COMPOSTO DE CALÇA E BLUSÃO CONFECCIONADOS EM TECIDO NYLON 100% POLIAMIDA IMPERMEÁVEL O BLUSÃO DEVE SER CONFECCIONADO COM MANGA DO TIPO RAGLAN, COM ABERTURA FRONTAL TOTAL E FECHAMENTO COM ZIPER DE POLIACETAL DEVIDAMENTE PROTEGIDO POR UMA ABA DE SOBREPOSIÇÃO E ADICIONALMENTE A LAPELA COM FECHAMENTO EM VELCRO DE MODO A PROMOVER UMA PROTEÇÃO TOTAL CONTRA POSSÍVEIS INFILTRAÇÕES DE ÁGUA FECHAMENTO NMO PUNHO COM LAPELA COM VELCRO E NA BARRA DA CALÇA FECHAMENTO COM ZIPER E ELASTICO O CAPUZ DEVE TER ABA TIPO BONÉ E SER AJUSTAVEL A CABEÇA POR MEIO DE CORDÃO E PRESILHAS DE REGULAGEM VARIÁVEL E PONTE IRAS. O BLUSAO DEVE APRESENTAR NA FRENTE E NAS COSTAS SISTEMA DE VENTILAÇÃO PARA EVITAR A CONDENSACÃO DE SUOR NO INTERIOR DA MESMA. A JAPONA E A CALÇA DEVERÃO TER FAIXA REFLETIVA CONFORME ESPECIFICAÇÃO NA COR PRATA E LARGURA DE 50 MM OBEDECENDO NORMA BRASILEIRA ABNT NBR 15292 VESTUÁRIO DE SEGURANÇA DE ALTA VISIBILIDADE DO PEITO E NOS BRAÇOS, UTILIZAR COSTURA PONTO CORRENTE E NA CALÇA EM AMBAS AS PERNAS 40 CM ACIMA DA BARRA..(142632)	300,00	9.000,00
93	10,00	UNI	FREIO "8" COM ORELHAS FABRICADO A PARTIR DE PLACA DE 1/2-IN. (12,5 MM), O CLÁSSICO RESGATE 8 FOI REFINADO PARA UM DESEMPENHO AINDA MELHOR COM A SELEÇÃO DE HOJE DE CORDA DE SALVAMENTO. OS DESCENDENTES JÁ NÃO USAM ROTINEIRAMENTE 16-MM (5/8-IN). AS CORDAS ENTÃO COM MENORES DIMENSÕES POR ISSO O RESGATE 8 OFERECE MAIOR CONTROLE. O ACABAMENTO DE PROPRIEDADE SOBRE O MODELO DE ALUMÍNIO OFERECE EXCELENTE RESISTÊNCIA AO DESGASTE, ENQUANTO QUE AS DE NÍQUEL-CROMO-CHAPÉADOS DE AÇO MODELO SE DESTACA EM SITUAÇÕES DE ALTO DESGASTE, TAIS COMO AREIA, AMBIENTES ARENOSOS. O BURACO MOSQUETÃO ESTENDIDA ACOMODA MÚLTIPLOS MOSQUETÕES. (366224)	220,00	2.200,00



94	2,00	UNI	GERADOR DE ENERGIA A COMBUSTÃO GERADOR DE ENERGIA - DIESEL.MOTOR: 7,0CVPARTIDA: MANUAL POTÊNCIA MÁXIMA: 3,8KVAPOTÊNCIA NOMINAL: 3,3KVA TENSÃO DE SAÍDA: 110/220V CONTROLE DE TENSÃO: CAPACITOR / SEM ESCOVA CARREGADOR DE BATERIA: 12V - 8,3A CAPACIDADE DO TANQUE: 12,5 LITROS AUTONOMIA: 7,30H (50% DE CARGA) PESO: 70KG FASES: MONOFÁSICO (142634)	3.710,00	7.420,00
95	10,00	UNI	IMOBILIZADOR DE CABEÇA UNIVERSAL AMARELO (142635)	140,00	1.400,00
96	5,00	UNI	KED ADULTO DISPOSITIVO DE EXTRACÇÃO. DISPOSITIVO DE EXTRACÇÃO É UM INSTRUMENTO PARA EXTRAÇÃO E IMOBILIZAÇÃO DE COLUNA, IDEAL PARA TODAS AS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA. PARTICULARMENTE SATISFATÓRIO PARA VÍTIMAS ENCARCERADAS VEÍCULOS, EDIFÍCIOS DESMORONADOS E LUGARES DE DIFÍCIL ACESSO. TAMBÉM PODE SER USADO COM MULHERES GRÁVIDAS, CRIANÇAS E BEBÊS. É IDEAL PARA O IMOBILIZAÇÃO DOS QUADRS E FRATURAS DE PÉLVIS. A COBERTURA EM FIBRA SINTÉTICA ROBUSTA COBERTA EM VINIL LIMITA ABRASÕES E ASSEGURA INTEGRIDADE TOTAL. A RIGIDEZ VERTICAL E A FLEXIBILIDADE HORIZONTAL SÃO AS CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DESTE DISPOSITIVO QUE PERMITE UMA IMOBILIZAÇÃO RÁPIDA DA COLUNA E UMA EXTRAÇÃO SEGURA. OS CINTOS E AS FIVELAS SÃO COLORIDAS PARA RECONHECIMENTO FÁCIL. É COMPLETAMENTE RÁDIO-COMPATÍVEL.É FORNECIDO COM O BOLSA DE TRANSPORTE CONFORTÁVEL E ROBUSTA O CORREIA DE NUCA E DE QUEIXO O ALMOFADA PARA SER USADA PARA A PARTE DE TRÁS DO PESCOÇO (142636)	230,00	1.150,00
97	2,00	UNI	KIT ESPAÇO CONFINADO 15 METROS TRIPE E GANCHO KIT QUE POSSUI OS SEGUINTE PRODUTOS: TRIPÉ TODO EM ALUMÍNIO, COM PERNAS AUTOMATICAMENTE TRAVADAS NA POSIÇÃO ABERTA E O FECHAMENTO DAS PERNAS É FEITO EM FITA DE POLIÉSTER PARA MAIOR SEGURANÇA. POSSUI INDICADOR DE ALTURA MÁXIMA AJUDANDO O AJUSTE RÁPIDO E FÁCIL, IDENTIFICANDO A EXTENSÃO MÁXIMA DO TRIPÉ DE APROXIMADAMENTE 2,3m GUINCHO 15M PARA MOVIMENTAÇÃO VERTICAL DE CARGAS E PESSOAS EM CABO DE AÇO. POLIA E CONECTOR. EM QUALQUER UMA DAS PERNAS A FIXAÇÃO DOS ACESSÓRIOS É PERMITIDA. PERNAS NÃO MUDAM DE POSIÇÃO NUMA SITUAÇÃO DE TOMBAMENTO DO TRIPE. POSSUI OLHAIS COM DISTORCEDOR PARA USO NO ACESSO E RESGATE DO ESPAÇO CONFINADO. SACOLA PARA ARMAZENAMENTO DO TRIPE E GUINCHO.	7.840,00	15.680,00
98	20,00	UNI	KIT PORTA INSTRUMENTOS HOLSTER KIT HOLSTER / PORTA INSTRUMENTOS COMPOSTO POR: 01 BOLSA, 01 PINÇA, 01 LANTERNA, 01 TERMÔMETRO, 01 TESOURA MULTI-USO (142638)	80,00	1.600,00
99	5,00	UNI	LAÇO CAMBÃO PARA CAPTURA DE ANIMAIS 150 CM CONFECCIONADOS EM ALUMÍNIO DE ALTA RESISTÊNCIA COM CABOS EM AÇO PLASTIFICADO, APRESENTAM TODOS ELES UM DISPOSITIVO DE TRAVAMENTO E SOLTURA DE LAÇO DE FORMA RÁPIDA E SEGURA. COMPRIMENTO DE 150 CM PESANDO 1125 GR (142639)	270,00	1.350,00
100	30,00	UNI	LUVA EM RASPA COM DORSO EM ARAMIDA CARBONO ALUMINAZADO DIVERSOS TAMA-NHOS (142641)	157,00	4.710,00

101	1,00	UNI	<p>MACA MODELO ENVELOPE AMARELA OU COR DE LARANJA. É A MACA DE SALVAMENTO MAIS ROBUSTA, VERSÁTIL E COMPACTA DO MERCADO. É FABRICADA COM UM PLÁSTICO ESPECIAL ROBUSTO E DURÁVEL NO QUAL FOI UTILIZADO UM TRATAMENTO TÉRMICO ESPECIAL QUE MELHORA A CARACTERÍSTICA DE MEMÓRIA ELÁSTICA. É REVOLUCIONÁRIA PORQUE PODE SER ARMAZENADA NUMA MOCHILA QUANDO NÃO ESTÁ A SER UTILIZADA. GARANTE AO PACIENTE UM GRAU DE IMOBILIZAÇÃO, PROTEÇÃO E SEGURANÇA NOTÁVEL. SUBSTITUI AS MACAS TRADICIONAIS DE SALVAMENTO E AS MACAS CESTO E TEM A GARANTIA DE UM ÓTIMO DESEMPENHO. A MACA ENVELOPE É UTILIZADA EM TODO O MUNDO. FOI SUBMETIDA A TESTES RIGOROSOS DE MANEIRA A IR DE ENCONTRO COM AS NECESSIDADES MAIS EXTRA-ORDINÁRIAS. PARTICULARMENTE APROPRIADA PARA SITUAÇÕES DE SALVAMENTO EM AMBIENTES LIMITADOS OU EM CONDIÇÕES ADVERSAS.</p> <p>ACOMPANHA:</p> <p>9 METROS DE CORDA DE 11 MM BRANCA</p> <p>1 MOSQUETÃO EM ALUMINIO COM TRAVA AUTOMATICA E COM PINO PARA FIXAÇÃO DA CORDA COM 20 X 11 CM E ABERTURA DE 45 MM.01 FITA PLANA DE 4M PARA AMARRAÇÃO DO PACIENTE. 01 BOLSA IMPERMEÁVEL (142642)</p>	2.100,00	2.100,00
102	1,00	UNI	<p>MACA MODELO ENVELOPE PARA RESGATE A MACA É CONFECCIONADA COM MATERIAL PLÁSTICO FLEXÍVEL, ALTAMENTE RESISTENTE À ABRASÃO, AO CALOR E A AGENTES QUÍMICOS.</p> <p>A MACA SURTIU PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE CAÇADORES AMERICANOS QUE PRECISAVAM TRANSPORTAR A CAÇA DE GRANDE PORTE (VEADOS, ALCES, CARIBUS, ETC.) PELAS LADEIRAS GELADAS DO ESTADO AMERICANO DO OREGON.</p> <p>ATUALMENTE É USADA PARA RESGATAR PESSOAS EM AMBIENTES AGRESTES, EM AMBIENTES INDUSTRIAIS (ESPECIALMENTE EM ESPAÇOS CONFINADOS) E PARA USO MILITAR.</p> <p>MEDIDAS (FECHADA): APROXIMADAMENTE 91,44 CM DE COMPRIMENTO X 22,86 CM DE DIÂMETRO</p> <p>MEDIDAS (ABERTA): APROXIMADAMENTE 2,42 M X 0,90 M</p> <p>PESO: APROXIMADAMENTE 8,17 KG</p> <p>(142643)</p>	2.100,00	2.100,00
103	1,00	UNI	<p>MACA ENVELOPE A MACA FOI DESENVOLVIDA A PARTIR DE CONCEITOS E PRINCIPALMENTE NECESSIDADES DE USUÁRIOS EM BUSCA DE PRATICIDADE E VERSATILIDADE. O PRODUTO É USADO NAS MAIS RENOMADAS ESCOLAS DE CAPACITAÇÃO INTERNACIONAL. A MACA TEM TECNOLOGIA DE PONTA.</p> <p>UTILIZAÇÃO: É A SOLUÇÃO IDEAL PARA RESGATES E TRANSPORTES DE VÍTIMAS EM LOCAIS DE DIFÍCIL ACESSO (AMBIENTES INDUSTRIAIS, URBANOS, LOCAIS CONFINADOS E ATIVIDADES DE AVENTURA). A MACA É PROVIDA DE UM SISTEMA DUPLO DE FIXAÇÃO DA VÍTIMA, COM FITAS INTERNAS PARA PRENDER O TÓRAX E OS PÉS. A PROTEÇÃO É REFORÇADA COM UM ENVELOPE QUE GARANTE TOTAL INTEGRIDADE À VÍTIMA.</p> <p>SISTEMAS DE MOVIMENTAÇÃO VERTICAL: AS TIRAS PARA MOVIMENTAÇÃO VERTICAL, HORIZONTAL E TIROLESA JÁ ESTÃO ACOPLADAS À MACA, O QUE EVITA A PERDA DE TEMPO NA MONTAGEM DO EQUIPAMENTO.COMONENTES: MACA , MOCHILA PARA TRANSPORTE, SEIS ALÇAS, FITA DE FECHAMENTO E DOIS MOSQUETÕES EM AÇO COM TRAVA.</p> <p>TAMANHO: FECHADA NA MOCHILA: 0,90M X 0,30M</p> <p>ABERTA: 2,00M X 0,90M</p> <p>PESO: 9,0 KG (APROXIMADAMENTE COM TODOS OS COMPONENTES).</p> <p>MATERIAL: POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE NA COR LARANJA.* FITAS SINTÉTICAS PLANAS DE 50 MM PESO RECOMENDADO: ENTRE 50 KG E 120 KG.ALTURA RECOMENDADA: ENTRE 1,40M A 2,10M</p> <p>DADOS TÉCNICOS:PLACA BASE: POLIETILENO LAJANJA, COMPRIMENTO 2.000 MM, LARGURA 900 MM, ESPESSURA 3MM.</p> <p>FITAS DE FECHAMENTO (FIXA NA MACA): POLIAMIDA CINZA, LARGURA 50MM, ESPESSURA 2 MM.</p> <p>FITAS DE SEGURANÇA DA VÍTIMA (FIXA NA MACA): POLIAMIDA CINZA, LARGURA 50MM, ESPESSURA 2 MM.</p> <p>FITAS DE IÇAMENTO VERTICAL (FIXA NA MACA): POLIAMIDA PRETA, LARGURA 50MM, ESPESSURA 2 MM.</p> <p>FITAS DE TRANSPORTE (REMOVÍVEIS): POLIAMIDA, LARGURA 25MM, ESPESSURA 2 MM.</p> <p>ALÇAS FIXAS: POLIAMIDA CINZA DOBRADA, LARGURA 25MM, ESPESSURA 4 MM.</p> <p>FIVELAS: ENGATE RÁPIDO EM AÇO CARBONO 1045.</p> <p>ILHOSES: LATÃO LATONADO.</p> <p>MOSQUETÕES (2): AÇO COM TRAVA (IMPORTADOS), RESISTÊNCIA 25 KN. (142644))</p>	2.900,00	2.900,00

104	3,00	CJ	MANEQUIM DE RCP CONJUNTO C/7 UNIDADES 05-ADULTO /02 INFANTIL KIT ECONÔMICO COM 7 MANEQUINS PROMPT + BOLSA DE NYLON SENDO 5 MANEQUINS ADULTOS (TORSO) E 2 MANEQUINS BEBÊ (TORSO) PARA PRÁTICA DE MEDIDAS DE REANIMAÇÃO NO ENSINO INDIVIDUAL OU EM GRUPO. GRAÇAS ÀS MÁSCARAS DESCARTÁVEIS PARA A BOCA/PULMÕES, ESTES MANEQUINS SÃO ABSOLUTAMENTE HIGIÊNICOS. DURANTE A VENTILAÇÃO ARTIFICIAL, O PEITO DO MANEQUIM EXPANDE VISIVELMENTE. O PROCESSO XIFÓIDE (ADULTO) OFERECE UM PONTO DE ORIENTAÇÃO ANATÔMICO PARA O POSICIONAMENTO DAS MÃOS E A COMPRESSÃO DO PEITO. CARACTERÍSTICAS: • SELETOR DE IDADE (DISPONÍVEL NO TORSO ADULTO) POSSIBILITA O AJUSTE DA PROFUNDIDADE DA COMPRESSÃO PERMITINDO TREINAMENTO ADULTO E/OU INFANTIL. ACOMPANHA: • 50 MÁSCARAS PARA O ROSTO/PULMÕES ADULTO; • 20 MÁSCARAS PARA ROSTO/PULMÃO INFANTIL; • 1 - BOLSA DE NYLON. (142645)	5.100,00	15.300,00
105	10,00	UNI	MOSQUETÃO ALUMÍNIO "D" ASSIMETRICO AUTOMATICO. AS EQUIPES DE RESGATE QUE TRABALHAM NAS CIRCUNSTÂNCIAS MAIS EXIGENTES IRÃO APRECIAR NOSSOS MOSQUETÕES, COMBINANDO ALTA PERFORMANCE COM PESO MÍNIMO, ESTES MOSQUETÕES ESPECIAIS REDUZEM SIGNIFICATIVAMENTE O PESO DO EQUIPAMENTO DE UM SOCORRISTA, MANTENDO A MAIOR MARGEM DE SEGURANÇA POSSÍVEL. O PROJETO KEY-LOCK ELIMINA O ENGATE ACIDENTAL AO RETIRAR O MOSQUETÃO DE SUA CADEIRINHA OU CINTO DE ESCADA, E O TAMANHO OFERECE UMA ABERTURA DA PORTA DE APROXIMADAMENTE 53MM PARA CONEXÕES DE AÇÃO RÁPIDA SEGURAS PARA ESCADAS OU ÂNCORAS. TRAVAS DA ABERTURA EM ROSCA OU TRAVA AUTOMÁTICA COM APENAS UMA DAS MÃOS. CADA MOSQUETÃO É TESTADO SEPARADAMENTE. ABERTURA DO GATILHO: APROXIMADAMENTE 2.1 IN (53 MM) COMPRIMENTO INTERIOR APROXIMADAMENTE 6.62 IN (168 MM) CARGA DE RUPTURA: NÃO INFERIOR A 24KN GATILHO: TRIPLA TRAVA AUTOMATICA COR: VERMELHO, PRATA OU PRETO NORMA: NFPA RATING GERAL USE OU CE EN (142646)	150,00	1.500,00
106	10,00	UNI	MOSQUETAO ALUMÍNIO "D" ASSIMETRICO ROSCA. O MOSQUETÃO DE RESGATE MAIS AVANÇADA DE USO GERAL NO MERCADO AS EQUIPES DE RESGATE QUE TRABALHAM NAS CIRCUNSTÂNCIAS MAIS EXIGENTES VÃO APRECIAR NOSSOS MOSQUETÕES DE ALUMÍNIO, OS MOSQUETÕES . COMBINANDO ALTO DESEMPENHO COM MÍNIMO PESO, ESTES MOSQUETÕES REDUZEM SIGNIFICATIVAMENTE O PESO DO EQUIPAMENTO DE UM SOCORRISTA ENQUANTO MANTÉM AMARGEM DE SEGURANÇA MAIS ALTA POSSÍVEL. ABERTURA DO GATILHO APROXIMADAMENTE 1.1 IN (28 MM) TAMANHO INTERNO: APROXIMADAMENTE 4.05 IN (103 MM) CARGA RUPTURA: NÃO INFERIOR A 36 KN GATILHO: ROSCA COR: VERMELHO, PRATA OU PRETO (142647)	150,00	1.500,00
107	20,00	UNI	ÓCULOS DE PROTEÇÃO ANTIEMBAÇANTE OCULOS COM DUAS LENTES LENTE INTERNA ADICIONAL DE ACETATO PARA PROTEÇÃO CONTRA CALOR RADIANTE. (142648)	140,00	2.800,00
108	5,00	UNI	PLACA DE ANCORAGEM ALUMÍNIO 36KN 1/3 FUIROS PLACA DE ANCORAGEM L, MODELO PEQUENA, COM 3 FUIROS NA PARTE DE BAIXO E 1 FURO NA PARTE DE CIMA. UTILIZADO EM DIVERSAS ATIVIDADES DE RESGATE E LOCAIS CONFINADOS. EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS INTERNACIONAIS DA COMUNIDADE EUROPÉIA OU NFPA G POSSUI ORIFÍCIOS DE APROXIMADAMENTE 19MM, FABRICADO EM ALUMÍNIO CARGA DE RUPTURA 36 KN PESO: APROXIMADAMENTE 55 G CERTIFICAÇÃO: CE OU NFPA 1983 G (142649)	240,00	1.200,00
109	10,00	UNI	MASCARA DE RCP DE BOLSO EM SILICONE DOBRÁVEL COM ENTRADA PARA O2 E ELÁSTICO PARA CABEÇA ACOMPANHA CAIXA PLÁSTICA PARA ACONDICIONAMENTO. (142650)	35,00	350,00

110	1,00	UNI	<p>POLIA DE RESGATE AUTOBLOCANTE É A ÚLTIMA INOVAÇÃO EM RESGATES, ESPAÇO CONFINADO E TRABALHO EM SUSPENSÃO. ELE POSSUI UMA TRAVA DE EXCESSO DE VELOCIDADE QUE É ACIONADA EM CASO DE UMA QUEDA.</p> <p>PROJETADO PARA SER USADO EM CONJUNTO COM POLIAS SIMPLES E DUPLAS PARA CRIAR SISTEMAS DE REDUÇÃO DE CARGA DE 3:1, 4:1 OU 5:1. O DESIGN INTERNO EXCLUSIVO DO R-ALF (PROTEGIDO POR PATENTE) NÃO REQUER FREIO ADICIONAL E, PORTANTO, É CAPAZ DE SER USADO POR DIVERSOS CICLOS E MUITAS QUEDAS.</p> <p>APROVAÇÃO: CE 0120 E ANSI Z359:4:2007</p> <p>CARGA DE TRABALHO SEGURA: 250KG</p> <p>CARGA DE TRABALHO MÁXIMA: 12KN</p> <p>DIÂMETRO DA CORDA: 11MM (EN 1891-A)</p> <p>PESO: 1200G</p> <p>NÚMERO DE PESSOAS: 2</p> <p>MATERIAL CONSTRUTIVO: ALUMÍNIO.</p> <p>ACABAMENTO: ANODIZADO.</p> <p>COR: VERMELHO OU PRETO</p> <p>DOWNLOAD DA FICHA TÉCNICA DO PRODUTO</p> <p>OPÇÕES DE COMPRA R-ALF:</p> <p>1. R-ALF 50</p> <p>CÓDIGO: RP-431A</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 RP-431 R-ALF</li> <li>• 50M TR-0008 CORDA STATIC 11MM SINGING ROCK</li> <li>• 1 TL-0003 MOCHILA 35L</li> </ul> <p>2. R-ALF 100</p> <p>CÓDIGO: RP-431B</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 RP-431 R-ALF</li> <li>• 100M TR-0008 CORDA STATIC 11MM SINGING ROCK</li> <li>• 1 TL-0002 MOCHILA 50L</li> </ul> <p>3. R-ALF 150</p> <p>CÓDIGO: RP-431C</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 RP-431 R-ALF</li> <li>• 150M TR-0008 CORDA STATIC 11MM SINGING ROCK</li> <li>• 1 TL-0002 MOCHILA 50L</li> </ul> <p>4. R-ALF 200</p> <p>CÓDIGO: RP-431D</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 RP-431 R-ALF</li> <li>• 200M TR-0008 CORDA STATIC 11MM SINGING ROCK</li> <li>• 1 TL-0002 MOCHILA 50L</li> </ul> <p>(142651)</p>	5.340,00	5.340,00
111	1,00	UNI	<p>POLIA DUPLA EM ALUMINIO POSSUI PLACAS ESPECÍFICAS ADAPTADAS À UTILIZAÇÃO DE NÓ AUTOBLOCANTE PRUSIK NOS SISTEMAS ANTI-RETORNO; AS POLIAS SÃO MONTADAS SOBRE ROLAMENTO DE ESFERAS ESTANQUE QUE ASSEGURAM UM EXCELENTE RENDIMENTO;</p> <p>PODE RECEBER ATÉ 3 MOSQUETÕES PARA FACILITAR AS MANOBRAS.</p> <p>PESO: APROXIMADAMENTE 450 G.</p> <p>CARGA DE RUPTURA: 36 KN</p> <p>DIÂMETRO DA CORDA: 7 A 13 MM.</p> <p>DIÂMETRO DA POLIA: APROXIMADAMENTE 51 MM.</p> <p>CARGA DE TRABALHO: 50KN</p> <p>CERTIFICAÇÕES: CE EN 12278 OU NFPA 1983, GENERAL USE.</p> <p>GARANTIA: 3 ANOS.</p> <p>(142652)</p>	800,00	800,00
112	5,00	UNI	<p>PRANCHA LONGA EM POLIETILENO PRANCHA DE IMOBILIZAÇÃO EM POLIETILENO, INTERNAMENTE COM REFORÇOS ESTRUTURAIS RESISTENTES A IMPACTOS, LEVE, FÁCIL DE USAR E PODE TAMBÉM SER USADA NA ÁGUA E EM SALAS DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA. POSSUI ABERTURAS ESPECÍFICAS PARA UTILIZAÇÃO DO CINTO ARANHA E/OU IMOBILIZADOR DE CABEÇA.</p> <p>MEDIDAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- COMPRIMENTO: 72" – 1,83M;</li> <li>- ESPESSURA: 2,5" – 6,5CM;</li> <li>- LARGURA: 17" – 44CM;</li> <li>- PESO LÍQUIDO: 14 LB – 6,5KG;</li> <li>- PESO BRUTO: 15 LB – 7,0KG;</li> <li>- CAPACIDADE DE CARGA – 180KG</li> </ul> <p>(141780)</p>	390,00	1.950,00

113	1,00	UNI	ROUPA ENCAPSULADA NÍVEL A MACACÃO TOTALMENTE ENCAPSULADO, COM CAPUZ COM VISOR DE TRIPLA CAMADA, ACOPLADO A ROUPA COM VÁLVULA D E EXAUSTÃO, COM CILINDRO AUTÔNOMO DE AR OU COM AR MANDADO. LUVAS COM PROTEÇÃO INTERNA DE FILME "BARRIER" E CAMADA EXTERNA EM BUTIL OU VITON®, PERNAS COM TRIPLA PROTEÇÃO: MEIAS INTERNAS EM FORMA DE BOTA, ABA EXTERNA À BOTA E PROTEÇÃO PARA OS JOELHOS. PROTEÇÃO NÍVEL A. COSTURA TERMOSSELADA. TAM.: G. PROTEÇÃO EM OPERAÇÕES EM QUE EXISTE RISCO DE DERRAMAMENTO DE AGENTES QUÍMICOS DANOSOS NA FORMA LÍQUIDA OU RISCO DE CONTATO COM AGENTES QUÍMICOS DANOSOS, NAS FORMAS LÍQUIDA E GASOSA ALTA VISIBILIDADE A COR AMARELO-LIMÃO É ALTAMENTE VISÍVEL, TANTO NA CLARIDADE COMO NA PENUMBRA, OFERECENDO MAIOR SEGURANÇA AOS USUÁRIOS EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA. (142653)	6.720,00	6.720,00
114	5,00	UNI	TALABARTE Y DUPLO COM ELASTICO COM ABSORVEDOR TALABARTE DE SEGURANÇA MODELO DUPLO, PROVIDO DE 03 CONECTORES E ABSORVEDOR DE ENERGIA. CONECTORES • 1 CONECTOR CLASSE T • 2 CONECTORES CLASSE A. MATÉRIA-PRIMA DOS CONECTORES • CLASSE T – AÇO • CLASSE A – AÇO. MATÉRIA-PRIMA DA FITA • PARA-ARAMIDA TUBULAR COM ELÁSTICO INTERNO. ABERTURA DOS CONECTORES • CLASSE T –18MM • CLASSE A - 53MM • TAMANHO - 1,30M • COR - PRETO • PESO - 1,70KG • FITA/ LARGURA - 40MM • ABSORVEDOR DE ENERGIA – SIM (142654)	200,00	1.000,00
115	3,00	UNI	TRIANGULO DE RESGATE TRIÂNGULO DE EVACUAÇÃO SEM ALÇAS. FÁCIL E RÁPIDO DE INSTALAR (MESMO NUMA PESSOA SENTADA); ADAPTA-SE SEM AJUSTE A DIFERENTES FORMAS DEVIDO AOS VÁRIOS POSICIONAMENTOS DOS PONTOS DE FIXAÇÃO. PESO: 795 G. CERTIFICAÇÃO: CE EN 1498. COR: VERMELHO/AMARELO. GARANTIA: 3 ANOS. (142655)	1.400,00	4.200,00
116	1,00	UNI	VENTILADOR DE PRESSAO POSITIVA DE GRANDE RENDIMENTO CUJA HÉLICE É MOVIMENTADA POR UM MOTOR A GASOLINA DE 6 CV E QUATRO TEMPOS. PERMITE A MOVIMENTAÇÃO DE GRANDE VOLUME DE AR PARA OPERAÇÃO DE VENTILAÇÃO POR PRESSÃO POSITIVA, PROMOVEDO A VENTILAÇÃO DE GRANDES ÁREAS EXPULSANDO GASES E FUMAÇA E PERMITINDO COMBATE MAIS EFICIENTE E SEGURO EM AMBIENTES CONFINADOS. O SEU ACIONAMENTO É ATRAVÉS DE UM MOTOR A GASOLINA DE 6 CV E QUATRO TEMPOS COM DISPOSIÇÃO HORIZONTAL DE EIXO DE MANIVELA (VIRABREQUIM) COM ACOPLAMENTO DIRETO À HÉLICE. ESTA É CONSTRUÍDA EM MATERIAL SINTÉTICO (PLÁSTICO) COM ATÉ 10 PÁS. E ESTÁ PROTEGIDA POR UMA CARENAGEM EM FORMA CILÍNDRICA, CONSTRUÍDO DE TAL FORMA QUE SUA PARTE FRONTAL PROMOVE O DIRECIONAMENTO DO AR FORMANDO UM CONE DE ÂNGULO MAIS FECHADO. NA PARTE FRONTAL E TRASEIRA DA CARENAGEM TEM GRADES QUE IMPEDEM A ENTRADA ACIDENTAL DE OBJETOS COMUNS NA CENA DE COMBATE A INCÊNDIO. O SUPORTE DO CONJUNTO HÉLICE CARENAGEM/MOTOR É MONTADO SOBRE UM, SUPORTE QUE PERMITE O DIRECIONAMENTO DO FLUXO DE AR, OU SEJA, PERMITE QUE O CONJUNTO TENHA SEU ÂNGULO DE INCLINAÇÃO AJUSTADO AUTOMATICAMENTE NO MOMENTO QUE FOR PREPARADO PARA UTILIZAÇÃO. ESSE SUPORTE É DOTADO DE DUAS RODAS NA PARTE TRASEIRA FACILITANDO DESSA FORMA O TRANSPORTE. NA PARTE DIANTEIRA TEM SAPATAS DE BORRACHA QUE IMPEDEM A MOVIMENTAÇÃO INVOLUNTÁRIA DO VENTILADOR QUANDO ESTE É ACIONADO. DIMENSÕES: 55 X 54 X 49 CM / PESO MÁXIMO 44.5 KG VENTILAÇÃO: MÍNIMO 43.000 M³/H. AUTONOMIA: 90 MINUTOS NÍVEL DE RUÍDO: 92,9 DBA (142656)	24.000,00	24.000,00

140	1,00	UNI	CONJUNTO PARA ESTABILIZAÇÃO DE VEICULO SISTEMA PARA ESTABILIZAÇÃO DE VEÍCULOS COMPOSTO POR: 3 SUPORTES DE ESTABILIZAÇÃO COM ALÇAS PARA IÇAMENTO : COMPRIMENTO RETRAÍDO: 1.070 MM; COMPRIMENTO ESTENDIDO: 1.720 MM; PESO POR APOIO 9,2 KG CARGA MÁXIMA NO SENTIDO LONGITUDINAL DOS SUPORTES: 1.500 KG; COMPRIMENTO DA FITA: 5.000 MM CARGA MÁXIMA DA FITA: 5000 KG CARGA MÁXIMA DO GANCHO: 2500 KG 1 LÂMINA PARA CRIAR PONTOS DE ANCORAGEM 1 CUNHA METÁLICA PARA APOIO 2 BOLSAS PARA ACONDICIONAMENTO DO KIT MEDINDO 1.10 M X 30 CM X 12 CM PESO = 39,6 KG (142853)	6.800,00	6.800,00
141	1,00	UNI	SERRA SABRE COM BATERIA SAPATA GIRATÓRIA COM ABERTURA SUPERIOR - MÁXIMO CONTROLE E VISIBILIDADE ALAVANCA PARA A TROCA DA SERRA SEM CHAVE EM METAL REFORÇADO - MÁXIMA EFICIÊNCIA NA TROCA RÁPIDA DE SERRA BATERIA XRP: TEMPO DE TRABALHO ESTENDIDO - MÁXIMO TEMPO DE VIDA E FUNCIONAMENTO DA BATERIA SERRA DE CORTE DE 25 MM (1") E 2.900 GPM - RAPIDEZ AO CORTAR EMPUNHADURA TEXTURIZADA - AUMENTA A COMODIDADE E O CONTROLE TROCA DE LÂMINAS SEM CHAVEFREIO ELÉTRICO 100% ROLAMENTADA APLICAÇÕES:CORTE EM MADEIRAS E AGLOMERADOS CORTE DE GESSO EM GERALCORTE DE METAIS DE CALIBRES FINO A GROSSO CORTE DE MATERIAIS PLÁSTICOS E FIBRA DE VIDRO. GOLPES POR MINUTO 0 A 2900 GPM COMPRIMENTO DE GOLPE 25 M MPESO 3,2 KG ACOMPANHA CARREGADOR DE 1 HORA, 1 BATERIA E MALETA (142854)	1.530,00	1.530,00
TOTAL DO LOTE : 162.433,00					
TOTAL GERAL : 162.433,00					

#### CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- 5.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;
- 5.2 – Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;
- 5.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento – Ordem de Compra.
- 5.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;
- 5.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

#### CLAUSÚLA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1 – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.
- 6.2 – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.
- 7.3. – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.
- 6.4 – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.
- 6.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.
- 6.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.
- 6.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.



- 6.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.
- 6.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 6.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.
- 6.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.
- 6.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.
- 6.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.
- 7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr (a); ALCIONE ROBERTO BUYNO, portador do cpf nº 543.529.679-04 como fiscal do presente contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.
- 7.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 7.3 – A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.
- 7.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 7.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.
- 7.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
- a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
- c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.
- 7.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.
- 7.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

- 7.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.
- 7.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
- 7.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 7.13

**CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015/2016.

11.2 – O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 102/2015, Pregão Presencial nº 50/2015.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 30/outubro/2016.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.  
duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo – SC, 28 de Outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

MARCOS NEI C. SIQUEIRA

SERMEDICALL A.E.H.LTDA

RICARDO PEDROSO

Testemunhas:

Fiscal do Contrato: ALCIONE ROBERTO BUYNO- 543.529.679-04

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA DE APROVAÇÃO DAS AMOSTRAS E CHAMAMENTO 4º COLOCADO 06/2015 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NAVEGANTE

ASSUNTO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/S INFORMA QUE FORAM APROVADOS/REPROVADOS, AMOSTRAS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº06/2015 – F.M.A.S E DE NAVEGANTES/SC REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E MATERIAL DE HIGIENE PESSOAL, DESTINADOS AOS BENEFICIADOS DO CREAS (CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) E MANUTENÇÃO DO PAEFI (PROGRAMA DE SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS), ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC

BLUNAC DISTRIBUIDORA LTDA - ME.-

ITEM REPROVADO: 13 ( NÃO APRESENTOU AMOSTRA).

CONVOCA PARA APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA TECNOAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA.- 4º COLOCADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015 - FMAS, CONFORME SEGUE:

ITENS	4º COLOCADO
13	TECNOAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA

NAVEGANTES/SC 18 DE OUTUBRO DE 2015.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 47/2015.

EXTRATO \* ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS 47/2015.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços FMS nº 47/2015, relativa ao Pregão Presencial FMS nº 47/2015 - contendo os preços registrados pelas empresas/fornecedores abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS), ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC, conforme Pregão Presencial nº 47/2015.

FORNECEDOR: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR.

VALOR TOTAL: R\$ 191.247,80

FORNECEDOR: METROMED MAT MED.

VALOR TOTAL: R\$ 117.426,50

FORNECEDOR: ALPHARAD COM. IMP

VALOR TOTAL: R\$ 17.800,00

FORNECEDOR: COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 96.262,06

FORNECEDOR: STARMED ART MED

VALOR TOTAL: R\$ 19.280,80

FORNECEDOR: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES

VALOR TOTAL: R\$ 60.712,80

Vigência: 29/10/2015.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 29 de outubro de 2015.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 133/2015.

EXTRATO \* ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 133/2015.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 133/2015, relativa ao Pregão Presencial nº 133/2015 - contendo os preços registrados pelas empresas/fornecedores abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SERRALHERIA PARA CONFECÇÃO DE GRADES, CERCAS, PORTÕES E BICICLETARIOS, DEVIDAMENTE MONTADOS E INSTALADOS PARA SEREM UTILIZADAS NAS UNIDADES ESCOLARES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC.

FORNECEDOR: NOVA HEBROM INDUSTRIAL E COMERCIO LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 100.044,00

FORNECEDOR: ABC & MÃO DE OBRA E COMERCIO DE VIDROS.

VALOR TOTAL: R\$ 142.730,00

Vigência: 19/10/2015.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 19 de outubro de 2015.

### ATA REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 49/2015.

EXTRATO \* ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS 49/2015.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços FMS nº 49/2015, relativa ao Pregão Presencial FMS nº 49/2015 - contendo os preços registrados pelas empresas/fornecedores abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA O CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS E AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC.

FORNECEDOR: DENTÁRIA E DISTR. HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 12.404,65

FORNECEDOR: TRADE MEDICAL MAT

VALOR TOTAL: R\$ 6.946,45

FORNECEDOR: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS.

VALOR TOTAL: R\$ 13.515,59.

Vigência: 23/10/2015.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 23 de outubro de 2015.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 139/2015 PMN ---RETIFICADO II----

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2015 PMN

---retificado II---

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS RECREATIVOS DEVIDAMENTE INSTALADOS (QUANDO FOR NECESSARIO), PARA ATENDIMENTO AOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 13/11/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 13/11/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à

disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Navegantes, 29 de outubro de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 66/2015 FMS --- RETIFICADO---**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2015 FMS  
---retificado---

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (FRALDAS GERIÁTRICAS DESCARTÁVEIS) PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DO "PROGRAMA DA ASSISTENCIA SOCIAL", ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 12/11/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 12/11/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Navegantes, 29 de outubro de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

### **CONVOCAÇÕES SECRETARIA DE SAÚDE**

Navegantes, 23 de outubro de 2015

Ilma Sra  
THAMMY LARICE SENNA CHAHN ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 23 de outubro de 2015

Ilma Sra  
FABRICIA CONCEIÇÃO PEREIRA DA FONSECA ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de RECEPCIONISTA

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 23 de outubro de 2015

Ilma Sra

LENI SILVA DESTRO ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ESF

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 23 de outubro de 2015

Ilma Sra  
JOCELEIA TERESINHA MENSCH ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE ESF

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 23 de outubro de 2015

Ilma Sra  
LUCIANA FERREIRA DE SOUZA ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE ESF

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 23 de outubro de 2015

Ilma Sra  
DIONE FATIMA DE SOUZA ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda



automática da vaga do Processo Seletivo  
Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 23 de outubro de 2015

Ilma Sra  
PETRONA OZUNA DOS SANTOS( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo  
Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 23 de outubro de 2015

Ilma Sra  
MIRIÃ ANACLETO ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo  
Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 23 de outubro de 2015

Ilma Sra  
DELZIA ANNA BISI PINTO ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo  
Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 23 de outubro de 2015

Ilm Sr  
CHARLES DOUGLAS CANTANHEDE CABRAL ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo  
Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 23 de outubro de 2015

Ilm Sr  
ANDRESSA ALVES VOIGHT VIEIRA ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM ESF Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Publico  
Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretaria de Administração e Logística

Navegantes, 23 de outubro de 2015

Ilm Sr  
LAUDELINO LUIZ PRAUSO ( CANDIDATO )

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM ESF Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Publico  
Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretaria de Administração e Logística

**DECRETO Nº 485 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio nº 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO Nº 485 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015**

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 2947 de 21/11/2014: DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do excesso de arrecadação das fontes de recursos abaixo discriminados até a importância de R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais) para as seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 10100 – Receitas de Impostos e Transf. Resultantes de Impostos - Educação  
13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
02 – Diretoria Pedagógica  
12.361.0008 – 2.038 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica - EF  
113 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos: 13600 – Recursos do Salário Educação  
13 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
02 – Diretoria Pedagógica  
12.361.0008 – 2.044 – Manutenção e Funcionamento dos Recursos do Salário Educação - EF  
125 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE OUTUBRO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de Outubro de 2015.  
Silvana Maria Francisco  
Secretária de Administração e Logística

**EDITAL Nº 05/2015**

EDITAL Nº 05/2015

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução 30/2015, torna público o resultado da recontagem dos votos da eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de Navegantes/SC, realizada no dia 27 de outubro de 2015.

Classificação Titulares	Nome do Candidato	Quantidade de Votos
1º	Flávio Roberto de Souza	281
2º	Juliana Pinto	269
3º	Edson José dos Santos	231
4º	Patrícia de Souza	125

5º	Lino Weise	89
Classificação Suplentes	Nome do Candidato	Quantidade de Votos
6º	Rosana Gonçalves	77
7º	Luciana Sales Ballarin	75
8º	Wilson Antônio Kuster	74
9º	Matheus Camargo Martins	70
10	Adriana Goreti Dias Barbosa Domingos	64
11	Marinez de Souza	60
12	Suraia Aparecida de Souza	56
13	Ana Maria Campos Freitas	46
14	Igor Gaidarji	43
15	Maria Esonita Schmitt	34
16	Hercilio Vargas	33
17	Rosemarli Mohr	32
18	Eleni Luiza Augusto Maciel	31
19	Rogéria Zanotto de Oliveira	24
20	Luiz Carlos Albanaz	21
21	André Luis Régis de Moura	21
22	Rodrigo de Oliveira Santos	02
23	Egina Ribas de Lima	01
Votos Válidos		1.759
Votos Nulos		09
Votos Brancos		01
Total de Votos		1.769

Navegantes, 27 de Outubro de 2015.  
Aldo Decker  
Presidente do COMDCAN

**EXTRATO CONTRATUAL FME Nº 219/2015.**

ESTADO DE SANTA CATARINA.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.  
EXTRATO CONTRATUAL FME Nº 219/2015.  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES / FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.  
EMPRESA: DEOLINDA PEREIRA DA COSTA 59303212991  
CNPJ: 12364.467/0001-08.  
Valor total: R\$ 7.980,00.  
Vigência: 12 (doze) meses.  
OBJETO: CONTRATO DE CONCESSÃO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA FINS DE EXPLORAÇÃO COMERCIAL (LANCHONETE) DA SALA ANEXA AO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES "DOMINGOS ANGELINO REGIS" LOCALIZADO NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC (PROCESSO 8/2015 FOI FRACASSADO), CONFORME CONCORRÊNCIA Nº 10/2015 FME.  
Navegantes, 26 de outubro de 2015.

**EXTRATO CONTRATUAL FMS Nº 220/2015.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº...: FMS.220/2015.  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.  
Contratada...: CONSTRUTORA RENASCENCE LTDA EPP.  
CNPJ: 10.786.502/0001-43.  
Vigência.: Início.:31/10/2015 Término: 28/01/2016.  
Licitação: Concorrência 054/2014.  
Recursos: Dotação.:1.098 4.4.90.00.00.00.  
Objeto: Primeiro Termo Aditivo visando à prorrogação do prazo de



vigência do Contrato FMS nº 043/2015, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA DA SAÚDE, LOCALIZADA NO BAIRRO SÃO DOMINGOS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME PROGRAMA DO MS, COM PROPOSTA Nº 11474080000111001, Tomada de Preço nº 54/2014.

Navegantes, 27 de outubro de 2015. .

#### **EXTRATO CONTRATUAL Nº 208/2015 FUMAN.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 208/2015.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Fundação Municipal de Meio Ambiente.

Contratada...: BALTT EMPREITEIRA, TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA.

Vigência ..... : Início: 14/10/2015 Término: 31/01/2016.

Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 01/2015.

Recursos ..... : Dotação: 2.147 4.4.90.00.00.00.00.

Objeto ..... : Primeiro Termo Aditivo visando a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 093/2015 referente à AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE VALAS DE INFILTRAÇÃO, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE PARA CONSTRUÇÃO DO PARQUE LINEAR AMBIENTAL DA PRAIA, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, conforme Concorrência nº 1/2015.

Navegantes, 13 de outubro de 2015.

#### **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES - FUMAN - RETIFICADO PUBLICAÇÃO EM 02/10 - EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO N.º 011/2015**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES - FUMAN

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL N.º 011/2015.

Síntese do Termo de Compromisso Ambiental que celebram entre si, a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes - FUMAN e a empresa NAG EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA, inscrita no CNPJ n.º 19.439.788/0001-65. Objetivo: visando à adoção de medidas específicas, para a correção do passivo ambiental, por meio do processo de licenciamento ambiental de operação nº 047/048/2012, mediante condicionante de realizar a averbação de compensação ambiental de 7.056,39m² de área; doar a fundação 01 (um) container modificado, conforme especificações, para substituição das edificações de guarda vidas na orla da praia; delimitar com cerca e identificação a área verde de 3.024,20m² no empreendimento; realizar o plantio de 20 (vinte) mudas nativas na

área verde do imóvel e apresentar relatório; e realizar no prazo de 30 (trinta) dias a doação de 100 (cem) mudas de árvores nativas a fundação. Vigência do Termo: 90 (noventa) dias a contar da data da assinatura, que se deu em 29 de setembro de 2015, quando deverão estar cumpridas todas as obrigações assumidas pelo Compromissário. Assinaturas: PAULO CELSO MAFRA, Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente - Compromitente e a empresa NAG EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA inscrita no CNPJ n.º 19.439.788/0001-65 representada por Márcio Newlads Furtado de Mendonça, inscrito no CPF n.º 477.\*\*\*.\*\*\*-\*\*, como Compromissários. Navegantes, 29 de setembro de 2015.

#### **PORTARIA 2856 NOMEIA DEFENSOR DATIVO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n.º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2856 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015  
NOMEIA DEFENSOR DATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS DISCIPLINARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I NOMEAR o servidor Pedro José da Silva como defensor dativo para acompanhar os processos disciplinares – Sindicâncias e Processos Administrativos – e apresentar a competente defesa escrita, conforme dispõe o parágrafo segundo do artigo 163 da lei complementar n.º 7 de 11/11/2003.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

#### **CÂMARA MUNICIPAL**

#### **LICITAÇÃO 003-2015 - PREGÃO PRESENCIAL 002-2015 - AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE LICITAÇÃO**

AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 003/2015

PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2015

COMUNICAMOS que houve alteração na data do Processo Licitatório nº 003/2015 - Pregão Presencial nº 002/2015, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE VEÍCULO. A NOVA DATA DA SESSÃO PÚBLICA fica

redesignada para o dia 07 de dezembro de 2015, às 14 (quatorze) horas (horário de Brasília – DF). O Edital completo poderá ser obtido na internet, no site <http://www.cvnavegantes.sc.gov.br>. Outras informações poderão ser obtidas pessoalmente, no endereço constante no cabeçalho ou telefone: (47) 3342-1818.

Navegantes, 29 de outubro de 2015.

JOSÉ JOÃO DE SOUZA

PREGOEIRO

# Nova Trento

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 937/2015 "B"

PORTARIA Nº 937/ 2015 "B"  
Nomeação/ Posse/ Exercício

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

#### RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 186/2015, de 21 de setembro de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, SUELI VEBER HUGEN, matrícula nº 6968, no Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e EMPOSSAR em 01 de outubro de 2015.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, a partir de 01/10/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de outubro de 2015.  
Josemar Guilherme Franzoi  
Prefeito Municipal, em exercício.

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 962/2015

Portaria Nº 962/ 2015  
Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94,XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20 da Lei Municipal nº 1.207/1992,

#### Resolve:

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 221/2015, de 21 de outubro de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, EDUARDA SOUZA LODETTI, matrícula nº 6969, no Cargo de Provimento Efetivo de FARMACÊUTICO(A), do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e EMPOSSAR em 22 de outubro de 2015.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício na Unidade Sanitária Madre Paulina, a partir de 22/10/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 22 de outubro de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 966/2015

PORTARIA Nº 966/ 2015  
Concede Licença Tratamento de Saúde

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

#### RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal VALDECIR ALVES FERREIRA, matrícula nº 6785, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Servidores Efetivos desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 28 de agosto de 2015 a 26 de setembro de 2015, conforme resultado pericial datado de 22/10/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 22 de outubro de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 22 de outubro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 967/2015

Portaria Nº 967/2015  
Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94,XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, combinado com os artigos 12 e 20, da Lei Municipal nº 1.207/1992,

#### RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 207/2015, de 14 de outubro de 2015 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, realizado em 24/05/2015, JULIANE SIVIERO, matrícula nº 6970, no Cargo de Provimento Efetivo de ENFERMEIRO(A), do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e EMPOSSAR em 26 de outubro de 2015.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício na Unidade de Saúde Básica Bese-nello, a partir de 26/10/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 26 de outubro de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário de Administração e Finanças

**PROCESSO 109/2015 - PREGÃO PRESENCIAL  
071/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 109/2015 – Pregão Presencial nº 071/2015  
Objeto: O presente pregão tem por objeto a Permissão de Uso de Bem Público, relativo ao imóvel localizado na Praça Del Comune (Quiosque Ponto do Táxi), destinado à exploração de bomboniere, com venda de souvenir, obedecendo as normas, conforme especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital. Julgamento: Maior Oferta. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 16/11/2015 às 10:00 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267 3213 – Email: [compras@novatrento.sc.gov.br](mailto:compras@novatrento.sc.gov.br). Site: [www.novatrento.sc.gov.br](http://www.novatrento.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 02/2014 CÂMARA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDORES DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 02/2014

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte

CONTRATATO : Visoli Construtora LTDA EPP

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração do preço e do prazo de vigência do contrato.

O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula primeira do contrato será de R\$ 237.171,73 (duzentos e trinta e sete mil cento e setenta e um reais e setenta e três centavos), acrescido de R\$ 2.075,33 (dois mil setenta e cinco reais e trinta e três centavos) e suprimido de R\$ 3.661,86 (três mil, seiscentos e sessenta e um real e oitenta e seis centavos).

O prazo de vigência e execução do Contrato fica prorrogado pelo lapso de 20(vinte) dias, a contar da assinatura deste termo aditivo, ou seja, de 23/10/2015 a 11/11/2015.

Novo Horizonte-SC, 23 de outubro de 2015.

José Ivanir Dallanora

Presidente

### EXTRATO CONTRATUAL Nº 072/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 072/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: SOLANGE FRANZOSI - ME

Valor ..... : 70.000,00 (setenta mil reais)

Vigência ..... : Início: 29/10/2015 Término: 28/10/2025

Licitação ..... : Concorrência para Alienação Nº.: 1/2015

Objeto ..... : O presente contrato tem como objeto a DOAÇÃO COM ENCARGOS E CLÁUSULA DE REVERSÃO DO IMÓVEL: LOTE INDUSTRIAL Nº 07, COM ÁREA DE 4.510,20 m2 (quatro mil, quinhentos e dez metros quadrados e vinte centímetros), sem benfeitorias, situado no Condomínio Industrial, A TÍTULO DE INCENTIVO ECONÔMICO, matrícula no Registro de Imóveis sob o nº 16.105.

Novo Horizonte/SC, em 29 de Outubro de 2015

Eli Mariott

Prefeito Municipal

### EXTRATO CONTRATUAL Nº 073/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 073/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: CONSTRUIR CONCURSOS E ASSESSORIAS LTDA ME

Valor ..... : 30.000,00 (trinta mil reais)

Vigência ..... : Início: 29/10/2015 Término: 28/10/2016

Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 14/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00 (34), 2.011.3.3.90.00.00.00.00 (39), 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (93), 2.030.3.3.90.00.00.00.00 (128)

Objeto ..... : O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO EM TODAS AS SUAS FASES ATÉ O RESULTADO FINAL, DESTINADOS AO PROVIMENTO DOS CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS, DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE-SC.

Novo Horizonte/SC, em 29 de Outubro de 2015

Eli Mariott

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 049/2015 - CP Nº 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2015

CONCORRÊNCIA P/ ALIENAÇÃO Nº 001/2015

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 29/10/2015

CONTRATADO: SOLANGE FRANZOSI – ME

VALOR AVALIADO DO IMÓVEL: R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais).

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O objeto do presente certame é a doação com encargos e cláusula de reversão do seguinte imóvel do Condomínio Industrial: LOTE INDUSTRIAL Nº 07, COM ÁREA DE 4.510,20 m2 (quatro mil, quinhentos e dez metros quadrados e vinte centímetros), sem benfeitorias, situado no Condomínio Industrial, a título de incentivo econômico, Matrícula nº 16.105.

DATA: 29/10/2015

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 0542015 - CV Nº 014/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO CONTRATUAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2015

CONVITE Nº 014/2015

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 29/10/2015

CONTRATADO: CONSTRUIR CONCURSOS E ASSESSORIAS LTDA ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
OBJETO: A presente licitação tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO EM TODAS AS SUAS FASES ATÉ O RESULTADO FINAL, DESTINADOS AO PROVIMENTO DOS CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS, DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

VALOR DA DESPESA: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

DATA: 29/10/2015

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

**EXTRATO TA 09 AO CONTRATO 02-2012 CÂMARA**

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDORES DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 02/2012

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte

CONTRATATO : MPA Engenharia Ltda

DA VIGÊNCIA O prazo Contratual fica prorrogado por mais 20(vinte) dias, com término em 11/11/2015.

Novo Horizonte-SC, 23 de outubro de 2015

José Ivanir Dallanora

Presidente

# Orleans

## PREFEITURA

**PROCESSO 121/2015 TP 103/2015**

PROCESSO Nº 121/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 103/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ESTRUTURA METALICA PARA USO DE EVENTOS MUNICIPAIS CONFORME PROJETO/CONVÊNIO Nº 2015TR001264.  
Data e hora de entrega dos envelopes: 14h00min do dia 19/11/2015. Abertura: 14h30min do dia 19/11/2015 no setor de Licitações da Prefeitura.

Fundamento Legal: Lei 8.666/93, consolidada.

Orleans – SC, 29 de outubro de 2015.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração



# Ouro

## PREFEITURA

### NOTA

Ouro (SC), em 28 de outubro de 2015.

#### NOTA DE ESCLARECIMENTO

A Prefeitura de Ouro e a empresa MGA Concursos vêm através deste, informar que ocorreu a inversão da correção dos gabaritos para os cargos de Psicólogo e Psicólogo Educacional, relativo ao Concurso Público n.001/2015, todavia, elucidamos que essa inversão foi sanada e consequente, não causou prejuízos aos candidatos inscritos nesse certame.

Atenciosamente,

### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0030/2015

MUNICÍPIO DE OURO / SC

Pregão Presencial nº. 0030/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 16/11/2015, às 14hs, o Processo Licitatório n.0055/2015, na modalidade Pregão Presencial nº. 0030/2015, tipo menor preço por item, sob regime de entrega imediata. Objeto: Aquisição de tintas e solventes, para demarcação viária. Obtenção do edital: [licitacoes@ouro.sc.gov.br](mailto:licitacoes@ouro.sc.gov.br), [www.ouro.sc.gov.br](http://www.ouro.sc.gov.br). Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 29/10/2015. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

### TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 0004/2015

MUNICÍPIO DE OURO / SC

TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 0004/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 19/11/2015 às 14h, o Processo Licitatório n. 0054/2015 na Modalidade de Tomada de Preços para Compras e Serviços n. 0004/2015, tipo menor preço global, sob regime de execução imediata. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para execução dos serviços com fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para realizar a Iluminação Natalina 2015 do município. Compreendendo os serviços de confecção, montagem, manutenção e desmontagem dos elementos que irão compor a iluminação. Pedidos do edital: [licitacoes@ouro.sc.gov.br](mailto:licitacoes@ouro.sc.gov.br). Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 22/10/2015. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### EXTRATO RESCISÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº0094/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: CONSTRUMATHER-MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais necessários para Pavimentação de vias públicas com pedras irregulares na Avenida Pedro Biotto Sobrinho com área a pavimentar de 2.478,00 m<sup>2</sup> e passeios públicos na Avenida Pedro Biotto Sobrinho e Rua João Maria Conrado com área de passeio de 1.514,10 m<sup>2</sup>. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 22 de outubro de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº0100/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: CONSTRUMATHER-MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

Objeto: Contratação de empreiteira para realização de serviços de construção, pelo sistema de empreitada global, com fornecimento de materiais necessários e mão de obra, destinados a construção da Unidade Básica de Saúde, na Rua João Maria Conrado nº 414, centro, na cidade de Ouro Verde/SC. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 22 de outubro de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

# Palhoça

## PREFEITURA

### LEI Nº 4.301, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI Nº 4.301, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

DENOMINA VIA PUBLICA. Rua Elizabete Souza.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de Rua Elizabete Souza, a via pública 1667 – código 3091 – 2 250 E/D cadastrado nesta municipalidade, com extensão de 312,00 Metros de comprimento, e 6,00 metros de largura, localizada no bairro Praia do Sonho, neste Município.

Parágrafo único À localização da referida via pública de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 05 de outubro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

### RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº147/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL

147/2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 147/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de móveis para Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão e Secretaria Municipal de Receita.

#### CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

LOTE 4: - JEFERSON DA SILVEIRA ME foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 16.291,60 (dezesesseis mil duzentos e noventa e um reais e sessenta centavos).

LOTE 1: - MARIA HELENA COM. DE MÓVEIS EIRELI ME foi vencedora totalizando a importância de R\$ 2.230,00 (dois mil e duzentos e trinta reais).

LOTE 5: - SUPRIMÓVEIS LTDA EPP foi vencedora totalizando a importância de R\$7.839,00 (sete mil oitocentos e trinta e nove reais).

LOTE 3: - NELITA GOMES FARIAS EPP foi vencedora totalizando a importância de R\$ 2.580,00 (dois mil quinhentos e oitenta reais).

LOTE 2: - GISIANE MATILDE VIEIRA ME foi vencedora totalizando a importância de R\$1.848,00 (um mil oitocentos e quarenta e oito reais.)

Palhoça, 29 de Outubro de 2015.

André José Silveira

Pregoeiro

# Papanduva

## PREFEITURA

### **LEI Nº 2070, DE 29.10.2015 - AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, POR MEIO DA SECRETARIA DE SAÚDE, A FIRMAR CONVÊNIO COM O INSTITUTO VIDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS USUÁRIOS DO SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, EM CARÁTER COMPLEMENTAR**

Lei nº 2070, de 29 de outubro de 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, POR MEIO DA SECRETARIA DE SAÚDE, A FIRMAR CONVÊNIO COM O INSTITUTO VIDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS USUÁRIOS DO SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, EM CARÁTER COMPLEMENTAR.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele, sanciona a seguinte

Lei

Art. 1º. Fica o Município de Papanduva, por meio da Secretaria de Saúde, autorizado a firmar convênio com o INSTITUTO VIDA, entidade filantrópica e de assistência social sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ 13.617.301/0001-00, objetivando a prestação de serviços, em caráter complementar, aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, especificamente para a prestação de serviços médicos, 24 horas/dia, no Pronto Atendimento junto ao Hospital e Maternidade São Sebastião, podendo os serviços ser ampliados mediante a celebração de termo aditivo.

Art. 2º. O Município de Papanduva repassará ao conveniado a quantia mensal no valor de R\$ 112.963,90 (cento e doze reais novecentos e sessenta e três reais e noventa centavos), sendo R\$ 102.463,90 (cento e dois mil quatrocentos e sessenta e três reais e noventa centavos) pelos serviços médicos e R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais) pelos serviços laboratoriais.

Art. 3º. Os termos do convênio constam na minuta anexa, parte integrante desta Lei.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias específicas previstas nas Leis Orçamentárias Anuais, nos exercícios ocorrentes.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2031, de 29 de outubro de 2014.

Município de Papanduva, 29 de outubro de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

CONVÊNIO Nº 006, de 29 de outubro de 2015.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PAPANDUVA E O INSTITUTO VIDA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, PARA MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE TODAS AS ATIVIDADES E SERVIÇOS DE PRONTO SOCORRO.

Pelo presente instrumento, de um lado MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, com sede na Rua Sérgio Glevinski, neste ato representada pelo Prefeito Dario Schicovski, brasileiro, casado, portador da Cédula de identidade RG. nº 9ªR.607166/SSP/SC., e CPF/MF nº248.839.219-72, residente e domiciliado nesta cidade, daqui por diante denominado MUNICÍPIO, com interveniência da Associação Hospitalar

e Maternidade São Sebastião, através do seu presidente e, de outro lado, INSTITUTO VIDA, entidade filantrópica e de assistência social sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ 13.617.301/0001-00, com sede na cidade de Timbó, na Rua Germano Brandes Senior, n.º 690, CEP 89120-000, no Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Diretor, Sr. Richard da Silva Choseki, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o n.º 893.805.259-15, residente e domiciliado à Rua Amazonas, n.º 560, sala 02, bairro Garcia, Município de Blumenau Santa Catarina, CEP 89021-000, nos termos de seus estatutos sociais, daqui por diante denominada INSTITUTO, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial os artigos 196 e ss, e demais disposições regulamentares aplicáveis à espécie; e

CONSIDERANDO que a execução do serviço de pronto socorro para atendimento de situações de Urgência e Emergência constitui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) atividade de média complexidade, cuja execução pelo Município é optativa, e não impositiva;

CONSIDERANDO que a Administração Municipal para atendimento da saúde pública, pode firmar convênios com entidades prestadoras de serviços privados de saúde, cabendo-lhes nestas hipóteses o controle e a avaliação de sua execução, conforme estabelece o art. 18, X, da Lei n.º 8.080/1990;

CONSIDERANDO que a municipalidade possui interesse de congregar as atividades relacionadas ao sistema de saúde, em especial o serviço de pronto socorro ao serviço de internação, prezando assim por melhores condições, principalmente quanto a custos, pagamentos, execução de atividades e atendimento à população;

CONSIDERANDO que o INSTITUTO possui mão de obra qualificada, estando tecnicamente apto a assumir de forma integral e exclusiva as atividades e serviços de pronto socorro do MUNICÍPIO,

CONSIDERANDO que o INSTITUTO e o MUNICÍPIO DE PAPANDUVA firmaram em 29 de outubro de 2014, o CONVÊNIO Nº 005/2014, que tinha por objeto a prestação de serviços médicos, por equipe médica própria do INSTITUTO, seja do seu quadro social, seja preposto, contratado ou associado, em plantão de 24 (vinte e quatro) horas, de forma ininterrupta, durante todos os dias do mês, inclusive sábado, domingos e feriados, tendo sido constatados resultados positivos imediatos;

CONSIDERANDO o interesse mútuo de continuar e, inclusive, ampliar aqueles serviços lançados no CONVÊNIO N.º 005/2014;

Tem entre si, justo e acordado, o presente CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE PRONTO ATENDIMENTO, na forma e nas condições estabelecidas na Lei Municipal nº 2070, de 29 de outubro de 2015, e nas cláusulas seguintes:

#### DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Convênio tem por objeto o fornecimento de assessoria de saúde e prestação de serviços médicos em caráter complementar, representado por equipe médica própria do INSTITUTO, seja do seu quadro social, seja preposto, contratado ou associado, em plantão de 24 (vinte e quatro) horas, de forma ininterrupta, durante todos os dias do mês, inclusive sábado, domingos e feriados, na(s) unidade(s) de PRONTO ATENDIMENTO

do MUNICÍPIO, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, e serviços de laboratório 24 horas (hemograma, troponina e parcial de urina), nos moldes e competências estabelecidas no presente convênio e no anexo PLANO DE TRABALHO, que faz parte integrante do presente instrumento.

§ 1.º – Para a prestação dos serviços médicos, estabelecem as partes as seguintes regras:

I - O INSTITUTO prestará os serviços objeto do presente Convênio de maneira adequada e criteriosa, segundo as técnicas médicas, usualmente aceitas e recomendadas, adotando as cautelas de segurança necessárias, observadas as escalas de sobreaviso, protocolos e prescrições médicas padronizadas;

II - O INSTITUTO atenderá todos os pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS com os quais o MUNICÍPIO se relacionar. O INSTITUTO também prestará os serviços aos pacientes encaminhados pelos bombeiros, outros serviços de urgências ou emergências da região, prefeituras de outros municípios, hospitais da região, particulares, dentre outros, garantindo sempre um atendimento médico completo e igualitário respeitado as necessidades individuais de cada paciente;

III – O INSTITUTO manterá, às suas expensas, mediante admissão no quadro social, através de regime autônomo ou relação de emprego, atendidos, neste último caso, os preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho, profissionais em número suficiente para suprir o atendimento dos pacientes, contratando, se for o caso, novos profissionais, visando manter o padrão e a excelência do atendimento, sem qualquer ônus ao MUNICÍPIO;

IV - O INSTITUTO determinará, dentre os profissionais do seu quadro funcional, uma chefia que fará o controle médico direto de todo o serviço prestado, ou seja, treinamento, produção de protocolos e aprovação da listagem de equipamentos e medicamentos;

V- O INSTITUTO pagará os honorários dos médicos, os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e tributários dos funcionários que eventualmente contratar, bem como os encargos relativos à sua condição de pessoa jurídica;

§ 2.º - Sem prejuízo do acompanhante da fiscalização e da normatividade suplementar exercidos pelo MUNICÍPIO sobre a execução do objeto deste Convênio e o MUNICÍPIO reconhecer a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional dos gestores do SUS, decorrente da Lei n.º 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde), fica certo que a alteração decorrente de tais competências normativas será objeto de termo aditivo específico, ou notificação dirigida ao INSTITUTO.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Para o cumprimento do objeto deste Convênio, o INSTITUTO se obriga a oferecer aos pacientes do SUS os recursos necessários ao seu atendimento, representado por 01 (um) médico em regime de plantão presencial, de 24 (vinte e quatro) horas, durante todos os dias do mês, inclusive sábados, domingos e feriados.

#### DA VIGÊNCIA E DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O presente Convênio terá vigência de um ano a contar de sua assinatura, podendo ser alterado ou prorrogado, no todo ou em parte, por igual período, mediante acordo entre as partes e através de Termo Aditivo, cujos valores nas possíveis renovações serão corrigidos pelo INPC.

**CLÁUSULA QUARTA** – A rescisão obedecerá às disposições contidas nos artigos 77 a 80 II da Lei Federal n.º 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 8.883/94, respeitado o Art. 116 da Lei Federal n.º 8.666/93.

§ 1º - Em caso de rescisão, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o

prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se, neste prazo, o INSTITUTO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa poderá ser duplicada.

§ 2º- Poderá o INSTITUTO rescindir o presente Convênio no caso de descumprimento, pelo MUNICÍPIO, de suas obrigações aqui previstas, em especial, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos. Caberá ao INSTITUTO notificar o MUNICÍPIO, formalizando a rescisão e motivando-a devidamente, informando do fim da prestação dos serviços contratados no prazo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento da notificação.

#### DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**CLÁUSULA QUINTA** – Pelos serviços objeto do presente convênio, o MUNICÍPIO disponibilizará mensalmente ao INSTITUTO, até 12º (décimo segundo) dia do mês em curso à prestação dos serviços conveniados, o valor total de R\$ 112.963,90 (cento e doze reais novecentos e sessenta e três reais e noventa centavos), sendo R\$ 102.463,90 (cento e dois mil quatrocentos e sessenta e três reais e noventa centavos) pelos serviços médicos e R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais) pelos serviços laboratoriais.

§ 1.º - O referido repasse compreende o adimplemento de toda a execução do objeto e demais obrigações, atribuições, responsabilidades, custos e ônus diretos e indiretos constantes no presente instrumento.

§ 2.º - Os repasses serão efetuados pelo MUNICÍPIO ao INSTITUTO através de depósito junto à instituição bancária a ser indicada.

§ 3.º - O INSTITUTO obriga-se a fornecer mensalmente prestação de contas dos recursos repassado, que deverá conter:

- a) Balancete da prestação de contas – Anexo TC-28;
- b) Declaração de recebimento e aplicação das subvenções sociais;
- c) Documentos comprobatórios das despesas realizadas (notas fiscais), com o devido recebimento dos serviços prestados, e que esta de acordo com as especificações;
- d) Cópia do cheque utilizado para pagamento;
- e) Extratos bancários da conta especial, com a movimentação completa do período;
- f) Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso.

§ 4.º As despesas oriundas do presente Convênio correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

05.13 – Fundo Municipal de Saúde

4.016 – Manutenção do Pronto Atendimento

3.3.50.00.00 – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

§5.º Na hipótese de prorrogação ou renovação do presente Convênio ou da assinatura de outro instrumento congênere que tenha o mesmo objeto entre as partes, os valores previstos no caput da presente cláusula sofrerão reajuste anual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

#### DAS OBRIGAÇÕES DO INSTITUTO

**CLÁUSULA SEXTA** – Além de outras obrigações contidas no presente instrumento, obriga-se ainda o INSTITUTO:

- I - adequar-se aos programas de melhoria, qualidade e acreditação, implantados ou a serem implantados pelo MUNICÍPIO;
- II - levar ao imediato conhecimento da autoridade sanitária municipal, através do seu Departamento de Vigilância à Saúde, os casos confirmados ou suspeitos de doenças de notificação compulsória, elencadas no artigo 1º, da Portaria n.º 1.100/96, do Ministério da Saúde, que deve ser do conhecimento de todos os profissionais, atendendo, ainda, as demais disposições legais pertinentes à



matéria, inclusive de âmbito municipal;

III - zelar e conservar, em perfeitas condições de uso, as dependências, equipamentos, mobiliários, eletrodomésticos e materiais colocados à sua disposição, responsabilizando-se por eventuais faltas ou danos provocados pelo mau uso ou descuido no manuseio, a ser apurado mediante sindicância;

IV - executar os serviços de maneira ética e criteriosa, segundo as técnicas médicas usualmente aceitas e recomendadas, e com as cautelas de segurança necessárias;

V - adequar-se às políticas administrativas elaboradas pelo MUNICÍPIO, sem que isto venha caracterizar qualquer tipo de subordinação;

VI - exigir o uso de EPI's de seus empregados e prepostos;

VII - sempre que se utilizar da estrutura do MUNICÍPIO, observar as normas deste último, inclusive escalas de sobreaviso, protocolos e prescrições médicas padronizadas.

XI - quitar os honorários médicos aos profissionais que compõem seu corpo clínico, comprovando mensalmente os pagamentos, bem como o recolhimento de todas as incidências fiscais, tributárias e previdenciárias;

XII - proceder à avaliação, indicação, planejamento, execução e acompanhamento dos procedimentos médicos no âmbito das unidades sob sua responsabilidade;

XIII - proporcionar qualificação técnica a toda equipe profissional das unidades sob sua responsabilidade através de cursos de capacitação e atualização de acordo com bibliografia adequada;

XIV - colaborar no levantamento e acompanhamento dos índices de qualidade da Unidade de Emergências;

XV - manter a titulação necessária para o credenciamento da unidade junto ao Ministério da Saúde, desde que cumprido o presente contrato;

XVI - realizar o recrutamento de profissionais médicos com qualificação técnica de alto padrão em todas as especialidades previstas anteriormente para prestarem serviços junto às unidades descritas na Cláusula Primeira, responsabilizando-se sob todos os aspectos legais relativos a essas contratações;

XVII - cumprir as normas sanitárias, legais e fiscais dos órgãos de controle;

XIX - organizar as modalidades de referência e contra referência com outros serviços médicos da região;

XX - cumprir e fazer cumprir todas as resoluções, portarias, normas técnicas de demais determinações oriundas do CREMESC e do CFM;

XXI - aplicar o recurso recebido em 30 (trinta) dias e providenciar prestação de contas de cada parcela recebida dentro de um prazo de 10 (dez) dias a contar do prazo de aplicação;

XXII - movimentar os recursos financeiros em conta individualizada e vinculada, por cheques nominais e individualizados por credor;

XXIII - devolver os recursos não utilizados para conta do MUNICÍPIO;

XXIV - fornecer médicos habilitados e capacitados ao atendimento de urgência e emergência, devidamente inscritos junto ao CRM/SC, com o encaminhamento prévio junto à Secretaria da Saúde dos documentos comprobatórios de formação dos profissionais que irão prestar os serviços.

§ 1º. É vedada a cobrança por serviços de assistência médica, hospitalar e outros complementares do atendimento devido ao paciente. O INSTITUTO responsabilizar-se-á por cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste Convênio.

§ 2º. No atendimento da assistência médica para crianças, adolescentes e idosa é assegurada à presença de acompanhante.

§ 3º. É de responsabilidade exclusiva e integral do INSTITUTO a utilização de pessoal para execução do objeto deste Convênio, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício; Tais ônus e

obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o MUNICÍPIO ou para o Ministério da Saúde.

#### DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

CLÁUSULA SÉTIMA – Além de outras obrigações contidas no presente instrumento, obriga-se ainda o MUNICÍPIO:

I - Fornecer ao INSTITUTO as diretrizes dos serviços a serem executados no âmbito da Unidade de PRONTO ATENDIMENTO, diretrizes estas em consonância com serviços similares atualmente realizadas no território nacional e fundamentadas nas normas de saúde vigentes;

II - Determinar a todos os demais setores do MUNICÍPIO que prestem o máximo de colaboração ao INSTITUTO, quando na execução de suas tarefas, seja no que tange ao fornecimento de informações e documentos, seja no que diz respeito ao cumprimento de instruções e determinações do INSTITUTO e que se relacionem com seus trabalhos, como também no livre trânsito do pessoal do INSTITUTO em toda e qualquer dependência do MUNICÍPIO relacionada aos serviços objeto do presente convênio;

III - Executar, com a maior brevidade possível, a realização dos exames e procedimentos, tanto diagnósticos quanto terapêuticos, encaminhados pelos médicos do INSTITUTO a outras especialidades médicas ou serviços do MUNICÍPIO;

IV - Fornecer os materiais, medicamentos e serviços de apoio necessários às necessidades do serviço e em quantidade suficiente.

#### DAS OBRIGAÇÕES DO INTERVENIENTE

CLÁUSULA OITAVA – Obriga-se a Associação Hospitalar e Maternidade São Sebastião, conforme Contrato de Comodato:

I - Fornecer espaço físico e instalações necessárias ao desenvolvimento dos serviços objeto do presente convênio;

II - Manter a higiene das áreas destinadas ao funcionamento do serviço.

#### DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

CLÁUSULA NONA – A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste Convênio pelos órgãos competentes do SUS não exclui nem reduz a responsabilidade do INSTITUTO nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos e demais legislações existentes, de que trata o Art. 116, da Lei Federal nº 8.666/93. O INSTITUTO será exclusivamente responsável pela reparação de danos decorrente de ato ilícito culposo ou doloso praticado pelos profissionais médicos a si vinculados na consecução das atividades objeto do presente convênio.

#### DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA – A inobservância, pelo INSTITUTO de cláusula ou obrigação constante deste Convênio ou de dever originados de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará o MUNICÍPIO, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso, as sanções previstas nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, e suas alterações, combinado com o disposto no artigo 7º, § 2.º, da Portaria do Ministério da Saúde n.º 1286/93, quais sejam:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária das internações e/ou atendimentos ambulatoriais;

d) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar ou conveniar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

e) declaração de inidoneidade para licitar, contratar ou conveniar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida desde que rescindida a Administração dos prejuízos resultantes após decorrido o



prazo da sanção mencionada no item "c" desta cláusula.

§ 1º. A imposição das penalidades previstas nesta Cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstâncias objetivas em que ele ocorreu e dela será notificada o INSTITUTO.

§ 2º. As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" e "e" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a alínea "b".

§ 3º. Da aplicação das penalidades o INSTITUTO terá o prazo de 05 (cinco) dias para interpor recurso dirigido ao Diretor Municipal de Saúde.

§ 4º. O valor da multa que vier a ser aplicada, será comunicado ao INSTITUTO e o respectivo montante será descontado dos repasses devidos pela Diretoria/Fundo Municipal de Saúde ao INSTITUTO, garantindo a este pleno direito de defesa em processo regular.

§ 5º. A multa será de aplicação diária, enquanto perdurarem os motivos que lhe deram causa, no valor de R\$ 3.120,00 (três mil cento e vinte reais) por dia.

§ 6º. A imposição de qualquer das sanções estipuladas, nesta cláusula, não ilidirá o direito do MUNICÍPIO indenização integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal, e/ou ética do autor do fato.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– O não cumprimento pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE da obrigação de repassar os recursos correspondentes aos valores constantes deste Convênio não desobriga o MUNICÍPIO de pagar os serviços ora contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – A execução do presente Convênio será avaliada pelos órgãos competentes do SUS e pelo Conselho Municipal de Saúde, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Convênio, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O INSTITUTO facilitará ao MUNICÍPIO, através de seus órgãos competentes e/ou Conselho Municipal de Saúde, o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos esclarecimentos que lhe forem solicitados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Os direitos provenientes deste Convênio não poderão ser cedidos a terceiros, salvo autorização expressa da outra parte.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Eventual tolerância, por qualquer dos convenientes, ao descumprimento de cláusulas do presente instrumento não implicará em precedente, novação ou modificação de quaisquer das disposições deste Convênio, as quais permanecerão íntegras e em pleno vigor.

#### DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - As partes elegem o Foro da Comarca de Papanduva, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que se apresente, para dirimir questões oriundas do presente Convênio não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para um único

efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Município de Papanduva, 29 de outubro de 2015.

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

Richard da Silva Choseki  
Diretor do Instituto Vida

Izeo Pitt  
Presidente da Associação Hospitalar e Maternidade São Sebastião

Testemunhas:  
Fábio José Padilha  
CEP: 030.911.539-67

Estela Mari Ferens  
CPF: 861.450.109-91

### **LEI Nº 2071, DE 29.10.2015 - CANCELA PARTE DO PROLONGAMENTO DA RUA ADEODATO DE CARVALHO, NESTE MUNICÍPIO**

Lei nº 2071, de 29 de outubro de 2015.

Cancela parte do prolongamento da Rua Adeodato de Carvalho, neste Município.

Girseliano Moreira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Papanduva, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno,

Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e o Prefeito Municipal de Papanduva, Dario Schicovski, sanciona a seguinte Lei

Art. 1º. Fica cancelada parte do prolongamento da Rua Adeodato de Carvalho, com área total de 348,52 m<sup>2</sup> (Trezentos quarenta e oito e cinquenta e dois metros quadrados), tendo as seguintes confrontações:

O imóvel está localizado, esquinas das Ruas Adeodato de Carvalho e Rua Basilio Heuko, com área superficial de 348,52 m<sup>2</sup> (Trezentos quarenta e oito e cinquenta e dois metros quadrados), descrito para quem está dentro do imóvel olhando à Rua, frente:- 20,18 metros, com a rua Adeodato de Carvalho; Fundos:- 36,63 metros, com Aristides Gruber; Lado Direito:- 32,12 metros, com o Lote nº 8, Quadra 4 e Lado Esquerdo:- 2,35 metros, com a rua Adeodato de Carvalho.

Parágrafo único. É parte integrante desta Lei, o Memorial Descritivo, Anotação de Responsabilidade Técnica e o Levantamento Planimétrico.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 29 de outubro de 2015.

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Fábio José Padilha  
Secretário da Administração

**LEI Nº 2072, DE 29.10.2015 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO POLONESA DE PAPANDUVA "POLPAN", NESTE MUNICÍPIO.**

Lei nº 2072, de 29 de outubro de 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO POLONESA DE PAPANDUVA "POLPAN", NESTE MUNICÍPIO.

Girseliano Moreira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Papanduva, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno,

Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e o Prefeito Municipal de Papanduva, Dario Schicovski, sanciona a seguinte

Lei

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Associação Polonesa de Papanduva "POLPAN", fundada em 04 de agosto de 2015, Sociedade Civil, sem fins lucrativos e econômicos, Pessoa Jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.141.919/0001-09, com sede neste Município, localizada na Praça 11 de abril, casa nº 98, sala nº 01, bairro, centro, no Município de Papanduva-Estado de Santa Catarina, devidamente registrado no Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Papanduva, Estado de Santa Catarina, protocolo sob nº 01299, do livro A-9, folha 105 em 20/08/2015.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 29 de outubro de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

**LEI Nº 2073, DE 29.10.2015 - INSTITUI A OBRIGATORIEDADE DA EXECUÇÃO DO HINO MUNICIPAL, ESTADUAL E NACIONAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Lei nº 2073, de 29 de outubro de 2015.

Institui a obrigatoriedade da execução do Hino Municipal, Estadual e Nacional na rede municipal de ensino e dá outras providências.

Girseliano Moreira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Papanduva, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno,

Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e o Prefeito Municipal de Papanduva, Dario Schicovski, sanciona a seguinte

Lei

Art. 1º. Fica instituída a obrigatoriedade das escolas públicas e privadas de ensino fundamental, uma vez na semana efetuar as execuções do Hino Nacional Brasileiro, do Estado de Santa Catarina e do município de Papanduva, durante o calendário escolar:

I - Deverá a execução dos Hinos acontecer antes do início das aulas de cada turno;

II - O Estabelecimento de Ensino terá a opção de escolha quanto ao dia da semana a ser procedida a execução dos Hinos.

Art. 2º. A execução dos Hinos far-se-á em conjunto com o hasteamento das respectivas bandeiras;

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Papanduva, 29 de outubro de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

**LEI Nº 2074, DE 29.10.2015 - INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA PARA O DECÊNIO 2015-2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Lei nº 2074, de 29 de outubro de 2015.

Institui o Plano Municipal de Cultura do Município de Papanduva para o Decênio 2015-2025, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica instituído o Plano Municipal de Cultura do Município de Papanduva para o período 2015-2025, conforme especificado no Anexo Único desta lei.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias, em cada exercício, suplementadas oportunamente, se necessárias.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Papanduva, 29 de outubro de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

**LEI Nº 2075, DE 29.10.2015 - DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE MEDIDAS PREVENTIVAS DESTINADAS A INIBIR QUALQUER FORMA DE VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO.**

Lei nº 2075, de 29 de outubro de 2015.

Dispõe sobre o programa de medidas preventivas destinadas a inibir qualquer forma de violência contra professores e funcionários da Rede Pública Municipal de Ensino.

Girseliano Moreira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Papanduva, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno,

Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e o Prefeito Municipal de Papanduva, Dario Schicovski, sanciona a seguinte,

Lei

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta Lei, a instituir um programa de medidas preventivas e orientadoras destinadas a inibir qualquer forma de violência contra professores e funcionários da Rede Pública Municipal de Ensino de Papanduva.

Art. 2º. As medidas preventivas de que trata esta Lei consistem em:

I - estimular a reflexão nas escolas e nas comunidades correspondentes acerca da violência contra os professores e funcionários; e  
II - desenvolver, nas escolas, atividades extracurriculares de combate à violência contra os professores, funcionários, envolvendo professores, alunos, famílias e membros das comunidades.

Art. 3º. As medidas preventivas de que trata esta Lei serão organizadas conjuntamente pelas entidades representativas dos profissionais de educação, pelos órgãos municipais competentes e pelas entidades comunitárias locais, sob a coordenação da unidade escolar.

Art. 4º. As medidas orientadoras de que trata esta Lei consistem em:

- I - assistir o aluno que pratica a violência, advertindo;
- II - assistir o professor que sofre violência;
- III - assistir o funcionário que sofre violência;
- IV - afastar, cautelarmente, o professor ou funcionários em situação de risco de violência, enquanto perdurar a potencial ameaça, sem qualquer perda financeira;
- V - transferir o professor ou funcionário para outra escola, caso seja avaliado que não há condições para sua permanência na escola atual; e
- VI - outras ações, para os casos em que o professor ou funcionário esteja sob risco de violência que possa comprometer sua segurança.

Art. 5º. As medidas orientadoras de que trata esta Lei serão adotadas, conforme o caso, pelos órgãos municipais competentes, pelas entidades representativas dos profissionais de educação e pelos órgãos competentes da comunidade escolar.

Art. 6º. O Poder executivo poderá firmar convênio com o Governo Estadual e Federal, empresas, organizações não governamentais e financeiras, a fim de custear e operacionalizar as medidas de que trata a presente Lei.

Art. 7º. As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de verba orçamentária própria, suplementadas se necessário.

Art. 8º. A presente Lei deverá ser regulamentada, por decreto, pelo Poder Executivo no prazo de até sessenta dias após sua publicação.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Papanduva, 29 de outubro de 2015.

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Fábio José Padilha  
Secretário da Administração

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 349/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 349/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei nº 497/01, Art. 95, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO EM PESSOA DA FAMÍLIA, a Servidora Pública Municipal, Elize Terezinha Jorge, brasileira, efetiva e estável, portadora do CPF nº 767.889.629-87, matrícula nº 315, ocupante do Cargo de Enfermeira, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, no período de 26/10/2015 a 24/11/2015, conforme parecer jurídico em anexo.

Município de Paulo Lopes – SC, em 26 de outubro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 350/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 350/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal - CLT, Juliana Rita de Souza, brasileira, portadora do CPF nº 074.854.989-75, matrícula nº 10260 ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, até 09/11/2015 conforme benefício nº 6100672379 em anexo.

Município de Paulo Lopes – SC, em 28 de outubro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 351/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 351/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal efetivo e estável, Julmar de Abreu, brasileiro, portador do CPF nº 811.677.339-91, matrícula nº 717 ocupante do Cargo de Professor, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 11/11/2015, conforme benefício nº 608.828.283.9 em anexo.

Município de Paulo Lopes – SC, em 28 de outubro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 352/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 352/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Jucinei de Souza, brasileiro, portador do CPF nº 789.570.799-04, matrícula nº 993, ocupante do Cargo Motorista, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, até 13/11/2015, conforme benefício nº 611.823.504-3.

Município de Paulo Lopes – SC, em 28 de outubro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração



**PROCESSO Nº 064/2015 DISPENSA Nº 10/2015 - ERRATA**

PROCESSO Nº 064/2015

DISPENSA Nº 10/2015 - ERRATA

OBJETO: Contratação de prestação de serviços de assistência à saúde para atendimento ambulatorial em reabilitação da deficiência intelectual e/ou distúrbio do espectro autista aos usuários do Sistema Único da Saúde - SUS.

ONDE SE LÊ:

Valor Mensal: R\$ 1.300,52 (um mil trezentos reais e cinquenta e

dois centavos)

LEIA-SE:

Valor Mensal: R\$ 15.015,84 (Quinze mil, quinze reais e oitenta e quatro centavos)

Contratado: ASSOC DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PAULO LOPES

Paulo Lopes – SC, 27 de outubro de 2015.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA 26-10-2015**ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO.  
EM 26-10-2015

PRESIDENTE: OZIEL EVALDO SILVA

SECRETÁRIO: NADIR CARLOS RODRIGUES

VEREADORES PRESENTES À SESSÃO: Oziel Evaldo Silva – PSD; Nadir Carlos Rodrigues, Tobias Manoel Raupp, Célio Machado e Jucinei de Souza – PP; João dos Passos Custódia, Eliziani Santos Oliveira e Luciana Espindula - PMDB; Paulo César Cabral – DEM.

Aos 26 dias do mês de Outubro do ano de 2015, reuniram-se no recinto da Câmara Municipal de Paulo Lopes, às 19:00 horas, os Senhores Vereadores acima mencionados, para a realização desta 11ª sessão ordinária do 2º período para tratarem das matérias constantes na pauta de trabalhos.

OZIEL EVALDO SILVA– Presidente – cumprimentou os presentes, declarou aberta a sessão e, de início, leu para os presentes um versículo da bíblia. Logo após, o Presidente solicitou a leitura do resumo da ata da sessão anterior, colocando-a em discussão, logo após em votação, restando aprovada por todos.

Na oportunidade, o Vereador Jucinei de Souza solicitou a retirada de pauta do Requerimento nº. 156/2015, de sua autoria.

**EXPEDIENTE**

Ofício nº 370/Sohab/Secov/Suest-SC, Comunica pagamento CV 0153/2014. CT-DAR/0076/2015 – BSB – CA, resposta ao Ofício 172/2015. Ofício GP/DL/0602/2015, resposta ao requerimento nº 145/2015. Ofício nº 455/2015. Indicação nº. 109/2015 de autoria da Vereadora Eliziani Santos Oliveira, Indicações nº.s 110/2015 e 111/2015 de autoria do Vereador Paulo César Cabral. Requerimentos nº.s 152/2015 e 153/2015 de autoria do Vereador Jucinei de Souza. Requerimentos nº.s 154/2015 e 155/2015 de autoria do Vereador João dos Passos Custódia. Requerimento nº 157/2015 de autoria do Vereador autoria do Vereador Paulo César Cabral. Requerimentos nº.s 158/2015 e 159/2015 de autoria do Vereador Nadir Carlos Rodrigues. Projeto de Lei Complementar nº 05/2015, assunto: Reajusta o valor da Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP, enquanto houver a cobrança da Bandeira Tarifária, e dá outras providências.

**ORDEM DO DIA**

Na ordem do dia o Presidente solicitou a leitura das matérias que se encontram na ordem do dia. Indicações nº.s 109/2015, 110/2015 e 111/2015. Requerimentos nº.s 152/2015, 153/2015, 154/2015, 155/2015, 157/2015, 158/2015, 159/2015. Projetos de Leis nº.s 37/2015 e 38/2015. Logo após, o Presidente colocou as proposições em discussão, em votação, restando todos aprovados por unanimidade. Na oportunidade, o Presidente ressaltou que o Projeto de Lei nº. 36/2015 encontra-se parado nas comissões.

Ato contínuo, o Presidente, após aprovação do Requerimento nº. 159/2015, empossou o Vereador Célio Machado, ocupante da cadeira de 2º Secretário, para ocupar a cadeira de 1º Secretário da Mesa Diretora durante o período de 01 de Novembro a 30 de Novembro, durante a licença sem vencimento do Vereador e Secretário Nadir Carlos Rodrigues. O Vereador Célio Machado terá as atribuições do 1º Secretário mencionadas nos artigos 39 e 40 do Regimento Interno, bem como, atribuições financeiras exigidas pela contabilidade.

Logo após, o Presidente deixou livre a palavra para o convidado da noite, Sr. Glaico Sell, que explanou sobre a agricultura no nosso município. Explanou sobre seu trabalho quando foi Secretário da Agricultura. Explanou sobre um projeto de Turvo e a respeito da rizipiscicultura e do parque da Serra do Tabuleiro. Os Vereadores fizeram seus questionamentos. O Senhor Glaico respondeu os questionamentos levantados explanando sobre o Meio Ambiente e sobre a contaminação dos alimentos. Sugeriu que um Professor de toxicologia venha a Câmara para mostrar seu trabalho à população. Explanou que o Município precisa de um espaço para uma feirinha do Agricultor. Explanou sobre o declínio da agricultura e a necessidade de criar uma patrulha Municipal, para refazer a mata auxiliar. E por fim, explanou sobre as áreas não aproveitadas no nosso Município e como Paulo Lopes pode ser reconhecida por sua natureza, logo fez seu agradecimento final. O cidadão Abílio Antunes Bernardo solicitou o uso da tribuna para explanar sobre o evento que ocorreu no Bairro Areias, que acabou causando muito transtorno para os moradores do Bairro, devido ao som muito alto. Explanou que havia muitos menores de idade ingerindo álcool, dirigindo sem habilitação e que não havia policiais no local. Os Vereadores fizeram seus questionamentos e pronunciamentos sobre o assunto. Na oportunidade o Presidente deixou livre a tribuna para os senhores Vereadores, conforme ordem dos inscritos: O Vereador João dos Passos Custódia parabenizou a Secretária de Saúde e toda a sua equipe pela Campanha "Outubro Rosa" e explanou sobre a participação do Senhor Glaico Sell, na Sessão. E por fim, explanou sobre a participação do cidadão Abílio, representando os moradores do Bairro Areias. O Vereador Jucinei de Souza explanou sobre o evento que ocorreu no Bairro Areias. E por fim, explanou sobre o Projeto de Lei Complementar nº 05/2015. O Vereador Paulo César Cabral explanou sobre a presença do senhor Glaico Sell na sessão, ressaltando sua competência. Explanou sobre a agricultura no Município. Lamentou que atualmente o Município não possuía nenhum projeto na área da agricultura. E por fim, explanou sobre Projetos que podem ser desenvolvidos na área agrícola. O Vereador Nadir Carlos Rodrigues explanou sobre as cobranças da COSIP. O Vereador Jucinei solicitou um aparte. O vereador Nadir retomou sua fala e explanou sobre o descaso com os moradores da Areias, com o evento ocorrido.

Não havendo mais nada a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos da presente sessão, convocando para a Próxima Sessão Ordinária no dia 28 de Outubro de 2015, às 19:00 horas, ainda, foi lavrada esta ata conforme segue assinada pela mesa diretora.

# Penha

## PREFEITURA

**310**

PORTARIA Nº 310/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com art. 65, VI da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.268/93 e Lei Municipal nº 2.547/2012;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMCAD, sendo composto pelos seguintes membros:

Secretaria de Assistência Social  
Titular: Katia Evangelista Orlandi  
Suplente: Claudio de Souza Limeira

Fundação Municipal de Esportes  
Titular: Manoel João Francisco  
Suplente: Luiz Américo

Secretaria da Fazenda  
Titular: Almir Rogério dos Santos  
Suplente: Agairto Tachini Schneider

Secretaria da Saúde  
Titular: Henrique Andrade  
Suplente: Rosangela Dilma Ferreira Jacinto

Secretaria da Educação  
Titular: Misael Cordeiro  
Suplente: Nelson Fortunato Inácio

Representante de Entidade - Casa da Amizade  
Titular: Alda Wally Seibt  
Suplente: Nair Leicht

Representante de Entidade - Pastoral da Criança  
Titular: Bernardina Fernandes  
Suplente: Raquel Agostinha de Assis

Representante de Entidade - Instituto Beto Carrero  
Titular: Rosiane do Carmo Souza de Souza  
Suplente: Jonni Janke

Representante de Entidade - Rotary Club  
Titular: Silvio Seibt  
Suplente: Tânia Mara Tomazi Fontana

Representante de Entidade - APAE  
Titular: Mercí Teresinha do Nascimento  
Suplente: Emília Graboski

Art.2º - Em atendimento a deliberação do COMCAD, nos termos da Ata nº 020/2015 de 23 de setembro de 2015, fica nomeado o Sr. Misael Cordeiro como presidente do Conselho.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 29 de outubro de 2015.  
MARIO GUARACY DE SOUZA  
Prefeito Municipal e.e

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração



**LEI COMPLEMENTAR Nº 98/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 98/2015

ALTERA E INCLUI DISPOSITIVO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2007 CÓDIGO URBANÍSTICO DO MUNICÍPIO DE PENHA, TAMBÉM DENOMINADO PLANO DIRETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARIO GUARACY DE SOUZA, Prefeito Municipal de Penha e.e, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a Tabela do Detalhamento dos Parâmetros para o Setor de Preservação da Paisagem Turística na Faixa Praial da Macrozona Urbana de Qualificação (C) – Trecho entre o Costão Norte da Praia Grande até o início do Costão da Ponta do Farol (Praia do Poá):

Distância a partir da linha De referência (2)	C	Nº de pavimentos	Altura Máxima Total
Até 15 m	X	(1)	(1)
Acima de 20 m			
De 20 m até 40 m	X	2	13 m
Até 21 m			
Acima de 26 m			
De 26 até 40 m			
De 40 até 60 m	X	3	16 m
De 60 até 100 m			
De 60 até a Rua João de Souza Costa	X	4	20 m
Após a Rua João de Souza Costa	X	6	24 m
Após 100 m (no restante da Macrozona Urbana de Qualificação) entre as Ruas Walde-mar Werner – José Camilo da Rosa e a Rua Antônio Carlos Konder Reis	X	6	24m

Art. 2º. Fica alterado o Anexo I referente ao Mapa de Macrozoneamento no que couber, passando a vigorar com a seguinte redação:

“1 - Fica ampliada a Macrozona Urbana de Qualificação da Praia Grande, na encosta da Ponta da Vigia, passando sua delimitação pela linha de divisa dos fundos dos terrenos lindeiros ao norte da Rua Auguste de Saint Hilaire, partindo da Praia até atingir a Rua que dá acesso a Praia da Paciência.”

Art. 3º. Altera a redação do Inciso I do Artigo 49 da Lei Complementar nº02/2007, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art.49. O Eixo Orla apresenta as seguintes características:

I – Via que cumpre a função de principal eixo articulador das ocupações urbanas ao longo da orla do município de Penha, partindo do Gravatá e seguindo até a ponte sobre o rio Piçarras, integrando as Avenidas Nereu Ramos e Eugênio Krause e as ruas Itajaí, Inácio Francisco de Souza, Timóteo Perfeito Flores e São Miguel;”

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/Sc, 29 de outubro de 2015.

MARIO GUARACY DE SOUZA

Prefeito Municipal e.e

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

**LEI COMPLEMENTAR Nº 99/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 99/2015

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2007 - CÓDIGO DE OBRAS NO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MÁRIO GUARACY DE SOUZA, Prefeito Municipal de Penha e.e, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a redação do §2º do Artigo 144 da Lei Complementar nº 03/2007, passando a vigorar com o seguinte teor:

“§ 2º Nas edificações residenciais multifamiliares a unidade autônoma deverá ter no mínimo 70,00 metros quadrados de área de uso privativo, excetuando-se deste cômputo a área da garagem em empreendimentos localizados na Macrozona Urbana de Consolidação, na Zona Especial de Desenvolvimento Turístico, na Zona Especial de Ocupação Tradicional, na Zona Especial do Morro da Penha, no Setor Especial da Orla, no Eixo da Orla, no Eixo Turístico, na Macrozona de Ocupação Orientada da Praia Grande junto ao Morro Pires e na Macrozona Urbana de Qualificação da Praia Grande até atingir o entroncamento da Av. São João com a Av. Antonio Carlos Konder Reis.”

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/Sc, 29 de outubro de 2015.

MÁRIO GUARACY DE SOUZA

Prefeito Municipal e.e

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 327/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 327/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE CON-  
SERTO NO VEÍCULO PLACA MJS-2652, DA SECRETARIA DA SAÚDE.  
DISPENSA DE LICITAÇÃO: 200/2015.

EMPRESA CONTRATADA: DANGELO ROBERTO PIROLI ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os  
serviços de conserto, no valor de R\$ 1.483,50 (um mil quatrocentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos).

DATA DO CONTRATO: 27 de outubro de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecele

### CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 328/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 328/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE CON-  
SERTO DOS VEICULOS DA SECRETARIA DE SAUDE.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 201/2015.

EMPRESA CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os  
serviços de conserto, no valor de R\$ 802,00(oitocentos e dois re-  
ais).

DATA DO CONTRATO: 27 DE OUTUBRO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecele

### CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 329/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 329/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE CON-  
SERTO ONIBUS ESCOLARES- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTU-  
RA E ESPORTES.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 202/2015.

EMPRESA CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os  
serviços de conserto, no valor de R\$ 1.708,30 (um mil setecentos e oito reais e trinta centavos.)

DATA DO CONTRATO: 27 DE OUTUBRO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecele

### CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 330/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 330/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE CON-  
SERTO DAS MAQUINAS- SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS.  
DISPENSA DE LICITAÇÃO: 203/2015.

EMPRESA CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os  
serviços de conserto, no valor de R\$ 3.868,00(três mil oitocentos

e sessenta e oito).

DATA DO CONTRATO: 28 DE OUTUBRO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecele

### LEI Nº 1.858, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI Nº 1.858, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

NOMINA RUAS QUE ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Ficam nominadas as seguintes ruas localizadas no Loteamento Público "Tranquilo Benjamin Guzzi":

I - Rua A – Olindo Bado;

II - Rua B – Eugenio de Costa;

III - Rua C – Antonio Denardi;

IV - Rua D – Avelino Bressan;

V - Rua E – Adair Rebelatto;

VI - Rua F – Romeu Bogoni;

VII - Rua G – Henrique Olivo;

VIII - Rua H – Maria Aguiar;

IX - Rua I – Getúlio Denardi;

X - Rua J – José Rabuske.

Parágrafo único. As ruas possuem localização e dimensões na forma da planta constante do anexo a presente lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 29 de outubro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.858, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

ANEXO I

PLANTA DAS RUAS

**LEI Nº 1.859, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.**

LEI Nº 1.859, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

CRIA BAIRROS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Ficam criados na cidade de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, os Bairros denominados "Tranquilo Guzzi" e "União", contendo as seguintes delimitações específicas, na forma do memorial descritivo e levantamento planimétrico constantes dos Anexos I e II desta lei:

**I - Bairro Tranquilo Guzzi:**

O Perímetro e delimitação do Bairro Tranquilo Guzzi inicia-se no marco do Perímetro Urbano PU-40, deste ponto segue pela linha do perímetro urbano passando pelos PUs – 41, 42, 43, 44, 45, 46 até encontrar o PU-47, deste ponto segue pela linha do perímetro urbano por uma distância de 225,47 metros até divisa de terras de Carrocerias Mariani Ltda, deste ponto segue a divisa do terreno da empresa Carrocerias Mariani Ltda com Antônio Andretta até o bordo da Rodovia SC 135, deste ponto segue pelo bordo da Rodovia SC 135 até finalizar no marco do perímetro urbano PU-40.

**II – Bairro União:**

O Perímetro e delimitação do Bairro União inicia-se no marco do perímetro urbano PU-12, segue deste ponto pela linha do perímetro urbano passando pelos PUs-13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38 até encontrar PU-39, deste ponto transpondo a Rodovia SC 135 segue paralelo a Rua Acesso Guilherme Mattana, passando pelas terras de José Carlos Bondicz e Ricardo A. Pazini até a encontras a divisa de fundos dos lotes, segue pela divisa até o entroncamento da Rua Acesso Guilherme Mattana, Av. Mal. Castelo Branco e com a Rua Octávio Mattana, deste ponto segue em linha reta uma distância de 49,84 metros até encontrar o Rio do Peixe, deste ponto segue o bordo do rio do peixe até encontrar a linha do perímetro urbano, partindo deste ponto pela linha do perímetro urbano até finalizar no marco do perímetro urbano PU-12.

Art. 2º O órgão competente deverá, a partir da entrada em vigor da presente lei, efetuar a colocação de placas indicativas com a inscrição dos Bairros, nas principais ruas de acesso.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 29 de outubro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**ANEXO I**

(LEI Nº 1.859, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015)

**MEMORIAL DESCRITIVO****ANEXO II**

(LEI Nº 1.859, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015)

**LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO**

# Pomerode

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 3.007 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO N.º 3.007 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CESSÃO DE VEÍCULOS E FUNCIONÁRIOS DE FORMA NÃO ONEROSA AO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA NAS VIAS PÚBLICAS LOCAIS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo n.º 74, inciso I, alínea "n"

CONSIDERANDO o Decreto n.º 2.74958, de 26 de outubro de 2015, do Município de Rio do Sul, declarando a existência de situação anormal, provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência a área do município afetada por enxurradas;

CONSIDERANDO o Art. 61 da Lei Complementar n.º 269/14 que possibilita a cessão de servidor efetivo, com ou sem ônus para a origem, para o exercício de cargo nas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista do Município, do Estado de Santa Catarina ou em órgão da Administração Federal ou Estadual;

CONSIDERANDO que o Município de Pomerode não foi atingido de maneira expressiva pelas chuvas que atingiram a região nos últimos dias;

CONSIDERANDO que a atual situação dos municípios da região é emergencial devido à precipitação elevada de chuva nos últimos dias e previsão de mais chuva para os próximos dias;

CONSIDERANDO que no momento não há necessidade de utilização da totalidade dos caminhões pipa do Município de Pomerode pelo fato de não haver focos de poeira registrados em nossas vias públicas, nem mesmo manutenção ou limpeza das vias que necessitam a utilização desse tipo de veículo;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Pomerode, através da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a ceder de forma não onerosa ao Município de Rio do Sul os veículos de placas MIF 5196 e MEN 5782 e os servidores Nélio Borchardt e Edemir Reinke, durante os dias 30 de outubro, 03, 04, 05 e 06 de novembro do corrente ano, em horário indeterminado, para prestar auxílio à Defesa Civil na limpeza de suas vias públicas.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correm por conta da Administração Pública Municipal de Pomerode.

Art. 3º - Este Decreto entre em vigor a partir da data de sua assinatura, mediante publicação.

Município de Pomerode, 29 de Outubro de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

### LEI ORDINÁRIA Nº 2.758, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.758, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE FIXAREM, EM LUGAR VISÍVEL, A LISTA DOS MÉDICOS PLANTONISTAS E DO RESPONSÁVEL PELO PLANTÃO.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam os hospitais, prontos-socorros, Unidades Básicas de Saúde – UBS e ambulatorios sediados no Município obrigados a divulgar em local visível, nas entradas principais e de acesso ao público, a lista dos médicos plantonistas, do responsável pelo plantão e médicos em sobreaviso, com o tempo máximo previsto para o deslocamento até o estabelecimento.

Parágrafo único. A informação, que será diariamente atualizada, deverá ser apresentada em cartaz ou placa e deverá conter:

I – número do registro profissional de cada médico plantonista;

II – nome dos responsáveis administrativos;

III – nome dos chefes de equipe durante os plantões;

IV – dias e horários dos plantões médicos.

Art. 2º O não cumprimento do disposto na presente Lei, sujeitará os responsáveis ao pagamento de multa, correspondente a um salário mínimo.

§ 1º Em caso de reincidência, após decorridos o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da aplicação da primeira multa, o valor a que se refere o caput deste artigo será dobrado.

§ 2º Os valores arrecadados com as multas serão depositados em conta específica vinculada ao PROCON de Pomerode/SC e serão vertidos em ações de defesa ao consumidor.

§ 3º No caso das unidades pertencentes à rede municipal de saúde, o não cumprimento da Lei sujeitará os responsáveis à sanções administrativas.

Art. 3º A fiscalização e a aplicação da multa estabelecida no art. 2º desta Lei serão realizados pelo PROCON de Pomerode/SC.

Art. 4º Esta lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação.

Município de Pomerode, 29 de outubro de 2015.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

**LEI ORDINÁRIA Nº 2.759, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.759, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE POMERODE A REALIZAR CONVÊNIO, AUTORIZANDO A CESSÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, COM INTERVENIÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a realizar convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, inscrita no CNPJ nº 82.951.294/0001-00, com interveniência da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, objetivando a aquisição e cessão de materiais e equipamentos à Delegacia de Polícia Civil da Comarca de Pomerode, nos termos da minuta do convênio anexo, que passa a fazer parte integrante desta lei.

Art. 2º Para aquisição dos materiais e equipamentos serão investidos, pelo Município de Pomerode, aproximadamente R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais).

Art. 3º Os materiais e equipamentos objetos desta Lei deverão ter seu uso destinado exclusivamente à execução dos serviços de Polícia Judiciária e Administrativa no Município de Pomerode, ficando a Delegacia de Polícia Civil da Comarca de Pomerode responsável pelo bom uso dos materiais e equipamentos.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes da manutenção, conservação e utilização dos materiais e equipamentos, correrão à conta da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º A cessão dos materiais e equipamentos será pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação do termo de cessão, podendo ser prorrogado por interesse das partes, e a relação será especificada em termo próprio, sendo encaminhada, para ciência, ao Legislativo após formalização.

Art. 5º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento vigente, suplementada se necessário.

Art. 6º Fica revogada a Lei nº 2.723, de 16 de julho de 2015.

Art. 7º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 29 de outubro de 2015.  
Rolf Nicolodelli  
Prefeito Municipal

CONVÊNIO Nº 024/2015

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POMERODE E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, COM INTERVENIÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Aos vinte e três dias do mês de outubro de 2015, o MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede na Rua 15 de Novembro, nº 525, nesta cidade, representado por seu Prefeito, o Sr. ROLF NICOLODELLI, residente e domiciliado em Pomerode – SC, portador da Carteira de Identidade nº 1.399.157, SSP/SC e do CPF nº 421.393.179-04, denominado MUNICÍPIO, e o ESTADO DE

SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com sede na Rua Artista Bittencourt, nº 30, Centro, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.951.294/0001-30, doravante denominada SSP, representada por seu Secretário CÉSAR AUGUSTO GRUBBA, residente e domiciliado em Florianópolis – SC, portador da Carteira de Identidade nº 372.513, SSP/SC e do CPF nº 252.157.529-15, com interveniência da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, estabelecida na Rua Felipe Schmidt, nº 755, Centro, Florianópolis/SC, doravante denominada PCSC, representada por seu Delegado-Geral ARTUR NITZ, brasileiro, residente e domiciliado em Florianópolis/SC, portador da Carteira de Identidade nº 875.552, SSP/SC e do CPF nº 391.139.499-34, resolvem celebrar o presente Termo, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente convênio tem por objeto autorizar a aquisição de materiais e equipamentos objetivando a cessão e a doação, respectivamente, à Delegacia de Polícia da Comarca de Pomerode, visando um atendimento mais célere e qualificado dos serviços oferecidos à população.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

Este Convênio está fundamentado pelo disposto no artigo 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, no artigo 74, V, da Constituição Estadual; no artigo 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, no artigo 7º, IV, da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, no Decreto nº 307, de 04 de junho de 2003, no Decreto nº 127, de 30 de março de 2011, e na Lei Municipal nº 2759, de 29 de outubro de 2015.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES**

Para a consecução das obrigações deste convênio compete:

**a) Ao MUNICÍPIO:**

I – Investir aproximadamente R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais) na aquisição de materiais e equipamentos, que serão cedidos e doados, respectivamente, à Polícia Civil de Santa Catarina, para uso exclusivo na Delegacia de Polícia de Pomerode;

II - Realizar, a conta de suas dotações orçamentárias, as despesas necessárias ao atendimento do objeto do presente convênio;

III – Publicação do Extrato do Convênio no Diário Oficial dos Municípios – DOM e no Diário Oficial do Estado - DOE.

**b) À SSP/PCSC:**

I – Manter e conservar os materiais e equipamentos, devolvendo -os(materiais) ao MUNICÍPIO quando expirada a vigência do presente convênio ou quando este for denunciado, com o desgaste e depreciação decorrentes do tempo de uso;

II – Usar exclusivamente os materiais e equipamentos na execução dos serviços de Polícia Judiciária e Administrativa no Município de Pomerode.

**CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO**

São executores do presente convênio, o Prefeito Municipal ou quem por ele designado e o Delegado de Polícia da Comarca de Pomerode.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**



As despesas decorrentes do presente convênio correrão por conta de dotação orçamentária vigente do Município, suplementada se necessário.

#### CLÁUSULA SEXTA – PRAZO E VIGÊNCIA

O presente convênio terá validade por 5 (cinco) anos, contados da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado – DOE, podendo ser prorrogado por interesse das partes e, ainda, denunciado, a qualquer época, por mútuo acordo ou pelo não cumprimento das obrigações nele estabelecidas, independente de interpelação judicial.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias resultantes do presente convênio.

Estando as partes de pleno acordo, assinam o presente termo em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. A minuta do presente convênio foi analisada pela Assessoria Jurídica nos termos da Lei.

Município de Pomerode – SC

ROLF NICOLODELLI Prefeito Municipal	CÉSAR AUGUSTO GRUBBA Secretário de Segurança Pública
ARTUR NITZ Delegado Geral da PCSC	

Testemunhas:

Nome: _____ CPF nº _____	Nome: _____ CPF nº _____
-----------------------------	-----------------------------

### LEI ORDINÁRIA Nº 2.760, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.760, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.  
AUTORIZA O MUNICÍPIO DE POMERODE A REALIZAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, COM INTERVENIÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a realizar convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com interveniência da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, visando à aquisição de materiais e equipamentos à Polícia Militar de Pomerode, nos termos da minuta do convênio anexo, que passa a fazer parte integrante desta lei.

Art. 2º Para aquisição dos materiais e equipamentos serão investidos, pelo Município de Pomerode, aproximadamente R\$ 52.354,64 (Cinquenta e Dois Mil e Trezentos e Cinquenta e Quatro Reais e Sessenta e Quatro Centavos).

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor, suplementada se necessário.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 29 de outubro de 2015.  
Rolf Nicolodelli  
Prefeito Municipal

#### CONVÊNIO Nº 025/2015

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POMERODE, E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, COM INTERVENIÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.

Aos vinte e três dias do mês de outubro de 2015, o MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede na Rua 15 de Novembro, nº 525, nesta cidade, representado por seu Prefeito, o Sr. ROLF NICOLODELLI, residente e domiciliado em Pomerode – SC, portador da Carteira de Identidade nº 1.399.157, SSP/SC e do CPF nº 421.393.179-04, denominado MUNICÍPIO, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com sede na Rua Artista Bittencourt, nº 30, Centro, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.951.294/0001-30, doravante denominada SSP, representada por seu Secretário CÉSAR AUGUSTO GRUBBA, residente e domiciliado em Florianópolis – SC, portador da Carteira de Identidade nº 372.513, SSP/SC e do CPF nº 252.157.529-15, com interveniência da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, estabelecida na Rua Visconde de Ouro Preto, nº 549, Centro, Florianópolis/SC, doravante denominada PMSC, representada por seu Comandante Geral, o Coronel PM PAULO HENRIQUE HEMM, residente e domiciliado em Florianópolis/SC, portador da Carteira de Identidade nº 787.166, SSP/SC e do CPF nº 418.769.549-49, amparados na Lei Municipal nº 2760, de 29 de outubro de 2015 e na Portaria nº 2400/GERE/DIGA/GAB/SSP, de 17 de dezembro de 2010, resolvem celebrar o presente termo de convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto a aquisição de materiais e equipamentos à Polícia Militar de Pomerode visando qualificar e agilizar os serviços que oferecem à população, de forma a inibir a violência e a prática de crimes, zelando pela segurança e ordem do Município.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Convênio está fundamentado pelo disposto no artigo 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, no artigo 74, V, da Constituição Estadual; no artigo 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, no artigo 7º, IV, da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, no Decreto nº 307, de 04 de junho de 2003, no Decreto nº 127, de 30 de março de 2011, e na Lei Municipal nº 2760, de 29 de outubro de 2015.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução das obrigações deste convênio compete:

a) Ao MUNICÍPIO:

- I – Investir aproximadamente R\$ 52.354,64 (Cinquenta e Dois Mil e Trezentos e Cinquenta e Quatro Reais e Sessenta e Quatro Centavos) na aquisição de materiais e equipamentos para uso exclusivo da Polícia Militar de Pomerode;
- II – Exercer a autoridade normativa, o controle e a fiscalização sobre a execução do Convênio;
- III - Realizar, a conta de suas dotações orçamentárias, as despesas



necessárias ao atendimento do objeto do presente convênio;  
IV – Publicação do Extrato do Convênio no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

b) À PMSC:

I – Fornecer ao Município quaisquer informações que sejam solicitadas pertinentes ao Convênio;  
II – Promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas;  
III – Informar, quando requerido, a existência de fatores de qualquer natureza que estejam contribuindo para diminuir a segurança dos municípios, sugerindo, se for o caso, as providências cabíveis;  
IV - Dispor de Organização Policial Militar no Município;  
V – Usar exclusivamente os materiais e equipamentos na execução dos serviços de policiamento no Município de Pomerode;  
VI – Publicação do Extrato do Convênio no Diário Oficial do Estado – DOE.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO

São executores do presente convênio, o Prefeito Municipal ou quem por ele designado e o Comandante da Organização Policial Militar do Município.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente convênio correrão por conta de dotação orçamentária vigente do Município, suplementada se necessário.

#### CLÁUSULA SEXTA – PRAZO E VIGÊNCIA

O presente convênio terá validade por 5 (cinco) anos, contados da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado - DOE, podendo ser prorrogado por interesse das partes e, ainda, denunciado, a qualquer época, por mútuo acordo ou pelo não cumprimento das obrigações nele estabelecidas, independente de interpelação judicial.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias resultantes do presente convênio.

Estando as partes de pleno acordo, assinam o presente termo em 6 (seis) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. A minuta do presente convênio foi analisada pela Assessoria Jurídica nos termos da Lei.

Município de Pomerode – SC

ROLF NICOLODELLI Prefeito Municipal	CÉSAR AUGUSTO GRUBBA Secretário de Segurança Pública
--	--

PAULO HENRIQUE HEMM  
Cel PM Comandante Geral da PMSC

Testemunhas:

Nome: _____ CPF nº _____	Nome: _____ CPF nº _____
-----------------------------	-----------------------------

### LEI ORDINÁRIA Nº 2.761, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.761, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.  
INSTITUI O DIA MUNICIPAL DA PREVENÇÃO ÀS DEFICIÊNCIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estipulado o dia 14 de setembro como Dia Municipal da Prevenção às Deficiências Intelectual e Múltipla.

Art. 2º Juntamente com este dia, institui-se o "Programa Informar é Prevenir".

Art. 3º O intuito do programa é esclarecer, informar, orientar e prevenir a população, inclusive escolares, sobre questões básicas acerca das medidas de saúde para prevenção de deficiências intelectual e múltipla.

Art.4º Durante o período de realização do "Programa Informar é Prevenir" o Poder Público em parceria com a iniciativa privada e entidades civis, promoverá campanhas informativas através dos órgãos da mídia escrita e falada local, pedágios, palestras em escolas e entidades, a serem proferidas por educadores especializados no atendimento a pessoas com necessidades especiais, bem como por profissionais de outras áreas relativas ao tema, e ainda passeios ciclísticos e caminhadas.

Art. 5º A coordenação do programa ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação e Empreendedorismo, cujo planejamento e execução deverá ser feito em conjunto com a Secretarias de Cidadania e do Desenvolvimento Social e com parceria da APAE de Pomerode/SC.

Art. 6º As despesas decorrentes deste projeto correrão por conta de dotação orçamentária em vigor.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 29 de outubro de 2015.  
Rolf Nicolodelli  
Prefeito Municipal

# Porto Belo

## PREFEITURA

### 1º RETIFICAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Porto Belo

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2015 FMS

A Prefeitura Municipal de Porto Belo, torna público, com referência a Concorrência Pública 001/2015 FMS, cuja abertura prevista para o dia 04 de novembro de 2015, às 12:31 hs, sendo o objeto registro de preço para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I (termo de referência) do Edital, prorrogar a data de abertura do edital, para 05 de novembro de 2015 às 12:31hs.

Maiores informações através do telefone (047) 3369-4111 ou email [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br) das 12:00 às 18:00 horas de segunda à sexta-feira .

Porto Belo, 29 de outubro de 2015.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

### 3º PRORROGAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA 004/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Porto Belo

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2015 PMPB

A Prefeitura Municipal de Porto Belo, torna público, com referência a Concorrência Pública 004/2015 PMPB, cuja abertura prevista para o dia 30 de outubro de 2015, às 14:00 hs, sendo o objeto a concessão de serviço de interesse público relativo a administração e operação do terminal rodoviário de passageiros urbano e interurbano do Município de Porto Belo, pelo período de 10 (dez) anos, conforme especificações constantes do anexo I do edital, prorrogar a data de abertura do edital, para 03 de novembro de 2015 às 14:00hs.

Maiores informações através do telefone (047) 3369-4111 ou email [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br) das 12:00 às 18:00 horas de segunda à sexta-feira .

Porto Belo, 29 de outubro de 2015.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1.309, DE 15 DE JANEIRO DE 2015.

DECRETO Nº 1309, DE 15 DE JANEIRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ART.19, DA LEI MUNICIPAL Nº 2245, DE 23/12/2014 – LOA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, Decreta:

#### DECRETA

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 1.208.084,07 (Um Milhão Duzentos e Oito mil, Oitenta e Quatro Reais e Sete Centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO: 05 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Funcional-Programática: 15.452.0021.2015

Atividade: 2.015 – Manutenção e Ampliação da Rede de Iluminação Pública.

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/01.5008 - 56

Valor: R\$ 50.000,00

ÓRGÃO: 01 – Prefeitura Municipal de Porto Belo

Unidade Orçamentária: 05 – Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos

Funcional-Programática: 23.695.0025.1042

Atividade: 1.042 – Revitalização da Praia Enseada da Encantada

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00/01.5034 - 90

Valor: R\$ 45.850,00

ÓRGÃO: 04 – Secretaria da Fazenda

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria da Fazenda

Funcional-Programática: 04.123.0003.2010

Atividade: 2.010 – Manutenção da Secretaria da Fazenda

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.5000 - 93

Valor: R\$ 65.000,00

ÓRGÃO: 03 – Secretaria da Administração

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria da Administração

Funcional-Programática: 04.122.0003.2008

Atividade: 2.008 – Manutenção das Atividades da Secretaria da Administração

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.5000 - 92

Valor: R\$ 42.000,00

ÓRGÃO: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade Orçamentária: 01 – Gabinete do Prefeito

Funcional-Programática: 04.122.0003.2002

Atividade: 2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.5000 - 91

Valor: R\$ 25.000,00

ÓRGÃO: 05 – Secretaria de Transporte, Obras e Serv. Públicos

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Transporte, Obras e Serv. Públicos

Funcional-Programática: 23.695.0025.1042

Atividade: 1.042 – Revitalização da Praia Enseada da Encantada

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00/03.5000 - 94

Valor: R\$ 45.461,20

ÓRGÃO: 09 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional-Programática: 10.302.0012.2059

Atividade: 2.059 – Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade - MAC

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/01.3855 - 55

Valor: R\$ 50.000,00

ÓRGÃO: 08 – Fundo Municipal da Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal da Educação

Funcional-Programática: 12.361.0014.2021

Atividade: 2.021 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00/01.5032 - 49

Valor: R\$ 319.792,00

ÓRGÃO: 08 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional-Programática: 12.361.0014.1017

Atividade: 1.017 – Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Escolares de Ensino Fundamental.

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00/03.5036 - 50

Valor: R\$ 96.130,12

ÓRGÃO: 08 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional-Programática: 12.365.0017.1020

Atividade: 1.020 – Construção Ampliação e Reforma de Núcleos de Educação Infantil

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00/03.5036 - 51

Valor: R\$ 50.320,75

ÓRGÃO: 08 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional-Programática: 12.365.0017.2023

Atividade: 2.023 – Manutenção da Educação Infantil

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.5036 - 52

Valor: R\$ 170.000,00

ÓRGÃO: 08 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional-Programática: 12.361.0014.2021

Atividade: 2.021 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00/03.5018 - 58

Valor: R\$ 57.530,00

ÓRGÃO: 15 – Fundo Previdência Capitalizado

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Previdência Capitalizado

Funcional-Programática: 04.272.0008.2039

Atividade: 2.039 – Manutenção das Atividades Administrativas do Fundo Previdenciário Financeiro

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.5004 - 4

Valor: R\$ 63.000,00

ÓRGÃO: 19 – Fundação Municipal de Esporte

Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Esporte

Funcional-Programática: 27.812.0027.2047

Atividade: 2.047 – Manutenção da Fundação Municipal de Esporte

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.5000 - 14

Valor: R\$ 11.000,00

ÓRGÃO: 20 – Fundação Municipal de Cultura

Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Cultura

Funcional-Programática: 13.392.0020.2045

Atividade: 2.045 – Manutenção da Fundação Municipal de Cultura

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.5000 - 11

Valor: R\$ 14.000,00

ÓRGÃO: 12 – Fundação Municipal de Turismo

Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Turismo

Funcional-Programática: 23.695.0026.2065

Atividade: 2.065 – Captação e Apoio a Eventos Geradores de Fluxo Turístico

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/01.5000 - 15

Valor: R\$ 29.000,00

ÓRGÃO: 12 – Fundação Municipal do Turismo

Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal do Turismo

Funcional-Programática: 23.695.0026.2068

Atividade: 2.068 – Promoção e Incentivo ao Turismo

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.5000 - 21

Valor: R\$ 55.000,00

ÓRGÃO: 22 – Fundação Municipal de Meio Ambiente de Porto Belo

Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Meio Ambiente de Porto Belo

Funcional-Programática: 18.541.0030.2041

Atividade: 2.041 – Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.5000 - 13

Valor: R\$ 19.000,00

Art 2º - Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes da Anulação das dotações abaixo no valor de 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais), provenientes de Supéravit Financeiro no valor de R\$713.442,07 (Setecentos e Treze mil Quatrocentos e Quarenta e Dois Reais e Sete Centavos), e oriundos do excesso de arrecadação no valor de R\$365.642,00 (Trezentos e Sessenta e Cinco Mil Seiscentos e Quarenta e dois Reais), oriundos do excesso de arrecadação.

ÓRGÃO: 05 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Funcional-Programática: 15.452.0021.2015

Atividade: 2.015 – Manutenção e Ampliação da Rede de Iluminação Pública.

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00/01.5008 - 57

Valor: R\$ 50.000,00

ÓRGÃO: 09 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional-Programática: 10.302.0012.2059

Atividade: 2.059 – Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade - MAC

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00/01.3855 - 37

Valor: R\$ 50.000,00

ÓRGÃO: 22 – Fundação Municipal de Meio Ambiente de Porto Belo

Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Meio Ambiente de Porto Belo

Funcional-Programática: 18.541.0030.2041

Atividade: 2.041 – Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00/01.5000 - 14

Valor: R\$ 29.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, aos 15 dias do mês de Janeiro de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal em exercício

**DECRETO Nº 1.331, DE 09 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 1331, DE 09 DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ART.19, DA LEI MUNICIPAL Nº 2245, DE 23/12/2014 – LOA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, Decreta:

**DECRETA**

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 883.840,85 (Oitocentos e Oitenta e Três Mil, Oitocentos Quarenta Reais e Oitenta e Cinco Centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO: 05 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Funcional-Programática: 15.452.0021

Atividade: 2.013 – Manutenção da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços.

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.5000 - 97

Valor: R\$ 530.000,00

ÓRGÃO: 10 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional-Programática: 08.244.0005

Atividade: 2.030 – Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00/03.3525 - 29

Valor: R\$ 384,89

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.3520 - 30

Valor: R\$ 42.148,80

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.3522 - 31

Valor: R\$ 11.427,90

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.3524 - 32

Valor: R\$ 142.563,28

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.3523 - 33

Valor: R\$ 38.494,77

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.3526 - 35

Valor: R\$ 17.429,39

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.3526 - 40

Valor: R\$ 21.995,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.6527 - 37

Valor: R\$ 7.821,10

Atividade: 2.074 – Concessão de Benefícios Eventuais a Famílias

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.6528 - 36

Valor: R\$ 1.234,05

Funcional-Programática: 08.244.0006

Atividade: 2.033 – Manutenção dos Serviços de Proteção Social de Média Complexidade

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.3521 - 34

Valor: R\$ 35.879,59

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.6527 - 38

Valor: R\$ 14.481,05

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00/03.6527 - 39

Valor: 1.981,03

ÓRGÃO: 08 – Fundo Municipal da Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal da Educação

Funcional-Programática: 12.367.0019

Atividade: 2.028 – Manutenção do Programa de Educação Especial

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00/03.5000 - 56

Valor: R\$ 18.000,00

Art 2º - Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes do Superávit Financeiro no valor de R\$ 883.840,85 (Oitocentos e Oitenta e Três Mil Oitocentos Quarenta Reais e Oitenta e Cinco Centavos)

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, aos 9 dias do mês de Abril de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

**DECRETO Nº 1.336, DE 06 DE MAIO DE 2015.**

DECRETO Nº 1336, DE 09 DE MAIO DE 2015

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ART.19, DA LEI MUNICIPAL Nº 2245, DE 23/12/2014 – LOA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, Decreta:

**DECRETA**

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 292.415,84 (Duzentos e noventa e dois mil, quatrocentos e quinze reais, e oitenta e quatro centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO: 05 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Funcional-Programática: 15.452.0021

Atividade: 2.015 – Manutenção e Ampliação da Rede de Iluminação Pública.

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.5008 - 99

Valor: R\$ 140.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00/03.5008 - 100

Valor: R\$ 24.000,00

ÓRGÃO: 09 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional-Programática: 10.302.0012

Atividade: 2.059 – Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade - MAC

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/01.3855 - 55

Valor: R\$ 56.415,84

ÓRGÃO: 09 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional-Programática: 08.244.0005

Atividade: 2.030 – Manutenção dos Serviços de Proteção Social básica

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00/03.3522 - 41

Valor: R\$ 10.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/01.5000 - 5

Valor: R\$ 7.000,00



ÓRGÃO: 12 – Fundação Municipal de Turismo  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Turismo  
Funcional-Programática: 23.695.0026  
Atividade: 2.064 – Operacionalização do Receptivo de Navios de Turismo  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/01.5611 - 23  
Valor: R\$ 21.000,00

ÓRGÃO: 12 – Fundação Municipal do Turismo  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal do Turismo  
Funcional-Programática: 23.695.0026  
Atividade: 2.068 – Promoção e Incentivo ao Turismo  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/01.5611 - 20  
Valor: R\$ 34.000,00

Art 2º - Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes da Anulação das dotações abaixo no valor de 17.000,00 (Dezessete mil reais). Recursos provenientes de Superávit Financeiro no valor de R\$ 164.000,00 (Cento e sessenta e quatro mil reais), e recursos oriundos do excesso de arrecadação no valor de R\$ 111.415,84 (Cento e onze mil, quatrocentos e quinze reais e oitenta e quatro centavos).

ÓRGÃO: 09 – Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social  
Funcional-Programática: 08.244.0005  
Atividade: 2.030 – Manutenção dos Serviços de Proteção Social básica  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.3522 - 31  
Valor: R\$ 10.000,00  
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00/01.5000 - 1  
Valor: R\$ 7.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, aos 9 dias do mês de Maio de 2015.  
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
Prefeito de Porto Belo

### **DECRETO Nº 1.348, DE 03 DE JUNHO DE 2015.**

DECRETO Nº 1348, DE 03 DE JUNHO DE 2015  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ART.19, DA LEI MUNICIPAL Nº 2245, DE 23/12/2014 – LOA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, Decreta:

#### **DECRETA**

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional na importância de R\$467.725,00 (Quatrocentos e Sessenta e Sete Mil Setecentos e Vinte e Cinco Reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO: 02 – Gabinete do Prefeito  
Unidade Orçamentária: 01 – Gabinete do Prefeito  
Funcional-Programática: 04.122.0003  
Atividade: 2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.5000 - 91  
Valor: R\$ 2.300,00

ÓRGÃO: 06 – Secretaria de Planejamento Urbano  
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Planejamento Urbano  
Funcional-Programática: 06.182.0004  
Atividade: 2.016 – Manutenção do Departamento de Trânsito

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.5012 - 101  
Valor: R\$ 51.400,00

ÓRGÃO: 03 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos  
Funcional-Programática: 14.452.0021  
Atividade: 2.013 – Manutenção da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.5000 - 97  
Valor: R\$ 110.000,00

ÓRGÃO: 04 – Secretaria da Fazenda  
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria da Fazenda  
Funcional-Programática: 04.123.0003  
Atividade: 2.010 – Manutenção da Secretaria da Fazenda  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.5000 - 93  
Valor: R\$ 8.000,00

ÓRGÃO: 09 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Funcional-Programática: 10.301.0010  
Atividade: 2.056 – Manutenção do Fundo Municipal da Saúde  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.3846 - 58  
Valor: R\$ 60.000,00  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.5002 - 59  
Valor: R\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 08 – Fundo Municipal de Educação  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação  
Funcional-Programática: 12.361.0014  
Atividade: 2.021 – Manutenção do Ensino Fundamental  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00/03.5036 - 62  
Valor: R\$ 46.000,00

Funcional-Programática: 12.306.0013  
Atividade: 2.027 – Manutenção de Merenda Escolar  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.5000 - 63  
Valor: R\$ 10.025,00

Funcional-Programática: 12.365.0017  
Atividade: 1.020 – Construção, Ampliação e Reforma de Núcleos de Educação Infantil  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00/03.5039 - 54  
Valor: R\$ 150.000,00

Art 2º - Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes do Superávit Financeiro no valor de R\$467.725,00 (Quatrocentos e Sessenta e Sete Mil Setecentos e Vinte e Cinco Reais)

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, aos 3 dias do mês de Junho de 2015.  
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
Prefeito de Porto Belo

**DECRETO Nº 1.349, DE 03 DE JUNHO DE 2015.**

DECRETO Nº 1349, DE 03 DE JUNHO DE 2015

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ART.19, DA LEI MUNICIPAL Nº 2245, DE 23/12/2014 – LOA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, Decreta:

**DECRETA**

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 425.568,00 (Quatrocentos e vinte cinco mil quinhentos e sessenta e oito reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO: 07 – Secretaria de Pesca e Aquicultura  
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Pesca e Aquicultura  
Funcional-Programática: 20.606.0024  
Atividade: 2.019 – Manutenção da Secretaria de Pesca e Aquicultura  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /01.5000 - 81  
Valor: R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 06 – Secretaria de Planejamento Urbano  
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Planejamento Urbano  
Funcional-Programática: 06.182.0004  
Atividade: 2.016 – Manutenção do Departamento de Trânsito  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 /01.5000 - 64  
Valor: R\$ 4.080,00

ÓRGÃO: 04 – Secretaria da Fazenda  
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria da Fazenda  
Funcional-Programática: 28.843.0097  
Atividade: 0.002 – Amortização e Encargos da Dívida Pública  
Modalidade de Aplicação: 3.2.90.00.00.00.00.00 /01.5000 - 32  
Valor: R\$ 23.000,00

ÓRGÃO: 10 – Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social  
Funcional-Programática: 08.244.0005  
Atividade: 2.030 – Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /01.5000 - 5  
Valor: R\$ 2.500,00

ÓRGÃO: 08 – Fundo Municipal de Educação  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação  
Funcional-Programática: 12.361.0014  
Atividade: 2.021- Manutenção do ensino Fundamental  
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 /01.5001 - 11  
Valor: R\$ 320.000,00  
Funcional-Programática: 12.365.0017  
Atividade: 2.023- Manutenção da educação Infantil  
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 /01.5001 - 22  
Valor: R\$ 58.988,00

ÓRGÃO: 19 – Fundação Municipal de Cultura  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Cultura  
Funcional-Programática: 13.392.0020  
Atividade: 2.076 – Promoção e Apoio de Eventos Culturais  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /01.5000 - 10  
Valor: R\$ 2.000,00

ÓRGÃO: 19 – Fundação Municipal de Turismo  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Turismo  
Funcional-Programática: 23.695.0026  
Atividade: 2.064 – Operacionalização do Receptivo de Navios de

Turismo

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /01.5611 - 23  
Valor: R\$ 5.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recurso proveniente da anulação parcial da dotação abaixo elencada, na mesma importância acima, observada a destinação por fonte de recurso.

ÓRGÃO: 07 – Secretaria de Pesca e Aquicultura  
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Pesca e Aquicultura  
Funcional-Programática: 20.606.0024  
Atividade: 2.019 – Manutenção da Secretaria de Pesca e Aquicultura  
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 /01.5000 - 79  
Valor: R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 06 – Secretaria de Planejamento Urbano  
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Planejamento Urbano  
Funcional-Programática: 06.182.0004  
Atividade: 2.016 – Manutenção do Departamento de Trânsito  
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 /01.5000 - 61  
Valor: R\$ 4.080,00

ÓRGÃO: 04 – Secretaria da Fazenda  
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria da Fazenda  
Funcional-Programática: 28.843.0097  
Atividade: 0.002 – Amortização e Encargos da Dívida Pública  
Modalidade de Aplicação: 4.6.90.00.00.00.00.00 /01.5000 - 33  
Valor: R\$ 23.000,00

ÓRGÃO: 10 – Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social  
Funcional-Programática: 08.244.0005  
Atividade: 2.030 – Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica  
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 /01.5000 - 1  
Valor: R\$ 2.500,00

ÓRGÃO: 08 – Fundo Municipal de Educação  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação  
Funcional-Programática: 12.361.0014  
Atividade: 2.021- Manutenção do ensino Fundamental  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /01.5001 - 16  
Valor: R\$ 320.000,00  
Funcional-Programática: 12.365.0017  
Atividade: 2.023- Manutenção da educação Infantil  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 /01.5001 - 31  
Valor: R\$ 58.988,00

ÓRGÃO: 19 – Fundação Municipal de Cultura  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Cultura  
Funcional-Programática: 13.392.0020  
Atividade: 2.076 – Promoção e Apoio de Eventos Culturais  
Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00 /01.5000 - 09  
Valor: R\$ 2.000,00

ÓRGÃO: 19 – Fundação Municipal de Turismo  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Turismo  
Funcional-Programática: 23.695.0026  
Atividade: 2.064 – Operacionalização do Receptivo de Navios de Turismo  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 /01.5611 - 13  
Valor: R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, aos 03 dias do mês de Junho de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
Prefeito de Porto Belo



**DECRETO Nº 1.358, DE 20 DE JULHO DE 2015.**

DECRETO Nº 1358, DE 20 DE JULHO DE 2015

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ART.19, DA LEI MUNICIPAL Nº 2245, DE 23/12/2014 – LOA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, Decreta:

**DECRETA**

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 318.637,70 (Trezentos e dezoito mil, seiscentos e trinta e sete reais e setenta centavos), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

**ÓRGÃO: 04 – Secretaria da Fazenda**

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria da Fazenda

Funcional-Programática: 20.606.0024

Atividade: 2.010 – Manutenção da Secretaria da Fazenda

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /01.5000 - 37

Valor: R\$ 5.000,00

**ÓRGÃO: 06 – Secretaria de Planejamento Urbano**

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Planejamento Urbano

Funcional-Programática: 06.182.0004

Atividade: 2.016 – Manutenção do Departamento de Trânsito

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 /01.5000 - 64

Valor: R\$ 2.000,00

Funcional-Programática: 15.451.0003

Atividade: 2.029 – Manutenção da Secretaria do Planejamento Urbano

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /01.5000 - 71

Valor: R\$ 20.000,00

**ÓRGÃO: 03 – Secretaria de Administração**

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Administração

Funcional-Programática: 04.122.0003

Atividade: 2.008 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /01.5000 - 25

Valor: R\$ 6.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /01.5000 - 25

Valor: R\$ 2.000,00

**ÓRGÃO: 02 – Gabinete do Prefeito**

Unidade Orçamentária: 02 – Gabinete do Vice-Prefeito

Funcional-Programática: 04.122.0003

Atividade: 2.006 – Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /01.5000 - 15

Valor: R\$ 1.000,00

**ÓRGÃO: 09 – Fundo Municipal de Saúde**

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional-Programática: 10.301.0010

Atividade: 2.052 – Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /01.3848 - 14

Valor: R\$ 8.000,00

**ÓRGÃO: 09 – Fundo Municipal de Saúde**

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional-Programática: 10.302.0012

Atividade: 2.059 – Manutenção das Ações de Media e Alta Complexidade - MAC

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /01.3855 - 55

Valor: R\$ 5.000,00

**ÓRGÃO: 09 – Fundo Municipal de Saúde**

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional-Programática: 10.301.0010

Atividade: 2.049– Manutenção das Ações Básicas em Saúde Bucal

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 /01.5002 - 01

Valor: R\$ 1.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 /01.5002 - 01

Valor: R\$ 9.061,00

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 /01.5002 - 01

Valor: R\$ 6.000,00

**ÓRGÃO: 09 – Fundo Municipal de Saúde**

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional-Programática: 10.301.0010

Atividade: 2.056– Manutenção do Fundo Municipal da Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /01.5002 - 26

Valor: R\$ 13.689,50

**ÓRGÃO: 10 – Fundo Municipal de Assistência Social**

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional-Programática: 08.244.0005

Atividade: 2.030 – Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /01.5000 - 5

Valor: R\$ 2.000,00

**ÓRGÃO: 11 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Funcional-Programática: 08.243.0016

Atividade: 2.035 – Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /01.5000 - 2

Valor: R\$ 1.894,10

**ÓRGÃO: 08 – Fundo Municipal de Educação**

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional-Programática: 12.361.0014

Atividade: 2.021- Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 /01.5001 - 11

Valor: R\$ 182.127,10

Funcional-Programática: 12.365.0017

Atividade: 2.023- Manutenção da Educação Infantil

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 /01.5001 - 22

Valor: R\$ 46.000,00

**ÓRGÃO: 19 – Fundação Municipal de Esportes**

Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Esportes

Funcional-Programática: 27.812.0027

Atividade: 2.047 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /01.5000 - 06

Valor: R\$ 2.000,00

**ÓRGÃO: 19 – Fundação Municipal de Turismo**

Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Turismo

Funcional-Programática: 23.695.0025

Atividade: 2.063 – Manutenção da Fundação Municipal de Turismo

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /01.5000 - 10

Valor: R\$ 5.866,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recurso proveniente da anulação parcial da dotação abaixo elencada, na mesma importância acima, observada a destinação por fonte de recurso.

**ÓRGÃO: 04 – Secretaria da Fazenda**

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria da Fazenda

Funcional-Programática: 20.606.0024

Atividade: 2.010 – Manutenção da Secretaria da Fazenda  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 /01.5000 - 38  
Valor: R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 06 – Secretaria de Planejamento Urbano  
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Planejamento Urbano  
Funcional-Programática: 06.182.0004  
Atividade: 2.016 – Manutenção do Departamento de Trânsito  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /01.5000 - 62  
Valor: R\$ 2.000,00  
Funcional-Programática: 15.451.0003  
Atividade: 2.029 – Manutenção da Secretaria do Planejamento Urbano  
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 /01.5000 - 69  
Valor: R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 03 – Secretaria de Administração  
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Administração  
Funcional-Programática: 04.122.0003  
Atividade: 2.008 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 /01.5000 - 27  
Valor: R\$ 6.000,00  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 /01.5000 - 27  
Valor: R\$ 2.000,00

ÓRGÃO: 02 – Gabinete do Prefeito  
Unidade Orçamentária: 02 – Gabinete do Vice-Prefeito  
Funcional-Programática: 04.122.0003  
Atividade: 2.006 – Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 /01.5000 - 16  
Valor: R\$ 1.000,00

ÓRGÃO: 09 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Funcional-Programática: 10.301.0010  
Atividade: 2.052 – Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde  
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 /01.3848 - 12  
Valor: R\$ 8.000,00

ÓRGÃO: 09 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Funcional-Programática: 10.302.0012  
Atividade: 2.059 – Manutenção das Ações de Media e Alta Complexidade - MAC  
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 /01.3855 - 37  
Valor: R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 09 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Funcional-Programática: 10.301.0010  
Atividade: 2.049 – Manutenção das Ações Básicas em Saúde Bucal  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /01.5002 - 03  
Valor: R\$ 1.000,00  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 /01.5002 - 05  
Valor: R\$ 9.061,00  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /01.5002 - 03  
Valor: R\$ 6.000,00

ÓRGÃO: 09 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Funcional-Programática: 10.301.0010  
Atividade: 2.056 – Manutenção do Fundo Municipal da Saúde  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 /01.5002 - 29  
Valor: R\$ 13.689,50

ÓRGÃO: 10 – Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional-Programática: 08.244.0005  
Atividade: 2.030 – Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica  
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 /01.5000 - 1  
Valor: R\$ 2.000,00

ÓRGÃO: 11 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
Funcional-Programática: 08.243.0016  
Atividade: 2.035 – Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00 /01.5000 - 1  
Valor: R\$ 1.894,10

ÓRGÃO: 08 – Fundo Municipal de Educação  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação  
Funcional-Programática: 12.361.0014  
Atividade: 2.021 – Manutenção do Ensino Fundamental  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /01.5001 - 16  
Valor: R\$ 67.000,00  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 /01.5001 - 19  
Valor: R\$ 5.127,10  
Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 /01.5001 - 14  
Valor: R\$ 110.000,00  
Funcional-Programática: 12.365.0017  
Atividade: 2.023 – Manutenção da Educação Infantil  
Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 /01.5001 - 25  
Valor: R\$ 46.000,00

ÓRGÃO: 19 – Fundação Municipal de Esportes  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Esportes  
Funcional-Programática: 27.812.0027  
Atividade: 2.047 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes  
Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 /01.5000 - 04  
Valor: R\$ 1.000,00  
Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00 /01.5000 - 05  
Valor: R\$ 1.000,00

ÓRGÃO: 19 – Fundação Municipal de Turismo  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Turismo  
Funcional-Programática: 23.695.0025  
Atividade: 2.063 – Manutenção da Fundação Municipal de Turismo  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 /01.5000 - 11  
Valor: R\$ 4.566,00  
Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 /01.5000 - 09  
Valor: R\$ 1.300,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, aos 20 dias do mês de Julho de 2015.  
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
Prefeito de Porto Belo

**DECRETO Nº 1.361, DE 20 DE JULHO DE 2015.**

DECRETO Nº 1361, 20 DE JULHO DE 2015

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ART.19, DA LEI MUNICIPAL Nº 2245, DE 23/12/2014 – LOA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, Decreta:

**DECRETA**

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 1.264.970,85 (Hum Milhão duzentos e sessenta e quatro mil, novecentos e setenta reais e oitenta e cinco centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO: 03 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Funcional-Programática: 14.451.0021

Atividade: 1.007 – Pavimentação e Urbanização de Ruas e Avenidas  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00/03.5000 - 96  
Valor: R\$ 190.000,00

Funcional-Programática: 14.452.0021

Atividade: 2.013 – Manutenção da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.5007 - 102

Valor: R\$ 40.000,00

ÓRGÃO: 04 – Secretaria da Fazenda

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria da Fazenda

Funcional-Programática: 04.123.0003

Atividade: 2.010 – Manutenção da Secretaria da Fazenda

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.5000 - 93

Valor: R\$ 32.500,00

ÓRGÃO: 09 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional-Programática: 10.301.0010

Atividade: 2.056 – Manutenção do Fundo Municipal da Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00/03.3846 - 70

Valor: R\$ 90.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.3846 - 58

Valor: R\$ 55.961,49

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00/03.3846 - 61

Valor: R\$ 16.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.3850 - 62

Valor: R\$ 53.248,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.6751 - 67

Valor: R\$ 28.547,51

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.3853 - 80

Valor: R\$ 30.533,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.3867 - 77

Valor: R\$ 1.155,07

Atividade: 2.051 – Implantação e Manut. Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00/03.3851 - 64

Valor: R\$ 75.427,08

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.3851 - 79

Valor: R\$ 3.000,00

Atividade: 2.049 – Manutenção das Ações Básicas em Saúde Bucal

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.3849 - 63

Valor: R\$ 3.711,10

Atividade: 2.052 – Manutenção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00/03.3848 - 65

Valor: R\$ 114.241,43

Atividade: 2.050 – Implantação e Manut. Núcleo de Apoio à Saúde

da Família - ESF

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00/03.3847 - 66

Valor: R\$ 10.708,11

Funcional-Programática: 10.302.0012

Atividade: 2.059 – Manutenção das ações de Media e Alta Complexidade - MAC

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.3855 - 68

Valor: R\$ 1.796,33

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.3858 - 71

Valor: R\$ 2.073,68

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.6758 - 76

Valor: R\$ 10.106,81

Funcional-Programática: 10.305.0009

Atividade: 2.062 – Manutenção das ações básicas de Vigilância Epidemiológica

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.3862 - 72

Valor: R\$ 40.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00/03.3852 - 60

Valor: R\$ 45.589,40

Funcional-Programática: 10.304.0009

Atividade: 2.061 – Manutenção das ações básicas de Vigilância Sanitária

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.3861 - 73

Valor: R\$ 1.000,00

Funcional-Programática: 10.303.0011

Atividade: 2.060 – Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.6765 - 74

Valor: R\$ 35.740,84

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.6752 - 75

Valor: R\$ 4.746,43

Funcional-Programática: 10.303.0011

Atividade: 2.053 – Implantação e Manutenção de Unidade PA

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.3846 - 78

Valor: R\$ 15.000,00

ÓRGÃO: 11 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Funcional-Programática: 08.243.0016

Atividade: 2.035 – Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.5000 - 4

Valor: R\$ 54.680,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00/03.5000 - 5

Valor: R\$ 16.800,00

ÓRGÃO: 08 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional-Programática: 12.365.0017

Atividade: 2.023 – Manutenção do Ensino Infantil

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.3738 - 64

Valor: R\$ 8.270,50

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00/03.3738 - 65

Valor: R\$ 73.241,26

ÓRGÃO: 08 – Fundo Municipal de Saneamento Ambiental

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saneamento Ambiental

Funcional-Programática: 17.512.0023

Atividade: 2.036 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.5000 - 3

Valor: R\$ 67.000,00

ÓRGÃO: 08 – Fundação Municipal de Turismo

Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Turismo

Funcional-Programática: 23.695.0026

Atividade: 2.064 – Operacionalização do Receptivo de Navios de

Turismo  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00/03.5611 - 25  
Valor: R\$ 20.000,00  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.5611 - 27  
Valor: R\$ 16.392,81  
Atividade: 2.068 – Promoção e Incentivo ao Turismo  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.5611 - 26  
Valor: R\$ 100.000,00  
ÓRGÃO: 08 – Fundação Municipal de Turismo  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Turismo  
Funcional-Programática: 23.695.0025  
Atividade: 1.049 – Construção de Pórticos Turísticos  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00/03.5000 - 28  
Valor: R\$ 7.500,00

Art. 2º - Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes do Superávit Financeiro no valor de R\$ 1.264.970,85 (Um milhão duzentos e sessenta e quatro mil, novecentos e setenta reais e oitenta e cinco centavos).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, aos 20 dias do mês de Julho de 2015.  
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
Prefeito de Porto Belo

### **DECRETO Nº 1.362, DE 20 DE JULHO DE 2015.**

DECRETO Nº 1362, DE 20 DE JULHO DE 2015  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ART.19, DA LEI MUNICIPAL Nº 2245, DE 23/12/2014 – LOA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, Decreta:

#### **DECRETA**

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 356.375,34 (Trezentos e cinquenta e seis mil e trezentos e setenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO: 05 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos  
Funcional-Programática: 15.452.0021  
Atividade: 2.015 – Manutenção e Ampliação da Rede de Iluminação Pública.  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/01.5008 - 56  
Valor: R\$ 100.000,00

ÓRGÃO: 09 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Funcional-Programática: 10.302.0012  
Atividade: 2.059 – Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade – MAC  
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00/01.3855 - 37  
Valor: R\$ 90.000,00

ÓRGÃO: 09 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Funcional-Programática: 10.301.0010  
Atividade: 2.051 – Implantação e Manutenção Núcleo de Apoio Saúde da Família – NASF  
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00/01.3851 - 81  
Valor: R\$ 60.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00/01.3851 - 82  
Valor: R\$ 3.000,00

ÓRGÃO: 08 – Fundo Municipal de Educação  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação  
Funcional-Programática: 12.365.0017  
Atividade: 2.023 – Manutenção da Educação Infantil  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00/01.3738 - 66  
Valor: R\$ 3.375,34  
Funcional-Programática: 12.306.0013  
Atividade: 2.027 – Manutenção da Merenda Escolar  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/01.3735 - 42  
Valor: R\$ 100.000,00

Art 2º - Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos oriundos do excesso de arrecadação no valor de R\$ 356.375,34 (Trezentos e cinquenta e seis mil e trezentos e setenta e cinco reais e trinta e quatro centavos).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, aos 20 dias do mês de Julho de 2015.  
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
Prefeito de Porto Belo

### **DECRETO Nº 1.371, DE 21 DE AGOSTO DE 2015.**

DECRETO Nº 1371, DE 21 DE AGOSTO DE 2015  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ART.19, DA LEI MUNICIPAL Nº 2245, DE 23/12/2014 – LOA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, Decreta:

#### **DECRETA**

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 67.537,89 (Sessenta e sete mil quinhentos e trinta e sete reais e oitenta e nove centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO: 06 – Secretaria de Planejamento Urbano  
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Planejamento Urbano  
Funcional-Programática: 06.182.0004  
Atividade: 2.016 – Manutenção do Departamento de Trânsito  
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00/01.5000 - 61  
Valor: R\$ 11.737,89

ÓRGÃO: 02 – Gabinete do Prefeito  
Unidade Orçamentária: 01 – Gabinete do Vice Prefeito  
Funcional-Programática: 04.122.0003  
Atividade: 2.006 – Manutenção do Gabinete do Vice Prefeito  
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00/01.5000 - 14  
Valor: R\$ 3.300,00

ÓRGÃO: 03 – Secretaria de Administração  
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Administração  
Funcional-Programática: 04.122.0003  
Atividade: 2.008 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/01.5000 - 25  
Valor: R\$ 11.000,00

ÓRGÃO: 06 – Secretaria de Planejamento Urbano  
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Planejamento Urbano  
Funcional-Programática: 06.182.0004  
Atividade: 2.017 – Convênio Trânsito/Polícia Civil  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/03.5011 - 103



Valor: R\$ 10.000,00  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00/03.5011 - 104  
Valor: R\$ 15.000,00

ÓRGÃO: 09 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Funcional-Programática: 10.301.0010  
Atividade: 2.056 – Manutenção do Fundo Municipal da Saúde  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/01.5002 - 26  
Valor: R\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 09 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Funcional-Programática: 10.301.0010  
Atividade: 2.056 – Manutenção do Fundo Municipal da Saúde  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00/01.3868 - 83  
Valor: R\$ 400.000,00

ÓRGÃO: 10 – Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social  
Funcional-Programática: 08.244.0005  
Atividade: 2.030 – Manutenção dos Serviços de Proteção Social básica  
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00/03.5000 - 42  
Valor: R\$ 35.000,00

ÓRGÃO: 10 – Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social  
Funcional-Programática: 08.244.0006  
Atividade: 2.033 – Manutenção dos Serviços de Proteção Social de Média Complexidade  
Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00/01.5000 - 19  
Valor: R\$ 4.500,00

ÓRGÃO: 08 – Fundo Municipal de Educação  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação  
Funcional-Programática: 12.361.0014  
Atividade: 1.018 – Construção e Reforma de Quadras Poliesportivas nas Unidades Escolares  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00/03.5039 - 55  
Valor: R\$ 8.738,68  
Funcional-Programática: 12.306.0013  
Atividade: 2.027 – Manutenção da Merenda Escolar  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/01.3735 - 42  
Valor: R\$ 40.000,00

ÓRGÃO: 19 – Fundação Municipal de Esportes  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Esportes  
Funcional-Programática: 27.812.0027  
Atividade: 2.047 – Manutenção Fundação Municipal de Esportes  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/01.5000 - 06  
Valor: R\$ 7.000,00

ÓRGÃO: 12 – Fundação Municipal de Turismo  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Turismo  
Funcional-Programática: 23.695.0026  
Atividade: 2.068 – Promoção e Incentivo ao Turismo  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/01.5613 - 29  
Valor: R\$ 280.000,00

Art 2º - Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes da Anulação das dotações abaixo no valor de 67.537,89 (Sessenta e sete mil quinhentos e trinta e sete reais e oitenta e nove centavos). Recursos provenientes de Superávit Financeiro no valor de R\$ 68.738,68 (Sessenta e oito mil setecentos e trinta e oito reais e sessenta e oito centavos) e recursos oriundos do excesso de arrecadação no valor de R\$ 720.000,00 (Setecentos e vinte mil reais).

ÓRGÃO: 06 – Secretaria de Planejamento Urbano

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Planejamento Urbano  
Funcional-Programática: 06.182.0004  
Atividade: 2.016 – Manutenção do Departamento de Trânsito  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/01.5000 - 62  
Valor: R\$ 11.450,89  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00/01.5000 - 64  
Valor: R\$ 287,00

ÓRGÃO: 02 – Gabinete do Prefeito  
Unidade Orçamentária: 01 – Gabinete do Vice Prefeito  
Funcional-Programática: 04.122.0003  
Atividade: 2.006 – Manutenção do Gabinete do Vice Prefeito  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00/01.5000 - 16  
Valor: R\$ 2.300,00  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/01.5000 - 15  
Valor: R\$ 1.000,00

ÓRGÃO: 03 – Secretaria de Administração  
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Administração  
Funcional-Programática: 04.122.0003  
Atividade: 2.008 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração  
Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00/01.5000 - 24  
Valor: R\$ 11.000,00

ÓRGÃO: 09 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Funcional-Programática: 10.301.0010  
Atividade: 2.056 – Manutenção do Fundo Municipal da Saúde  
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00/01.5002 - 24  
Valor: R\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 10 – Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social  
Funcional-Programática: 08.244.0006  
Atividade: 2.033 – Manutenção dos Serviços de Proteção Social de Média Complexidade  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00/01.5000 - 20  
Valor: R\$ 4.500,00

ÓRGÃO: 19 – Fundação Municipal de Esportes  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Esportes  
Funcional-Programática: 27.812.0027  
Atividade: 2.047 – Manutenção Fundação Municipal de Esportes  
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00/01.5000 - 03  
Valor: R\$ 7.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, aos 21 dias do mês de Agosto de 2015.  
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
Prefeito de Porto Belo

**DECRETO Nº 1.384, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 1384, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 2321, DE 27/10/2015, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, Decreta:

**DECRETA**

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais), destinados a suplementar a dotação abaixo pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Vereadores

Unidade orçamentária: 01 – Câmara Municipal de Vereadores

Funcional-programática: 01.031.0001

Atividade: 2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000/4

Valor: R\$ 110.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação total e parcial das dotações abaixo elencadas, na mesma importância acima:

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Vereadores

Unidade orçamentária: 01 – Câmara Municipal de Vereadores

Funcional-programática: 01.031.0001

Atividade: 2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000/1

Valor: R\$ 35.000,00

Modalidade de Aplicação/Recurso: 3.3.50.00.00.00.00.0.1.000/4

Valor: R\$ 5.000,00

Modalidade de Aplicação/Recurso: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000/6

Valor: R\$ 70.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, aos 28 dias do mês de outubro de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

**DECRETO Nº 1.385, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 1.385, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015.

ALTERA O VALOR DA UFM-PB, CONFORME ESPECÍFICA.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal nº 052/2014 - Código Tributário,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica atualizado o valor da UFM-PB, com uma correção de 0,54% (zero virgula cinquenta e quatro por cento), considerando o IPCA do mês de setembro de 2015, que passa a vigorar a partir de 1º de novembro de 2015.

Art. 2º O valor da UFM-PB passará a ser de R\$ 2,4927.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo – SC, aos 28 dias do mês de outubro do ano de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

**LEI MUNICIPAL 2.322, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.322, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.

"AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER EM COMODATO O IMÓVEL QUE ESPECIFICA".

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber do Sr. ARNO BARON, por período indeterminado, o imóvel cadastrado sob o nº 26029 e Inscrição Imobiliária 01.01.021.0305.000, com área total de 1.679,78 metros quadrados, em Regime de Comodato.

Parágrafo Único - A finalidade de Comodato se dá exclusivamente para utilização em benefício dos alunos da Escola Municipal de Educação Básica Olinda Peixoto, podendo ser cancelado o comodato caso haja o desvio de finalidade.

Art. 2º. Para a utilização do imóvel, fica o Poder Executivo autorizado a efetuar as intervenções que se fizerem necessárias.

Art. 3º. A referida concessão em regime de comodato será a título gratuito.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 27 dias do mês de outubro de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

**PORTARIA Nº 2.617, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015**

PORTARIA Nº 2.617, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral nos termos do art. 40º, §1º, inciso III, alínea 'a' da Constituição Federal observado o disposto nas Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/2003, na Lei federal nº 10.887/04, e declara a vacância do cargo público e dá outras providências.

Porto Belo 30 de Outubro de 2015

Evaldo José Guerreiro Filho



## ANEXO 1 RREO - 4º BIMESTRE 2015

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>						
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>72.833.849,10</b>	<b>72.833.849,10</b>	<b>9.469.592,82</b>	<b>13,00</b>	<b>39.462.206,81</b>	<b>33.371.642,29</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	55.083.849,10	55.083.849,10	8.643.469,00	15,69	37.131.167,97	17.952.681,13
IMPOSTOS	16.126.500,00	16.126.500,00	2.622.111,50	16,26	12.108.105,48	4.018.394,52
TAXAS	13.800.500,00	13.800.500,00	2.272.906,94	16,47	10.054.825,06	3.745.674,94
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	2.326.000,00	2.326.000,00	342.113,12	14,71	2.016.502,22	309.497,78
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	7.091,44	0,00	36.778,20	-36.778,20
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.000.000,00	2.000.000,00	436.016,20	21,80	1.589.489,13	410.510,87
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.000.000,00	1.000.000,00	200.319,87	20,03	677.657,67	322.342,33
RECEITA PATRIMONIAL	1.000.000,00	1.000.000,00	235.696,33	23,57	911.831,46	88.168,54
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.637.700,00	1.637.700,00	207.683,01	12,68	1.112.137,25	525.562,75
RECEITA DE SERVIÇOS	1.637.700,00	1.637.700,00	207.683,01	12,68	1.112.137,25	525.562,75
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.000,00	5.000,00	2.000,51	40,01	37.160,09	-32.160,09
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	32.903.349,10	32.903.349,10	5.053.283,25	15,36	21.064.837,22	11.838.511,88
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	32.893.349,10	32.893.349,10	5.053.283,25	15,36	21.054.837,22	11.838.511,88
TRANSF. DE PESSOAS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	10.000,00	-5.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
MULTAS E JUROS DE MORA	2.411.300,00	2.411.300,00	322.374,53	13,37	1.219.438,80	1.191.861,20
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	464.300,00	464.300,00	129.911,36	27,98	459.545,52	4.754,48
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	2.000,00	2.000,00	577,51	28,88	42.582,99	-40.582,99
RECEITAS DIVERSAS	944.000,00	944.000,00	125.922,97	13,34	589.741,27	354.258,73
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.001.000,00</b>	<b>1.001.000,00</b>	<b>65.962,69</b>	<b>6,59</b>	<b>127.569,02</b>	<b>873.430,98</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	17.750.000,00	17.750.000,00	826.123,82	4,65	2.331.038,84	15.418.961,16
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.500.000,00	2.500.000,00	642.536,42	25,70	1.062.564,74	1.437.435,26
ALIENAÇÃO DE BENS	2.500.000,00	2.500.000,00	642.536,42	25,70	1.062.564,74	1.437.435,26
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	15.200.000,00	15.200.000,00	183.587,40	1,21	1.268.474,10	13.931.525,90
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
	14.400.000,00	14.400.000,00	183.587,40	1,27	1.268.474,10	13.131.525,90

Continua 1/4

29/09/2015 17:37:13 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Continuação 2/4

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>1.550.000,00</b>	<b>1.550.000,00</b>	<b>286.404,47</b>	<b>18,48</b>	<b>1.076.078,22</b>	<b>69,42</b>	<b>473.921,78</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>74.383.849,10</b>	<b>74.383.849,10</b>	<b>9.755.997,29</b>	<b>13,12</b>	<b>40.538.285,03</b>	<b>54,50</b>	<b>33.845.564,07</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>74.383.849,10</b>	<b>74.383.849,10</b>	<b>9.755.997,29</b>	<b>13,12</b>	<b>40.538.285,03</b>	<b>54,50</b>	<b>33.845.564,07</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>74.383.849,10</b>	<b>74.383.849,10</b>	<b>9.755.997,29</b>	<b>13,12</b>	<b>40.538.285,03</b>	<b>54,50</b>	<b>33.845.564,07</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>4.772.837,04</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.654.103,73</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	4.772.837,04	—	—	1.654.103,73	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>72.725.349,10</b>	<b>86.342.331,52</b>	<b>16.535.210,73</b>	<b>55.431.350,21</b>	<b>30.910.981,31</b>	<b>10.327.424,02</b>	<b>36.249.161,26</b>	<b>50.093.170,26</b>	<b>35.549.251,33</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>45.442.239,10</b>	<b>50.155.543,75</b>	<b>6.714.087,43</b>	<b>38.238.121,60</b>	<b>11.917.422,15</b>	<b>8.916.298,23</b>	<b>32.798.026,42</b>	<b>17.357.517,33</b>	<b>32.221.974,14</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.970.700,00	27.830.240,61	5.443.229,22	19.995.968,02	7.834.272,59	5.538.562,58	19.479.796,97	8.350.443,64	19.292.272,45
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	250.000,00	303.000,00	-2.771,57	250.133,21	52.866,79	45.341,10	151.599,95	151.400,05	151.599,95
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.313.539,10	19.639.303,14	1.126.475,89	15.863.258,18	3.776.044,96	2.933.237,60	11.513.240,77	8.126.062,37	11.138.537,78

Continua 2/4

29/09/2015 17:37:13 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Continuação 3/4

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>72.725.349,10</b>	<b>86.342.331,52</b>	<b>16.535.210,73</b>	<b>55.431.350,21</b>	<b>30.910.981,31</b>	<b>10.327.424,02</b>	<b>36.249.161,26</b>	<b>50.093.170,26</b>	<b>35.549.251,33</b>
Transferências a União	1.908.000,00	2.383.000,00	147.153,89	2.128.762,19	254.237,81	399.156,95	1.653.388,73	729.611,27	1.639.563,96
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>24.803.110,00</b>	<b>33.706.787,77</b>	<b>9.821.123,30</b>	<b>17.193.228,61</b>	<b>16.513.559,16</b>	<b>1.411.125,79</b>	<b>3.451.134,84</b>	<b>30.255.652,93</b>	<b>3.327.277,19</b>
INVESTIMENTOS	23.998.346,00	32.955.023,77	9.724.714,99	16.665.564,67	16.289.459,10	1.310.076,12	3.100.795,44	29.854.228,33	2.976.937,79
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	804.764,00	751.764,00	96.408,31	527.663,94	224.100,06	101.049,67	350.339,40	401.424,60	350.339,40
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>2.480.000,00</b>	<b>2.480.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.480.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.480.000,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.480.000,00	2.480.000,00	0,00	0,00	2.480.000,00	0,00	0,00	2.480.000,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>1.658.500,00</b>	<b>1.493.700,00</b>	<b>256.461,05</b>	<b>1.125.888,23</b>	<b>367.811,77</b>	<b>263.656,98</b>	<b>1.099.049,23</b>	<b>394.650,77</b>	<b>964.662,01</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>74.383.849,10</b>	<b>87.836.031,52</b>	<b>16.791.671,78</b>	<b>56.557.238,44</b>	<b>31.278.793,08</b>	<b>10.591.081,00</b>	<b>37.348.210,49</b>	<b>50.487.821,03</b>	<b>36.513.913,34</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>74.383.849,10</b>	<b>87.836.031,52</b>	<b>16.791.671,78</b>	<b>56.557.238,44</b>	<b>31.278.793,08</b>	<b>10.591.081,00</b>	<b>37.348.210,49</b>	<b>50.487.821,03</b>	<b>36.513.913,34</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>3.190.074,54</b>	<b>—</b>	<b>40.538.285,03</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>74.383.849,10</b>	<b>87.836.031,52</b>	<b>16.791.671,78</b>	<b>56.557.238,44</b>	<b>—</b>	<b>10.591.081,00</b>	<b>40.538.285,03</b>	<b>—</b>	<b>77.052.198,37</b>

Continua 3/4

29/09/2015 17:37:13 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Continuação 4/4

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
						% (c/a)
<b>Receitas (Intra-Orçamentárias)</b>	<b>1.550.000,00</b>	<b>1.550.000,00</b>	<b>286.404,47</b>	<b>18,48</b>	<b>1.076.078,22</b>	<b>69,42</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.550.000,00</b>	<b>1.550.000,00</b>	<b>286.404,47</b>	<b>18,48</b>	<b>1.076.078,22</b>	<b>69,42</b>
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.550.000,00	1.550.000,00	286.404,47	18,48	1.076.078,22	69,42
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.550.000,00	1.550.000,00	286.404,47	18,48	1.076.078,22	69,42

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>Despesas Intra-Orçamentárias</b>	<b>1.658.500,00</b>	<b>1.493.700,00</b>	<b>256.461,05</b>	<b>1.125.888,23</b>	<b>367.811,77</b>	<b>263.656,98</b>	<b>1.099.049,23</b>	<b>394.650,77</b>	<b>964.662,01</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.658.500,00	1.493.700,00	256.461,05	1.125.888,23	367.811,77	263.656,98	1.099.049,23	394.650,77	964.662,01

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.291.815,23

PORTO BELO, 29/09/2015

JOÃO ONEIDES LIRA	RENEU NYLAND	EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO
CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7	COORDENADOR DE CONTROLADOR INTERNO	PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO BAYER BATTISTOTTI  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

29/09/2015 17:37:13 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

## ANEXO 12 RREO - 4º BIMESTRE 2015

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APLICAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	14.948.800,00	14.948.800,00	10.810.413,51	72,32
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	7.198.500,00	7.198.500,00	5.876.843,99	81,64
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	3.490.000,00	3.490.000,00	2.180.657,52	62,48
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.797.000,00	2.797.000,00	1.801.087,64	64,39
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	315.000,00	315.000,00	196.235,91	62,30
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	38.300,00	38.300,00	31.473,70	82,18
Dívida Ativa dos Impostos	850.000,00	850.000,00	479.841,22	56,45
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	260.000,00	260.000,00	244.273,53	93,95
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	22.440.000,00	22.440.000,00	13.865.255,26	61,79
Cota-Parte FPM	13.500.000,00	13.500.000,00	8.140.738,95	60,30
Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	1.457,48	14,57
Cota-Parte IPVA	1.800.000,00	1.800.000,00	1.188.099,55	66,01
Cota-Parte ICMS	7.000.000,00	7.000.000,00	4.446.763,01	63,53
Cota-Parte IPLExportação	100.000,00	100.000,00	69.530,73	69,53
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	30.000,00	30.000,00	18.665,54	62,22
Desoneração ICMS (LC 87/96)	30.000,00	30.000,00	18.665,54	62,22
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APLICAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>37.388.800,00</b>	<b>37.388.800,00</b>	<b>24.675.668,77</b>	<b>66,00</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	3.595.000,00	3.595.000,00	1.560.593,25	43,41
Provenientes da União	3.595.000,00	3.595.000,00	1.560.593,25	43,41
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.000,00	2.000,00	7.542,40	377,12
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>3.597.000,00</b>	<b>3.597.000,00</b>	<b>1.568.135,65</b>	<b>43,60</b>
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100
DESPESAS CORRENTES	9.773.460,00	10.679.623,22	7.845.177,58	73,46
Pessoal e Encargos Sociais	6.104.700,00	6.442.137,62	4.501.999,40	69,88
Outras Despesas Correntes	3.668.760,00	4.237.485,60	3.343.178,18	78,90
			6.738.344,75	63,10
			4.491.781,20	69,73
			2.246.563,55	53,02

Continua 1/4

29/09/2015 15:59:24 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Continuação 2/4

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	1.350.056,00	1.845.777,90	1.108.477,49	60,05	434.594,74	23,55
Investimentos	1.350.056,00	1.845.777,90	1.108.477,49	60,05	434.594,74	23,55
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>11.123.516,00</b>	<b>12.525.401,12</b>	<b>8.953.655,07</b>	<b>71,48</b>	<b>7.172.939,49</b>	<b>57,27</b>
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	3.595.000,00	3.857.377,33	2.569.216,97	28,69	1.813.835,33	25,29
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	3.595.000,00	3.857.377,33	2.569.216,97	28,69	1.813.835,33	25,29
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA-AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>3.595.000,00</b>	<b>3.857.377,33</b>	<b>2.569.216,97</b>	<b>28,69</b>	<b>1.813.835,33</b>	<b>25,29</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>7.528.516,00</b>	<b>8.668.023,79</b>	<b>6.384.438,10</b>	<b>71,31</b>	<b>5.359.104,16</b>	<b>74,71</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>						
<b>(VII%) = (VI / VIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5</b>			<b>21,72</b>			
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x VIIb)/100] 6</b>			<b>1.657.753,84</b>			

Continua 2/4

29/09/2015 15:59:24 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA



Continuação 3/4

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2014		1.021.002,51	20.243,93	421.384,96	599.617,55	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.021.002,51</b>	<b>20.243,93</b>	<b>421.384,96</b>	<b>599.617,55</b>	<b>0,00</b>
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2014		0,00		0,00		0,00
<b>TOTAL (VIII)</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINGULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
		-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	DESPESAS LIQUIDADAS Até Bimestre (m)
Atenção Básica		8.232.616,00	9.281.031,79	6.788.390,21	75,71	5.724.638,98
Assistência Hospitalar e Ambulatorial		2.341.000,00	2.567.392,66	1.901.408,49	21,21	1.213.378,77
Suporte Profilático e Terapêutico		320.000,00	360.487,27	167.603,04	1,87	143.648,41
Vigilância Sanitária		108.200,00	109.200,00	31.515,04	0,35	25.719,04
Vigilância Epidemiológica		136.000,00	221.589,40	77.386,55	0,86	76.797,55
<b>TOTAL</b>		<b>11.137.816,00</b>	<b>12.539.701,12</b>	<b>8.966.303,33</b>	<b>100,00</b>	<b>7.184.182,75</b>

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.<sup>2</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".<sup>3</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$ 

Continua 3/4

29/09/2015 15:59:24 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Continuação 4/4

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

PORTO BELO, 29/09/2015

JOÃO ONEIDES LIRA CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7	RENEU NYLAND COORDENADOR DE CONTROLADOR INTERNO	EVALDO JOSE GUERREIRO PREFEITO MUNICIPAL
--	--	---

ROBERTO BAYER BATTISTOTTI  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

29/09/2015 15:59:24 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

## ANEXO 2 RREO - 4º BIMESTRE 2015

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)			% (d/Total d)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Legislativa	72.725.349,10	86.342.331,52	16.535.210,73	55.431.350,21	98,01	10.327.424,02	36.249.161,26	97,06
Ação Legislativa	1.620.000,00	1.620.000,00	154.842,11	1.493.037,26	2,64	216.764,38	873.933,73	2,34
Judiciária	1.620.000,00	1.620.000,00	154.842,11	1.493.037,26	2,64	216.764,38	873.933,73	2,34
Ação Judiciária	350.000,00	350.000,00	655,64	7.388,84	0,01	21,54	6.754,74	0,02
Administração	350.000,00	350.000,00	655,64	7.388,84	0,01	21,54	6.754,74	0,02
Administração Geral	5.395.000,00	6.097.800,00	737.510,40	4.851.514,13	8,58	1.066.619,71	3.993.529,73	10,69
Administração Financeira	3.868.000,00	4.131.300,00	552.382,61	3.199.495,16	5,66	739.259,94	2.790.672,18	7,47
Previdência do Regime Estatutário	1.427.000,00	1.803.500,00	173.285,53	1.520.895,14	2,89	311.095,59	1.118.609,91	3,00
Segurança Pública	100.000,00	163.000,00	11.842,26	131.123,83	0,23	16.284,18	84.247,64	0,23
Defesa Civil	604.600,00	731.000,00	120.382,97	371.792,71	0,66	145.844,80	301.310,36	0,81
Assistência Social	604.600,00	731.000,00	120.382,97	371.792,71	0,66	145.844,80	301.310,36	0,81
Assistência ao Idoso	1.736.480,00	2.174.300,85	311.863,67	1.492.328,76	2,64	360.698,57	1.202.637,16	3,22
Assistência ao Portador de Deficiência	50.000,00	50.000,00	426,00	3.239,36	0,01	853,72	2.547,36	0,01
Assistência à Criança e ao Adolescente	157.000,00	157.000,00	314,86	154.762,14	0,27	33.135,98	111.000,66	0,30
Assistência Comunitária	258.000,00	329.480,00	105.740,38	179.138,49	0,32	58.806,39	126.512,91	0,34
Previdência Social	1.271.480,00	1.637.820,85	205.382,43	1.155.188,77	2,04	267.902,48	962.576,23	2,58
Previdência do Regime Estatutário	3.730.000,00	3.730.000,00	243.354,62	828.888,80	1,47	243.354,62	828.888,80	2,22
Saúde	3.730.000,00	3.730.000,00	243.354,62	828.888,80	1,47	243.354,62	828.888,80	2,22
Atenção Básica	10.892.816,00	12.294.701,12	2.008.268,90	8.810.138,00	15,58	1.893.066,81	7.028.017,42	18,82
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.987.616,00	9.036.031,79	1.874.161,08	6.632.224,88	11,73	1.493.145,53	5.588.473,65	14,91
Suporte Profilático e Terapêutico	2.341.000,00	2.567.392,66	106.910,03	1.901.408,49	3,36	357.450,55	1.213.378,77	3,25
Vigilância Sanitária	320.000,00	360.487,27	391,08	167.603,04	0,30	11.101,22	143.648,41	0,38
Vigilância Epidemiológica	108.200,00	109.200,00	1.868,00	31.515,04	0,06	7.052,80	25.719,04	0,07
Educação	136.000,00	221.589,40	24.938,71	77.386,55	0,14	24.349,71	76.797,55	0,21
Alimentação e Nutrição	21.590.979,10	23.156.639,34	2.937.572,34	14.167.978,62	25,05	3.387.536,73	12.106.994,61	32,42
Educação Infantil	972.668,00	1.147.663,94	0,00	1.006.731,19	1,78	150.211,97	633.403,85	1,70
Educação de Jovens e Adultos	14.604.522,00	15.427.978,45	1.735.079,56	8.157.193,86	14,42	2.010.015,99	6.793.725,85	18,19
	1.623,90	1.623,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5.911.165,20	6.460.373,05	1.202.492,78	4.902.963,57	8,67	1.207.308,77	4.638.764,91	12,42
	13.000,00	13.000,00	0,00	1.100,00	0,00	0,00	1.100,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Educação	72.725.349,10	86.342.331,52	16.535.210,73	55.431.350,21	30.910.981,31	10.327.424,02	36.249.161,26	97,06
Educação Especial	21.590.979,10	23.156.639,34	2.937.572,34	14.167.978,62	8.988.660,72	3.387.536,73	12.106.994,61	32,42
Cultura	88.000,00	106.000,00	0,00	100.000,00	6.000,00	20.000,00	40.000,00	0,11
Difusão Cultural	667.500,00	701.500,00	94.526,50	587.878,76	113.621,24	185.305,50	492.424,04	1,32
Direitos da Cidadania	667.500,00	701.500,00	94.526,50	587.878,76	113.621,24	185.305,50	492.424,04	1,32
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	11.000,00	11.000,00	0,00	354,00	10.646,00	354,00	354,00	0,00
Urbanismo	11.000,00	11.000,00	0,00	354,00	10.646,00	354,00	354,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	17.273.700,00	25.685.612,20	9.149.866,22	17.870.558,04	7.815.054,16	1.975.624,64	5.937.279,36	15,90
Serviços Urbanos	12.452.700,00	19.920.612,20	8.735.635,30	13.313.113,31	6.607.498,89	1.046.575,74	2.147.340,97	5,75
Habituação	4.821.000,00	5.765.000,00	414.230,92	4.557.444,73	1.207.555,27	929.048,90	3.789.938,39	10,15
Habituação Urbana	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	671.000,00	738.000,00	3.265,00	663.709,58	74.290,42	106.735,21	621.980,33	1,67
Gestão Ambiental	671.000,00	738.000,00	3.265,00	663.709,58	74.290,42	106.735,21	621.980,33	1,67
Preservação e Conservação Ambiental	767.500,00	881.500,00	71.828,65	636.345,74	245.154,26	138.888,73	503.684,72	1,35
Recuperação de Áreas Degradadas	757.500,00	871.500,00	71.828,65	636.345,74	235.154,26	138.888,73	503.684,72	1,35
Agricultura	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	794.000,00	794.000,00	94.382,07	442.831,49	351.168,51	116.177,86	416.115,10	1,11
Comércio e Serviços	794.000,00	794.000,00	94.382,07	442.831,49	351.168,51	116.177,86	416.115,10	1,11
Turismo	3.657.200,00	4.320.704,01	455.409,22	1.517.934,24	2.802.769,77	193.540,91	769.474,20	2,06
Desporto e Lazer	3.657.200,00	4.320.704,01	455.409,22	1.517.934,24	2.802.769,77	193.540,91	769.474,20	2,06
Desporto Comunitário	837.000,00	929.000,00	57.845,68	389.064,09	539.935,91	69.624,91	347.532,00	0,93
Encargos Especiais	837.000,00	929.000,00	57.845,68	389.064,09	539.935,91	69.624,91	347.532,00	0,93
Serviço da Dívida Interna	1.576.574,00	1.576.574,00	93.636,74	1.299.807,15	276.966,85	227.232,10	818.250,96	2,19
Outras Transferências	1.054.764,00	1.054.764,00	93.636,74	777.797,15	276.966,85	146.390,77	501.939,35	1,34
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	521.810,00	521.810,00	0,00	521.810,00	0,00	80.841,33	316.311,61	0,85
	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Legislativa	1.658.500,00	1.493.700,00	256.461,05	1.125.888,23	367.811,77	263.656,98	1.099.049,23	2,94
Ação Legislativa	60.000,00	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00	7.195,93	33.161,00	0,09
	60.000,00	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00	7.195,93	33.161,00	0,09

Continuação 2/4

Continuação 3/4

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.658.500,00	1.493.700,00	256.461,05	1.125.888,23	1,99	263.656,98	1.099.049,23	2,94
	210.000,00	199.000,00	30.635,17	124.098,68	0,22	30.635,17	124.098,68	0,33
	139.000,00	128.000,00	19.847,35	78.715,61	0,14	19.847,35	78.715,61	0,21
	70.000,00	70.000,00	10.787,82	44.388,46	0,08	10.787,82	44.388,46	0,12
	1.000,00	1.000,00	0,00	994,61	0,00	0,00	994,61	0,00
	63.000,00	67.500,00	7.463,78	49.503,09	0,09	7.463,78	49.503,09	0,13
	63.000,00	67.500,00	7.463,78	49.503,09	0,09	7.463,78	49.503,09	0,13
	245.000,00	245.000,00	39.324,31	156.165,33	0,28	39.324,31	156.165,33	0,42
	245.000,00	245.000,00	39.324,31	156.165,33	0,28	39.324,31	156.165,33	0,42
	905.000,00	749.000,00	152.110,05	630.759,38	1,12	152.110,05	630.759,38	1,69
	595.000,00	485.000,00	104.715,65	429.976,90	0,76	104.715,65	429.976,90	1,15
	310.000,00	264.000,00	47.394,40	200.782,48	0,36	47.394,40	200.782,48	0,54
	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	132.000,00	132.000,00	19.375,62	78.733,41	0,14	19.375,62	78.733,41	0,21
	24.000,00	24.000,00	2.445,79	9.099,03	0,02	2.445,79	9.099,03	0,02
	108.000,00	108.000,00	16.929,83	69.634,38	0,12	16.929,83	69.634,38	0,19
	10.000,00	10.000,00	2.198,54	7.712,11	0,01	2.198,54	7.712,11	0,02
	10.000,00	10.000,00	2.198,54	7.712,11	0,01	2.198,54	7.712,11	0,02
Preservação e Conservação Ambiental	27.000,00	27.000,00	4.832,54	16.832,07	0,03	4.832,54	16.832,07	0,05
	27.000,00	27.000,00	4.832,54	16.832,07	0,03	4.832,54	16.832,07	0,05
	5.000,00	3.700,00	521,04	2.084,16	0,00	521,04	2.084,16	0,01
	5.000,00	3.700,00	521,04	2.084,16	0,00	521,04	2.084,16	0,01

Continuação 3/4

29/09/2015 17:43:25 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Continuação 4/4

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	1.658.500,00	1.493.700,00	256.461,05	1.125.888,23	367.811,77	263.656,98	1.099.049,23	394.650,77
Desporto e Lazer	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	74.383.849,10	87.836.031,52	16.791.671,78	56.557.238,44	31.278.793,08	10.591.081,00	37.348.210,49	50.487.821,03

FONTE:

PORTO BELO, 29/09/2015

JOÃO ONEIDES LIRA	RENEU NYLAND	EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO
CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7	COORDENADOR DE CONTROLADOR INTERNO	PREFEITO MUNICIPAL
ROBERTO BAYER BATTISTOTTI		
SECRETÁRIO DA FAZENDA		

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



**ANEXO 8 RREO - 4º BIMESTRE 2015**

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	14.948.800,00	14.948.800,00	10.810.413,51	72,32
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	8.268.500,00	8.268.500,00	6.803.970,32	79,87
1.1.1- IPTU	7.200.000,00	7.200.000,00	5.877.759,19	81,64
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	20.000,00	20.000,00	23.440,67	117,20
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	800.000,00	800.000,00	465.682,97	58,21
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	250.000,00	250.000,00	238.002,69	95,20
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(1.500,00)	(1.500,00)	(915,20)	61,01
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	3.490.300,00	3.490.300,00	2.180.675,52	62,48
1.2.1- ITBI	3.500.000,00	3.500.000,00	2.180.657,52	62,30
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	300,00	300,00	18,00	6,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	(10.000,00)	(10.000,00)	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.875.000,00	2.875.000,00	1.829.531,76	63,64
1.3.1- ISS	2.800.000,00	2.800.000,00	1.805.030,21	64,47
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	18.000,00	18.000,00	8.015,03	44,53
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	50.000,00	50.000,00	14.158,25	28,32
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	10.000,00	10.000,00	6.270,84	62,71
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(3.000,00)	(3.000,00)	(3.942,57)	131,42
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	315.000,00	315.000,00	196.235,91	62,30
1.4.1- IRRF	315.000,00	315.000,00	196.235,91	62,30
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	22.440.000,00	22.440.000,00	14.004.706,98	62,41
2.1- Cota-Parte FPM	13.500.000,00	13.500.000,00	8.280.190,67	61,33
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	13.500.000,00	13.500.000,00	8.140.738,95	60,30
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	139.451,72	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.000.000,00	7.000.000,00	4.446.763,01	63,53
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	30.000,00	30.000,00	18.665,54	62,22
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	100.000,00	100.000,00	69.530,73	69,53
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	1.457,48	14,57
2.6- Cota-Parte IPVA	1.800.000,00	1.800.000,00	1.188.099,55	66,01
2.7- Cota-Parte ICF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>37.388.800,00</b>	<b>37.388.800,00</b>	<b>24.815.120,49</b>	<b>66,37</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	1.023.000,00	1.023.000,00	882.273,74	86,24
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.000.000,00	1.000.000,00	832.369,24	83,24
5.2- Transferências Diretas - PDDE	1.500,00	1.500,00	1.140,00	76,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - FNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	21.500,00	21.500,00	48.764,50	226,81
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	-	0,00	196,68	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	196,68	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	380.000,00	380.000,00	266.830,59	70,22
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.403.000,00</b>	<b>1.403.000,00</b>	<b>1.149.301,01</b>	<b>81,92</b>
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	4.368.000,00	4.368.000,00	2.773.126,41	63,49
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.600.000,00	2.600.000,00	1.628.147,60	62,62
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.400.000,00	1.400.000,00	889.351,89	63,53
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	6.000,00	6.000,00	3.733,07	62,22
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	20.000,00	20.000,00	13.906,16	69,53
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	291,47	14,57
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	340.000,00	340.000,00	237.696,22	69,91
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	10.230.000,00	10.230.000,00	6.631.680,15	64,83
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	10.200.000,00	10.200.000,00	6.610.902,93	64,81
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	30.000,00	30.000,00	20.777,22	69,26
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	<b>5.832.000,00</b>	<b>5.832.000,00</b>	<b>3.837.776,52</b>	<b>65,81</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>				

29/09/2015 16:08:52 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	8.180.000,00	8.237.530,00	5.751.074,00	69,82	5.751.074,00	69,82
13.1- Com Educação Infantil	3.480.000,00	3.480.000,00	2.691.572,56	77,34	2.691.572,56	77,34
13.2- Com Ensino Fundamental	4.700.000,00	4.757.530,00	3.059.501,44	64,31	3.059.501,44	64,31
14- OUTRAS DESPESAS	2.050.000,00	2.050.000,00	1.155.414,64	56,36	1.155.414,64	56,36
14.1- Com Educação Infantil	812.000,00	812.000,00	658.028,77	81,04	658.028,77	81,04
14.2- Com Ensino Fundamental	1.238.000,00	1.238.000,00	497.385,87	40,18	497.385,87	40,18
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	10.230.000,00	10.287.530,00	6.906.488,64	67,13	6.906.488,64	67,13
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						57.530,00
17.1 - FUNDEB 60%						57.530,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						57.530,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						6.848.958,64
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						85,85
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério¹ (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						17,42
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-3,28
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						57.530,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015²						57.530,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	9.347.200,00		9.347.200,00		6.203.780,12	66,37
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	5.232.000,00	5.127.012,00	4.121.263,62	80,38	3.982.043,85	77,67
23.1- Creche	550.000,00	550.000,00	549.867,81	99,98	410.648,04	74,66
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	550.000,00	550.000,00	549.867,81	99,98	410.648,04	74,66
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	10.543.032,00	10.705.560,00	7.559.405,97	70,61	7.076.654,84	66,10
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.938.000,00	5.995.530,00	3.556.887,31	59,33	3.556.887,31	59,33
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.605.032,00	4.710.020,00	4.002.518,66	84,98	3.519.767,53	74,73
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	15.775.032,00	15.832.562,00	11.680.669,59	73,78	11.058.698,69	69,85
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						3.837.776,52
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)						20.777,22
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						54.653,50
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						57.530,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						3.970.737,24
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						7.087.961,45
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						28,56
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.020.000,00	1.430.450,87	874.520,59	61,14	613.055,64	42,86
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	5.870.947,10	6.812.626,47	2.334.021,21	34,26	1.154.176,22	16,94
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	6.890.947,10	8.243.077,34	3.208.541,80	38,92	1.767.231,86	21,44
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	22.665.979,10	24.075.639,34	14.889.211,39	61,84	12.825.930,55	53,27

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (I)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		61.139,99	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		6.810.902,93	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		6.632.182,77	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		6.632.182,77	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		20.777,22	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		60.637,37	0,00

PORTO BELO, 29/09/2015

JOÃO ONEIDES LIRA  
CONTADOR - CRC/SC 028.270/0 - 7

RENEU NYLAND  
COORDENADOR DE CONTROLADOR INTERNO

EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO  
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO BAYER BATTISTOTTI  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

FONTE:

\* Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 792/2015

DECRETO Nº 792, de 23 de outubro de 2015.  
Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Decreto nº 765, de 02 de setembro de 2015, que estabelece medidas administrativas para a recondução da Despesa com Pessoal ao limite legal, no âmbito dos órgãos do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO que os gastos com pessoal encontram-se acima do limite prudencial – 51% (cinquenta e um por cento), permitido por Lei,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA LUIZ VICENTE KROETZ, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Manutenção de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir de 30 de outubro de 2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 23 de outubro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### EXTRATO DE CONTRATO 024/2015 - FUNREBOM

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 024/2015 - FUNREBOM  
Partes: Município de Porto União e Fênix Informática e Telefonia Ltda – ME.  
Objeto: Aquisição de equipamentos de informática para uso do aplicativo Firecast (aplicativo móvel com comunicação direta ao Sistema E-Bombeiro).  
Valor Total: R\$ 2.040,00 (dois mil e quarenta reais).  
Vigência: 12 (doze) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 017/2015 - FUNREBOM, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 15 de outubro de 2015.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal

Fênix Informática e Telefonia Ltda – ME.  
Contratada

### EXTRATO DE CONTRATO 025/2015 - FUNREBOM

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 025/2015 - FUNREBOM  
Partes: Município de Porto União e Vinicius Guilherme dos Santos Informática – ME.  
Objeto: Aquisição de equipamentos de informática para uso do aplicativo Firecast (aplicativo móvel com comunicação direta ao Sistema E-Bombeiro).  
Valor Total: R\$ 6.173,00 (seis mil cento e setenta e três reais).  
Vigência: 12 (doze) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 017/2015 - FUNREBOM, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 15 de outubro de 2015.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal

Vinicius Guilherme dos Santos Informática – ME.  
Contratada

### EXTRATO DE CONTRATO 097/2015 - SAÚDE

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 097/2015 - SAÚDE  
Partes: Município de Porto União e Comercial de Móveis Máquinas Aparelhos e Utensílios Humaitá Ltda.  
Objeto: Aquisição de mobiliário destinado à estruturação do Posto de Saúde Bela Vista.  
Valor Total: R\$ 11.099,92 (onze mil e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).  
Vigência: 06 (seis) meses.  
Base legal: Pregão Eletrônico 010/2015 - SAÚDE, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 16 de outubro de 2015.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal

Comercial de Móveis Máquinas Aparelhos e Utensílios Humaitá Ltda.  
Contratada

### EXTRATO DE CONTRATO 098/2015 - SAÚDE

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 098/2015 - SAÚDE  
Partes: Município de Porto União e Duca Móveis Ltda – EPP.  
Objeto: Aquisição de mobiliário destinado à estruturação do Posto de Saúde Bela Vista.  
Valor Total: R\$ 5.664,29 (cinco mil seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte e nove centavos).  
Vigência: 06 (seis) meses.  
Base legal: Pregão Eletrônico 010/2015 - SAÚDE, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 16 de outubro de 2015.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal

Duca Móveis Ltda – EPP.  
Contratada

**EXTRATO DE CONTRATO 099/2015 - SAÚDE**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 099/2015 - SAÚDE  
Partes: Município de Porto União e VW Comércio Atacadista Ltda.  
Objeto: Aquisição de mobiliário destinado à estruturação do Posto de Saúde Bela Vista.  
Valor Total: R\$ 6.350,00 (seis mil trezentos e cinquenta reais).  
Vigência: 06 (seis) meses.  
Base legal: Pregão Eletrônico 010/2015 - SAÚDE, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 16 de outubro de 2015.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal

VW Comércio Atacadista Ltda.  
Contratada

**EXTRATO DE CONTRATO 100/2015 - SAÚDE**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 100/2015 - SAÚDE  
Partes: Município de Porto União e Celi Produtos de Aço Ltda.  
Objeto: Aquisição de mobiliário destinado à estruturação do Posto de Saúde Bela Vista.  
Valor Total: R\$ 3.840,00 (três mil oitocentos e quarenta reais).  
Vigência: 06 (seis) meses.  
Base legal: Pregão Eletrônico 010/2015 - SAÚDE, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 16 de outubro de 2015.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal

Celi Produtos de Aço Ltda.  
Contratada

**EXTRATO DE CONTRATO 101/2015 - SAÚDE**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 101/2015 - SAÚDE  
Partes: Município de Porto União e E. D. Azambuja & Cia Ltda.  
Objeto: Aquisição de mobiliário destinado à estruturação do Posto de Saúde Bela Vista.  
Valor Total: R\$ 1.272,00 (Um mil duzentos e setenta e dois reais).  
Vigência: 06 (seis) meses.  
Base legal: Pregão Eletrônico 010/2015 - SAÚDE, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 16 de outubro de 2015.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal

E. D. Azambuja & Cia Ltda.  
Contratada

**EXTRATO DE CONTRATO 102/2015 - SAÚDE**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 102/2015 - SAÚDE  
Partes: Município de Porto União e VMLX Comércio de Equipamentos Eletroeletrônicos Ltda – ME.  
Objeto: Aquisição de mobiliário destinado à estruturação do Posto de Saúde Bela Vista.  
Valor Total: R\$ 17.480,00 (dezessete mil quatrocentos e oitenta

reais).  
Vigência: 06 (seis) meses.  
Base legal: Pregão Eletrônico 010/2015 - SAÚDE, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 16 de outubro de 2015.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal

VMLX Comércio de Equipamentos Eletroeletrônicos Ltda – ME.  
Contratada

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 011/2015 - SAÚDE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 078/2015 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 011/2015 – Registro de Preços.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico, com adjudicação por menor preço por item, para registro de preços para aquisição de suplementos alimentares destinados para pacientes carentes usuários do SUS. Somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.cidadecompras.com.br" até às 13h00min do dia 13 de novembro de 2015, com início da mesma às 13h30min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.cidadecompas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 29 de outubro de 2015.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 048/2015 - SAÚDE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 077/2015- Fundo Municipal de Saúde  
Extrato de Edital de Pregão Presencial 048/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de material de artesanato para Oficina de Terapia Ocupacional do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 13 de novembro de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 29 de outubro de 2015.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS  
004/2015 - SAÚDE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 079/2015- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato de Edital de Tomada de Preços 004/2015 – Registro de Preços

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço por lote, para registro de preços para contratação de clínica/laboratório para realização de exames. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 17 de novembro de 2015 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes no mesmo local, dia e hora. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 29 de outubro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO  
010/2015 - SAÚDE**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 065/2015 – SAÚDE

Pregão Eletrônico 010/2015

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas Comercial de Móveis Máquinas Aparelhos e Utensílios Humaitá Ltda,

Duca Móveis Ltda – EPP,

VW Comércio Atacadista Ltda,

Celi Produtos de Aço Ltda,

E. D. Azambuja &amp; Cia Ltda e

VMLX Comércio de Equipamentos Eletroeletrônicos Ltda – ME.

Porto União SC, 16 de outubro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL  
017/2015 - FUNREBOM**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 019/2015 – FUNREBOM

Pregão Presencial 017/2015

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Fênix Informática e Telefonia Ltda – ME e

Vinicius Guilherme dos Santos Informática – ME.

Porto União SC, 15 de outubro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal



# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 02 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE POUSO REDONDO

EXTRATO CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO n. 02 /2015

PROCESSO n. 049/2015

Contrato Nº. 035/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO-ESPECIALIZADOS DE ORGANIZAÇÃO E PROMOÇÃO DE TESTE SELETIVO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA DIVERSOS CARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Contratado: INSTITUTO BARRIGA VERDE - IOBV

Valor do contrato R\$ 7.800,00 (Sete mil e oitocentos reais).

Data assinatura: 28 de Outubro de 2015.

Pouso Redondo, 29 de Outubro de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### PORTARIA 351/2015

PORTARIA Nº. 351 de 14 DE OUTUBRO DE 2015.  
CONCEDE LICENÇA COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o Art. 137 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, baixa a seguinte:

#### PORTARIA

Art. 1.º Fica concedido ao servidor VALDENIR BURG, Operador de Equipamentos, Licença para Tratar de Assuntos Particulares, sem remuneração, pelo período máximo de 02 (dois) anos, solicitada pela mesma através do requerimento em anexo.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 14 de Outubro de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA 352/2015

PORTARIA Nº. 352 DE 19 DE OUTUBRO DE 2015.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:

#### PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a LUCIANO TOMIO, Técnico em Enfermagem, pelo período de 29 de Outubro de 2015 a 17 de Novembro de 2015, relativo ao período aquisitivo de 16/12/2013 à 15/12/2014.

Parágrafo Único – Em conformidade com a Art. 115, § 6º da Lei Complementar Nº. 001/2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, os 10 (dez) Primeiros dias de suas férias foram indenizados.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 19 de Outubro de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA 353/2015

PORTARIA Nº 353 DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.  
ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO DIFERENCIADO DE SERVIDOR COMO ESPECIFICA.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina o Art. 18, § 3º da Lei Complementar Nº 001/2002 de 18/12/2002 e ainda,

#### RESOLVE

Art. 1º - Estabelecer horário diferenciado de trabalho a servidora municipal ROZE CLER LESKE, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, como segue:

SEGUNDA-FEIRA A SEXTA FEIRA
-----------------------------

Das 07h30min às 12h30min
--------------------------

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 26 de Outubro de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA 354/2015

PORTARIA Nº 354 DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.  
ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO DIFERENCIADO DE SERVIDOR COMO ESPECIFICA.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina o Art. 18, § 3º da Lei Complementar Nº 001/2002 de 18/12/2002 e ainda,

#### RESOLVE

Art. 1º - Estabelecer horário diferenciado de trabalho ao servidor municipal NILTON SCHMITZ, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, como segue:

SEGUNDA-FEIRA A SEXTA FEIRA
-----------------------------

Das 07h30min às 12h30min
--------------------------

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 26 de Outubro de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA 355/2015

PORTARIA Nº. 355 DE 28 DE OUTUBRO DE 2015.  
"APLICA PENA DE ADVERTÊNCIA A SERVIDOR, COMO ESPECIFICA."

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 173, c/c art. 210 da Lei Complementar Nº. 001/2002; e, CONSIDERANDO, o relatório final da Comissão de Processo Disciplinar Nº 02/2015, que opina pela aplicação da pena de advertência em desfavor do servidor abaixo qualificado, consoante no que dispõe o artigo 163, incisos VII, 164, inciso XII da Lei Complementar 001/2002, baixa a seguinte:

#### PORTARIA

Art. 1º. Fica APLICADA a pena de ADVERTÊNCIA, a servidora ELIANE E. KOCHANISKI, matrícula nº. 892.3-01, ocupante do cargo de Merendeira.

Parágrafo Único - A repetição de procedimentos como este poderá ser considerada como ato faltoso, passível de demissão, devendo ser observadas as normas reguladoras do funcionalismo público, em especial a Lei Complementar nº. 001/2002.

Art. 2º. Compete ao Responsável pelo Setor de Recursos Humanos proceder a anotação na "ficha funcional" do servidor da penalidade aqui aplicada.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, em 28 de Outubro de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI  
Prefeito Municipal.

**DECRETO 87/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0\*\* 47 3362-1108 - Fax: 0\*\* 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1478

Ano lei : 2015

Data Lei: 27/10/2015

DECRETO Nº 87, de 27 de outubro de 2015

Dispõe sobre a abertura de Crédito Especial

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de dezembro de 2014.

**DECRETA:**

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 8.000,00 ( oito mil reais ), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO DE EDUCACAO 05.001.0012.0361.1501.2010.3190000000  
0000.01320100 8.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo

valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação :  
R\$8.000,00 ( oito mil reais )

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO DE EDUCACAO 05.001.0012.0361.1501.1001.4490000000  
0000.01320100 8.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 27 de outubro de 2015

ANTONIO F. COMANDOLI

ALINE L. TILLMANN

Prefeito Municipal

Contadora

# Rio do Sul

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 4893, DE 31 DE AGOSTO DE 2015.**

DECRETO Nº 4893, de 31 de agosto de 2015.  
"EXONERA E NOMEIA JOANNA PELLIZZETTI".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Fica exonerada, a partir de 01/10/2015, a servidora JOANNA PELLIZZETTI, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Turismo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo. E nomeada, para a partir de 02/10/2015, exercer as atribuições do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Pecuária da Secretaria Municipal de Agricultura, nos termos do § 6º, do Art. 55, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

31 de agosto de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

**DECRETO Nº 4915, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 4915, de 25 de setembro 2015.  
"NOMEIA JULIANA MICHELE SCHNEIDER HILCHER"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Nomear JULIANA MICHELE SCHNEIDER HILCHER, para a partir de 01/10/2015, exercer o cargo em comissão de Chefe Divisão Proteção Social Especial, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

25 de setembro 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

**DECRETO Nº 4976, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 4976, de 28 de outubro de 2015.  
"EXONERA ELISA GABRIELA ROUSSENQ".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

**DECRETA:**

Art.1º- Fica exonerada, a partir de 30/10/2015, a servidora ELISA GABRIELA ROUSSENQ, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do § 6º, do Art. 55, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

28 de outubro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

**DECRETO Nº 4977, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 4977, de 28 de outubro 2015.  
"NOMEIA FABIOLA KREUSCH"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Nomear FABIOLA KREUSCH, para a partir de 03/11/2015, exercer o cargo em comissão de Chefe Divisão Odontologia nos termos do § 6º, do Art. 55, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

28 de outubro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

**DECRETO Nº 4978, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 4978, de 28 de outubro 2015.

"NOMEIA LUCIANO JAEHN"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

**DECRETA:**

Art.1º - Nomear LUCIANO JAEHN, para a partir de 03/11/2015, exercer o cargo em comissão de Diretor Departamento Vigilância Sanitária, nos termos do § 6º, do Art. 55, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

28 de outubro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/15**

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/15.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE x DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Genesio Tenfen	xxx.646.569-xx	134770
Celia da Silva Ebele	xxx.009.759-xx	51387
Ivanir Alegri Dias	xxx.729.859-xx	114396
Vilson Ossemer	xxx.114.799-xx	145070
Valter Pasqualini	xxx.878.439-xx	131631
Jucinei Vieira	xxx.177.679-xx	154529
Luciano Junior Esposito	xxx.212.959-xx	152766

Rio do Sul, 28 de Outubro de 2015

LEONICE WITTE

Protocolo Geral

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal da Fazenda

**PORTARIA Nº 0785/RH**

PORTARIA N. 0785/RH

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 37, inciso II, da Lei Orgânica do Município e, considerando o Memorando Interno CI Nº 071/2015, e demais documentos em anexo,

**RESOLVE:**

Art. 1º Determinar a instauração do Processo Administrativo

Especial n. 003/2015 para apurar os fatos, eventuais irregularidades e responsabilidades, relatados no Memorando supracitado, envolvendo a construção, fiscalização, posterior ruptura e contratação de profissional para reparar e reconstruir o Muro de Contenção do CRAS – Santa Rita.

Art. 2º Constituir, a Comissão de Processo Administrativo n. 003/2015, composta pelos seguintes servidores:

- a) Vanessa Fey, matrícula n. 104264-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- b) José Luiz do Nascimento, matrícula n. 76074-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Tributos;
- c) Jean Marco Pegoraro, matrícula n. 173436-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Desenhista.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 14 de outubro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PORTARIA Nº 0843/RH**

PORTARIA N. 0843/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora ANA GABRIELA DE SOUZA MENDES, matrícula n. 255440-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro, o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 156006/2015, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2015, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PORTARIA Nº 0844/RH**

PORTARIA N. 0844/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora ANA GABRIELA DE SOUZA MENDES, matrícula n. 255440-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do curso de Pós-Graduação "Lato Sensu" em Enfermagem em Pediatria e Neonatologia, no processo n. 156005/2015, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2015, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PORTARIA Nº 0845/RH**

PORTARIA N. 0845/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora NADIR MARCHI, matrícula n. 76155-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde, o segundo Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do curso de Pós-Graduação "Lato Sensu" em Gestão e Educação Ambiental, no processo n. 155985/2015, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2015, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PORTARIA Nº 0846/RH**

PORTARIA N. 0846/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor JEFFERSON OLIMPIO TAMBOSI, matrícula n. 75795-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, o segundo Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do curso de Graduação em Administração, no processo n. 155986/2015, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2015, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

**PREGÃO PRESENCIAL 100/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2015

OBJETO: Contratação de instituição de ensino superior ou empresa vinculada a instituição de ensino superior especializada em elaboração e aplicação de Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas e formação de Cadastro Reserva para as funções de Professor e Pedagogo, em caráter temporário do Município de Rio do Sul, em conformidade com a Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores e Lei Complementar n. 075 de 20 de novembro de 2001 e alterações posteriores e Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002 e alterações e demais disposições legais aplicáveis, em conformidade ainda com as especificações e condições do termo de referência (ANEXO 5) do edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 13/11/2015, às 08:30h. no endereço abaixo, na sala de licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 13/11/2015, no endereço abaixo, na sala de licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Licitações.

Rio do Sul (SC), 29 de outubro de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração



**RESUMO DO ADITIVO 085/2015**

1º TERMO ADITIVO Nº 085/2015 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 044/2015, REFERENTE EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO EM ASFALTO, DRENAGEM E PASSEIOS DO TREVO DO TABOÃO, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA.

Aos vinte e cinco (25) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA., estabelecida na rua Anita Garibaldi, 373, Sala 01, Centro, no município de Ibirama/SC, CEP 89.140-000, inscrita no CNPJ sob o nº 06.145.928/0001-40, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Marco Adriano Grabowski, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Tomada de Preços nº 044/2015, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 044, datado de 03 de maio de 2015, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO**

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS**

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, com o seu término em 24 de novembro de 2015.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL**

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

**CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES**

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul  
Contratante

CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA

Sr. Marco Adriano Grabowski  
Contratada

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

**RESUMO DO ADITIVO 086/2015**

2º TERMO ADITIVO Nº 086/2015 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 185/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO EM ASFALTO, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO E PASSEIOS DA RUA JOÃO LEDRA, BAIRRO TABOÃO EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA.

Aos vinte e quatro (24) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA., estabelecida na rua Anita Garibaldi, 373, Sala 01, Centro, no município de Ibirama/SC, CEP 89.140-000, inscrita no CNPJ sob o nº 06.145.928/0001-40, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Marco Adriano Grabowski, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Concorrência nº 132/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 185, datado de 28 de outubro de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO**

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS**

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 210 (duzentos e dez) dias, com o seu término em 29 de abril de 2016.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL**

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

**CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES**

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul  
Contratante

CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA

Sr. Marco Adriano Grabowski  
Contratada

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

**RESUMO DO ADITIVO 087/2015**

2º TERMO ADITIVO Nº 087/2015 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 186/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO EM ASFALTO, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO E PASSEIOS DA RUA JOÃO HOFFMANN, BAIRRO FUNDO CANOAS EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA.

Aos vinte e quatro (24) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA., estabelecida na rua Anita Garibaldi, 373, Sala 01, Centro, no município de Ibirama/SC, CEP 89.140-000, inscrita no CNPJ sob o nº 06.145.928/0001-40, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Marco Adriano Grabowski, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Concorrência nº 132/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 186, datado de 28 de outubro de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO**

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS**

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, com o seu término em 31 de dezembro de 2015.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL**

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

**CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES**

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul  
Contratante

CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA

Sr. Marco Adriano Grabowski  
Contratada

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**RETIFICAÇÃO Nº 001 DO EDITAL DE MATRÍCULA 01/15**

RETIFICAÇÃO Nº 001 DO EDITAL DE MATRÍCULA 01/15

REGINA GARCIA FERREIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que o Edital de Matrícula 01/15, sofreu as seguintes alterações:

Art 1º – Retifica-se as alíneas d) e h) do dispositivo 5.2.3, que passa a ser considerado como segue:

5.2.3 Para efetivação de matrículas novas serão necessários os seguintes documentos:

(...)

d) Cópia do comprovante de residência;

(Redação anterior: Cópia do comprovante de residência e/ou local de trabalho dos pais).

(...)

h) Atestado de frequência e histórico escolar, no caso de aluno transferido.

(Redação anterior: Atestado de vaga e histórico escolar, no caso de aluno transferido).

(...)

Art 2º – Acrescenta-se o dispositivo 5.3 e o item 5.3.1, com a seguinte redação:

**5.3 DA ATUALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS**

5.3.1 Para as rematrículas, deverão ser atualizados os seguintes documentos: cópia de comprovante de residência e cópia da carteira de vacinação da criança, para as rematrículas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, e se trabalhador formal, os três últimos recibos de pagamento, e para trabalhador informal, declaração, para as rematrículas da Educação Infantil.

Rio do Sul, 28 de outubro de 2015.

Regina Garcia Ferreira

Secretária Municipal de Educação

**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - DIEGO JACOMINI**

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) DIEGO JACOMINI, nomeado (a) pela Portaria n. 0704/RH, de 09/09/2015, publicada no DOM na data de 11/09/2015, para exercer o cargo efetivo de Professor – Informática, Nível III, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores. Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 10/11/2015. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 26 de outubro de 2015.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 868/2015**

PORTARIA Nº 868, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015

Exonera a Assessora Parlamentar Jaine Mazzini Floriano Serafim

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

**EXONERAR:**

Art. 1º A partir de 03 de novembro de 2015, JAINE MAZZINI FLORIANO SERAFIM, ocupante do cargo de provimento em Comissão, Assessora Parlamentar - Padrão CC-1, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de outubro de 2015.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

**PORTARIA Nº 869/2015**

PORTARIA Nº 869, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015

Nomeia a Assessora Parlamentar Aneide Catafesta

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

**NOMEAR:**

Art. 1º A partir de 03 de novembro de 2015, ANEIDE CATAFESTA, para ocupar o cargo de provimento em Comissão, Assessor Parlamentar – Padrão CC-1, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de outubro de 2015.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### LEI Nº 1.553, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015

LEI Nº 1.553, DE 28 de outubro de 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar Conjunto Habitacional Divino Pai Eterno e doar bens imóveis para fins de habitação e de Interesse Social e dá outras providências.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Conjunto Habitacional Divino Pai Eterno, que compreende área do Município matriculada no Cartório de Registro de Imóveis sob o nº 5.971, com a área total de 28.492,12 m² (vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e dois metros e doze decímetros quadrados), situado no Bairro Escolar (próximo ao Loteamento Jardim Magda), declarado de utilidade pública e área de interesse social.

Parágrafo Único. A implantação visa propiciar a famílias de baixa renda acesso a moradia e deverá atender a Constituição Federal, Lei de Parcelamento do Solo, Lei Minha Casa Minha Vida e demais Normas Ambientais, infraconstitucionais, federais e estaduais.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir por meio de alienação a título gratuito (doação) aos mutuários contemplados, os terrenos onde serão construídas as moradias, sendo que, estas moradias serão construídas mediante contrato de financiamento habitacional, dispensado processo licitatório, nos termos do artigo 17, inciso I, alínea "b", da Lei nº. 8.666/93.

Parágrafo Único. Os contratos de financiamento habitacional serão firmados pelos beneficiários com aos agentes operadores Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, com base no Programa Minha Casa Minha Vida, Faixa II.

Art. 3º. A construção de unidades habitacionais populares objeto da presente Lei, é destinada as famílias cadastradas junto ao Departamento de Assistência Social de Salto Veloso, órgão vinculado a Secretaria de Saúde e Assistência Social, que possuam renda mínima familiar de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) e máxima de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Art. 4º. O Conselho Municipal de Habitação é competente para dirigir quaisquer situações que ensejem parecer sobre os critérios de seleção de beneficiários a serem contemplados com os lotes.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas demais disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 28 de outubro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 015, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 015, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015.

NOMEAR MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO ORGANIZADORA DA FESTA DO 54º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO .

O Prefeito do Município de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os seguintes integrantes para compor a comissão organizadora da 54º Aniversário do Município de Salto Veloso:

- Presidente: Geraldo Antonio de Bortoli;
- Coordenador Geral: Pedro Sezi Silva;
- Secretário: Rudinei Muller
- Tesoureiro: Orlando Abati

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos imediatos.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 28 de outubro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA  
Secretário de Administração

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 132/2015

DECRETO Nº 132, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

Determina a anulação parcial do empenho global n. 258/2015 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito do Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente anulado parcialmente o empenho global n. 258/2015, excluindo-se da reserva de créditos o montante de R\$ 3.000,00 (três mil reais) referente às unidades/parcelas de março e abril de 2015, em virtude de ausência de prestação de serviços no período.

Art. 2º. Ficam também cancelados os pagamentos das mesmas parcelas/unidades do contrato n. 016/2015.

Art. 3º Fica o departamento de contabilidade autorizado a efetuar os procedimentos administrativos necessários para a efetivação da medida, relocação e reutilização dos recursos.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogadas as disposições em contrário.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 29 de outubro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

PREFEITO

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### PORTARIAS/SEMED Nº 1922 A 1925/2015

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 1922, de 23 de outubro de 2015. Constitui Comissão Especial para Análise de Cadastros para Educação Infantil.  
Portaria/SEMED nº 1923, de 29 de outubro de 2015. Concede Licença Prêmio. Angela Alexandrina Stipp dos Santos. Auxiliar de Serviços.  
Portaria/SEMED nº 1924, de 29 de outubro de 2015. Concede Licença Prêmio. Maria Doroti Ribas Liebl. Atendente Educativo.  
Portaria/SEMED nº 1925, de 29 de outubro de 2015. Concede Licença Prêmio. Jisele da Silva Vieira. Atendente Educativo.

ALCIONE TERESINHA HINKE  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



# São Domingos

## PREFEITURA

### ATA PREFE N. 032 DDS

#### EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 104/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 039/2015. Objeto AQUISIÇÕES DE LIXEIRAS PARA PRAÇAS, RUAS E OUTROS LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC . Fornecedor Registrado: DDS COMÉRCIO DE LIXEIRAS E PLACAS LTDA., CNPJ n. 05.299.150/0001-61

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
03	AQUISIÇÕES DE LIXEIRAS PARA PRAÇAS, RUAS E OUTROS LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC	R\$87.118,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.  
Vigência da Ata: 29/10/2015 a 29/10/2016  
ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

### ATA PREFE N. 032 GESUL

#### EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 104/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 039/2015. Objeto AQUISIÇÕES DE LIXEIRAS PARA PRAÇAS, RUAS E OUTROS LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC . Fornecedor Registrado: GESUL COMERCIAL LTDA. ME, CNPJ n. 14.711.959/0001-40

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	AQUISIÇÕES DE LIXEIRAS PARA PRAÇAS, RUAS E OUTROS LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC	R\$82.440,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.  
Vigência da Ata: 29/10/2015 a 29/10/2016  
ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

### ATA PREFE N. 032 JEAN PYER

#### EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 104/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 039/2015. Objeto AQUISIÇÕES DE LIXEIRAS PARA PRAÇAS, RUAS E OUTROS LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC . Fornecedor Registrado: JEAN PYER VIVIAN EIRELI - ME, CNPJ n.06.161.649/0001-70

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
03	AQUISIÇÕES DE LIXEIRAS PARA PRAÇAS, RUAS E OUTROS LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC	R\$124.180,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.  
Vigência da Ata: 29/10/2015 a 29/10/2016  
ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

### ATA PREFE N. 032 SULMACRO

#### EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 104/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 039/2015. Objeto AQUISIÇÕES DE LIXEIRAS PARA PRAÇAS, RUAS E OUTROS LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC . Fornecedor Registrado: SULMACRO LIXEIRAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. EPP, CNPJ n. 72.098.312/0001-90

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
02	AQUISIÇÕES DE LIXEIRAS PARA PRAÇAS, RUAS E OUTROS LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC	R\$170.000,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.  
Vigência da Ata: 29/10/2015 a 29/10/2016  
ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

## EDITAL CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA LOA LDO 2016

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Governo Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, com o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, CONVOCA os integrantes da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Fiscalização do Poder Legislativo do Município e convida a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será apresentada a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2016, a ser realizada no dia 05 de novembro de 2015, às 15h00min, tendo como local a Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Getulio Vargas, nº 750, centro, na cidade de São Domingos – SC.

São Domingos, 29 de outubro de 2015.  
Alcimar de Oliveira  
Prefeito Municipal

# **POR 1861 DE 27 10 15 CONVERTE LICENÇA PREMIO EM PECUNIA CONFORME LEI 0045 DE 04 04 12**

PORTARIA Nº 1861, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre Conversão integral da Licença Prêmio em Pecúnia a Servidores Públicos Municipais.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada, Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/12 atualizada e pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12, e;

· Considerando o Art.187 da Lei Complementar 002, de 26/11/2001, onde trata que "a Licença Prêmio prevista em Lei anterior será considerada como direito até a data da aprovação desta Lei, que será calculada proporcionalmente ao tempo de serviço efetivo, com base na Lei que a instituiu";

· Considerando que muitos servidores possuem licenças prêmio por assiduidade vencidas entre os períodos 01/10/1992 a 25/11/2001;

· Considerando a Lei Complementar nº 0011, de 22/12/2006 que alterou o artigo 97, da Lei Complementar nº 002, de 26/11/01, para inclusão do inciso XI criando a Licença Prêmio por Assiduidade;

· Considerando o número de servidores que possuem licença prêmio por assiduidade, vencidas referente ao período de 22/12/2006 a 21/12/2011;

· Considerando o art. 175 e176 da Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012, na qual estabelece que as licenças prêmio, cujas condições legais tenham sido preenchidas até a data de entrada em vigor desta lei, poderão ser convertidas integralmente em pecúnia, por opção do servidor, nos termos da Lei Complementar 0045 de 06/11/2012;

· Considerando os requerimentos dos servidores protocolados manifestando o interesse em transformar a licença prêmio em pecúnia nos termos estabelecidos na Lei Complementar 0045 de 06/11/2012;

· Considerando parecer jurídico sobre a matéria;

· Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam convertidas integralmente em pecúnia as licenças prêmio, cujas condições legais tenham sido preenchidas até a data de entrada em vigor da Lei Complementar nº 0045, de 04 de abril de 2012, por opção do servidor nos termos da Lei supracitada, conforme segue:

NOME	PERÍODOS AQUISITIVOS	QUANTIDADE DE MESES	QUANTIDADE DE PARCELAS	VALOR DE CADA PARCELA (R\$)
Iraci Inês Marmentini Walendorff	01/10/92 a 25/11/01 e 22/12/06 a 22/12/11	07 meses	06	1.592,58
Rozani Fátima Guidini	01/10/92 a 25/11/01 e 22/12/06 a 22/12/11	07 meses	06	1.592,58
Marelize Fátima Comachio Lanzarin	03/12/96 a 25/11/01 e 22/12/06 a 22/12/11	04 mês	06	978,18
Jandira de lima Ceni	03/12/95 a 25/11/01 e 22/12/06 a 22/12/11	04 meses e 18 dias	06	772,87
Lucia Basso Valcarenghi	26/11/96 a 25/11/01 e 22/12/06 a 22/12/11	04 mês	06	948,03
Maria Aurea Hennerick da Costa	02/12/96 a 25/11/01 e 22/12/06 a 22/12/11	04 mês	06	945,30
Marilussi Marmentini	24/11/96 a 25/11/01 e 22/12/06 a 22/12/11	04 mês	06	948,42
Cleci Fátima Trentin	26/11/96 a 25/11/01 e 22/12/06 a 22/12/11	04 mês	06	948,03
Paulo Jung	01/06/97 a 25/11/01 e 22/12/06 a 22/12/11	03 mês	06	1.074,63
Odila Giroto Elger	28/12/94 a 25/11/01 e 22/12/06 a 22/12/11	05 mês e 05 dias	06	1.434,27
Marinês Cenci	01/02/00 a 25/11/01 e 22/12/06 a 22/12/11	02 meses e 03 dias	06	474,19
Eni Maria Zappani	08/05/93 a 25/11/01 e 22/12/06 a 22/12/11	06 meses	06	1.391,73
Elieir Teresinha Agnoletto	28/12/94 a 25/11/01 e 22/12/06 a 22/12/11	05 meses e 05 dias	06	1.033,53

Ari Pertille	12/02/00 a 25/11/01 e 22/12/06 a 22/12/11	02 meses e 03 dias	06	393,80
Vanderléia Goltz	24/03/00 a 25/11/01 e 22/12/06 a 22/12/11	02 meses	06	436,79
Giovana Gomes Gutierrez	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	06	534,47
Gustavo Bortoli Valgoi	22/12/06 a 22/04/12	01 mês	06	593,31
Catia Demarchi Pase	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	06	593,31
Salute Tomazeli kuhn	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	271,90
Paulo Fernandes Lisboa	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	317,30
Anileida Nicolao Pretto	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	453,80
Hellen Suzane Bortolini da Rocha	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	282,04
Vagner Alberto Pase	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	353,70
Gilse Maria Sbardelotto Marmentini	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	353,70
Ivanete Rodrigues Hennerich	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	353,70
Marilu Bocchi de Jesus	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	353,70
Ilse Zatta Zarembski	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	353,70
Loreni Ivonete Cavani Szczepkowski	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	353,70
Marcia Veber	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	353,70
Luiz Carlos Fagundes	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	264,41
Marcia Bigolin Rosalem	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	451,40
Fatima Marin Guerini Zarembski	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	264,41
Silvia Cristina Paris de Moura	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	380,66
Vitorio Brunetto Neto	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	271,90
Primo Brunetto	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	286,97
Nilva Valgoi	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	271,90
Ilma da Veiga Marcondes	22/12/06 a 22/01/12	01 mês	03	271,90
Ana Claudia Barizon Fontana da Luz	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	433,04
Ana de Lurdes de Jesus Wosnes Ceni	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	279,38
Margarete Fátima Corso	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	279,38
Inelso Marmentini	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	346,43
Ana Maria Aiolfi	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	264,41
Neri Ribeiro de Souza	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	264,41
Ivair Rodrigues	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	428,39
Ivani Terezinha Scatolin	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	415,58
Zorilde Chimello Pin	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	290,02
Perci Pais	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	416,91
Adriana Lucia Pretto	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	380,66
Lurdes do Carmo Rosa Lisboa	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	271,90
Cleonice Alves de Oliveira	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	271,90
Margarete Olkoski Scheffer	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	279,38
Ivone Maria Debortoli Orlandi	22/12/06 a 22/02/12	01 mês	03	271,90
Edilio Styburski	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	428,39
Zelindo Peruzzo	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	335,26
Valcir Trindade	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	428,39
Altair Bertozzo	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	486,52
Iraci Svierk Invitti	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	453,80
Salete Lurdes dos Santos Pinheiro	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	453,80
Elia Teresinha Galetti Beldovicz	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	412,55
Emocir Rodrigues Brizola	22/12/06 a 22/01/12	01 mês	03	309,31
Lorita de Fátima de Jesus Bigolin	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	473,82
Neiva Walendorff de Souza	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	309,31
Dirceo Voll	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	301,83
Dileto Styburski	01/08/01 a 25/11/01 22/12/06 a 22/12/11	01 mês e 10 dias	03	456,69
Jose Geraldo Scheffer	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	374,27
Alenize Maria Bertozzo Brunetto	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	473,82
Nair de Fátima Babinski Roell	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	473,82
Lurdes Bigolin Rotava matrícula 308	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	453,80
Lurdes Bigolin Rotava Matrícula 1612	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	353,70

Eliete de Fátima Bertosso matrícula 165	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	473,82
Eliete de Fátima Bertosso matrícula 165	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	353,60
Donato Rodrigues de Souza	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	404,10
Valdir Zanin	22/12/06 a 22/12/11	01 mês	03	508,71
TOTAL				36.560,51

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 27 de outubro de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2015

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Farmácia e Drogaria Simeão LTDA- Me

ORIGEM: Dispensa de Licitação 07/2015

OBJETO: "Compra de medicamento para gestante com gravidez de risco".

VALOR: R\$ 2.100,00

VIGÊNCIA: 30.10.2015 até 29.02.2016

São João do Oeste – 30 de Outubro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

### PP 13/2015-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de pneus para os veículos da secretaria da saúde do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 14:00 horas do dia 12 de Novembro de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 29 de outubro de 2015. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

# São José

## PREFEITURA

### ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 027/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 027/2015 - Processo nº 419/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MURO DE CONTENÇÃO E DRENAGEM NO CENTRO EDUCAÇÃO INFANTIL VILA FORMOSA, NO BAIRRO FORQUILHAS EM SÃO JOSÉ/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 19 de novembro de 2015. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 19 de novembro de 2015, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

### ACÓRDÃO Nº 16/2015

ACÓRDÃO Nº 16/2015

PROCESSO 1234/2014  
REQUERENTE: NEUSA SOARES MARTINS  
ASSUNTO: ISENÇÃO DE IPTU 2014.

Conselheiro Relator: VALMOR DOS SANTOS JUNIOR

Relatório:

Trata-se de processo administrativo, referente à solicitação do interessado, ora recorrente, para o fim de que seja concedida a isenção do IPTU relativo ao ano de 2014, referente à inscrição imobiliária 02.01.125.0095.0.028. O interessado apresenta recurso voluntário conforme artigo 145 do CTM.

O interessado anexou às fls. 02 a 07 os seguintes documentos: Requerimento de Isenção do IPTU/2014; Certidão de Inteiro Teor do Registro de Imóveis de São José/SC do imóvel sob matrícula nº 12.402; taxa paga de protocolo; Declaração de estado civil, renda familiar, aposentada e proprietária de um (01) único imóvel junto a Prefeitura Municipal de São José; e, Cópia de Extrato dos Benefícios da Previdência Social referente o período de 05/2013 a 01/2014. Por ocasião da instrução processual o Setor de Cadastro Imobiliário constatou in loco que o imóvel objeto da isenção do IPTU/2014 é ocupado pela requerente (fls.10) e ainda, o Setor de Isenção solicitou a apresentação de comprovante de rendimento em nome de Ézio Martins Faccini e Declaração de União Estável (fls. 11).

Em resposta à solicitação acima, a requerente firmou declaração que: (...) "moro sozinha no apartamento que sou responsável por todos os impostos gerados. O nome citado, Ézio Martins Faccini é meu filho. Será dono do imóvel após meu falecimento, portanto peço reconsideração, sendo que moro só e sou a única responsável pelo imóvel."

A Secretaria da Receita ao se manifestar a respeito da solicitação do recorrente (fls. 13) indeferiu a solicitação, considerando que "(...) o requerente não satisfaz as estipulações exigidas na Lei supramencionada, pois existem outros proprietários além do requerente, conforme fls. 03 e 12".

Inconformada com a Decisão de Primeira Instância, a recorrente apresenta Recurso ao Conselho de Contribuintes (fls. 15) para que haja reconsideração da decisão por tudo que foi declarado às fls.

12.

Às fls. 17 a 20 o Representante da Fazenda Pública Municipal "opina pela manutenção da decisão exarada pela primeira instância administrativa, por seus próprios fundamentos".

É o relatório.

### VOTO

Após examinada a tempestividade do recurso administrativo, considera-se este tempestivo, uma vez que o mesmo foi protocolado junto a esta municipalidade em 09/09/15 (fls. 15) e o recebimento de ciência da Decisão de Primeira Instância deu-se em 09/09/15 (fls. 14).

Note-se que às fls. 03 na CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR emitida pelo Registro de Imóveis da Comarca de São José/SC, constam como adquirentes: EZIO MARTINS FACCINI e NEUSA SOARES MARTINS, conforme matrícula nº 12.402.

Conforme previsão legal expressa nos artigos 1º e 2º da Lei 4.530/2007, a recorrente de fato não preencheu os requisitos necessários a obtenção do favor legal, haja vista a propriedade do imóvel ser compartilhada por pessoa que não preenche os requisitos legais retro citados, considerando-se apropriada a decisão do Julgador de 1ª Instância; e ainda, na decisão opinativa denegativa (fls. 17 a 20) do Representante da Fazenda Municipal em manter incólume a decisão aqui guerreada, NEGOU PROVIMENTO ao recurso, mantendo-se a decisão de 1ª instância administrativa, por seus próprios fundamentos, é como voto.

### ACÓRDÃO

Acordam os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na Sessão 203ª, POR UNANIMIDADE POR CONHECER E DESPROVER O RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR VALMOR DOS SANTOS JUNIOR

São José, 29 de Outubro de 2015.

FERNANDO ARTUR RAUPP

Presidente Suplente

TADEU PEDRO VIEIRA Conselheiro Relator	ROZANA MARIA KUSTER Secretária Geral
KARINA DA SILVA GRACIOSA Procuradora da Fazenda	



**DECRETO Nº 5130/2015**

DECRETO Nº 5130/2015

ADMITE SERVIDOR EM  
CARÁTER TEMPORÁRIO.A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, da Lei Orgânica Municipal,  
CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art.1º- Ficam admitidos os seguintes servidores contratados por processo seletivo, exercentes de funções temporárias:

	Servidor	Função	Secretaria	Data de Admissão	Carga Horária Contratação
I	Ailson Krug	Motorista	Secretaria de Saúde	01/10/2015	40h
II	Carlos Alberto de Moraes Filho	Motorista	Secretaria de Saúde	01/10/2015	40h
III	Douglas Alexandre Prazeres	Motorista	Secretaria de Serviços Públicos	01/10/2015	40h
IV	Douglas Silva Argenta	Motorista	Secretaria de Assistência Social	01/10/2015	40h
V	Eduardo Ribeiro dos Santos	Motorista	Secretaria de Assistência Social	01/10/2015	40h
VI	Ewerson Damazio	Motorista	Secretaria de Saúde	01/10/2015	40h
VII	Fabio Corrêa da Silveira	Motorista	Secretaria de Educação	06/10/2015	40h
VIII	Gabriel de Lima Vieira	Motorista	Secretaria de Saúde	01/10/2015	40h
IX	Henrique Pinto Lisboa	Motorista	Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	01/10/2015	40h
X	Igor Secches Ghelfi	Motorista	Secretaria de Educação	01/10/2015	40h
XI	Leandro Dias de Oliveira	Motorista	Secretaria de Educação	01/10/2015	40h
XII	Márcio de Bulhões Gomes	Motorista	Secretaria de Saúde	01/10/2015	40h
XIII	Michel Luis Marques	Motorista	Secretaria de Educação	01/10/2015	40h
XIV	Moisés Jasper	Motorista	Secretaria de Assistência Social	01/10/2015	40h
XV	Rafael Alves	Motorista	Secretaria de Educação	01/10/2015	40h
XVI	Rafael Medeiros Roedel	Motorista	Secretaria de Saúde	01/10/2015	40h
XVII	Roberto Carlos Coelho	Motorista	Secretaria de Segurança Defe- sa Social e Trânsito	01/10/2015	40h
XVIII	Robson Rodrigues Goulart	Motorista	Secretaria de Saúde	01/10/2015	40h
XIX	Sandro Ricardo Vargas	Motorista	Fundação de Cultura	01/10/2015	40h
XX	Vanessa Alexandra da Silveira	Motorista	Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	01/10/2015	40h

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de outubro de 2015.

ADELIANA DAL PONT Prefeita Municipal		
---	--	--

**DECRETO Nº 5131/2015**

DECRETO Nº 5131/2015

ADMITE SERVIDOR EM  
CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, da Lei Orgânica Municipal,  
CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art.1º- Ficam admitidos os seguintes servidores contratados por processo seletivo, exercentes de funções temporárias:

	Servidor	Função	Secretaria	Data de Admissão	Carga Horária Contratação
I	Andreia Pedro Santiago	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Ass. Social	23/09/2015	40h
II	Clauvete Maria ds Santos	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Saúde	23/09/2015	40h
III	Guilherme de Souza	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Ass. Social	23/09/2015	40h
IV	Jorge Luis dos Santos	Agente de Serviços Gerais	Fundação de Cultura e Turismo	23/09/2015	40h
V	Maria Susana Périco	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Saúde	23/09/2015	40h
VI	Margaret Weber Vieira	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Segurança, Def. Social e Trânsito	23/09/2015	40h
VII	Mércia Simone Rachadel Kremer	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Ass. Social	23/09/2015	40h
VIII	Renilda Grangeia da Silva	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Ass. Social	23/09/2015	40h
IX	Ruth Helena Weber	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Saúde	23/09/2015	40h
X	Sílvia Cardoso	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Saúde	23/09/2015	40h

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Paço Municipal em São José (SC), 09 de outubro de 2015.

ADELIANA DAL PONT Prefeita Municipal		
---	--	--

**DECRETO Nº 5135/2015**

DECRETO Nº 5135/2015

ADMITE SERVIDOR EM  
CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, da Lei Orgânica Municipal,  
CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 003/15;

DECRETA:

Art.1º- Ficam admitidos os seguintes servidores contratados por processo seletivo, exercentes de funções temporárias:

	Servidor	Função	Secretaria	Data de Admissão	Carga Horária Contratação
I	ADRIANA SUCUPIRA	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	22/09/15	40h
II	CAMILA BATISTA	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	22/09/15	40h
III	CLÁUDIA HELENA MARIANO DE SOUZA	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	22/09/15	40h
IV	CLAUDIA REGINA MACHADO	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	22/09/15	40h
V	CLÁUDIA REGINA MATIAS	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	22/09/15	40h
VI	CLEITES LUCIA ROOS	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	22/09/15	40h
VII	CRISTIANE HOEPERS PULCENA	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	22/09/15	40h

VIII	ENEDINA SOUZA VIEIRA	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	22/09/15	40h
IX	HELIJANE DA SILVEIRA	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	22/09/15	40h
X	RAQUEL GOMES ELIAS FERNANDES	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	22/09/15	40h
XI	ROSANA FÁTIMA DA SILVA	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	22/09/15	40h
XII	ROSANA PEREIRA SARMENTO	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	22/09/15	40h
XIII	TÂNIA REGINA BICHET PINTO	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	22/09/15	40h
XIV	TATIANE SALESE DA SILVA	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	22/09/15	40h
XV	DAYANA KAROLINE DA CONCEIÇÃO VILELA	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Assistência Social	22/09/15	40h
XVI	DEIZI BERNARDES	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Saúde	22/09/15	40h
XVII	ELIONARA CARDOSO LOPES	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Assistência Social	22/09/15	40h
XVIII	GISELE MADALENA DE SOUZA	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Assistência Social	22/09/15	40h
XIX	MILENA HAUPTTI	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Saúde	22/09/15	40h
XX	MARIA SALETE MANGRICH	Agente de Serviços Gerais	Fundação Educacional	22/09/15	40h
XI	MARIA VERÔNICA DE MEDEIROS PORTO	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Saúde	22/09/15	40h
XXII	TEREZINHA MAZZUCCO VINTER	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Saúde	22/09/15	40h
XXIII	VANDERLEIA MARIA PETRI DA SILVA	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Saúde	22/09/15	40h
XXIV	ABIGAIL SANTIAGO CARDOSO	Agente de Serviços Gerais	Gabinete da Prefeita	22/09/15	40h

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de outubro de 2015.

ADELIANA DAL PONT Prefeita Municipal		
---	--	--

## DECRETO Nº 5139/2015

DECRETO Nº 5139/2015  
ADMITE SERVIDOR EM  
CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art.1º- Ficam admitidos os seguintes servidores contratados por processo seletivo, exercentes de funções temporárias:

	Servidor	Função	Secretaria	Data de Admissão	Carga Horária Contratação
I	Aline dos Santos Reis	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	23/09/15	40h
II	Berenice Vas	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	23/09/15	40h
III	Cindiomara Ferreira Rosa	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	23/09/15	40h
IV	Eliza Izabel Schmitz de Souza	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	23/09/15	40h
V	Julio Cesar Antonini	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	23/09/15	40h
VI	Kelly Sione Nunes	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	23/09/15	40h
VII	Leonita Kuyasky da Silva	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	23/09/15	40h

VIII	Maria Auxiliadora Gonçalves	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	23/09/15	40h
IX	Maria de Fátima Ricardo da Silva	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	23/09/15	40h
X	Maria Lúcia Rosa Palácios	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	23/09/15	40h
XI	Maria Margarete Ribeiro Silva	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	23/09/15	40h
XII	Marize Bertol dos Santos	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	23/09/15	40h
XIII	Marli Stefens Gorges	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	23/09/15	40h
XIV	Meri Luci de Souza	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	23/09/15	40h
XV	Patricia Clécia Franceschina	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	23/09/15	40h
XVI	Regina Catarina da Silva	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	23/09/15	40h
XVII	Roseli Neckel	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	23/09/15	40h
XVIII	Silvana Lucia Cardoso Binotti	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	23/09/15	40h
XIX	Vanderléia Fernandes Lutz	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	23/09/15	40h
XX	Vanessa da Rosa	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	23/09/15	40h
XXI	Vilneia das Graças da Silva Paust	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	23/09/15	40h

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de outubro de 2015.

ADELIANA DAL PONT Prefeita Municipal		
---	--	--

## DECRETO Nº 5140/2015

DECRETO Nº 5140/2015  
ADMITE SERVIDOR EM  
CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, da Lei Orgânica Municipal,  
CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art.1º- Ficam admitidos os seguintes servidores contratados por processo seletivo, exercentes de funções temporárias:

	Servidor	Função	Secretaria	Data de Admissão	Carga Horária Contração
I	Andreia Cristina de Souza	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Assistência Social	24/09/15	40h
II	Clara Aparecida Xavier Mendes da Luz	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Assistência Social	24/09/15	40h
III	Cláudia Andreia da Silveira Bach	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Assistência Social	24/09/15	40h
IV	Daniel Costa Euzébio	Agente de Serviços Gerais	Fundação do Meio Ambiente	24/09/15	40h
V	Dayane Moraes Cardoso	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Assistência Social	24/09/15	40h
VI	Deyse Terezinha Moreira	Agente de Serviços Gerais	Fundação de Esporte	24/09/15	40h
VII	Emmanuelle de Paula Santos Cavalleiro	Agente de Serviços Gerais	Fundação Educacional	24/09/15	40h
VIII	Marcia Viana Silvana Anselmo	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Assistência Social	24/09/15	40h
IX	Marisa Rita Andreolla Schmitt	Agente de Serviços Gerais	Fundação de Esporte	24/09/15	40h
X	Ricardo dos Santos	Agente de Serviços Gerais	Fundação de Cultura	24/09/15	40h

XI	Romário João Mariano	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Infraestrutura	24/09/15	40h
XII	Simone Ribeiro Fernandes	Agente de Serviços Gerais	Fundação do Meio Ambiente	24/09/15	40h
XIII	Tatiana Jerônimo Cardoso	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Saúde	24/09/15	40h
XIV	Thiago Carlos dos Santos	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Assistência Social	24/09/15	40h

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de outubro de 2015.

ADELIANA DAL PONT Prefeita Municipal		
---	--	--

## DECRETO Nº 5152/2015

DECRETO Nº 5152/2015

ADMITE SERVIDOR EM

CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art.1º- Ficam admitidos os seguintes servidores contratados por processo seletivo, exercentes de funções temporárias:

	Servidor	Função	Secretaria	Data de Admissão	Carga Horária Contratação
I	Adriana de Medeiros	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	24/09/15	40h
II	Cislaine Regina Ramos dos Santos	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	24/09/15	40h
III	Emili Vieira Lopes da Silva	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	24/09/15	40h
IV	Heloisa Pires de Lima	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	24/09/15	40h
V	Ivania da Silva Muniz	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	24/09/15	40h
VI	Jacira Maria Iachitzki Silva	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	24/09/15	40h
VII	José Carlos Antonini	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	24/09/15	40h
VIII	Lurcinéia Bosquetti Lourenço	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	24/09/15	40h
IX	Magda Kelin Roque Dozol	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	24/09/15	40h
X	Milena da Silveira	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	24/09/15	40h
XI	Rosimeri Vieira Costa	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	24/09/15	40h
XII	Paula Cristiane Duarte Lima	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	24/09/15	40h
XIII	Rita de Cassia Bernardino	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	24/09/15	40h
XIV	Rosi Cleia de Souza	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	24/09/15	40h
XV	Sonia Maria Pereira Santos	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	24/09/15	40h

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de outubro de 2015.

ADELIANA DAL PONT Prefeita Municipal		
---	--	--

**CÂMARA MUNICIPAL****PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 010/2015**

EXTRATO DE ADITIVO. PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 010/2015. PROCESSO LICITATÓRIO N.º 021/2015. CARTA CONVITE Nº 002/2015.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ – SC

CONTRATADA: EMPRESA TOPOSOLO ENGENHARIA E TOPOGRAFIA S/S

OBJETO: Prorrogação do prazo para fornecimento de material e mão de obra, para elaboração de projetos básico e executivo de arquitetura e projetos complementares de engenharia, com as correspondentes aprovações nos órgãos competentes, bem como serviços de coordenação e compatibilização para instalação da nova sede da Câmara Municipal de São José/SC.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 (SESSENTA) DIAS.

**AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - SJPREV****DECRETO 4977/2015**

DECRETO Nº 4977/2015

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 004569/2015 e com base no artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005,

**DECRETA:**

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora LÚCIA ZIMERMANN, matrícula 3465, ocupante do cargo Orientadora Escolar, lotada na Secretaria de Educação, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de vencimento, quinquênio e 60% da gratificação de função especializada, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de setembro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de setembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

**DECRETO 5114/2015**

DECRETO Nº 5114/2015

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 021117/2015 e com base no artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47 de 05/07/2005,

**DECRETA:**

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por tempo de contribuição e idade, para a servidora VALDECI DA SILVA, matrícula 15364, ocupante do cargo de Agente Operacional, lotada na Secretaria de Administração, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de vencimento, quinquênio e promoção vertical, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08 de outubro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de outubro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência



# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5.226, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.226, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, e de acordo com o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 51.500,00 (cinquenta e um mil e quinhentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
10.301.4506.2.019 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0002	12	Aplicação Direta	R\$ 51.500,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
10.301.4506.2.019 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000	08	Aplicação Direta	R\$ 51.500,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 29 de outubro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 5.227, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.227, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014 e no art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 64.356,84 (sessenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), na seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME			
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME			
12.361.4505.1.085 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0032	45	Aplicações Diretas	R\$ 64.356,84	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014 e o art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de outubro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003.1/2015 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003.1/2015

RETIFICA O ITEM 4.6 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 E (IN)DEFERE AS INSCRIÇÕES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o previsto na Lei Complementar Municipal nº 123, de 19 de novembro de 2010 e art. 219, inciso V, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar Municipal nº 118, de 23 de junho de 2010 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), RESOLVE RETIFICAR O ITEM 4.6 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 que baixa normas para realização de Processo Seletivo de títulos para admissão, em caráter temporário, de Educador Social e Instrutor Social, para atuação no Núcleo de Atendimento à Criança e Adolescente - NACA, de Instrutor Social para atuar no Programa Mulher de Valor e de Educador Social para atuar no Programa de Atenção aos Idosos, bem como DIVULGAR O (IN)DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES, da seguinte forma:

**1. DA RETIFICAÇÃO**

1.1 - Fica retificado o item 4.6, do Edital de Processo Seletivo nº 003/2015, de 15 de outubro de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"4.6. - A prova prática será realizada dia 06 de novembro de 2015, no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, sito à rua João Beux Sobrinho, nº 680, neste Município, com início às 8:00 horas. A duração da prova será de 03 (três) horas."

**2. DA DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES NO PROCESSO SELETIVO**

2.1 - Ficam deferidas as inscrições dos seguintes candidatos para o Processo Seletivo nº 003/2015, conforme quadros abaixo relacionados organizados por cargo:

**2.1.1 - DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS:****CARGO: EDUCADOR SOCIAL I**

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO
06	EVELIZE DE CEZARO VALENTINI	DEFERIDO
67	JULIANE CASAGRANDE	DEFERIDO
26	DANGLEI MATTEI	DEFERIDO
34	JACIRA TRINDADE DOS SANTOS MARCONDES GAUZER	DEFERIDO
37	IVONE FERRABOLLI LISSA DAL PRA	DEFERIDO
38	SIRLENE MEZZOMO CORREIA DOS SANTOS	DEFERIDO
19	KAREN LUANA DOS SANTOS DIAS	DEFERIDO
15	MARCIA RHODEN	DEFERIDO
66	LINDOMAR SIQUEIRA	DEFERIDO
65	TALITA GRACIELI VIEIRA	DEFERIDO
63	KATIA COMIN	DEFERIDO
50	ZELENIR CATIA DE MENEZES	DEFERIDO
46	MARLICE CARNEIRO	DEFERIDO

**CARGO: EDUCADOR SOCIAL II**

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO
21	VANESA APARECIDA VIEIRA MECABO	DEFERIDO
27	SAIARA DE OLIVEIRA	DEFERIDO

**CARGO: EDUCADOR SOCIAL III**

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO
08	APARECIDA EDITE BONADIMAN	DEFERIDO
35	SIMONE MEZZOMO GIARETTA	DEFERIDO
51	ADRIANA REGINA STOCCO	DEFERIDO
49	KETLIN BOSCHETTI	DEFERIDO
32	JULIANE SCALCI	DEFERIDO
04	ELIZA ALMEIDA DE MORAIS	DEFERIDO
18	PAMELA PANSERA	DEFERIDO
68	DEIVIMARA CONTE	DEFERIDO
59	GRAZIELA DALLAGNOL	DEFERIDO
09	LUIZ ANTONIO MELLO BOESI	DEFERIDO
24	ELIANE CARNIEL CADOR	DEFERIDO

**CARGO: EDUCADOR SOCIAL V**

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO
22	ELIANA BATTISTI	DEFERIDO
54	WILLIAN LOCATELLI	DEFERIDO
64	VANUSA BRATTI	DEFERIDO

30	JHONATAN COMIN	DEFERIDO
53	FRANCIELI CRISTINA DO PRADO LOCATELLI	DEFERIDO

**CARGO: EDUCADOR SOCIAL VI**

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO
07	LEONARDO DA SILVA COIMBRA	DEFERIDO
57	PATRICIA MARTINELLO	DEFERIDO
61	JULIANA MEIRA	DEFERIDO
47	MARCIO POSSAMAI DELLA	DEFERIDO
56	MARISTEL CRISTINA FEUSER	DEFERIDO

**CARGO: INSTRUTOR SOCIAL I:**

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO
28	LUCIA MARIA DOS SANTOS	DEFERIDO
55	ZIRLENE ALBERTINA MILAN TARSO	DEFERIDO
25	JOSEANE CORREA ALVES POERSCH	DEFERIDO
45	IOLENE BRONDANI	DEFERIDO
44	CLACIANE VILLA	DEFERIDO
69	CRISTIANE CARNEIRO	DEFERIDO

**CARGO: INSTRUTOR SOCIAL II:**

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO
36	MARCIO NEI GUEDES	DEFERIDO
41	JESSICA SILVA DE MOURA	DEFERIDO
71	MARIZA KOIIVINSKI PERES	DEFERIDO
72	JOELSON AMARO	DEFERIDO
36	GRAZIELLE MOLON	DEFERIDO
43	FABIANA CUNICO	DEFERIDO
42	RAFAEL DE CAMARGO	DEFERIDO
40	TAIS KARINE PAGNONCELLI	DEFERIDO
03	CARLA BALZAN PARIZOTTO	DEFERIDO
02	MATHEUS CAUS	DEFERIDO
31	DAIANE DA SILVA KLEIMPAUL	DEFERIDO
17	CAROLINE DE SOUZA CAMPANHA	DEFERIDO
01	MURIEL RIBEIRO	DEFERIDO
16	JOZIANE SANTOS	DEFERIDO
20	GRACIELA APARECIDA TAVARES	DEFERIDO
23	ADRIELI DE LIMA AMARO	DEFERIDO

2.2 - Ficam indeferidas as inscrições dos seguintes candidatos para o Processo Seletivo nº 003/2015, conforme quadros abaixo relacionados organizados por cargo:

**2.2.1 - DAS INSCRIÇÕES INDEFERIDAS:****CARGO: EDUCADOR SOCIAL II**

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO	MOTIVO
29	JANETE RHODEN ZANMARIA	INDEFERIDA	AUSÊNCIA DE DOCUMENTO PREVISTO NO ITEM 3.1.1, ALÍNEA "C", DO EDITAL 003/2015 (quitação eleitoral).

**CARGO: EDUCADOR SOCIAL V**

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO	MOTIVO
14	DIANA MARIA SANTIN	INDEFERIDA	AUSÊNCIA DE DOCUMENTO PREVISTO NO ITEM 3.1.1, ALÍNEA "C", DO EDITAL 003/2015 (quitação eleitoral).

**CARGO: INSTRUTOR SOCIAL I**

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO	MOTIVO
52	EDIANE DE SANTI SPERANÇA	INDEFERIDA	AUSÊNCIA DE DOCUMENTO PREVISTO NO ITEM 3.1.1, ALÍNEA "E", DO EDITAL 003/2015 (comprovante de escolaridade).
60	NEUSA TEREZINHA GOBBI	INDEFERIDA	AUSÊNCIA DE DOCUMENTO PREVISTO NO ITEM 3.1.1, ALÍNEA "E", DO EDITAL 003/2015 (comprovante de escolaridade).
05	MARLICE CARNEIRO SCATOLIN	INDEFERIDA	AUSÊNCIA DE DOCUMENTO PREVISTO NO ITEM 3.1.1, ALÍNEA "C", DO EDITAL 003/2015 (quitação eleitoral).
58	FRANCIELI BORTOLINI CORREIA DOS SANTOS	INDEFERIDA	AUSÊNCIA DE DOCUMENTO PREVISTO NO ITEM 3.1.1, ALÍNEAS "C" e "E", DO EDITAL 003/2015 (quitação eleitoral e comprovante de escolaridade, respectivamente).

## CARGO: INSTRUTOR SOCIAL II:

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	SITUAÇÃO	MOTIVO
10	MIRIÃ GOMES DOS SANTOS	INDEFERIDA	AUSÊNCIA DE DOCUMENTO PREVISTO NO ITEM 3.1.1, ALÍNEA "F", DO EDITAL 003/2015 (Carteira de Habilitação categoria B).
11	IRACILDA LIMA DA ROSA LACHMAN	INDEFERIDA	AUSÊNCIA DE DOCUMENTO PREVISTO NO ITEM 3.1.1, ALÍNEAS "C", "E" e "F", DO EDITAL 003/2015 (quitação eleitoral, comprovante de escolaridade e Carteira de Habilitação categ. B, respectivamente).
13	ALINE JOANA SANTIN	INDEFERIDA	AUSÊNCIA DE DOCUMENTO PREVISTO NO ITEM 3.1.1, ALÍNEA "C", DO EDITAL 003/2015 (Título Eleitoral).
22	AURI BATISTA VIEIRA MECABÔ	INDEFERIDA	AUSÊNCIA DE DOCUMENTO PREVISTO NO ITEM 3.1.1, ALÍNEA "C", DO EDITAL 003/2015 (quitação eleitoral).
62	FRANCIELI LUANA DIEHL	INDEFERIDA	AUSÊNCIA DE DOCUMENTO PREVISTO NO ITEM 3.1.1, ALÍNEA "E", DO EDITAL 003/2015 (comprovante de escolaridade).

## 3. PRAZO PARA RECURSO

3.1 - O candidato que teve sua inscrição indeferida neste Processo Seletivo terá exclusivamente o dia 03 de novembro de 2015 para entrar com recurso, junto à Comissão do Processo Seletivo, nomeada pelo Decreto nº 5.211, de 26 de outubro de 2015, através de requerimento, cuja resposta será dada através de comunicação oficial.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de outubro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### **LEI Nº 7.213/2015 - ALTERA O PLANO PLURIANUAL – PPA, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E A LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 7.213/2015

ALTERA O PLANO PLURIANUAL – PPA, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E A LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

#### TÍTULO I

#### CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 7.075, de 18 de dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas com a realização da Feira Agropecuária Comercial e Industrial – FAISMO, em nosso Ente Federado, conforme recurso provindo do GOVERNO DA UNIÃO/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO através do Convênio nº. 817058/2015 e Plano de Trabalho aprovado pelas partes avençantes.

#### CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover, por ato próprio, a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

22.661.0346.2.227 – Realização da Feira Agropecuária Comercial e Industrial de 2015.

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diversas R\$ 100,00

3.3.90.00.00.00.00.00.10192 – Aplicações Diversas (excesso) R\$ 99.900,00

TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito constante desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução

parcial da seguinte dotação orçamentária constante da mesma matéria em execução:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

04.122.0021.2.042 – Administração geral dos bens e serviços de desenvolvimento econômico

129 – 4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diversas R\$ 100,00

Art. 4º Para o atendimento complementar do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a utilização do recurso oriundo do provável excesso de arrecadação provindo do GOVERNO DA UNIÃO/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO através do Convênio nº. 817058/2015, no valor de R\$ 99.900,00 (noventa e nove mil e novecentos reais), em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

#### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterada a Lei nº. 7.074, de 18 de dezembro de 2014, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2015, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), instituindo dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas com a realização da Feira Agropecuária Comercial e Industrial – FAISMO, em nosso Ente Federado, conforme recurso provindo do GOVERNO DA UNIÃO/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO através do Convênio nº. 817058/2015 e Plano de Trabalho aprovado pelas partes ajustadas.

#### CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica alterada a Lei nº. 7.076, de 18 de dezembro de 2014 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2015, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas com a realização da Feira Agropecuária Comercial e Industrial – FAISMO, em nosso Ente Federado, conforme recurso provindo do GOVERNO DA UNIÃO/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO através do Convênio nº. 817058/2015 e Plano de Trabalho aprovado pelas partes avençantes.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 28 de outubro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Pedro JosÉ de Conto

Secretário de Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA  
Técnico Administrativo

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 148/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de móveis sob medida destinado para a cozinha da Escola de Ensino Fundamental EMEIEF Tranquilo Rigoni, da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o anexo I do edital. Entrega dos envelopes: Até às 07h45min do dia 17 de novembro de 2015.

Abertura: às 08hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 29 de outubro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 149/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 149/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de brinquedo educativo para serem utilizados nas aulas de recreação nas creches da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 17 de novembro de 2015.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 29 de outubro de 2015

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 150/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de material de copa e cozinha para serem utilizados nas Creches da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 09h45min do dia 17 de novembro

de 2015.

Abertura: às 10h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 29 de outubro de 2015

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 151/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 151/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de fronhas e travesseiros para serem utilizados nas Creches da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 10h45min do dia 17 de novembro de 2015.

Abertura: às 11h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 29 de outubro de 2015

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 152/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 152/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de impressora multifuncional e climatizador destinados para a 13ª Ciretran, conforme Convênio de Trânsito 2013TN003171 e Lei Municipal nº 4.727/2011, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 07h45min do dia 18 de novembro de 2015.

Abertura: às 08h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 29 de outubro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal



## Schroeder

## PREFEITURA

**ATO 011/CP/MS/ED2/15/EP**

Ato 011/CP/MS/ED2/15/EP

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL

DO EDITAL Nº 002/2015 DE CONCURSO PÚBLICO – EMPREGO PÚBLICO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público, torna público o que segue:

1. A Classificação Final dos candidatos aprovados no Concurso Público 002/2015, consta divulgada no Anexo I deste ato, já considerando os critérios de desempate.

2. A homologação do resultado final se dará através de ato oficial a ser divulgado pelo município.

Schroeder, 13 de Outubro de 2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

## ANEXO I

## CLASSIFICAÇÃO FINAL

Legenda:

CG=Conhecimento Gerais; CE=Conhecimento Específicos;

ACS - Bracinho   Ensino Fundamental Completo										
POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC. Acertos	CG		CE		Total Acertos	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
				Nota	Acer-tos	Nota				
1	105660	Daniele Carline Oberthir	01/11/1991	7	2,80	5	3,00	12	5.80	Aprovado
ACS - Centro   Ensino Fundamental Completo										
POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC. Acertos	CG		CE		Total Acertos	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
				Nota	Acer-tos	Nota				
1	115326	Solange Fernandes De Oliveira	07/05/1982	7	2,80	7	4,20	14	7.00	Aprovado
2	114354	Jangla Tauchert Marostica	06/11/1968	5	2,00	5	3,00	10	5.00	Aprovado
ACS - Centro Norte   Ensino Fundamental Completo										
POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC. Acertos	CG		CE		Total Acertos	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
				Nota	Acer-tos	Nota				
1	109855	Rosane Rengel	06/03/1991	7	2,80	6	3,60	13	6.40	Aprovado
2	104021	Juliana Coutinho De Moraes	31/03/1988	7	2,80	5	3,00	12	5.80	Aprovado
3	115685	Giselda De Campos Borges	31/08/1969	6	2,40	5	3,00	11	5.40	Aprovado
4	114456	Josi Kozowski	13/05/1985	7	2,80	4	2,40	11	5.20	Aprovado
ACS - Centro Sul   Ensino Fundamental Completo										
POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC. Acertos	CG		CE		Total Acertos	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
				Nota	Acer-tos	Nota				
1	107852	Juliana Christine Ferreira Martins	04/08/1977	9	3,60	6	3,60	15	7.20	Aprovado
ACS - Duas Mamas   Ensino Fundamental Completo										
Não houve inscritos neste cargo										

ACS - Itoupava-açú   Ensino Fundamental Completo										
POSI- ÇÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC. Acertos	CG		CE		Total Acer- tos	NOTA FINAL	SITUA- ÇÃO
				Nota	Acer- tos	Nota				
1	106598	Artur Vinicius Bagatoli Amaral	15/05/1991	7	2,80	5	3,00	12	5.80	Aprovado
2	113285	Raquel Machado Floriano	02/05/1987	6	2,40	5	3,00	11	5.40	Aprovado
ACS - Rio Hern   Ensino Fundamental Completo										
POSI- ÇÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC. Acertos	CG		CE		Total Acer- tos	NOTA FINAL	SITUA- ÇÃO
				Nota	Acer- tos	Nota				
1	107847	Ana Caroline Leandro De Souza	10/01/1995	8	3,20	7	4,20	15	7.40	Aprovado
2	106286	Rosinei Honnicke Ribeiro	23/10/1969	8	3,20	5	3,00	13	6.20	Aprovado
3	109495	Roger Felipe Dos Santos	22/04/1994	6	2,40	6	3,60	12	6.00	Aprovado
4	107350	Ellen Alves Zerbin	15/03/1984	7	2,80	5	3,00	12	5.80	Aprovado
5	107549	Kamila Santiago Da Silva	12/02/1994	5	2,00	5	3,00	10	5.00	Aprovado
ACS - Schroeder I   Ensino Fundamental Completo										
POSI- ÇÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC. Acertos	CG		CE		Total Acer- tos	NOTA FINAL	SITUA- ÇÃO
				Nota	Acer- tos	Nota				
1	112077	Kamila Melo Valle	08/11/1984	9	3,60	7	4,20	16	7.80	Aprovado
ACS - Schroeder III   Ensino Fundamental Completo										
Não houve aprovados neste cargo										
ACS - Sossego   Ensino Fundamental Completo										
POSI- ÇÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC. Acertos	CG		CE		Total Acer- tos	NOTA FINAL	SITUA- ÇÃO
				Nota	Acer- tos	Nota				
1	103479	Nivia Regina Sanches Ferreira	18/05/1983	5	2,00	6	3,60	11	5.60	Aprovado
2	113001	Luciane Ruckert	15/05/1979	4	1,60	6	3,60	10	5.20	Aprovado
Educador Físico NASF   Ensino Superior Completo										
POSI- ÇÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC. Acertos	CG		CE		Total Acer- tos	NOTA FINAL	SITUA- ÇÃO
				Nota	Acer- tos	Nota				
1	110494	Tatiana Priscila Huch	29/12/1990	10	2,00	21	5,88	31	7.88	Aprovado
2	109974	Thyago Milet Dos Santos	29/01/1984	9	1,80	20	5,60	29	7.40	Aprovado
3	105503	Adolfo Harmel Alves	07/07/1992	9	1,80	19	5,32	28	7.12	Aprovado
4	113162	Martin Yuri Parlow Pinto	30/06/1992	10	2,00	16	4,48	26	6.48	Aprovado
5	114986	Diogo Luis Lombardi	30/04/1984	7	1,40	16	4,48	23	5.88	Aprovado
6	108268	Jhonatan Maicon Gonzaga	25/07/1992	7	1,40	16	4,48	23	5.88	Aprovado
7	102320	Monica Goncalves	17/02/1988	6	1,20	15	4,20	21	5.40	Aprovado
8	114592	Karim Kamada	05/01/1974	8	1,60	13	3,64	21	5.24	Aprovado
9	114527	Gustavo Andriago Machado	20/04/1980	7	1,40	13	3,64	20	5.04	Aprovado
10	102035	Nelson Luiz Da Silva Mourao Junior	08/03/1989	7	1,40	13	3,64	20	5.04	Aprovado
11	114563	Alexandra Patsch	16/08/1991	7	1,40	13	3,64	20	5.04	Aprovado
Médico ESF   Ensino Superior Completo										

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC. Acertos	CG		CE		Total Acertos	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
				Nota	Acer-tos	Nota				
1	108576	Fernando Michielin Alves	08/06/1987	11	2,20	20	5,60	31	7.80	Aprovado
2	111592	Vanessa Girardi De Lima	05/03/1991	9	1,80	19	5,32	28	7.12	Aprovado
3	108246	Jaime Ribeiro Freitas	01/02/1990	11	2,20	17	4,76	28	6.96	Aprovado
4	114382	Larissa Cristiane Vaz Gomes	25/07/1987	11	2,20	16	4,48	27	6.68	Aprovado
5	108719	Barbara Klein	06/12/1989	8	1,60	16	4,48	24	6.08	Aprovado
6	102531	Emerson Machado	27/02/1954	8	1,60	13	3,64	21	5.24	Aprovado

**ATO 013/CP/MS/ED3/15/MAG**

Ato 013/CP/MS/ED3/15/MAG

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL  
DO EDITAL Nº 003/2015 DE CONCURSO PÚBLICO - MAGISTÉRIO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público, torna público o que segue:

1. A Classificação Final dos candidatos aprovados no Concurso Público 003/2015, consta divulgada no Anexo I deste ato, já considerando os critérios de desempate.
2. A homologação do resultado final se dará através de ato oficial a ser divulgado pelo município.

Schroeder, 13 de Outubro de 2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ANEXO I  
CLASSIFICAÇÃO FINAL

Legenda:

CG=Conhecimento Gerais; CE=Conhecimento Específicos; TA=Total de Acertos

NPE=Nota da Prova Escrita; PT=Ponto Títulos; NF=Nota Final

Professor B - Artes   Ensino Superior Completo													
POSICÃO	INSC.	CANDIDATO		NASC Acertos	CG		CE		TA	NPE	PT	NF	SITUA- ÇÃO
					Nota	Acer- tos	Nota						
1	101769	Julia Graziela Da Silva Castro		20/08/1992	11	2,20	19	5,32	30	7,52	0,00	7,52	Aprovado
2	113213	Marcos Rober- to Joly		09/09/1975	8	1,60	20	5,60	28	7,20	0,00	7,20	Aprovado
3	107712	Gabrieli Hantschel Alves		20/03/1993	8	1,60	20	5,60	28	7,20	0,00	7,20	Aprovado
4	102684	Cristiane Lessmann De Araujo		15/02/1975	9	1,80	19	5,32	28	7,12	0,00	7,12	Aprovado
5	105417	Priscila Barboza Amorim De Oliveira		22/09/1982	9	1,80	19	5,32	28	7,12	0,00	7,12	Aprovado
6	103571	Caren Aparecida Mafra		17/08/1991	7	1,40	17	4,76	24	6,16	0,50	6,66	Aprovado
7	107921	Jaqueline Heloise Modrock		03/07/1990	8	1,60	16	4,48	24	6,08	0,50	6,58	Aprovado
8	103064	Carlos Alberto Gomes		25/06/1965	9	1,80	17	4,76	26	6,56	0,00	6,56	Aprovado
9	105383	Ana Paula Stoeberl		30/01/1989	10	2,00	16	4,48	26	6,48	0,00	6,48	Aprovado
10	110652	Juliane Feustel Michaelsen		07/06/1992	6	1,20	18	5,04	24	6,24	0,00	6,24	Aprovado
11	101825	Caroline Gae- dtke		18/01/1995	6	1,20	18	5,04	24	6,24	0,00	6,24	Aprovado
12	106479	Jaime Israel Barboza Amorim		19/03/1985	7	1,40	17	4,76	24	6,16	0,00	6,16	Aprovado
13	115054	Mara Regiane Barbosa Dos Santos Luiz		17/02/1991	7	1,40	17	4,76	24	6,16	0,00	6,16	Aprovado
14	108560	Franciele Stein Ronchi		13/04/1983	4	0,80	17	4,76	21	5,56	0,50	6,06	Aprovado
15	102352	Silvia Denk		26/04/1987	5	1,00	17	4,76	22	5,76	0,00	5,76	Aprovado

16	102674	Djenane Pommerening	03/12/1990	5	1,00	17	4,76	22	5,76	0,00	5,76	Aprovado
17	102124	Debora Kistenmacher Pott	22/08/1981	5	1,00	15	4,20	20	5,20	0,50	5,70	Aprovado
18	112297	Adriana De Oliveira Ferreira	10/04/1976	8	1,60	14	3,92	22	5,52	0,00	5,52	Aprovado
19	111704	Fatima Rosa Franco	18/02/1982	6	1,20	15	4,20	21	5,40	0,00	5,40	Aprovado
Professor B - Educação Especial   Ensino Superior Completo												
POSIÇÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC Acertos	CG		CE		TA	NPE	PT	NF	SITUAÇÃO
				Nota	Acer- tos	Nota						
1	111778	Clevia Bittencurt	26/04/1989	10	2,00	21	5,88	31	7,88	0,00	7,88	Aprovado
2	110527	Martina Larissa Duve	27/02/1987	9	1,80	14	3,92	23	5,72	0,00	5,72	Aprovado
3	108605	Riteli Silva Da Rosa Kronbauer	25/02/1987	6	1,20	14	3,92	20	5,12	0,00	5,12	Aprovado
Professor B - Educação Infantil   Ensino Superior Completo												
POSIÇÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC Acertos	CG		CE		TA	NPE	PT	NF	SITUAÇÃO
				Nota	Acer- tos	Nota						
1	112632	Fabiola Gretter	02/07/1978	9	1,80	18	5,04	27	6,84	0,50	7,34	Aprovado
2	113257	Shirley Bandoch	14/08/1979	9	1,80	18	5,04	27	6,84	0,50	7,34	Aprovado
3	111976	Tatiane Bueno Oliveira	31/07/1986	6	1,20	20	5,60	26	6,80	0,50	7,30	Aprovado
4	105250	Adriane Carmem Magagnin Hilger	08/03/1987	7	1,40	19	5,32	26	6,72	0,50	7,22	Aprovado
5	105109	Patricia De Lima (recurso, perecer 4)	15/11/1989	9	1,80	17	4,76	26	6,56	0,50	7,06	Aprovado
6	109351	Carla Simoni Dos Santos	01/06/1991	7	1,40	20	5,60	27	7,00	0,00	7,00	Aprovado
7	114190	Talita De Oliveira Leitao	09/04/1980	7	1,40	18	5,04	25	6,44	0,50	6,94	Aprovado
8	110542	Francis Loize Zoz Coelho	22/10/1985	8	1,60	17	4,76	25	6,36	0,50	6,86	Aprovado
9	112209	Teresinha Pereira Pacheco	22/12/1967	9	1,80	18	5,04	27	6,84	0,00	6,84	Aprovado
10	104693	Ana Claudia Beje	07/07/1988	9	1,80	18	5,04	27	6,84	0,00	6,84	Aprovado
11	109200	Camila Buttendorf Hoff	02/10/1994	10	2,00	17	4,76	27	6,76	0,00	6,76	Aprovado
12	106569	Joseane Correa Furtado	15/02/1985	8	1,60	18	5,04	26	6,64	0,00	6,64	Aprovado
13	104450	Bruna Lais Gaedtker	04/06/1993	8	1,60	18	5,04	26	6,64	0,00	6,64	Aprovado
14	106472	Claudineia Breikreitz Fernandes	27/09/1993	8	1,60	18	5,04	26	6,64	0,00	6,64	Aprovado
15	111167	Cilmara Ribeiro De Paulo	14/11/1986	9	1,80	17	4,76	26	6,56	0,00	6,56	Aprovado
16	108426	Elsinira Porath Borgmann	22/10/1969	7	1,40	18	5,04	25	6,44	0,00	6,44	Aprovado
17	111284	Mirian Ramos	29/09/1986	7	1,40	18	5,04	25	6,44	0,00	6,44	Aprovado
18	108931	Grasielle Santos De Oliveira Ribeiro	15/02/1987	8	1,60	17	4,76	25	6,36	0,00	6,36	Aprovado
19	102692	Claudete Duarte	21/08/1980	9	1,80	16	4,48	25	6,28	0,00	6,28	Aprovado
20	108055	Silvia Fabiane Detz Mittelstadt	30/06/1983	9	1,80	16	4,48	25	6,28	0,00	6,28	Aprovado
21	110991	Magali Kubnik	27/04/1991	9	1,80	16	4,48	25	6,28	0,00	6,28	Aprovado
22	112327	Francielle Padilha	07/06/1993	9	1,80	16	4,48	25	6,28	0,00	6,28	Aprovado
23	111060	Gustavo Tacito Oshiro Ceregatti	29/10/1973	6	1,20	18	5,04	24	6,24	0,00	6,24	Aprovado
24	110588	Veridiana Michelle Metzner	26/01/1985	7	1,40	17	4,76	24	6,16	0,00	6,16	Aprovado
25	114245	Thaise Leite Coelho	29/07/1986	8	1,60	16	4,48	24	6,08	0,00	6,08	Aprovado
26	113434	Priscila Graciela Ronchi	08/03/1986	5	1,00	18	5,04	23	6,04	0,00	6,04	Aprovado
27	111982	Eliane Pereira De Almeida Cavalheiro	31/03/1980	9	1,80	15	4,20	24	6,00	0,00	6,00	Aprovado
28	107704	Sirene Seguro Gruchoski	09/10/1967	5	1,00	16	4,48	21	5,48	0,50	5,98	Aprovado

29	106044	Luciana Ribeiro Bueno Marschner	13/09/1976	6	1,20	17	4,76	23	5,96	0,00	5,96	Aprovado
30	108769	Vanessa Stack Do Amaral	02/01/1985	6	1,20	17	4,76	23	5,96	0,00	5,96	Aprovado
31	112705	Josiani Mafra	04/03/1985	6	1,20	17	4,76	23	5,96	0,00	5,96	Aprovado
32	106110	Simoni Mundstock Nunes	27/06/1982	10	2,00	14	3,92	24	5,92	0,00	5,92	Aprovado
33	107863	Danmiles Da Silva Santos	06/07/1989	6	1,20	15	4,20	21	5,40	0,50	5,90	Aprovado
34	109333	Sueli Mariane E. Ramos	15/10/1972	7	1,40	16	4,48	23	5,88	0,00	5,88	Aprovado
35	113405	Patricia Hasse Onofre	06/05/1969	8	1,60	15	4,20	23	5,80	0,00	5,80	Aprovado
36	109651	Adriane Dos S Antos Camargo Nardelli	28/11/1983	5	1,00	17	4,76	22	5,76	0,00	5,76	Aprovado
37	115351	Sanderly Schulz	31/12/1977	6	1,20	16	4,48	22	5,68	0,00	5,68	Aprovado
38	110511	Viviane Fiedler	12/07/1986	6	1,20	16	4,48	22	5,68	0,00	5,68	Aprovado
39	105983	Romi Klebber Da Silva	06/05/1988	6	1,20	14	3,92	20	5,12	0,50	5,62	Aprovado
40	111668	Denise Scheidt	07/08/1986	7	1,40	15	4,20	22	5,60	0,00	5,60	Aprovado
41	107665	Daniele Esther Dalcanalle	25/01/1990	7	1,40	15	4,20	22	5,60	0,00	5,60	Aprovado
42	112564	Noenice Maske Mundel	23/05/1978	4	0,80	17	4,76	21	5,56	0,00	5,56	Aprovado
43	111229	Jane Andrea Satig Da Silva	12/07/1983	4	0,80	17	4,76	21	5,56	0,00	5,56	Aprovado
44	112923	Rozangela Berger Franzagua	03/03/1970	9	1,80	13	3,64	22	5,44	0,00	5,44	Aprovado
45	114977	Andreia Czechowski De Oliveira	12/01/1982	6	1,20	15	4,20	21	5,40	0,00	5,40	Aprovado
46	109862	Simone Da Silva Da Costa	19/03/1984	6	1,20	15	4,20	21	5,40	0,00	5,40	Aprovado
47	103747	Camila Kunze	28/03/1990	6	1,20	15	4,20	21	5,40	0,00	5,40	Aprovado
48	113783	Damyana Tamara Borchardt	21/09/1996	6	1,20	15	4,20	21	5,40	0,00	5,40	Aprovado
49	108675	Bruna Theodoro Tries	09/09/1994	4	0,80	16	4,48	20	5,28	0,00	5,28	Aprovado
50	105381	Santina Padilha Ferreira	20/05/1981	5	1,00	15	4,20	20	5,20	0,00	5,20	Aprovado
51	113590	Alessandra De Azevedo	03/11/1982	5	1,00	15	4,20	20	5,20	0,00	5,20	Aprovado
52	115262	Mariana Paula Grzybowski Pereira Affonso	24/11/1997	6	1,20	14	3,92	20	5,12	0,00	5,12	Aprovado
53	108735	Clair Beliski	03/10/1969	7	1,40	13	3,64	20	5,04	0,00	5,04	Aprovado
54	106887	Ilete Riegel Junckes	14/06/1966	4	0,80	15	4,20	19	5,00	0,00	5,00	Aprovado

## Professor B - História | Ensino Superior Completo

POSIÇÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC Acertos	CG		CE		TA	NPE	PT	NF	SITUAÇÃO
				Nota	Acer-tos	Nota						
1	102758	Silvonei Antunes Maximiano	10/05/1981	10	2,00	21	5,88	31	7,88	0,00	7,88	Aprovado
2	103919	Rafael Victor Batista De Oliveira	22/05/1981	7	1,40	22	6,16	29	7,56	0,00	7,56	Aprovado
3	105958	Marisa Adriane Pereira Dos Reis	17/05/1972	8	1,60	19	5,32	27	6,92	0,50	7,42	Aprovado
4	106777	Valdinei Deretti	22/02/1989	9	1,80	19	5,32	28	7,12	0,00	7,12	Aprovado
5	110112	Melani Murara	02/06/1994	9	1,80	19	5,32	28	7,12	0,00	7,12	Aprovado
6	110795	Wander Bla-esing	04/11/1978	10	2,00	18	5,04	28	7,04	0,00	7,04	Aprovado
7	110971	Camila Michele Wackerhage	28/06/1993	10	2,00	17	4,76	27	6,76	0,00	6,76	Aprovado
8	102434	Eliane Aparecida Da Luz	09/09/1981	9	1,80	17	4,76	26	6,56	0,00	6,56	Aprovado
9	103883	Nelson Pom-permaier	18/02/1958	8	1,60	17	4,76	25	6,36	0,00	6,36	Aprovado
10	101953	Anelise Bonaldi Klöppel	28/09/1990	11	2,20	14	3,92	25	6,12	0,00	6,12	Aprovado
11	105102	Taline Bobato Stadler Teixeira	18/10/1991	7	1,40	15	4,20	22	5,60	0,00	5,60	Aprovado

## Professor B - Intérprete de Libras | Ensino Superior Completo

POSIÇÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC Acertos	CG		CE		TA	NPE	PT	NF	SITUAÇÃO
				Nota	Acer-tos	Nota						

1	111293	Paulo Roberto Coelho	13/09/1962	6	1,20	17	4,76	23	5,96	0,00	5,96	Aprovado
2	106648	Edvando Santos Cordeiro	21/12/1983	6	1,20	17	4,76	23	5,96	0,00	5,96	Aprovado
Professor B - Língua Alemã   Ensino Superior Completo												
POSIÇÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC Acertos	CG		CE		TA	NPE	PT	NF	SITUA- ÇÃO
				Nota	Acer- tos	Nota						
1	104646	Edeltraud Schulz Da Rosa	13/03/1963	8	1,60	15	4,20	23	5,80	0,00	5,80	Aprovado
Professor B - Língua Portuguesa   Ensino Superior Completo												
POSIÇÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC Acertos	CG		CE		TA	NPE	PT	NF	SITUA- ÇÃO
				Nota	Acer- tos	Nota						
1	114281	Kezia Fernandes Garces Martins	02/02/1984	11	2,20	17	4,76	28	6,96	0,00	6,96	Aprovado
2	113757	Vanessa Fernandes Diniz	03/07/1989	9	1,80	15	4,20	24	6,00	0,00	6,00	Aprovado
3	106629	Naiara Barbosa	19/08/1992	10	2,00	14	3,92	24	5,92	0,00	5,92	Aprovado
4	114048	Sonele Schorck Girardi	14/12/1983	8	1,60	13	3,64	21	5,24	0,00	5,24	Aprovado
Professor B - Matemática   Ensino Superior Completo												
POSIÇÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC Acertos	CG		CE		TA	NPE	PT	NF	SITUA- ÇÃO
				Nota	Acer- tos	Nota						
1	111584	Lidiani Stefanski Fipke	10/07/1984	7	1,40	18	5,04	25	6,44	0,50	6,94	Aprovado
2	107570	Kely Eisenbraun Rigon Kelm	02/06/1987	8	1,60	17	4,76	25	6,36	0,50	6,86	Aprovado
3	110804	Cheirum Michaael Ribeiro	14/10/1990	7	1,40	16	4,48	23	5,88	0,00	5,88	Aprovado
4	114133	Jani Joao Possamai	07/06/1971	11	2,20	13	3,64	24	5,84	0,00	5,84	Aprovado
5	109151	Adriano Dias Furtado	04/11/1983	9	1,80	14	3,92	23	5,72	0,00	5,72	Aprovado
6	105762	Cristina Müller	21/11/1971	6	1,20	14	3,92	20	5,12	0,50	5,62	Aprovado
Professor B - Séries Iniciais   Ensino Superior Completo												
POSIÇÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC Acertos	CG		CE		TA	NPE	PT	NF	SITUA- ÇÃO
				Nota	Acer- tos	Nota						
1	105956	Jessica Alves Da Silva	11/05/1991	9	1,80	18	5,04	27	6,84	0,50	7,34	Aprovado
2	110778	Cristiane Goncalves De Jesus	04/01/1982	10	2,00	19	5,32	29	7,32	0,00	7,32	Aprovado
3	114353	Rodrigo Da Silva	15/04/1986	10	2,00	17	4,76	27	6,76	0,50	7,26	Aprovado
4	110136	Juliane Carina De Souza	03/04/1987	8	1,60	18	5,04	26	6,64	0,50	7,14	Aprovado
5	102474	Denise Cristina Defrein Starosky	29/11/1992	9	1,80	19	5,32	28	7,12	0,00	7,12	Aprovado
6	105798	Lindomar Silva De Jesus	18/09/1986	7	1,40	18	5,04	25	6,44	0,50	6,94	Aprovado
7	114643	Graziane Edir Oliveira	22/02/1986	8	1,60	19	5,32	27	6,92	0,00	6,92	Aprovado
8	110559	Elisangela Maris Pires Dallagnolo	10/06/1978	8	1,60	17	4,76	25	6,36	0,50	6,86	Aprovado
9	115699	Jakeline De Meira Andrukiu Wiltner	02/07/1981	9	1,80	18	5,04	27	6,84	0,00	6,84	Aprovado
10	102314	Shally Katleem Piske	04/02/1993	10	2,00	17	4,76	27	6,76	0,00	6,76	Aprovado
11	111323	Ana Carolini Ramos	26/08/1992	6	1,20	18	5,04	24	6,24	0,50	6,74	Aprovado
12	102567	Deise Ketlin Stiegler Balena	15/09/1989	7	1,40	19	5,32	26	6,72	0,00	6,72	Aprovado
13	111234	Cristiane Luiza Candiotto	06/08/1988	8	1,60	18	5,04	26	6,64	0,00	6,64	Aprovado
14	112887	Alessandra Fischborn	22/02/1994	8	1,60	18	5,04	26	6,64	0,00	6,64	Aprovado
15	111247	Arlete Giroldo Machado	29/06/1970	9	1,80	17	4,76	26	6,56	0,00	6,56	Aprovado



16	108447	Ariela Mireia Da Silva Goncalves	20/03/1990	9	1,80	17	4,76	26	6,56	0,00	6,56	Aprovado
17	111900	Catia Cristina Stinghen	18/11/1987	5	1,00	18	5,04	23	6,04	0,50	6,54	Aprovado
18	108139	Ildemar Stei- nert	09/10/1972	6	1,20	19	5,32	25	6,52	0,00	6,52	Aprovado
19	112251	Graziela Marques De Lima	17/04/1985	6	1,20	19	5,32	25	6,52	0,00	6,52	Aprovado
20	109332	Janete Kupicki	01/11/1976	7	1,40	18	5,04	25	6,44	0,00	6,44	Aprovado
21	102336	Solange Ines Fenerich Astolfi	21/05/1977	10	2,00	14	3,92	24	5,92	0,50	6,42	Aprovado
22	106963	Luciana Figueiredo De Souza	29/10/1973	7	1,40	16	4,48	23	5,88	0,50	6,38	Aprovado
23	102468	Isonete Ma- thias	16/12/1974	7	1,40	16	4,48	23	5,88	0,50	6,38	Aprovado
24	101778	Milena Romaneli Cruz Gruber Colaco	08/03/1987	8	1,60	17	4,76	25	6,36	0,00	6,36	Aprovado
25	103604	Maria Eliane Pereira De Souza	18/10/1990	8	1,60	17	4,76	25	6,36	0,00	6,36	Aprovado
26	113292	Vanessa Got- temms	23/09/1990	5	1,00	19	5,32	24	6,32	0,00	6,32	Aprovado
27	106453	Mirelia Possamai Caron	14/11/1981	8	1,60	15	4,20	23	5,80	0,50	6,30	Aprovado
28	101822	Creilene Rodrigues Garcia	21/05/1981	9	1,80	16	4,48	25	6,28	0,00	6,28	Aprovado
29	108087	Sueyd Bassani	04/11/1995	9	1,80	16	4,48	25	6,28	0,00	6,28	Aprovado
30	106908	Sonia Mara Gomes Ferreira Kuffel	02/12/1977	10	2,00	15	4,20	25	6,20	0,00	6,20	Aprovado
31	107722	Elisane De Lourdes Morsch	28/06/1973	6	1,20	16	4,48	22	5,68	0,50	6,18	Aprovado
32	103940	Debora Michelly Oliveira Da Silva Bortolinii	18/11/1988	7	1,40	17	4,76	24	6,16	0,00	6,16	Aprovado
33	110062	Leni Fauro Ortiz	26/03/1975	5	1,00	18	5,04	23	6,04	0,00	6,04	Aprovado
34	115698	Milana Cristina Erdmann	05/03/1994	9	1,80	15	4,20	24	6,00	0,00	6,00	Aprovado
35	108774	Tayna Larissa Eggert	16/11/1988	5	1,00	16	4,48	21	5,48	0,50	5,98	Aprovado
36	106480	Rosane Pereira Walz	16/03/1971	7	1,40	16	4,48	23	5,88	0,00	5,88	Aprovado
37	102163	Dulce Lara Schmitt	03/09/1978	7	1,40	16	4,48	23	5,88	0,00	5,88	Aprovado
38	111102	Marcelo Gomes De Souza	06/03/1983	7	1,40	16	4,48	23	5,88	0,00	5,88	Aprovado
39	113144	Stephanie Costa Santos Hono- rato	03/10/1986	8	1,60	15	4,20	23	5,80	0,00	5,80	Aprovado
40	110544	Roberta Ingrid Lima	25/04/1995	8	1,60	15	4,20	23	5,80	0,00	5,80	Aprovado
41	105083	Paulo Roberto Balbino	21/07/1973	9	1,80	14	3,92	23	5,72	0,00	5,72	Aprovado
42	115249	Maria De Nazare Pinheiro Serrao	30/06/1962	6	1,20	16	4,48	22	5,68	0,00	5,68	Aprovado
43	115297	Gisele Cristina Dias Krobel	21/09/1979	7	1,40	15	4,20	22	5,60	0,00	5,60	Aprovado
44	109257	Taciana Dos Santos Horstmann	21/07/1986	7	1,40	15	4,20	22	5,60	0,00	5,60	Aprovado
45	108758	Bernadet Kobernovicz	21/04/1993	7	1,40	15	4,20	22	5,60	0,00	5,60	Aprovado
46	112939	Mary Teresinha De Melo Copetti Martins	16/06/1965	9	1,80	13	3,64	22	5,44	0,00	5,44	Aprovado
47	109679	Francieli Fabiana De Mattos Lach	15/03/1986	6	1,20	15	4,20	21	5,40	0,00	5,40	Aprovado

**ATO 018/CP/MS/ED1/15/ADM**

Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**

**Edital n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO –ADMINISTRAÇÃO GERAL**

**Ato 018/CP/MS/ED1/15/ADM****DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DE TODOS OS CARGOS  
DO EDITAL Nº 001/2015 DE CONCURSO PÚBLICO - ADMINISTRAÇÃO**

O **PREFEITO MUNICIPAL** do município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público, torna público o que segue:

1. A Classificação Final dos candidatos aprovados no Concurso Público 001/2015, consta divulgada no **Anexo I** deste ato, já considerando os critérios de desempate.
2. A homologação do resultado final se dará através de ato oficial a ser divulgado pelo município.

Schroeder, 26 de Outubro de 2015

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Edital n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO –ADMINISTRAÇÃO GERAL**

**ANEXO I**  
**CLASSIFICAÇÃO FINAL DE TODOS OS CARGOS**

**Legenda:**  
 CG=Conhecimento Gerais; CE=Conhecimento Específicos; TA = Total de Acertos  
 NPE= Nota de Prova Escrita; NPP= Nota da Prova Prática; NF= Nota Final

**Agente de Endemias** | Ensino Médio Completo

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	111066	Andressa De Lima	17/04/1993	11	2,20	16	4,80	27	<b>7.00</b>	Aprovado
2	102277	David Edison Juliao Saragosa	29/03/1986	16	3,20	11	3,30	27	<b>6.50</b>	Aprovado
3	113141	Marlon Dreher	17/04/1974	11	2,20	14	4,20	25	<b>6.40</b>	Aprovado
4	102419	Clovis Cordeiro De Lima	02/10/1979	11	2,20	14	4,20	25	<b>6.40</b>	Aprovado
5	102699	Monica Ines Valdi Martim Feliciano	04/12/1981	11	2,20	14	4,20	25	<b>6.40</b>	Aprovado
6	108169	Edjalma Ruckl	29/08/1982	12	2,40	11	3,30	23	<b>5.70</b>	Aprovado
7	102664	Elizene Borges De Campos	26/09/1980	7	1,40	14	4,20	21	<b>5.60</b>	Aprovado
8	105413	Devalsi Sebastiana	12/02/1961	10	2,00	12	3,60	22	<b>5.60</b>	Aprovado
9	109673	Martin Guilherme Lickfeld	27/12/1989	13	2,60	10	3,00	23	<b>5.60</b>	Aprovado
10	106203	Liliane Ilidia Do Nascimento Silva	19/04/1984	11	2,20	11	3,30	22	<b>5.50</b>	Aprovado
11	108127	Silvanete Regina Zoz	29/09/1971	9	1,80	12	3,60	21	<b>5.40</b>	Aprovado
12	108649	Anderson Verbinen	15/04/1980	12	2,40	10	3,00	22	<b>5.40</b>	Aprovado
13	105037	Julia Issberner	05/10/1989	9	1,80	11	3,30	20	<b>5.10</b>	Aprovado

**Arquivista** | Ensino Superior Completo

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	104527	Camila Schwinden Lehmkuhl	06/03/1992	8	1,60	19	5,32	27	<b>6.92</b>	Aprovado
2	111850	Everton Tolves De Almeida	27/08/1989	9	1,80	18	5,04	27	<b>6.84</b>	Aprovado
3	102077	Talyta Souza Amaral	23/01/1992	8	1,60	18	5,04	26	<b>6.64</b>	Aprovado

IOBY - INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Página 1 de 46



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

4	112485	Suellen Kerolen Faria	07/04/1987	10	2,00	15	4,20	25	<b>6.20</b>	Aprovado
5	107855	Paulo Valdemar Zilli Junior	23/10/1982	7	1,40	15	4,20	22	<b>5.60</b>	Aprovado
6	114572	Marcelo Fabricio Dos Santos Piske	21/01/1979	8	1,60	14	3,92	22	<b>5.52</b>	Aprovado
7	109046	Lindomar Alirio Lago	29/05/1978	8	1,60	13	3,64	21	<b>5.24</b>	Aprovado
8	102627	Patricia Aguilera Xavier	26/08/1985	8	1,60	13	3,64	21	<b>5.24</b>	Aprovado

**Assistente Social | Ensino Superior Completo**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	104029	Thais Aparecida Castioni	21/10/1991	8	1,60	21	5,88	29	<b>7.48</b>	Aprovado
2	115386	Fernanda Zimmermann De Farias Welter	11/11/1971	10	2,00	18	5,04	28	<b>7.04</b>	Aprovado
3	103889	Flavia Rafaela Ramos	20/08/1988	7	1,40	19	5,32	26	<b>6.72</b>	Aprovado
4	102251	Adeterson David Dos Passos Crispim	10/06/1985	11	2,20	16	4,48	27	<b>6.68</b>	Aprovado
5	112916	Franciele Camilo De Almeida	19/08/1990	9	1,80	17	4,76	26	<b>6.56</b>	Aprovado
6	109751	Cleide Cristina Garcia Real	16/09/1971	7	1,40	18	5,04	25	<b>6.44</b>	Aprovado
7	109977	Dineia Cristiane Marquesi	12/03/1984	7	1,40	18	5,04	25	<b>6.44</b>	Aprovado
8	102354	Rosangela Fidelis Mahs	20/02/1984	11	2,20	15	4,20	26	<b>6.40</b>	Aprovado
9	112050	Juliana Lino Da Silva Biagio	20/01/1982	8	1,60	17	4,76	25	<b>6.36</b>	Aprovado
10	110280	Josiane Gonzaga Dos Santos	22/08/1982	9	1,80	16	4,48	25	<b>6.28</b>	Aprovado
11	112577	Mayla Cariny Uller Ventura	25/06/1985	13	2,60	13	3,64	26	<b>6.24</b>	Aprovado
12	101845	Silmara Cordeiro Macedo	19/06/1982	10	2,00	15	4,20	25	<b>6.20</b>	Aprovado
13	105905	Marisa Dolla Da Silva	10/11/1990	10	2,00	15	4,20	25	<b>6.20</b>	Aprovado
14	102585	Geysara Galvao Da Mota	20/06/1993	10	2,00	15	4,20	25	<b>6.20</b>	Aprovado
15	109503	Marideise De Oliveira	24/11/1966	9	1,80	15	4,20	24	<b>6.00</b>	Aprovado
16	105350	Adriana Levinski Hamann	02/06/1971	9	1,80	15	4,20	24	<b>6.00</b>	Aprovado
17	113286	Maria Rosane Da Silva Figueiredo	06/01/1967	6	1,20	17	4,76	23	<b>5.96</b>	Aprovado
18	114037	Zenici Dreher Herbst	28/03/1977	6	1,20	17	4,76	23	<b>5.96</b>	Aprovado
19	101764	Eide Cristina Rohde	22/04/1980	6	1,20	17	4,76	23	<b>5.96</b>	Aprovado

Página 2 de 46

IOBV - INSTITUTO O BARRIGA VERDE



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO –ADMINISTRAÇÃO GERAL**

20	103970	Maria Celia De Faveri Gonsioriewicz	14/06/1978	7	1,40	16	4,48	23	5.88	Aprovado
21	101803	Nilda Gaedke	19/09/1977	8	1,60	15	4,20	23	5.80	Aprovado
22	102094	Deisi Andrieli Lopes	18/02/1989	8	1,60	15	4,20	23	5.80	Aprovado
23	102636	Glauce Mery Pajenkamp	14/09/1969	9	1,80	14	3,92	23	5.72	Aprovado
24	109208	Alice Aparecida Limberger De Almeida	25/09/1973	9	1,80	14	3,92	23	5.72	Aprovado
25	112407	Mariana Pichek De Mello	16/02/1984	9	1,80	14	3,92	23	5.72	Aprovado
26	106879	Taise Paula Campestrini	22/01/1987	9	1,80	14	3,92	23	5.72	Aprovado
27	106768	Fernanda Rafaela Gajewski Rodrigues	16/04/1992	9	1,80	14	3,92	23	5.72	Aprovado
28	110595	Ana Paula De Azevedo Puhle	27/05/1984	7	1,40	15	4,20	22	5.60	Aprovado
29	106503	Krislaine Bona	21/11/1988	11	2,20	12	3,36	23	5.56	Aprovado
30	115599	Cleusa Vitoria Lafuente	24/05/1956	6	1,20	15	4,20	21	5.40	Aprovado
31	105511	Elizete Luzia Pereira	13/12/1973	6	1,20	15	4,20	21	5.40	Aprovado
32	112287	Fabiane Wosny	27/06/1988	7	1,40	14	3,92	21	5.32	Aprovado
33	101890	Jessica Sandra Da Cunha Dalmonico Stringari	10/05/1991	7	1,40	14	3,92	21	5.32	Aprovado
34	101943	Daniele Kruttsch	19/06/1991	7	1,40	14	3,92	21	5.32	Aprovado
35	108516	Carla Elizangela Zipf	19/06/1973	8	1,60	13	3,64	21	5.24	Aprovado
36	108626	Sabrina Gomes Santos	11/02/1983	8	1,60	13	3,64	21	5.24	Aprovado
37	103025	Eliane Pereira Da Silva	26/06/1979	6	1,20	14	3,92	20	5.12	Aprovado
38	114516	Laura Santos Neitsch	21/12/1985	6	1,20	14	3,92	20	5.12	Aprovado
39	107651	Marcia Pawlowytsch	14/08/1981	7	1,40	13	3,64	20	5.04	Aprovado
40	105735	Francine Custodio Paes	28/10/1984	7	1,40	13	3,64	20	5.04	Aprovado
41	107261	Cynthia Almeida Fernandes Eslabao	22/11/1984	7	1,40	13	3,64	20	5.04	Aprovado

**Auxiliar de Administração** | Ensino Médio Completo

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	102273	Samanta Teles De Padua	08/04/1985	15	3,00	17	5,10	32	8.10	Aprovado
2	102247	Camila Gabriela Leal	14/07/1990	16	3,20	16	4,80	32	8.00	Aprovado

Página 3 de 46

IOBV - INSTITUTO O BARRIGA VERDE



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

3	106533	Deivid Michel Cunha Da Silva	05/01/1981	15	3,00	16	4,80	31	7.80	Aprovado
4	115348	Larissa Mendes Soares	12/07/1987	15	3,00	16	4,80	31	7.80	Aprovado
5	111035	Marjorie Maestri Brognoli	28/02/1990	13	2,60	17	5,10	30	7.70	Aprovado
6	110570	Carla Belarmino Bitencourt	02/01/1985	16	3,20	15	4,50	31	7.70	Aprovado
7	105589	Odir Junior Almeida Goulart	07/02/1964	14	2,80	16	4,80	30	7.60	Aprovado
8	110257	Jordani Wanderley Marasca	23/09/1994	14	2,80	16	4,80	30	7.60	Aprovado
9	109891	Flaviela Da Silva	19/11/1992	12	2,40	17	5,10	29	7.50	Aprovado
10	105436	Ina Beatriz Koki Batista	16/04/1983	15	3,00	15	4,50	30	7.50	Aprovado
11	108761	Amanda Cristhie Trummer Da Silva	10/06/1991	15	3,00	15	4,50	30	7.50	Aprovado
12	105816	Jessica Thaise Kasinski Pessatti	23/04/1998	15	3,00	15	4,50	30	7.50	Aprovado
13	102603	Lucas Peres	19/04/1998	16	3,20	14	4,20	30	7.40	Aprovado
14	108054	Fernando Borges Rengel	18/11/1987	14	2,80	15	4,50	29	7.30	Aprovado
15	112546	Kamila Kozlowsky Pereira	19/10/1988	17	3,40	13	3,90	30	7.30	Aprovado
16	102729	Maycon De Souza Carneiro	30/07/1992	15	3,00	14	4,20	29	7.20	Aprovado
17	101884	Joao Victor Dos Santos Silva	28/06/1987	10	2,00	17	5,10	27	7.10	Aprovado
18	106422	Juliana Vieira Fabiani	03/12/1979	13	2,60	15	4,50	28	7.10	Aprovado
19	113794	Jose Wallace Da Silva Barboza	20/08/1985	13	2,60	15	4,50	28	7.10	Aprovado
20	111313	Fernanda Medeiros Zanette Andrade	29/11/1982	16	3,20	13	3,90	29	7.10	Aprovado
21	102590	Isabel Cristina Streme	20/02/1996	16	3,20	13	3,90	29	7.10	Aprovado
22	102027	Rafael Tomaselli	05/01/1997	11	2,20	16	4,80	27	7.00	Aprovado
23	112071	Renato De Oliveira Valle	17/07/1975	14	2,80	14	4,20	28	7.00	Aprovado
24	115542	Talita Pinto Magalhaes De Freitas	03/11/1982	14	2,80	14	4,20	28	7.00	Aprovado
25	110880	Carina Piecharski	24/12/1986	14	2,80	14	4,20	28	7.00	Aprovado
26	105221	Geise Correia Coelho	08/09/1987	14	2,80	14	4,20	28	7.00	Aprovado
27	110671	Alexis Thomaz Schroeder	07/05/1992	14	2,80	14	4,20	28	7.00	Aprovado
28	103149	Cristiane Graciele Marcelino Strelow	23/12/1987	17	3,40	12	3,60	29	7.00	Aprovado
29	114340	Thiago Henrique Venancio	31/12/1986	9	1,80	17	5,10	26	6.90	Aprovado
30	113685	Juliane Eger	08/11/1975	12	2,40	15	4,50	27	6.90	Aprovado

Página 4 de 46

IOBV - INSTITUTO O BARRIGA VERDE





Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

31	108955	Louise Relindes Burdzaki	26/01/1990	12	2,40	15	4,50	27	<b>6.90</b>	Aprovado
32	112417	Kellyn Capelett Colpo	17/07/1991	12	2,40	15	4,50	27	<b>6.90</b>	Aprovado
33	113609	Jayson Curvello	12/03/1986	15	3,00	13	3,90	28	<b>6.90</b>	Aprovado
34	101990	Gustavo Krüger	15/02/1997	15	3,00	13	3,90	28	<b>6.90</b>	Aprovado
35	109588	Marlene Weber Da Cruz	19/04/1968	10	2,00	16	4,80	26	<b>6.80</b>	Aprovado
36	114130	Cloves Pereira De Jesus	25/08/1977	13	2,60	14	4,20	27	<b>6.80</b>	Aprovado
37	104634	Felipe Fabris Goerl	18/12/1980	13	2,60	14	4,20	27	<b>6.80</b>	Aprovado
38	109627	Gabriela Zoz	04/11/1987	13	2,60	14	4,20	27	<b>6.80</b>	Aprovado
39	114625	Airton Roberto Jagiello	06/02/1991	13	2,60	14	4,20	27	<b>6.80</b>	Aprovado
40	109545	Mateus Cidral Machado	06/05/1993	13	2,60	14	4,20	27	<b>6.80</b>	Aprovado
41	103348	Jonas Da Rocha	22/07/1993	13	2,60	14	4,20	27	<b>6.80</b>	Aprovado
42	105720	Francine Natali Vanzuita	27/04/1994	13	2,60	14	4,20	27	<b>6.80</b>	Aprovado
43	105662	Bruna Shmoller Pereira	09/11/1995	13	2,60	14	4,20	27	<b>6.80</b>	Aprovado
44	113541	Marciele Carina Bartel	06/11/1987	11	2,20	15	4,50	26	<b>6.70</b>	Aprovado
45	101910	Sidinei Frank	04/08/1988	11	2,20	15	4,50	26	<b>6.70</b>	Aprovado
46	104941	Bruna Taina Rodrigues	17/11/1995	11	2,20	15	4,50	26	<b>6.70</b>	Aprovado
47	115074	Ederson Cleiton Mahs	27/07/1984	14	2,80	13	3,90	27	<b>6.70</b>	Aprovado
48	104988	Jose Antonio Da Silva Eufrazio	05/03/1997	14	2,80	13	3,90	27	<b>6.70</b>	Aprovado
49	111160	Felipe Jorge Domingos	15/09/1963	12	2,40	14	4,20	26	<b>6.60</b>	Aprovado
50	109524	Karen Cintia Andreatta De Freitas	22/12/1973	12	2,40	14	4,20	26	<b>6.60</b>	Aprovado
51	114993	Carolina Tomaselli	28/02/1980	12	2,40	14	4,20	26	<b>6.60</b>	Aprovado
52	109721	Scheila Trevisol	06/09/1985	12	2,40	14	4,20	26	<b>6.60</b>	Aprovado
53	106282	Samaya Louize Pierri	02/09/1986	12	2,40	14	4,20	26	<b>6.60</b>	Aprovado
54	102147	Paula Cristina Krah	08/06/1990	12	2,40	14	4,20	26	<b>6.60</b>	Aprovado
55	104477	Ricardo Beltrami Poffo	07/04/1995	12	2,40	14	4,20	26	<b>6.60</b>	Aprovado
56	102704	Wander Besen	05/04/1996	12	2,40	14	4,20	26	<b>6.60</b>	Aprovado
57	101965	Danielle Greice Ribeiro	15/09/1991	15	3,00	12	3,60	27	<b>6.60</b>	Aprovado
58	113018	Heliete Maria De Aragao	19/12/1965	13	2,60	13	3,90	26	<b>6.50</b>	Aprovado

Página 5 de 46

IOBV - INSTITUTO O BARRIGA VERDE



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

59	109227	Marcio Roberto Werner	18/07/1974	13	2,60	13	3,90	26	6.50	Aprovado
60	102552	Gilmar Gentil Farias	10/12/1979	13	2,60	13	3,90	26	6.50	Aprovado
61	107604	Alessandra Gomes De Oliveira Kraieski	29/09/1984	13	2,60	13	3,90	26	6.50	Aprovado
62	102238	Mariana Ribeiro De Freitas Hubie	07/08/1985	13	2,60	13	3,90	26	6.50	Aprovado
63	109603	Carolina Bueno De Ramos	25/11/1987	13	2,60	13	3,90	26	6.50	Aprovado
64	104794	Suzalin Kamke	12/08/1994	13	2,60	13	3,90	26	6.50	Aprovado
65	103351	Emerson Luis Dos Santos	01/03/1985	11	2,20	14	4,20	25	6.40	Aprovado
66	111191	Rafael Allias De Lima	16/03/1993	11	2,20	14	4,20	25	6.40	Aprovado
67	102542	Sabrina Tecila	24/05/1996	11	2,20	14	4,20	25	6.40	Aprovado
68	103758	Eliete Stopa Freitas	14/04/1972	14	2,80	12	3,60	26	6.40	Aprovado
69	106782	Tassia Aparecida De Paulo Pereira	22/05/1990	14	2,80	12	3,60	26	6.40	Aprovado
70	107165	Luiz Ricardo Da Silva	16/06/1991	14	2,80	12	3,60	26	6.40	Aprovado
71	102056	Mayra Marcelle Silva	11/01/1997	9	1,80	15	4,50	24	6.30	Aprovado
72	115459	Marcos Fernandes Da Silva	11/07/1970	12	2,40	13	3,90	25	6.30	Aprovado
73	106040	Helton Herrmann	08/05/1979	12	2,40	13	3,90	25	6.30	Aprovado
74	110629	Luciane Janaina Dalpiaz	05/04/1985	12	2,40	13	3,90	25	6.30	Aprovado
75	111869	Edneide Hermogenes Da Silva	01/10/1985	12	2,40	13	3,90	25	6.30	Aprovado
76	110755	Jessica Aline Tusset Rocha	08/10/1987	12	2,40	13	3,90	25	6.30	Aprovado
77	102604	Andre Urio Bruch	24/05/1990	12	2,40	13	3,90	25	6.30	Aprovado
78	101891	Franciele Fiamoncini Ribeiro	14/10/1994	12	2,40	13	3,90	25	6.30	Aprovado
79	102071	Jessica Maiara Fiamoncini	20/12/1994	12	2,40	13	3,90	25	6.30	Aprovado
80	113396	Jessica Caroline De Abreu	20/05/1996	12	2,40	13	3,90	25	6.30	Aprovado
81	110431	Manuella Wintrich	10/08/1997	12	2,40	13	3,90	25	6.30	Aprovado
82	107159	Larissa Marquewitz	05/09/1997	12	2,40	13	3,90	25	6.30	Aprovado
83	109359	Eduardo Rodniski	10/07/1996	15	3,00	11	3,30	26	6.30	Aprovado
84	103895	Pricila Wacholz	08/01/1983	10	2,00	14	4,20	24	6.20	Aprovado
85	108363	Rildo Avelino Silva	28/04/1983	10	2,00	14	4,20	24	6.20	Aprovado
86	115321	Lara Aimee Neves Landgraf	21/05/1985	10	2,00	14	4,20	24	6.20	Aprovado

Página 6 de 46

IOBV - INSTITUTO O BARRIGA VERDE



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

87	113329	Claudia Reese Da Fonseca	29/05/1990	10	2,00	14	4,20	24	6.20	Aprovado
88	111115	Luan Miranda Ribeiro	16/07/1994	10	2,00	14	4,20	24	6.20	Aprovado
89	106915	Gessica Tainara Leitzke	01/11/1994	10	2,00	14	4,20	24	6.20	Aprovado
90	102053	Jani Gleyda Tomio Baesso	13/07/1977	13	2,60	12	3,60	25	6.20	Aprovado
91	107383	Karin Danielli Antunes Dos Santos	12/04/1990	13	2,60	12	3,60	25	6.20	Aprovado
92	108987	Joao Carlos Kobernovicz	24/09/1992	13	2,60	12	3,60	25	6.20	Aprovado
93	101758	Denis Roger Goncalves Ribeiro	02/10/1995	13	2,60	12	3,60	25	6.20	Aprovado
94	102503	Aline Do Rosario	10/05/1997	13	2,60	12	3,60	25	6.20	Aprovado
95	108585	Isolete Teresinha Ranghetti Goncalves	23/02/1965	11	2,20	13	3,90	24	6.10	Aprovado
96	104369	Djenson Levi Gusso	03/07/1984	11	2,20	13	3,90	24	6.10	Aprovado
97	104590	Jelson Cleber Correa	14/04/1986	11	2,20	13	3,90	24	6.10	Aprovado
98	110919	Ingrid Didier Da Silva	05/11/1992	11	2,20	13	3,90	24	6.10	Aprovado
99	114014	James Diogo Krause	18/07/1981	14	2,80	11	3,30	25	6.10	Aprovado
100	108146	Gustavo Enrico Bertoli	01/05/1988	14	2,80	11	3,30	25	6.10	Aprovado
101	103998	Sheila Thais Da Cunha	16/10/1996	14	2,80	11	3,30	25	6.10	Aprovado
102	101852	Camila Fabiana Schoenberger	23/01/1991	6	1,20	16	4,80	22	6.00	Aprovado
103	114025	Jonathan Mozart Marquetti	26/05/1982	9	1,80	14	4,20	23	6.00	Aprovado
104	110970	Jaqueline Dos Santos	05/12/1984	9	1,80	14	4,20	23	6.00	Aprovado
105	102160	Jaqueline Lava	17/12/1992	9	1,80	14	4,20	23	6.00	Aprovado
106	104982	Franciele Mara Thomsen	20/10/1994	9	1,80	14	4,20	23	6.00	Aprovado
107	110842	Jarlete Rocha Papp	11/04/1966	12	2,40	12	3,60	24	6.00	Aprovado
108	105671	Pamela Amaral De Freitas Reginato	11/12/1986	12	2,40	12	3,60	24	6.00	Aprovado
109	113745	Chaiara Tais Satler	02/09/1992	12	2,40	12	3,60	24	6.00	Aprovado
110	108951	Denise Koch	09/09/1994	12	2,40	12	3,60	24	6.00	Aprovado
111	101984	Suelen Larisse Barbosa	03/07/1995	12	2,40	12	3,60	24	6.00	Aprovado
112	108966	Andreia Schulz Teixeira	06/05/1989	15	3,00	10	3,00	25	6.00	Aprovado
113	113526	Vanderli Cordeiro De Souza Junior	07/03/1995	7	1,40	15	4,50	22	5.90	Aprovado
114	104094	Lucimar Oneda	04/02/1961	10	2,00	13	3,90	23	5.90	Aprovado

Página 7 de 46

IOBV - INSTITUTO O BARRIGA VERDE



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

115	110811	Everton Peres Castro	15/08/1964	10	2,00	13	3,90	23	5.90	Aprovado
116	114954	Alzemiro Praxedes Nunes	06/03/1976	10	2,00	13	3,90	23	5.90	Aprovado
117	110535	Soraia Maria Zierhut Haag Karpen	31/07/1976	10	2,00	13	3,90	23	5.90	Aprovado
118	111095	Joel Francisco Konink	26/10/1983	10	2,00	13	3,90	23	5.90	Aprovado
119	113598	Carlos Eduardo Campregher	14/03/1988	10	2,00	13	3,90	23	5.90	Aprovado
120	105988	Leandro Padilha	22/12/1991	10	2,00	13	3,90	23	5.90	Aprovado
121	110355	Ana Luiza Schweitzer	15/03/1994	10	2,00	13	3,90	23	5.90	Aprovado
122	114288	Carla Fernanda Costa Cardonetti Lima	28/11/1971	13	2,60	11	3,30	24	5.90	Aprovado
123	112845	Lucineia Correa Calomeno	26/07/1979	13	2,60	11	3,30	24	5.90	Aprovado
124	101792	Gislaine Andreia De Moraes Conti	13/08/1979	13	2,60	11	3,30	24	5.90	Aprovado
125	102182	Andrea Gimenez De Lima Couto	12/01/1982	13	2,60	11	3,30	24	5.90	Aprovado
126	115236	Fernando Da Silva	31/08/1984	13	2,60	11	3,30	24	5.90	Aprovado
127	107167	Gilson Do Nascimento Cavalcante	30/05/1986	13	2,60	11	3,30	24	5.90	Aprovado
128	109519	Suelyn Baesso	29/11/1995	13	2,60	11	3,30	24	5.90	Aprovado
129	107990	Jainara Layse Cesconetto	08/04/1996	13	2,60	11	3,30	24	5.90	Aprovado
130	106056	Aline Azevedo	06/12/1996	13	2,60	11	3,30	24	5.90	Aprovado
131	102440	Carina Alves De Oliveira	17/12/1986	8	1,60	14	4,20	22	5.80	Aprovado
132	103918	Gildo Machado Tavares Dos Santos	01/12/1988	8	1,60	14	4,20	22	5.80	Aprovado
133	106278	Ellen Fernanda Santos	29/01/1991	8	1,60	14	4,20	22	5.80	Aprovado
134	112532	Manoel Luis Lima Tavares	22/07/1975	11	2,20	12	3,60	23	5.80	Aprovado
135	111937	Francis Ibanes Erte Leite De Oliveira	02/10/1980	11	2,20	12	3,60	23	5.80	Aprovado
136	108797	Ubirajara Uller Albuquerque	15/04/1984	11	2,20	12	3,60	23	5.80	Aprovado
137	107737	Marcio Fontana	08/09/1984	11	2,20	12	3,60	23	5.80	Aprovado
138	104398	Marcel Rogerio Marchetti	01/03/1986	11	2,20	12	3,60	23	5.80	Aprovado
139	112046	Francine Campos Gazola	19/04/1987	11	2,20	12	3,60	23	5.80	Aprovado
140	109336	Charles Maico Kath	28/07/1988	11	2,20	12	3,60	23	5.80	Aprovado
141	113473	Fernanda Vegini	25/02/1992	11	2,20	12	3,60	23	5.80	Aprovado
142	110193	Ana Paula De Andrade	11/03/1994	11	2,20	12	3,60	23	5.80	Aprovado

Página 8 de 46

IOBV - INSTITUTO O BARRIGA VERDE



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

143	110416	Aline Laiz Jordan.	14/01/1996	11	2,20	12	3,60	23	5,80	Aprovado
144	109892	Sidnei Luis Moreira	09/02/1974	14	2,80	10	3,00	24	5,80	Aprovado
145	103862	Abilio Carvalho Do Prado	26/02/1985	14	2,80	10	3,00	24	5,80	Aprovado
146	113839	Tetsuhisa Inaba	23/08/1955	12	2,40	11	3,30	23	5,70	Aprovado
147	102595	Vanessa Fuck	03/07/1983	6	1,20	15	4,50	21	5,70	Aprovado
148	110288	Sandro Abel Borges	26/03/1973	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
149	114040	Miguel Fernando Rauber	29/09/1979	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
150	112355	Eliane Correa Feliciano	16/11/1982	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
151	103057	Eliane Bueno	16/12/1985	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
152	107426	Dayane Dos Santos	23/12/1986	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
153	107226	Ana C B Santos	09/01/1987	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
154	102583	Daiara Ramos	26/06/1989	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
155	112150	Samuel Correa	20/03/1991	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
156	104045	Isabella Nedra Ferreira Silva	22/01/1992	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
157	102714	Cristina Pereira Ewald	29/09/1994	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
158	108620	Miriam Cristina Cunha Ferreira	03/06/1972	12	2,40	11	3,30	23	5,70	Aprovado
159	101790	Marizete Aparecida Dos Santos Hoef	19/09/1976	12	2,40	11	3,30	23	5,70	Aprovado
160	102026	Sandra Eftting	06/02/1986	12	2,40	11	3,30	23	5,70	Aprovado
161	114465	Daiana Hermes	17/04/1986	12	2,40	11	3,30	23	5,70	Aprovado
162	110466	Maria Vanda Lucia Tomaz Soares De Araujo	25/02/1988	12	2,40	11	3,30	23	5,70	Aprovado
163	115562	Yndianara Dos Anjos	04/01/1989	12	2,40	11	3,30	23	5,70	Aprovado
164	110904	Jessica De Lima Ropelato	10/10/1993	12	2,40	11	3,30	23	5,70	Aprovado
165	107702	Joana Schmidt Alquini	08/10/1994	12	2,40	11	3,30	23	5,70	Aprovado
166	112527	Laira Tatiane Formigari Baumgärtner	24/02/1996	12	2,40	11	3,30	23	5,70	Aprovado
167	110491	Bianca Schummacher	07/11/1996	12	2,40	11	3,30	23	5,70	Aprovado
168	102136	Maria Helena Maas	06/03/1997	12	2,40	11	3,30	23	5,70	Aprovado
169	110988	Herverson Bassi Pereira	23/06/1993	7	1,40	14	4,20	21	5,60	Aprovado
170	111259	Carlos Eduardo Kemper	19/11/1971	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado

Página 9 de 46

IOBV - INSTITUTO O BARRIGA VERDE



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

171	104336	Eduardo Dos Santos Piegas	06/11/1982	10	2,00	12	3,60	22	5.60	Aprovado
172	106079	Joyce Adriane Dias Cardoso	26/05/1984	10	2,00	12	3,60	22	5.60	Aprovado
173	108050	Eliane Flores De Oliveira	01/10/1984	10	2,00	12	3,60	22	5.60	Aprovado
174	102119	Bruna Luiza Junckes Garcia	16/03/1994	10	2,00	12	3,60	22	5.60	Aprovado
175	112383	Julio Cesar Brekailo Mendes	01/07/1975	13	2,60	10	3,00	23	5.60	Aprovado
176	113055	Celia Nogueira Latacheski	13/06/1981	13	2,60	10	3,00	23	5.60	Aprovado
177	112204	Nadjane Da Rocha Voigt	24/05/1982	13	2,60	10	3,00	23	5.60	Aprovado
178	105502	Adriano Portela Scheidt	17/06/1983	13	2,60	10	3,00	23	5.60	Aprovado
179	111013	Morgana Tuzzi	20/06/1988	13	2,60	10	3,00	23	5.60	Aprovado
180	101855	Bianca Uller	02/01/1996	16	3,20	8	2,40	24	5.60	Aprovado
181	102381	Francisca Pierre Dias Ficagna	16/03/1983	8	1,60	13	3,90	21	5.50	Aprovado
182	107232	Silvia Maria De Souza.	26/12/1958	11	2,20	11	3,30	22	5.50	Aprovado
183	111220	Jessica Lemos Gasperin	15/04/1987	11	2,20	11	3,30	22	5.50	Aprovado
184	109816	Leonardo Jose Pereira Ferreira	15/04/1987	11	2,20	11	3,30	22	5.50	Aprovado
185	110241	Tainan Alice Franzener Lemke	17/02/1989	11	2,20	11	3,30	22	5.50	Aprovado
186	108792	Ricardo Augusto Do Livramento	02/10/1989	11	2,20	11	3,30	22	5.50	Aprovado
187	112318	Welida Madjuli Salvador	21/01/1991	11	2,20	11	3,30	22	5.50	Aprovado
188	109363	Barbara Lais Junkes Zem	23/09/1991	11	2,20	11	3,30	22	5.50	Aprovado
189	102055	Luan Victor De Moura	05/02/1996	11	2,20	11	3,30	22	5.50	Aprovado
190	107382	Fellipe Franca Graeff	13/07/1996	11	2,20	11	3,30	22	5.50	Aprovado
191	115233	Natascha Luize Kopper Strelow	29/07/1996	11	2,20	11	3,30	22	5.50	Aprovado
192	114343	Lucas Johann Wilbert Da Silva	03/06/1997	11	2,20	11	3,30	22	5.50	Aprovado
193	111954	Maria Izabel De Braganca Jurgens	09/11/1981	6	1,20	14	4,20	20	5.40	Aprovado
194	103068	Francini Cavichioli	09/04/1993	6	1,20	14	4,20	20	5.40	Aprovado
195	111073	Dilma De Lima	20/04/1967	9	1,80	12	3,60	21	5.40	Aprovado
196	111830	Tiago Costa Biagio	06/11/1980	9	1,80	12	3,60	21	5.40	Aprovado
197	103472	Ana Paula Peroti	05/08/1981	9	1,80	12	3,60	21	5.40	Aprovado
198	104908	Maria Madalena Bernardini	27/12/1985	9	1,80	12	3,60	21	5.40	Aprovado

Página 10 de 46

IOBV - INSTITUTO O BARRIGA VERDE





Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

199	106117	Jaqueline Pigosso	19/06/1986	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
200	101838	Luiz Fernando Grossl	14/08/1986	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
201	112965	Franciane Martins Miliaris De Macedo	23/12/1986	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
202	112351	Paulo Rogerio Ribeiro	27/06/1987	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
203	101766	Odileide Greffin	07/04/1988	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
204	114178	Silvia Farinhas	16/08/1988	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
205	105561	Camila Castro Oliveira Assis	17/11/1990	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
206	102907	Paloma Eduarda Fenerich De Almeida Hackbarth	08/01/1993	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
207	103370	Anelise Aparecida Paloschi	24/05/1997	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
208	111180	Robson Serafim Galliza	21/12/1976	12	2,40	10	3,00	22	5,40	Aprovado
209	110858	Daniella Tavyane Rigon Da Silva	12/10/1991	12	2,40	10	3,00	22	5,40	Aprovado
210	112945	Patrick De Melo Copetti Martins	30/03/1993	12	2,40	10	3,00	22	5,40	Aprovado
211	107013	Deliane Rafaela Pacher	19/08/1995	12	2,40	10	3,00	22	5,40	Aprovado
212	109912	Gabriella Mader Dos Santos	17/10/1997	12	2,40	10	3,00	22	5,40	Aprovado
213	106078	Iverson Leitzke	17/11/1989	15	3,00	8	2,40	23	5,40	Aprovado
214	115518	Joice Cristina Hackbarth	10/02/1983	7	1,40	13	3,90	20	5,30	Aprovado
215	103897	Silvana Dos Santos Soares	19/05/1992	7	1,40	13	3,90	20	5,30	Aprovado
216	105330	Alan Santana Pailha	16/04/1993	7	1,40	13	3,90	20	5,30	Aprovado
217	107638	Claudio Humberto Silva	03/08/1965	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado
218	114983	Edi Carlos Zavaglio	29/11/1983	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado
219	111250	Edson Ribeiro Mota	28/05/1986	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado
220	102153	Aimee Mello Dos Santos	04/07/1988	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado
221	109431	Juliana Bruxel	10/08/1988	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado
222	109724	Dayanne Prado	01/01/1990	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado
223	102088	Ana Cristina De Amorim	14/02/1992	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado
224	112716	Maiara Tatiane Dias	08/02/1993	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado
225	101916	Flavia Cristina Delagnolo	07/06/1993	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado

Página 11 de 46

IOBV - INSTITUTO O BARRIGA VERDE



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

226	102346	Douglas Ranielli Gadotti	12/06/1993	10	2,00	11	3,30	21	5.30	Aprovado
227	110878	Joyce Rodrigues Cordeiro Giacomelli	10/10/1993	10	2,00	11	3,30	21	5.30	Aprovado
228	109485	Tiago Getnerski	03/11/1994	10	2,00	11	3,30	21	5.30	Aprovado
229	114119	Jordana Botosso Xavier	14/09/1995	10	2,00	11	3,30	21	5.30	Aprovado
230	113587	Jaqueline Junkes	08/02/1997	10	2,00	11	3,30	21	5.30	Aprovado
231	102877	Juliana Da Cunha	23/03/1984	13	2,60	9	2,70	22	5.30	Aprovado
232	114186	Gisele Simoni Beber	02/02/1985	13	2,60	9	2,70	22	5.30	Aprovado
233	108628	Juliana Nunciaroni	29/06/1985	13	2,60	9	2,70	22	5.30	Aprovado
234	112082	Gabriela Betoni Oliveira Luz	31/05/1996	13	2,60	9	2,70	22	5.30	Aprovado
235	114136	Jonatan Alves Baumgärtner	10/12/1995	5	1,00	14	4,20	19	5.20	Aprovado
236	101862	Andre Ricardo Hafermann	22/04/1968	8	1,60	12	3,60	20	5.20	Aprovado
237	105612	Idalina Beatriz Minelli	01/07/1981	8	1,60	12	3,60	20	5.20	Aprovado
238	110907	Iris Lais Dos Santos	17/06/1993	8	1,60	12	3,60	20	5.20	Aprovado
239	102105	Nadia Gesiane Hass Alexandrino	08/08/1995	8	1,60	12	3,60	20	5.20	Aprovado
240	101870	Eduarda Pasold	07/02/1997	8	1,60	12	3,60	20	5.20	Aprovado
241	101755	Claudio Dos Santos Graca	04/04/1976	11	2,20	10	3,00	21	5.20	Aprovado
242	106605	Rafaela Saraiva De Vargas Vidal	03/02/1982	11	2,20	10	3,00	21	5.20	Aprovado
243	107635	Ivan Santos Ferreira	22/09/1983	11	2,20	10	3,00	21	5.20	Aprovado
244	110507	Vanessa Cristiane Maliuk	25/10/1983	11	2,20	10	3,00	21	5.20	Aprovado
245	108074	Michele Da Silva Melo Talayer	08/04/1985	11	2,20	10	3,00	21	5.20	Aprovado
246	103743	Juliano Bovi	13/06/1987	11	2,20	10	3,00	21	5.20	Aprovado
247	103342	Pamela Patricia Albano B Souza	15/03/1988	11	2,20	10	3,00	21	5.20	Aprovado
248	108671	Aline Odorizzi	27/02/1989	11	2,20	10	3,00	21	5.20	Aprovado
249	102529	Jonatan Pablo Withoft	23/10/1991	11	2,20	10	3,00	21	5.20	Aprovado
250	109711	Adryana Lins Campos	30/03/1992	11	2,20	10	3,00	21	5.20	Aprovado
251	102780	Mauricio Scaini	29/11/1992	11	2,20	10	3,00	21	5.20	Aprovado
252	101794	Carolina Schiochet	25/04/1994	11	2,20	10	3,00	21	5.20	Aprovado
253	102412	Leandro Rogala Brites	17/06/1995	11	2,20	10	3,00	21	5.20	Aprovado

Página 12 de 46

IOBV - INSTITUTO O BARRIGA VERDE



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

254	102709	Eduardo Andre Motta	21/08/1997	11	2,20	10	3,00	21	5,20	Aprovado
255	102538	Rosana Guckert Alves	24/01/1980	14	2,80	8	2,40	22	5,20	Aprovado
256	103459	Abel Candido Machado Vilaca	08/07/1983	14	2,80	8	2,40	22	5,20	Aprovado
257	108654	Elisangela Aparecida Pereira De Almeida	27/10/1983	6	1,20	13	3,90	19	5,10	Aprovado
258	102885	Valdineia Ferreira Viergutz	17/09/1991	6	1,20	13	3,90	19	5,10	Aprovado
259	104410	Siunare Pavarin Guimaraes	18/12/1978	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
260	102456	Patricia Demenek Visentim	12/05/1982	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
261	111478	Rodrigo Felipe Da Silva Melo	23/03/1983	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
262	110447	Maria Solange Giubilato Busch	11/02/1984	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
263	104095	Zenilda Rosa Ribeiro	13/01/1985	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
264	102648	Elaine Correa De Souza	10/07/1986	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
265	115173	Ediane Michele Vendramin Massaneiro	29/11/1986	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
266	108032	Carla Cristina Maffezzolli Jordan	16/01/1987	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
267	108250	Marta Aparecida Bernardini	11/04/1987	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
268	112983	Michele Daiane Morais Vieira	27/04/1987	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
269	115001	Rute Gund Dalosto	08/05/1988	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
270	109376	Mayara Stefany Moreira	26/06/1991	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
271	102134	Janaina Brotzke	01/03/1992	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
272	113630	Daniel Felipe Kath	05/06/1992	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
273	104290	Alison Weiss Jacob	06/05/1993	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
274	107959	Elizabeth Cristiane Oleksy	07/08/1994	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
275	110282	Jhenifer Ramos De Souza	02/12/1995	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
276	102050	Geovana Schade	15/07/1996	9	1,80	11	3,30	20	5,10	Aprovado
277	102341	Felippe Folchini	14/11/1988	12	2,40	9	2,70	21	5,10	Aprovado
278	113499	Gisele Faria De Lima	28/12/1989	12	2,40	9	2,70	21	5,10	Aprovado
279	110579	Jaciara Moreira Lopes	10/05/1992	12	2,40	9	2,70	21	5,10	Aprovado
280	108526	Jeisibel De Oliveira Müller Boddenberg	30/04/1994	12	2,40	9	2,70	21	5,10	Aprovado
281	108643	Luana Daniela Schiochet	27/02/1984	4	0,80	14	4,20	18	5,00	Aprovado

Página 13 de 46

IOBV - INSTITUTO O BARRIGA VERDE



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

282	108882	Dienes Cunha Alves	24/01/1993	4	0,80	14	4,20	18	5.00	Aprovado
283	113761	Marcos Alexandre Beltrami	09/05/1967	7	1,40	12	3,60	19	5.00	Aprovado
284	115123	Marli Zanchet	11/08/1974	7	1,40	12	3,60	19	5.00	Aprovado
285	101936	Micheli Cristina Rudiger Lange	16/01/1979	7	1,40	12	3,60	19	5.00	Aprovado
286	110305	Luciana Aparecida Antonioli	12/10/1979	7	1,40	12	3,60	19	5.00	Aprovado
287	108845	Gustavo Wonsick Machado	21/11/1979	7	1,40	12	3,60	19	5.00	Aprovado
288	110987	Wolnei Charles Engelmann	02/08/1987	7	1,40	12	3,60	19	5.00	Aprovado
289	109059	Jelson Preuss	10/06/1988	7	1,40	12	3,60	19	5.00	Aprovado
290	114500	Karine Niewiadonski	29/12/1995	7	1,40	12	3,60	19	5.00	Aprovado
291	114546	Sergio Ricardo Entholzer	03/10/1964	10	2,00	10	3,00	20	5.00	Aprovado
292	102048	Luciane Zamboni Moreira	11/12/1975	10	2,00	10	3,00	20	5.00	Aprovado
293	112284	Eliane Ramos Rodrigues Fossile	31/07/1981	10	2,00	10	3,00	20	5.00	Aprovado
294	109566	Daiane Maria Rosa	04/06/1982	10	2,00	10	3,00	20	5.00	Aprovado
295	106433	Edna Roselia Paz	26/12/1982	10	2,00	10	3,00	20	5.00	Aprovado
296	104844	Muriel Marroni Pires	19/11/1984	10	2,00	10	3,00	20	5.00	Aprovado
297	103289	Marcos Fernando Time	16/05/1985	10	2,00	10	3,00	20	5.00	Aprovado
298	105327	Ana Paula Broll	08/08/1986	10	2,00	10	3,00	20	5.00	Aprovado
299	111595	Taciana Kreutzfeldt Salomon	09/10/1987	10	2,00	10	3,00	20	5.00	Aprovado
300	112944	Pierre De Melo Copetti Martins	29/04/1991	10	2,00	10	3,00	20	5.00	Aprovado
301	102281	Monia Karine Milan	11/05/1991	10	2,00	10	3,00	20	5.00	Aprovado
302	111106	Roberta Muller Lins	05/12/1994	10	2,00	10	3,00	20	5.00	Aprovado
303	102817	Luana Vaz	22/07/1996	10	2,00	10	3,00	20	5.00	Aprovado
304	109246	Kaine Tomaszchitz Marghotti	31/10/1996	10	2,00	10	3,00	20	5.00	Aprovado
305	110106	Larissa Murara	18/10/1997	10	2,00	10	3,00	20	5.00	Aprovado
306	102199	Beatriz Gabriele Pereira Da Silva	23/10/1998	10	2,00	10	3,00	20	5.00	Aprovado
307	102477	Patricia Poltronieri	25/05/1996	13	2,60	8	2,40	21	5.00	Aprovado



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Edital n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO –ADMINISTRAÇÃO GERAL**

**Auxiliar de Fiscalização | Ensino Médio Completo**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	110948	Giovane Rodrigues De Oliveira	16/03/1984	19	3,80	11	3,30	30	7.10	Aprovado
2	101951	Alan Marcos Santos Das Neves	02/01/1995	13	2,60	12	3,60	25	6.20	Aprovado
3	113174	Ezequiel Pereira Dos Santos	02/05/1976	8	1,60	15	4,50	23	6.10	Aprovado
4	112316	Marcia Vanessa Szymanczuk	11/07/1994	14	2,80	11	3,30	25	6.10	Aprovado
5	102382	Egon Junior Tomaseli	13/07/1991	18	3,60	8	2,40	26	6.00	Aprovado
6	103771	Pablo Yuri Benavenuto Dos Santos	04/07/1997	16	3,20	9	2,70	25	5.90	Aprovado
7	103847	Lucas Tomaz Stevens	17/01/1989	10	2,00	12	3,60	22	5.60	Aprovado
8	102043	Pamela Daiane Bonomini	03/05/1997	8	1,60	13	3,90	21	5.50	Aprovado
9	108971	Marcel Teixeira	30/01/1982	11	2,20	11	3,30	22	5.50	Aprovado
10	105501	Reginaldo Jose Lamin	04/11/1984	11	2,20	11	3,30	22	5.50	Aprovado
11	108555	Tiago Ribas	12/08/1991	12	2,40	10	3,00	22	5.40	Aprovado
12	115209	Davy Mader De Souza	15/08/1995	12	2,40	10	3,00	22	5.40	Aprovado
13	115077	Renan Hackbarth De Souza Neves	27/04/1990	10	2,00	11	3,30	21	5.30	Aprovado
14	114495	Debora Cilene Ricardo	06/02/1975	11	2,20	10	3,00	21	5.20	Aprovado
15	115817	Pryscyla Lipzynski Fochezatto	21/08/1992	11	2,20	10	3,00	21	5.20	Aprovado
16	115443	Geovani Luiz Rizzo	03/11/1987	14	2,80	8	2,40	22	5.20	Aprovado
17	108012	Edenilson Alves Da Silva	17/05/1983	10	2,00	10	3,00	20	5.00	Aprovado
18	111128	Filipe Da Fonseca	06/05/1994	13	2,60	8	2,40	21	5.00	Aprovado
19	106780	Pietra Stefani Minatti De Oliveira	24/03/1998	13	2,60	8	2,40	21	5.00	Aprovado

**Auxiliar de Sala | Ensino Médio Completo**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	115042	Rosemeri Kuester De Bonfim	13/04/1980	11	2,20	14	4,20	25	6.40	Aprovado
2	108995	Charlene Aparecida Ferreira Scoz	14/08/1982	13	2,60	12	3,60	25	6.20	Aprovado

IOBY - INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Página 15 de 46



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Edital n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO –ADMINISTRAÇÃO GERAL**

3	105486	Analu Coelho Antunes	04/11/1978	9	1,80	14	4,20	23	6,00	Aprovado
4	112852	Leridiane Do Prado	16/03/1995	9	1,80	14	4,20	23	6,00	Aprovado
5	105107	Luciene Do Carmo	19/06/1983	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
6	114330	Paola Marostica	17/08/1995	9	1,80	13	3,90	22	5,70	Aprovado
7	108204	Marcia Cristina Dutra	23/08/1982	7	1,40	14	4,20	21	5,60	Aprovado
8	111675	Cleusa Andrea Dranka Mendes	23/12/1975	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
9	111182	Aline Silva De Almeida	27/10/1993	10	2,00	12	3,60	22	5,60	Aprovado
10	108279	Andre Santos Michelon	04/04/1987	8	1,60	13	3,90	21	5,50	Aprovado
11	113767	Viviane Xavier	13/08/1971	9	1,80	12	3,60	21	5,40	Aprovado
12	105110	Fabiane Stuy	31/12/1984	10	2,00	11	3,30	21	5,30	Aprovado
13	110192	Marili Bylaardt Loos	04/01/1975	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado
14	107437	Desiree Aimee Wolff Alves	23/10/1985	8	1,60	12	3,60	20	5,20	Aprovado
15	108039	Josiani Maioli De Anevao	12/02/1978	6	1,20	13	3,90	19	5,10	Aprovado
16	106945	Gislaine Vital Dos Santos Ludtke	06/04/1983	6	1,20	13	3,90	19	5,10	Aprovado
17	112960	Gislaine Mirleia Correa Ribeiro	18/05/1984	7	1,40	12	3,60	19	5,00	Aprovado
18	113610	Grazieli Scheidt	28/09/1993	7	1,40	12	3,60	19	5,00	Aprovado
19	108788	Jane Patricia Santos	30/01/1986	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado
20	106829	Katiane Stocksneider	19/06/1986	13	2,60	8	2,40	21	5,00	Aprovado

**Auxiliar de Serviços Gerais I | Ensino Fundamental Completo e Incompleto**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	110738	Rayssa Estefany Oliveira Conceicao De Sousa	23/10/1992	8	3,20	9	5,40	17	8,60	Aprovado
2	109023	Lucelia Estefania Oliveira De Belo Schwirkowski	22/08/1991	9	3,60	8	4,80	17	8,40	Aprovado
3	111110	Paulo Roberto Schmauch	05/02/1965	7	2,80	9	5,40	16	8,20	Aprovado
4	105733	Rosane Ribeiro Pires	01/03/1971	8	3,20	8	4,80	16	8,00	Aprovado
5	110169	Paula Cristina Gois Da Luz Ferreira	29/09/1981	8	3,20	8	4,80	16	8,00	Aprovado
6	110446	Anderson Cornelio Rodrigues	17/03/1996	8	3,20	8	4,80	16	8,00	Aprovado

IOBV - INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Página 16 de 46





Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

7	107006	Elizabeth De Fatima Portz	07/02/1963	5	2,00	9	5,40	14	7.40	Aprovado
8	110925	Selma Maria De Macedo	03/01/1977	6	2,40	8	4,80	14	7.20	Aprovado
9	114578	Luciana Moreira Dias	25/12/1984	6	2,40	8	4,80	14	7.20	Aprovado
10	110243	Olivia Aparecida Specht	13/04/1986	6	2,40	8	4,80	14	7.20	Aprovado
11	110613	Joel Antonio Pereira	16/08/1957	4	1,60	9	5,40	13	7.00	Aprovado
12	109630	Neide S De Oliveira Boddenberg	12/04/1990	4	1,60	9	5,40	13	7.00	Aprovado
13	111040	Sandra Aparecida Correa	21/05/1978	8	3,20	6	3,60	14	6.80	Aprovado
14	108175	Kilian Rafael Pretti	28/03/1986	3	1,20	9	5,40	12	6.60	Aprovado
15	110763	Nayara Borge Lemke	21/01/1992	3	1,20	9	5,40	12	6.60	Aprovado
16	112292	Silvana Pereira Pacheco	08/10/1962	6	2,40	7	4,20	13	6.60	Aprovado
17	108049	Magali Faustino Da Silva	16/05/1970	6	2,40	7	4,20	13	6.60	Aprovado
18	108511	Rita Ferreira De Oliveira	11/09/1973	6	2,40	7	4,20	13	6.60	Aprovado
19	110687	Oziel Da Silva	18/09/1986	4	1,60	8	4,80	12	6.40	Aprovado
20	105139	Edilaine Aparecida Dos Santos	19/01/1988	4	1,60	8	4,80	12	6.40	Aprovado
21	115640	Ana Carolina Dias	30/01/1988	4	1,60	8	4,80	12	6.40	Aprovado
22	113899	Luciane Regina Schenkel	27/07/1977	5	2,00	7	4,20	12	6.20	Aprovado
23	110151	Edna Goncalves Alves Almeida	16/11/1967	6	2,40	6	3,60	12	6.00	Aprovado
24	109192	Monica Lais Nascimento	04/08/1993	6	2,40	6	3,60	12	6.00	Aprovado
25	108436	Noeli Praxedes Nunes	18/03/1978	4	1,60	7	4,20	11	5.80	Aprovado
26	106411	Ana Maria Correa	12/12/1979	5	2,00	6	3,60	11	5.60	Aprovado
27	104447	Maria Caatarina Ferreira Dos Santos	19/11/1981	5	2,00	6	3,60	11	5.60	Aprovado
28	111892	Jaine Ferraz Pereira De Lucena	10/07/1993	5	2,00	6	3,60	11	5.60	Aprovado
29	109663	Tereza Dos Santos Pacifico	20/09/1957	3	1,20	7	4,20	10	5.40	Aprovado
30	107832	Thiely Postai Dos Santos	09/05/1991	6	2,40	5	3,00	11	5.40	Aprovado
31	110989	Selma Aparecida Candinho Trapp	25/02/1968	4	1,60	6	3,60	10	5.20	Aprovado
32	112988	Ester Henrique Dos Santos Borba	26/09/1968	4	1,60	6	3,60	10	5.20	Aprovado
33	111346	Maria Noemira Cavalheiro	28/02/1970	4	1,60	6	3,60	10	5.20	Aprovado
34	108635	Ireni Gomes Da Silva	15/03/1970	4	1,60	6	3,60	10	5.20	Aprovado

Página 17 de 46

IOBV - INSTITUTO O BARRIGA VERDE



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

35	108312	Adriano Sebastiao Vieira	02/12/1971	4	1,60	6	3,60	10	5.20	Aprovado
36	102601	Paula Andreia Da Silveira	17/04/1988	4	1,60	6	3,60	10	5.20	Aprovado
37	111946	Viviana Defante Kiedis	12/09/1980	2	0,80	7	4,20	9	5.00	Aprovado
38	106554	Adriana Fernandes	06/02/1979	5	2,00	5	3,00	10	5.00	Aprovado
39	114274	Jardel De Souza Kraemer	18/04/1997	5	2,00	5	3,00	10	5.00	Aprovado

**Auxiliar de Serviços Gerais II | Ensino Fundamental Completo e Incompleto**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	111403	Fernando Israel	05/06/1983	10	4,00	8	4,80	18	8.80	Aprovado
2	103570	Alan De Brito Vidal	27/02/1993	7	2,80	8	4,80	15	7.60	Aprovado
3	102296	Tanise Aparecida Cavalheiro Cardoso Oss-emer	08/10/1978	7	2,80	7	4,20	14	7.00	Aprovado
4	110684	Osiel Palhano	11/03/1992	7	2,80	7	4,20	14	7.00	Aprovado
5	110834	Jose Furman Da Silva	07/07/1965	5	2,00	8	4,80	13	6.80	Aprovado
6	104553	Dieison Luis Da Silva	27/02/1992	5	2,00	8	4,80	13	6.80	Aprovado
7	110012	Egildo De Anevaio	16/01/1975	9	3,60	5	3,00	14	6.60	Aprovado
8	108791	Alex De Oliveira Prado	04/10/1978	6	2,40	6	3,60	12	6.00	Aprovado
9	106930	Rodrigo Flores Procópio	24/08/1974	5	2,00	6	3,60	11	5.60	Aprovado
10	102089	Adriane Iargas	05/01/1980	5	2,00	6	3,60	11	5.60	Aprovado
11	111921	Alex Odemir Vidal	26/06/1995	5	2,00	6	3,60	11	5.60	Aprovado

**Bibliotecário | Ensino Superior Completo**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	111611	Priscilla Lüdtke Espindola	21/03/1991	10	2,00	19	5,32	29	7.32	Aprovado
2	115548	Renilda Fatima De Oliveira	02/09/1985	12	2,40	15	4,20	27	6.60	Aprovado
3	111667	Luciana Seidler	08/03/1977	10	2,00	15	4,20	25	6.20	Aprovado
4	107835	Andreza Nascimento Da Silva	01/04/1991	8	1,60	16	4,48	24	6.08	Aprovado

IOBV - INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Página 18 de 46



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Edital n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO –ADMINISTRAÇÃO GERAL**

5	101934	Cintia Valeria Wagner	28/09/1967	9	1,80	15	4,20	24	<b>6.00</b>	Aprovado
6	106901	Sabrina Francisca Vieira	20/10/1983	7	1,40	13	3,64	20	<b>5.04</b>	Aprovado

**Contador | Ensino Superior Completo**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	102860	Angela Luisa Dobler	19/10/1982	11	2,20	24	6,72	35	<b>8.92</b>	Aprovado
2	114022	Jose Carlos Herbst	16/03/1969	8	1,60	21	5,88	29	<b>7.48</b>	Aprovado
3	107680	Daniel Bueno Kurzlop	20/08/1987	7	1,40	21	5,88	28	<b>7.28</b>	Aprovado
4	111849	Clovis Alexandre Truchinski	13/02/1966	8	1,60	20	5,60	28	<b>7.20</b>	Aprovado
5	103525	Eneias Alexandre Staroscky	16/08/1988	9	1,80	19	5,32	28	<b>7.12</b>	Aprovado
6	102418	Marcos Vinicius Redel	02/12/1992	9	1,80	19	5,32	28	<b>7.12</b>	Aprovado
7	109032	Juceli Cristina Laube Alves	03/08/1982	12	2,40	16	4,48	28	<b>6.88</b>	Aprovado
8	114160	Germana Voltolini	27/01/1988	12	2,40	16	4,48	28	<b>6.88</b>	Aprovado
9	111367	Cristiane Pereira De Lima	13/04/1972	9	1,80	18	5,04	27	<b>6.84</b>	Aprovado
10	114348	Rubens Tives	12/09/1981	9	1,80	18	5,04	27	<b>6.84</b>	Aprovado
11	112205	Thiago Struck	21/09/1991	9	1,80	18	5,04	27	<b>6.84</b>	Aprovado
12	109897	Eliseu Alves Ribeiro	02/11/1973	10	2,00	17	4,76	27	<b>6.76</b>	Aprovado
13	101913	Leticia Pereira	11/03/1993	10	2,00	17	4,76	27	<b>6.76</b>	Aprovado
14	107229	Joannes Paulus May	10/12/1981	8	1,60	18	5,04	26	<b>6.64</b>	Aprovado
15	115614	Marildo Luiz Revers	12/12/1962	12	2,40	15	4,20	27	<b>6.60</b>	Aprovado
16	112648	Adriana Aparecida Penso Dias	20/05/1985	9	1,80	17	4,76	26	<b>6.56</b>	Aprovado
17	102112	Luiz Fernando Freitas	29/06/1976	10	2,00	16	4,48	26	<b>6.48</b>	Aprovado
18	106759	Erica Mariana Bernardes	10/06/1992	11	2,20	15	4,20	26	<b>6.40</b>	Aprovado
19	111543	Moacir Cardoso	02/01/1968	8	1,60	17	4,76	25	<b>6.36</b>	Aprovado
20	105797	Douglas Pedro Simas	09/01/1983	8	1,60	17	4,76	25	<b>6.36</b>	Aprovado
21	105415	Jose Francisco Fernandes Neto	14/02/1983	8	1,60	17	4,76	25	<b>6.36</b>	Aprovado
22	104141	Luciana Malagotti	19/09/1993	9	1,80	16	4,48	25	<b>6.28</b>	Aprovado

IOBV - INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Página 19 de 46



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

23	110754	Elaine Cristina Eckel	12/11/1991	10	2,00	15	4,20	25	6.20	Aprovado
24	102673	Joana Lohn	19/02/1993	11	2,20	14	3,92	25	6.12	Aprovado
25	114403	Jose Carlos Goeten	18/04/1964	9	1,80	15	4,20	24	6.00	Aprovado
26	110616	Rafaela Susan Kienen	01/07/1988	9	1,80	15	4,20	24	6.00	Aprovado
27	102133	Luize Faria Boeira	29/12/1992	7	1,40	16	4,48	23	5.88	Aprovado
28	105312	Jeferson Augusto Lacerda Brum	15/06/1973	6	1,20	16	4,48	22	5.68	Aprovado
29	111469	Angelo Fostinoni Neto	14/09/1976	6	1,20	16	4,48	22	5.68	Aprovado
30	106070	Caroline Braganholo	05/03/1984	10	2,00	13	3,64	23	5.64	Aprovado
31	113589	Rafael Silva Dos Santos	07/07/1987	10	2,00	13	3,64	23	5.64	Aprovado
32	109642	Jhonatan Pablo Robatino Correa	17/07/1991	10	2,00	13	3,64	23	5.64	Aprovado
33	106810	Pedro Indalecio Da Costa	03/08/1964	7	1,40	15	4,20	22	5.60	Aprovado
34	111965	Riquelme Alexander Stahnke	02/02/1979	7	1,40	15	4,20	22	5.60	Aprovado
35	108324	Rodrigo Jose Branco De Moraes	19/03/1982	11	2,20	12	3,36	23	5.56	Aprovado
36	104027	Patricia Martinez Cunha	01/03/1975	8	1,60	14	3,92	22	5.52	Aprovado
37	102334	Deivite Geraldo Alves	05/09/1987	6	1,20	15	4,20	21	5.40	Aprovado
38	113229	Jose Nocy Pereira	04/09/1958	10	2,00	12	3,36	22	5.36	Aprovado
39	105002	Nadirleia Jucara Gaedtke	22/01/1980	10	2,00	12	3,36	22	5.36	Aprovado
40	107964	Rafael Garcia Guilardi	15/01/1988	10	2,00	12	3,36	22	5.36	Aprovado
41	114992	Adriana Steilein	19/03/1992	10	2,00	12	3,36	22	5.36	Aprovado
42	110115	Marcio Jose Voese Paulus	28/06/1977	7	1,40	14	3,92	21	5.32	Aprovado
43	102004	Jaqueline Aparecida Sacht Behling	30/11/1984	7	1,40	14	3,92	21	5.32	Aprovado
44	108609	Diego Egidio Conzatti	24/03/1987	7	1,40	14	3,92	21	5.32	Aprovado
45	114582	Paulo Ricardo Lehmkuhl	23/01/1985	8	1,60	13	3,64	21	5.24	Aprovado
46	110568	Ricardo Jose Cabral	30/12/1982	9	1,80	12	3,36	21	5.16	Aprovado
47	111214	Eliete Sandra Cansi	08/08/1969	6	1,20	14	3,92	20	5.12	Aprovado
48	105764	Gilmar Sebastiao Vieira	07/11/1982	10	2,00	11	3,08	21	5.08	Aprovado
49	105484	Cristini Schneider Bender	09/03/1985	7	1,40	13	3,64	20	5.04	Aprovado
50	107764	Rafaela Darline Ramos	19/06/1993	11	2,20	10	2,80	21	5.00	Aprovado

Página 20 de 46

IOBV - INSTITUTO O BARRIGA VERDE



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO –ADMINISTRAÇÃO GERAL**

**Coveiro** | Ensino Fundamental Completo e Incompleto

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	105734	Pablo Luis Nicolini	20/05/1986	9	3,60	10	6,00	19	<b>9.60</b>	Aprovado
2	110819	Murilo Dos Santos Victor	27/10/1995	9	3,60	8	4,80	17	<b>8.40</b>	Aprovado
3	111147	Felipe Barbosa Fialho	28/01/1981	5	2,00	9	5,40	14	<b>7.40</b>	Aprovado
4	108923	Juarez Dorval Mattedi	10/09/1975	8	3,20	6	3,60	14	<b>6.80</b>	Aprovado

**Desenhista** | Ensino Médio Completo

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	106730	Aline Cristina Rebelato	22/04/1992	16	3,20	15	4,50	31	<b>7.70</b>	Aprovado
2	110279	Bruna Franciele Ristau	16/02/1990	15	3,00	15	4,50	30	<b>7.50</b>	Aprovado
3	113157	Gustavo Honorato Silva	16/06/1989	14	2,80	14	4,20	28	<b>7.00</b>	Aprovado
4	104834	Erom Souza Neto	22/06/1971	10	2,00	16	4,80	26	<b>6.80</b>	Aprovado
5	103207	Carollyne Antunes	04/04/1995	11	2,20	15	4,50	26	<b>6.70</b>	Aprovado
6	112957	Djonathan Luan Güntzel	15/11/1990	14	2,80	13	3,90	27	<b>6.70</b>	Aprovado
7	115082	Tarcilla Martins Dos Santos	23/04/1990	12	2,40	14	4,20	26	<b>6.60</b>	Aprovado
8	115439	Willian Pablo Piechontcoski	12/06/1994	11	2,20	14	4,20	25	<b>6.40</b>	Aprovado
9	113415	Tatiane Ramires	14/04/1993	12	2,40	13	3,90	25	<b>6.30</b>	Aprovado
10	102530	Antonio Santana	15/08/1975	10	2,00	14	4,20	24	<b>6.20</b>	Aprovado
11	115646	Patrick Leal De Freitas	19/01/1991	13	2,60	12	3,60	25	<b>6.20</b>	Aprovado
12	109894	Luis Guilherme De Souza	03/05/1993	13	2,60	12	3,60	25	<b>6.20</b>	Aprovado
13	109571	Gean Carlos Weidenand	17/01/1993	11	2,20	13	3,90	24	<b>6.10</b>	Aprovado
14	106778	Larisi Marina Rigo	04/07/1993	12	2,40	12	3,60	24	<b>6.00</b>	Aprovado
15	110781	Nicolas Dias Furtado	06/07/1993	12	2,40	12	3,60	24	<b>6.00</b>	Aprovado
16	115266	Diego Lenz Martins	28/07/1995	8	1,60	14	4,20	22	<b>5.80</b>	Aprovado



Estado de Santa Catarina  
Município de Schroeder  
Edital n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO –ADMINISTRAÇÃO GERAL

17	102181	Sonia Rebelatto	20/04/1985	11	2,20	12	3,60	23	5.80	Aprovado
18	110313	Andrei Decker	08/08/1995	10	2,00	12	3,60	22	5.60	Aprovado
19	102025	Cristian Ademar Jahn	11/02/1971	11	2,20	11	3,30	22	5.50	Aprovado
20	102295	Lucas Boshammer	18/02/1997	14	2,80	9	2,70	23	5.50	Aprovado
21	113183	Adilson Lopes Cereja Junior	25/10/1967	9	1,80	12	3,60	21	5.40	Aprovado
22	108359	Francieli Biasibetti	19/04/1991	10	2,00	10	3,00	20	5.00	Aprovado

Educador Físico | Ensino Superior Completo

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	105621	Gerri Adriani Rosa	27/01/1973	8	1,60	16	4,48	24	6.08	Aprovado
2	107409	Danubia Marcela Wessler	25/09/1978	8	1,60	16	4,48	24	6.08	Aprovado
3	101918	Jose Carlos Portz	26/01/1978	5	1,00	17	4,76	22	5.76	Aprovado
4	110200	Cintia Fracarolli	04/12/1971	6	1,20	16	4,48	22	5.68	Aprovado
5	104108	Jessica Buzzi	04/10/1994	6	1,20	16	4,48	22	5.68	Aprovado
6	102158	Eliane De Andrade Dos Santos	23/09/1986	7	1,40	15	4,20	22	5.60	Aprovado
7	106869	Jessica Aparecida Correa	28/10/1991	5	1,00	16	4,48	21	5.48	Aprovado
8	104311	Adricia Neumann Neumann	22/07/1982	7	1,40	14	3,92	21	5.32	Aprovado
9	103055	Volmir Lima Dos Santos	04/04/1972	4	0,80	16	4,48	20	5.28	Aprovado

Encanador | Ensino Fundamental Completo e Incompleto

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	111426	Edson Ricardo Martins Filho	04/02/1982	7	2,80	10	6,00	17	8.80	Aprovado
2	109272	Wagner Borges Francisco	29/07/1989	9	3,60	8	4,80	17	8.40	Aprovado
3	110821	Luiz Carlos Lencino	06/01/1983	7	2,80	9	5,40	16	8.20	Aprovado
4	115425	Eder Wojerack	01/05/1983	7	2,80	9	5,40	16	8.20	Aprovado
5	111283	Celio Aguiar Lima	16/07/1981	8	3,20	8	4,80	16	8.00	Aprovado

IOBV - INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Página 22 de 46





Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Edital n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO –ADMINISTRAÇÃO GERAL**

6	107686	Cristiano Da Silva	06/01/1987	8	3,20	8	4,80	16	8.00	Aprovado
7	109041	Everton Ricardo De Paula	02/03/1979	9	3,60	7	4,20	16	7.80	Aprovado
8	114038	Odair Antonio Domingues	07/04/1971	5	2,00	9	5,40	14	7.40	Aprovado
9	113491	Guilherme Maxiel Przynski	28/10/1994	5	2,00	9	5,40	14	7.40	Aprovado
10	113231	Joao Paulo Cabrera	27/09/1999	5	2,00	9	5,40	14	7.40	Aprovado
11	107098	Adesio Luis Balsanelli	01/02/1966	8	3,20	7	4,20	15	7.40	Aprovado
12	107215	Cristopher Nunes	15/04/1989	8	3,20	7	4,20	15	7.40	Aprovado
13	111832	Carlos Andre Urnau	02/01/1979	6	2,40	8	4,80	14	7.20	Aprovado
14	108153	Carlos Kiill Leffler	01/11/1984	6	2,40	8	4,80	14	7.20	Aprovado
15	114599	Jonas Quentin	12/07/1987	6	2,40	8	4,80	14	7.20	Aprovado
16	109177	Jeferson Diego Wanesky	06/10/1989	6	2,40	8	4,80	14	7.20	Aprovado
17	115565	Ray Lopes Da Silva	04/06/1989	4	1,60	9	5,40	13	7.00	Aprovado
18	109616	Genesio Pigosso	27/09/1958	7	2,80	7	4,20	14	7.00	Aprovado
19	102446	Nilso Acacio Pires De Moraes Junior	09/06/1992	7	2,80	7	4,20	14	7.00	Aprovado
20	105190	Clovis De Azevedo Filho	01/02/1974	8	3,20	6	3,60	14	6.80	Aprovado
21	106499	Valmir Bona	23/04/1965	6	2,40	7	4,20	13	6.60	Aprovado
22	110854	Luiz Carlos De Medeiros Cardoso	11/12/1966	6	2,40	7	4,20	13	6.60	Aprovado
23	110725	Valdecir Adams	31/10/1970	6	2,40	7	4,20	13	6.60	Aprovado
24	110612	Ingomar Wutke	11/06/1966	7	2,80	6	3,60	13	6.40	Aprovado
25	108019	Delazir Prades Da Silva	11/09/1969	7	2,80	6	3,60	13	6.40	Aprovado
26	114002	Claudimir Muller	23/06/1975	5	2,00	7	4,20	12	6.20	Aprovado
27	111352	Luciano Borges De Azevedo	28/04/1968	4	1,60	7	4,20	11	5.80	Aprovado
28	109729	Lauri Simas Ramos	23/08/1968	3	1,20	7	4,20	10	5.40	Aprovado
29	102127	Nilso Ribeiro Da Silva	23/09/1978	4	1,60	6	3,60	10	5.20	Aprovado



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

**Enfermeiro** | Ensino Superior Completo

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	102061	Sabrina De Oliveira Campos Franca	06/02/1981	10	2,00	19	5,32	29	7.32	Aprovado
2	113856	Kamila Santos Trierveiler	19/01/1992	11	2,20	18	5,04	29	7.24	Aprovado
3	112974	Cleni Flores Pilar	06/03/1977	10	2,00	16	4,48	26	6.48	Aprovado
4	101850	Juliana Pasquali	27/02/1993	6	1,20	18	5,04	24	6.24	Aprovado
5	102076	Ana Claudia Pasquali	07/05/1987	4	0,80	19	5,32	23	6.12	Aprovado
6	111255	Eliete Dos Santos Rech	15/06/1973	8	1,60	16	4,48	24	6.08	Aprovado
7	112017	Joseane Rogel Da Silva De Souza	28/08/1982	9	1,80	15	4,20	24	6.00	Aprovado
8	110380	Lilian Arruda De Oliveira	31/10/1982	9	1,80	15	4,20	24	6.00	Aprovado
9	108723	Meline Fernanda Hornburg	25/02/1983	9	1,80	15	4,20	24	6.00	Aprovado
10	112529	Makson Do Prado Santos	28/09/1988	6	1,20	17	4,76	23	5.96	Aprovado
11	109544	Juliana Jorge Ploszai	05/07/1985	7	1,40	16	4,48	23	5.88	Aprovado
12	102666	Cristina Morgana Batista	08/02/1993	7	1,40	16	4,48	23	5.88	Aprovado
13	111422	Sarah Spieker Jacinto	08/09/1983	8	1,60	15	4,20	23	5.80	Aprovado
14	112557	Jonatan Francisco Abel	19/05/1987	8	1,60	15	4,20	23	5.80	Aprovado
15	106482	Alessandra Dos Santos	31/10/1974	9	1,80	14	3,92	23	5.72	Aprovado
16	109948	Flavia Caroline Bento	18/12/1992	9	1,80	14	3,92	23	5.72	Aprovado
17	108800	Anderson Da Silva Batista	21/05/1980	6	1,20	16	4,48	22	5.68	Aprovado
18	110580	Aline Gabrielle De Souza	18/08/1990	10	2,00	13	3,64	23	5.64	Aprovado
19	111712	Talita Piccoli	13/05/1990	7	1,40	15	4,20	22	5.60	Aprovado
20	104181	Michelle Franzoi Ayala	12/01/1982	6	1,20	15	4,20	21	5.40	Aprovado
21	107957	Sara Francieli Brych	17/12/1991	8	1,60	13	3,64	21	5.24	Aprovado
22	106907	Laudineia Ferreira Terres	27/09/1984	9	1,80	12	3,36	21	5.16	Aprovado
23	102347	Joseane Oliveira Marcelino	05/10/1984	9	1,80	12	3,36	21	5.16	Aprovado
24	111647	Melissa Kaue Boese Coelho	24/03/1992	6	1,20	14	3,92	20	5.12	Aprovado



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Edital n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

**Engenheiro Agrônomo | Ensino Superior Completo**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	104541	Juliano Schultz	29/09/1979	11	2,20	19	5,32	30	7.52	Aprovado
2	107768	Madalena Sobiecki	07/08/1990	13	2,60	17	4,76	30	7.36	Aprovado
3	102508	Alan Ferraz Lemke	18/10/1985	11	2,20	18	5,04	29	7.24	Aprovado
4	104803	Rafael Luis Philippus	27/07/1984	10	2,00	17	4,76	27	6.76	Aprovado
5	111755	Ricardo De Melo	26/05/1990	13	2,60	14	3,92	27	6.52	Aprovado
6	107095	Marcos Rodolfo Goetten	13/09/1991	14	2,80	13	3,64	27	6.44	Aprovado
7	115831	Arthur Batoqui Costa E Silva	09/05/1991	11	2,20	15	4,20	26	6.40	Aprovado
8	110032	William Antonio Moreno Foresti	13/01/1993	11	2,20	15	4,20	26	6.40	Aprovado
9	106426	Victor Oziel Meier Elias	25/05/1989	8	1,60	17	4,76	25	6.36	Aprovado
10	111386	Silvio Fritz Filho	08/01/1983	9	1,80	16	4,48	25	6.28	Aprovado
11	105200	Paulo Roberto Da Cruz	06/11/1968	10	2,00	15	4,20	25	6.20	Aprovado
12	110775	Juniele Rodrigues Pivetta Sureck	06/06/1981	10	2,00	15	4,20	25	6.20	Aprovado
13	112790	Gabriel Olle Dalmazo	23/02/1985	10	2,00	15	4,20	25	6.20	Aprovado
14	112511	Tiago Do Nascimento Lesniewski	16/01/1986	11	2,20	14	3,92	25	6.12	Aprovado
15	111009	Pamela Martins Vieira	20/10/1986	8	1,60	16	4,48	24	6.08	Aprovado
16	101911	Helen Tuane Da Luz Dos Santos	14/10/1992	8	1,60	16	4,48	24	6.08	Aprovado
17	108630	Ricardo Pereira	27/12/1985	9	1,80	15	4,20	24	6.00	Aprovado
18	112801	Aldrin Alisson Keyser	17/08/1990	9	1,80	15	4,20	24	6.00	Aprovado
19	106410	Mauricio Borges Seixas	09/10/1965	6	1,20	17	4,76	23	5.96	Aprovado
20	109882	Sidnei Everton Andric	02/09/1968	6	1,20	17	4,76	23	5.96	Aprovado
21	114152	Alan Ferreira Mendes	27/02/1990	10	2,00	14	3,92	24	5.92	Aprovado
22	110740	Lucas Trevisan	20/05/1987	8	1,60	15	4,20	23	5.80	Aprovado
23	109618	Paulo Eduardo Wille	21/10/1988	8	1,60	15	4,20	23	5.80	Aprovado
24	108366	Celso Eduardo De Camargo	14/11/1958	9	1,80	14	3,92	23	5.72	Aprovado

Página 25 de 46

IOBV - INSTITUTO O BARRIGA VERDE



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

25	105677	Charles Cristhiano Pinto	27/06/1985	9	1,80	14	3,92	23	5.72	Aprovado
26	107586	Crizane Hackbarth	15/12/1989	9	1,80	14	3,92	23	5.72	Aprovado
27	109042	Marcelo Borghezán	01/03/1980	7	1,40	15	4,20	22	5.60	Aprovado
28	106163	Luis Antonio Reis Da Porciuncula	14/01/1958	11	2,20	12	3,36	23	5.56	Aprovado
29	113836	Gerson Elesbao	25/02/1992	11	2,20	12	3,36	23	5.56	Aprovado
30	110667	Titus Guilherme Costa Porath	27/01/1988	8	1,60	14	3,92	22	5.52	Aprovado
31	108449	Bryan Duane De Oliveira Machado Romero	16/08/1987	5	1,00	16	4,48	21	5.48	Aprovado
32	107783	Ernilo Rowe	03/07/1957	9	1,80	13	3,64	22	5.44	Aprovado
33	111096	Vinicius Rafael Sansana	17/07/1977	10	2,00	12	3,36	22	5.36	Aprovado
34	111931	Douglas Andre Würz	05/06/1989	9	1,80	12	3,36	21	5.16	Aprovado
35	102437	Everson Luiz Marchiore	24/10/1977	13	2,60	9	2,52	22	5.12	Aprovado
36	111033	Patricia Pollizello Lopes	05/10/1981	10	2,00	11	3,08	21	5.08	Aprovado
37	113725	Oriel Tiago Kolln	07/09/1985	10	2,00	11	3,08	21	5.08	Aprovado
38	106187	Lucas Travassos Deda	23/08/1988	10	2,00	11	3,08	21	5.08	Aprovado
39	102454	Lucas Scott Velleda	05/05/1991	10	2,00	11	3,08	21	5.08	Aprovado
40	110285	Gilberto Angelo Orso	21/04/1968	7	1,40	13	3,64	20	5.04	Aprovado
41	108182	Mariele Dos Santos Taques Michelon	01/10/1989	7	1,40	13	3,64	20	5.04	Aprovado
42	102869	Lucas Tiburski	31/08/1992	7	1,40	13	3,64	20	5.04	Aprovado

**Engenheiro Ambiental | Ensino Superior Completo**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	110026	Jessica Michalak	29/11/1991	13	2,60	19	5,32	32	7.92	Aprovado
2	111724	Felipe Souza Fagundes	24/08/1990	11	2,20	20	5,60	31	7.80	Aprovado
3	113519	Rafael Alexandre De Oliveira	23/09/1982	9	1,80	21	5,88	30	7.68	Aprovado
4	101765	Mariani Carolina Da Cunha Carneiro	27/11/1988	11	2,20	19	5,32	30	7.52	Aprovado
5	104458	Luiz Carlos Dias Junior	05/03/1989	11	2,20	19	5,32	30	7.52	Aprovado
6	107735	Tassia Ledoux Galiasso	07/03/1985	9	1,80	20	5,60	29	7.40	Aprovado

IOBV - INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Página 26 de 46



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

7	111428	Gustavo Luiz Gartner	23/07/1985	9	1.80	20	5,60	29	7.40	Aprovado
8	113584	Eduardo Jaques Cubas	09/03/1988	9	1.80	20	5,60	29	7.40	Aprovado
9	103661	Pedro Rodrigues De Andrade	16/11/1990	10	2,00	19	5,32	29	7.32	Aprovado
10	110538	Ricardo Rehnolt Meyer	18/10/1974	8	1,60	20	5,60	28	7.20	Aprovado
11	108498	Silvana Martins	25/02/1989	8	1,60	20	5,60	28	7.20	Aprovado
12	102502	Kaethlin Katiane Zeh	14/05/1992	8	1,60	20	5,60	28	7.20	Aprovado
13	110574	Luciane Comin Guesser	04/06/1983	9	1,80	19	5,32	28	7.12	Aprovado
14	105153	Thamy Regina Reiser Pfeilsticker	19/05/1984	6	1,20	21	5,88	27	7.08	Aprovado
15	106434	Anelise Cristiana Carvalho	08/10/1985	10	2,00	18	5,04	28	7.04	Aprovado
16	101955	Mariana Gonçalves Silva	15/09/1991	10	2,00	18	5,04	28	7.04	Aprovado
17	109660	Bruno Dalledone Bittar	29/06/1988	8	1,60	19	5,32	27	6.92	Aprovado
18	107342	Camila Cassuly Teles	16/04/1991	8	1,60	19	5,32	27	6.92	Aprovado
19	108870	Joao Victor Chruchelski	01/10/1993	9	1,80	18	5,04	27	6.84	Aprovado
20	113459	Evandro Celso Da Silva	09/04/1991	13	2,60	15	4,20	28	6.80	Aprovado
21	102850	Anderson Luis Muller	29/07/1975	10	2,00	17	4,76	27	6.76	Aprovado
22	108162	Priscila Karoline Kammer Ribeiro	09/07/1992	10	2,00	17	4,76	27	6.76	Aprovado
23	115650	Raphael De Miranda Nepomuceno	27/01/1989	8	1,60	18	5,04	26	6.64	Aprovado
24	102080	Camila Marangoni	30/11/1989	7	1,40	18	5,04	25	6.44	Aprovado
25	102117	Patricia Rech	27/09/1991	7	1,40	18	5,04	25	6.44	Aprovado
26	102488	Luiza Menestrina	01/03/1993	7	1,40	18	5,04	25	6.44	Aprovado
27	109117	Thais Buggenhagen	26/01/1993	7	1,40	17	4,76	24	6.16	Aprovado
28	102467	Naiara Machado Casagrande	25/06/1989	9	1,80	15	4,20	24	6.00	Aprovado
29	103489	Roger Diego Machado	24/05/1989	5	1,00	17	4,76	22	5.76	Aprovado
30	106201	Sanderson Marinelli Junior	20/09/1983	6	1,20	16	4,48	22	5.68	Aprovado
31	110639	Camila Holler	31/07/1992	8	1,60	13	3,64	21	5.24	Aprovado
32	109345	Guilherme Augusto Girardi	11/07/1985	9	1,80	12	3,36	21	5.16	Aprovado
33	111929	Simone Barbosa Reichert	14/01/1987	6	1,20	14	3,92	20	5.12	Aprovado
34	105707	Karine Ressel	22/11/1992	4	0,80	15	4,20	19	5.00	Aprovado

Página 27 de 46

IOBV - INSTITUTO O BARRIGA VERDE



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

**Farmacêutico | Ensino Superior Completo**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	112249	Fernanda Skiba	26/12/1982	9	1,80	17	4,76	26	<b>6.56</b>	Aprovado
2	112194	Natalia Vila Machado	22/04/1985	8	1,60	16	4,48	24	<b>6.08</b>	Aprovado
3	101843	Tatiana Regina De Santanna Dos Santos	07/04/1985	12	2,40	13	3,64	25	<b>6.04</b>	Aprovado
4	113784	Luiza Kazue Sakuramoto Inaba	26/05/1959	9	1,80	15	4,20	24	<b>6.00</b>	Aprovado
5	111249	Felipe Damo	21/03/1984	9	1,80	14	3,92	23	<b>5.72</b>	Aprovado
6	114046	Roberta Elaine Possamai	02/03/1982	7	1,40	15	4,20	22	<b>5.60</b>	Aprovado
7	104847	Keli Cristina Marafon	16/08/1983	7	1,40	15	4,20	22	<b>5.60</b>	Aprovado
8	112771	Ana Flavia Dolis Tozzo	18/06/1977	8	1,60	14	3,92	22	<b>5.52</b>	Aprovado
9	105617	Bruna Baratto	31/07/1990	8	1,60	14	3,92	22	<b>5.52</b>	Aprovado
10	105826	Ana Caroline Finkbeiner	25/01/1993	8	1,60	14	3,92	22	<b>5.52</b>	Aprovado
11	108365	Josias Dittrich	05/09/1972	8	1,60	13	3,64	21	<b>5.24</b>	Aprovado
12	112738	Chislân Camargo De Andrade	20/03/1986	8	1,60	13	3,64	21	<b>5.24</b>	Aprovado

**Fiscal de Relações de Consumo | Ensino Médio Completo**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	103256	Francisco Wesley De Oliveira Pinheiro	25/01/1991	16	3,20	19	5,70	35	<b>8.90</b>	Aprovado
2	110954	Humberto Carlos Borges	04/10/1966	16	3,20	18	5,40	34	<b>8.60</b>	Aprovado
3	111549	Cristiane Arendt	07/06/1985	16	3,20	17	5,10	33	<b>8.30</b>	Aprovado
4	113832	Robson Ehlert	24/11/1983	14	2,80	18	5,40	32	<b>8.20</b>	Aprovado
5	113850	Rafael Rodrigues Carvalho	08/01/1991	16	3,20	15	4,50	31	<b>7.70</b>	Aprovado
6	110133	Marcos Rogerio Rebelato	18/09/1982	14	2,80	16	4,80	30	<b>7.60</b>	Aprovado
7	105336	Adalberto Wiliczinski Junior	03/09/1987	12	2,40	17	5,10	29	<b>7.50</b>	Aprovado
8	103858	Julia Marcante	04/06/1993	12	2,40	16	4,80	28	<b>7.20</b>	Aprovado

IOBV - INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Página 28 de 46





Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Edital n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO –ADMINISTRAÇÃO GERAL**

9	102400	Jean Lucas Konkol	18/12/1992	16	3,20	12	3,60	28	6.80	Aprovado
10	103933	Luiz Carlos Valtrik Saucedo	02/08/1988	10	2,00	15	4,50	25	6.50	Aprovado
11	106137	Jardel Batista	18/05/1983	7	1,40	15	4,50	22	5.90	Aprovado
12	102655	Rodrigo Xavier Da Silva	15/01/1990	11	2,20	12	3,60	23	5.80	Aprovado
13	104815	Clauciane Conceicao Aparecida Dos Reis	25/10/1987	8	1,60	13	3,90	21	5.50	Aprovado

**Fiscal Sanitarista - Farmacêutico | Ensino Superior Completo**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	115108	Alana Chiapetti Kalinke	17/12/1980	7	1,40	17	4,76	24	6.16	Aprovado
2	110619	Yara Cristina De Souza	03/09/1971	10	2,00	13	3,64	23	5.64	Aprovado
3	103796	Barbara Weis	21/12/1988	10	2,00	12	3,36	22	5.36	Aprovado
4	109444	Alexandre Rehnolt Meyer	26/12/1976	11	2,20	10	2,80	21	5.00	Aprovado

**Médico Auditor | Ensino Superior Completo**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	115423	Douglas Do Lago Westphal	28/09/1980	9	1,80	19	5,32	28	7.12	Aprovado

**Médico Cardiologista | Ensino Superior Completo**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	111282	Rubens Mauricio Dallagassa Stelmachuk	05/10/1975	9	1,80	19	5,32	28	7.12	Aprovado
2	102167	Sylvana Do Valle Costa	19/11/1964	8	1,60	15	4,20	23	5.80	Aprovado



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO –ADMINISTRAÇÃO GERAL**

**Médico Clínico Geral | Ensino Superior Completo**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	106485	Karla Schoen	14/07/1991	11	2,20	22	6,16	33	<b>8.36</b>	Aprovado
2	111176	Pedro Pinto Jachinoski	09/11/1964	9	1,80	17	4,76	26	<b>6.56</b>	Aprovado
3	112258	Jeferson De Souza Tavares Nunes	25/06/1984	8	1,60	15	4,20	23	<b>5.80</b>	Aprovado
4	110391	Carlos Gustavo Artoni De Carvalho	30/08/1976	8	1,60	14	3,92	22	<b>5.52</b>	Aprovado
5	110378	Rafaela Lino Da Silva	12/07/1985	6	1,20	15	4,20	21	<b>5.40</b>	Aprovado

**Médico do Trabalho | Ensino Superior Completo**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	102710	Carlos Augusto Pereira Walger	27/04/1955	8	1,60	21	5,88	29	<b>7.48</b>	Aprovado

**Médico Ginecologista/Obstetra | Ensino Superior Completo**

**Não houve aprovado neste cargo**

**Médico Pediatra | Ensino Superior Completo**

**Não houve inscritos neste cargo**

**Médico Plantonista | Ensino Superior Completo**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	109631	Camila Martins Rodrigues Modesto	14/10/1983	11	2,20	20	5,60	31	<b>7.80</b>	Aprovado
2	104896	Paula Cristina Bruch	18/09/1992	13	2,60	18	5,04	31	<b>7.64</b>	Aprovado
3	108778	Raimundo Renato Ramos De Araujo	26/04/1980	9	1,80	19	5,32	28	<b>7.12</b>	Aprovado
4	111541	Taísa Mentges	21/06/1990	8	1,60	19	5,32	27	<b>6.92</b>	Aprovado
5	105813	Nemer Joandre Marques Finotelo	05/05/1983	9	1,80	18	5,04	27	<b>6.84</b>	Aprovado
6	109765	La Hore Tejada Schuster	28/11/1970	7	1,40	17	4,76	24	<b>6.16</b>	Aprovado



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

7	108787	William Miyasato	06/10/1984	5	1,00	17	4,76	22	5.76	Aprovado
8	106089	Manoel Eduardo Tassinari Guimaraes	26/08/1971	10	2,00	13	3,64	23	5.64	Aprovado
9	112325	Douglas Henrique Golox	12/08/1966	6	1,20	14	3,92	20	5.12	Aprovado

**Médico Psiquiatra | Ensino Superior Completo**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	112882	Andre Ronchetti	14/05/1963	9	1,80	17	4,76	26	6.56	Aprovado
2	113197	Cristiany Bittencourt Benkendorf	04/06/1979	7	1,40	18	5,04	25	6.44	Aprovado
3	113650	Juliana De Freitas Bernhardt	24/03/1986	7	1,40	18	5,04	25	6.44	Aprovado
4	104550	Clarissa Santos Da Silveira Lima	27/07/1974	9	1,80	16	4,48	25	6.28	Aprovado

**Músico Regente I | Ensino Superior Completo**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	104084	Estanislau Velasco Junior (DF)	16/05/1965	13	2,60	23	6,44	36	9.04	Aprovado
2	111273	Rogério Schilahta De Magalhaes	27/08/1987	9	1,80	24	6,72	33	8.52	Aprovado
3	110915	Alysson Reinert	08/02/1986	10	2,00	22	6,16	32	8.16	Aprovado
4	107905	Michele Silviane Guckert	21/06/1985	9	1,80	20	5,60	29	7.40	Aprovado
5	114352	Carlos Roberto Eggert Junior	01/03/1983	10	2,00	19	5,32	29	7.32	Aprovado
6	113168	Daiane Aparecida Fernandes Dos Anjos	10/04/1987	8	1,60	19	5,32	27	6.92	Aprovado
7	109551	Daniel Fruhauf	25/07/1993	10	2,00	16	4,48	26	6.48	Aprovado

**Mecânico | Ensino Médio Completo**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	103132	Israel Bona	24/05/1990	15	3,00	15	4,50	30	7.50	Aprovado
2	110995	Eugerson Karpen	17/07/1972	10	2,00	18	5,40	28	7.40	Aprovado

IOBV - INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Página 31 de 46



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

3	110898	David Lorentino Da Silva	18/05/1997	12	2,40	15	4,50	27	<b>6.90</b>	Aprovado
4	114289	Fabício Daunheimer Dalosto	09/07/1985	13	2,60	14	4,20	27	<b>6.80</b>	Aprovado
5	102662	Leonardo Mosimann Cubas	16/03/1987	8	1,60	16	4,80	24	<b>6.40</b>	Aprovado
6	114411	Maik Cristian Diehl	06/06/1989	7	1,40	16	4,80	23	<b>6.20</b>	Aprovado
7	109239	Darci Ataides Adams	21/12/1965	10	2,00	14	4,20	24	<b>6.20</b>	Aprovado
8	112232	Marlon Rodrigo Borchardt	13/05/1990	9	1,80	14	4,20	23	<b>6.00</b>	Aprovado
9	105579	Alcido Mohr Neto	27/11/1991	9	1,80	13	3,90	22	<b>5.70</b>	Aprovado
10	109234	Andre Felipe Da Silva	24/01/1986	8	1,60	13	3,90	21	<b>5.50</b>	Aprovado

**Monitor de Transporte Escolar** | Ensino Médio Completo

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	110853	Angelica Da Silva Rigon	18/01/1992	8	1,60	18	5,40	26	<b>7.00</b>	Aprovado
2	111223	Valdecir Antonio Sadovnhic	12/09/1975	9	1,80	17	5,10	26	<b>6.90</b>	Aprovado
3	103972	Karina Denk	29/08/1980	9	1,80	16	4,80	25	<b>6.60</b>	Aprovado
4	112221	Anelise Weiss	06/08/1970	11	2,20	14	4,20	25	<b>6.40</b>	Aprovado
5	111957	Ederson Luiz	01/08/1981	11	2,20	14	4,20	25	<b>6.40</b>	Aprovado
6	107132	Vivian Pommerening Caires	04/01/1990	11	2,20	14	4,20	25	<b>6.40</b>	Aprovado
7	107765	Tiago Correia Da Silva	29/04/1986	12	2,40	13	3,90	25	<b>6.30</b>	Aprovado
8	115138	Tiago Jose Ramos	19/05/1989	7	1,40	16	4,80	23	<b>6.20</b>	Aprovado
9	115661	Iveli Baesso	06/04/1962	10	2,00	13	3,90	23	<b>5.90</b>	Aprovado
10	112842	Lilian Wisniewski Do Amaral	07/03/1994	6	1,20	15	4,50	21	<b>5.70</b>	Aprovado
11	105721	Elcio Kaus Gomes	05/09/1962	9	1,80	13	3,90	22	<b>5.70</b>	Aprovado
12	105724	Nilda Olimpia Da Costa	08/07/1962	12	2,40	11	3,30	23	<b>5.70</b>	Aprovado
13	111108	Juciney Luis Campregher	18/09/1976	7	1,40	14	4,20	21	<b>5.60</b>	Aprovado
14	110680	Michelle Pereira	17/06/1981	10	2,00	10	3,00	20	<b>5.00</b>	Aprovado



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

**Motorista de Caminhão | Ensino Fundamental Completo e Incompleto**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NPE	NPP	NF	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	105470	Claudinei Franca Dos Santos	29/01/1982	9	3,60	9	5,40	18	9,00	9,75	9,45	Aprovado
2	109098	Andre Vanor Pacheco	06/09/1979	9	3,60	8	4,80	17	8,40	8,75	8,61	Aprovado
3	107228	Fabio Dos Anjos	18/12/1990	8	3,20	6	3,60	14	6,80	9,75	8,57	Aprovado
4	105270	Andre Lindner Maciel	17/07/1979	7	2,80	6	3,60	13	6,40	9,75	8,41	Aprovado
5	108545	Ronaldo Steinback	06/08/1984	6	2,40	6	3,60	12	6,00	10,00	8,40	Aprovado
6	108152	Adelcio Renken	09/09/1967	6	2,40	7	4,20	13	6,60	9,25	8,19	Aprovado
7	104713	Rodrigo Paulo Herbert	17/11/1981	8	3,20	5	3,00	13	6,20	9,50	8,18	Aprovado
8	107210	Richard Andre Klitzke	12/02/1991	5	2,00	6	3,60	11	5,60	9,50	7,94	Aprovado
9	107661	Rodrigo Antonio Camara	20/02/1992	6	2,40	7	4,20	13	6,60	8,75	7,89	Aprovado
10	108429	Robson Rodrigo Pinto	25/06/1987	6	2,40	5	3,00	11	5,40	9,50	7,86	Aprovado
11	108063	Carlos Fabiano Beltrao Fydriszewski	10/12/1982	6	2,40	5	3,00	11	5,40	9,25	7,71	Aprovado
12	109560	Nestor Silveira Pires	06/10/1983	6	2,40	6	3,60	12	6,00	8,75	7,65	Aprovado

**Motorista I | Ensino Fundamental Completo e Incompleto**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	109327	Clemente Artur Rovere Junior	16/03/1973	8	3,20	9	5,40	17	8,60	Aprovado
2	110688	Marcos De Paula Moura	25/01/1972	7	2,80	9	5,40	16	8,20	Aprovado
3	115611	Valdir Lafuente	07/05/1954	9	3,60	7	4,20	16	7,80	Aprovado
4	105605	Celio Michalak	15/03/1969	7	2,80	8	4,80	15	7,60	Aprovado
5	106160	Juracir Da Silva Mattos	04/05/1975	7	2,80	7	4,20	14	7,00	Aprovado
6	103962	Peterson Xavier Voigtlander	02/11/1978	7	2,80	7	4,20	14	7,00	Aprovado
7	111771	Dirceu De Oliveira	09/04/1977	8	3,20	6	3,60	14	6,80	Aprovado
8	105656	Vandrei Alex Bisoni	04/05/1982	7	2,80	6	3,60	13	6,40	Aprovado



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO –ADMINISTRAÇÃO GERAL**

9	111818	Adriano Winter Wulf	30/05/1989	7	2,80	6	3,60	13	6.40	Aprovado
10	114575	Jose Luiz Franzagua	13/10/1968	8	3,20	5	3,00	13	6.20	Aprovado
11	115722	Jaimir Antonio Marostica	12/04/1966	6	2,40	6	3,60	12	6.00	Aprovado
12	108257	Ademir Pereira	24/04/1981	6	2,40	6	3,60	12	6.00	Aprovado
13	115504	Julio Cesar Alves Ribeiro	27/10/1996	7	2,80	5	3,00	12	5.80	Aprovado
14	109082	Claudio Cesar Becker	16/05/1976	6	2,40	5	3,00	11	5.40	Aprovado
15	102104	Jean Carlos Berti	13/11/1991	6	2,40	5	3,00	11	5.40	Aprovado
16	115404	Joao Carlos Dellani De Almeida	24/06/1979	5	2,00	5	3,00	10	5.00	Aprovado
17	113994	Samuel Dos Reis	09/04/1980	5	2,00	5	3,00	10	5.00	Aprovado
18	104528	Altair Valenga	07/03/1981	5	2,00	5	3,00	10	5.00	Aprovado

**Motorista II | Ensino Fundamental Completo e Incompleto**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	107322	Elvis Damasceno De Carvalho	07/08/1981	8	3,20	8	4,80	16	8.00	Aprovado
2	101761	Silvionei Dzirukowski	16/12/1984	8	3,20	8	4,80	16	8.00	Aprovado
3	105935	Marcos Moreira De Souza	21/02/1977	8	3,20	7	4,20	15	7.40	Aprovado
4	111948	Jhefferson Carlos Costa De Azevedo	23/03/1984	5	2,00	8	4,80	13	6.80	Aprovado
5	106139	Joao Alcivir Do Livramento	20/02/1956	5	2,00	7	4,20	12	6.20	Aprovado
6	112966	Jozelio Ferreira De Sousa	01/01/1983	4	1,60	7	4,20	11	5.80	Aprovado
7	111477	Cícero Luis Volani	02/11/1977	3	1,20	7	4,20	10	5.40	Aprovado
8	109284	Jean Carlos Walz	09/03/1983	6	2,40	5	3,00	11	5.40	Aprovado
9	110924	Cristiano Vitorini	25/12/1985	4	1,60	6	3,60	10	5.20	Aprovado

**Nutricionista | Ensino Superior Completo**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	108017	Ivete Carneiro	15/12/1977	10	2,00	23	6,44	33	8.44	Aprovado

IOBV - INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Página 34 de 46





Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

2	109665	Fabiana Cavalcante Vilanova Saziki	01/09/1981	10	2,00	21	5,88	31	7.88	Aprovado
3	102329	Juliana Scotelaro Porto De Oliveira	13/05/1982	8	1,60	22	6,16	30	7.76	Aprovado
4	110398	Aline Cristina Schüncke	11/08/1985	9	1,80	21	5,88	30	7.68	Aprovado
5	113135	Camila Taise Tavares	20/03/1994	9	1,80	21	5,88	30	7.68	Aprovado
6	103415	Tatiana Karina Fischer	24/10/1986	9	1,80	19	5,32	28	7.12	Aprovado
7	111561	Samara Henn Niesciur	31/10/1986	9	1,80	19	5,32	28	7.12	Aprovado
8	115026	Daniele Aparecida Meira Da Rocha	17/02/1989	9	1,80	19	5,32	28	7.12	Aprovado
9	109666	Paloma Annes Zem Vieira	22/11/1988	6	1,20	20	5,60	26	6.80	Aprovado
10	112358	Debora Link	24/07/1983	10	2,00	17	4,76	27	6.76	Aprovado
11	110124	Aline Thaise Anastacio Saviato	05/12/1989	10	2,00	17	4,76	27	6.76	Aprovado
12	104517	Ana Paula Harmel	25/07/1990	8	1,60	18	5,04	26	6.64	Aprovado
13	102568	Isadora Zimmermann	21/07/1993	9	1,80	17	4,76	26	6.56	Aprovado
14	102561	Helayne Aparecida Maieyes	14/03/1985	7	1,40	18	5,04	25	6.44	Aprovado
15	102286	Maiara Dalri	17/10/1993	6	1,20	18	5,04	24	6.24	Aprovado
16	102546	Janice Beatriz Sturmer Veit	19/01/1980	7	1,40	17	4,76	24	6.16	Aprovado
17	106219	Annie Kelly Ribeiro Dos Santos Souza	26/12/1987	8	1,60	16	4,48	24	6.08	Aprovado
18	110513	Caroline Hannemann	18/04/1988	8	1,60	16	4,48	24	6.08	Aprovado
19	113474	Alessa Antas Nascimento	01/07/1990	5	1,00	18	5,04	23	6.04	Aprovado
20	101903	Gabriela Correa Pereira	06/10/1993	6	1,20	17	4,76	23	5.96	Aprovado
21	113078	Sandra Maria Pereira	09/03/1970	7	1,40	16	4,48	23	5.88	Aprovado
22	114024	Bruna Schmitz	31/10/1992	8	1,60	14	3,92	22	5.52	Aprovado
23	104684	Josimara Bueno De Oliveira	26/09/1993	6	1,20	15	4,20	21	5.40	Aprovado
24	108969	Giovana Tepassee Trombelli	05/08/1991	7	1,40	14	3,92	21	5.32	Aprovado
25	108638	Emanuelle Seefeld	25/09/1990	4	0,80	15	4,20	19	5.00	Aprovado



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO –ADMINISTRAÇÃO GERAL**

**Operador de ETA/ETE | Ensino Médio Completo**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	111162	Priscila Flores Da Luz	12/08/1986	14	2,80	15	4,50	29	7.30	Aprovado
2	110239	Sidinei Sacoman	04/06/1977	15	3,00	14	4,20	29	7.20	Aprovado
3	115806	Emerson Avelino Medeiros	19/05/1985	18	3,60	11	3,30	29	6.90	Aprovado
4	111353	Jair Lopes	27/06/1980	16	3,20	11	3,30	27	6.50	Aprovado
5	107831	Miguel Estevan Pedroso Brys	23/01/1985	12	2,40	13	3,90	25	6.30	Aprovado
6	112935	Cristian Muller	24/07/1989	12	2,40	13	3,90	25	6.30	Aprovado
7	105392	Cleiton Nelso Custodio	06/09/1983	10	2,00	13	3,90	23	5.90	Aprovado
8	108317	Marcelo Alves Da Silva	16/09/1981	11	2,20	12	3,60	23	5.80	Aprovado
9	114431	Danilo Justi Silva	18/04/1984	11	2,20	12	3,60	23	5.80	Aprovado
10	101827	Maikel Jonas Guckert	29/06/1986	11	2,20	12	3,60	23	5.80	Aprovado
11	108147	Mario Tiemann	13/10/1979	14	2,80	10	3,00	24	5.80	Aprovado
12		Cleiton Souza Lencino	05/03/1981	9	1,80	13	3,90	22	5.70	Aprovado
13	115793	Halex Joao Siedschlag	24/06/1986	8	1,60	13	3,90	21	5.50	Aprovado
14	114562	Vilson Altamir Muchalski	02/07/1966	11	2,20	11	3,30	22	5.50	Aprovado
15	108173	Mauro Jairo Victor	21/08/1967	11	2,20	11	3,30	22	5.50	Aprovado
16	113534	Marcelo De Oliveira	13/02/1976	11	2,20	11	3,30	22	5.50	Aprovado
17	105962	Adilson Ferreira	05/11/1984	14	2,80	9	2,70	23	5.50	Aprovado
18	103712	Mateus Luan Formagini	02/04/1996	9	1,80	12	3,60	21	5.40	Aprovado
19	105952	Paulo Cesar Mafra	17/12/1970	12	2,40	10	3,00	22	5.40	Aprovado
20	111909	Daniel Pereira	25/07/1988	12	2,40	10	3,00	22	5.40	Aprovado
21	108570	Dorival Kreis	03/07/1962	10	2,00	11	3,30	21	5.30	Aprovado
22	110474	Gilberto Alexandre Ullmann	20/09/1980	11	2,20	10	3,00	21	5.20	Aprovado
23	107626	Alexandre Berthelsen	12/05/1990	7	1,40	12	3,60	19	5.00	Aprovado
24	110074	Fabricao Oliveira Assuncao	24/04/1992	7	1,40	12	3,60	19	5.00	Aprovado
25	108356	Jaqueline De Amorim	26/08/1992	10	2,00	10	3,00	20	5.00	Aprovado

IOBV - INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Página 36 de 46



Estado de Santa Catarina  
Município de Schroeder  
Edital n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO –ADMINISTRAÇÃO GERAL

26	113040	Oseias Edemar Kelm	27/06/1986	13	2,60	8	2,40	21	5,00	Aprovado
----	--------	--------------------	------------	----	------	---	------	----	------	----------

**Operador de Máquina II | Ensino Fundamental Completo e Incompleto**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NPE	NPP	NF	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	111978	Ubiratan Bezerra De Souza	10/05/1975	5	2,00	7	4,20	12	6,20	5,38	5,71	Aprovado
2	111310	Edson Luiz Dias De Moraes	26/08/1966	8	3,20	9	5,40	17	8,60	3,75	5,69	Aprovado
3	104486	Adilson Juliano Thilles	31/08/1971	9	3,60	7	4,20	16	7,80	4,13	5,60	Aprovado
4	107115	Jonas Zeferino	16/02/1977	9	3,60	6	3,60	15	7,20	4,25	5,43	Aprovado
5	110304	Flavio Franca De Paula	17/05/1980	8	3,20	7	4,20	15	7,40	3,88	5,29	Aprovado
6	109484	Noel Dalcourtivo	03/11/1977	6	2,40	7	4,20	13	6,60	4,38	5,27	Aprovado
7	108010	Marcio Martins De Carvalho	22/11/1988	8	3,20	6	3,60	14	6,80	4,13	5,20	Aprovado
8	106927	Silvio Medina	05/03/1982	5	2,00	7	4,20	12	6,20	4,25	5,03	Aprovado

**Psicólogo | Ensino Superior Completo**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	101772	Leonir Troscki	10/05/1989	11	2,20	23	6,44	34	8,64	Aprovado
2	108057	Juliana Testoni Dos Santos Rengel	08/11/1987	12	2,40	21	5,88	33	8,28	Aprovado
3	110095	Cristiandrei Silva Goncalves	20/05/1976	7	1,40	24	6,72	31	8,12	Aprovado
4	112028	Andre Goncalves De Andrade	03/02/1991	8	1,60	23	6,44	31	8,04	Aprovado
5	102972	Claudia Daiana Borges	03/06/1984	12	2,40	20	5,60	32	8,00	Aprovado
6	108085	Antonia Maria Scarton Weber	13/08/1969	10	2,00	21	5,88	31	7,88	Aprovado
7	105309	Fabio Cipullo	26/02/1982	10	2,00	20	5,60	30	7,60	Aprovado
8	106459	Daniela Campestrini	29/11/1991	10	2,00	20	5,60	30	7,60	Aprovado
9	111453	Jaqueline Elisa Maldaner	26/10/1983	12	2,40	18	5,04	30	7,44	Aprovado
10	110863	Clara Maki Inaba	27/08/1992	10	2,00	19	5,32	29	7,32	Aprovado
11	106245	Camila Suelen Dos Santos	27/08/1992	11	2,20	18	5,04	29	7,24	Aprovado

IOBY - INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Página 37 de 46



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

12	111492	Gabrielli Tochetto Rodrigues	16/06/1986	8	1,60	20	5,60	28	7.20	Aprovado
13	111725	Bianca Klockner	18/08/1988	8	1,60	20	5,60	28	7.20	Aprovado
14	111173	Anastacio Sadzinski Junior	12/06/1993	12	2,40	17	4,76	29	7.16	Aprovado
15	110908	Jessica Cristina Santana Reinert	07/12/1990	9	1,80	19	5,32	28	7.12	Aprovado
16	109106	Deyse Maira Kluge	09/04/1986	8	1,60	19	5,32	27	6.92	Aprovado
17	115374	Catiane De Oliveira	01/02/1987	8	1,60	19	5,32	27	6.92	Aprovado
18	106783	Rodrigo Jose Fernandes	02/02/1992	8	1,60	19	5,32	27	6.92	Aprovado
19	114366	Tarcila Martins Bandeira	20/12/1967	9	1,80	18	5,04	27	6.84	Aprovado
20	111454	Adriane Felicio	16/11/1982	9	1,80	18	5,04	27	6.84	Aprovado
21	109011	Heloisa Valadares Barroso	27/01/1989	9	1,80	18	5,04	27	6.84	Aprovado
22	110864	Greici Kelly De Paiva Chaves De Almeida Da Silva	31/07/1989	6	1,20	20	5,60	26	6.80	Aprovado
23	107019	Andressa Bahr	14/09/1991	10	2,00	17	4,76	27	6.76	Aprovado
24	110543	Juliana Franzner	12/04/1991	11	2,20	16	4,48	27	6.68	Aprovado
25	102635	Franklin Jones Vieira	29/10/1981	8	1,60	18	5,04	26	6.64	Aprovado
26	111082	Ricardo Michalak	01/12/1984	8	1,60	18	5,04	26	6.64	Aprovado
27	104416	Jessica Dos Santos	09/08/1992	8	1,60	18	5,04	26	6.64	Aprovado
28	108934	Aline Vience Michels	06/10/1993	8	1,60	18	5,04	26	6.64	Aprovado
29	101937	Thais Kuhnem	15/07/1991	9	1,80	17	4,76	26	6.56	Aprovado
30	110549	Lorencio Gilmar Urnau	30/05/1980	6	1,20	19	5,32	25	6.52	Aprovado
31	111330	Marcio Correa Dos Santos	25/08/1974	10	2,00	16	4,48	26	6.48	Aprovado
32	109475	Juliana Miotto Grando	07/03/1975	10	2,00	16	4,48	26	6.48	Aprovado
33	108900	Nataly Schroeder Brunnquell	03/10/1987	10	2,00	16	4,48	26	6.48	Aprovado
34	112233	Fernanda Nascimento Meneses	15/12/1988	10	2,00	16	4,48	26	6.48	Aprovado
35	103328	Barbara Bretzke Araujo	02/11/1989	10	2,00	16	4,48	26	6.48	Aprovado
36	106614	Maria Leocadia De Oliveira Cereja	02/07/1972	7	1,40	18	5,04	25	6.44	Aprovado
37	106251	Alice Picoli	11/08/1987	7	1,40	18	5,04	25	6.44	Aprovado
38	106863	Adriele De Alcantara Agustini	30/05/1988	7	1,40	18	5,04	25	6.44	Aprovado

Página 38 de 46

IOBV - INSTITUTO O BARRIGA VERDE



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

39	103000	Hildegard Magdalena Klever Krause	13/02/1963	8	1,60	17	4,76	25	<b>6.36</b>	Aprovado
40	112285	Maria Claudia Correa	24/10/1989	8	1,60	17	4,76	25	<b>6.36</b>	Aprovado
41	115715	Carolina Vieira Tecilla	25/12/1989	9	1,80	16	4,48	25	<b>6.28</b>	Aprovado
42	102430	Amanda Cabral Mattos	03/06/1985	7	1,40	17	4,76	24	<b>6.16</b>	Aprovado
43	101968	Edinara Da Costa Mittmann	16/04/1988	7	1,40	17	4,76	24	<b>6.16</b>	Aprovado
44	113233	Nypton Glauber Ferreira	16/12/1985	8	1,60	16	4,48	24	<b>6.08</b>	Aprovado
45	102537	Fabieli Weber	29/09/1986	8	1,60	16	4,48	24	<b>6.08</b>	Aprovado
46	109099	Franciele Gesser	07/01/1992	8	1,60	16	4,48	24	<b>6.08</b>	Aprovado
47	115456	Humberto Douglas Alves	20/08/1992	8	1,60	16	4,48	24	<b>6.08</b>	Aprovado
48	107646	Claudia Vogel Barbosa	15/12/1984	9	1,80	15	4,20	24	<b>6.00</b>	Aprovado
49	108494	Israel Dos Santos	24/03/1986	6	1,20	17	4,76	23	<b>5.96</b>	Aprovado
50	101997	Jonny Jordy Walz	29/07/1993	6	1,20	17	4,76	23	<b>5.96</b>	Aprovado
51	115433	Andre Becker	04/11/1989	7	1,40	16	4,48	23	<b>5.88</b>	Aprovado
52	107524	Raquel Fritzen	02/01/1990	7	1,40	16	4,48	23	<b>5.88</b>	Aprovado
53	102613	Priscilla Jane Griebeler	01/06/1991	7	1,40	16	4,48	23	<b>5.88</b>	Aprovado
54	102492	Pamela Farias	03/02/1993	7	1,40	16	4,48	23	<b>5.88</b>	Aprovado
55	102793	Cristina Sangalli	05/06/1993	7	1,40	16	4,48	23	<b>5.88</b>	Aprovado
56	107208	Elis Regina Da Rosa	07/05/1983	8	1,60	15	4,20	23	<b>5.80</b>	Aprovado
57	103024	Francine Grazielle Murara	04/04/1984	8	1,60	15	4,20	23	<b>5.80</b>	Aprovado
58	105803	Dilmara Frizzo	10/03/1990	8	1,60	15	4,20	23	<b>5.80</b>	Aprovado
59	109688	Paula Wiele Maul	27/08/1990	8	1,60	15	4,20	23	<b>5.80</b>	Aprovado
60	107502	Patricia Janaina Hornburg	26/04/1987	9	1,80	14	3,92	23	<b>5.72</b>	Aprovado
61	114279	Inez Hellmann	29/03/1964	6	1,20	16	4,48	22	<b>5.68</b>	Aprovado
62	113636	Camila Dos Santos Moura Da Silva	16/08/1984	10	2,00	13	3,64	23	<b>5.64</b>	Aprovado
63	106921	Victoria Garcia Freitas	03/10/1991	7	1,40	15	4,20	22	<b>5.60</b>	Aprovado
64	105303	Estephany Caroline Tomaselli	04/02/1994	7	1,40	15	4,20	22	<b>5.60</b>	Aprovado
65	103399	Isabel Cristina Raduenz	30/11/1979	8	1,60	14	3,92	22	<b>5.52</b>	Aprovado
66	106808	Louize Rachel Rodrigues De Oliveira Azevedo	17/01/1981	8	1,60	14	3,92	22	<b>5.52</b>	Aprovado

Página 39 de 46

IOBV - INSTITUTO O BARRIGA VERDE



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Edital n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

67	102357	Luciane Andrea Padilha Pereira	23/03/1982	8	1,60	14	3,92	22	5.52	Aprovado
68	111521	Alice Mari Moratelli	05/01/1988	8	1,60	14	3,92	22	5.52	Aprovado
69	108261	Luana Nagel De Lima	06/09/1993	8	1,60	14	3,92	22	5.52	Aprovado
70	110015	Jose Carlos Lunelli	22/12/1993	8	1,60	14	3,92	22	5.52	Aprovado
71	110808	Morgana Maiocchi	12/06/1991	6	1,20	15	4,20	21	5.40	Aprovado
72	111164	Solange Imhof	05/04/1982	7	1,40	14	3,92	21	5.32	Aprovado
73	110271	Barbara Patricia Schneider	09/03/1990	7	1,40	14	3,92	21	5.32	Aprovado
74	104050	Teresa De Rezende	18/04/1983	8	1,60	13	3,64	21	5.24	Aprovado
75	102820	Aline Stringari	15/02/1991	5	1,00	15	4,20	20	5.20	Aprovado
76	112231	Jaine Vitti	27/11/1991	5	1,00	15	4,20	20	5.20	Aprovado
77	106123	Ana Paula Rengel	09/05/1986	6	1,20	14	3,92	20	5.12	Aprovado
78	101869	Daiane Blick	24/07/1988	6	1,20	14	3,92	20	5.12	Aprovado
79	104981	Aline Felczak	28/08/1991	6	1,20	14	3,92	20	5.12	Aprovado
80	114377	Thais Marcelino Da Silva	03/08/1989	10	2,00	11	3,08	21	5.08	Aprovado
81	103168	Luisa Cristine Dias	08/04/1987	7	1,40	13	3,64	20	5.04	Aprovado
82	101889	Katia Antonia Orso	26/06/1988	7	1,40	13	3,64	20	5.04	Aprovado

**Psicopedagogo | Ensino Superior Completo**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	104901	Alice Paula Balsanelli	27/10/1988	11	2,20	15	4,20	26	6.40	Aprovado
2	107787	Fabiola Oliveira Dos Santos Engelmann	09/01/1980	9	1,80	15	4,20	24	6.00	Aprovado
3	107786	Lenira Pereira Dos Santos	31/01/1981	7	1,40	15	4,20	22	5.60	Aprovado





Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Edital n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO –ADMINISTRAÇÃO GERAL**

**Técnico em Enfermagem | Ensino Médio Completo**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	108505	Flavia Roberta De Souza	23/04/1990	12	2,40	15	4,50	27	<b>6.90</b>	Aprovado
2	102045	Elenir Beatriz Vassel Motta	26/06/1970	15	3,00	13	3,90	28	<b>6.90</b>	Aprovado
3	110375	Romana Valencia De Assis	02/10/1987	12	2,40	13	3,90	25	<b>6.30</b>	Aprovado
4	102096	Martha Trindade Bobadilla	24/11/1981	11	2,20	13	3,90	24	<b>6.10</b>	Aprovado
5	103633	Stephanie Aparecida Da Silva Castro	28/10/1990	7	1,40	15	4,50	22	<b>5.90</b>	Aprovado
6	113723	Irene Rech	09/03/1957	9	1,80	13	3,90	22	<b>5.70</b>	Aprovado
7	102345	Luana Vanessa Dos Santos Gabriel	16/05/1991	11	2,20	11	3,30	22	<b>5.50</b>	Aprovado
8	110809	Fernanda Regina Kraemer	02/10/1987	6	1,20	14	4,20	20	<b>5.40</b>	Aprovado
9	105440	Indianara Henrich	23/03/1991	6	1,20	14	4,20	20	<b>5.40</b>	Aprovado
10	108938	Solange De Oliveira De Souza	12/04/1983	7	1,40	13	3,90	20	<b>5.30</b>	Aprovado
11	102092	Cristina Silva Santos	02/06/1988	7	1,40	13	3,90	20	<b>5.30</b>	Aprovado
12	115323	Tatiana Pereira De Melo De Souza	17/06/1979	10	2,00	11	3,30	21	<b>5.30</b>	Aprovado
13	113398	Jani Noemia Franke Schumann	23/11/1964	11	2,20	10	3,00	21	<b>5.20</b>	Aprovado
14	111616	Suzamara Zilis	03/09/1985	11	2,20	10	3,00	21	<b>5.20</b>	Aprovado
15	106895	Kelli Erica Soares Vasconcelos	24/05/1979	6	1,20	13	3,90	19	<b>5.10</b>	Aprovado
16	115156	Emily Antonia Batista Possamai	19/02/1993	9	1,80	11	3,30	20	<b>5.10</b>	Aprovado
17	108712	Elisangela Aparecida Moreno Da Silva	12/11/1982	7	1,40	12	3,60	19	<b>5.00</b>	Aprovado
18	106343	Anderson Schulz	30/09/1985	7	1,40	12	3,60	19	<b>5.00</b>	Aprovado
19	114294	Leonice Gregori Heinzen	27/07/1987	7	1,40	12	3,60	19	<b>5.00</b>	Aprovado
20	111320	Roberto Ceccato	31/08/1978	10	2,00	10	3,00	20	<b>5.00</b>	Aprovado
21	105812	Franciele De Oliveira	30/04/1990	10	2,00	10	3,00	20	<b>5.00</b>	Aprovado



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO –ADMINISTRAÇÃO GERAL**

**Técnico em Informática | Ensino Médio Completo**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NPE	NPP	NF	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota					
1	115369	Guilherme Roberge Daleffe	15/06/1991	14	2,80	17	5,10	31	7,90	10,00	9,16	Aprovado
2	111718	Eduardo Luis Ronchi	22/08/1988	14	2,80	15	4,50	29	7,30	10,00	8,92	Aprovado
3	111006	Willyam Da Silva Carlos De Castro	07/12/1996	11	2,20	17	5,10	28	7,30	9,50	8,62	Aprovado
4	114394	Gilberto Lopes	17/01/1984	12	2,40	20	6,00	32	8,40	8,00	8,16	Aprovado
5	105156	Jean Carlos Floriano	06/08/1982	12	2,40	17	5,10	29	7,50	8,00	7,80	Aprovado
6	105667	Arnaldo Reginato Junior	09/06/1988	16	3,20	17	5,10	33	8,30	7,00	7,52	Aprovado
7	108905	Eduardo Creuz	04/11/1975	14	2,80	16	4,80	30	7,60	7,00	7,24	Aprovado
8	111261	Franck Yuri Granemann	08/03/1979	14	2,80	16	4,80	30	7,60	7,00	7,24	Aprovado
9	108251	Ismael Possamai	10/02/1982	12	2,40	18	5,40	30	7,80	6,50	7,02	Aprovado
10	101995	Michel Vogel	01/06/1994	15	3,00	17	5,10	32	8,10	6,00	6,84	Aprovado
11	102423	Regis Wojahn Junior	02/07/1993	15	3,00	15	4,50	30	7,50	4,00	5,40	Aprovado

**Técnico em Química | Ensino Médio Completo**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	114598	Victor Hugo Graffunder De Oliveira	17/12/1997	16	3,20	16	4,80	32	8,00	Aprovado
2	111537	Massai Silva	08/09/1993	14	2,80	17	5,10	31	7,90	Aprovado
3	115007	Luann Junior Forteski	02/12/1991	15	3,00	16	4,80	31	7,80	Aprovado
4	102625	Bruno Menelli	08/01/1995	18	3,60	13	3,90	31	7,50	Aprovado
5	110914	Sergio Junio Pereira De Jesus	01/07/1986	13	2,60	16	4,80	29	7,40	Aprovado
6	102487	Kleuber Rei Marques	19/03/1992	16	3,20	14	4,20	30	7,40	Aprovado
7	102254	Eduardo Hafemann	16/12/1996	15	3,00	14	4,20	29	7,20	Aprovado
8	106273	Gustavo Vogel	22/05/1997	13	2,60	15	4,50	28	7,10	Aprovado



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Editais n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO –ADMINISTRAÇÃO GERAL**

9	102285	Andriele Alves	16/04/1996	16	3,20	13	3,90	29	7.10	Aprovado
10	109807	Ingrid Gomes Barboza	03/01/1997	16	3,20	13	3,90	29	7.10	Aprovado
11	109087	Ana Caroline Ferrari	14/05/1997	14	2,80	14	4,20	28	7.00	Aprovado
12	108002	Evelin Amanda Wilbert Dos Santos	06/06/1997	14	2,80	14	4,20	28	7.00	Aprovado
13	107986	Gabriela Carolina Eing	19/02/1998	14	2,80	14	4,20	28	7.00	Aprovado
14	107542	Ana Carolina Graciano	29/05/1996	15	3,00	13	3,90	28	6.90	Aprovado
15	105815	Jacqueline Beatriz Kasimirski Pessatti	23/04/1998	13	2,60	14	4,20	27	6.80	Aprovado
16	103539	Thiago Da Silva	10/01/1997	11	2,20	15	4,50	26	6.70	Aprovado
17	103755	Matheus Ritter Pereira	30/09/1990	14	2,80	12	3,60	26	6.40	Aprovado
18	110640	Karoline Müller	30/08/1996	15	3,00	11	3,30	26	6.30	Aprovado
19	111248	Leticia Pereira	26/11/1996	15	3,00	11	3,30	26	6.30	Aprovado
20	108227	Elaine Kutzner	26/02/1984	12	2,40	12	3,60	24	6.00	Aprovado
21	113999	Ian Misaël Reis	13/02/1996	10	2,00	13	3,90	23	5.90	Aprovado
22	108865	Magda Knabben Niveiros	04/01/1979	13	2,60	11	3,30	24	5.90	Aprovado
23	107015	Yago Alex Da Silva	12/03/1996	13	2,60	11	3,30	24	5.90	Aprovado
24	102245	Caroline Ruas Ragagnin	04/06/1992	14	2,80	10	3,00	24	5.80	Aprovado
25	101988	Paulo Vítor De Oliveira Barreto	03/01/1997	12	2,40	11	3,30	23	5.70	Aprovado
26	112867	Edemilson Oliveira Pasos	22/04/1980	15	3,00	9	2,70	24	5.70	Aprovado
27	107827	Bruna Bevervanco	13/12/1996	10	2,00	12	3,60	22	5.60	Aprovado
28	107576	Marcio Rogerio Vitkoski Junior	23/04/1996	13	2,60	10	3,00	23	5.60	Aprovado
29	108001	Miriam Fatima Goncalves	09/04/1982	9	1,80	12	3,60	21	5.40	Aprovado
30	103711	Alencar Aldair Da Silva	20/11/1992	9	1,80	12	3,60	21	5.40	Aprovado
31	111275	Davison Jose Bezerra De Oliveira Silva	19/03/1988	12	2,40	10	3,00	22	5.40	Aprovado
32	115338	Mariane Roblowski	03/12/1990	13	2,60	9	2,70	22	5.30	Aprovado
33	105938	Gabriela Koch	20/02/1996	13	2,60	9	2,70	22	5.30	Aprovado
34	105984	Yankaa Meneghelli	30/05/1996	13	2,60	9	2,70	22	5.30	Aprovado
35	101799	Karine De Souza Mendes	14/09/1991	11	2,20	10	3,00	21	5.20	Aprovado
36	111423	Jaisa Daniele Rowe	30/01/1987	9	1,80	11	3,30	20	5.10	Aprovado

Página 43 de 46

IOBV - INSTITUTO O BARRIGA VERDE



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Edital n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO –ADMINISTRAÇÃO GERAL**

37	109056	Rodrigo Mello Dos Santos	10/11/1990	9	1,80	11	3,30	20	5.10	Aprovado
38	105386	Marcelo Borges De Azevedo	05/10/1977	12	2,40	9	2,70	21	5.10	Aprovado
39	110936	Simoni Becker	16/10/1982	10	2,00	10	3,00	20	5.00	Aprovado
40	114175	Alexandre Monteiro Stringuini	13/06/1979	13	2,60	8	2,40	21	5.00	Aprovado
41	105706	Alexsandra Mayla Reguelim Schoenberger	22/04/1994	13	2,60	8	2,40	21	5.00	Aprovado

**Técnico em Segurança do Trabalho | Ensino Médio Completo**

POSICÃO	INSC.	CANDIDATO	NASC.	CG		CE		TA	NOTA PROVA	SITUAÇÃO
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	106923	Vanderleia Cristina Fischer	15/12/1984	16	3,20	14	4,20	30	7.40	Aprovado
2	105574	Camila Fornari	27/08/1991	14	2,80	15	4,50	29	7.30	Aprovado
3	106177	Pedro Paulo Pereira	17/01/1970	10	2,00	17	5,10	27	7.10	Aprovado
4	106046	Claudemir Fernandes Martins	20/04/1981	13	2,60	14	4,20	27	6.80	Aprovado
5	105283	Cleomar Jose Gabriele	06/07/1974	12	2,40	14	4,20	26	6.60	Aprovado
6	104621	Raulino Kreutzfeldt	21/05/1963	11	2,20	14	4,20	25	6.40	Aprovado
7	113241	Ivonei Kapchuki	06/10/1975	11	2,20	14	4,20	25	6.40	Aprovado
8	102421	Lucas Pflieger	29/04/1980	10	2,00	14	4,20	24	6.20	Aprovado
9	107909	Ricardo Curt Bartel	26/06/1990	10	2,00	14	4,20	24	6.20	Aprovado
10	112973	Marcos Alexandre Santos De Medeiros	27/12/1970	11	2,20	13	3,90	24	6.10	Aprovado
11	102222	Valdirene Souza Matias Castro	29/03/1994	12	2,40	12	3,60	24	6.00	Aprovado
12	112360	Felipe Isaías Ossoski	28/12/1991	8	1,60	14	4,20	22	5.80	Aprovado
13	112686	Aloisio Arantes Toledo Junior	07/02/1976	11	2,20	12	3,60	23	5.80	Aprovado
14	102265	Neri Beno Graunke	21/11/1974	9	1,80	13	3,90	22	5.70	Aprovado
15	102853	Sabrina Maurissens	16/04/1986	9	1,80	13	3,90	22	5.70	Aprovado
16	111411	Daiane Padilha	27/07/1987	12	2,40	11	3,30	23	5.70	Aprovado
17	108319	Adriana Dutra De Oliveira	30/03/1975	7	1,40	14	4,20	21	5.60	Aprovado
18	107575	Marcia Mara S. Braatz	03/10/1981	10	2,00	12	3,60	22	5.60	Aprovado
19	109720	Rafael Sbardelatti	25/04/1988	10	2,00	12	3,60	22	5.60	Aprovado

Página 44 de 46

IOBY - INSTITUTO O BARRIGA VERDE



Estado de Santa Catarina  
**Município de Schroeder**  
**Edital n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL**

20	107180	Ana Amelia Viturino Pequeno	26/12/1976	13	2,60	10	3,00	23	5.60	Aprovado
21	113373	Samuel Carlos Fernandes	10/10/1977	13	2,60	10	3,00	23	5.60	Aprovado
22	105022	Rodrigo Davi Schaefer Nunes	15/07/1982	8	1,60	13	3,90	21	5.50	Aprovado
23	102098	Elisandra Martins Chaves	16/04/1994	11	2,20	11	3,30	22	5.50	Aprovado
24	108275	Anderson Osinski	07/01/1985	9	1,80	12	3,60	21	5.40	Aprovado
25	111777	Jackeline Schmetka	14/03/1994	9	1,80	12	3,60	21	5.40	Aprovado
26	110903	Adilson Morales Vieira	28/04/1983	7	1,40	13	3,90	20	5.30	Aprovado
27	105370	Ivanise Hafermann	30/08/1985	8	1,60	12	3,60	20	5.20	Aprovado
28	115664	Diego Caldaro	03/07/1990	8	1,60	12	3,60	20	5.20	Aprovado
29	113985	Paulo Roberto Cardoso	05/10/1959	11	2,20	10	3,00	21	5.20	Aprovado
30	109928	Paulo Roberto Brekailo Mendes	26/07/1966	11	2,20	10	3,00	21	5.20	Aprovado
31	113108	Evandro Viana Oliveira Rocha	02/09/1974	11	2,20	10	3,00	21	5.20	Aprovado
32	107096	Sandra Regina Ilgenfritz Dos Santos	02/03/1976	9	1,80	11	3,30	20	5.10	Aprovado
33	113874	Ailson Eduardo	20/11/1970	7	1,40	12	3,60	19	5.00	Aprovado
34	102480	Hilario Baratto Neto	10/07/1984	10	2,00	10	3,00	20	5.00	Aprovado

**DECRETO Nº 3.461/2015 DE 22 DE OUTUBRO DE 2015**

DECRETO Nº 3.461/2015 de 22 de outubro de 2015  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO  
ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 27.988,95 (vinte e sete mil novecentos e oitenta e oito reais e noventa e cinco centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER  
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO  
05.02.12.361.3009.2.371 - Transporte Escolar - Ens. Fundamental  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Outros Servicos de Terceiros  
- Pessoa Juridica R\$ 27.988,95

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 22 de outubro de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**DECRETO Nº 3.462/2015 DE 23 DE OUTUBRO DE 2015**

DECRETO Nº 3.462/2015 de 23 de outubro de 2015  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO  
ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 22.686,65 (vinte e dois mil seiscentos e oitenta e seis reais e sessenta e cinco centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 - UNID. DE SAÚDE  
04.01.10.302.3013.2.361 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
3.3.50.43.00.00.00.00 - 00.03.0002 - Subvencoes Sociais R\$ 22.686,65

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 23 de outubro de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal  
Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico



**PORTARIA Nº 6.231/2015, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 6.231/2015, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Livaneyde Maria Lins, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 29 de outubro de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 6.232/2015, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 6.232/2015, de 29 de outubro de 2015  
NOMEIA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de

**RESOLVE :**

Art. 1º DESIGNAR, nos termos da Sindicância no 007/2015, de 29 de outubro de 2015, os servidores Senhores Milton Trapp Junior, Oclânia de Souza Todão e Harildo Konell para sob a presidência do primeiro, sendo secretariado pela segunda, comporem a Comissão de sindicância, destinada a apurar os fatos narrados através do Ofício nº043/2015-SMPGF, de 27 de outubro de 2015, emitido pela Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças, através do qual relata a situação quanto à manutenção preventiva e corretiva das câmeras de monitoramento urbano, realizada pela empresa Coringa Comércio e Representações de Equipamentos Eletrônicos de Segurança Ltda., à vista do que tem ciência esta autoridade, devendo a Comissão, ora composta, iniciar seus trabalhos no prazo de até 8 (oito) dias, a contar da data de citação do requerente e concluí-los no prazo de até 60 (sessenta) dias após seu início.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 29 de outubro de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 165/2015

DECRETO Nº. 165/2015, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015.

“Dispõe sobre o desconto autorizado no vencimento do servidor público ocupante de cargo comissionado”.

FRANCISCO ARTUR BOTH Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VII, do artigo 40, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO o crítico momento econômico, financeiro e orçamentário vivenciado pelo Município de Serra Alta, em decorrência da frustração da receita proveniente do Fundo de Participação dos Municípios; CONSIDERANDO, a adoção e a necessidade de melhor qualificar os gastos com custeio no âmbito do Poder Executivo Municipal; CONSIDERANDO, a necessidade de manter o equilíbrio das contas públicas, para assegurar a continuidade do atendimento à população em suas demandas e carências, sem que haja descontinuidade ou perda de qualidade,

DECRETA :

Art. 1º. Fica autorizado o desconto de 10% (dez por cento), incidente após o cálculo de descontos do Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária, sobre o vencimento do Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e Secretários Municipais.

Art. 2º Fica autorizado o desconto de 5% (cinco por cento), incidente após o cálculo de descontos do Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária, sobre o vencimento dos servidores públicos ocupantes de cargos de provimento em comissão representados pelos códigos 61001, 61002, 61004, 61005, 61006, 61007, do Plano de Cargos e Salários deste Município, que voluntária e expressamente autorizaram o procedimento, em caráter excepcional e por prazo determinado, no mês de novembro de 2015.

Art. 3º. Os valores oriundos dos descontos a que se refere esse Decreto reverterão aos cofres públicos municipais.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Serra Alta/SC,  
em 28 de outubro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

### DECRETO Nº 166/2015

DECRETO N.º 166/2015 DE 28 OUTUBRO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE MEDIDAS PARA CONTENÇÃO DE DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município,

Considerando a crise econômica que atinge a administração pública;

Considerando a necessidade de adequar os gastos aos limites impostos pela Lei n.º 101, de 04 de maio de 2000;

Considerando a necessidade de ajustar as despesas à receita, visando o equilíbrio orçamentário;

DECRETA:

Art. 1º Ficam instituídas medidas de contenção de despesas em todas as Secretarias Municipais no período de 01 de novembro à 30 de novembro de 2015, de acordo com este Decreto.

Parágrafo único. Este prazo poderá ser prorrogado em caso da situação econômica e financeira não se normalize.

Art. 2º As despesas com pessoal serão reduzidas mediante a:

I – suspensão de pagamento de diárias;

II – suspensão da realização de horas extras, salvo na Secretaria Municipal de Saúde e nos casos de emergência e extrema urgência, justificado o interesse público.

Art. 3º Toda e qualquer aquisição de materiais, bens ou serviços ficam centralizadas na Secretaria de Administração e condicionadas a autorização do Prefeito Municipal, mediante comprovação de disponibilidade de caixa para pagamento da despesa, sem prejuízo ao atendimento da ordem cronológica prevista no art. 5º da Lei 8.666/93.

Art. 4º As atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos ficam paralisadas, temporariamente, exceto àquelas de interesse público e/ou caráter emergencial.

Art. 5º Fica limitado em no máximo 40% os incentivo concedidos através da Lei Municipal nº. 1013/2014 de 03 de dezembro de 2014, que “Dispõe sobre a implantação do Programa de Incentivo Agropecuário e da outras providências”, aos serviços iniciados após a publicação deste Decreto.

Art. 6º A Secretaria de Administração e Fazenda fica encarregada em proceder a revisão dos contratos e convênios em vigor, podendo nestes casos, e a critério da administração, ser aplicado a supressão do percentual previsto no art. 65, § 1º da Lei n.º 8.666/93.

Art. 7º Os Secretários Municipais controlarão o uso e o consumo de energia elétrica, água, materiais, veículos, máquinas, combustível e telefone de suas respectivas Secretarias.

Art. 8º Para o deslocamento e execução dos serviços previstos na Lei Municipal nº. 670/2005 de 27 de setembro de 2005 que “Cria o Programa de Incentivo a Atividade Leiteira no Município de Serra

Alta e dá outras providências”, será cobrado um valor de R\$ 15,00 (quinze reais) por serviço.

Art. 9º. Será intensificada a fiscalização, a cobrança de impostos municipais e executado judicialmente a dívida ativa dos contribuintes inadimplentes.

Art. 10. Fica constituída Comissão integrada pelo Secretário de Administração, Secretário de Agricultura, Assessor Jurídico e Contadora, presidida pelo primeiro, para proceder o acompanhamento da situação econômica e financeira do Município, e se necessário a tomada de novas medidas para a contenção de despesas.

Art. 11. Cabe a Secretaria de Administração editar, todos os atos complementares e necessários a plena execução deste Decreto.

Art. 12. Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22 de maio de 2013, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de outubro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 167/2015**

DECRETO Nº 167/2015 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

“Dispõe sobre exoneração da Servidora Publica Municipal, VANESSA FICAGNA do Cargo de Diretora de Departamento da Cultura, e dá outras providências”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 498/01 de 10/09/01 e Lei Complementar nº 684/05 de 13/12/2005,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada a Servidora Publica Municipal VANESSA FICAGNA, do Cargo de Diretora de Departamento da Cultura, lotada na Secretaria de Educação Cultura e Esportes, Nível CC – 03 (61006), do Grupo VII – Cargos em Comissão, conforme Plano de Cargos e Remuneração da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de outubro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 168/2015**

DECRETO Nº 168/2015 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

“Dispõe sobre exoneração do Servidor Publico Municipal, VILMAR MIGNONI do Cargo de Diretor de Departamento de Esporte, e dá outras providências”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 498/01 de 10/09/01 e Lei Complementar nº 684/05 de 13/12/2005,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado o Servidor Publico Municipal VILMAR MIGNONI, do Cargo de Diretor de Departamento de Esporte, lotado na Secretaria de Educação Cultura e Esportes, Nível CC – 03(61005) do Grupo VII – Cargos em Comissão, conforme Plano de Cargos e Remuneração da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de outubro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

### **LEI MUNICIPAL Nº 1.043/2015**

LEI MUNICIPAL Nº 1.043, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL PARA A RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS – FMRBL E DO CONSELHO GESTOR DA FMRBL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

#### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. Ficam instituídos no Município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, o Fundo Municipal para a Reconstituição de Bens Lesados – FMRBL e o Conselho Gestor do FMRBL.

Parágrafo único. O Fundo Municipal para Reconstituição de Bens Lesados – FMRBL atuará em conformidade com o disposto na Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 e será gerido por um Conselho Gestor, constituído na forma estabelecida nesta Lei.

#### **CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS DO FUNDO**

Art. 2º. O FMRBL tem por objetivo reparar e prevenir danos causados à coletividade, relativos ao meio ambiente, a segurança pública, ao consumidor, à economia popular, a bens e direitos de valores artísticos, estéticos, históricos, turísticos e paisagísticos, à

ordem urbanística, à ordem econômica, ao patrimônio público ou a qualquer outro interesse difuso ou coletivo no âmbito do Município.

### CAPÍTULO III DAS RECEITAS

Art. 3º. Constituem receitas do FMRBL:

- I – os rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais;
- II – aqueles provenientes da aplicação do § 2º, do art. 3º, da Lei Estadual nº 15.694 de 21 de dezembro de 2011;
- III – os valores estabelecidos em acordos judiciais decorrentes de Ação Civil Pública;
- IV – as contribuições e doações de pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras;
- V – as transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas;
- VI – as multas administrativas, inclusive as previstas no § 1º do art. 5 desta Lei;
- VII – os valores decorrentes de sanções administrativas aplicadas pelo órgão municipal de defesa do consumidor, meio ambiente ou de outros interesses difusos e coletivos;
- VIII – outras receitas que vierem a ser destinadas ao FMRBL.
- IX – Transações penais e prestações pecuniárias

Parágrafo único. É facultado ao respectivo Órgão Gestor, dispor do percentual de 50% sobre os valores decorrentes de medidas compensatórias estabelecidas em acordo extrajudicial ou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrados por quaisquer dos entes públicos legalmente legitimados e de multas pelo descumprimento de cláusulas estabelecidas naqueles instrumentos.

### CAPÍTULO IV DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 4º. Os recursos do FMRBL serão aplicados:

- I – na restauração ou recuperação dos bens;
- II – na promoção de eventos educativos e científicos, bem como a edição de material informativo de cunho pedagógico, cuja finalidade seja o fomento de cultura ou práticas protetivas dos bens, interesses e valores mencionados no art. 2º desta Lei e buscar tratar nestes materiais a natureza da infração ou do dano causado;
- III – no custeio de exames periciais, estudos e trabalhos técnicos necessários à instrução de inquérito civil ou procedimento investigatório preliminar, instaurados para a apuração de fato ofensivo a interesse difuso ou coletivo;
- IV – na aquisição de equipamentos e material permanente para utilização de órgãos de fiscalização das áreas do meio ambiente, de proteção do consumidor, de bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e da ordem urbanística;
- V – na aquisição de veículo de pequeno porte para o exercício da fiscalização;
- VI – em projetos relativos à reconstrução, reparação, preservação e prevenção dos bens, interesses ou valores mencionados no art. 2º desta Lei;
- VII – para equipar salas de educação ambiental;
- VIII – em investimentos necessários à modernização tecnológica, capacitação e aparelhamento finalístico aos órgãos municipais que possuem atribuição para proteger e preservar os bens, interesses e valores mencionados no art. 2º desta Lei.

Parágrafo único. Poderão pleitear recursos do Fundo, para fins de execução de projetos voltados à tutela e preservação dos bens, interesses e valores mencionados no art. 2º desta Lei, os órgãos da Administração Direta ou Indireta do Município, assim como as organizações não governamentais sem fins lucrativos regularmente constituídas e em funcionamento há mais de 02 (dois) anos, cujas finalidades institucionais e atuação, comprovadamente, estiverem harmonizadas com as finalidades do Fundo.

Art. 5º. Os recursos do FMRBL serão depositados em contas especiais de instituições financeiras, à disposição do Conselho Gestor.

§ 1º O FMRBL acordará com as instituições financeiras, para que no prazo de 10 (dez) dias, comuniquem ao Conselho Gestor os depósitos realizados a crédito do Fundo, com especificação da origem, sob pena de multa contratual.

§ 2º Fica autorizada a aplicação financeira das disponibilidades do FMRBL em operações ativas, de modo a preservá-la contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda.

§ 3º O saldo credor do FMRBL, apurado em balanço no término de cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte.

### CAPÍTULO V DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL PARA RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS

Art. 6º. São atribuições do Conselho Gestor do FMRBL:

- I – zelar pela boa e regular aplicação dos recursos do FMRBL velando para a consecução dos fins previstos no art. 2º desta Lei;
- II – aprovar e firmar convênios e contratos, objetivando elaborar, acompanhar e executar projetos compatíveis ao disposto no inciso I deste artigo;
- III – examinar e decidir acerca dos projetos de reconstrução de bens lesados, objetivando aplicar os recursos do FMRBL, inclusive os de caráter científico e de pesquisa;
- IV – definir a aplicação dos recursos do FMRBL;
- V – elaborar seu Regimento Interno, que, dentre outras atribuições, versará acerca da organização dos votos do Conselho Gestor ;
- VI – fazer editar, inclusive com a colaboração de órgãos da Administração Pública do Município e de entidades civis interessadas, a promoção de eventos educativos ou científicos cuja temática tenha pertinência com as finalidades do Fundo;
- VII – prestar contas aos órgãos competentes, na forma legal;
- VIII – aprovar o projeto de orçamento anual e o plurianual do fundo; e
- IX – aprovar a liberação de recursos dos projetos submetidos para análise.

Art. 7º. O Conselho Gestor do FMRBL será composto por:

- I – 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal, designado pelo Chefe do Poder Executivo;
- II – 01 (um) representante dos bombeiros militares e comunitários da comarca;
- III – 01 (um) representante da Câmara de Vereadores do Município;
- IV – 01 (um) representante da Polícia Militar;
- V – 01 (um) representante da Associação Comercial e Industrial do Município;
- VI – 01 (um) representante do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS;
- VII – 01 (um) representante do Fundo Municipal da Saúde - FMS
- VIII – 01 (um) representante das Escolas do Município de Serra Alta.

§ 1º Para cada membro efetivo será indicado um suplente que assumirá, com direito a voto, na ausência ou impedimento do titular.

§ 2º É facultado ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina, participar de todas as reuniões.

§ 3º O Conselho Gestor será presidido por representante indicado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 4º Os membros do Conselho Gestor do FMRBL, bem como o correspondente suplente, serão indicados pelos órgãos e entidades que representam, na forma de seus estatutos ou legislação interna e serão investidos na, por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 5º No caso do inciso IX, caso exista mais de uma organização não governamental sem fins lucrativos no Município, o representante será aquele indicado pela maioria das organizações.



§ 6º O mandato da direção e dos membros do Conselho Gestor do FMRBL será de 02 (dois) anos, sendo vedada a recondução total de seus membros e permitida 01 (uma) recondução por igual período.

§ 7º Será dispensado do Conselho Gestor do FMRBL o Conselheiro que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 06 (seis) alternadas, no período de 01 (um) ano.

§ 8º Os órgãos e entidades relacionadas neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus respectivos representantes, obedecendo ao disposto no parágrafo 1º deste artigo.

Art. 8º. As reuniões ordinárias do Conselho Gestor do FMRBL serão públicas e mensais e, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou da maioria simples do Conselho Gestor, sempre que algum fato assim exigir.

§ 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá convocar os Conselheiros para reuniões extraordinárias, em havendo descumprimento ao art. 8º desta Lei.

§ 2º As sessões plenárias instalar-se-ão com a maioria de seus membros, que deliberarão pela maioria dos votos dos presentes.

§ 3º Ocorrendo falta de quorum mínimo para instalação do plenário, automaticamente será convocada nova reunião, que acontecerá após 48 (quarenta e oito) horas, com qualquer número de participantes.

§ 4º O Presidente do Conselho Gestor do FMRBL publicará mensalmente os demonstrativos da receita e da despesa gravadas nos recursos do Fundo.

§ 5º O Conselho Gestor do FMRBL poderá rever e criar novas contas, sempre respeitando os objetivos descritos no art. 2º desta Lei.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º. O exercício da função de membro do Conselho Gestor do FMRBL não será remunerado, sendo considerado de relevante interesse público municipal.

Art. 10. Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer apoio administrativo, recursos humanos e materiais necessários para o funcionamento dos órgãos instituídos por esta Lei.

Art. 11. As atribuições e competências dos órgãos de que trata esta Lei serão fixadas por ato próprio.

Art. 12 – Fica incluído na Lei Municipal nº 1.010/2014 – Lei Orçamentária Anual vigente, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); e, para o Exercício de 2016 serão instituídas dotações orçamentárias suficientes ao atendimento dos serviços desenvolvidos pelo Fundo Municipal para Reconstituição de Bens Lesados – FMRBL.

Art. 13 – Fica aberto um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), no Orçamento Geral do Município no presente exercício financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão: 12.00 – FUNDO MUN. PARA A RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS – FMRBL

Unid. Orç: 12.01 – Fundo Mun. para a reconstituição de Bens Lesados - FMRBL Projeto/Atividade: Administração Geral dos bens e serviços desenvolvidos pelo FMRBL

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas .....

.....R\$ 20.000,00

4.4.90.00 – Aplicações Diretas .....R\$ 10.000,00

TOTAL .....

..R\$ 30.000,00

Art. 14 – Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), serão extraídos da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unid. Orç: 03.01 – Departamento de Administração

Projeto/Atividade: 2.300 – Manutenção da Administração Geral

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas .....

.....R\$ 30.000,00

Despesa 10 – Fonte: 0.1.0001 – Recursos ordinários

Art. 15 – Ficam alteradas as Leis 982/2013 – Plano Plurianual para o Quadriênio 2014/2017 e Lei nº 993/2014 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2015 e; Lei nº 1037/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2016, instituindo dotações orçamentárias suficientes ao atendimento dos serviços desenvolvidos pelo Fundo Municipal para a Reconstituição de Bens Lesados – FMRBL, nos termos desta Lei.

Art. 16 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, de 22 de maio de 2013.

Art. 17. Ficam revogadas disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 29 de outubro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito de Serra Alta

Registrada e Publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

## LEI MUNICIPAL Nº 1.044/2015

LEI MUNICIPAL Nº 1.044, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL DECLARAR A DESAPROPRIAÇÃO POR NECESSIDADE PÚBLICA, DE UMA ÁREA DE TERRA COM 1.153,62M², DA MATRÍCULA Nº 5.365 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 40, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, art. 5º, alínea “i”, do Decreto-Lei nº 3.365/41, faz saber, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a declarar a desapropriação por necessidade pública, amigável ou judicial, do desmembramento de parte da chácara suburbana, objetivando a regularização do trecho existente da Rua Fioravante Santoro, no Loteamento Vista Longa, com base no art. 5º, alínea “i”, do Decreto-lei nº 3.365/41.

Desmembramento de parte da chácara suburbana nº 22, mat. nº 5.365, com área de 4.076,00m², cuja área desmembrada é de 1.153,62m², sem benfeitorias, localizada no Perímetro Urbano do Município de Serra Alta/SC, de propriedade de VALDIR ANTONIO DETONI E LOURDES VIVAN DETONI, confrontando:

- ao NORDESTE, com parte da mesma chácara suburbana nº 22, de Valdir Antonio Detoni e Lourdes Vivan Detoni, na extensão de 65,45 metros;

- ao SUDOESTE, com parte da chácara suburbana nº 23, de Eduardo Cesar Santin, na extensão de 65,80 metros;

- ao SULESTE, com parte do lote rural nº 165, de Florinário Censi, na extensão de 15,22 metros

- ao NOROESTE, com parte da mesma chácara nº 22, de Valdir Baldin, na extensão de 19,96 metros;

Art. 2º. Nos termos do art. 15, do Decreto-Lei nº 3.365/41, a desapropriação é declarada de caráter urgente para efeitos de imediata imissão de posse.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei serão consignadas no orçamento municipal vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, de 22 de maio de 2013.

Art. 5º. Ficam revogadas disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 29 de outubro de 2015.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

## **PORTARIA Nº 043/2015**

PORTARIA Nº 043/2015 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; e alterações posteriores e lei 692/2006 de 13/04/2006,

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de LEWIS MATÉ HEINECK, CPF 004.361.329-23 e RG 2.659.401 do Cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, nível 62, do Grupo 6 - MAG, 20 HORAS SEMANAIS, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES, conforme Portaria de admissão Nº. 027/2015 DE 25 DE MARÇO DE 2015, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores, vigentes no município de Serra Alta.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de Outubro de 2015.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito de Serra Alta/SC

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração



# Sombrio

## PREFEITURA

### DEC. 196

DECRETO Nº 196, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.

#### "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO OS IMÓVEIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso de sua competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, de 06 de abril de 1990, Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1945 e as Leis 4.132/62 e nº 4.504/64,

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação, 03 (três) áreas ideais de terras, referente ao prolongamento das Ruas Pedro João Godinho, André Justo Maggi e Avenida Pedro Alberto Trajano, respectivamente, localizadas no Bairro Nova Brasília, nesta Cidade de Sombrio – SC, de propriedade de Helena Matias Coelho e Juliano Rovaris, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta Cidade e Comarca de Sombrio – SC, sob nº 31.583, de formato irregular, com as seguintes medidas, confrontações e coordenadas geográficas como segue:

1 – Prolongamento da Rua Pedro João Godinho, medindo 1.164,00 m², com as seguintes medidas, confrontações e coordenada Geográficas: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice ponto P5, de coordenadas N 6779860.86 m e E 631482.59 m situado Helena Matias Coelho Área A (Matrícula 31.583); deste, segue confrontando com Rua Pedro João Godinho; com os seguintes azimutes e distâncias: 127°41'59" e 12.00 m até o vértice ponto P2, de coordenadas N 6779853.52 m e E 631492.09 m; deste, segue confrontando com Helena Matias Coelho Área B (Matrícula 31.583); com os seguintes azimutes e distâncias: 219°17'36" e 97.00 m até o vértice ponto P8, de coordenadas N 6779778.45 m e E 631430.66 m; deste, segue confrontando com Avenida Pedro Alberto Trajano; com os seguintes azimutes e distâncias: 307°41'24" e 12.00 m até o vértice ponto P9, de coordenadas N 6779785.79 m e E 631421.16 m; deste, segue confrontando com Helena Matias Coelho Área A (Matrícula 31.583); com os seguintes azimutes e distâncias: 39°17'42" e 97.00 m até o vértice ponto P5, de coordenadas N 6779860.86 m e E 631482.59 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, MC 51o WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como Datum SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM, de propriedade de Helena Matias Coelho e Juliano Rovaris, registrado no Cartório de Registro de imóveis desta cidade e Comarca de Sombrio – SC, sob matrícula nº 31.583.

2 - Prolongamento da Rua André Justo Maggi, medindo 824,50m², com as seguintes medidas, confrontações e coordenada Geográficas: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice ponto P2, de coordenadas N 6779816.82 m e E 631539.59 m situado Helena Matias Coelho Área B (Matrícula 31.583); deste, segue confrontando com Rua André Justo Maggi; com os seguintes azimutes e distâncias: 127°41'26" e 8.50 m até o vértice ponto P12, de coordenadas N 6779811.63 m e E 631546.32 m; deste, segue confrontando com Rua André Justo Maggi; com os seguintes azimutes e distâncias: 219°17'36" e 97.00 m até o vértice ponto P13, de coordenadas N 6779736.55 m e E 631484.89 m; deste, segue confrontando com Avenida Pedro Alberto Trajano (Matrícula 31.583); com os seguintes azimutes e distâncias: 307°41'22" e 8.50 m até o vértice ponto

P7, de coordenadas N 6779741.75 m e E 631478.16 m; deste, segue confrontando com Helena Matias Coelho Área B (Matrícula 31.583); com os seguintes azimutes e distâncias: 39°17'36" e 97.00 m até o vértice ponto P2, de coordenadas N 6779816.82 m e E 631539.59 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, MC 51o WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como Datum SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM, de propriedade de Helena Matias Coelho e Juliano Rovaris, registrado no Cartório de Registro de imóveis desta cidade e Comarca de Sombrio – SC, sob matrícula nº 31.583.

3 - Prolongamento da Avenida Pedro Alberto Trajano, medindo 281,50m², com as seguintes medidas, confrontações e coordenada Geográficas: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice ponto P10, de coordenadas N 6779804.14 m e E 631397.41 m situado Avenida Alberto Trajano; deste, segue confrontando com Helena Matias Coelho Área A (Matrícula 31.583); com os seguintes azimutes e distâncias: 127°41'25" e 30.00 m até o vértice ponto P9, de coordenadas N 6779785.79 m e E 631421.16 m; deste, segue confrontando com Rua Pedro João Godinho (matrícula 31.583); com os seguintes azimutes e distâncias: 127°41'23" e 12.00 m até o vértice ponto P8, de coordenadas N 6779778.45 m e E 631430.66 m; deste, segue confrontando com Helena Matias Coelho Área B (Matrícula 31.583); com os seguintes azimutes e distâncias: 127°41'24" e 60.00 m até o vértice ponto P7, de coordenadas N 6779741.75 m e E 631478.16 m; deste, segue confrontando com Rua André Justo Maggi; com os seguintes azimutes e distâncias: 127°41'22" e 8.50 m até o vértice ponto P13, de coordenadas N 6779736.55 m e E 631484.89 m; deste, segue confrontando com Avenida Alberto Trajano ; com os seguintes azimutes e distâncias: 219°17'32" e 2.55 m até o vértice ponto P3, de coordenadas N 6779734.59 m e E 631483.27 m; deste, segue confrontando com Avenida Alberto Trajano (Matrícula 31.577); com os seguintes azimutes e distâncias: 307°41'26" e 110.55 m até o vértice ponto P4, de coordenadas N 6779802.17 m e E 631395.80 m; deste, segue confrontando com Avenida Alberto Trajano; com os seguintes azimutes e distâncias:

39°17'45" e 2.55 m até o vértice ponto P10, de coordenadas N 6779804.14 m e E 631397.41 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, MC 51o WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como Datum SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM, de propriedade de Helena Matias Coelho e Juliano Rovaris, registrado no Cartório de Registro de imóveis desta cidade e Comarca de Sombrio – SC, sob matrícula nº 31.583.

Art. 2º. As áreas ideais declaradas de Utilidade Pública no artigo anterior serviram para o prolongamento das Ruas Pedro João Godinho, André Justo Maggi e Avenida Pedro Alberto Trajano, respectivamente, localizadas no Bairro Nova Brasília, nesta Cidade de Sombrio – SC.

Art.3º. A Desapropriação amigável, sem indenização, sem qualquer tipo de ônus a esta Municipalidade, em virtude das Ruas e Avenida já existirem há mais de 10 (dez) anos, sendo mesma de domínio público.

Art. 4º. Fica declarado para efeitos fiscais o valor dos imóveis em

R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) e R\$ 10.000,00 (dez mil reais), respectivamente.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio, 27 de outubro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

## LEI 2236

LEI Nº 2236, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015..

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DESAPROPRIAR, AMIGÁVEL OU JUDICIALMENTE, O IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no exercício de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a desapropriação amigável ou judicial, do imóvel que especifica: Um terreno urbano, situado na Rua Antonio Inácio da Rosa, Bairro Parque das Avenidas, Município de Sombrio-SC, medindo 630,00m², (seicentos e trinta metros quadrados) constituído do lote 24 (vinte e quatro) da Quadra 59-A (cinquenta e nove A), no quarteirão formado pela Rua Antonio Inácio da Rosa, Avenida LL, Rua F e Rua MM, com as seguintes características e confrontações: frente ao Leste na extensão de 12,00m (doze metros), com a Rua Antonio Inácio da Rosa: fundos ao Oeste, na extensão de 12,00m (doze metros) com o Lote 14 (quatorze), da mesma quadra: ao Norte na Extensão de 52,50m (cinquenta e dois metros e cinquenta centímetros), com parte do Lote 19 (dezenove) e Lotes 20 (vinte), 21 (vinte e um), 22 (vinte e dois) e 23 (vinte e três), da mesma quadra: e ao Sul na extensão de 52,50m (cinquenta e dois metros e cinquenta centímetros) com o lote 25 (vinte e cinco), da mesma quadra: distando 30,00m (trinta metros) da Rua MM, ao Norte. Cadastro imobiliário nº 37370 e inscrição imobiliária nº 01.07.054.0147.000, registro anterior 17.155. Matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sombrio – SC, sob nº 71.647 em nome de Marina Krás Boeges Tuon.

Art. 2º. A área ideal declarada de Utilidade Pública no artigo anterior servirá para ampliação das instalações do 2º Pelotão do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, destacamento de Sombrio – SC.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Reeq. Do Corpo de Bombeiros Militar, Manutenção do Fumrebom, suplementadas se necessário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 28 de outubro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

## LEI 2237

LEI Nº 2237, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A COMPENSAR DÉBITOS TRIBUTÁRIOS COM ÁREAS DE TERRAS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1.º Fica autorizado, o Chefe do Poder Executivo, a proceder à incorporação de bem imóvel de área de terras urbanas a seguir identificadas, por meio de compensação de débitos tributários do Sr. Arlindo Edílio da Rosa, Brasileiro, casado, escrivão notarial, inscrito no CPF nº103.160.789-72 e RG nº 144.3674 SSP/SC, residente e domiciliado a avenida Nereu Ramos, 1300, bairro Centro, Sombrio/SC, CEP 88960-000 e sua esposa a Srª Ceny Souza da Rosa, Brasileira, casada, do lar, residente e domiciliado a avenida Nereu Ramos, 1300, bairro Centro, Sombrio/SC, CEP 88960-000, a área de terras medindo 1.824,30 m², dentro de uma área maior de 10.243,01m², parte integrante da matrícula nº 64.450 e uma área de terra medindo 3.755,08m², dentro de uma área maior de 46.720,00m², parte integrante da matrícula nº 424, nos moldes do mapa e memorial descritivo anexo que é parte integrante e inseparável desta lei.

1 - Um terreno urbano, situado no Pirão Frio, nesta cidade e Comarca de Sombrio-SC, medindo (1824,30m²), Lote dois (2), dentro de uma área maior de (10.243,01m²) de propriedade de Arlindo Edílio da Rosa CPF 103.160.789-72, RG 1.443.674-SSP/SC e sua esposa Ceny Souza da Rosa CPF 657.392.809-15, RG 142.041-SSP/SC, parte integrante da matrícula nº 67.450, conforme certidão atualizada fornecida pelo CRI da Comarca de Sombrio, com as seguintes medidas e confrontações e coordenadas geográficas: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice ponto 0=PP, de coordenadas N 6779528.886 m e E 634109.680 m, situado Arlindo Edilio da Rosa (Matrícula 67.450); deste, segue confrontando com Arlindo Edilio da Rosa (Matrícula 424); com os seguintes azimutes e distâncias: 127º49'40" e 74.33 m até o vértice ponto 1, de coordenadas N 6779483.299 m e E 634168.392 m; deste, segue confrontando com Arlindo Edilio da Rosa (Matrícula 67.254); com os seguintes azimutes e distâncias: 217º21'53" e 24.22 m até o vértice ponto 2, de coordenadas N 6779464.053 m e E 634153.695 m; deste, segue confrontando com Arlindo Edilio da Rosa (Matrícula 67.450); com os seguintes azimutes e distâncias: 307º21'17" e 74.45 m até o vértice ponto 3, de coordenadas N 6779509.228 m e E 634094.512 m; deste, segue confrontando com Arlindo Edilio da Rosa (Matrícula 67.450); com os seguintes azimutes e distâncias: 37º39'13" e 24.83 m até o vértice ponto 0=PP, de coordenadas N 6779528.886 m e E 634109.680 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51o WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

2 - Um terreno rural, situado no lugar Pirão Frio, nesta cidade e Comarca de Sombrio-SC, medindo (3.755,08m²), dentro de uma área maior de (46.720m²) de propriedade de Arlindo Edílio da Rosa CPF 103.160.789-72, RG 1.443.674-SSP/SC e sua esposa Ceny Souza da Rosa CPF 657.392.809-15, RG 142.041-SSP/SC, cadastrado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária sob nº 810.061.020.630, parte integrante da matrícula nº 424, conforme certidão atualizada fornecida pelo CRI da Comarca de Sombrio, com as seguintes medidas e confrontações e coordenadas geográficas: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 0=PP, de coordenadas N 6779574.49 m e E 634198.74 m, situado com Prefeitura Municipal de Sombrio (Matrícula 42.408) ; deste, segue confrontando com Arlindo Edilio da Rosa (Matrícula 424); com os

seguintes azimutes e distâncias: 127°41'59" e 31.22 m até o vértice 1, de coordenadas N 6779555.40 m e E 634223.44 m; com os seguintes azimutes e distâncias: 217°21'53" e 90.71 m até o vértice 2, de coordenadas N 6779483.30 m e E 634168.39 m; deste, segue confrontando com Arlindo Edílio da Rosa (Matrícula 67.450); com os seguintes azimutes e distâncias: 307°49'40" e 74.33 m até o vértice 3, de coordenadas N 6779528.89 m e E 634109.68 m; deste, segue confrontando com Arlindo Edílio da Rosa (Matrícula 424); com os seguintes azimutes e distâncias: 37°39'13" e 21.48 m até o vértice 4, de coordenadas N 6779545.89 m e E 634122.80 m; deste segue confrontando com Arlindo Edílio da Rosa (matrícula nº 424), com os seguintes azimutes e distâncias: 128°28'00" e 42.73 m até o vértice 5, de coordenadas N 6779519,31 m e E 634156,26 m; deste, segue confrontando com Arlindo Edílio da Roasa (matrícula nº 424); com os seguintes azimutes e distâncias: 37°35'34" e 49.28 m até o vértice 6, de coordenadas N 6779558.36 m e E 634186.32 m; deste, segue confrontando com Prefeitura Municipal de Sombrio (Matrícula 42.408); com os seguintes azimutes e distâncias: 37°35'32" e 20.36 m até o vértice 0=PP, de coordenadas N 6779574.49 m e E 634198.74 m; até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51o WGr e encontra-se representadas no Sistema UTM, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º. As áreas ideais compensadas por débitos tributários no artigo anterior, servirá para construção de uma Praça de Esportes.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio, 28 de outubro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO 211/2015

DECRETO Nº 0211/2015 DE 28/10/2015

"FICA ABERTO CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto na Lei Municipal Nº 1061/2015 de 28/10/2015.

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 130.000,00 (Cento e Trinta Mil e Reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal vigente:

#### 04.01.0012.0361.0006.2.012-Manutenção do Ensino Fundamental

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00 (52)	0.1.00.01001	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas. (1.001)	R\$ 60.000,00
3.3.50.00 (55)	0.1.00.01001	Transferências a Entidades sem fins Lucrativos- Aplicações Diretas. (1.001)	R\$ 10.000,00

#### 04.01.0012.0365.0006.2.015-Ensino Infantil

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00 (52)	0.1.00.01001	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas. (1.001)	R\$ 10.000,00

#### 04.01.0012.0365.0006.1.011-Manutenção da Creche

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00 (42)	0.1.00.01001	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas. (1.001)	R\$ 30.000,00

#### 01.0012.0361.0006.2.013-Transporte Escolar

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (63)	0.1.00.01001	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas. (1.001)	R\$ 20.000,00

Artigo 2º – Para cobertura do crédito adicional Suplementar abertos no artigo serão anulados os recursos de R\$ 130.000,00 (Cento e Trinta Mil e Reais), nas seguintes Atividades:

#### 04.01.0012.0361.0006.1.010- Aquisição de veículo para o transporte escolar

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (39)	0.1.00.001001	Investimentos- Aplicações Diretas (1.001))	R\$ 5.000,00

#### 04.01.0012.0361.0006.1.028- Ampliação e Reformas de Salas de Aula

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (49)	0.1.00.001001	Investimentos- Aplicações Diretas (1.001))	R\$ 20.000,00

#### 04.01.0012.0365.0006.1.011- Manutenção da Creche

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (47)	0.1.00.001001	Investimentos- Aplicações Diretas (1.001))	R\$ 9.600,00
3.3.90.00 (46)	0.1.00.001001	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (1.001))	R\$ 10.400,00

#### 06.02.0026.0782..0012.1.019- Participação no Consórcio Inter Municipal de Infra-Estrutura

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.71.00 (139)	0.1.00.001000	Transf. a Consórcios Públicos- Aplicações Diretas (1.000))	R\$ 5.000,00
3.3.71.00 (140)	0.1.00.001000	Transf. a Consórcios Públicos- Aplicações Diretas (1.000))	R\$ 10.000,00
4.4.71.00 (141)	0.1.00.001000	Transf. a Consórcios Públicos- Aplicações Diretas (1.000))	R\$ 10.000,00
4.4.93.00 (142)	0.1.00.001000	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos- Aplicações Diretas (1.000))	R\$ 5.000,00

#### 06.02.0016.0482.0013.1.001-Habitações Populares Urbanas e Loteamentos Populares

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.5.90.00 (126)	0.1.00.001001	Investimentos- Aplicações Diretas (1.001))	R\$ 20.000,00

#### 06.04.0020.0541.0010.2.048- Preservação Ambiental

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
-----------	----	---------------	-------



4.4.90.00 (182)	0.1.00.001000	Investimentos- Aplicações Diretas (1.000))	R\$ 5.000,00
3.3.90.00 (181)	0.1.00.001000	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (1.000))	R\$ 5.000,00

06.02.0017.0511.0011.1.015- Manutenção e Ampliação de Rede de captação e esgotamento sanitário

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00 (132)	0.1.00.001000	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas (1.000))	R\$ 15.000,00

06.02.0022.0661.00.1.016- Ampliação de programa de geração de emprego e renda

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (137)	0.1.00.001000	Investimentos- Aplicações Diretas (1.000))	R\$ 10.000,00

Artigo 3o – Esta Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 28 de outubro de 2015.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração de Fazenda

## LEI 1060/2015

LEI MUNICIPAL Nº 1060 DE 28 OUTUBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE AQUISIÇÃO DE PRÊMIOS PARA SEREM SORTEADOS NA CAMPANHA DE INCENTIVO A EMISSÃO DE NOTAS FISCAIS, AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM A ACISB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Sul Brasil-SC, o Sr. EDER IVAN MARMITT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a promover a campanha denominada "NOTA PREMIADA", com a finalidade de criar estímulo na exigência da emissão de notas fiscais, estimular o comércio em geral e combater a evasão fiscal no Município de Sul Brasil.

Art. 2º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a efetuar despesa para aquisição dos prêmios, limitado a R\$ 2.335,00 (dois mil trezentos e trinta e cinco reais).

Art. 3º - A campanha consiste na troca de notas fiscais emitidas pelo comércio em geral, prestadores de serviços estabelecidos no Município de Sul Brasil e notas de produção agropecuária, por cupons numerados, que habilitarão o seu portador a concorrer a vários prêmios oferecidos pelo Município, sendo:

I – Notas emitidas pelo comércio em geral, prestadores de serviços e nota fiscal de venda agropecuária, estabelecidos no Município de Sul Brasil, serão trocadas por cupons numerados que concorrerão aos seguintes prêmios:

01 fogão a gás 05 bocas, marca Muller.

01 churrasqueira elétrica, Hidro.

01 Forno Elétrico, marca Müller

01 microondas, marca LG

Art. 4º- Para atender o disposto no artigo anterior quanto aos prêmios, fica o poder Executivo Municipal autorizado a adquirir os bens anteriormente relacionados para serem sorteados.

Art. 5º - Todos os órgãos da Prefeitura Municipal de Sul Brasil deverão proporcionar os meios e facilidades necessários para execução dessa campanha, ficando os colaboradores diretos, bem como as firmas, empresas e outros tipos de comércio, impedidos de participarem dos sorteios como concorrentes ao prêmio.

Art. 6º - O poder Executivo Municipal expedirá decreto estabelecendo o regulamento da campanha da presente Lei, bem como as datas e condições dos sorteios.

Art. 7º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da Rubrica própria do orçamento vigente.

Art. 8º - Não serão aceitas notas fiscais referentes à compras de: gás de uso doméstico, combustíveis em geral, lubrificantes e de veículos em geral, bem como emitidas nos anos anteriores a 2015.

Art. 9º - Para efeito de melhor desempenho da campanha, fica o Executivo Municipal autorizado a instalar em conjunto com a ACISB – Associação Comercial e Industrial de Sul Brasil, posto de troca de notas fiscais por cupons, em locais ou em comércios do Município de Sul Brasil, objetivando a divulgação, facilitação da troca e estimulação do comércio municipal.

Art. 10º - Esta Lei entra na data da publicação, vinculada a publicação no DOM, pela Lei Municipal nº 1.207 de 2015.

Art. 11º - Revogam-se as disposições em contrário.

SUL BRASIL, 28 de outubro de 2015.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Data supra.

VALDECIR TOSETTO  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

## LEI 1061/2015

LEI MUNICIPAL Nº 1061/2015 DE 28/10/2015

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 130.000,00 (Cento e Trinta Mil e Reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal vigente:

### 04.01.0012.0361.0006.2.012-Manutenção do Ensino Fundamental

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00 (52)	0.1.00.01001	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas. (1.001)	R\$ 60.000,00
3.3.50.00 (55)	0.1.00.01001	Transferências a Entidades sem fins Lucrativos- Aplicações Diretas. (1.001)	R\$ 10.000,00

### 04.01.0012.0365.0006.2.015-Ensino Infantil

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00 (52)	0.1.00.01001	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas. (1.001)	R\$ 10.000,00

### 04.01.0012.0365.0006.1.011-Manutenção da Creche

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00 (42)	0.1.00.01001	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas. (1.001)	R\$ 30.000,00

### 01.0012.0361.0006.2.013-Transporte Escolar

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (63)	0.1.00.01001	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas. (1.001)	R\$ 20.000,00

Artigo 2º – Para cobertura do crédito adicional Suplementar abertos no artigo serão anulados os recursos de R\$ 130.000,00 (Cento e Trinta Mil e Reais), nas seguintes Atividades:

### 04.01.0012.0361.0006.1.010- Aquisição de veículo para o transporte escolar

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (39)	0.1.00.001001	Investimentos- Aplicações Diretas (1.001))	R\$ 5.000,00

### 04.01.0012.0361.0006.1.028- Ampliação e Reformas de Salas de Aula

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (49)	0.1.00.001001	Investimentos- Aplicações Diretas (1.001))	R\$ 20.000,00

### 04.01.0012.0365.0006.1.011- Manutenção da Creche

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (47)	0.1.00.001001	Investimentos- Aplicações Diretas (1.001))	R\$ 9.600,00
3.3.90.00 (46)	0.1.00.001001	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (1.001))	R\$ 10.400,00

### 06.02.0026.0782..0012.1.019- Participação no Consórcio Inter Municipal de Infra-Estrutura

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.71.00 (139)	0.1.00.001000	Transf. a Consórcios Públicos- Aplicações Diretas (1.000))	R\$ 5.000,00
3.3.71.00 (140)	0.1.00.001000	Transf. a Consórcios Públicos- Aplicações Diretas (1.000))	R\$ 10.000,00
4.4.71.00 (141)	0.1.00.001000	Transf. a Consórcios Públicos- Aplicações Diretas (1.000))	R\$ 10.000,00
4.4.93.00 (142)	0.1.00.001000	Aplicação Direta Decorrente de Operação Entre Órgãos- Aplicações Diretas (1.000))	R\$ 5.000,00

### 06.02.0016.0482.0013.1.001-Habitações Populares Urbanas e Loteamentos Populares

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.5.90.00 (126)	0.1.00.001001	Investimentos- Aplicações Diretas (1.001))	R\$ 20.000,00

### 06.04.0020.0541.0010.2.048- Preservação Ambiental

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (182)	0.1.00.001000	Investimentos- Aplicações Diretas (1.000))	R\$ 5.000,00



3.3.90.00 (181)	0.1.00.001000	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (1.000))	R\$ 5.000,00
-----------------	---------------	--	--------------

06.02.0017.0511.0011.1.015- Manutenção e Ampliação de Rede de captação e esgotamento sanitário

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00 (132)	0.1.00.001000	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas (1.000))	R\$ 15.000,00

06.02.0022.0661.00.1.016- Ampliação de programa de geração de emprego e renda

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (137)	0.1.00.001000	Investimentos- Aplicações Diretas (1.000))	R\$ 10.000,00

Artigo 3o – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 28 de outubro de 2015.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração de Fazenda

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### PORTARIA 189/2015

PORTARIA Nº. 189/2015.

CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA O PREFEITO MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder ao Prefeito Municipal RUDIMAR FRANCISCO GUTH, adiantamento do equivalente a 1,5 (uma e meia) diárias, no valor R\$ 1.513,84 cada, totalizando o valor de R\$ 2.270,76 (dois mil duzentos e setenta reais e setenta seis centavos), para sua viagem á Carazinho/RS, no período de 29 a 30 de Outubro de 2015, com objetivo de Participar do Curso sobre Manuseio e Confinamento gado de corte, na Agropecuária Vitória em Carazinho/RS e Soledade/RS.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE OUTUBRO DE 2015.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e nove de outubro de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

### PORTARIA 190/2015

PORTARIA Nº. 190/2015.

CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIA PARA A DIRETORA GERAL DE ESCOLA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Diretora Geral de Escola, IARA GOHLKE, adiantamento do equivalente a 01 (uma) diária, no valor R\$ 568,00 (quinhentos e sessenta e oito reais), para sua viagem á Fraiburgo/SC, no período de 04 a 06 de Novembro de 2015, com objetivos de participar da Coordenação do Curso de Formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE OUTUBRO DE 2015.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e nove de outubro de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 157/2015

DECRETO Nº 157, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.777/2015;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

04.01 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
2.007 – Programa de Alimentação Escolar  
3.3.90.00.00.00.00.0087(39) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 14.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação das seguintes dotação:

04.01 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
2.009 – Manutenção do Ensino Infantil  
4.4.90.00.00.00.00.0087(51) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 4.000,00  
2.011 – Promoção e Divulgação de Eventos Culturais  
3.3.50.00.00.00.00.00.0080(54) – Transf. à Inst. Privadas s/ Fins Lucrativos ..... R\$ 10.000,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, em 28 de outubro de 2015.  
Eclair Alves Coelho  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti  
Secretário de Administração e Finanças

### LEI Nº 1.777/2015

LEI Nº 1.777, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015.  
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado abrir crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

04.01 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
2.007 – Programa de Alimentação Escolar  
3.3.90.00.00.00.00.0087(39) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 14.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação das seguintes dotação:

04.01 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
2.009 – Manutenção do Ensino Infantil  
4.4.90.00.00.00.00.0087(51) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 4.000,00  
2.011 – Promoção e Divulgação de Eventos Culturais  
3.3.50.00.00.00.00.00.0080(54) – Transf. à Inst. Privadas s/ Fins Lucrativos ..... R\$ 10.000,00

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, em 28 de outubro de 2015.  
Eclair Alves Coelho  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti  
Secretário de Administração e Finanças

# Timbó

## PREFEITURA

### ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 27 2014 SAMAE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO Nº. 27/2014 SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

EMPRESA FORNECEDORA: Bela Vista Papelaria Distribuidora Eireli Me.

OBJETO: Acréscimo de 687 fardos ao item 01 (Embalagens com as seguintes características: material polietileno reciclado de aparas industriais; cor cinza esverdeado; textos impressos: para coleta de material reciclável, logomarca – SAMAE TIMBÓ/SC...).

MODALIDADE: Pregão Presencial

DATA DA ASSINATURA: 28/10/2015

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente SAMAE

### CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 69 DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 69 DE 26 DE OUTUBRO DE 2015.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 465, de 24 de julho de 2015, certificam que:

Está APROVADO o desmembramento denominado "LORINDO ROEDER", situado no lado ímpar da Rua Araponguinhas, distando pelo lado direito do imóvel, 207,70 metros da esquina formada com o lado par da Rua Tupiniquim, com a área de 11.268,45m<sup>2</sup> (Onze mil, duzentos e sessenta e oito metros e quarenta e cinco décimos quadrados), processo D-031/2012 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente LORINDO ROEDER, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 24.422, data de 14 de novembro de 2012 e da documentação elaborada e devidamente assinada pelo profissional Klaus Roeder, Engenheiro Agrônomo, CREA/SC 047481-2, onde constam projetos, memoriais e anotações de responsabilidade técnica, cabendo a este responsável técnico a responsabilidade civil pelos serviços de projetos, cálculos, topografia, memoriais e especificações.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 21.321, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.09.060.0149.001, constituído de 04 (quatro) áreas e mais uma área remanescente.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas as exigências da Lei Complementar nº. 335/2007 e do Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano. Qualquer modificação no projeto e no memorial descritivo deverá ser submetida à aprovação do Município, a pedido do interessado.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 26 de outubro de 2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

Município de Timbó

### DECRETO Nº 3978, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 3978, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

Dispõe sobre a justificativa da quebra da ordem cronológica de pagamento a fornecedores do Fundo Municipal de Saúde de Timbó.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII da Lei Orgânica do Município; Considerando para efeitos de ordem cronológica de pagamentos na administração pública o disposto do caput art. 5º da Lei 8.666/93: "Art. 5º Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei, devendo cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada." ; Considerando o disposto do art. 5º, § 3º da Lei 8.666/93 com redação dada pela Lei 9.648/98: "§ 3º Observados o disposto no caput, os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24, sem prejuízo do que dispõe seu parágrafo único, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 27.5.98)"; Considerando o disposto do art. 92, Lei 8.666/93 com redação dada pela Lei 8.883/94 que classifica como crime a afronta à ordem cronológica: "Art. 92. Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do adjudicatário, durante a execução dos contratos celebrados com o Poder Público, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade, observado o disposto no art. 121 desta Lei". (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94); Considerando o alcance do tema e da regra, as despesas de exercícios anteriores legalmente reconhecidas bem como para os Restos a Pagar da administração pública na forma do disposto da Lei 4.320/64 deve observar: "Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica."

Considerando a observância da regra da ordem cronológica de pagamentos as sentenças judiciais proferidas contra a administração pública na forma do disposto do art. 100 do Texto Constitucional de 1988 com redação dada pela Emenda Constitucional nº 62/09, salvo as ressalvas da própria lei: Art. 100. Os pagamentos devidos

pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009). (Vide Emenda Constitucional nº 62, de 2009) § 1º Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, exceto sobre aqueles referidos no § 2º deste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009). § 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009). § 3º O disposto no caput deste artigo relativamente à expedição de precatórios não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

Considerando o art. 67 da lei 4.320/64 e o disposto do art. 10 da Lei Complementar nº 101/000 (LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal): "Art. 10. A execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição."

Considerando que as Fontes/Destinação de Recursos possuem o objetivo de identificar as fontes de financiamento dos gastos públicos referindo-se a origem dos recursos e a sua destinação a pagamento de despesas, podendo ser ordinária quando da alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades, ou vinculada quando da vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela norma. (MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público disposto de Portaria da STN – Secretaria do Tesouro Nacional).

Considerando o disposto do art. 62 e 64 da Lei 4.320/64, segundo a qual "o pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação", e que "a ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga".

Considerando as obrigações e responsabilidades funcionais que cabem aos gestores bem como servidores públicos envolvidos no processo de ordenação financeira e pagamentos das despesas da administração pública.

Considerado Ofício do FMS nº 174 – 01/2015 de 14 de outubro de 2015,

#### DECRETA

Art. 1º Fica o Fundo Municipal de Saúde do Município de Timbó dispensado de seguir a ordem cronológica de Pagamentos dos seguintes fornecedores, em face de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais da área de Saúde, até o mês de Dezembro/2015, tendo em vista a queda de arrecadação de receitas do município e atrasos nos repasses do governo federal e estadual:

Fornecedores	Justificativa
Ademir Ladehoff	Locação imóvel (Unidade de Saúde)

Amarildo Dalpiaz	Locação imóvel (Unidade de Saúde)
Análise Laboratório Clínico Ltda	Exames laboratoriais
Associação Equilíbrio Vital de Defesa do Meio Ambiente	Subvenção Social (Controle das zoonoses e do crescimento populacional animal)
Cagere Casa Assistencial EIRELI	Acolhimento de pessoas com deficiência
Casa de Assistência Dilony	Acolhimento de pessoas idosas
Celesc	Energia
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale	Serviços médicos/aquisição de medicamentos
Francisco Mattos de Lara ME	Manutenção predial
GTA Gestão Ambiental	Coleta de resíduos hospitalares
Haroldo Duwe	Locação imóvel (Unidade de Saúde)
Instituto Vida de Assistência a Saúde	Consultas ou procedimentos médicos
Marcel Clovis Roeder	Confecção próteses odontológicas
OI S.A	Telefone
Ordem Auxiliadora Senhoras Evangélicas de Timbó	Serviços médicos
Rede Feminina de Combate ao Câncer	Subvenção Social
Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAMAE)	Água
Serviço Social da Indústria	Aquisição de medicamentos
T. O. Administradora de Bens	Locação de imóvel (Programa Mais Médicos)
TIM Celular	Telefonia Móvel
TPA Telecomunicações	Internet
VGZ Administradora de Bens	Locação de imóvel (Programa Mais Médicos)
White Martins Gases Industriais	Oxigênio medicinal

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de outubro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

#### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 09 2015 SAMAE - HORAS-MÁQUINA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2015 SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

OBJETO: Registro de preço para contratação de serviços de hora-máquina (retroescavadeira) com operador, destinados ao atendimento das demandas nas manutenções de redes de abastecimento de água.

EMPRESA FORNECEDORA: JP Comércio e Serviços de Terraplanagem Ltda

TOTAL ESTIMADO: R\$ 41.100,00 (quarenta e um mil e cem reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 28/10/2016

Timbó, 29/10/2015

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE



**EXTRATO CONTRATO 2015.127 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/127

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

AUTORIZADO: Virtual Automação Ltda

OBJETO: Fornecimento de licença de software Autodesk Revit LT Suite 3-YR a ser instalado nos computadores do Departamento de Engenharia da Prefeitura de Timbó e treinamento de Autocad e Revit Architecture.

VALOR TOTAL: R\$ 71.544,00 (setenta e um mil quinhentos e quarenta e quatro reais)

DATA DA ASSINATURA: 27/10/2015

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO - 30.2014 FMS - NUTRICLIN**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 30/2014

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: Nutriclin Saúde Comércio e Produtos Nutricionais Ltda.

OBJETO: Acréscimo de 45 latas ao item 01 (fórmula nutricionalmente completa para uso enteral ou oral...).

DATA DA ASSINATURA: 29/10/2015.

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Saúde

**LEI Nº 2799, DE 30 DE OUTUBRO DE 2015**

LEI Nº 2799, DE 30 DE OUTUBRO DE 2015

Altera a Lei nº 2738, de 20 de outubro de 2014 e denomina via pública Rua "Bertha Zumach".

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 2738, de 20 de outubro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

RUA PROJETADA 'B': Uma faixa de terras destinadas à abertura do logradouro público denominado RUA BERTHA ZUMACH, com área de 4.939,91m²: Situado no lado par da Rua Belo Horizonte, iniciando no lado par da Rua Belo Horizonte,[...].

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de outubro de 2015; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA NO 1765, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015**

PORTARIA No 1765, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

Retifica Portarias de Servidoras lotadas na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013, nº 3506, de 13 de junho de 2014, nº 3679, de 1º de dezembro de 2014 e nº 3852, de 1º de junho de 2015,

RESOLVE:

Art.1º Retificar, na Portaria nº 1716, de 03 de agosto do corrente, o número da Portaria de alteração do Contrato Temporário da Servidora Nilceia Alves da Silva, passando de Portaria nº 1676/2015 para Portaria nº 1648/2015.

Art.2º Na Portaria nº 1725, de 10/08/2015, o nome correto da Servidora é SEBASTIANA APARECIDA GRIMM CARDOSO LEAL.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC



**PORTARIA Nº 1764, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015**

PORTARIA Nº 1764, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

Designa o Servidor Público Municipal Emmerson Cleiton Nardelli, como responsável pelas homologações das imagens vinculadas às Fiscalizações Eletrônicas de Trânsito, a contar de 21 de setembro do corrente, e revoga Portarias nº 3041/2012 e nº 363/2013.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e

Considerando-se a designação de Servidor como responsável pelas homologações das Imagens vinculadas às Fiscalizações Eletrônicas, sendo: avanço de sinal, parada na faixa e excesso de velocidade;

Considerando-se que o Servidor Ubiratan Hipólito de Lima encontra-se credenciado/habilitado pelo DETRAN/SC ao acesso no Sistema Operacional DETRANNET, haja vista que o Departamento de Trânsito Municipal atua em parceria com a Polícia Militar e Polícia Civil nas operações de Fiscalização de Trânsito com o Radar estático/Móvel,

**RESOLVE:**

Art.1º DESIGNAR o Servidor Público Municipal Emmerson Cleiton Nardelli, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Trânsito e Transporte, matrícula nº 290670, portador do CPF nº 003.535.799-12, RG nº 3648743/SC - SSP, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente(FUNTRAN), como responsável pelas homologações das imagens vinculadas às Fiscalizações Eletrônicas de Trânsito, sendo: avanço de sinal, parada na faixa e excesso de velocidade), a contar de 21 de setembro do corrente.

Art.2º Ficam revogadas as Portarias nº 3041, de 09 de agosto de 2012 e nº 363, de 15 de maio de 2013.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de setembro de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**CÂMARA MUNICIPAL****IMPUGNAÇÃO 03/2015**

Processo Licitatório nº 07/2015

Pregão Presencial nº 03/2015

Impugnante: Lancer Soluções em Informática Ltda.

Cuida-se de impugnação ao Edital de Pregão Presencial nº 03/2015, manejada pela empresa Lancer Soluções em Informática Ltda., insurgindo-se contra a exigência contida no Termo de Referência, segundo a qual o software esteja integrado ou permita a integração ao Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, órgão que faz as publicações oficiais da Câmara.

**1. Da Impugnação**

Verifica-se que a Impugnante encaminhou correspondência eletrônica aos endereços de e-mail: administrativo@camaratimbo.sc.gov.br e secretaria@camaratimbo.sc.gov.br, com cópia da impugnação anexada.

Contudo, a teor do disposto no item 4.1. do Edital, que disciplina a impugnação ao instrumento convocatório, as impugnações devem ser protocolizadas na Secretaria da Câmara Municipal, mediante apresentação de requerimento firmado pelo impugnante e não apenas o encaminhamento por e-mail, com o requerimento digitalizado anexado.

Assim, de início se percebe que o e-mail contendo a Impugnação ao ato convocatório não atende aos requisitos estabelecidos no Edital de Pregão Presencial nº 03/2015, razão porque não merece ser conhecido.

**2. Das Razões da Impugnação**

Ainda que a Impugnação manejada não atenda aos requisitos do Edital de Pregão Presencial nº 03/2015, passamos à análise da argumentação expendida.

A Impugnante pretende fazer crer que a exigência contida no Termo de Referência de que o software esteja integrado ou permita a integração ao Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC provocaria limitação de competidores.

Isso porque as empresas que não estiverem integradas ao DOM/SC, eventualmente interessadas em participar do certame, podem não conseguir em tempo hábil integração do seu sistema ao DOM/SC.

Não merece ser acolhida a impugnação apresentada.

Isso porque a exigência impugnada está assim redigida:

"O Software poderá estar integrado ou permitir integração ao

Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina – DOM, permitindo o gerenciamento de todas as publicações administrativas, com o envio dos arquivos em formato.doc para sua efetiva publicação automaticamente. "

Verifica-se, com meridiana clareza, que o Edital não exige, para participação no certame, que o software esteja integrado ao DOM/SC, exige apenas que ele permita a integração.

Como o prazo estabelecido para a implantação do sistema é de 60 dias, tem-se que o período é razoável e suficiente para possibilitar às eventuais licitantes a integração do software ofertado com o DOM/SC.

Quanto ao argumentado no item 2 da impugnação, que reporta irregularidade quanto ao anexo IV conter a minuta do contrato e não a declaração de indicação e de responsabilidade, registramos que se trata apenas de um erro material que não inviabiliza a formulação da proposta, isso porque o modelo da declaração referida está contido no Anexo VI do Edital, perfeitamente identificável pelos licitantes, não impedindo a formulação de propostas.

**3. Conclusão.**

Diante das razões acima apresentadas, conclui-se que não merece acolhimento a impugnação apresentada ao Edital de Pregão Presencial 03/2015, pela empresa Lancer Soluções em Informática Ltda.

Timbó (SC) 28 de outubro de 2015.

Marcelo Luiz Ferrari

Presidente

## **PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Projeto de Lei Complementar nº 9/2015 - Altera a Lei Complementar nº 458, de 19 de dezembro de 2014 que institui o regime de sobreaviso aos servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Obras.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior  
Relator: Vereador Douglas Emanuel Marchetti.

#### **I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei Complementar de iniciativa do Prefeito, que pretende alterar a Lei Complementar n.º 458, de 19 de dezembro de 2014, estendendo o regime de sobreaviso aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, bem como criar funções gratificadas na referida secretaria.

Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 14 de outubro corrente. O Presidente da Mesa Diretora o despachou a esta Comissão no dia 20 de outubro em Sessão Ordinária, conforme §1.º do art. 122 do Regimento Interno para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

No dia 28 de outubro esta Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião, exarando seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

#### **II - FUNDAMENTAÇÃO**

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal n.º 95 de 1998, respeitando, portanto o §5.º do art. 101 do Regimento Interno.

Verifica-se, em um primeiro momento, que a matéria, objeto da presente proposição, é de interesse local, sendo, portanto, competência do Município legislar sobre a mesma, nos termos do inciso I do art. 30 da Constituição Federal e do inciso I do art. 10.º da Lei Orgânica Municipal.

No mesmo sentido, o art. 30, § 1º, II, "c" da Lei Orgânica do Município, dispõe sobre a competência do Prefeito no que se refere à estruturação e atribuição dos órgãos da administração pública municipal, infere-se constitucional e legítima a iniciativa do Executivo para a proposição em análise.

Estabelecida à competência legislativa no Município, observa-se que, a rigor, o Projeto de Lei Complementar nº 09/2015 visa instituir funções gratificadas e regime de sobreaviso aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

É importante salientar que a criação de funções gratificadas e de regime de sobreaviso, propostas no respectivo projeto, importarão em ônus ao erário, razão pela qual, a tramitação da proposição exige o cumprimento de requisitos previamente estabelecidos pela legislação aplicável ao caso.

Nesse sentido, há que se observar o disposto nos arts. 16 e 17, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que exigem a apresentação da estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

No caso concreto, estando presentes a estimativa de impacto financeiro bem como de declaração firmada pelo ordenador de despesa, de que as despesas para a criação da ação governamental estão de acordo com a LOA, a LDO e o PPA, vislumbra-se o preenchimento dos requisitos legais elencados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Deste modo, verifica-se que o projeto em questão está de acordo com os preceitos estatuídos pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica Municipal e pela legislação federal em vigor.

#### **III - CONCLUSÃO VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Complementar nº 09/2015.

Esse é o voto.

#### **DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO**

Votou com o Relator, aprovando o Parecer:  
Vereador Rubens Borchardt

Sala das Comissões, em 28 de outubro de 2015.

Douglas Emanuel Marchetti	Rubens Borchardt
Relator	Presidente

## **PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO PLC 09/2015**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Projeto de Lei Complementar nº 9/2015 - Altera a Lei Complementar nº 458, de 19 de dezembro de 2014 que institui o regime de sobreaviso aos servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Obras.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior  
Relator: Vereador Douglas Emanuel Marchetti.

#### **I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei Complementar de iniciativa do Prefeito, que pretende alterar a Lei Complementar n.º 458, de 19 de dezembro de 2014, estendendo o regime de sobreaviso aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, bem como criar funções gratificadas na referida secretaria.

Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 14 de outubro corrente. O Presidente da Mesa Diretora o despachou a esta Comissão no dia 20 de outubro em Sessão Ordinária, conforme §1.º do art. 122 do Regimento Interno para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

No dia 28 de outubro esta Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião, exarando seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

#### **II - FUNDAMENTAÇÃO**

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal n.º 95 de 1998, respeitando, portanto o §5.º do art. 101 do Regimento Interno.

Verifica-se, em um primeiro momento, que a matéria, objeto da presente proposição, é de interesse local, sendo, portanto, competência do Município legislar sobre a mesma, nos termos do inciso I do art. 30 da Constituição Federal e do inciso I do art. 10.º da Lei Orgânica Municipal.

No mesmo sentido, o art. 30, § 1º, II, "c" da Lei Orgânica do Município, dispõe sobre a competência do Prefeito no que se refere à estruturação e atribuição dos órgãos da administração pública municipal, infere-se constitucional e legítima a iniciativa do Executivo para a proposição em análise.

Estabelecida à competência legislativa no Município, observa-se que, a rigor, o Projeto de Lei Complementar nº 09/2015 visa instituir funções gratificadas e regime de sobreaviso aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

É importante salientar que a criação de funções gratificadas e de regime de sobreaviso, propostas no respectivo projeto, importarão em ônus ao erário, razão pela qual, a tramitação da proposição exige o cumprimento de requisitos previamente estabelecidos pela legislação aplicável ao caso.

Nesse sentido, há que se observar o disposto nos arts. 16 e 17, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que exigem a apresentação da estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

No caso concreto, estando presentes a estimativa de impacto financeiro bem como de declaração firmada pelo ordenador de despesa, de que as despesas para a criação da ação governamental estão de acordo com a LOA, a LDO e o PPA, vislumbra-se o preenchimento dos requisitos legais elencados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Deste modo, verifica-se que o projeto em questão está de acordo com os preceitos estatuídos pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica Municipal e pela legislação federal em vigor.

### III - CONCLUSÃO VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Complementar nº 09/2015.

Esse é o voto.

### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votou com o Relator, aprovando o Parecer:  
Vereador Rubens Borchardt

Sala das Comissões, em 28 de outubro de 2015.

Douglas Emanuel Marchetti	Rubens Borchardt
Relator	Presidente

### PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO PLC 10/2015

#### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei Complementar nº 10/2015 - Institui o regime de sobreaviso aos servidores públicos municipais lotados nos setores de Vigilância Sanitária e Epidemiológica e Serviços de Ambulância, da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Timbó.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior  
Relator: Vereador Douglas Emanuel Marchetti.

### I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei Complementar de iniciativa do Prefeito, que pretende instituir o regime de sobreaviso aos servidores lotados na Secretaria Municipal da Saúde, mais especificamente àqueles ligados aos setores de Vigilância Sanitária e Epidemiológica e serviços de ambulância.

Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 14 de outubro corrente. O Presidente da Mesa Diretora o despachou a esta Comissão no dia 20 de outubro em Sessão Ordinária, conforme §1.º do art. 122 do Regimento Interno para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

No dia 28 de outubro esta Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião, exarando seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

### II - FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal n.º 95 de 1998, respeitando, portanto o §5.º do art. 101 do Regimento Interno.

Verifica-se, em um primeiro momento, que a matéria, objeto da presente proposição, é de interesse local, sendo, portanto, competência do Município legislar sobre a mesma, nos termos do inciso I do art. 30 da Constituição Federal e do inciso I do art. 10.º da Lei Orgânica Municipal.

No mesmo sentido, o art. 30, § 1º, II, "c" da Lei Orgânica do Município, dispõe sobre a competência do Prefeito no que se refere à estruturação e atribuição dos órgãos da administração pública municipal, infere-se constitucional e legítima a iniciativa do Executivo para a proposição em análise.

Estabelecida à competência legislativa no Município, observa-se que, a rigor, o Projeto de Lei Complementar nº 10/2015 visa instituir o regime de sobreaviso aos servidores da Vigilância Sanitária e Epidemiológica e de serviços de ambulância lotados na Secretaria Municipal de Saúde.

É importante salientar que a criação de regime de sobreaviso, proposto no respectivo projeto, importará em ônus ao erário, razão pela qual, a tramitação da proposição exige o cumprimento de requisitos previamente estabelecidos pela legislação aplicável ao caso.

Nesse sentido, há que se observar o disposto nos arts. 16 e 17, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que exigem a apresentação da estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

No caso concreto, estando presentes a estimativa de impacto financeiro bem como de declaração firmada pelo ordenador de despesa, de que as despesas para a criação da ação governamental estão de acordo com a LOA, a LDO e o PPA vislumbra-se o preenchimento dos requisitos legais elencados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Deste modo, verifica-se que o projeto em questão está de acordo com os preceitos estatuídos pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica Municipal e pela legislação federal em vigor.

### III - CONCLUSÃO VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Complementar nº 10/2015.

Esse é o voto.

### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votou com o Relator, aprovando o Parecer:  
Vereador Rubens Borchardt

Sala das Comissões, em 28 de outubro de 2015.

Douglas Emanuel Marchetti	Rubens Borchardt
Relator	Presidente

# Três Barras

## PREFEITURA

### EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2015

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2015

O Município de TRÊS BARRAS, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, torna público que serão abertas as inscrições ao Concurso Público para provimento de vagas para cargos públicos efetivos e emprego público do quadro de pessoal do MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, aos cargos e respectivas vagas, constantes deste Edital, em cumprimento ao que determina a Constituição Federal de 1988, Art. 37, II, combinado com a Lei Orgânica Municipal, e de acordo com as seguintes disposições deste Edital.

Os cargos e valor da taxa de inscrição, estão especificados abaixo:  
Nível Superior: Assistente Social, Farmacêutico, Médico Pediatra, Médico Ginecologista / Obstetra, Médico Urologista, Médico Cardiologista, Médico Ortopedista, Médico Psiquiatra, Enfermeiro, Professor de Series Iniciais, Professor de Língua Portuguesa, Professor de Matemática, Professor de Geografia, Professor de Ciências, Professor de Educação Religiosa, Professor de Inglês, Professor de História, Professor de Educação Física e Professor de Artes - Valor da Inscrição R\$ 50,00 (cinquenta reais);

Nível Médio ou Técnico: Auxiliar de Odontologia - Valor da Inscrição R\$ 40,00 (quarenta reais);

Nível Fundamental ou Alfabetizado: Condutor, Operador de Motoniveladora, Operador de Retroescavadeira e Operador de Escavadeira Hidráulica - Valor da Inscrição R\$ 30,00 (trinta reais);

Inscrições de: 03/11/2015 a 02/12/2015.

Data prevista para PROVA OBJETIVA: 13/12/2015

Data prevista para PROVA PRÁTICA: 10/01/2016

Inscrições e informações através dos sites: [www.tresbarras.sc.gov.br](http://www.tresbarras.sc.gov.br) e [www.nubescursos.com.br](http://www.nubescursos.com.br).

Este Edital, em sua versão integral será publicado nos sites: [www.tresbarras.sc.gov.br](http://www.tresbarras.sc.gov.br) e [www.nubescursos.com.br](http://www.nubescursos.com.br) para que todos os interessados tomem conhecimento.

Três Barras/SC, 29 de Outubro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito do Município de Três Barras

### PORTARIA Nº. 158 DE 06 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº. 158 DE 06 DE ABRIL DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Nomear SEBASTIÃO ALATVIR FERREIRA – Secretário do Desenvolvimento Econômico e Turismo; SIDILON PAZDA – Secretário de Administração e Planejamento; MARCOS ROGÉRIO DE PAULA – Secretário de Finanças; e VALMIR DE MATOS – Coordenador Municipal da Defesa Civil, para sob a presidência do primeiro comporem a Comissão para verificação dos imóveis doados ou cedidos à empresas que não estejam dentro das especificações das Leis Municipais, informando as condições em que se encontram as atividades das mesmas, ou do desvio de finalidade das leis autorizadoras. A Comissão ora nomeada deverá apresentar ao Chefe do Poder Executivo Municipal relatório pormenorizado da situação de cada

empresa beneficiada.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de Abril de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

### PORTARIA Nº. 180 DE 06 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA Nº. 180 DE 06 DE ABRIL DE 2015

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONTRATAR, a Senhora ELIZABETE ROGALSKI SCHEUER – para exercer o cargo de Professor – 20 (vinte) horas semanais – aprovada através do processo seletivo – ACT, conforme Decreto nº. 4.466 de, 05/02/2015, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 06 de Abril de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

### PORTARIA Nº. 181 DE 10 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA Nº. 181 DE 10 DE ABRIL DE 2015

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Dispensar ANA PAULA BLANCK RAABE – cargo de Professor – 20 (vinte) horas semanais – aprovada através do processo seletivo – ACT, COM LOTAÇÃO NA Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 10 de Abril de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor



**PORTARIA Nº. 182 DE 10 DE ABRIL DE 2015.**

PORTARIA Nº. 182 DE 10 DE ABRIL DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Dispensar DIONEI DE OLIVEIRA DE SOUZA – do cargo de Professor – 20 (vinte) horas semanais – aprovada através de processo seletivo – ACT, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 10 de Abril de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 183 DE 10 DE ABRIL DE 2015.**

PORTARIA Nº. 183 DE 10 DE ABRIL DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Dispensar SONIA ADÉLIA WIESE PEREIRA, 20 – (vinte) horas semanais – aprovada através do processo seletivo – ACT, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 10 de Abril de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 184 DE 14 DE ABRIL DE 2015.**

PORTARIA Nº. 184 DE 14 DE ABRIL DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Contratar, o Sr ENDRIL PEREIRA – cargo de Professor – 20 (vinte) horas semanais – aprovado através do processo seletivo – ACT, conforme Decreto nº. 4.465 de, 05/02/2015 com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 14 de Abril de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 185 DE 15 DE ABRIL DE 2015.**

PORTARIA Nº. 185 DE 15 DE ABRIL DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Nomear MARCELA CRISTINA DE LIMA, para o cargo de Técnico de Enfermagem – do quadro de pessoal efetivo/estatutário desta Prefeitura Municipal – aprovada em concurso público de acordo com o Edital nº. 004 – com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a contar do dia 20/04/2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de Abril de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 186 DE 15 DE ABRIL DE 2015.**

PORTARIA Nº. 186 DE 15 DE ABRIL DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o que preconiza o § 1º. do artigo 80 da Lei Complementar nº. 138/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º.- Interromper a pedido a licença para tratar de interesses particulares concedida através da Portaria nº. 076/2014, ao servidor ALIR AGOSTINHO ADUR JUNIOR- Matrícula nº. 10781.6-0, ocupante do cargo de Técnico Ambiental, determinando o retorno do mesmo ao exercício normal de suas atividades a contar do dia 06/04/2015.

Art. 2º.- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de Abril de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 187 DE 15 DE ABRIL DE 2015.**

PORTARIA Nº. 187 DE 15 DE ABRIL DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Exonerar servidor ELIZIO DANIEL KEDDIN – das funções que exercia no cargo de Sub-diretor, do quadro do pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal – com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de Abril de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 188 DE 16 DE ABRIL DE 2015.**

PORTARIA Nº. 188 DE 16 DE ABRIL DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Nomear ELIZIO DANIEL KESSIN – para exercer as funções de Sub-diretor, do quadro do pessoal comissionado desta Prefeitura Municipal – com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 22/04/2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 16 de Abril de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 101/2015**

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 101/2015 - Edital Pregão nº. 84/2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e ainda da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera até as 09 h e 00 min. do dia 12 de novembro de 2015, Propostas para “aquisição de peças para reposição, serviços de chapeação e pintura e serviços mecânicos” destinados a manutenção de veículos integrantes da frota veicular da Prefeitura, em conformidade com o edital.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 12 de novembro de 2015.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 28 de outubro de 2015.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 103/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 103/2015.

EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 13/2015.

A Prefeitura Municipal de Três Barras – SC torna publico que sob a regência da Lei Federal nº. 8.666/93 com as alterações da 8.883/94 receberá até as 09 h e 00 min. do dia 20 de novembro de 2015, a Documentação e Propostas para contratação de empresa para fornecimento de mão de obra e fornecimento parcial de materiais com aproveitamento de materiais a serem fornecidos pelo município, para montagem de um parque infantil na Rua João Manoel Sarda, Bairro Km 02, em conformidade com este edital e seus anexos. Abertura: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 20 de novembro de 2015.

Cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações da Prefeitura Municipal, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Três Barras – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 - Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 – Três Barras – SC, ou pelo e-mail [licitacao@tresbarras.sc.gov.br](mailto:licitacao@tresbarras.sc.gov.br).

Três Barras - SC, 28 de outubro de 2015.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL

SALVADOR DE MAIO DE NETO - JURIDICO

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº.102/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.

Procedimento Licitatório nº. 102/2015 - Edital nº. 85/2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera até as 09 h e 00 min. do dia 13 de novembro de 2015, Propostas para “REGISTRO DE PREÇO DE BRINQUEDOS INFANTIS DIVERSOS, destinados a doação as crianças do município nas comemorações natalinas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 13 de novembro de 2015.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 28 de outubro de 2015.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO



# União do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO N. 2964/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 2.964, De 23 de Outubro de 2015.

Dispõe sobre exoneração de Servidora Pública Municipal dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e Art. 33. da Lei Complementar N.º 093/215 de 21 de Setembro de 2015 e requerimento da servidora,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA, do cargo de em comissão de Assessor em Informática, nomeada através do Decreto Municipal N.º 2.834 de 13 de fevereiro de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o Decreto Municipal N.º 2.834/2015 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 23 de outubro 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO  
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO N 024/2015

RESOLUÇÃO Nº. 024/2015  
CONVOCA SUPLEDNTE DE VEREADOR.

ALGEMIRO ALVES MACIEL, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o Art. 87 inciso II do Regimento Interno desta Casa de Leis.

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar o senhor Sebastiao Ferreira França 6º suplente de Vereador, para ocupar a vaga de Vereador nesta Casa de Leis.

Parágrafo Único – À convocação de que trata a presente Resolução será pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 01 de novembro à 30 de novembro de 2015.

Art., 2º - A referida convocação baseia-se na obrigação Regimental desta casa.

´ Parágrafo Único – Sendo que o Vereador Fabio Antonio Agostinnetto irá se ausentar pelo período de trinta e um dias, por motivo particular.

Art. 3º - Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala de Sessões, em 29 de outubro de 2015.

ALGEMIRO ALVES MACIEL  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

### RESOLUÇÃO N 025/2015

RESOLUÇÃO Nº. 025/2015  
CONVOCA SUPLEDNTE DE VEREADOR.

ALGEMIRO ALVES MACIEL, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o Art. 87 inciso II do Regimento Interno desta Casa de Leis.

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar o senhor Lucia Lourdes Steffens Soletti 7º suplente de Vereador, para ocupar a vaga de Vereador nesta Casa de Leis.

Parágrafo Único – À convocação de que trata a presente Resolução será pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 01 de novembro à 30 de novembro de 2015.

Art., 2º - A referida convocação baseia-se na obrigação Regimental desta casa.

´ Parágrafo Único – Sendo que o Vereador Fabio Antonio Agostinnetto irá se ausentar pelo período de trinta e um dias, por motivo particular.

Art. 3º - Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala de Sessões, em 29 de outubro de 2015.

ALGEMIRO ALVES MACIEL  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

**RESOLUÇÃO N 026/2015**

RESOLUÇÃO Nº. 026/2015

CONVOCA SUPLEDNTE DE VEREADOR.

ALGEMIRO ALVES MACIEL, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o Art. 87 inciso II do Regimento Interno desta Casa de Leis.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Convocar o senhor Ivone Fatima Piccinin 8º suplente de Vereador, para ocupar a vaga de Vereador nesta Casa de Leis.

Parágrafo Único – À convocação de que trata a presente Resolução será pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 01 de novembro à 30 de novembro de 2015.

Art., 2º - A referida convocação baseia-se na obrigação Regimental desta casa.

Parágrafo Único – Sendo que o Vereador Fabio Antonio Agostinetti irá se ausentar pelo período de trinta e um dias, por motivo particular.

Art. 3º - Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala de Sessões, em 29 de outubro de 2015.

ALGEMIRO ALVES MACIEL

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

**RESOLUÇÃO N 027/2015**

RESOLUÇÃO Nº. 027 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SO PONTO FACULTATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE.

ALGEMIRO ALVES MACIEL, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, a todos os habitantes, a seguinte resolução.

Considerando que dia 28 de outubro de 2015 é comemorado o dia do Servidor Público Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica por esta resolução determinado ponto facultativo no dia 30 de outubro de 2015.

§ 1º. Para os efeitos de que trata o Artigo Anterior, não haverá expediente na Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, União do Oeste SC, 29 de outubro de 2015.

ALGEMIRO ALVES MACIEL

Presidente

Registrada e publicada em data supra.

# Urussanga

## PREFEITURA

**AVISO PR 05/2015/FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação Julgamento - CPLJ

**AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N.º 05/2015/FMAS**

Objeto: aquisição parcelada de material (forro, meia cana e tintas) para manutenção predial do CRAS. Recebimento dos envelopes: até as 10h do dia 12/11/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 10h do dia 12/11/2015, no mesmo local. Edital: o edital estará a disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, somente em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º12 ou poderá ser solicitado através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br) ou retirado no site oficial desta municipalidade.

ROSANE ZATTA

Pregoeira

**AVISO PR 35/2015/PMU**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

**AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N.º 35/2015/PMU**

Objeto: aquisição de material elétrico. Recebimento dos envelopes: até as 11h30 do dia 12/11/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: Às 11h30 do dia 12/11/2015, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br) ou retirado no site oficial desta municipalidade, no Portal da Transparência.

Rosane Zatta-Pregoeira

**TERMO ADITIVO CONTRATO N. 233/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Contrato: 233/2013

Data de assinatura: 29/10/2015

Processo de Licitação: 80/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: MARIA APARECIDA CARDOSO DA SILVA GHISONI

CNPJ/CPF: 021.564.869-21

Objeto: concessão de uso do Terminal Rodoviário de Passageiros "Dionísio Pilotto".

Vigência prorrogada até 30/10/2017.

# Videira

## PREFEITURA

### ATA Nº 037/15 - CMI

ATA 37/2015 - Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas, reuniram-se no Departamento de Ação Social, os membros do Conselho Municipal do Idoso – CMI, para deliberarem a seguinte pauta: 1) Avaliação - Semana do Idoso, 2) Visita ao CREAS, 3) Assuntos Gerais. A Presidente do Conselho Municipal do Idoso, Sra. Gláucia Perazzoli saudou todos os presentes e prosseguiu falando sobre a semana do idoso que foi comemorada com várias atividades, a programação teve início no dia vinte e dois e término no dia vinte e cinco de setembro. A equipe multiprofissional desenvolveu inúmeras atividades, entre elas tivemos a celebração da Santa Missa, Palestra Informativa, Tarde de Talentos e o Matine em comemoração ao Dia do Idoso com encerramento. Contamos com a participação de muitos idosos durante toda a programação, foram distribuídos brindes, viram e necessário para todos os idosos presentes. A Presidente Sra. Gláucia juntamente com os demais membros do CMI, avaliaram todo o processo de organização e execução das atividades desenvolvidas como pontos positivos, foi sugerido para as próximas edições que seja abordado o tema "Prevenção de Doenças na Terceira Idade", realizando parceria com a Secretaria de Saúde, viabilizando técnicos para aferição de pressão arterial, glicose, DST/HIV, entre outros. Os membros do CMI comentaram sobre a importância de realizar uma campanha de orientação aos idosos, no trânsito. A Sra. Generci membro do CMI falou sobre as comemorações da Semana do Idoso, no Lar Bom Samaritano, durante toda a semana ocorreu uma programação especial aos idosos, hoje a instituição atende vinte e quatro pessoas de ambos os sexos com idade superior a sessenta anos, sendo que dez encontram-se utilizando cadeiras de rodas, necessitando de auxílio em todas as atividades. Quanto ao segundo item de pauta, os Membros do CMI realizaram uma visita ao CREAS, onde a coordenadora, Sra. Jociane recepcionou todos os membros do CMI, e mostrou as instalações, logo após a equipe multiprofissional apresentaram os serviços realizados pelo CREAS, com referência aos idosos. Seguindo o cronograma de visitas o CMI, fará a próxima reunião no Departamento de Ação Social, onde a equipe multiprofissional do Departamento irá explanar sobre os atendimentos realizados. A presidente do Conselho Municipal do Idoso comentou que a reunião ordinária do mês de novembro deverá ser antecipada para dia vinte e três, devido a um compromisso já agendado com a Comissão Regional do Idoso no dia trinta de novembro, os membros do CMI sinalizaram favorável a realização de visita a Secretaria Municipal de Saúde, (verificar o atendimento aos idosos no PAME, nos bairros, distribuição de medicamentos). No próximo mês de novembro se realizará a Conferência Estadual do Idoso em Florianópolis, nosso município se fará presente no evento com Sra. Lourdes, e Sra. Teresinha representando os idosos, já a Srtª. Patrícia e Sra. Justina representarão os profissionais da Assistência Social. Nada mais havendo a tratar, eu Sônia Rita Gheller, lavro a ata da reunião que será assinada pelos presentes, conforme lista de assinaturas.

### ATA Nº 038/15 - CMI

ATA 37/2015 - Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas, reuniram-se no Departamento de Ação Social, os membros do Conselho Municipal do Idoso – CMI, para deliberarem a seguinte pauta: 1) Avaliação - Semana do Idoso, 2) Visita ao CREAS, 3) Assuntos Gerais. A Presidente do Conselho Municipal do Idoso, Sra. Gláucia Perazzoli saudou todos os presentes e prosseguiu falando sobre a semana do idoso que foi comemorada com várias atividades, a programação teve início no dia vinte e dois e término no dia vinte e cinco de setembro. A equipe multiprofissional desenvolveu inúmeras atividades, entre elas tivemos a celebração da Santa Missa, Palestra Informativa, Tarde de Talentos e o Matine em comemoração ao Dia do Idoso com encerramento. Contamos com a participação de muitos idosos durante toda a programação, foram distribuídos brindes, viram e necessário para todos os idosos presentes. A Presidente Sra. Gláucia juntamente com os demais membros do CMI, avaliaram todo o processo de organização e execução das atividades desenvolvidas como pontos positivos, foi sugerido para as próximas edições que seja abordado o tema "Prevenção de Doenças na Terceira Idade", realizando parceria com a Secretaria de Saúde, viabilizando técnicos para aferição de pressão arterial, glicose, DST/HIV, entre outros. Os membros do CMI comentaram sobre a importância de realizar uma campanha de orientação aos idosos, no trânsito. A Sra. Generci membro do CMI falou sobre as comemorações da Semana do Idoso, no Lar Bom Samaritano, durante toda a semana ocorreu uma programação especial aos idosos, hoje a instituição atende vinte e quatro pessoas de ambos os sexos com idade superior a sessenta anos, sendo que dez encontram-se utilizando cadeiras de rodas, necessitando de auxílio em todas as atividades. Quanto ao segundo item de pauta, os Membros do CMI realizaram uma visita ao CREAS, onde a coordenadora, Sra. Jociane recepcionou todos os membros do CMI, e mostrou as instalações, logo após a equipe multiprofissional apresentaram os serviços realizados pelo CREAS, com referência aos idosos. Seguindo o cronograma de visitas o CMI, fará a próxima reunião no Departamento de Ação Social, onde a equipe multiprofissional do Departamento irá explanar sobre os atendimentos realizados. A presidente do Conselho Municipal do Idoso comentou que a reunião ordinária do mês de novembro deverá ser antecipada para dia vinte e três, devido a um compromisso já agendado com a Comissão Regional do Idoso no dia trinta de novembro, os membros do CMI sinalizaram favorável a realização de visita a Secretaria Municipal de Saúde, (verificar o atendimento aos idosos no PAME, nos bairros, distribuição de medicamentos). No próximo mês de novembro se realizará a Conferência Estadual do Idoso em Florianópolis, nosso município se fará presente no evento com Sra. Lourdes, e Sra. Teresinha representando os idosos, já a Srtª. Patrícia e Sra. Justina representarão os profissionais da Assistência Social. Nada mais havendo a tratar, eu Sônia Rita Gheller, lavro a ata da reunião que será assinada pelos presentes, conforme lista de assinaturas.

**ATA Nº 205/15 - CMDCA**

Ata do Fórum Próprio para Escolha de Entidades não Governamentais

ATA – 205 – Aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e quinze, às treze horas e trinta minutos, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado na Rua Lauro Muller 288 (duzentos e oitenta e oito), bairro Alvorada, cidade de Videira, Santa Catarina, reuniram-se as entidades não governamentais: Sorria Criança representada pela Sra. Nilsa Argenta, Apae se fez presente através da Sra. Marilsa De Bortoli Pergher, Pastoral da Criança representada pela Sra. Terezinha Francio, Escola de Pais marcou presença através da Sra. Antônia Faria. Foram convidadas as seguintes entidades: CIC, Comecinho de Vida e Gennius, Passos Firms, Sesi, Emuvi, dos quais compareceram, CIC representado pela Sra. Luciana Argenta e Passos Firms se fez presente através da Sra. Michele Fogt. O Presidente do CMDCA Sr. Alvaír iniciou os trabalhos da tarde, saudando todos os presentes e prosseguiu explicando sobre o Fórum próprio para escolha de novos representantes para compor o CMDCA, falou que o mandato será de dois anos e as reuniões ordinárias acontecem bimestralmente. O conselho de direitos é composto por Titular e Suplente, e que o CMDCA contribui para formulação da política de proteção dos direitos da criança e adolescente. A Sra. Justina gestora do Departamento de Ação Social esteve presente e comentou que no próximo ano iremos formular o Plano Decenal dos Direitos da Criança e Adolescente para tanto, é de extrema necessidade que a nova gestão do conselho de direitos esteja comprometida com a política da garantia dos direitos da criança e adolescentes. A Sra. Justina explicou que em breve teremos uma capacitação para os membros dos conselhos que integram o Departamento de Ação Social que são: CMDCA, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, CMI, Conselho Municipal do Idoso, CMAS, Conselho Municipal de Assistência Social. Foi definida a nova composição das entidades não governamentais que ficou organizada da seguinte forma: Sorria Criança, Apae, Pastoral da Criança, Escola de Pais, CIC e Passos Firms. Nos próximos dias enviaremos ofício as entidades para que essas remetam seus representantes para compor o novo CMDCA. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Senhor Alvaír Lirio Barzotto, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, da qual eu, Sônia, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelos demais presentes, conforme o livro de assinaturas.

**DECRETO Nº 12.398/15**

DECRETO Nº 12.498/15, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.404/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Termo de Desistência do Processo Seletivo constante do Processo Administrativo nº 18661/2015,

**RESOLVE**

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.404/15, que nomeou VANESSA COLOMBO, para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Bairro Farroupilha, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

**DECRETO Nº 12.496/15**

DECRETO Nº 12.496/15, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, ao servidor ILMOR EPELING, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 033/2015.

**DECRETA**

Art. 1º Fica aposentado por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, o servidor ILMOR EPELING, inscrito no CPF nº 400.692.659-68 e no RG nº 961.412 e no PIS/PASEP nº 100.85164.73-6, detentor da matrícula funcional nº 733, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista II - Ambulância, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de contribuição, perfazendo a importância de R\$ 3.426,69 (três mil quatrocentos e vinte e seis reais e sessenta e nove centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 01 de novembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração



**DECRETO Nº 12.497/15**

DECRETO Nº 12.497/15, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, ao servidor ITAMAR SERAFIM NOVELLO, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 034/2015,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aposentado por invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, do art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, o servidor ITAMAR SERAFIM NOVELLO, inscrito no CPF nº 525.774.739-15, com RG 1.655.681 e no PIS/PASEP nº 107.94991.61-8, detentor da matrícula funcional nº 2305, ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 1.614,38 (um mil seiscentos e quatorze reais e trinta e oito centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**DECRETO Nº 12.499/15**

DECRETO Nº 12.499/15, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, LEANDRA APARECIDA AMALCABURIO, tendo em vista sua aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público referente ao Edital nº 002/2015, homologado em 04 de setembro de 2015, para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Bairro Farroupilha, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**DECRETO Nº 12.500/15**

DECRETO Nº 12.500/15, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.294/15, de 28 de outubro de 2015.

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no valor de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.086– Manutenção do FMAS	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0500 Aplicações Diretas	95.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	95.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
1.030– Aquisição de Veículos - FMAS	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0500 Aplicações Diretas	70.000,00
16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	



2.081- Manutenção de Serviços de Convivência	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0500.0 Aplicações Diretas	25.000,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES	95.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de outubro de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### DECRETO Nº 12.501/15

DECRETO Nº 12.501/15, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.435/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 18703/2015.

#### RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.435/15, que nomeou EDIANA DE OLIVEIRA PINTO DOMINGUES, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de outubro de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VIDEIRA E A ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA BIBLIOTECA EUCLIDES DA CUNHA - AABEC

Extrato de Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Município de Videira e a Associação de Amigos da Biblioteca Euclides da Cunha - AABEC, visando despertar e apoiar o hábito pela leitura, da escrita e do amor pelos livros, em especial com o desenvolvimento e a concretização da VI Feira do Livro e II Encontro da Magia da Leitura. OBJETO: o estabelecimento de princípios básicos de cooperação técnica que venham a ser desenvolvidos pelas partes, na área de educação e cultura, para despertar e apoiar o hábito pela leitura, da escrita e do amor pelos livros, em especial com o desenvolvimento e a concretização da VI Feira do Livro e do II Encontro da Magia da Leitura. DOS RECURSOS: A execução do presente Termo de Cooperação não implica em transferência de recursos financeiros entre as partes. VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES: A vigência do presente instrumento iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2015, podendo ser alterado ou prorrogado mediante acordo prévio entre as partes, constituindo-se as alterações ajustadas em objeto de Termos Aditivos, que daquele serão parte integrante para todos os efeitos e direitos.

Videira, 05 de outubro de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 3.294/15

LEI Nº 3.294/15, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.086- Manutenção do FMAS	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0500 Aplicações Diretas	95.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	95.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
1.030- Aquisição de Veículos - FMAS	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0500 Aplicações Diretas	70.000,00
16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.081- Manutenção de Serviços de Convivência	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0500.0 Aplicações Diretas	25.000,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES	95.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições

em contrário.

Videira, 28 de outubro de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA Nº 0751/15**

PORTARIA nº 0751/15  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 17.866/2015,

#### **RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora TEREZINHA DE FATIMA FOGTE BERTO, Zelador, a partir de 1º de novembro de 2015 até 1º de fevereiro de 2016, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2004 até 30 de junho de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2015.

Videira, 22 de outubro de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA Nº 0754/15**

PORTARIA nº 0754/15  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 17.923/2015,

#### **RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora SALETE RODRIGUES DOS SANTOS, Trabalhador Braçal, a partir de 1º de dezembro de 2015 até 1º de março de 2016, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2009 até 1º de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de dezembro de 2015.

Videira, 22 de outubro de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA Nº 0755/15**

PORTARIA nº 0755/15  
Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 216, da Lei Complementar nº 130/12, e à vista do que consta no Mem 133/15 DEPLD, do Departamento Pessoal;

#### **RESOLVE**

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora ILIZANGELA FERRAZ, Professora, a partir do dia 19 de outubro de 2015 até 15 de fevereiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 19 de outubro de 2015.

Videira, 27 de outubro de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

#### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 177/2015 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 177/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 177/2015 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE PISO ELEVADO, REVESTIMENTO PARA ISOLAMENTO ACÚSTICO, FORRO MODULAR, DIVISÓRIAS E PERSIANAS PARA A SALA DE MONITORAMENTO DO COPOM, CONFORME CONVÊNIO Nº 21/2013 FIRMADO, LEI MUNICIPAL Nº 3.074/2014, PARA O PROJETO BEM TE VI, PELA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16:30 horas do dia 18/11/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 16:30 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 28 de Outubro 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO 004/2015****RESOLUÇÃO Nº 004/2015**

Dispõe sobre a o Centro de Apoio Educacional Especializado Tiago Scopel com atendimento dos alunos que possuem matrículas nas Escolas vinculadas a rede municipal de ensino de Videira- SC.

O Presidente do Conselho Municipal de Educação de Videira – SC, no uso de suas atribuições de acordo com o que estabelece a lei nº 048 de 08 de Agosto de 2007 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - O Centro de Apoio Educacional Especializado Tiago Scopel é uma instituição que oferece apoio pedagógico para crianças com dificuldades na aprendizagem.

Artigo 2º - Acompanha as crianças com dificuldades comportamentais e emocionais para que sejam minimizados os obstáculos que impedem ou dificultam a aprendizagem.

Parágrafo Único: O Centro de Apoio Educacional Especializado Tiago Scopel atende exclusivamente os alunos matriculados nas Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil mantido pela Secretaria Municipal de Educação através dos recursos próprios e dos 25%.

Artigo 3º - O Centro de Apoio Educacional Especializado Tiago Scopel também orienta os educadores sobre o papel da linguagem no processo de alfabetização, bem como, avaliação e tratamento das alterações da fala.

Artigo 4º - Este Centro de Apoio Educacional Especializado conta com uma equipe de três profissionais especializados em suas respectivas áreas de atuação, fonoaudióloga, psicóloga e psicopedagoga.

Artigo 5º - Está Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Videira, 23 de Outubro de 2015.

Marco André Serighelli

Presidente do Conselho Municipal de Educação

**RESULTADO DO 2º JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2015 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

2ª ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2015 - FMS

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, as quinze horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 0281/2015, para abrir e julgar o processo de Credenciamento nº 02/2015-FMS, o qual tem por objeto do presente credenciamento é para realização de atendimentos fisioterapêuticos a pacientes a serem atendidos pela Rede Básica de Saúde, conforme tabela do SIA/SUS do Ministério da Saúde, constante do ANEXO II. Participa deste credenciamento a seguinte empresa:

1) CLINICA DE FISIOTERAPIA PRONTOFISIO S/S ME, neste ato representada pela Sr. Luís Fernando Rosa Coradine;

Esteve presente ao ato a Sra. Camila Strapazzon, a qual analisará a documentação técnica exigida no Edital (itens 5 e 7), auxiliando a Comissão Permanente de Licitações no julgamento. Iniciou-se a reunião com o visto no envelope "documentação" pela Comissão Permanente de Licitações e pela presente, seguindo-se para a abertura do envelope contendo a documentação, as quais foram rubricadas e analisadas pela Comissão de Licitações. À vista das exigências constantes nos itens 05 e 07 do Ato Convocatório - Condições de Participação e seus subitens, a Comissão constatou que considera HABILITADA e CREDENCIADA as empresa CLINICA DE FISIOTERAPIA PRONTOFISIO S/S ME. Publique-se o presente resultado no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 29/10/2015, comunicando a empresa participante do presente

julgamento e após, o decurso dos prazos recursais o processo será encaminhado ao Sr. Prefeito Municipal para autorização e realização de contratação dos serviços mediante Processo de uma Inexigibilidade Licitação, com base no Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes.

Videira, 29 de outubro de 2015.

KALYNE DANIELEWICZ	CAMILA STRAPAZZON
Presidente da Comissão de Licitações	Responsável setor de Compras e Almoxarifado Sec. Saúde

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO	LUCÉLIA FEDRIGO
Membro da Comissão de Licitações	Membro da Comissão de Licitações

MARCIA REGINA VANZ	ADRIANA BAUERNFEIND
Membro da Comissão de Licitações	Assessora de Licitações

RAIMUNDA A. ZAGO BORBA
Chefe da Comissão de Licitações

**RESULTADO DO 3º JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2015 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

3ª - ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2015 - FMS

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, as quatorze horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 0281/2015, para abrir e julgar o processo de Credenciamento nº 01/2015-FMS, o qual tem por objeto a credenciamento é para a execução de serviços de forma complementar ao SUS, de procedimentos com finalidade diagnóstica (Laboratório Clínico), tais como exames bioquímicos, hematológicos e hemostasia, sorológicos e imunológicos; citológicos; uroanálises, hormonais, toxicológicos ou de monitorização terapêutica, microbiológicos, em outros líquidos biológicos, de genética, para triagem neonatal e imuno hematológicos, a serem atendidos pela Rede Básica de Saúde, conforme tabela do SIA/SUS do Ministério da Saúde, constante do ANEXO II. Participa deste credenciamento a seguinte empresa:

1) LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS VIDA EIRELI - EPP, neste ato representada pela Sra. Marilbel Emilia Gaio, através de procuração;

Esteve presente ao ato a Sra. Camila Strapazzon, a qual analisará a documentação técnica exigida no Edital (itens 5 e 7), auxiliando a Comissão Permanente de Licitações no julgamento. Iniciou-se a reunião com o visto no envelope "documentação" pela Comissão Permanente de Licitações e pela presente, seguindo-se para a abertura do envelope contendo a documentação, as quais foram rubricadas e analisadas pela Comissão de Licitações. À vista das exigências constantes nos itens 05 e 07 do Ato Convocatório - Condições de Participação e seus subitens, a Comissão constatou que considera HABILITADA e CREDENCIADA as empresa LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS VIDA EIRELI - EPP. Publique-se o presente resultado no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 30/10/2015, comunicando a empresa participante do presente julgamento e após, o decurso dos prazos recursais o processo será encaminhado ao Sr. Prefeito Municipal para Autorização e realização de contratação dos serviços mediante Processo de uma Inexigibilidade Licitação, com base no Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o

presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes.

Videira, 29 de outubro de 2015.

KALYNE DANIELEWICZ	CAMILA STRAPAZZON
Presidente da Comissão de Licitações	Responsável setor de Compras e Almoxarifado Sec. Saúde

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO	LUCÉLIA FEDRIGO
Membro da Comissão de Licitações	Membro da Comissão de Licitações

MARCIA REGINA VANZ	ADRIANA BAUERNFEIND	
Membro da Comissão de Licitações	Assessora de Licitações	

RAIMUNDA A. ZAGO BORBA
Chefe da Comissão de Licitações

### **TERMO ADITIVO Nº 117/2015**

Termo Aditivo nº 117/2015

Contrato/Ata nº: CT nº 237/2013

Processo: PR nº 55/2013- FMS

Contratado: CLÍNICA MÉDICA GOMES E FONTINELE S.S.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do item 07 por mais 04 (quatro) meses, com efeitos a partir de 1º de novembro de 2015 até 29 de fevereiro de 2016, reduzindo-se para 25 (vinte e cinco) o número de consultas diárias, e reajustar os valores do item 07 constantes da Cláusula 2ª, através do IGP-M (FGV) acumulado dos últimos doze meses (out/2014 a set/2015), no percentual de 8,3588300%.

Valor: R\$ 52.380,00.

Data: 29/10/2015.

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### 3º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2014 FMS

#### 3º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2014

Ao vigésimo sétimo dia do mês de outubro do ano de 2015, a Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, celebra o 3º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço nos termos Lei Federal 8.666/93 e Lei 10.520/02 e demais normas aplicáveis, decorrentes do processo licitatório nº 006/2014 homologada em 19/12/2014, cujo objeto fora a formalização de registro de preço para futuras aquisições de combustível, processado nos termos do processo administrativo nº 006/2014.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo aditivo tem por objeto o reajuste de preços em 1,47% para o item 03, 0,62% para o item 02 e 0,89% para o item 01, repassado pelos fornecedores conforme documentação apresentada, no item nº "00001" passando a vigorar conforme especificações abaixo;

6227.8 - MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001	LITRO	OLEO DIESEL S500		25.000,00	2,95	73,750,00
00002	LITRO	OLEO DIESEL S10		5.000,00	3,16	15,800,00
00003	LITRO	GASOLINA		20.000,00	3,69	73,800,00

As demais cláusulas a Ata de Registro de Preços permanecem inalteradas.

E por estarem às partes de pleno acordo com cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir os efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles, em 27 de outubro de 2015.

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO – Pregoeiro

JAIR WIPPEL – Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING – Equipe de Apoio

LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA  
Empresa

### 4º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 019/2014

#### 4º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 019/2014

Ao vigésimo sétimo dia do mês de outubro do ano de 2015, a Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, celebra o 4º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço nos termos Lei Federal 8.666/93 e Lei 10.520/02 e demais normas aplicáveis, decorrentes do processo licitatório nº 048/2014 homologada em 19/12/2014, cujo objeto fora a formalização de registro de preço para futuras aquisições de combustível, processado nos termos do processo administrativo nº 048/2014.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo aditivo tem por objeto o reajuste de preços em 1,47% para o item 03, e 0,62% para o item 02, repassado pelos fornecedores conforme documentação apresentada, no item nº "00001" passando a vigorar conforme especificações abaixo;

6227.8 - MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00002	LITRO	OLEO DIESEL S10		80.000,00	3,16	252.800,00
00003	LITRO	GASOLINA		13.000,00	3,69	47.970,00

As demais cláusulas a Ata de Registro de Preços permanecem inalteradas.

E por estarem às partes de pleno acordo com cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir os efeitos jurídicos e legais.



Vitor Meireles, em 27 de Outubro de 2015.

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO – Pregoeiro

JAIR WIPPEL – Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING – Equipe de Apoio

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

Empresa

### **AVISO DE LICITAÇÃO 033/2015**

Processo de Licitação 033/2015

Modalidade: Pregão 018/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão Registro de Preços

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando AQUISIÇÃO DE PRANCHAS DE MADEIRA PARA REPOSIÇÃO NOS PONTILHOES DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 12 de novembro de 2015 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site [www.vitor-meireles.sc.gov.br](http://www.vitor-meireles.sc.gov.br), informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 30 de Outubro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 0944/2015**

LEI Nº 0941, DE 29 OUTUBRO DE 2015.

AUTORIZA A CÂMARA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, ESTADO DE SANTA CATARINA, A TRANSFERIR E A CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE COM A UNIÃO DE CÂMARAS E VEREADORES DO ALTO VALE DO ITAJAÍ – UCAVI PARA A CONSTRUÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica a Câmara Municipal de Vitor Meireles/SC, autorizada a transferir e a contribuir em favor da UNIÃO DE CÂMARAS E VEREADORES DO ALTO VALE DO ITAJAÍ – UCAVI, com o repasse a título de contribuição para a construção da sede da Entidade e aquisição de mobiliário e de equipamentos, o valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Art. 2º A contribuição referida, terá cunho exclusivamente para a construção da sede da Entidade e aquisição de mobiliário e de equipamentos, não podendo haver desvio de finalidade.

Parágrafo único. A Entidade prestará contas à Câmara Municipal de Vereadores, através de seus balanços, comprovando a aplicação dos recursos objeto do presente ato.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vitor Meireles, 29 de outubro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 213/2015**

PORTARIANº 213/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: TAINÁ LUCHTENBERG

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário – ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no CEI Chapeuzinho Vermelho, em substituição à servidora LISIANE DA CRUZ, afastada para tratamento de saúde, a partir do dia 28 de outubro de 2015 até 02 de novembro de 2015, prorrogado ou rescindido automaticamente conforme o período de afastamento da servidora.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 28 de outubro de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 29 DE OUTUBRO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

**PORTARIA Nº 214/2015**

PORTARIANº 214/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: LISIANE DA CRUZ

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Do Quadro de Pessoal de provimento efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 7 dias, pelo período de 27/10/2015 a 02/11/2015, sendo encaminhada ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, para realização de Perícia Médica, ficando a servidora licenciada pelo período estabelecido pela Previdência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 27 de outubro de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 29 DE OUTUBRO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

**PORTARIA Nº 215/2015**

PORTARIANº 215/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve EXONERAR:

de acordo com o Artigo 33, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: THAISE SUELEN LANGE DE SOUZA

Cargo: NUTRICIONISTA

A requerimento, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, nomeada pela Portaria nº 172/2012, de 17 de setembro de 2012, tomando posse no cargo dia 19 de setembro de 2012, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerada a partir de 30 de outubro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 30 de outubro de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 29 DE OUTUBRO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

# Xanxerê

## PREFEITURA

### DECRETO Nº AJG 214/2015

DECRETO Nº AJG 214/2015

DETERMINA HORÁRIO DE EXPEDIENTE E RECESSO NOS LOCAIS E DATAS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica do Município, e, em especial,

Considerando que o horário de trabalho para turno único de 06 (seis) horas diárias constituiu em economia para os cofres públicos, havendo considerável redução nos gastos mensais nas despesas de luz, água, telefone, material de expediente e outras despesas de manutenção;

Considerando a proximidade do encerramento do exercício de 2015 e a necessidade de ações visando o equilíbrio das contas públicas;

Considerando a necessidade de programar e planejar as ações a serem desenvolvidas pela Administração Pública Municipal para o próximo exercício, bem como as atividades de fechamento de contas dos setores de Tributação, Contabilidade, Compras, Licitações e Contratos e abertura do orçamento anual 2016, entre outros;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica determinado novo horário de expediente em turno único no horário compreendido das 07h00min às 13h00min, a partir do dia 03.11.2015 até o dia 21.02.2016 (término do horário de verão).

§ 1º – O novo horário de expediente será adotado em todo o Centro Administrativo; na Secretaria de Obras, Transportes e Serviços; no setor Administrativo da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer; no setor Administrativo da Secretaria de Assistência Social; no setor Administrativo da Secretaria de Educação.

§ 2º - Os programas sociais atenderão o horário estabelecido pela Secretária de Assistência Social.

§ 3º – As Escolas Municipais e os CEMEI's manterão o horário já definido pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 4º - O Procon e o SINE manterão seus horários normais de atendimento.

§ 5º - A Biblioteca Municipal Caldas Júnior atenderá no horário das 13h00min às 19h00min.

Art. 2º. Os servidores cedidos atenderão os horários de expediente dos respectivos órgãos, instituições e entidades que se encontram lotados.

Art. 3º. Fica determinado o recesso em todos os órgãos da Administração Pública da Prefeitura Municipal de Xanxerê, no período de 21 de dezembro de 2015 a 03 de janeiro de 2016.

Art. 4º. Todos os Secretários Municipais, Assessores, Diretores e Coordenadores que mantenham servidores públicos sob seu encargo, em relação ao disposto no art. 3º do presente decreto, deverão avaliar a necessidade de manter plantões de serviço, a manutenção de atividades em serviços essenciais de atendimento

à população, bem como, de serviços que demandem a operacionalização de atividades administrativas improrrogáveis, devendo comunicar ao Departamento de Recursos Humanos a devida escala de permanência em atividades no período de recesso estabelecidas pelo presente Decreto.

Art. 5º. O Departamento de Recursos Humanos, através de sua respectiva coordenação, deverá efetuar rigoroso controle para o efetivo cumprimento das disposições estabelecidas no presente Decreto.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 29 de outubro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

### PORTARIA RH-AJG 237/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 237/2015

DESIGNAR FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTOR DE RECURSOS PARA ADIANTAMENTOS E OUTROS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES CULTURA E LAZER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII e Lei Federal nº 4.320/64.

#### RESOLVE:

DESIGNAR, o Funcionário Público Municipal o (a) Sr. (a), DOUGLAS RICHARDT BIN, brasileiro (a), solteiro (a), residente e domiciliado no Município de Xanxerê – SC, (a), portador da CI nº 3.842.965-9 e CPF nº 007.217.089-19, nomeado conforme Decreto nº AM 100/03, no cargo de PROFESSOR MODALIDADES ESPORTIVAS com vinte (20) horas semanais, para exercer as funções de GESTOR DE RECURSOS PARA ADIANTAMENTOS e outras despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação pelo caráter de excepcionalidade vinculados a Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer, atendendo o disposto na Lei Federal nº 4.320/64 e demais legislações pertinentes à matéria.

Fica determinado aos setores competentes às ações necessárias à abertura de conta bancária em nome do Gestor dos Recursos para adiantamentos e os demais procedimentos com vistas à liberação de valores para atendimento ao objeto estabelecido na legislação retro-mencionada.

Determinar que esta designação vigore no período de 29.10.2015 à 31.12.2015.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a designação a partir desta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 29 de Outubro de 2015.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

**Xavantina****PREFEITURA**

**ANEXO LEI Nº 1480, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015 - DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2016.**

# **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS LDO-2016**

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 1/4  
 Data: 22/10/2015

**Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C) - Lei, nº 1480/15 de 22/10/2015

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
<b>3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAVANTINA</b>			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITAS	1.067.000,00	1.332.137,98	1.336.000,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	1.037.000,00	1.272.137,98	1.276.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.037.000,00	1.272.137,98	1.276.000,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.037.000,00	1.272.137,98	1.276.000,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00.00 Transferências da União	886.000,00	1.102.632,96	1.106.000,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	886.000,00	1.102.632,96	1.106.000,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00.00 Atenção Básica	815.000,00	1.017.217,86	1.020.000,00
4.1.7.2.1.33.02.01.00.00.00 Saúde da Família	150.000,00	239.345,28	240.000,00
4.1.7.2.1.33.02.02.00.00.00 Agentes Comunitários da Saúde	148.000,00	176.359,68	177.000,00
4.1.7.2.1.33.02.03.00.00.00 Saúde Bucal	58.000,00	75.582,72	76.000,00
4.1.7.2.1.33.02.04.00.00.00 Outros Programas Fundo a Fundo	63.000,00	79.361,86	80.000,00
4.1.7.2.1.33.02.05.00.00.00 PAB Fixo	120.000,00	138.568,32	139.000,00
4.1.7.2.1.33.02.06.00.00.00 PMAQ	168.000,00	180.000,00	180.000,00
4.1.7.2.1.33.02.08.00.00.00 NASF - Atenção Básica - Federal	108.000,00	128.000,00	128.000,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00.00 Vigilância em Saúde	28.000,00	33.000,00	33.000,00
4.1.7.2.1.33.03.02.00.00.00 Vigilância Sanitário - Piso Fixo	11.000,00	13.000,00	13.000,00
4.1.7.2.1.33.03.03.00.00.00 Vigilância e Promoção da Saúde	17.000,00	20.000,00	20.000,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00.00 Assistência Farmacêutica	25.000,00	31.000,00	31.000,00
4.1.7.2.1.33.04.01.00.00.00 Farmácia Popular	25.000,00	31.000,00	31.000,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00.00 MAC - Média e Alta Complexidade	18.000,00	21.415,10	22.000,00
4.1.7.2.1.33.05.01.00.00.00 MAC - Média e Alta Complexidade	18.000,00	21.415,10	22.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00.00 Transferências dos Estados	151.000,00	169.505,02	170.000,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	151.000,00	169.505,02	170.000,00
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00.00 Assistência Farmaceutica - Estado	18.000,00	21.000,00	21.000,00
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00.00 Confinanciamento - Atenção Básica - Estado	65.000,00	68.000,00	68.000,00
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00.00 NASF - Atenção Básica - Estado	53.000,00	65.505,02	66.000,00
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00.00 MAC - Estado	15.000,00	15.000,00	15.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	30.000,00	60.000,00	60.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00.00 ALIENAÇÃO DE BENS	30.000,00	60.000,00	60.000,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00.00 ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	30.000,00	60.000,00	60.000,00
4.2.2.1.5.00.00.00.00.00.00 Alienação de Veículos	30.000,00	60.000,00	60.000,00
Total entidade:	1.067.000,00	1.332.137,98	1.336.000,00
<b>4 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA</b>			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITAS	18.217.400,00	20.220.136,63	20.111.700,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	18.117.400,00	20.134.336,63	20.026.700,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTÁRIA	1.100.000,00	1.163.942,85	1.168.000,00
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00.00 IMPOSTOS	990.000,00	1.066.462,85	1.071.000,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00.00 Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	480.000,00	529.918,85	531.000,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00.00 Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	173.000,00	209.952,00	210.000,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00.00 Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	210.000,00	249.982,85	251.000,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00.00 IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	200.000,00	244.944,00	245.000,00
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00.00 IRRF s/ Outros Rendimentos	10.000,00	5.038,85	6.000,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00.00 ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	97.000,00	69.984,00	70.000,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00.00 Impostos sobre a Produção e a Circulação	510.000,00	536.544,00	540.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	510.000,00	536.544,00	540.000,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00.00 TAXAS	110.000,00	97.480,00	97.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 2/4

Data: 22/10/2015

**Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C) - Lei, nº 1480/15 de 22/10/2015

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
4 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA				
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	70.000,00	79.984,00	80.000,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	60.000,00	69.984,00	70.000,00
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	10.000,00	10.000,00	10.000,00
4.1.1.2.1.99.00.00.00.01	Taxa de Prevenção Contra Sinistros - TPCS	10.000,00	10.000,00	10.000,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	40.000,00	17.496,00	17.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	40.000,00	17.496,00	17.000,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	80.000,00	81.648,00	81.000,00
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PI	80.000,00	81.648,00	81.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	180.000,00	209.288,00	208.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	160.000,00	185.960,00	185.000,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	160.000,00	185.960,00	185.000,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Rendimentos Vinculados	10.000,00	11.000,00	11.000,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rendimentos FUNDEB	10.000,00	11.000,00	11.000,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Rendimentos Recursos Não Vinculados	150.000,00	174.960,00	174.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Outros Rendimentos Não Vinculados	150.000,00	174.960,00	174.000,00
4.1.3.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	20.000,00	23.328,00	23.000,00
4.1.3.3.3.00.00.00.00.00	Rec. Concessões e Permissões - Dir Uso Bens Públic	20.000,00	23.328,00	23.000,00
4.1.3.3.3.99.00.00.00.00	Outras Rec de Conc e Perm - Dir de Uso de Bens Púb	20.000,00	23.328,00	23.000,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	190.000,00	303.264,00	300.000,00
4.1.6.0.0.17.00.00.00.00	Serviços Agropecuários	150.000,00	233.280,00	230.000,00
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	40.000,00	69.984,00	70.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.240.900,00	18.140.467,38	18.036.100,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	16.025.900,00	17.889.691,38	17.786.100,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	6.993.800,00	7.600.317,11	7.490.300,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	5.840.800,00	6.111.917,34	6.001.000,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.300.000,00	7.698.240,00	7.600.000,00
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	(1.460.000,00)	(1.587.237,12)	(1.600.000,00)
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1.000,00	1.166,40	1.200,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	(200,00)	(251,94)	(200,00)
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	402.000,00	468.892,80	470.000,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	402.000,00	468.892,80	470.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	217.000,00	251.942,40	252.000,00
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	FNAS - Proteção Básica do SUAS	200.000,00	232.113,60	232.000,00
4.1.7.2.1.34.01.02.00.00	Transf. FNAS - PBF - PAIF - CRAS	80.000,00	93.312,00	93.000,00
4.1.7.2.1.34.01.03.00.00	Transf. FNAS - PBV - SCFV	120.000,00	138.801,60	139.000,00
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	FNAS - IGD-PBF-Índice Gestão Desc. Bolsa Família	10.000,00	11.664,00	12.000,00
4.1.7.2.1.34.02.01.00.00	Transf. FNAS - IGD - Bolsa Família	10.000,00	11.664,00	12.000,00
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	FNAS - IGD-SUAS Ind.Gestão Desc. do SUAS	7.000,00	8.164,80	8.000,00
4.1.7.2.1.34.03.01.00.00	Transf. FNAS - IGD - SUAS	7.000,00	8.164,80	8.000,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	237.000,00	290.410,27	290.300,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	140.000,00	163.296,00	163.000,00
4.1.7.2.1.35.02.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PDDE	5.000,00	5.832,00	6.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	35.000,00	41.967,07	42.300,00
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transf. FNDE - PNAE EJA	0,00	1.259,71	1.200,00
4.1.7.2.1.35.03.02.00.00	Transf. FNDE - PNAE Fundamental	16.000,00	19.828,80	20.000,00
4.1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transf. FNDE - PNAE Pré-Escolar	10.000,00	11.664,00	12.000,00
4.1.7.2.1.35.03.05.00.00	Transf. FNDE - PNAE Creche	8.000,00	8.164,80	8.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 3/4

Data: 22/10/2015

**Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C) - Lei, nº 1480/15 de 22/10/2015

**As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:**

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
4 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA				
4.1.7.2.1.35.03.06.00.00	Transf. FNDE - PNAE - AEE	1.000,00	1.049,76	1.100,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	57.000,00	79.315,20	79.000,00
4.1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transf. FNDE - PNATE Fundamental	33.000,00	50.155,20	51.000,00
4.1.7.2.1.35.04.02.00.00	Transf. FNDE - PNATE Infantil	6.000,00	9.331,20	9.000,00
4.1.7.2.1.35.04.03.00.00	Transf. FNDE - PNATE Médio	18.000,00	19.828,80	19.000,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	40.000,00	44.000,00	44.000,00
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	(8.000,00)	(10.077,70)	(10.000,00)
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	265.000,00	443.232,00	443.000,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.01	Apoio Financeiro aos Município	230.000,00	268.272,00	268.000,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.02	FEX - Auxilio Financeiro p/Fomentar as Exportação	35.000,00	174.960,00	175.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	7.582.100,00	8.670.411,07	8.695.800,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	7.528.600,00	8.619.089,47	8.645.000,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	8.800.000,00	9.914.400,00	9.900.000,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	(1.760.000,00)	(2.040.733,44)	(2.000.000,00)
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	450.000,00	699.840,00	700.000,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPV.	(90.000,00)	(95.738,11)	(96.000,00)
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	132.000,00	143.467,20	144.000,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	(26.400,00)	(28.973,38)	(29.000,00)
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	23.000,00	26.827,20	26.000,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	53.500,00	51.321,60	50.800,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	SUAS - Família Acolhedora	23.000,00	18.079,20	18.000,00
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	SUAS - Benefícios Eventuais - Auxílio Funeral	1.500,00	1.749,60	1.800,00
4.1.7.2.2.99.03.00.00.00	SUAS - Proteção Social Básica - Estado	29.000,00	31.492,80	31.000,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.450.000,00	1.618.963,20	1.600.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.450.000,00	1.618.963,20	1.600.000,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	215.000,00	250.776,00	250.000,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	215.000,00	250.776,00	250.000,00
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas de Educação	215.000,00	250.776,00	250.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	326.500,00	235.726,40	233.600,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	44.000,00	46.665,60	46.600,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	1.000,00	1.166,40	1.100,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.000,00	1.166,40	1.100,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	2.000,00	2.332,80	2.300,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	2.000,00	2.332,80	2.300,00
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	10.000,00	10.000,00	10.000,00
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	10.000,00	10.000,00	10.000,00
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	1.000,00	1.166,40	1.200,00
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	1.000,00	1.166,40	1.200,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	30.000,00	32.000,00	32.000,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	30.000,00	32.000,00	32.000,00
4.1.9.1.9.15.01.00.00.00	Multas Trânsito - Município	10.500,00	11.000,00	11.000,00
4.1.9.1.9.15.02.00.00.00	Multas Trânsito - Civil	9.750,00	10.000,00	10.000,00
4.1.9.1.9.15.03.00.00.00	Multas Trânsito - Militar	9.750,00	11.000,00	11.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	82.000,00	52.000,00	52.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	82.000,00	52.000,00	52.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	82.000,00	52.000,00	52.000,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	112.000,00	123.064,00	122.000,00



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 4/4  
 Data: 22/10/2015

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas  
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C) - Lei, nº 1480/15 de 22/10/2015

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00			
	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	
4 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA				
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	32.000,00	36.664,00	36.000,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	20.000,00	25.000,00	25.000,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	12.000,00	11.664,00	11.000,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	80.000,00	86.400,00	86.000,00
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	80.000,00	86.400,00	86.000,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	88.500,00	13.996,80	13.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	88.500,00	13.996,80	13.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	85.800,00	85.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	85.800,00	85.000,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00	85.800,00	85.000,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	100.000,00	85.800,00	85.000,00
Total entidade:	18.217.400,00	20.220.136,63	20.111.700,00	
Total geral:	19.284.400,00	21.552.274,61	21.447.700,00	

Xavantina, 22 de outubro de 2015

MAURO JUNES POLETTO  
 Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA  
 Contadora CRC-SC 025926/O-3

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

Página: 1/2  
 Data: 22/10/2015

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C) - Lei, nº 1480/15 de 22/10/2015

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	R\$ 1,00		
	2016	2017	2018
<b>3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAVANTINA</b>			
DESPESAS CORRENTES (I)	3.954.000,00	4.225.946,94	4.672.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.975.000,00	2.198.827,71	2.649.000,00
Transf. a Consórcios Públicos	7.000,00	11.337,41	12.000,00
Aplicacoes Diretas	1.968.000,00	2.187.490,30	2.637.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.979.000,00	2.027.119,23	2.023.000,00
Transferencias a Municípios	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	850.000,00	800.000,00	800.000,00
Transferências a Consórcios Públicos	6.000,00	12.597,12	12.000,00
Aplicacoes Diretas	1.082.000,00	1.209.522,11	1.206.000,00
Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	36.000,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	245.000,00	199.034,50	205.000,00
INVESTIMENTOS	245.000,00	199.034,50	205.000,00
Aplicacoes Diretas	245.000,00	199.034,50	205.000,00
Total da entidade:	4.199.000,00	4.424.981,44	4.877.000,00
<b>4 - PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA</b>			
DESPESAS CORRENTES (I)	13.335.400,00	15.133.527,90	14.575.500,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.660.000,00	6.928.624,70	6.011.200,00
Transf. a Consórcios Públicos	13.000,00	15.163,20	15.000,00
Aplicacoes Diretas	5.647.000,00	6.913.461,50	5.996.200,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	5.000,00	5.832,00	6.000,00
Aplicacoes Diretas	5.000,00	5.832,00	6.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.670.400,00	8.199.071,20	8.558.300,00
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	163.800,00	186.624,00	236.000,00
Transferências a Consórcios Públicos	10.000,00	11.664,00	11.000,00
Aplicacoes Diretas	7.483.600,00	7.985.783,20	8.296.300,00
Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	13.000,00	15.000,00	15.000,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	885.000,00	1.124.795,36	1.126.200,00
INVESTIMENTOS	618.000,00	813.366,56	814.200,00
Transferências a Consórcios Públicos	3.000,00	3.499,20	4.000,00
Aplicacoes Diretas	615.000,00	809.867,36	810.200,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	267.000,00	311.428,80	312.000,00
Aplicacoes Diretas	267.000,00	311.428,80	312.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	15.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	15.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	15.000,00	15.000,00
Total da entidade:	14.235.400,00	16.273.323,26	15.716.700,00
<b>5 - CAMARA MUNICIPAL DE XAVANTINA</b>			
DESPESAS CORRENTES (I)	568.000,00	653.969,91	654.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	450.000,00	491.287,68	490.000,00
Aplicacoes Diretas	450.000,00	491.287,68	490.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	118.000,00	162.682,23	164.000,00
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	18.000,00	8.817,98	9.000,00
Aplicacoes Diretas	100.000,00	153.864,25	155.000,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	282.000,00	200.000,00	200.000,00

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 2/2  
 Data: 22/10/2015

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas  
 Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C) - Lei, nº 1480/15 de 22/10/2015

**As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:**

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	R\$ 1,00		
	2016	2017	2018
<b>5 - CAMARA MUNICIPAL DE XAVANTINA</b>			
INVESTIMENTOS	282.000,00	200.000,00	200.000,00
Aplicacoes Diretas	282.000,00	200.000,00	200.000,00
Total da entidade:	850.000,00	853.969,91	854.000,00
Total geral:	19.284.400,00	21.552.274,61	21.447.700,00

Xavantina, 22 de outubro de 2015

MAURO JUNES POLETTO  
 Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA  
 Contadora CRC-SC 025926/O-3

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2016**

**Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário**

<b>Especificação</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	14.566.265,53	15.456.659,07	18.400.420,00	19.154.400,00	21.406.474,61	21.302.700,00
Receita Tributária	753.143,51	832.646,29	989.320,00	1.100.000,00	1.163.942,85	1.168.000,00
Receita de Contribuição	51.663,23	58.925,50	70.000,00	80.000,00	81.648,00	81.000,00
Receita Patrimonial	120.720,01	120.441,59	170.000,00	180.000,00	209.288,00	208.000,00
Aplicações Financeiras (II)	110.798,70	109.120,11	150.000,00	160.000,00	185.960,00	185.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	9.921,31	11.321,48	20.000,00	20.000,00	23.328,00	23.000,00
Transferências Correntes	13.640.738,78	14.261.567,96	16.790.100,00	17.277.900,00	19.412.605,36	19.312.100,00
Demais Receitas Correntes	0,00	183.077,73	381.000,00	516.500,00	538.990,40	533.600,00
<b>RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II)</b>	14.455.466,83	15.347.538,96	18.250.420,00	18.994.400,00	21.220.514,61	21.117.700,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (IV)</b>	1.300.460,03	1.734.593,68	875.000,00	130.000,00	145.800,00	145.000,00
Operações de Crédito (V)	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimo (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	27.695,00	144.643,70	375.000,00	130.000,00	145.800,00	145.000,00
Transferências de Capital	472.765,03	1.589.949,98	500.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII)=(IV-V-VI-VII)</b>	472.765,03	1.589.949,98	500.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III+VIII)</b>	14.928.231,86	16.937.488,94	18.750.420,00	18.994.400,00	21.220.514,61	21.117.700,00
<b>DESPESAS CORRENTES (X)</b>	15.138.577,88	16.578.815,86	17.561.052,53	18.357.400,00	20.913.444,75	20.801.500,00
Pessoal e Encargos Sociais	5.858.113,85	6.726.503,72	7.606.200,00	8.085.000,00	9.618.740,09	9.150.200,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	9.627,17	2.666,84	5.000,00	5.000,00	5.832,00	6.000,00
Outras Despesas Correntes	8.091.173,46	8.562.884,82	9.010.220,00	9.767.400,00	10.388.872,66	10.745.300,00
Outras Despesas Superávit Exercício Anterior	1.179.663,40	1.286.760,48	939.632,53	500.000,00	900.000,00	900.000,00
<b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII)=(X-XI)</b>	15.128.950,71	16.576.149,02	17.556.052,53	18.352.400,00	20.907.612,75	20.795.500,00

**Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2016**

DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	2.064.540,53	2.263.884,82	2.861.933,37	1.368.267,39	1.512.401,06	1.519.200,00
Investimentos	1.984.540,61	2.153.717,91	2.372.000,00	1.145.000,00	1.212.401,06	1.219.200,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	79.999,92	110.166,91	489.933,37	223.267,39	300.000,00	300.000,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV)=(XIII-XIV)	1.984.540,61	2.153.717,91	2.372.000,00	1.145.000,00	1.212.401,06	1.219.200,00
RESERVA LEGAL RPPS (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
DESPESAS PRIMARIAS (XVIII)=(XI+XV+XVI+XVII)	17.113.491,32	18.729.866,93	19.943.052,53	19.512.400,00	22.135.013,81	22.029.700,00
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVIII)	-2.185.259,46	-1.792.377,99	-1.192.632,53	-518.000,00	-914.499,20	-912.000,00

Xavantina, 22 de outubro de 2015.

MAURO JUNES POLETTI  
Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA  
Contadora CRC-SC 025926/O-3

**Natureza Jurídica não encontrada**

Página: 1/1

**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**

Data: 22/10/2015

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal**

<b>Especificação</b>	<b>2013 (b)</b>	<b>2014 (c)</b>	<b>2015 (d)</b>	<b>2016 (e)</b>	<b>2017 (f)</b>	<b>2018 (g)</b>
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	146.666,84	756.500,01	489.833,37	223.267,39	150.000,00	150.000,00
Operações de crédito	146.666,84	756.500,01	489.833,37	223.267,39	150.000,00	150.000,00
DEDUÇÕES (II)	1.423.215,06	1.473.549,10	1.100.000,00	450.000,00	290.000,00	590.000,00
Ativo disponível	1.423.215,06	1.473.789,10	1.100.000,00	450.000,00	300.000,00	600.000,00
(-) Restos a pagar processados	0,00	240,00	0,00	----	10.000,00	10.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	(1.276.548,22)	(717.049,09)	(610.166,63)	(226.732,61)	(140.000,00)	(440.000,00)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	(1.276.548,22)	(717.049,09)	(610.166,63)	(226.732,61)	(140.000,00)	(440.000,00)

  

	<b>(b - a*)</b>	<b>(c - b)</b>	<b>(d - c)</b>	<b>(e - d)</b>	<b>(f - e)</b>	<b>(g - f)</b>
Resultado Nominal	184.250,78	559.499,13	106.882,46	383.434,02	86.732,61	(300.000,00)

\* : Refere-se ao resultados\_nominais\_valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício 2013 no resultados\_nominais\_valor de R\$ (1.460.799,00).

Xavantina, 22 de outubro de 2015

MAURO JUNES POLETTI  
Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA  
Contadora CRC-SC 025926/O-3



Página: 1/1  
Data: 22/10/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

Especificação	2013	2014	2015	2016	2017	2018
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	146.666,84	756.500,01	489.833,37	223.267,39	150.000,00	150.000,00
Operações de crédito	146.666,84	756.500,01	489.833,37	223.267,39	150.000,00	150.000,00
DEDUÇÕES(II)	1.423.215,06	1.473.549,10	1.100.000,00	450.000,00	290.000,00	590.000,00
Ativo disponível	1.423.215,06	1.473.789,10	1.100.000,00	450.000,00	300.000,00	600.000,00
(-) Restos a pagar processados	0,00	240,00	0,00	----	10.000,00	10.000,00
DCL (III) = (I - II)	(1.276.548,22)	(717.049,09)	(610.166,63)	(226.732,61)	(140.000,00)	(440.000,00)

MAURO JUNES POLETTI  
Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA  
Contadora CRC-SC 025926/O-3

**Natureza Jurídica não encontrada****MUNICÍPIO DE XAVANTINA**

Página: 1/1

Data: 22/10/2015

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C) - Lei, nº 1480/15 de 22/10/2015

LRF Art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000

Especificação	2016	2017	2018
RECEITAS CORRENTES (I)	22.499.000,00	25.169.486,30	25.037.900,00
Receita Tributária	1.100.000,00	1.163.942,85	1.168.000,00
Receita de Contribuição	80.000,00	81.648,00	81.000,00
Receita Patrimonial	180.000,00	209.288,00	208.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita Serviços	190.000,00	303.264,00	300.000,00
Transferências Correntes	20.622.500,00	23.175.617,05	23.047.300,00
Outras Receitas Correntes	326.500,00	235.726,40	233.600,00
DEDUÇÕES (II)	3.344.600,00	3.763.011,69	3.735.200,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	3.344.600,00	3.763.011,69	3.735.200,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	19.154.400,00	21.406.474,61	21.302.700,00

Xavantina, 22 de outubro de 2015

MAURO JUNES POLETTI  
Prefeito MunicipalMARTA MARIA CAON SUZANA  
Contadora CRC-SC 025926/O-3

**NATUREZA JURÍDICA NÃO ENCONTRADA**  
**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências

Página: 1/1  
Data: 22/10/2015

LRF, art 4º, § 3º

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Gastos imprevistos ou de valores imprevisíveis quando da elaboração da LDO e LOA, tais como decorrentes de calamidades, estado de emergência, passivos trabalhistas, indenizações e condenações judiciais.	15.000,00	Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos de Reserva de Contingência.	15.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>15.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>15.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>15.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>15.000,00</b>

MAURO JUNES POLETTO  
Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA  
Contadora CRC-SC 025926/O-3

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Anexo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C) - Lei, nº 1480/15 de 22/10/2015

Página: 1/13

Data: 22/10/2015

Programa

0001 - PODER LEGISLATIVO

Objetivo

Possibilitar condições para que a Câmara Municipal de Vereadores tenha bom andamento nas atividades inerentes ao Processo Legislativo Municipal. Desenvolver todas as ações para a manutenção das atividades legislativas.

Justificativa

O Legislativo Municipal é composto por nove Vereadores, mais 4 servidores sendo Assessor Administrativo, Coordenador Geral Administrativo, Contador e Advogado.

Diretrizes (Formas de implementação)

A Câmara Municipal realiza suas reuniões ordinárias no período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de cada ano. As sessões extraordinárias são realizadas de acordo com as convocações e as ações desenvolvidas são de conformidade com o Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal.

Ações	Produtos (Unid.Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.001 - Manter as Atividades da Câmara Municipal de Vereadores	Sessões (UN )	00.01.0000	44.000	850.000,00
Total:			850.000,00	

Legenda:

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
Anexo VIII - Prioridades e Metas  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C) - Lei, nº 1.480/15 de 22/10/2015

Página: 2/13  
Data: 22/10/2015

Programa  
0010 - PERIMETRO URBANO

Objetivo  
Melhorar o visual da cidade, ampliar o local de esporte/lazer e oferecer as melhores condições de tráfego tanto de veículos quanto de pedestres.

Justificativa  
O município possui aproximadamente 42.000 M2 de ruas urbanas, tendo necessidade de construção e conservação de ruas e passeios, embelezamento urbano, conservação e ampliação de praças e outras atividades.

Diretrizes (Formas de implementação)  
Pavimentação, conservação e abertura de vias urbanas. Construção de passeios e embelezamento urbano. Manutenção dos Serviços urbanos, bem como saneamento básico e iluminação pública na sede do município e no Distrito de Linha das Palmeiras,

Ações	Produtos (Unid.Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.009 - Investimentos no Urbanismo e Saneamento	Unidade (UN )	00.01.0000	2.000	80.000,00
		00.01.0017		0,00
2.020 - Manter os Serviços Urbanos	Serviços (MES)	00.01.0000	12.000	450.000,00
		00.01.0017		80.000,00
Total:			610.000,00	

Legenda:  
00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS  
00.01.0017 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP

**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016****Anexo VIII - Prioridades e Metas**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C) - Lei, nº 1480/15 de 22/10/2015

Página: 3/13

Data: 22/10/2015

**Programa**

0011 - SAUDE PARA TODOS

**Objetivo**

Fornecer à comunidade uma infra-estrutura para a melhor prestação de serviços médicos, ambulatoriais, laboratoriais, odontológicos e outros, visando atendimento de qualidade a todos os munícipes.

**Justificativa**

O atendimento na Saúde é prestado pela Secretaria Municipal da Saúde e Promoção Social. O atendimento ao público feito junto as Unidades de Saúde e Hospital. Algumas especialidades são encaminhadas para fora do município. Contamos com atendimento odontológico, laboratório de análises clínicas, programa de saúde da família, raio X, ultrassom e outros. Há junto a Secretaria despesas com deslocamento de pacientes para fora do Município.

**Diretrizes (Formas de implementação)**

Aquisição de equipamentos e veículos, construção, ampliação, e manutenção de unidades de saúde e programas, ações e serviços públicos de saúde.

Ações	Produtos (Unid.Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.010 - Investimentos na Saúde	Unidade (UN )	00.01.0002	8,000	110.000,00
		00.01.0066		7.000,00
		00.01.0089		30.000,00
		00.01.1066		5.000,00
		00.01.1264		30.000,00
		00.01.1464		33.000,00
2.021 - Manter os Programas de Saúde Básica	Atividades (MES)	00.01.1564		30.000,00
		00.01.0002	12,000	1.647.000,00
		00.01.0064		120.000,00
		00.01.0065		33.000,00
		00.01.0067		25.000,00
		00.01.1067		18.000,00
		00.01.1264		10.000,00
		00.01.1464		30.000,00
		00.01.1564		35.000,00
		00.01.1664		53.000,00
2.022 - Auxiliar as Entidades de Saúde	Entidades (UN )	00.01.1764		108.000,00
		00.01.0002	4,000	904.000,00
2.023 - Auxiliar na Vigilância em Saúde	Unidade (MES)	00.01.0066	12,000	10.000,00
		00.01.1066		6.000,00
		00.01.0002	12,000	470.000,00
2.028 - Manter o Programa Saúde da Família	Unidade (MES)	00.01.1064		58.000,00
		00.01.1164		148.000,00
		00.01.1264		128.000,00
		00.01.1364		150.000,00
		00.01.0002	12,000	1.000,00
2.030 - Manter as Atividades do Conselho de Saúde	Atividades (MES)			
			<b>Total:</b>	<b>4.199.000,00</b>

**Legenda:**

00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Transferencias de Impostos - Saúde  
 00.01.0064 - PAB Fixo - Atenção Básica - Federal  
 00.01.0065 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC  
 00.01.0066 - Vigilância em Saúde  
 00.01.0067 - Assistência Farmacêutica Básica- União  
 00.01.0071 - Outros Recursos do FNS - Construção UBS  
 00.01.0088 - Alienações de Bens destinados a Saúde  
 00.01.0089 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas  
 00.01.1064 - Saúde Bucal  
 00.01.1066 - Vigilância Sanitária  
 00.01.1067 - Assistência Farmacêutica - Estado  
 00.01.1164 - Agentes Comunitários de Saúde  
 00.01.1264 - PMAQ  
 00.01.1364 - Saúde da Família  
 00.01.1464 - Compensação das Especificidades Regionais  
 00.01.1564 - Cofinanciamento - Atenção Básica - Estado  
 00.01.1664 - NASF - Atenção Básica - Estado  
 00.01.1764 - NASF - Atenção Básica - Federal



Natureza Jurídica não encontrada

**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Anexo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C) - Lei, nº 1.480/15 de 22/10/2015

Página: 4/13

Data: 22/10/2015

**Programa**

0012 - ENCARGOS GERAIS

**Objetivo**

Reduzir ou liquidar a dívida fundada, contribuição ao pasep, pagamento de pensões, contribuições financeiras a entidades que auxiliam no desenvolvimento comunitário e social do município, manter convênios com a segurança pública, entre outros.

**Justificativa**

Pagamento do PASEP, pensionistas, dívida fundada, contribuições e auxílios financeiros, e manutenção do convênio com a segurança pública, entre outros.

**Diretrizes (Formas de implementação)**

Transferências, contribuições, auxílios, indenizações, pensões, manutenção de convênios com a segurança pública, sentenças judiciais e tarifas bancárias.

Ações	Produtos (Unid.Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
0.001 - Outros Encargos Gerais	Serviços (MES)	00.01.0000	12.000	313.000,00
		00.01.0054		9.750,00
		00.01.0055		9.750,00
		00.01.0056		10.500,00
0.002 - Amortização da Dívida	Dívida (MES)	00.01.0000	12.000	272.000,00
Total:				615.000,00

- Legenda:**
- 00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS
  - 00.01.0054 - Convênio Trânsito - Militar
  - 00.01.0055 - Convênio Trânsito - Civil
  - 00.01.0056 - Convênio Trânsito - Prefeitura

Página: 5/13

Data: 22/10/2015

Natureza Jurídica não encontrada  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
Anexo VIII - Prioridades e Metas  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C) - Lei, nº 1480/15 de 22/10/2015

**Programa**  
0013 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

**Objetivo**  
Reforço das dotações orçamentárias insuficientes, que serão feita por ato do Poder Executivo.

**Justificativa**  
Destina-se exclusivamente para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**Diretrizes (Formas de implementação)**  
Lei 4320/64 e a Lei 101/2000-LRF.

Ações	Produtos (Unid.Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
9.001 - Reserva de Contingência	Unidade (ano)	00.01.0000	1.000	15.000,00
Total:			15.000,00	

**Legenda:**  
00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS

Natureza Jurídica não encontrada

**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

**Anexo VIII - Prioridades e Metas**

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C) - Lei, nº 1.480/15 de 22/10/2015

Página: 6/13

Data: 22/10/2015

**Programa**

0002 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

**Objetivo**

Desenvolver as ações administrativas do Município, inclusive administração superior, visando a adequação dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vistas à execução do Plano de Governo e às prioridades estabelecidas neste Plano. Agregar ações visando a tomada de decisões, agregando ações com vistas à capacitação da prestação de serviços e atendimento em geral. Desenvolvimento de ações através do Controle Interno, relacionadas ao controle de gestão financeira de todas as funções da administração geral.

**Justificativa**

A Administração desenvolve todas as ações de caráter administrativo de forma contínua. Elabora a programação orçamentária e a avaliação dos resultados. Atividades estas desenvolvidas pelo Gabinete do Prefeito, do Vice-Prefeito e Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

**Diretrizes (Formas de implementação)**

Desenvolvimento de ações precisas e perfeitas para atendimento das necessidades e reivindicações da comunidade, manter as atividades de planejamento e administração geral.

Ações	Produtos (Unid.Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.001 - Investimentos na Administração e Gabinete do Prefeito	Unidade (UN )	00.01.0000	4.000	40.000,00
2.002 - Manter as Atividades do Gabinete do Prefeito e Vice	Atividades (MES)	00.01.0000	12.000	880.000,00
2.003 - Manter as Atividades da Administração e Finanças	Atividades (MES)	00.01.0000	12.000	1.178.000,00
Total:			2.098.000,00	

**Legenda:**

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Anexo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C) - Lei, nº 1480/15 de 22/10/2015

Página: 7/13

Data: 22/10/2015

#### Programa

0003 - EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE ENSINO

#### Objetivo

Buscar sempre a qualidade do ensino, valorizar o professor e obter 100% de frequência escolar.

#### Justificativa

O Município possui escolas de educação básica, bem como de educação infantil. Possui transporte escolar diário incluindo alunos da rede municipal e estadual. Auxilia também no transporte do ensino médio e superior.

#### Diretrizes (Formas de implementação)

Melhorias e ampliação da área física, aquisição de equipamentos e veículos, transporte escolar, diversificação do cardápio escolar, acervo bibliográfico, capacitação de professores e outros programas.

Ações	Produtos (Unid.Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.002 - Investimentos no Ensino Fundamental	Unidade (UNI)	00.01.0001	10,000	50.000,00
		00.01.0089		30.000,00
1.003 - Investimentos no Ensino Infantil	Unidade (UN )	00.01.0001	10,000	50.000,00
2.004 - Manter o Ensino Fundamental	Aluno (UN )	00.01.0001	245,000	1.025.100,00
		00.01.0018		880.000,00
		00.01.0019		14.000,00
		00.01.0059		5.000,00
2.005 - Manter o Ensino Pré-Escolar	Aluno (UN )	00.01.0001	86,000	80.000,00
		00.01.0018		150.000,00
		00.01.0060		10.000,00
		00.01.0061		6.000,00
2.006 - Transporte Escolar	Aluno (UN )	00.01.0001	347,000	380.000,00
		00.01.0019		226.000,00
		00.01.0022		115.000,00
		00.01.0058		140.000,00
		00.01.0061		33.000,00
2.007 - Merenda Escolar	Aluno (UN )	00.01.0000	180,000	90.000,00
		00.01.0060		16.100,00
2.008 - Manter a Educação de Jovens e Adultos	Aluno (UN )	00.01.0001	11,000	5.000,00
		00.01.0060		900,00
2.010 - Auxiliar no Ensino Médio	Aluno (UN )	00.01.0000	120,000	25.000,00
		00.01.0022		100.000,00
		00.01.0061		18.000,00
2.011 - Auxiliar no Ensino Superior	Aluno (UN )	00.01.0000	150,000	170.000,00
2.026 - Manter a Creche Escolar	Aluno (UNI)	00.01.0001	30,000	25.000,00
		00.01.0018		190.000,00
		00.01.0060		8.000,00
			<b>Total:</b>	<b>3.842.100,00</b>

#### Legenda:

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS  
 00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação  
 00.01.0018 - Transferências do FUNDEB - 60%  
 00.01.0019 - Transferências do FUNDEB - 40%  
 00.01.0022 - Transferência de Convênios - Educação  
 00.01.0058 - Recursos Salário Educação  
 00.01.0059 - Recursos PDDE  
 00.01.0060 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE  
 00.01.0061 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE  
 00.01.0089 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas

Página: 8/13

Data: 22/10/2015

Natureza Jurídica não encontrada

**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Anexo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C) - Lei, nº 1480/15 de 22/10/2015

**Programa**

0004 - MAIS CULTURA

**Objetivo**

Incentivar o desenvolvimento e cultural da população Xavantinense, bem como a difusão do município através da cultura.

**Justificativa**

O Município possui escolas de dança e música para dar continuidade nas tradições do município. Possui também um Museu Municipal.

**Diretrizes (Formas de implementação)**

Desenvolver ações visando divulgar, manter a cultura moderna e tradicionalista.

Ações	Produtos (Unid.Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.031 - Manter as Atividades Culturais	Atividades (MES)	00.01.0000	12.000	35.000,00
Total:			35.000,00	

**Legenda:**

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Anexo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C) - Lei, nº 1.480/15 de 22/10/2015

Página: 9/13

Data: 22/10/2015

Programa

0005 - VIVER BEM COM ESPORTE E LAZER

Objetivo

Integrar as comunidades através do esporte e lazer, independentemente da modalidade praticada. Realização de competições a nível municipal, regional e estadual. Atender escolinhas de formação de atletas, com programação esportiva. Promover festividades quando do aniversário do Município e outras datas comemorativas.

Justificativa

As atividades esportivas deste programa são de responsabilidade do Conselho Municipal de Esportes - CME, onde está sendo feito uma programação de atendimento e valorização dos atletas do município, onde primamos pela efetiva participação de nossos atletas em nível municipal, regional e estadual. Há também atividades desenvolvidas neste programa com as festividades de aniversário do município e outras promoções durante o ano.

Diretrizes (Formas de implementação)

Desenvolvimento de ações dando condições físicas, materiais e humanas para a prática de todas as modalidades esportivas e de lazer para todos os municípios.

Ações	Produtos (Unid.Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
2.013 - Manter a Estrutura Física e as Atividades Esportivas	Atividades (MES)	00.01.0000	12.000	207.000,00
2.014 - Auxiliar nos Eventos e Promoções	Eventos (UN )	00.01.0000	2.000	60.000,00
Total:			267.000,00	

Legenda:

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS



**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

Anexo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C) - Lei, nº 1.480/15 de 22/10/2015

Página: 10/13  
 Data: 22/10/2015

**Programa**

0006 - EXTENSÃO RURAL

**Objetivo**

Proporcionar o desenvolvimento da produção vegetal e animal, do abastecimento, da modernização da agricultura, da preservação dos recursos naturais, do incentivo à produção e aumento da produtividade gerando maiores recursos para o movimento econômico do município.

**Justificativa**

O atendimento a este programa está vinculado à Secretaria Municipal de Agrícola, onde são desenvolvidas todas as atividades para o bom atendimento ao produtor rural, com auxílio de profissionais capacitados, além das atividades de atendimento de médico veterinário e outros programas.

**Diretrizes (Formas de implementação)**

Priorizar a Assistência Técnica as propriedades rurais, aquisição de equipamentos, melhorar as condições de acesso as propriedades, incentivar programas nas diversas modalidades para área rural e assistência financeira a entidades que prestam serviços de assessoria.

Ações	Produtos (Unid.Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.004 - Investimentos na Agricultura, Agropecuária e Saneamento Rural	Unidade (UN )	00.01.0000	10.000	70.000,00
2.015 - Manter as Atividades da Agricultura e Agropecuária	Propriedades Rurais (UN )	00.01.0000	850.000	1.933.000,00
<b>Total:</b>			<b>2.003.000,00</b>	

**Legenda:**

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS

Natureza Jurídica não encontrada  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016  
Anexo VIII - Prioridades e Metas  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C) - Lei, nº 1480/15 de 22/10/2015

Página: 11/13  
Data: 22/10/2015

**Programa**  
0007 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO

**Objetivo**  
Desenvolvimento de ações, através do programa de incentivo a unidades produtivas, buscando o desenvolvimento sócio-econômico, bem como a geração de empregos e o desenvolvimento do comércio local.

**Justificativa**  
A Prefeitura Municipal tem sempre dentro de suas condições financeiras auxiliado na instalação, ampliação e outros serviços visando o aumento quantitativo de empregos e geração de renda. Tem programa para instalação e ampliação de unidades produtivas.

**Diretrizes (Formas de implementação)**  
Participação do Poder Público com incentivos à instalação, preservação e ampliação de unidades produtivas no município.

Ações	Produtos (Unid.Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.005 - Incentivos Econômicos	Entidades (UN )	00.01.0000	3.000	38.800,00
Total:			38.800,00	

**Legenda:**  
00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS

Página: 12/13  
Data: 22/10/2015

**Natureza Jurídica não encontrada**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

**Anexo VIII - Prioridades e Metas**  
Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C) - Lei, nº 1480/15 de 22/10/2015

**Programa**

0008 - ASSISTENCIA SOCIAL

**Objetivo**

Desenvolver ações voltadas para o bem estar social, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção das crianças, evitando as drogas, a sexualidade infantil, através de medidas que objetivam o amparo e a proteção de pessoas ou grupos, com a finalidade de reduzir e evitar situações de risco social.

**Justificativa**

As ações existentes estão sendo desenvolvidas através de Assistente Social, pautado nas diretrizes constitucionais, mais especificamente na Lei Orgânica da Assistência Social LOAS, com a participação efetiva do Conselho Tutelar e de conformidade com o estatuto da criança e do adolescente. E ações de Assistência Social desenvolvidas através de programas com acompanhamento de Assistente Social.

**Diretrizes (Formas de implementação)**

Desenvolvimento das ações de caráter social com o objetivo de amparo e proteção às crianças de um modo geral, individual ou coletivo, e o desenvolvimento das ações de caráter social com o objetivo de amparo e proteção às pessoas de um modo geral, em especial das pessoas em risco social.

Ações	Produtos (Unid.Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.006 - Investimentos na Assistência Social	Unidade (UN )	00.01.0000	5,000	10.000,00
2.016 - Auxiliar a Criança e Adolescente - FIA	Atividades (MES)	00.01.0000	12,000	67.000,00
2.017 - Manter as Atividades da Assistência Social	Atividades (MES)	00.01.0000	12,000	276.000,00
		00.01.1052		1.500,00
2.018 - Proteção Social Básica - CRAS	Atividades (MES)	00.01.0052	12,000	80.000,00
		00.01.1152		29.000,00
		00.01.1252		120.000,00
2.024 - Manter as Atividades do Conselho Tutelar	Atendimento (MES)	00.01.0000	12,000	95.000,00
2.025 - Índice de Gestão Descentralizada - PBF e SUAS	Atividades (MES)	00.01.0063	12,000	10.000,00
		00.01.1452		7.000,00
2.027 - Proteção Social Especial - Média e Alta Complexidade	Unidade (MES)	00.01.1052	12,000	23.000,00
2.029 - Atividades do Fundo de Habitação e Interesse Social	Unidade (UN )	00.01.0000	6,000	30.000,00
		00.01.0089		0,00
2.032 - Manter os Programas de Bem Estar dos Idosos	Grupos (UN )	00.01.0000	8,000	18.000,00
<b>Total:</b>				<b>766.500,00</b>

**Legenda:**

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS  
00.01.0052 - Outras Transf. de Recursos para o Fundo de Assistência Social  
00.01.0063 - Bolsa Família  
00.01.0089 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas  
00.01.1052 - FNAS - Transferências Estado  
00.01.1152 - Recursos FNAS Estado - Proteção Social Básica  
00.01.1252 - FNAS - PBF - SCFV  
00.01.1452 - IGD - SUAS

Página: 13/13

Data: 22/10/2015

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Anexo VIII - Prioridades e Metas

Seleção: Alteração em 01/01/2016 (C) - Lei, nº 1.480/15 de 22/10/2015

Programa

0009 - ESTRADAS VICINAIS

Objetivo

Desenvolver ações relativas a ampliação e conservação das estradas vicinais destinadas ao escoamento da Produção Agrícola, ligações entre municípios, oferecendo boas condições de tráfego a qualquer tempo.

Justificativa

A manutenção das estradas vicinais do Município é feita pela Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Urbanismo através do Departamento Municipal de Estradas e Rodagem.

Diretrizes (Formas de implementação)

Manutenção do parque de máquinas e veículos, bem como novos investimentos, proporcionando maior e melhor desempenho das atividades da Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e urbanismo, visando o melhoramento do tráfego nas estradas vicinais.

Ações	Produtos (Unid.Medida)	Recursos	Metas	
			Física	Financeira
1.008 - Investimentos no DMER	Unidade (UN )	00.01.0000	4.000	150.000,00
		00.01.0089		70.000,00
2.019 - Manter as Atividades do DMER	Atividades (MES)	00.01.0000	12.000	3.300.000,00
		00.01.0016		23.000,00
		00.01.0044		402.000,00
Total:				3.945.000,00

Legenda:

00.01.0000 - RECURSOS ORDINARIOS

00.01.0016 - Contribuição de Intervenção do Domínio Economico - CIDE

00.01.0044 - Recursos FEP

00.01.0089 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas

MAURO JUNES POLETTO

Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA

Contadora CRC-SC 025926/O-3

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

**Demonstrativo I - Anexo de Metas Fiscais - Metas Anuais**

LRF, art. 4º, Parágrafo 1º

Especificação	2016		2017		2018	
	Valores Correntes	Valores Contantes	Valores Correntes	Valores Contantes	Valores Correntes	Valores Contantes
Receita Total	19.284.400,00	17.855.925,93	21.552.274,61	18.477.601,69	21.447.700,00	17.026.037,95
Receitas Primárias	18.994.400,00	17.587.407,41	21.220.514,61	18.193.170,96	21.117.700,00	16.764.070,81
Despesa Total	19.284.400,00	17.855.925,93	21.552.274,61	18.477.601,69	21.447.700,00	17.026.037,95
Despesas Primárias	19.512.400,00	18.067.037,04	22.135.013,81	18.977.206,63	22.029.700,00	17.488.052,71
Resultado Primário	-518.000,00	-479.629,63	-914.499,20	-784.035,67	-912.000,00	-723.981,90
Resultado Nominal	383.434,02	355.031,50	86.732,61	74.359,23	-300.000,00	-238.151,94
Dívida Pública Consolidada	223.267,39	206.729,06	150.000,00	128.600,82	150.000,00	119.075,97
Dívida Consolidada Líquida	-226.732,61	-209.937,60	-140.000,00	-120.027,43	-440.000,00	-349.289,51

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

	2016	2017	2018	Metodologia de Cálculo dos Valores e Preços Constantes
	8,000	8,000	8,000	Valor Corrente / 1,08
			2017	Valor Corrente / 1,1664 (1,08 x 1,08)
			2018	Valor Corrente / 1,2597 (1,08 x 1,08 x 1,08)

Xavantina, 22 de outubro de 2015

**MAURO JUNES POLETTTO**  
 Prefeito Municipal

**MARTA MARIA CAON SUZANA**  
 Contadora CRC-SC 025926/O-3

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

Demonstrativo II - Anexo de Metas Fiscais

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

LRF, art. 4º, Parágrafo 2º, inciso I

Especificação	I - Metas Previstas em 2014	II - Metas Realizadas em 2014	Variação ( II-I )	
			%	Valor
Receita Total	16.384.560,00	17.191.252,75	4,92	806.692,75
Despesa Total	16.384.560,00	17.555.397,63	7,15	1.170.837,63
Resultado Primário	-990.000,00	-504.178,11	-49,07	-1.494.178,11
Resultado Nominal	270.711,89	-160.500,95	-159,29	-431.212,84
Dívida Pública Consolidada	755.555,56	756.500,01	0,13	944,45
Dívida Consolidada Líquida	-744.444,44	-717.049,09	-3,68	27.395,35

Dados extraídos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO e Relatório de Gestão Fiscal - RGF, referente ao período de Janeiro a Dezembro/2014

Considerando que no exercício de 2013 o Município obteve um superávit financeiro de R\$ 1.286.760,48, suficiente para fazer cumprir o Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida.

Xavantina, 22 de outubro de 2015

MAURO JUNES POLETTTO  
Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA  
Contadora CRC-SC 025926/O-3



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016**

**Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores**

LRF, art. 4º, § 2º, II

Especificação	2013		2014		2015	
	Valores Correntes	Realizado	Valores Correntes	Realizado	Valores Correntes	
Receita Total	14.315.000,00	16.095.987,05	16.384.560,00	17.191.252,75	19.060.420,00	
Receitas Primárias	14.159.000,00	15.159.941,77	16.084.560,00	16.938.385,77	18.680.420,00	
Despesa Total	14.315.000,00	16.023.455,01	16.384.560,00	17.555.397,63	19.060.420,00	
Despesas Primárias	14.911.000,00	15.837.476,99	16.574.560,00	15.837.476,99	19.206.746,21	
Resultado Primário	-752.000,00	-773.886,15	-990.000,00	-504.178,11	-526.326,21	
Resultado Nominal	170.000,08	984.250,78	270.711,89	-160.500,95	389.833,08	
Dívida Pública Consolidada	66.666,92	866.666,92	755.555,56	756.500,01	756.500,00	
Dívida Consolidada Líquida	-1.433.333,08	-556.548,14	-744.444,44	-717.049,09	-43.500,00	

  

Especificação	2016		2017		2018	
	Valores Correntes	Valores Contantes	Valores Correntes	Valores Contantes	Valores Correntes	Valores Contantes
Receita Total	19.284.400,00	17.855.925,93	21.552.274,61	18.477.601,69	21.447.700,00	17.026.037,95
Receitas Primárias	18.994.400,00	17.587.407,41	21.220.514,61	18.193.170,96	21.117.700,00	16.764.070,81
Despesa Total	19.284.400,00	17.855.925,93	21.552.274,61	18.477.601,69	21.447.700,00	17.026.037,95
Despesas Primárias	19.512.400,00	18.067.037,04	22.135.013,81	18.977.206,63	22.029.700,00	17.488.052,71
Resultado Primário	-518.000,00	-479.629,63	-914.499,20	-784.035,67	-912.000,00	-723.981,90
Resultado Nominal	383.434,02	355.031,50	86.732,61	74.359,23	-300.000,00	-238.151,94
Dívida Pública Consolidada	223.267,39	206.729,06	150.000,00	128.600,82	150.000,00	119.075,97
Dívida Consolidada Líquida	-226.732,61	-209.937,60	-140.000,00	-120.027,43	-440.000,00	-349.289,51

Índices de Inflação

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
				8%	8%	8%

Metodologia de Cálculo dos Valores e Preços Constantes

2016	Valor Corrente / 1,08
2017	Valor Corrente / 1,1664 (1,08 x 1,08)
2018	Valor Corrente / 1,2597 (1,08 x 1,08 x 1,08)

Xavantina, 22 de outubro de 2015

MAURO JUNES POLETTI  
 Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA  
 Contadora CRC-SC 025926/O-3

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

Anexo de Metas Fiscais

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

LRF, art. 4º, Parágrafo 2º, Inciso III

<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Ativo Real Líquido	14.412.110,16	11.015.102,31	9.698.898,64
Passivo Real Descoberto	0,00	0,00	0,00

Xavantina, 22 de outubro de 2015

MAURO JUNES POLETTTO  
Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA  
Contadora CRC-SC 025926/O-3

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016

## Demonstrativo V

Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público

LRF, art. 4º, Parágrafo 2º, Inciso III

Receitas Realizadas	2014	2013	2012
Alienação de Bens Móveis	144.643,70	27.695,00	58.796,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>144.643,70</b>	<b>27.695,00</b>	<b>58.796,00</b>

Despesas Empenhadas	2013	2013	2012
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.263.884,82</b>	<b>2.064.540,53</b>	<b>1.942.271,38</b>
Investimentos	2.153.717,91	1.984.540,61	1.862.271,46
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	110.166,91	79.999,92	79.999,92
<b>DESPESA CORRENTES DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.263.884,82</b>	<b>2.064.540,53</b>	<b>1.942.271,38</b>

Xavantina, 22 de outubro de 2015

MAURO JUNES POLETTO  
Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA  
Contadora CRC-SC 025926/O-3

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2016

Anexo de Metas Fiscais

Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

LRF, art. 4º, Parágrafo 2º, Inciso IV

<b>RPPS</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<u>Situação Financeira e Atuarial</u>	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Xavantina, 22 de outubro de 2015

MAURO JUNES POLETO  
Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA  
Contadora CRC-SC 025926/O-3

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2016

Anexo de Metas Fiscais

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

LRF, art. 4º, Parágrafo 2º, Inciso V

<b>Tributo</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
Imposto s/Propriedade Predial e Territ. Urbana	13.170,00	13.700,00	14.248,00
<b>TOTAL</b>	<b>13.170,00</b>	<b>13.700,00</b>	<b>14.248,00</b>

Compensação: Incentivos a abertura de novos Estabelecimentos e diminuição de possíveis despesas.

Xavantina, 22 de outubro de 2015

MAURO JUNES POLETO  
Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA  
Contadora CRC-SC 025926/O-3

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2016

Anexo de Metas Fiscais

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

LRF, art. 4º, Parágrafo 2º, Inciso V

EVENTO	Valor Previsto 2014
( + ) Aumento Permanente da Receita	1.000.000,00
( - ) Novas DOCC	500.000,00
<b>( = ) Margem Líquida de Expansão de DOCC</b>	<b>500.000,00</b>

Xavantina, 22 de outubro de 2015

MAURO JUNES POLETTTO  
Prefeito Municipal

MARTA MARIA CAON SUZANA  
Contadora CRC-SC 025926/O-3



# Associações

## AMAUC

### EDITAL PÚBLICO 01/2015 PARA SELEÇÃO DE PROPOSTAS PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL

EDITAL PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PROPOSTAS PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL

LACI GRÍGOLO, Prefeita do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, Presidente do Consórcio Intermunicipal do Serviço Socioassistencial de Alta Complexidade – Modalidade Abrigo Institucional, com a denominação fantasia de ABRIGO INSTITUCIONAL, no uso das atribuições legais que lhe confere o Estatuto Social da entidade,

#### TORNA PÚBLICO

que o ABRIGO INSTITUCIONAL tem interesse na locação de imóvel para acolhimento institucional e atendimento de crianças e adolescentes em situação de abandono, negligência, destituição do poder familiar, ameaça ou violação de seus direitos fundamentais, conforme estabelece os artigos 90, 92, 93 e 101 de Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para atendimento das finalidades propostas pelo ABRIGO INSTITUCIONAL o imóvel deve ser localizado no perímetro urbano de Seara, oferecer acessibilidade para o atendimento de pessoas com deficiências (NBR 9050/ABNT) e com as seguintes

#### CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

Cômodos	Características
03 (três) quartos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Com dimensões mínimas de 2,25 m² para cada ocupante. Sendo 01 (um) quarto para meninos (04 pessoas); 01 (um) quarto para meninas (04 pessoas) e 01 (um) quarto para bebês (berçário).</li> <li>Cada quarto deverá ter dimensão suficiente para acomodar as camas/berços/beliches e guarda dos pertences pessoais de cada criança e adolescente de forma individualizada (armários, guarda-roupa, etc.).</li> </ul>
01 (uma) sala de estar ou similar	<ul style="list-style-type: none"> <li>01 (uma) sala com metragem mínima de 12,0m², com espaço suficiente para acomodar 10 crianças/adolescentes e 2 cuidadores e educadores. (1,00m² para cada ocupante)</li> </ul>
01 (uma) sala de jantar/copa/ ambiente para estudo	<ul style="list-style-type: none"> <li>01 (uma) sala com metragem mínima de 12,0m², com espaço suficiente para acomodar 10 crianças/adolescentes e 2 cuidadores e educadores. (1,00m² para cada ocupante)</li> </ul>
03 (três) banheiros	<ul style="list-style-type: none"> <li>01 (um) banheiro com espaço para 01 (um) lavatório, 01 (um) vaso sanitário e 01 (um) chuveiro para crianças/adolescentes.</li> <li>01 (um) banheiro com espaço para 01 (um) lavatório, 01 (um) vaso sanitário e 01 um chuveiro para os funcionários.</li> <li>01 (um) banheiro com espaço para 01 (um) lavatório, 01 (um) vaso sanitário e 01 um chuveiro adaptado a pessoas com deficiências.</li> </ul>
01 (uma) cozinha	<ul style="list-style-type: none"> <li>Com espaço de no mínimo 8,0m², visando acomodar utensílios e mobiliário para preparar alimentos.</li> </ul>

01 (uma) área de serviço	<ul style="list-style-type: none"> <li>Com espaço de no mínimo 4,0m², visando acomodar utensílios e mobiliário para guardar equipamentos, objetos e produtos de limpeza e propiciar o cuidado com a higiene do abrigo, com a roupa de cama, mesa, banho e vestuários dos internos.</li> </ul>
Área externa (Varanda, quintal, jardim, etc.)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Espaço de no mínimo 25,0m² que possibilite o convívio e brincadeiras.</li> </ul>
01 (uma) sala para equipe técnica/ coordenação/ atividades administrativas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sala de no mínimo 20,0m², com localização específica para a área administrativa/ técnica da instituição, separada da área de moradia das crianças e adolescentes, com espaço para mobiliário e atividades de natureza técnica (elaboração de relatórios, atendimento, reuniões, etc).</li> <li>No caso de não haver sala com tal metragem, poderão ser utilizados dois espaços próximos, que totalize no mínimo 20,0m².</li> </ul>

#### LOCAL DE ENTREGA DAS PROPOSTAS:

Os interessados na locação do imóvel (Pessoa Física, Jurídica ou Imobiliária) deverão formular proposta por escrito, em envelope fechado que deverá ser entregue e protocolado na Secretaria Municipal da Assistência Social, no horário e dias de expediente, sito na Avenida Beira Rio, 434 - Bairro Centro – Seara, SC endereçado para: ABRIGO INSTITUCIONAL – PROPOSTA DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL, até o dia 13 de novembro de 2015.

#### PRAZO DE LOCAÇÃO:

O prazo de locação será de 2 (dois) anos, a partir de 01 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado.

#### VALOR MÁXIMO MENSAL:

O valor máximo do aluguel é de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), reajustado anualmente de acordo com o IGPM ou por outro índice oficial que venha ser substituído.

A escolha do imóvel será efetuada por uma Comissão que deverá optar pelo imóvel que melhor atenda as características mínimas deste Edital, desde que comprovada a posse, propriedade ou procuração para locação por parte do proponente.

Seara SC, 27 de outubro de 2015.  
LACI GRÍGOLO  
Presidente

**GRANFPOLIS****EDITAL DE CONVOCAÇÃO - DIRETORIA EXECUTIVA - Nº 001/2015**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
DIRETORIA EXECUTIVA  
Nº 01/2015

· O Presidente da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os Senhores Membros da Diretoria Executiva, para reunião a ser realizada às 9:00 horas do dia 10 (dez) de novembro de 2015, na sede da GRANFPOLIS, na cidade de Florianópolis (SC), para tratar da seguinte ordem do dia:

· Autorização nos termos do estabelecido pelo artigo 35 do Estatuto Social, para alienação dos veículos Volkswagen de placas: MHK 7073, MHI 7651 e MHL 9311, ficando os recursos obtidos na alienação, vinculados a aquisição de 02 (dois) novos veículos para a Assessoria de Engenharia, Arquitetura e Topografia.

Florianópolis (SC) em 30 de outubro de 2015.

ANTÔNIO DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL DE CANELINHA  
PRESIDENTE

# Consórcios

## CIMCATARINA

### EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0019/2015 - MEDICAMENTOS E CORRELATOS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0019/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Medicamentos e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Caçador e Videira, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDOR:

ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4232;

ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4233.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 28.10.2015 à 31.01.2016. PAL nº: 0023/2015. Pregão Eletrônico nº: 0019. Registro de Preços nº: 0020.

Fraiburgo (SC), 29 de outubro de 2015.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

### EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0020/2015 - MATERIAL ODONTOLÓGICO

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0020/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Materiais Odontológicos e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Calmon, Curitibaanos, Fraiburgo, Ibiam, Iomerê, Irani, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande e Videira, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDORES:

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4032;

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4033;

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4034;

CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4035;

CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4036;

CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4037;

CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4038;

CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4039;

CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4040;

CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4041;

D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4042;

D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4043;

D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4044;

D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4045;

D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4046;

D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4047;

D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4048;

D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4049;

D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4050;

D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4051;

D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4052;

D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4053;

D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4054;

D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4055;

D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4056;

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA4057;

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA4058;

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA4059;

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA4060;

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA4061;

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA4062;

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA4063;

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA4064;

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA4065;

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA4066;

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA4067;

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA4068;

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA4069;

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA4070;

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA4071;

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA4072;

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA4073;

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT-15CIMCATARINA4074;





AT15CIMCATARINA4160;  
EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4161;  
EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4162;  
EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4163;  
EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4164;  
EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4165;  
EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA4166;  
ODONTOMED CANAÃ LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4167;  
ODONTOMED CANAÃ LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4168;  
ODONTOMED CANAÃ LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4169;  
ODONTOMED CANAÃ LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4170;  
ODONTOMED CANAÃ LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4171;  
ODONTOMED CANAÃ LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4172;  
ODONTOMED CANAÃ LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4173;  
ODONTOMED CANAÃ LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4174;  
ODONTOMED CANAÃ LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4175;  
ODONTOMED CANAÃ LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4176;  
ODONTOMED CANAÃ LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4177;  
ODONTOMED CANAÃ LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4178;  
ODONTOMED CANAÃ LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4179;  
ODONTOMED CANAÃ LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4180;  
ODONTOMED CANAÃ LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4181;  
ODONTOMED CANAÃ LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4182;  
ODONTOMED CANAÃ LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4183;  
ODONTOMED CANAÃ LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4184;  
ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4185;  
ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4186;  
ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4187;  
ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4188;  
ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4189;  
ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4190;  
ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4191;  
ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4192;  
ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4193;  
ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4194;  
ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4195;  
ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4196;  
ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4197;  
ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4198;  
ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4199;  
ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4200;  
ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4201;  
ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4202;  
PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4203;

PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4204;  
PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4205;  
PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4206;  
PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4207;  
PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4208;  
PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4209;  
ROSSATO & BERTHOLD LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4210;  
ROSSATO & BERTHOLD LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4211;  
ROSSATO & BERTHOLD LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA4212;  
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4213;  
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4214;  
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4215;  
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4216;  
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4217;  
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4218;  
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4219;  
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4220;  
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4221;  
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4222;  
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4223;  
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4224;  
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4225;  
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4226;  
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4227;  
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4228;  
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4229;  
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4230;  
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT15CIMCATARINA4231.  
Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 01.11.2015 à 30.04.2016. PAL nº: 0024/2015. Pregão Eletrônico nº: 0020. Registro de Preços nº: 0021.  
Fraiburgo (SC), 29 de outubro de 2015.  
Elói Rönna  
Diretor Executivo do CIMCATARINA

---

**CIS/AMFRI**

---

**EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 05/2015**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 05/2015

Objeto: CREDENCIADO prestará aos usuários do CIS-AMFRI, serviços na área da saúde, conforme previsto nos códigos de procedimentos da tabela estabelecido pela Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001, e ao Edital de Chamamento para Credenciamento deste consórcio. Os procedimentos realizados pelo CREDENCIADO serão os de conformidade com o Termo de Credenciamento firmado.

Fundamento Legal: Lei 8.080/90, Lei 8.666/93, Resolução n. 04, de 22 de Julho de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí - CIS-AMFRI, bem como ao estabelecido na Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07, a Portaria nº 1606/GM, de 11 de setembro de 2001.

Credenciado: JORGE LUIZ RISKALLA ME – VIVA REDE DE LABORATÓRIOS - CNPJ nº. 21.057.566/0001-20.

Data de Assinatura: 28.10.2015.

Vigência: O presente instrumento terá sua vigência por tempo indeterminado.

Célio José Bernardino

Diretor Administrativo CIS-AMFRI

---

**CIS/AMOSC**

---

**EXTRATO TERMO ADITIVO**

EXTRATO TERMO ADITIVO 71/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº26/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: PHARMA LOG PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA

CNPJ: 13.485.130-0001.03

VIGÊNCIA: De outubro a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e ALICE BAREA QUADROS, doravante denominado FORNECEDOR.

---

**CIS/AMURES**

---

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 02/2015 CIS/AMURES**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMURES – CIS/AMURES

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2015

OBJETO: Tem por objeto o presente Edital de PREGÃO ELETRÔNICO, a Contratação de empresa para fornecer licença de uso do Sistema Informatizado de Gestão de Consórcios Intermunicipais de Saúde, incluindo os serviços de treinamento, implantação, conversão dos dados existentes, manutenção legal e corretiva durante o período contratual, suporte técnico, configuração, parametrização e customização para adaptar o sistema às necessidades do consórcio, de acordo com as especificações previstas no Anexo I do edital.

TIPO DA LICITAÇÃO: Menor Valor Global.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 8:30h. do dia 18 de novembro de 2015

ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 8:31h. até as 10:00h. do dia 18 de novembro de 2015.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:01h. do dia 18 de novembro de 2015.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

LOCAL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) "Acesso "Sistema Silverlight".



O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL – Decretos n.ºs 509/2011, 572/2014 e Leis Federais n.ºs 10.520/2002 e 8.666/93.

Os interessados poderão obter a íntegra do edital pelo site: [www.cisamures.com](http://www.cisamures.com)

Informações: na secretaria do CIS/AMURES, à Rua João de Castro, 367, Centro, Lages, pelo telefone (49) 3251-3700.

Lages, 29 de outubro de 2015.

Edelvanio Nunes Topanoti

Presidente CIS/AMURES

## CVC

### EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 004/2015 -

CONSORCIO INRTEMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2015 – CVC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 007/2015 - CVC

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2015 - CVC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015 - CVC

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. MAURI JOSÉ ZUCCO, brasileiro, casado, funcionário público, portador do CPF: 589.592.709-20, e do RG: 2.036.823-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Amazonas, nº 46, Bairro Três Palmeiras, no município de Coronel Freitas-SC, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade “PREGÃO ELETRÔNICO” visando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação do objeto abaixo indicado, com fornecimento parcelado para os ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Municípios de: Coronel Freitas, Formosa do Sul, Irati e Quilombo.

TIPO: Menor preço - POR ITEM

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 do dia 31/10/2015 até às 19:00 horas do dia 12/11/2015.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 às 08:59 horas do dia 13/11/2015.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 13/11/2015.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

LOCAL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) “Acesso Identificado”

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Coronel Freitas – SC.

Pregoeiro: Edir Antonio Bagio

E-mail: [compras@consorciocvc.sc.gov.br](mailto:compras@consorciocvc.sc.gov.br)

Telefone: (49) 3347-0819

As condições estatuídas neste Edital, que será regido pela Resolução nº 001, de 19 de março de 2015, Resolução nº 002, de 24 de março de 2015, Resolução nº 003, de 27 de março de 2015, as quais se encontram disponíveis no site do CVC ([www.consorciocvc.sc.gov.br](http://www.consorciocvc.sc.gov.br)), Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

#### 1. DO OBJETO

1.1. O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de medicamentos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC: Municípios de Coronel Freitas, Formosa do Sul, Irati e Quilombo, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme descrições abaixo:

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	CÓDIGO Interno CVC
1	1	FRASCO	ACEBROFILINA 10MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO DE 120 ML	7003
2	1	FRASCO	ACEBROFILINA 5MG/ML XAROPE INFANTIL FRASCO COM 120 ML	7004
3	1	COMP	ACICLOVIR 200 MG FRACIONÁVEL	7007
4	1	BISNAGA	ACICLOVIR 50MG/G CREME BISNAGA 10 GR	7008
5	1	COMP	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG	7009
6	1	COMP	ACIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG TAMPONADO	7010
7	1	COMP	ACIDO ACETILSALICILICO 200 MG TAMPONADO	7011
8	1	COMP	ACIDO ACETILSALICILICO 300 MG TAMPONADO	7012
9	1	COMP	ACIDO ACETILSALICILICO 325 MG TAMPONADO	7013
10	1	COMP	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 500 MG	7014
11	1	COMP	ACIDO ACETILSALICILICO 81 MG TAMPONADO	7015

12	1	COMP	ÁCIDO FÓLICO 5 MG	7017
13	1	FRASCO	ACIDO GAMA AMINOBUTIRICO 200MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO DE 100 ML	7018
14	1	COMP	ACIDO GAMA AMINOBUTIRICO 250 MG	7019
15	1	COMP	ACIDO MEFENÂMICO 500 MG	7021
16	1	COMP	ÁCIDO URSODESOXICÓLICO 150MG CP	7023
17	1	FRASCO	ACIDO VALPROICO 250MG/5ML FRASCO 100 ML	7925
18	1	AMPOLA	AGUA BIDESEILADA PARA INJEÇÃO DE 5 ML	7026
19	1	COMP	ALBENDAZOL 400 MG COMP MASTIGAVEL	7027
20	1	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 10 ML	7028
21	1	FRASCO	ALCAFTADINA 0,25 % FRASCO DE 3 ML	7029
22	1	COMP	ALENDRONATO SÓDICO 10 MG CARTELAS COM 4 COMP	7030
23	1	COMP	ALENDRONATO SÓDICO 70 MG CARTELAS COM 4 COMP	7031
24	1	COMP	ALOPURINOL 100 MG	7033
25	1	COMP	ALOPURINOL 300 MG	7034
26	1	COMP	ALPRAZOLAM 0,25 MG	7035
27	1	COMP	AMANTADINA 100 MG	7040
28	1	FRASCO	AMBROXOL, CLORIDRATO 15MG/5ML FRASCO DE 120 ML	7041
29	1	FRASCO	AMBROXOL, CLORIDRATO 30MG/5ML FRASCO DE 120 ML	7042
30	1	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM CLORTALIDONA, 5 MG + 25 MG	7043
31	1	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA, 5MG + 50MG	7045
32	1	COMP	AMINAFTONA 75 MG	7046
33	1	COMP	AMINOFILINA 100 MG	7047
34	1	AMPOLA	AMINOFILINA 24MG/ML AMPOLAS DE 10 ML	7048
35	1	COMP	AMIODARONA 200 MG	7050
36	1	AMPOLA	AMIODARONA 50MG/ML AMPOLAS COM 3 ML	7051
37	1	COMP	AMISULPRIDA 50 MG	7052
38	1	COMP	AMITRIPTILINA 10 MG	7053
39	1	COMP	AMITRIPTILINA 25 MG	7054
40	1	COMP	AMITRIPTILINA 75 MG	7055
41	1	CAPSULA	AMOXICILINA 500 MG	7057
42	1	FRASCO	AMOXICILINA 50MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FR 150 ML	7058
43	1	FRASCO	AMOXICILINA 50MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FR 60 ML	7059
44	1	FRASCO	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO 80 MG + 11,5 MG PÓ PARA SUSPENÇÃO ORAL FRASCO COM 75 ML	7060
45	1	FRASCO	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 50 MG + 12,5 MG/ML SUSPENSÃO FRASCO 100 ML	7061
46	1	COMP	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 500+125 MG	7062
47	1	COMP	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 875 MG + 125 MG	7063
48	1	CAPSULA	AMPICILINA 500 MG	7064
49	1	FRASCO	AMPICILINA SUSPENSÃO 50 MG/ML, FRASCO 150 ML	7065
50	1	COMP	ANLODIPINO BESILATO, ASSOICIADO À BENAZEPRILA CLORIDRATO, 5 MG + 10 MG	7067
51	1	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 10 MG	7068
52	1	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 10 MG + RAMIPRIL 10 MG	7069
53	1	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG	7071
54	1	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG + ATENOLOL 25 MG	7072
55	1	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG + ATENOLOL 50 MG	7073
56	1	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG + RAMIPRIL 10 MG	7074
57	1	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5MG + LOSARTANA POTASSICA 50 MG	7076
58	1	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5MG + MALEATO DE ENALAPRIL 20 MG	7077
59	1	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5MG + RAMIPRIL 5 MG	7078
60	1	COMP	ANLODIPINO, BESILATO ASSOCIADO A BENAZEPRILA CLORIDRATO 2,5MG+10MG	7079
61	1	COMP	ATENOLOL 100 MG	7080
62	1	COMP	ATENOLOL 25 MG	7081
63	1	COMP	ATENOLOL 50 MG	7082
64	1	COMP	ATENSINA 0,100 MG	7085
65	1	COMP	ATENSINA 0,150 MG	7086
66	1	COMP	ATENSINA 0,200 MG	7087
67	1	COMP	ATORVASTATINA CÁLCICA 10 MG	7088
68	1	AMPOLA	ATROPINA, SULFATO 0,5MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7089

69	1	COMP	AZITROMICINA 500 MG	7091
70	1	FRASCO	AZITROMICINA PÓ PARA SUSPENSÃO + DILUENTE ORAL FRASCO 600 MG	7092
71	1	FRASCO	AZITROMICINA PÓ PARA SUSPENSÃO + DILUENTE ORAL FRASCO 900 MG	7093
72	1	COMP	BACLOFENO 10 MG	7094
73	1	FRASCO	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY ORAL, 250 MCG/DOSE SPRAY ORAL FR 200 DOSES	7095
74	1	FRASCO	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 400 MCG COM 60 CAPSULAS	7097
75	1	FRASCO	BENZIDAMINA, CLORIDRATO 500 MG PÓ PARA PREPARAÇÃO EXTEMPORANEA	7099
76	1	FR + AMP	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI	7101
77	1	AMPOLA	BENZILPENICILINA BENZATINA 400000 UI PÓ PARA SUSPENÇÃO INJ	7102
78	1	AMPOLA	BENZILPENICILINA, BENZATINA 600000 UI AMPOLAS	7103
79	1	FRASCO	BENZOILMETRONIDAZOL 40 MG/ML SUSPENSAO ORAL FR 100 ML	7105
80	1	BISNAGA	BENZOILMETRONIDAZOL, ASSOCIADO À NISTATINA E CLORETO DE BENZALCÔNIO, 62,5 MG + 25.000 UI + 1,25 MG/G, CREME VAGINAL, COM APLICADOR (S) BISNAGA 40 GRAMAS	7106
81	1	COMP	BETAISTINA, DICLORIDRATO 16 MG	7107
82	1	COMP	BETAISTINA, DICLORIDRATO 24 MG	7108
83	1	AMPOLA	BETAMETASONA 5 MG DIPROPIONATO + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG AMP 1 ML + SERINGA	7109
84	1	BISNAGA	BETAMETASONA, DIPROPIONATO, ASSOCIADA A CETOCONAZOL E NEOMICINA 0,5 MG + 20 MG + 2,5 MG/G CREME BISNAGA 30 GRAMAS	7110
85	1	COMP	BIPERIDENO 2 MG	7116
86	1	COMP	BISACODIL 5 MG	7117
87	1	COMP	BISOPROLOL , FUMARATO 5 MG	7119
88	1	COMP	BISOPROLOL, FUMARATO 10 MG	7122
89	1	COMP	BISOPROLOL, FUMARATO 5 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG	7123
90	1	FRASCO	BORATO DE 8-HIDROXIQUINOLINA + TRIETANOLAMINA - SOLUÇÃO OTOLÓGICA (CERUMIN ®)	7001
91	1	FRASCO	BRIMONIDINA 1 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	7124
92	1	FRASCO	BRIMONIDINA, TARTARATO 2 MG/ML COLÍRO FRASCO 5 ML	7126
93	1	FRASCO	BRINZOLAMIDA 10 MG/ML SUSPENÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	7127
94	1	FRASCO	BRINZOLAMIDA, ASSOCIADA COM TIMOLOL MALEATO, 10 MG + 5 MG/ML, SUSPENSÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	7128
95	1	COMP	BROMAZEPAM 3 MG	7129
96	1	FRASCO	BROMOPRIDA 4 MG/ML FRASCO 20 ML	7132
97	1	FRASCO	BUDESONIDA 400 MCG PO PARA INALAÇÃO COM 60 CAP	7135
98	1	FRASCO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL, 32 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	7137
99	1	COMP	BUPROPIONA, CLORIDRATO, 150 MG COMPRIMIDO	7139
100	1	COMP	BUSPIRONA 5 MG	7140
101	1	UNIDADE	CALAMINA, ASSOCIADA COM DIFENIDRAMINA, CANFORA E GLICEROL 80 MG + 10 MG + 1 MG + 0,02 MG/ML LOÇÃO FRASCO 100 ML	7142
102	1	CAIXA	CALCIO + VITAMINA D TABLETES CAIXA COM 60 TABLETES	7144
103	1	COMP	CÁLCIO CITRATO MALATO 250 MG + VITAMINA D3 2,5 MCG	7145
104	1	COMP	CAPTOPRIL 12,5 MG	7150
105	1	COMP	CAPTOPRIL 25 MG	7151
106	1	COMP	CAPTOPRIL 50 MG	7152
107	1	FRASCO	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML	7153
108	1	COMP	CARBAMAZEPINA 200 MG	7154
109	1	COMP	CARBAMAZEPINA CR 200 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	7156
110	1	COMP	CARBAMAZEPINA CR 400 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	7158
111	1	FRASCO	CARBOCISTEÍNA 20 MG/ML XAROPE INFANTIL FRASCO 100 ML	7160
112	1	FRASCO	CARBOCISTEÍNA 50 MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO 100 ML	7161
113	1	COMP	CARBONATO DE CÁLCIO 600 MG ASSOCIADO COM VITAMINA D3 200 UI	7164
114	1	COMP	CARBONATO DE CÁLCIO 600 MG ASSOCIADO COM VITAMINA D3 400 UI	7165
115	1	COMP	CARBONATO DE LÍTIO 300 MG	7166
116	1	FRASCO	CARMELOSE SODICA 5MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA - FRASCO COM 15 ML	7169
117	1	COMP	CARVEDILOL 12,5 MG	7170
118	1	COMP	CARVEDILOL 25 MG	7171
119	1	COMP	CARVEDILOL 3,125 MG, CARTELA	7172
120	1	COMP	CARVEDILOL 6,25 MG CARTELA	7173

121	1	COMP	CEFACLO 500 MG	7174
122	1	COMP	CEFACLO BD 375MG/5ML FRASCO DE 80 ML	7175
123	1	FRASCO	CEFALEXINA 50 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO 60 ML	7176
124	1	COMP	CEFALEXINA 500MG BLISTER COM 8 CAPS	7177
125	1	FRASCO	CEFALEXINA MONOIDRATADA 250MG/5ML FRASCO COM 100 ML	7178
126	1	AMPOLA	CEFTRIAXONA SÓDICA 1 G INTRAMUSCULAR, FRASCO AMPOLA + DILUENTE	7181
127	1	AMPOLA	CEFTRIAXONA SÓDICA 500 MG INTRAMUSCULAR + DILUENTE	7182
128	1	COMP	CELECOXIBE 200 MG	7183
129	1	FRASCO	CETOCONAZOL 2% SHAMPOO FRASCO 100 ML	7184
130	1	BISNAGA	CETOCONAZOL 20 MG/G TUBO COM 30 GRAMAS	7185
131	1	COMP	CETOCONAZOL 200 MG	7186
132	1	COMP	CETOPROFENO 100 MG	7187
133	1	AMPOLA	CETOPROFENO 100 MG, PÓ LIOFILO PARA INJETÁVEL ENDOVENOSO	7188
134	1	COMP	CETOPROFENO 50 MG	7190
135	1	AMPOLA	CETOPROFENO 50 MG/ML IM AMPOLAS DE 2 ML	7191
136	1	CAIXA	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM DEXAMETASONA, PIRIDOXINA E TIAMINA 5 MG + 4 MG + 100 MG + 100 MG, INJETÁVEL AMPOLA I DE VITAMINAS E AMPOLA II COM DEXAMETASONA CONJUNTO COM DUAS AMPOLAS, CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS	7194
137	1	COMP	CICLOBENZAPRINA CLORIDARATO 10 MG	7196
138	1	COMP	CICLOBENZAPRINA CLORIDRATO 5 MG	7197
139	1	COMP	CILOSTAZOL 100 MG	7199
140	1	COMP	CINARIZINA 75 MG	7204
141	1	FRASCO	CIPROEPTADINA 4MG + CLORIDRATO DE TIAMINA 0,6MG + RIBOFLAVINA 0,75MG + CLORIDRATO DE PIRODOXINA 0,67MG + NICOTINAMIDA 6,67MG + ÁCIDO ASCÓRBICO 21,67MG LIQ FRSC 240 ML	7205
142	1	COMP	CIPROFIBRATO 100 MG	7207
143	1	FRASCO	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO ASSOCIADO A HIDROCORTISONA 2MG + 10 MG/ML SUSPENSÃO OTOLÓGICA FRASCO DE 5 ML	7208
144	1	FRASCO	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO ASSOCIADO COM DEXAMETASONA 3,5 MG + 1 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	7209
145	1	COMP	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO, 500 MG	7211
146	1	COMP	CITALOPRAM 20 MG	7213
147	1	COMP	CLARITROMICINA 500 MG	7214
148	1	COMP	CLINDAMICINA 300 MG	7215
149	1	COMP	CLOBAZAM 10 MG	7216
150	1	COMP	CLOBAZAM 20 MG	7217
151	1	COMP	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 25 MG	7219
152	1	COMP	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 75 MG	7220
153	1	COMP	CLONAZEPAM 2 MG	7222
154	1	FRASCO	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	7223
155	1	COMP	CLOPIDOGREL 75 MG	7227
156	1	FRASCO	CLORANFENICOL 4 MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 10 ML	7229
157	1	AMPOLA	CLORETO DE POTÁSSIO 10 % SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	7230
158	1	AMPOLA	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	7231
159	1	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SPRAY NASAL FRASCO 30 ML	7234
160	1	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO, ASSOCIADO AO CLORETO DE BENZALCÔNIO E NAFAZOLINA, 9 MG + 0,1 MG + 0,5 MG/ML, SOLUÇÃO NASAL ADULTO FRASCO 30 ML	7237
161	1	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO, ASSOCIADO COM CLORETO DE BENZALCÔNIO, 0,9% + 0,01%, SOLUÇÃO NASAL PEDIÁTRICO FRASCO 30 ML	7238
162	1	FRASCO	CLORPRAMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL - GOTAS FRASCO COM 20 ML	7239
163	1	COMP	CLORPROMAZINA 100 MG	7240
164	1	COMP	CLORPROMAZINA 25 MG	7241
165	1	AMPOLA	CLORPROMAZINA 25MG/5ML AMPOLAS DE 5 ML	7242
166	1	COMP	CLORPROPAMIDA 250 MG	7243
167	1	COMP	CLORTALIDONA 25 MG	7245
168	1	BISNAGA	COLAGENASE 0,6U/G + CLORANFENICOL 0,01G/G POMADA 50G	7254
169	1	FRASCO	CROMOGLICATO SÓDIO 20 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	7258
170	1	COMP	CUMARINA ASSOCIADA A TROXERRUTINA 15 MG + 90 MG	7260
171	1	COMP	DEFLAZACORTE 6 MG	7261
172	1	FRASCO	DELTAMETRINA 20 MG FRASCO COM 100 ML LOÇÃO	7262

173	1	FRASCO	DELTAMETRINA SHAMPOO 2% FRASCO DE 100 ML	7263
174	1	CARTELA	DESOGESTREL 75 MCG CART COM 28 COMPR	7265
175	1	COMP	DESVENLAFAXINA, SAL SUCCINATO, 50 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA	7266
176	1	FRASCO	DEXAMETASONA 0,1% SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	7267
177	1	FRASCO	DEXAMETASONA 1 MG + NEOMICINA 5 MG + POLIMIXINA B 6000 UI + HIPROMELOSE 5 MG COLIRIO FRASCO COM 5 ML	7268
178	1	BISNAGA	DEXAMETASONA 1 MG + NEOMICINA 5 MG + POLIMIXINA B 6000 UI + HIPROMELOSE 5 MG POMADA OFTÁLMICA DE 3,5G	7269
179	1	COMP	DEXAMETASONA 4 MG	7270
180	1	AMPOLA	DEXAMETASONA 4MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2,5 ML	7271
181	1	BISNAGA	DEXAMETASONA, ACETATO 0,1% CREME BISNAGA 10 GRAMAS	7273
182	1	FRASCO	DEXAMETAZONA 0,1MG/ML ELIXIR FRSC 100 ML	7274
183	1	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, ASSOCIADA À BETAMETASONA, 0,4 MG + 0,05 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	7275
184	1	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO, 0,4 MG/ML XAROPE FRASCO 100 ML	7276
185	1	COMP	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO, 2 MG COMPRIMIDO	7277
186	1	COMP	DIACEREINA 50 MG	7279
187	1	COMP	DIAZEPAM 10 MG	7280
188	1	COMP	DIAZEPAM 5 MG	7281
189	1	AMPOLA	DIAZEPAM 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 2 ML	7282
190	1	FRASCO	DICLOFENACO AEROSOL SPRAY COM 60 G	7283
191	1	COMP	DICLOFENACO COLESTIRAMINA 70 MG	7284
192	1	COMP	DICLOFENACO POTASSICO 50 MG	7285
193	1	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3 ML	7286
194	1	COMP	DICLOFENACO SÓDICO 50 MG	7287
195	1	FRASCO	DICLOFENACO SÓDICO COLIRIO 1MG/ML FRASCO DE 5 ML	7289
196	1	TUBO	DICLOFENACO, SAL DIETILAMONIO, 11,6 MG/G EQUIVALENTE A 10 MG/G DO SAL POTÁSSICO, GEL BISNAGA 60 G	7290
197	1	FRASCO	DICLOFENACO, SAL RESINATO, 15 MG/ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	7291
198	1	CARTELA	DIENOGESTE + VALERIATO DE ESTRADIOL COM 28 COMPRIMIDOS SENDO 26 HORALMONIOS + 2 PLACEBO	7292
199	1	FRASCO	DIGOXINA 0,05 MG/ML ELIXIR FRASCO 60 ML	7293
200	1	COMP	DIGOXINA 0,25 MG	7294
201	1	CAPSULA	DILTIAZEM CLORIDRATO, 180 MG AÇÃO PROLONGADA	7295
202	1	COMP	DILTIAZEM CLORIDRATO, 30 MG	7296
203	1	COMP	DILTIAZEM CLORIDRATO, 60 MG	7297
204	1	COMP	DILTIAZEM, CLORIDRATO SR 120 MG	7298
205	1	AMPOLA	DIMENIDRATO ASSOCIADO COM PIROXIDINA 50/50MG/ML AMPOLAS DE 1 ML IM	7299
206	1	COMP	DIMENIDRINATO 100 MG BLISTER FRACIONAVEL	7300
207	1	AMPOLA	DIMENIDRINATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3 MG + 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	7301
208	1	FRASCO	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 25 MG + 5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML	7302
209	1	COMP	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 50 MG + 10 MG	7303
210	1	COMP	DIOSMINA ASSOCIADA A HESPERIDINA, 450 MG + 50 MG	7304
211	1	SACHE	DIOSMINA ASSOCIADA A HESPERIDINA, 900 MG + 100 MG SACHE COM 5 GRAMAS E DE SABOR	7305
212	1	COMP	DIPIRIDAMOL 75 MG	7307
213	1	COMP	DIPIRONA + CAFEINA + MUCATO DE ISOMETEPTNO 300 MG + 30 MG + 30 MG	7308
214	1	COMP	DIPIRONA SÓDICA 500 MG	7310
215	1	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 2 ML	7311
216	1	FRASCO	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML	7312
217	1	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA, ASSOCIADA À ADIFENINA E PROMETAZINA, 375MG + 12,5MG +12,5MG/ML,SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	7313
218	1	COMP	DIPIRONA, SODICA 500 MG + PROMETASINA 5 MG + ADIFENINA 10 MG	7314
219	1	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO 500 MG	7318
220	1	COMP	DIVALPROATO DE SODIO CR 500 MG	7319
221	1	FRASCO	DOMPERIDONA 1 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML	7321
222	1	COMP	DOMPERIDONA 10 MG	7322
223	1	AMPOLA	DOPAMINA,CLORIDRATO 5MG/ML AMPOLAS DE AMPOLAS DE 10 ML	7323
224	1	COMP	DOXAZOSINA MESILATO 2 MG	7324



225	1	COMP	DOXAZOSINA MESILATO 4 MG	7325
226	1	COMP	DOXICICLINA 100 MG	7326
227	1	FRASCO	DROPROPIZINA 1,5 MG/ML XAROPE, FRASCO 120 ML	7327
228	1	FRASCO	DROPROPIZINA 3 MG/ML XAROPE FRASCO 120 ML	7328
229	1	CAPSULA	DROSPERIDONA + ETINILESTRADIOL 3 MG + 0,03 MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	7329
230	1	COMP	DULOXETINA 60 MG	7331
231	1	COMP	DUTASTERIDA 0,5 MG	7332
232	1	COMP	EBASTINA 10 MG	7334
233	1	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 10 MG	7336
234	1	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 20 MG	7337
235	1	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 5 MG	7338
236	1	AMPOLA	EPINEFRINA 1MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7341
237	1	COMP	ERITROMICINA 500 MG	7342
238	1	BISNAGA	ESCINA10MG/G + SALICILATO DE DIETILAMÔNIO 50G/MG GEL 30 GR (REPARIL)	7345
239	1	COMP	ESCITALOPRAM 10 MG	7346
240	1	COMP	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 10 MG	7348
241	1	AMPOLA	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	7349
242	1	COMP	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 10MG + 250 MG COMPRIMIDOS	7350
243	1	AMPOLA	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 4 MG + 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	7351
244	1	FRASCO	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 6,67 MG + 333 MG/ SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	7352
245	1	FRASCO	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO 10MG/ML FRASCO COM 20 ML GTS	7353
246	1	COMP	ESOMEPRAZOL MAGNESIO TRIIDRATADO 40MG CP	7354
247	1	COMP	ESPIRONOLACTONA 25 MG	7356
248	1	COMP	ESPIRONOLACTONA 50 MG	7357
249	1	COMP	ESPIRONOLACTONA 50 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG	7358
250	1	AMPOLA	ESTRADIOL + TESTOSTERONA SOL. INJ DE 1 ML	7359
251	1	COMP	ESTRADIOL 1 MG	7360
252	1	BISNAGA	ESTRADIOL 1 MG GEL BISNAGA DE 50 G + APLICADOR	7361
253	1	CARTELA	ESTRADIOL ASSOCIADO A DROSPIRENOMA 1 MG + 2 MG CARTELA COM 28 CP	7362
254	1	CARTELA	ESTRADIOL ASSOCIADO COM NORESTISTERONA, ACETATO 1MG + 0,5 MG CARTELA COM 28 CP	7365
255	1	BISNAGA	ESTRADIOL HEMIIDRATADO 0,5MG/0,5G GEL DE 50 G	7366
256	1	AMPOLA	ESTRADIOL, VALERATO ASSOCIADO COM NORESTISTERONA, ENANTATO 5 MG + 50 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7367
257	1	BISNAGA	ESTRIOL 1 MG/G CREME VAGINAL BISNAGA 50 GRAMAS	7369
258	1	DRAGEAS	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG	7370
259	1	BISNAGA	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG/G CREME VAGINAL BISNAGA 25 G	7371
260	1	COMP	ESTROGENIOS CONJUGADOS ASSOCIADOS COM MEDROXIPROGESTERONA ACETATO , 0,625 MG + 2,5 MG	7372
261	1	COMP	ESTROGENIOS CONJUGADOS NATURAIS 0,3 MG	7373
262	1	COMP	ETILEFRINA, CLORIDRATO 5 MG	7376
263	1	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, CASTANHA DA INDIA 100 MG AESCULUS HIPPOCASTANUM L.	7380
264	1	CAPSULA	EXTRATO DE PLANTAS, GINKGO BILOBA 80 MG	7385
265	1	FRASCO	EXTRATO DE PLANTAS, GUACO (MIKANIA GLOMERATA SPRENG) EXTRATO FLUIDO FRASCO 100 ML	7386
266	1	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, ISOFLAVONA DE SOJA 150 MG	7387
267	1	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, PASSIFLORA INCARNATA 300 MG	7388
268	1	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, VALERIANA OFFICINALIS 50 MG	7390
269	1	COMP	EXTRATO SECO DE MELILOTUS OFFICINALIS ..... 26,7MG	7391
270	1	COMP	FELODIPINO + SUCCINATO DE METOPROLOL 5/50MG COMPRIMIDO	7395
271	1	COMP	FEMPROCUMONA 3 MG	7396
272	1	FRASCO	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADA À BRONFENIRAMINA, 2,5 MG + 2 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	7397
273	1	FRASCO	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADO A BRONFENIRAMINA 1 MG + 0,4 MG/ ML FRASCO DE 120 ML	7400
274	1	COMP	FENITOINA 100 MG	7402
275	1	AMPOLA	FENITOINA 50MG/ML AMPOLA COM 5 ML	7403
276	1	COMP	FENOBARBITAL 100 MG	7404



277	1	AMPOLA	FENOBARBITAL 100MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA DE 2 ML	7405
278	1	FRASCO	FENOBARBITAL 40 MG/ML FRASCO COM 20 ML	7406
279	1	FRASCO	FENOBARBITAL 40MG/ML FRASCO COM 20 ML	7407
280	1	COMP	FENOFIBRATO 200 MG	7408
281	1	COMP	FENOFIBRATO 250 MG LIBERAÇÃO RETARDADA	7409
282	1	FRASCO	FENOTEROL , BROMETO 5 MG/ML FRASCO DE 20 ML	7410
283	1	FRASCO	FENOTEROL BROMIDRATO ASSOCIADO A IPATRÓPIO BROMETO 0,1 MG + 0,04 MG/DOSE,A EROSSOL ORAL FRASCO 15 ML	7411
284	1	FRASCO	FERRO QUELATO 150 MG + ACIDO FOLICO 0,25 MG + CIANCOBALAMINA 7,5 MCG SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	7412
285	1	COMP	FERRO QUELATO 300 MG + ACIDO FOLICO 5 MG + CIANCOBALAMINA 15 MCG	7413
286	1	BISNAGA	FIBRINOLISINA + DESOXIRRIBONUCLEASE E CLORAFENICOL 1U+666U+1% COM 30G	7416
287	1	COMP	FINASTERIDA 5 MG	7418
288	1	AMPOLA	FITOMENADIONA 10MG/1ML SOL. INJETAVEL IM.	7419
289	1	CAPSULA	FLUCONAZOL 150 MG	7420
290	1	FRASCO	FLUDROXICORTIDA 0,05 MG/ML LOÇÃO COM 15 ML	7421
291	1	BISNAGA	FLUDROXICORTIDA 125MG/G CREME DERMATOLOGICO COM 30 G	7422
292	1	COMP	FLUNARIZINA DICLORIDRATO 10 MG	7423
293	1	FRASCO	FLUOCINOLONA 0,275MG/ML + SULFATO DE POLIMIXINA B 11,000UI/ML + SULFATO DE NEOMICINA 3,85MG/ML + CLORIDRATO DE LIDOCAINA 20MG/ML SOLUÇÃO OTOLOGICA FRS 5ML GTS	7424
294	1	COMP	FLUOXETINA 10 MG	7426
295	1	CAPSULA	FLUOXETINA 20 MG	7427
296	1	FRASCO	FLUOXETINA 20 MG/ML FRASCO COM 20 ML GOTAS	7428
297	1	COMP	FLUTAMIDA 250 MG	7429
298	1	UNIDADE	FLUTICASONA FUROATO 27,5 MCG/DOSE, SPRAY NASAL FRASCO 120 DOSES	7430
299	1	CAPSULA	FLUTICASONA, PROPIONATO 250 MCG	7432
300	1	FRASCO	FORMOTEROL, FUMARATO ASSOCIADO A BUDESONIDA 12MCG + 200 MCG/DOSE CAPSULAS PÓ INALANTE REFIL COM 60 CAPSULAS	7434
301	1	FRASCO	FORMOTEROL, FUMARATO ASSOCIADO A BUDESONIDA 12MCG + 400 MCG/DOSE CAPSULAS PÓ INALANTE REFIL COM 60 CAPSULAS	7435
302	1	FRASCO	FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO 0,06G/ML + FOSFATO DE SODIO MONOBASICO 0,16G/ML FRASCO DE 130 ML ( FLEET ENEMA)	7436
303	1	AMPOLA	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	7437
304	1	COMP	FUROSEMIDA 40 MG	7438
305	1	CAPSULA	GABAPENTINA 300 MG	7440
306	1	CAPSULA	GABAPENTINA 600 MG	7441
307	1	FRASCO	GATIFLOXACINO 0,3% FRASCO DE 5 ML	7442
308	1	SACHE	GEL LUBRIFICANTE INTIMO SACHE 5G	7443
309	1	AMPOLA	GENTAMICINA 20MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7445
310	1	AMPOLA	GENTAMICINA 40MG/ML AMPOLAS DE 2 ML	7446
311	1	AMPOLA	GENTAMICINA SULFATO 160MG/ML AMPOLAS DE 2 ML	7447
312	1	COMP	GLIBENCLAMIDA 5 MG	7449
313	1	COMP	GLICAZIDA 30 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA	7451
314	1	UNIDADE	GLICEROL 95%, SUPOSITÓRIO INFANTIL	7453
315	1	SACHE	GLICOSAMINA 1,5 G PÓ ORAL SACHÊ 3,95 G	7456
316	1	CAPSULA	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDRITINA, EM SAIS SULFATOS, 500 MG + 400 MG	7458
317	1	AMPOLA	GLICOSE 25% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	7459
318	1	AMPOLA	GLICOSE 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	7460
319	1	COMP	GLIMEPIRIDA 4 MG	7462
320	1	FRASCO	HALOPERIDOL 2 MG/ML FRASCO DE 20 ML	7464
321	1	COMP	HALOPERIDOL 5 MG	7465
322	1	AMPOLA	HALOPERIDOL 5 MG/ML AMPOLA 1 ML	7466
323	1	AMPOLA	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML	7467
324	1	FRASCO	HEXAMIDINA ASSOCIADA COM TETRACAINA 1 MG + 0,5 MG SOLUÇÃO COLUTÓRIO	7470
325	1	UNIDADE	HIALURONIDASE 150 UTR + VALERATO DE BETAMETASONA 2,5MG	7472
326	1	COMP	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	7475
327	1	COMP	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG	7476
328	1	AMPOLA	HIDROCORTISONA 100 MG SUCCINATO SÓDICO, PÓ PARA SOL INJETÁVEL	7477
329	1	AMPOLA	HIDROCORTISONA 500 MG, SUCCINATO SÓDICO, PÓ PARA SOL INJETÁVEL	7478

330	1	BISNAGA	HIDROCORTISONA, SAL ACETATO, 10 MG/G CREME BISNAGA COM 30 G	7479
331	1	FRASCO	HIDROXIDO ALUMINIO 62MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRSC 100 ML	7480
332	1	COMP	HIDROXIDO DE ALUMINIO + HIDROXIDO DE MAGNESIO 200 MG + 200 MG COMPRIMIDO MASTIGAVEL	7481
333	1	FRASCO	HIDROXIDO DE ALUMINIO 150MG/ML FRASCO COM 100 ML	7483
334	1	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO+HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO 60+40 MG/ML SUSP. 100 ML	7484
335	1	COMP	HIDROXIDO DE FERRO III, EQUIVALENTE A 100 MG DE FERRO III, NA FORMA DE COMPLEXO POLIMATO-SADO	7485
336	1	FRASCO	HIDROXIDO DE FERRO III, EQUIVALENTE A 50 MG/ML DE FERRO III, NA FORMA DE COMPLEXO POLIMATOSADO, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS FRASCO 30 ML	7486
337	1	AMPOLA	HIDROXIDO DE FERRO III, SOLUÇÃO INJETÁVEL EQUIVALENTE A 20 MG/ML DE FERRO III, USO ENDOVENOSO NA FORMA DE COMPLEXO COLOIDAL SACARATO, AMPOLA 5 ML	7487
338	1	FRASCO	HIDROXIDO DE FERRO III, XAROPE EQUIVALENTE A 10 MG/ML DE FERRO III, NA FORMA DE COMPLEXO POLIMATOSADO, FRASCO 100 ML	7488
339	1	COMP	HIDROXIZINA, DICLORIDRATO 25 MG	7490
340	1	COMP	IBANDRONATO DE SODIO MONOHIDRATTADO, EQUIVALENTE AO ACIDO IBANDROMICO 150 MG	7493
341	1	COMP	IBUPROFENO 300 MG	7494
342	1	FRASCO	IBUPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO COM 30 ML	7495
343	1	COMP	IBUPROFENO 600 MG	7496
344	1	COMP	IMIPRAMINA CLORIDRATO 25 MG	7497
345	1	CAPSULA	IMIPRAMINA PAMOATO 75 MG	7498
346	1	CAIXA	INDACATEROL, MALEATO 300MCG PO CX C/ 30 CAPSULAS + INALADOR	7926
347	1	FRASCO	INSULINA ASPARE 100 UIML	7501
348	1	FRASCO	INSULINA GARDINA 100 UI/ML REFIL	7502
349	1	FRASCO	INSULINA LISPRO 100 UI	7503
350	1	FRASCO	IPRATRÓPIO BROMETO 0,02 MG/DOSE AEROSSOL ORAL 200 DOSES	7504
351	1	FRASCO	IPRATROPIO BROMETO 0,25 MG/ML SOLUÇÃO P/ INALAÇÃO FR 20 ML	7505
352	1	COMP	ISOSSORBIDA 20MG, SAL MONONITRATO	7508
353	1	COMP	ISOSSORBIDA 5 MG, SAL DINITRATO SUBLINGUAL	7510
354	1	COMP	ISSOSORBIDA, MONONITRATO 10 MG	7511
355	1	COMP	ISSOSORBIDA, MONONITRATO RETARD 50 MG	7513
356	1	CAPSULA	ITRACONAZOL 100 MG	7514
357	1	COMP	IVERMECTINA 6 MG	7515
358	1	FRASCO	LACTULOSE 667MG/ML XAROPE FRSC 120 ML	7516
359	1	COMP	LAMOTRIGINA 100 MG	7517
360	1	COMP	LAMOTRIGINA 50 MG	7519
361	1	COMP	LANSOPRAZOL 30 MG	7520
362	1	COMP	LANSOPRAZOL 30MG + CLARITROMICINA 500 MG + AMOXICILINA 500 MG BLISTERES COM 7 UNIDADES	7521
363	1	COMP	LEVOCETIRIZINA, SAL DIPROPIONATO, 5 MG	7524
364	1	COMP	LEVODOPA + CARBIDOPA 200MG + 50MG CP	7525
365	1	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADA A BENSERAZIDA 200 MG + 50 MG	7526
366	1	COMP	LEVODOPA ASSOCIADA A CARBIDOPA 250/25 MG	7527
367	1	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG +25 MG CÁPSULA BD	7528
368	1	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG +25 MG CÁPSULA COM LIBERAÇÃO PROLONGADA HBS	7529
369	1	FRASCO	LEVODROPROPIZINA 6MG/ML (60MG/ML) XRP ADULTO 120ML	7531
370	1	COMP	LEVOFLOXACINO 500 MG BLISTER FRACIONAVEL	7532
371	1	COMP	LEVOMEPROMAZINA 100 MG	7533
372	1	COMP	LEVOMEPROMAZINA 25 MG	7534
373	1	FRASCO	LEVOMEPROMAZINA 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	7535
374	1	CARTELA	LEVONORGESTREL 0,10MG + ETINILESTRADIOL 0,02MG CARTELAS COM 21 COMPRIMIDO	7538
375	1	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 0,150 + 0,03 MG BLISTER CALENDÁRIO COM 21 COMPRIMIDOS	7539
376	1	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 50 MCG + 30 MCG/75 MCG + 40 MCG/125 MCG + 30 MCG, DRAGEA A + DRÁGEA B + DRÁGEA C, BLISTER CALENDÁRIO COM 21 DRÁGEAS	7540
377	1	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG	7541
378	1	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 125 MCG	7542

379	1	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG	7543
380	1	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	7544
381	1	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 75 MCG	7545
382	1	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 88 MCG	7546
383	1	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA DE 150 MCG	7547
384	1	FRASCO	LIDOCAÍNA SPRAY 10 % FRASCO DE 50 ML	7550
385	1	FRASCO	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% ASSOCIADA A EPINEFRINA INJETÁVEL FRASCO 20 ML	7551
386	1	BISNAGA	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% GELEIA BISNAGA 30 GRAMAS	7552
387	1	FRASCO	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% INJETÁVEL FRASCO 20 ML SEM VASO	7553
388	1	COMP	LINAGLIPTINA 5 MG	7555
389	1	COMP	LINAGLIPTINA/CLORIDRATO DE METFORMINA 2,5MG/850MG	7927
390	1	COMP	LISINA, CLONIXINATO 125 MG	7557
391	1	COMP	LISINA, CLONIXINATO 125 MG + CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA 5 MG	7558
392	1	COMP	LISINOPRIL 20 MG	7560
393	1	COMP	LISINOPRIL 5 MG	7561
394	1	FRASCO	LORATADINA 1 MG/ML XAROPE FRASCO 100 ML	7564
395	1	COMP	LORATADINA 10 MG	7565
396	1	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA 100 MG	7568
397	1	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG	7570
398	1	COMP	LUTEINA 3,0 MG + ZEAXANTINA 0,25 MG + VITAMINA C, E, SELENIO E ZINCO	7573
399	1	COMP	MANIDIPINO, DICLORIDRATO 10 MG	7574
400	1	FRASCO	MANITOL 20% SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, FRASCO 500 ML	7575
401	1	COMP	MEBENDAZOL 100 MG	7576
402	1	FRASCO	MEBENDAZOL 20MG/ML FRASCO COM 30 ML SUSPENSÃO ORAL	7577
403	1	AMPOLA	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150 MCG SOLUÇÃO INJETÁVEL APOLA DE 1 ML	7578
404	1	AMPOLA	MEDROXIPROGESTERONA, ACETATO 50 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7580
405	1	COMP	MELOXICAM 15 MG	7581
406	1	COMP	MESALAZINA 300 MG	7584
407	1	COMP	METFORMINA CLORIDRATO 500 MG	7585
408	1	COMP	METFORMINA CLORIDRATO 850 MG	7586
409	1	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO 500 MG AÇÃO PROLONGADA	7587
410	1	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A SITAGLIPTINA FOSFATO 1000 MG + 50 MG (ÉTICO)	7589
411	1	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A SITAGLIPTINA FOSFATO 850 MG + 50 MG	7590
412	1	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A VILDAGLIPTINA 1000 MG + 50 MG	7591
413	1	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A VILDAGLIPTINA 500 MG + 50 MG	7592
414	1	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A VILDAGLIPTINA 850 MG + 50 MG	7593
415	1	COMP	METILDOPA 250 MG	7594
416	1	COMP	METILDOPA 500 MG	7595
417	1	CAPSULA	METILFENIDATO, CLORIDRATO 10 MG MICROGRANULOS DE LIBERAÇÃO MODIFICADA	7597
418	1	COMP	METILFENIDATO, CLORIDRATO 18 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	7598
419	1	CAPSULA	METILFENIDATO, CLORIDRATO 20 MG MICROGRANULOS DE LIBERAÇÃO MODIFICADA	7599
420	1	CAPSULA	METILFENIDATO, CLORIDRATO 40 MG MICROGRANULOS DE LIBERAÇÃO MODIFICADA	7600
421	1	COMP	METOCLOPRAMIDA 10 MG	7601
422	1	FRASCO	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 10 ML	7602
423	1	AMPOLA	METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	7603
424	1	CAPSULA	METOCLOPRAMIDA ASSOCIADA A DIMETICONA E PEPSINA 7MG + 40 MG + 50 MG	7604
425	1	AMPOLA	METOPROLOL 1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	7605
426	1	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 100 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	7606
427	1	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 25 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	7607
428	1	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 50 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	7608
429	1	COMP	METOPROLOL, TARTARATO 100 MG	7609
430	1	COMP	METOTREXATO 2,5 MG	7610
431	1	BISNAGA	METRONIDAZOL 100MG/G GEL VAGINAL COM 10 APLICADORES BISNAGA 55 G	7611
432	1	COMP	METRONIDAZOL 250 MG FRACIONÁVEL	7612
433	1	COMP	METRONIDAZOL 400 MG FRACIONÁVEL	7613
434	1	BISNAGA	MICONAZOL 2% CREME VAGINAL BISNAGA 80 G	7614
435	1	BISNAGA	MICONAZOL 20 MG/G CREME DERMATOLOGICO 28 G	7615
436	1	AMPOLA	MIDAZOLAM 1 MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	7616

437	1	COMP	MIDAZOLAM 15 MG	7617
438	1	AMPOLA	MIDAZOLAM 5 MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	7618
439	1	COMP	MIRTAZAPINA 30 MG	7620
440	1	COMP	MONTELUCASTE SODICO 10 MG	7622
441	1	COMP	MONTELUCASTE SODICO 5 MG COMPRIMIDOS MASTIGAVEIS	7623
442	1	AMPOLA	MORFINA 1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	7624
443	1	AMPOLA	MORFINA 10 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7626
444	1	ENVELOPE	MUCILOIDE HIDROFILICO DE PSYLLIUM, PLANTAGO OVATA 562MG/G PÓ P/ PREPARAÇÃO EXTEMPORANEA, 5,85 G	7629
445	1	COMP	MULTIVITAMINAS ASSOCIADAS COM SAIS MINERAIS DE A A Z	7630
446	1	FRASCO	MULTIVITAMINAS ASSOCIADAS COM SAIS MINERAIS DE A A Z SOLUÇÃO ORAL FRASCO 120 ML	7631
447	1	AMPOLA	MULTIVITAMINAS, VITS: B2, B6, B12, C, NICOTINAMIDA E FRUTOSE SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	7632
448	1	FRASCO	NAFAZOLINA, CLORIDRATO DE 0,5MG SOLUÇÃO NASAL 30ML	7634
449	1	COMP	NALTREXONA , CLORIDRATO 50 MG	7636
450	1	COMP	NEBIVOLOL, SAL CLORIDRATO 5 MG	7640
451	1	BISNAGA	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG + 250UI/G, POMADA BISNAGA 10 GRAMAS	7641
452	1	FRASCO	NEPAFENACO 0,1% FRASCO DE 5 ML	7643
453	1	UNIDADE	NICOTINA ADESIVOS 14 MG	7644
454	1	UNIDADE	NICOTINA ADESIVOS 21 MG	7645
455	1	UNIDADE	NICOTINA ADESIVOS 7 MG	7646
456	1	COMP	NIFEDIPINO 10 MG	7647
457	1	COMP	NIFEDIPINO 20 MG	7648
458	1	COMP	NIFEDIPINO 20 MG RETARD	7649
459	1	COMP	NIMESULIDA 100 MG	7651
460	1	FRASCO	NIMESULIDA 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 15 ML	7652
461	1	COMP	NIMODIPINO 30 MG	7653
462	1	FRASCO	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 30 ML	7654
463	1	FRASCO	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50 ML	7655
464	1	TUBO	NISTATINA, 25.000 UI/G, CREME VAGINAL BISNAGA 40 GRAMAS	7656
465	1	FRASCO	NITAZOXANIDA 20MG/ML PÓ SOLUÇÃO ORAL 45ML	7658
466	1	COMP	NITAZOXANIDA 500 MG	7659
467	1	POTE	NITROFURAL 2MG/G POMADA DERMATOLOGICA 500 G	7660
468	1	CAPSULA	NITROFURANTOÍNA 100 MG FRACIONAVEL	7661
469	1	AMPOLA	NOREPINEFRINA, SAL BITARTARATO 1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 4 ML	7663
470	1	CARTELA	NORESTISTERONA 0,35 MG , BLISTER CALENDÁRIO COM 35 UNIDADES	7664
471	1	AMPOLA	NORESTISTERONA 50MG/ML + VALERATO DE ESTRADIOL 5MG/ML AMPOLA 1 ML COM UMA SERINGA PRÉ-CARREGADA + AGULHA	7666
472	1	COMP	NORFLOXACINO 400 MG	7668
473	1	CAPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 25 MG	7669
474	1	CAPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 75 MG	7671
475	1	FRASCO	OLEO MINERAL 100 ML	7674
476	1	COMP	OLMESARTANA MEDOXOMILA, ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA, 20 MG + 12,5 MG	7675
477	1	COMP	OLMESARTANA, MEDOXOMINA 40 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	7676
478	1	FRASCO	OLOPATADINA, CLORIDRATO 1MG/ML SOLUÇÃO OFTALMICA FRASCO DE 5 ML	7678
479	1	COMP	OMEGA 3 PLUX	7679
480	1	CAPSULA	OMEPRAZOL 20 MG	7681
481	1	COMP	ONDANSETRONA 8MG CP	7684
482	1	COMP	OXCARBAMAZEPINA 300 MG	7687
483	1	FRASCO	OXCARBAMAZEPINA 60 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML PEDIATRICO	7688
484	1	COMP	OXCARBAMAZEPINA 600 MG	7689
485	1	COMP	OXIBUTINA, CLORIDRATO 5 MG	7690
486	1	FRASCO	PARACETAMOL 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 15 ML	7696
487	1	COMP	PARACETAMOL 500 MG	7697
488	1	COMP	PARACETAMOL 750 MG	7698
489	1	COMP	PARACETAMOL ASSOCIADO COM CODEÍNA 500 MG + 30 MG	7700

490	1	COMP	PARACETAMOL, ASSOCIADO COM DICLOFENACO, CARISOPRODOL E CAFEÍNA, 300MG +50MG + 125MG+ 30MG	7702
491	1	COMP	PAROXETINA CLORIDRATO 20 MG	7705
492	1	COMP	PENTOXIFILINA 400 MG	7708
493	1	FRASCO	PERICIAZINA 4 % SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO COM 20 ML	7709
494	1	COMP	PERINDOPRIL 4 MG + INDAPAMIDA 1,25 MG	7710
495	1	COMP	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100 MG	7711
496	1	FRASCO	PERMETRINA 10MG/ML SHAMPOO FRASCO 60 ML	7712
497	1	FRASCO	PERMETRINA LOÇÃO 50 MG/ML FRASCO 100 ML	7713
498	1	FRASCO	PERMITRINA 1% LOÇÃO TOPICO FRASCO DE 100 ML	7714
499	1	AMPOLA	PETIDINA 50MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL IM/IV/SC AMP 2 ML	7715
500	1	COMP	PINAVÉRIO, BROMETO 100 MG COMPRIMIDO	7716
501	1	COMP	PINDOLOL 5 MG	7717
502	1	COMP	PIRACETAM 400 MG	7719
503	1	COMP	PIRACETAM 800 MG	7720
504	1	COMP	PIROXICAM 20 MG	7721
505	1	COMP	PIROXICAM 20 MG DISSOLUÇÃO INSTANTANE, USO SUB LINGUAL	7722
506	1	AMPOLA	PIROXICAM 20MG/ML IM AMPOLAS DE 2 ML	7723
507	1	COMP	PITAVASTATINA CÁLCICA 2 MG	7724
508	1	COMP	POLICARBOFILINA CALCICA 625 MG	7725
509	1	BISNAGA	POLICRESULENO 50 MG + CLORIDRATO DE CINCHOCAINA 10 MG POMADA RETAL COM 30 G	7726
510	1	FRASCO	POLIMIXINA B, ASSOCIADA COM NEOMICINA, FLUOCINOLONA E LIDOCAÍNA, 11.000UI + 3,85MG + 0,275MG + 20MG/ML, SOLUÇÃO OTOLÓGICA FRASCO 5 ML	7729
511	1	COMP	PRAVASTATINA 10 MG	7736
512	1	FRASCO	PREDNISOLONA 1 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	7737
513	1	COMP	PREDNISOLONA 5 MG	7928
514	1	FRASCO	PREDNISOLONA SOL ORAL 3 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	7738
515	1	COMP	PREDNISONA 20 MG FRACIONÁVEL	7740
516	1	COMP	PREDNISONA 5 MG FRACIONAVEL	7741
517	1	COMP	PROMETAZINA CLORIDRATO 25 MG FRACIONAVEL	7745
518	1	AMPOLA	PROMETAZINA, CLORIDRATO, 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 2 ML	7746
519	1	COMP	PROPAFENONA, CLORIDRATO, 300 MG	7747
520	1	COMP	PROPATILNITRATO 10 MG	7748
521	1	COMP	PROPILOTIURACIL 100 MG	7749
522	1	COMP	PROPRANOLOL, CLORIDRATO, 40 MG	7751
523	1	FRASCO	PROTETOR SOLAR FPS 100 BIOPROTEÇÃO FRASCO COM 40 ML	7752
524	1	FRASCO	PROTETOR SOLAR FPS 30 FRASCO COM 120 ML	7753
525	1	COMP	PROVASTATINA 10 MG	7755
526	1	COMP	QUETIAPINA (HEMIFUMARATO) 100MG COMPRIMIDO	7757
527	1	COMP	RAMIPRIL + ANLODIPINO 5/5 MG	7759
528	1	COMP	RAMIPRIL 5 MG	7761
529	1	COMP	RAMIPRIL 5 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5MG COMPRIMIDO	7762
530	1	FRASCO	RANITIDINA, CLORIDRATO, 15 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 120 ML	7763
531	1	COMP	RANITIDINA, CLORIDRATO, 150 MG	7764
532	1	AMPOLA	RANITIDINA, CLORIDRATO, 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 2 ML	7765
533	1	FRASCO	RETINOL ACETATO ASSOCIADO COM COLECALCIFEROL 50.000 UI + 10.000 UI/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO COM 10 ML	7767
534	1	BISNAGA	RETINOL ASSOCIADO COM AMINOACIDOS + METIONINA + CLORANFENICOL, 10.000 UI + 25 MG + 5 MG + 5 MG/G, POMADA OFTÁLMICA BISNAGA 3,5 G	7768
535	1	AMPOLA	RIBOFLAVINA, FOSFATO SODICO 2 MG + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 10 MG + 500 MG DE ACIDO ASCORBICO + PANTOTENATO DE SODIO 5 MG + GLICOSE I 1 G AMPOLAS DE 10 ML IV	7770
536	1	COMP	RISPERIDONA 1 MG	7773
537	1	FRASCO	RISPERIDONA 1 MG/ML SOLU ORAL COM PIPETA DOSADORA 30 ML	7774
538	1	COMP	RISPERIDONA 2 MG	7775
539	1	COMP	RIVOROXABANA 20 MG	7778
540	1	COMP	ROSUVASTATINA CALCICA 10 MG	7779
541	1	COMP	ROSUVASTATINA CALCICA 5 MG	7780
542	1	COMP	ROSUVASTATINA CALCICA DE 20 MG	7781



543	1	CAIXA	SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO 100MG/ 5ML EV CAIXA COM 5 AMPOLAS DE 5 ML	7782
544	1	UNIDADE	SACCHAROMYCES BOULARDII 17 LIOFILIZADO 200 MG PÓ SACHE 1G	7784
545	1	UNIDADE	SAIS PARA REHIDRATAÇÃO ORAL, PÓ, COMPOSTO POR: CLORETO DE SÓDIO 3,5 G + GLICOSE 20 G + CITRATO DE SÓDIO 2,9 G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5 G PARA 1000 ML DE SOLUÇÃO PRONTA, SEGUNDO PADRÃO DA OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9 GRAMAS C/ SABOR	7785
546	1	FRASCO	SALBUTAMOL 0,4 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	7786
547	1	FRASCO	SALBUTAMOL 100 MCG/DOSE AEROSOL ORAL FRASCO COM 200 DOSES	7787
548	1	COMP	SALBUTAMOL 2 MG	7788
549	1	FRASCO	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 250 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	7790
550	1	FRASCO	SALMETEROL XINOFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 25 MCG + 250 MCG SPRAY ORAL FRASCO COM 120 DOSES	7792
551	1	FRASCO	SALMETEROL XINOFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 25MCG/125MCG SPRAY ORAL FRASCO COM 120 DOSES	7793
552	1	COMP	SAXAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA 2,5MG/1000MG	7929
553	1	COMP	SECNIDAZOL 1000 MG	7795
554	1	COMP	SERTRALINA CLORIDRATO 50 MG	7796
555	1	COMP	SIDELNAFILA, CITRATO 50 MG	7798
556	1	COMP	SIMETICONA 40 MG	7799
557	1	FRASCO	SIMETICONA 75 MG/ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS FRASCO DE 15 ML	7800
558	1	COMP	SINVASTATINA 20 MG	7802
559	1	COMP	SINVASTATINA 40 MG	7803
560	1	FRASCO	SOLUÇÃO HIDRATANTE OFTÁLMICA 10 ML	7805
561	1	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 100 ML SISTEMA FECHADO	7806
562	1	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 1000 ML SISTEMA FECHADO	7807
563	1	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 125 ML SISTEMA FECHADO	7808
564	1	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250 ML SISTEMA FECHADO	7809
565	1	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500 ML SISTEMA FECHADO	7810
566	1	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% + CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250ML SISTEMA FECHADO	7812
567	1	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% + CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500 ML SISTEMA FECHADO	7813
568	1	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% 250 ML SISTEMA FECHADO	7815
569	1	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% 500 ML SISTEMA FECHADO	7816
570	1	BISNAGA	SORBITOL 714MG/G + LAURILSULFATO DE SÓDIO 7,70 MG/G	7818
571	1	COMP	SOTALOL CLORIDRATO 120 MG	7819
572	1	BISNAGA	SULFADIAZINA DE PRATA 1% BISNAGA 50 GRAMAS	7823
573	1	COMP	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 400 MG + 80 MG	7825
574	1	COMP	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 800 MG + 160 MG	7826
575	1	FRASCO	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 40 MG + 80MG /ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50 ML	7827
576	1	FRASCO	SULFATO FERROSO 125MG/ML SOLUÇÃO ORAL GTS FRSC 30 ML	7829
577	1	FRASCO	SULFATO FERROSO 25 MG/ML DE FERRO II, SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 30 ML	7830
578	1	COMP	SULFATO FERROSO 40 MG DE FERRO II	7832
579	1	FRASCO	SULFATO FERROSO 5MG/ML XAROPE FRASCO DE 60 ML	7833
580	1	COMP	SULPIRIDA 50 MG	7834
581	1	AMPOLA	SUXAMETONIO CLORETO 100 MG AMPOLAS 2 ML	7835
582	1	COMP	TAMOXIFENO 20 MG	7836
583	1	AMPOLA	TENOXICAM PÓ 20MG INJETAVEL IM/IV	7840
584	1	AMPOLA	TENOXICAM PÓ 40MG INJETAVEL IM/IV	7930
585	1	COMP	TEOFILINA 200 MG	7842
586	1	COMP	TIAMINA 300 MG	7853
587	1	COMP	TIBOLONA 2,5 MG	7855
588	1	COMP	TICLOPIDINA 250 MG	7857
589	1	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 0,25 % FRASCO COM 5 ML	7858
590	1	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 0,5% OFTÁLMICO FRASCO DE 5 ML	7859
591	1	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 5% FRASCO COM 5 ML	7860
592	1	BISNAGA	TINIDAZOL, ASSOCIADO A MICONAZOL 3% + 2% CREME VAGINAL DE 45G + APLICADOR	7865
593	1	COMP	TIORIDAZINA , CLORIDRATO 100 MG	7866



594	1	COMP	TIORIDAZINA 50MG COMP	7868
595	1	FRASCO	TIORIDAZINA, CLORIDRATO 30MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO DE 50 ML	7869
596	1	FRASCO	TIOTRÓPIO BROMETO, 2,5 MCG/DOSE SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO COM INALADOR FRASCO 4 ML 60 DOSES	7870
597	1	COMP	TIZANIDINA 2 MG	7871
598	1	FRASCO	TOBRAMICINA 0,3% OFTALMICO FRASCO DE 5 ML	7872
599	1	CAPSULA	TOCOFEROL 400 MG (VITAMINA E)	7874
600	1	COMP	TRAMADOL 100 MG	7877
601	1	COMP	TRAMADOL 50 MG	7878
602	1	AMPOLA	TRAMADOL CLORIDRATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	7879
603	1	FRASCO	TRAVAPROSTA 0,04MG/ML OFTALMICO FRASCO DE 2,5 ML	7883
604	1	COMP	TRAZADONA 50 MG	7884
605	1	BISNAGA	TRIANCINOLONA, ACETONIDO 1MG/G BISN DE 10 G	7887
606	1	COMP	TROMETANOL DE CETOROLACO 10 MG	7890
607	1	FRASCO	VALPROATO DE SÓDIO 50 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	7891
608	1	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ACIDO VALPROICO 250 MG	7892
609	1	COMP	VALPROATO DE SODIO/ACIDO VAPROICO 500 MG	7894
610	1	COMP	VALPROATO DE SODIO/ACIDO VAPROICO CR 500 MG	7895
611	1	COMP	VALSARTANA +HIDROCLOROTIAZIDA+ANLODIPINO 160+ 25+ 5 MG	7898
612	1	COMP	VALSARTANA 160 MG	7900
613	1	CAPSULA	VARFARINA SÓDICA 5 MG	7909
614	1	COMP	VENLAFAXINA 75 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	7911
615	1	COMP	VERAPAMIL, CLORIDRATO – 80 MG	7931
616	1	COMP	VERAPAMIL, CLORIDRATO 240 MG	7915
617	1	COMP	VIDAGLIPTINA 50 MG	7916
618	1	FRASCO	VITAMINA C, ÁCIDO ASCÓRBICO 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	7917
619	1	FRASCO	VITAMINA C, ÁCIDO ASCÓRBICO 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 30 ML	7932
620	1	FRASCO	VITAMINA D, COLECALCIFEROL 3.300 UI/ML SOLUÇÃO ORAL - GOTAS, FRASCO 10 ML	7919
621	1	DRAGEAS	VITAMINA D3 25000 UI (FRASCO COM 1 CÁPSULA)	7920
622	1	COMP	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG, PP XAROPE FRASCO DE 100 ML	7924
623	1	COMP	ZOLPIDEM, HEMITARTARATO 6,25 MG	7933

1.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 de dezembro de 2015 à 31 de maio de 2016.

1.3. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

1.3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/1993.

1.4. A vigência para a execução dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

## 2. DAS ENTREGAS E EXECUÇÃO

2.1. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.1.1. A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade de cada Órgão Participante.

2.1.2. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

2.1.3. Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.1.4. O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

2.2. Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante, correrão por conta do Fornecedor.

2.2.1. - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

2.3. A proponente vencedora deverá apresentar no ato da entrega dos medicamentos Certificado de controle de qualidade do lote de cada

produto, emitido pelo laboratório produtor, constando CRF do Farmacêutico responsável.

2.4. A proponente vencedora deverá apresentar no ato da entrega dos medicamentos, o Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle por linha de produção/produto emitida pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, dentro do prazo de validade.

2.5. A data de validade dos medicamentos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos.

### 3. DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

3.1. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, as estimativas de consumo dos Órgãos Participantes estão quantificadas no ANEXO VI.

### 4. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

4.1. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões.

4.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)).

### 5. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

5.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

### 6. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

6.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões.

6.3. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

6.4. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente.

6.5. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, em tempo hábil para a apresentação das propostas.

6.6. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

A. Instrumento particular de mandato outorgando à empresa associada, por meio de seu operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações e Leilões (ANEXO VII);

B. Ficha técnica descritiva, ANEXO VIII, com todas as especificações do produto objeto da licitação em conformidade com o item do total estimado para consumo em todos os Órgãos Participantes, Sob nenhuma hipótese será admitida a substituição da ficha técnica adicionada, nem mesmo antes do início da disputa de lances.

6.7. A microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto consoante com o modelo do Anexo VIII, o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

### 7. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

7.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- A. Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- B. Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- C. Abrir as propostas de preços;
- D. Analisar a aceitabilidade das propostas;
- E. Desclassificar propostas indicando os motivos;
- F. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- G. Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- H. Declarar o vencedor;

- I. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- J. Elaborar a ata da sessão;
- K. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- L. Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

#### CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

7.2. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 6.6 "a", com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações e Leilões, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

7.3. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

7.4. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

7.5. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa de Licitações e Leilões.

7.6. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações e Leilões a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.7. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

#### PARTICIPAÇÃO

7.8. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

7.9. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3042-9909 e FAX 3091-9654, através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br).

#### ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.10. A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

7.11. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.12. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances;

7.15. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, na Forma Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

7.17. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão, na Forma Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando data e hora da reabertura da sessão.

7.18. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo que poderá ser de 01 (um) segundo

a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances.

#### FECHAMENTO RANDÔMICO

7.19. Face à imprevisão do tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

7.20. Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

7.21. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.22. POSTERIORMENTE, OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DEVERÃO SER ENCAMINHADOS EM ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DA DATA DO FINAL DA SESSÃO PÚBLICA VIRTUAL, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS COM VALORES INICIAIS, PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL -CVC

AV. SANTA CATARINA, Nº 1022, CENTRO, CORONEL FREITAS - SC (CEP 89.840-000).

Pregoeiro: Edir Antonio Bagio

Telefone/Fax: (49) 3347 -0819

SETOR DE COMPRAS/LICITAÇÕES

7.23. A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 7.22.

7.24. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido acarretará nas sanções previstas no item 17.7, deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

7.25. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

7.26. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

7.27. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

7.28. Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006, o Pregoeiro aplicará os critérios para o desempate em favor ME/EPP. Após o desempate, poderá o pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

#### 8. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

8.1. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. (MODELO DO ANEXO VIII) O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.2. No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as ESPECIFICAÇÕES, MARCAS, PREÇOS UNITARIO E TOTAIS DE TODOS OS ITENS ofertados, conforme a ficha técnica descritiva do produto. A não inserção de arquivos eletrônicos, bem como PROPOSTA ELETRÔNICA, PROPOSTA EM DESACORDO COM EDITAL ou informações contendo as especificações, marcas dos produtos nos campos solicitados, implicará na DESCLASSIFICAÇÃO IMEDIATA da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

8.2.1. Fica vetada a identificação da Empresa em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresas), carimbos, telefones e etc, o descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da Empresa.

8.3. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS APRESENTADAS QUE CONTENHAM ITENS SEM ESPECIFICAÇÃO DE MARCA OU COM MAIS DE UMA MARCA.

8.3.1. O OBJETO DEVERÁ ESTAR TOTALMENTE E ESTRITAMENTE DENTRO DAS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ITEM 1.1.

8.4. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

8.5. Na hipótese do licitante ser ME/EPP será necessário a informação desse regime fiscal no campo próprio da ficha técnica (ANEXO VIII) sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006.

8.6. As propostas deverão ser formuladas em formato texto (Word), planilha (Excel) e Adobe Reader 9.0, para Sistema Operacional Microsoft Windows XP – Office Premium 2000. As propostas cadastradas e que não puderem ser “abertas” pelo Sistema Operacional Microsoft Windows XP – Office Premium 2000 e posteriormente lidas e analisadas serão desclassificadas.

## 9. PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

9.1. Todas as Empresas devidamente habilitadas para o certame, deverão enviar ao Pregoeiro, a Proposta de Preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s) na fase inicial para todos os itens que cotou, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, no prazo estipulado no item 7.22, deste Edital.

### NA PROPOSTA ESCRITA, DEVERÁ CONTER:

A. Conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone, fax e e-mail;

B. Suas folhas devem estar datadas, assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

C. Conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;

D. O prazo de validade da proposta de preços que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;

E. Conter discriminados em moeda corrente nacional os preços dos itens limitados a 04 (quatro) casas decimais para os centavos;

F. Conter discriminado o prazo de validade da Ata conforme o preâmbulo do presente Edital;

G. Conter discriminado o prazo de entrega dos itens de até 10 (dez) dias do recebimento da Autorização de Fornecimento exclusivamente emitida pelo órgão gerenciador;

H. Especificação, marca/modelo completa do produto oferecido de acordo com as apresentadas na Proposta Eletrônica com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente e estritamente conforme descrito no item 1.1, deste Edital;

I. Valor unitário e valor total com a quantidade estimada;

J. Dados bancários, dados do representante legal e declaração de assinatura por certificação digital, conforme ANEXO II;

9.2. Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o MENOR PREÇO UNITÁRIO - POR ITEM.

9.3. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

## 10. GARANTIA

10.1. As Empresas vencedoras deverão prestar as garantias conforme particularidades e exigências de cada item, contados a partir da data de entrega dos mesmos.

## 11. DA HABILITAÇÃO

11.1. TODA A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO NO ITEM 7.23, CONTENDO A SEGUINTE INDICAÇÃO:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2015 - CVC  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015 - CVC  
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

11.2. Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

A. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Novo Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

B. Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, a fim de comprovar os poderes do outorgante.



C. Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO III).

Obs.: Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva, comprovando condição.

D. A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

Comprovação de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal,

<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>;

Declaração firmada pelo representante legal da empresa ou seu procurador, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, conforme modelo (ANEXO V).

Os documentos relacionados nos subitens anteriores, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no D.O. do dia 22/05/2007.

Esta Certidão terá validade até o prazo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício em que foi emitida para os casos em que a emissão tenha sido a partir de 1º de maio de 2013.

E. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

F. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

G. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

H. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

I. Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

J. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos da Lei federal nº 12.440/2011;

K. Cópia da Licença Sanitária Estadual ou Municipal, para a atividade desenvolvida pela empresa: produção, importação, armazenamento distribuição ou comercialização de medicamentos (Artigo 5º, da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998);

L. Cópia da Autorização de Funcionamento ou da respectiva publicação no Diário Oficial da União da empresa (Artigo 5º, da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998);

M. Cópia da Autorização Especial de Funcionamento ou da respectiva publicação no Diário Oficial da União da empresa, no caso de cotação de medicamentos sujeitos ao controle especial (Artigo 2º da Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde);

N. As distribuidoras de medicamentos deverão atender ao contido no artigo 23, parágrafos 7ª e 8ª, da Lei nº 9.782/99. Caso a renovação da Autorização de Funcionamento e/ou Autorização de Funcionamento Especial ainda não tenha sido publicada(s) pela ANVISA, serão aceitos cópia do protocolo de renovação, juntamente com o comprovante de pagamento da taxa de fiscalização prevista no anexo II da referida Lei e a cópia da Autorização do Funcionamento, publicada no D.O.U. do ano anterior;

O. Cópia do certificado de Registro do Produto ou de sua publicação no Diário Oficial da União (Artigo 5º da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998), devendo este ser identificado com o número do item a que se refere.

11.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, apresentada a documentação, eventual restrição poderá ser sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a lavratura da Ata, como condição para a assinatura da mesma, na forma da Lei Complementar nº 123/06 e 147/2014.

11.3.1. A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à assinar a Ata, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado ao Órgão Gerenciador convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

11.4. Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro.

- Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX);
- Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

11.5. Em todas as hipóteses referidas neste Edital, não serão aceitos documentos com prazo de validade vencido, bem como não serão



aceitos, em nenhuma hipótese, "protocolo" de documento necessário à habilitação.

11.5.1. Os documentos apresentados sem prazo de validade serão considerados válidos por 4 (quatro) meses após a sua expedição.

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

12.1. Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;
- d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais e trocas durante a garantia;
- e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "on line", disponibilizado pelo Consorcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC;
- g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

## 13. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

13.1. A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas as exigências deste Edital e independentemente se houver divergência no valor unitário com o valor total cotado nos itens.

## 14. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

14.1. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

14.1.1. Não será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada junto ao Departamento de Licitações do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC.

14.2. Caberá ao Pregoeiro decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a Impugnação interposta.

14.3. Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

## 15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

15.1. As obrigações decorrentes das aquisições do objeto, constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre o Órgão Gerenciador (Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC), os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será 01 de dezembro de 2015 à 31 de maio de 2016.

15.1.1. Serão formalizadas atas entre o Órgão Gerenciador/Órgão Participante(1) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão Participante(2) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão Participante(3) e Fornecedor, até o total de órgãos participantes.

15.2. O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado a firmar as Atas de Registro de Preços (Órgão Gerenciador e cada Órgão Participante conforme estimativa de consumo, previsto no item 3 deste Edital, Anexo VI) no prazo de 3 (três) dias úteis após a homologação, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração do Consórcio, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.

15.3. A ata de registro de preços, deverá ser assinada por certificação digital.

15.4. O licitante que, convocado para assinar as Atas de Registro de Preços, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

15.5. Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar as Atas de Registro de Preços de Fornecimento, no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

15.6. Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, os Órgãos Participantes poderão comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

15.7. A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes, a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

## 16. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

16.1. Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

## 17. DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

17.1. Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.1.1. Não será admitido que as Razões do Recurso sejam apresentadas por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada junto a Departamento de Licitações do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC.

17.1.2. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

17.2. Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), No ITEM sendo submetido este resultado ao Presidente do Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC para homologação.

17.3. O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Presidente do Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

17.4. Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Presidente do Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC para o procedimento de homologação com a devida adjudicação, do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

17.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo de 03 (três) dias, a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

17.6. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

17.6.1. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador, garantida a previa defesa, aplicar ao fornecedor em relação às contratações dos Órgãos Participantes as seguintes sanções:

A. advertência;

B. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

C. Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

D. Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

E. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

17.7. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, ao proponente que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, bem como aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida.

## 18. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993

18.1.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

18.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- I Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- II Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- III Convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

18.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- I Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:
  - a) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;
  - b) manter o valor de sua proposta classificada;
  - c) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;
- II Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

18.1.4. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## 19. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

19.1. O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- I. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- II. Não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV. Tiver presentes razões de interesse público;
- V. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- VI. For impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002;
- VII. Não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

19.2. O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

19.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I. Por razão de interesse público; ou
- II. A pedido do fornecedor.

## 20. DA DOTAÇÃO

20.1. As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante (município consorciado), referente o exercício de 2015 e seguintes.

20.1.1. O Órgão Participante (município consorciado) quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

## 21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

21.1.1. O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos materiais, objeto desta licitação,

acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.

21.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

21.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

## 22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços;

22.2. A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador (Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC) ou os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados) a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

22.3. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

22.3.1. Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

22.3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

22.3.3. As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Item 3, Anexo VI)

22.3.4. Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Item 3, Anexo VI) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

22.4. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

22.5. O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Departamento de compras do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, logo após sua homologação.

22.6. Detalhes não citados referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

22.7. O Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

22.8. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:30 hs. e das 13:30 às 17:00 hs, através dos telefones (49) 3347-0819, ou pessoalmente (Av Santa Catarina, 1022, Centro, Coronel Freitas - SC).

22.9. Não cabe à BLL - Bolsa de Licitações e Leilões qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

22.10. O Pregoeiro e Equipe de Apoio foram nomeados através da Resolução nº 006 de 07 de abril de 2015.

22.11. São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:

- A. ANEXO I – Modelo de Proposta de Preços;
- B. ANEXO II – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- C. ANEXO III – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- D. ANEXO IV – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- E. ANEXO V – Relação dos Órgãos (Gerenciador e Participantes);
- F. ANEXO VI – Estimativa de Consumo dos Órgãos Participantes;
- G. ANEXO VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- H. ANEXO VIII – Termo de Adesão Bolsa de Licitações e Leilões;
- I. ANEXO IX – Modelo de Proposta Eletrônica.

Coronel Freitas - SC, 29 de outubro de 2015.  
MAURI JOSÉ ZUCCO

Presidente.

#### ANEXO I

##### MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Apresentamos nossa proposta para aquisição do objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

##### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

##### 2 – PREÇO

Deverá ser cotado, preço unitário e total, com apenas duas casas decimais, por item.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

##### 3 – CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

##### VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

##### PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

De acordo com item 9.1 letra "f": de 01 de dezembro de 2015 à 31 de maio de 2016.

##### LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DE MERCADORIAS

De acordo com o especificado no Item 2.3, deste Edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

##### LOCAL E DATA

##### NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

##### 4 – OBJETO DA PROPOSTA:

ITEM	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
			CONTINUA....			

Local e Data.

Assinatura do representante  
e carimbo da empresa

#### ANEXO II

##### 1. DADOS BANCÁRIOS:

TITULAR DA CONTA CORRENTE:

CNPJ:

NOME E NÚMERO DO BANCO:

CIDADE:

Nº DA AGÊNCIA:

Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:

**2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**

NOME COMPLETO:

CARGO OU FUNÇÃO:

IDENTIDADE Nº :

CPF/MF Nº:

TELEFONE PARA CONTATO:

E-MAIL:

**3. DECLARAÇÃO DE ASSINATURA POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL**

Declaramos estar ciente que, o representante legal indicado neste documento, será o signatário da "Ata de Registro de Preços", o qual deverá assinar o documento eletrônico em formato "PDF", por certificação digital, através do e-CPF (CPF na versão eletrônica).

Local e Data.

Nome e Assinatura do Representante da Empresa

**ANEXO III****DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

(NOME SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº , sediada em (ENDEREÇO COMERCIAL) , através de seu proprietário/administrador (NOME COMPLETO) , (QUALIFICAÇÃO COMPLETA) , (ENDEREÇO COMPLETO) declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

OBS – Se for Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva.

Local e Data

Assinatura e carimbo Representante Legal da empresa

**ANEXO IV****DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

A empresa , inscrita no CNPJ sob o nº , por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurador , portador(a) da Carteira de Identidade nº , do CPF nº , DECLARA, sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, que em conformidade com o previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma (microempresa ou empresa de pequeno porte). Declara ainda que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, art. 3º da LC 123/06.

Local e Data

Assinatura e carimbo Representante da empresa



## ANEXO V

## 1 - RELAÇÃO DE ÓRGÃO GERENCIADOR:

ÓRGÃO GERENCIADOR	ENDEREÇO	CNPJ	PRESIDENTE
Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC	Av. Santa Catarina, nº 1022	14.688.861/0001-19	MAURI JOSE ZUCCO

## 2 - RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

ÓRGÃOS PARTICIPANTES	ENDEREÇO	CNPJ	RESPONSÁVEL
Município de Coronel Freitas	Av. Santa Catarina, 1022, Centro	83.021.824/0001-75	Mauri José Zucco
Município de Formosa do Sul	Rua Antonio Cella, 173, Centro	80.637.424/0001-09	Jorge Antônio Comunello
Município de Irati	Rua João Beux Sobrinho, 385, Centro	95.990.230/0001-51	Antônio Grando
Município de Quilombo	Rua Duque de Caxias, 165, Centro	83.021.865/0001-61	Neuri Brunetto

## ANEXO VI

## ESTIMATIVA DE CONSUMO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

1 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, pessoa jurídica de direito público Interno, CNPJ nº 83.021.824/0001-75, com sede na AV. SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, na cidade de CORONEL FREITAS -SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, MAURI JOSÉ ZUCCO:

Item/Quantidade: 1/1000,00; 2/1250,00; 3/2500,00; 4/500,00; 5/150000,00; 12/5000,00; 13/50,00; 18/2500,00; 19/2500,00; 20/750,00; 23/8000,00; 24/1500,00; 25/5000,00; 28/750,00; 29/750,00; 33/7500,00; 34/250,00; 35/6000,00; 39/42500,00; 40/5000,00; 41/10000,00; 42/1500,00; 43/3000,00; 45/3000,00; 46/10000,00; 47/2500,00; 48/2500,00; 49/750,00; 51/2500,00; 53/25000,00; 61/2500,00; 62/37500,00; 63/37500,00; 69/10000,00; 70/2300,00; 71/500,00; 75/50,00; 76/500,00; 78/250,00; 79/1000,00; 80/1000,00; 83/2000,00; 85/15000,00; 86/500,00; 87/1000,00; 88/1000,00; 90/100,00; 95/15000,00; 99/6000,00; 102/850,00; 104/1000,00; 105/125000,00; 106/100000,00; 107/150,00; 108/17500,00; 111/1250,00; 112/2000,00; 114/50000,00; 115/4200,00; 117/7500,00; 118/7500,00; 119/2500,00; 120/7500,00; 124/10000,00; 125/1250,00; 131/5000,00; 137/10000,00; 138/10000,00; 141/250,00; 145/7000,00; 146/25000,00; 147/2000,00; 149/3500,00; 153/10000,00; 154/2000,00; 155/4000,00; 156/100,00; 159/250,00; 161/200,00; 162/10,00; 163/7500,00; 164/2500,00; 167/5000,00; 168/25,00; 172/500,00; 173/500,00; 174/125,00; 175/400,00; 176/25,00; 177/25,00; 178/10,00; 181/1200,00; 182/500,00; 184/5000,00; 185/7500,00; 186/1000,00; 187/6000,00; 188/10000,00; 190/15,00; 192/15000,00; 193/1500,00; 194/40000,00; 197/750,00; 200/7500,00; 206/2500,00; 208/250,00; 209/1500,00; 210/12500,00; 214/10000,00; 215/350,00; 216/1000,00; 221/100,00; 222/5000,00; 224/40000,00; 225/10000,00; 226/500,00; 227/1000,00; 228/1000,00; 233/60000,00; 234/50000,00; 235/10000,00; 239/2500,00; 240/8500,00; 241/250,00; 242/10000,00; 243/1000,00; 244/1500,00; 245/1000,00; 247/15000,00; 248/4000,00; 251/1500,00; 252/100,00; 254/40,00; 256/175,00; 257/100,00; 258/4000,00; 260/1000,00; 264/2500,00; 272/1500,00; 273/1000,00; 274/10000,00; 276/15000,00; 278/20,00; 280/1500,00; 282/1000,00; 283/10,00; 287/10000,00; 289/2500,00; 292/10000,00; 294/5000,00; 295/50000,00; 303/150,00; 304/50000,00; 308/3000,00; 312/50000,00; 313/1000,00; 321/4000,00; 323/50,00; 325/15,00; 326/175000,00; 327/125000,00; 329/125,00; 333/750,00; 334/1500,00; 341/30000,00; 342/1000,00; 343/15000,00; 344/15000,00; 347/40,00; 348/50,00; 349/25,00; 351/1000,00; 352/500,00; 353/300,00; 357/1250,00; 358/500,00; 365/3000,00; 366/1500,00; 367/1500,00; 368/2500,00; 370/4000,00; 374/125,00; 375/7500,00; 377/12500,00; 379/12500,00; 380/12500,00; 387/5,00; 393/500,00; 394/1500,00; 395/4000,00; 396/100000,00; 397/100000,00; 400/250,00; 401/2500,00; 402/750,00; 403/50,00; 405/25000,00; 407/40000,00; 408/50000,00; 415/15000,00; 416/25000,00; 421/5000,00; 422/1500,00; 423/750,00; 426/3000,00; 427/2250,00; 428/5000,00; 429/2250,00; 431/750,00; 432/4000,00; 433/3000,00; 435/1500,00; 439/1500,00; 445/5000,00; 446/750,00; 447/25,00; 451/3000,00; 453/850,00; 454/2500,00; 455/850,00; 456/12500,00; 457/12500,00; 459/50000,00; 460/250,00; 461/10000,00; 463/500,00; 464/1000,00; 468/500,00; 470/45,00; 471/1000,00; 472/15000,00; 475/1500,00; 480/120000,00; 481/1000,00; 482/1250,00; 483/125,00; 484/1250,00; 486/4000,00; 487/75000,00; 488/20000,00; 489/10000,00; 491/50000,00; 495/500,00; 496/1250,00; 497/1250,00; 498/1250,00; 504/10000,00; 510/50,00; 512/2500,00; 514/2000,00; 515/7500,00; 516/7500,00; 517/2000,00; 520/17500,00; 521/500,00; 522/40000,00; 527/2500,00; 528/100,00; 530/1000,00; 531/10000,00; 536/5000,00; 537/10,00; 538/5000,00; 545/2000,00; 546/1000,00; 547/700,00; 549/50,00; 550/50,00; 551/50,00; 553/2500,00; 554/50000,00; 556/2500,00; 557/2500,00; 558/100000,00; 559/75000,00; 561/1500,00; 564/1500,00; 567/250,00; 572/500,00; 573/5500,00; 575/1000,00; 578/5000,00; 579/1500,00; 580/1500,00; 587/2500,00; 591/50,00; 592/500,00; 593/3000,00; 596/25,00; 598/50,00; 603/50,00; 604/1000,00; 607/200,00; 608/2500,00; 609/5000,00; 611/1500,00; 613/4000,00; 614/15000,00; 615/4000,00; 616/50,00; 617/1000,00; 618/100,00; 619/1000,00; 621/400,00

2 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 80.637.424/0001-09, com sede na RUA ANTONIO CELLA, 173 - CENTRO, na cidade de FORMOSA DO SUL-SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, JORGE ANTÔNIO COMUNELLO:

Item/Quantidade: 1/150,00; 2/150,00; 3/1000,00; 4/100,00; 5/30000,00; 6/20000,00; 12/10000,00; 15/500,00; 18/1000,00; 19/5000,00; 20/300,00; 23/2000,00; 24/8000,00; 27/4000,00; 28/100,00; 29/100,00; 31/15000,00; 33/1000,00; 34/100,00; 35/10000,00; 36/100,00; 39/35000,00; 41/15000,00; 43/1500,00; 44/500,00; 45/500,00; 46/5000,00; 47/5000,00; 48/2500,00; 51/8000,00; 53/30000,00;

61/2000,00; 62/10000,00; 63/35000,00; 68/100,00; 69/3000,00; 71/200,00; 76/400,00; 78/200,00; 79/200,00; 81/4000,00; 82/4000,00; 83/350,00; 85/10000,00; 88/3000,00; 95/8000,00; 96/500,00; 98/70,00; 99/2000,00; 101/150,00; 105/8000,00; 108/15000,00; 110/2000,00; 111/200,00; 112/200,00; 114/35000,00; 115/15000,00; 116/30,00; 117/15000,00; 118/5000,00; 120/25000,00; 121/3000,00; 122/300,00; 123/1000,00; 124/15000,00; 126/50,00; 127/50,00; 129/100,00; 130/200,00; 131/300,00; 132/6000,00; 133/200,00; 135/200,00; 136/150,00; 138/15000,00; 143/100,00; 145/15000,00; 146/20000,00; 148/2000,00; 152/3000,00; 154/600,00; 155/10000,00; 157/100,00; 158/100,00; 159/150,00; 161/150,00; 163/2000,00; 164/1000,00; 165/100,00; 166/8000,00; 167/8000,00; 169/60,00; 170/30000,00; 172/200,00; 177/150,00; 179/3000,00; 180/200,00; 181/3000,00; 182/150,00; 183/600,00; 184/400,00; 185/7000,00; 187/3000,00; 189/100,00; 192/15000,00; 193/300,00; 196/1500,00; 200/15000,00; 205/200,00; 206/300,00; 207/150,00; 208/150,00; 209/5000,00; 211/3000,00; 212/6000,00; 213/15000,00; 214/9000,00; 215/400,00; 216/700,00; 223/100,00; 224/15000,00; 225/6000,00; 226/1500,00; 227/500,00; 228/500,00; 230/500,00; 233/8000,00; 234/35000,00; 236/100,00; 237/2000,00; 239/2000,00; 240/6000,00; 241/100,00; 242/20000,00; 243/500,00; 244/500,00; 245/300,00; 247/20000,00; 257/150,00; 258/2500,00; 261/1000,00; 263/4000,00; 264/2000,00; 265/150,00; 266/1000,00; 268/6000,00; 271/5000,00; 273/400,00; 274/5000,00; 275/100,00; 276/15000,00; 277/100,00; 279/60,00; 280/12000,00; 282/400,00; 284/400,00; 285/8000,00; 287/5000,00; 288/100,00; 289/3000,00; 292/15000,00; 295/30000,00; 303/150,00; 304/15000,00; 310/100,00; 311/100,00; 312/5000,00; 313/3000,00; 317/100,00; 318/100,00; 321/6000,00; 322/100,00; 323/100,00; 324/100,00; 326/8000,00; 327/20000,00; 328/150,00; 329/200,00; 330/100,00; 331/1500,00; 332/2000,00; 342/1500,00; 343/15000,00; 344/8000,00; 345/5000,00; 351/500,00; 353/500,00; 354/6000,00; 356/3000,00; 357/1000,00; 360/2000,00; 365/2000,00; 366/5000,00; 369/600,00; 370/1500,00; 371/1000,00; 372/1000,00; 373/50,00; 375/1200,00; 376/240,00; 377/6000,00; 379/8000,00; 380/7000,00; 385/100,00; 386/30,00; 387/500,00; 394/150,00; 395/5000,00; 397/8000,00; 401/3000,00; 402/400,00; 403/100,00; 405/3000,00; 407/8000,00; 408/8000,00; 416/10000,00; 421/10000,00; 422/200,00; 423/600,00; 424/5000,00; 425/20,00; 428/7000,00; 431/300,00; 432/3000,00; 434/100,00; 435/100,00; 438/100,00; 439/2000,00; 440/1000,00; 443/100,00; 447/700,00; 448/75,00; 451/1500,00; 458/15000,00; 459/60000,00; 460/2500,00; 461/10000,00; 463/150,00; 464/1500,00; 465/150,00; 466/500,00; 468/2000,00; 469/100,00; 470/100,00; 471/200,00; 472/7000,00; 473/5000,00; 474/3000,00; 475/250,00; 480/80000,00; 482/3000,00; 485/1000,00; 486/1500,00; 487/25000,00; 488/20000,00; 489/10000,00; 490/20000,00; 491/8000,00; 492/2000,00; 493/35,00; 499/100,00; 502/1500,00; 504/8000,00; 509/150,00; 510/100,00; 512/250,00; 515/6000,00; 516/5000,00; 517/2000,00; 518/200,00; 520/10000,00; 521/2000,00; 522/8000,00; 526/2000,00; 531/12000,00; 532/240,00; 533/100,00; 534/50,00; 538/2000,00; 544/4000,00; 545/3000,00; 546/100,00; 547/130,00; 554/35000,00; 556/5000,00; 557/400,00; 558/8000,00; 563/2000,00; 564/2000,00; 565/1000,00; 566/1000,00; 567/500,00; 568/200,00; 572/200,00; 573/2000,00; 574/2000,00; 575/1000,00; 577/50,00; 578/6000,00; 581/100,00; 586/3000,00; 589/50,00; 594/3000,00; 595/30,00; 600/4000,00; 602/300,00; 605/400,00; 607/30,00; 609/8000,00; 612/5000,00; 613/5000,00; 614/6000,00; 620/100,00; 622/4000,00

3 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE IRATI, pessoa jurídica de direito público Interno, CNPJ nº 95.990.230/0001-51, com sede na RUA JOÃO BEUX SOBRINHO,385 - CENTRO, na cidade de IRATI-SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, Sr. ANTÔNIO GRANDO:

Item/Quantidade: 1/200,00; 2/200,00; 5/10000,00; 6/500,00; 9/1000,00; 12/1000,00; 16/600,00; 18/30,00; 19/200,00; 20/150,00; 23/1000,00; 25/600,00; 30/350,00; 33/3000,00; 34/10,00; 35/3000,00; 37/600,00; 39/5000,00; 41/5000,00; 42/200,00; 43/100,00; 51/1000,00; 53/3000,00; 64/1000,00; 65/1000,00; 66/400,00; 67/500,00; 69/400,00; 71/50,00; 72/1000,00; 80/30,00; 81/200,00; 83/100,00; 84/30,00; 85/3000,00; 95/1000,00; 103/300,00; 107/300,00; 108/15000,00; 109/600,00; 113/400,00; 115/3000,00; 118/4000,00; 120/4000,00; 123/100,00; 124/3000,00; 128/2000,00; 130/30,00; 132/3000,00; 136/20,00; 137/2000,00; 139/2000,00; 140/600,00; 142/1000,00; 144/30,00; 145/2000,00; 146/1000,00; 151/600,00; 153/5000,00; 154/150,00; 155/2000,00; 156/50,00; 163/2500,00; 170/1000,00; 173/50,00; 181/200,00; 182/200,00; 184/150,00; 185/2000,00; 187/10000,00; 189/10,00; 193/300,00; 194/25000,00; 196/300,00; 197/300,00; 200/3000,00; 202/2000,00; 203/2000,00; 207/200,00; 214/3000,00; 215/150,00; 216/300,00; 218/2000,00; 219/600,00; 220/600,00; 224/5000,00; 225/3000,00; 227/150,00; 228/150,00; 230/500,00; 236/10,00; 241/50,00; 242/5000,00; 243/200,00; 244/300,00; 247/2500,00; 249/300,00; 258/2000,00; 263/2000,00; 264/2000,00; 271/1000,00; 272/200,00; 274/2000,00; 276/10000,00; 281/500,00; 282/30,00; 287/1500,00; 289/300,00; 292/1000,00; 293/30,00; 295/15000,00; 296/50,00; 301/600,00; 303/50,00; 304/6000,00; 305/1000,00; 306/600,00; 315/600,00; 316/1000,00; 319/500,00; 320/50,00; 321/2500,00; 322/6,00; 329/20,00; 331/150,00; 342/100,00; 343/3000,00; 344/2000,00; 351/20,00; 352/2000,00; 354/1000,00; 355/300,00; 356/400,00; 359/500,00; 360/500,00; 364/500,00; 371/1000,00; 377/3000,00; 378/3000,00; 379/500,00; 380/2000,00; 381/2000,00; 382/1000,00; 383/1000,00; 392/500,00; 395/2000,00; 401/300,00; 402/50,00; 403/20,00; 404/20,00; 405/2000,00; 409/500,00; 416/1500,00; 421/2000,00; 422/200,00; 423/200,00; 427/2000,00; 430/300,00; 433/1000,00; 439/300,00; 444/100,00; 448/50,00; 451/300,00; 456/1000,00; 457/1000,00; 459/15000,00; 460/400,00; 462/50,00; 470/30,00; 475/50,00; 477/180,00; 480/10000,00; 485/1000,00; 486/400,00; 488/20000,00; 489/3000,00; 490/2000,00; 491/7000,00; 492/1000,00; 500/500,00; 507/180,00; 511/1200,00; 513/2000,00; 515/3000,00; 516/3000,00; 518/20,00; 520/2000,00; 524/30,00; 525/180,00; 529/360,00; 536/2000,00; 538/1000,00; 539/360,00; 540/180,00; 545/100,00; 546/100,00; 548/1000,00; 554/7000,00; 558/3000,00; 559/8000,00; 561/150,00; 562/50,00; 564/200,00; 565/200,00; 567/10,00; 569/10,00; 570/100,00; 574/2000,00; 575/200,00; 576/100,00; 578/3000,00; 582/180,00; 585/1500,00; 588/300,00; 590/10,00; 593/2000,00; 601/1000,00; 604/600,00; 607/125,00; 609/2000,00; 610/2000,00; 612/500,00; 614/300,00

4 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE QUILOMBO , pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.865/0001-61, com sede na RUA DUQUE DE CAXIAS,165 - CENTRO, na cidade de QUILOMBO -SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, NEURI BRUNETTO:

Item/Quantidade: 7/4000,00; 8/800,00; 9/1000,00; 10/5000,00; 11/1400,00; 13/100,00; 14/1000,00; 17/200,00; 21/20,00; 22/100,00; 26/2000,00; 32/600,00; 38/5000,00; 50/1000,00; 52/1000,00; 54/1000,00; 55/1000,00; 56/1500,00; 57/1000,00; 58/600,00; 59/600,00; 60/600,00; 67/2000,00; 73/40,00; 74/30,00; 77/50,00; 78/100,00; 89/1000,00; 91/30,00; 92/30,00; 93/30,00; 94/30,00; 97/20,00; 100/300,00; 102/10,00; 116/30,00; 134/300,00; 149/500,00; 150/500,00; 159/200,00; 160/300,00; 161/200,00; 162/50,00; 171/2000,00; 172/300,00; 190/100,00; 191/1500,00; 195/60,00; 198/12,00; 199/100,00; 201/1500,00; 204/1000,00; 207/200,00; 211/1000,00; 212/3000,00; 217/400,00; 220/1000,00; 229/504,00; 231/500,00; 232/3000,00; 238/100,00; 246/1000,00; 250/100,00; 253/120,00; 255/50,00; 259/250,00; 262/2000,00; 267/600,00; 268/1000,00; 269/1000,00; 270/600,00; 286/100,00; 290/10,00; 291/10,00; 297/1500,00; 298/200,00; 299/500,00; 300/12,00; 301/12,00; 302/200,00; 307/10,00; 309/200,00; 314/200,00; 316/2500,00; 335/1000,00; 336/100,00; 337/100,00; 338/100,00; 339/2000,00; 340/100,00; 346/36,00; 350/10,00; 361/2000,00; 362/500,00; 363/600,00; 384/10,00; 385/50,00; 386/300,00; 387/150,00; 388/500,00; 389/600,00; 390/600,00; 391/800,00; 398/1000,00; 399/2000,00; 406/600,00;

410/2520,00; 411/2800,00; 412/952,00; 413/952,00; 414/2520,00; 417/2000,00; 418/600,00; 419/1000,00; 420/1000,00; 436/100,00; 437/600,00; 439/5000,00; 441/500,00; 442/100,00; 443/100,00; 445/5000,00; 447/400,00; 449/500,00; 450/5000,00; 452/10,00; 467/20,00; 471/100,00; 476/600,00; 478/15,00; 479/1000,00; 493/100,00; 494/600,00; 499/100,00; 501/500,00; 503/500,00; 505/600,00; 506/200,00; 507/5000,00; 508/400,00; 512/50,00; 513/2000,00; 514/50,00; 519/5000,00; 523/20,00; 534/70,00; 535/400,00; 537/50,00; 540/3000,00; 541/1000,00; 542/600,00; 543/100,00; 552/1000,00; 555/200,00; 560/20,00; 571/1000,00; 580/10000,00; 583/300,00; 584/300,00; 597/5000,00; 599/600,00; 606/1000,00; 617/600,00; 623/1000,00

5 - Total estimado para consumo de todos os Órgãos Participantes:

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	CÓDIGO Interno CVC
1	1350	FRASCO	ACEBROFILINA 10MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO DE 120 ML	7003
2	1600	FRASCO	ACEBROFILINA 5MG/ML XAROPE INFANTIL FRASCO COM 120 ML	7004
3	3500	COMP	ACICLOVIR 200 MG FRACIONÁVEL	7007
4	600	BISNAGA	ACICLOVIR 50MG/G CREME BISNAGA 10 GR	7008
5	190000	COMP	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG	7009
6	20500	COMP	ACIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG TAMPONADO	7010
7	4000	COMP	ACIDO ACETILSALICILICO 200 MG TAMPONADO	7011
8	800	COMP	ACIDO ACETILSALICILICO 300 MG TAMPONADO	7012
9	2000	COMP	ACIDO ACETILSALICILICO 325 MG TAMPONADO	7013
10	5000	COMP	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 500 MG	7014
11	1400	COMP	ACIDO ACETILSALICILICO 81 MG TAMPONADO	7015
12	16000	COMP	ÁCIDO FÓLICO 5 MG	7017
13	150	FRASCO	ACIDO GAMA AMINOBUTIRICO 200MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO DE 100 ML	7018
14	1000	COMP	ACIDO GAMA AMINOBUTIRICO 250 MG	7019
15	500	COMP	ACIDO MEFENÂMICO 500 MG	7021
16	600	COMP	ÁCIDO URSODESOXICÓLICO 150MG CP	7023
17	200	FRASCO	ACIDO VALPROICO 250MG/5ML FRASCO 100 ML	7925
18	3530	AMPOLA	AGUA BIDESTILADA PARA INJEÇÃO DE 5 ML	7026
19	7700	COMP	ALBENDAZOL 400 MG COMP MASTIGAVEL	7027
20	1200	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 10 ML	7028
21	20	FRASCO	ALCAFTADINA 0,25 % FRASCO DE 3 ML	7029
22	100	COMP	ALENDRONATO SÓDICO 10 MG CARTELAS COM 4 COMP	7030
23	11000	COMP	ALENDRONATO SÓDICO 70 MG CARTELAS COM 4 COMP	7031
24	9500	COMP	ALOPURINOL 100 MG	7033
25	5600	COMP	ALOPURINOL 300 MG	7034
26	2000	COMP	ALPRAZOLAM 0,25 MG	7035
27	4000	COMP	AMANTADINA 100 MG	7040
28	850	FRASCO	AMBROXOL, CLORIDRATO 15MG/5ML FRASCO DE 120 ML	7041
29	850	FRASCO	AMBROXOL, CLORIDRATO 30MG/5ML FRASCO DE 120 ML	7042
30	350	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM CLORTALIDONA, 5 MG + 25 MG	7043
31	15000	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA, 5MG + 50MG	7045
32	600	COMP	AMINAFTONA 75 MG	7046
33	11500	COMP	AMINOFILINA 100 MG	7047
34	360	AMPOLA	AMINOFILINA 24MG/ML AMPOLAS DE 10 ML	7048
35	19000	COMP	AMIODARONA 200 MG	7050
36	100	AMPOLA	AMIODARONA 50MG/ML AMPOLAS COM 3 ML	7051
37	600	COMP	AMISULPRIDA 50 MG	7052
38	5000	COMP	AMITRIPTILINA 10 MG	7053
39	82500	COMP	AMITRIPTILINA 25 MG	7054
40	5000	COMP	AMITRIPTILINA 75 MG	7055
41	30000	CAPSULA	AMOXICILINA 500 MG	7057
42	1700	FRASCO	AMOXICILINA 50MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FR 150 ML	7058
43	4600	FRASCO	AMOXICILINA 50MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FR 60 ML	7059
44	500	FRASCO	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO 80 MG + 11,5 MG PÓ PARA SUSPENÇÃO ORAL FRASCO COM 75 ML	7060
45	3500	FRASCO	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 50 MG + 12,5 MG/ML SUSPENSÃO FRASCO 100 ML	7061
46	15000	COMP	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 500+125 MG	7062
47	7500	COMP	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 875 MG + 125 MG	7063

48	5000	CAPSULA	AMPICILINA 500 MG	7064
49	750	FRASCO	AMPICILINA SUSPENSÃO 50 MG/ML, FRASCO 150 ML	7065
50	1000	COMP	ANLODIPINO BESILATO, ASSOICIADO À BENAZEPRILA CLORIDRATO, 5 MG + 10 MG	7067
51	11500	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 10 MG	7068
52	1000	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 10 MG + RAMIPRIL 10 MG	7069
53	58000	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG	7071
54	1000	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG + ATENOLOL 25 MG	7072
55	1000	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG + ATENOLOL 50 MG	7073
56	1500	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG + RAMIPRIL 10 MG	7074
57	1000	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5MG + LOSARTANA POTASSICA 50 MG	7076
58	600	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5MG + MALEATO DE ENALAPRIL 20 MG	7077
59	600	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5MG + RAMIPRIL 5 MG	7078
60	600	COMP	ANLODIPINO, BESILATO ASSOCIADO A BENAZEPRILA CLORIDRATO 2,5MG+10MG	7079
61	4500	COMP	ATENOLOL 100 MG	7080
62	47500	COMP	ATENOLOL 25 MG	7081
63	72500	COMP	ATENOLOL 50 MG	7082
64	1000	COMP	ATENSINA 0,100 MG	7085
65	1000	COMP	ATENSINA 0,150 MG	7086
66	400	COMP	ATENSINA 0,200 MG	7087
67	2500	COMP	ATORVASTATINA CÁLCICA 10 MG	7088
68	100	AMPOLA	ATROPINA, SULFATO 0,5MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7089
69	13400	COMP	AZITROMICINA 500 MG	7091
70	2300	FRASCO	AZITROMICINA PÓ PARA SUSPENSÃO + DILUENTE ORAL FRASCO 600 MG	7092
71	750	FRASCO	AZITROMICINA PÓ PARA SUSPENSÃO + DILUENTE ORAL FRASCO 900 MG	7093
72	1000	COMP	BACLOFENO 10 MG	7094
73	40	FRASCO	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY ORAL, 250 MCG/DOSE SPRAY ORAL FR 200 DOSES	7095
74	30	FRASCO	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 400 MCG COM 60 CAPSULAS	7097
75	50	FRASCO	BENZIDAMINA, CLORIDRATO 500 MG PÓ PARA PREPARAÇÃO EXTEMPORANEA	7099
76	900	FR + AMP	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI	7101
77	50	AMPOLA	BENZILPENICILINA BENZATINA 400000 UI PÓ PARA SUSPENÇÃO INJ	7102
78	550	AMPOLA	BENZILPENICILINA, BENZATINA 600000 UI AMPOLAS	7103
79	1200	FRASCO	BENZOILMETRONIDAZOL 40 MG/ML SUSPENSAO ORAL FR 100 ML	7105
80	1030	BISNAGA	BENZOILMETRONIDAZOL, ASSOCIADO À NISTATINA E CLORETO DE BENZALCÔNIO, 62,5 MG + 25.000 UI + 1,25 MG/G, CREME VAGINAL, COM APLICADOR (S) BISNAGA 40 GRAMAS	7106
81	4200	COMP	BETAISTINA, DICLORIDRATO 16 MG	7107
82	4000	COMP	BETAISTINA, DICLORIDRATO 24 MG	7108
83	2450	AMPOLA	BETAMETASONA 5 MG DIPROPIONATO + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG AMP 1 ML + SERINGA	7109
84	30	BISNAGA	BETAMETASONA, DIPROPIONATO, ASSOCIADA A CETOCONAZOL E NEOMICINA 0,5 MG + 20 MG + 2,5 MG/G CREME BISNAGA 30 GRAMAS	7110
85	28000	COMP	BIPERIDENO 2 MG	7116
86	500	COMP	BISACODIL 5 MG	7117
87	1000	COMP	BISOPROLOL , FUMARATO 5 MG	7119
88	4000	COMP	BISOPROLOL, FUMARATO 10 MG	7122
89	1000	COMP	BISOPROLOL, FUMARATO 5 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG	7123
90	100	FRASCO	BORATO DE 8-HIDROXIQUINOLINA + TRIETANOLAMINA - SOLUÇÃO OTOLÓGICA (CERUMIN ®)	7001
91	30	FRASCO	BRIMONIDINA 1 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	7124
92	30	FRASCO	BRIMONIDINA, TARTARATO 2 MG/ML COLÍRO FRASCO 5 ML	7126
93	30	FRASCO	BRINZOLAMIDA 10 MG/ML SUSPENÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	7127
94	30	FRASCO	BRINZOLAMIDA, ASSOCIADA COM TIMOLOL MALEATO, 10 MG + 5 MG/ML, SUSPENSÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	7128
95	24000	COMP	BROMAZEPAM 3 MG	7129
96	500	FRASCO	BROMOPRIDA 4 MG/ML FRASCO 20 ML	7132
97	20	FRASCO	BUDESONIDA 400 MCG PO PARA INALAÇÃO COM 60 CAP	7135
98	70	FRASCO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL, 32 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	7137
99	8000	COMP	BUPROPIONA, CLORIDRATO, 150 MG COMPRIMIDO	7139
100	300	COMP	BUSPIRONA 5 MG	7140

101	150	UNIDADE	CALAMINA, ASSOCIADA COM DIFENIDRAMINA, CANFORA E GLICEROL 80 MG + 10 MG + 1 MG + 0,02 MG/ML LOÇÃO FRASCO 100 ML	7142
102	860	CAIXA	CALCIO + VITAMINA D TABLETES CAIXA COM 60 TABLETES	7144
103	300	COMP	CÁLCIO CITRATO MALATO 250 MG + VITAMINA D3 2,5 MCG	7145
104	1000	COMP	CAPTOPRIL 12,5 MG	7150
105	133000	COMP	CAPTOPRIL 25 MG	7151
106	100000	COMP	CAPTOPRIL 50 MG	7152
107	450	FRASCO	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML	7153
108	47500	COMP	CARBAMAZEPINA 200 MG	7154
109	600	COMP	CARBAMAZEPINA CR 200 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	7156
110	2000	COMP	CARBAMAZEPINA CR 400 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	7158
111	1450	FRASCO	CARBOCISTEÍNA 20 MG/ML XAROPE INFANTIL FRASCO 100 ML	7160
112	2200	FRASCO	CARBOCISTEÍNA 50 MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO 100 ML	7161
113	400	COMP	CARBONATO DE CÁLCIO 600 MG ASSOCIADO COM VITAMINA D3 200 UI	7164
114	85000	COMP	CARBONATO DE CÁLCIO 600 MG ASSOCIADO COM VITAMINA D3 400 UI	7165
115	22200	COMP	CARBONATO DE LITIO 300 MG	7166
116	60	FRASCO	CARMELOSE SODICA 5MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA - FRASCO COM 15 ML	7169
117	22500	COMP	CARVEDILOL 12,5 MG	7170
118	16500	COMP	CARVEDILOL 25 MG	7171
119	2500	COMP	CARVEDILOL 3,125 MG, CARTELA	7172
120	36500	COMP	CARVEDILOL 6,25 MG CARTELA	7173
121	3000	COMP	CEFACLOR 500 MG	7174
122	300	COMP	CEFACLOR BD 375MG/5ML FRASCO DE 80 ML	7175
123	1100	FRASCO	CEFALEXINA 50 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO 60 ML	7176
124	28000	COMP	CEFALEXINA 500MG BLISTER COM 8 CAPS	7177
125	1250	FRASCO	CEFALEXINA MONOIDRATADA 250MG/5ML FRASCO COM 100 ML	7178
126	50	AMPOLA	CEFTRIAXONA SÓDICA 1 G INTRAMUSCULAR, FRASCO AMPOLA + DILUENTE	7181
127	50	AMPOLA	CEFTRIAXONA SÓDICA 500 MG INTRAMUSCULAR + DILUENTE	7182
128	2000	COMP	CELECOXIBE 200 MG	7183
129	100	FRASCO	CETOCONAZOL 2% SHAMPOO FRASCO 100 ML	7184
130	230	BISNAGA	CETOCONAZOL 20 MG/G TUBO COM 30 GRAMAS	7185
131	5300	COMP	CETOCONAZOL 200 MG	7186
132	9000	COMP	CETOPROFENO 100 MG	7187
133	200	AMPOLA	CETOPROFENO 100 MG, PÓ LIOFILO PARA INJETÁVEL ENDOVENOSO	7188
134	300	COMP	CETOPROFENO 50 MG	7190
135	200	AMPOLA	CETOPROFENO 50 MG/ML IM AMPOLAS DE 2 ML	7191
136	170	CAIXA	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM DEXAMETASONA, PIRIDOXINA E TIAMINA 5 MG + 4 MG + 100 MG + 100 MG, INJETAVEL AMPOLA I DE VITAMINAS E AMPOLA II COM DEXAMETASONA CONJUNTO COM DUAS AMPOLAS, CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS	7194
137	12000	COMP	CICLOBENZAPRINA CLORIDARATO 10 MG	7196
138	25000	COMP	CICLOBENZAPRINA CLORIDRATO 5 MG	7197
139	2000	COMP	CILOSTAZOL 100 MG	7199
140	600	COMP	CINARIZINA 75 MG	7204
141	250	FRASCO	CIPROEPTADINA 4MG + CLORIDRATO DE TIAMINA 0,6MG + RIBOFLAVINA 0,75MG + CLORIDRATO DE PIRODOXINA 0,67MG + NICOTINAMIDA 6,67MG + ÁCIDO ASCÓRBICO 21,67MG LIQ FRSC 240 ML	7205
142	1000	COMP	CIPROFIBRATO 100 MG	7207
143	100	FRASCO	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO ASSOCIADO A HIDROCORTISONA 2MG + 10 MG/ML SUSPENÇÃO OTOLÓGICA FRASCO DE 5 ML	7208
144	30	FRASCO	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO ASSOCIADO COM DEXAMETASONA 3,5 MG + 1 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	7209
145	24000	COMP	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO, 500 MG	7211
146	46000	COMP	CITALOPRAM 20 MG	7213
147	2000	COMP	CLARITROMICINA 500 MG	7214
148	2000	COMP	CLINDAMICINA 300 MG	7215
149	4000	COMP	CLOBAZAM 10 MG	7216
150	500	COMP	CLOBAZAM 20 MG	7217
151	600	COMP	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 25 MG	7219
152	3000	COMP	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 75 MG	7220



153	15000	COMP	CLONAZEPAM 2 MG	7222
154	2750	FRASCO	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	7223
155	16000	COMP	CLOPIDOGREL 75 MG	7227
156	150	FRASCO	CLORANFENICOL 4 MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 10 ML	7229
157	100	AMPOLA	CLORETO DE POTASSIO 10 % SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	7230
158	100	AMPOLA	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	7231
159	600	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SPRAY NASAL FRASCO 30 ML	7234
160	300	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO, ASSOCIADO AO CLORETO DE BENZALCÔNIO E NAFAZOLINA, 9 MG +0,1 MG + 0,5 MG/ML, SOLUÇÃO NASAL ADULTO FRASCO 30 ML	7237
161	550	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO, ASSOCIADO COM CLORETO DE BENZALCÔNIO, 0,9% + 0,01%, SOLUÇÃO NASAL PEDIÁTRICO FRASCO 30 ML	7238
162	60	FRASCO	CLORPRAMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL - GOTAS FRASCO COM 20 ML	7239
163	12000	COMP	CLORPROMAZINA 100 MG	7240
164	3500	COMP	CLORPROMAZINA 25 MG	7241
165	100	AMPOLA	CLORPROMAZINA 25MG/5ML AMPOLAS DE 5 ML	7242
166	8000	COMP	CLORPROPAMIDA 250 MG	7243
167	13000	COMP	CLORTALIDONA 25 MG	7245
168	25	BISNAGA	COLAGENASE 0,6U/G + CLORANFENICOL 0,01G/G POMADA 50G	7254
169	60	FRASCO	CROMOGLICATO SÓDIO 20 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	7258
170	31000	COMP	CUMARINA ASSOCIADA A TROXERRUTINA 15 MG + 90 MG	7260
171	2000	COMP	DEFLAZACORTE 6 MG	7261
172	1000	FRASCO	DELTAMETRINA 20 MG FRASCO COM 100 ML LOÇÃO	7262
173	550	FRASCO	DELTAMETRINA SHAMPOO 2% FRASCO DE 100 ML	7263
174	125	CARTELA	DESOGESTREL 75 MCG CART COM 28 COMPR	7265
175	400	COMP	DESVENLAFAXINA, SAL SUCCINATO, 50 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA	7266
176	25	FRASCO	DEXAMETASONA 0,1% SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	7267
177	175	FRASCO	DEXAMETASONA 1 MG + NEOMICINA 5 MG + POLIMIXINA B 6000 UI + HIPROMELOSE 5 MG COLIRIO FRASCO COM 5 ML	7268
178	10	BISNAGA	DEXAMETASONA 1 MG + NEOMICINA 5 MG + POLIMIXINA B 6000 UI + HIPROMELOSE 5 MG POMADA OFTÁLMICA DE 3,5G	7269
179	3000	COMP	DEXAMETASONA 4 MG	7270
180	200	AMPOLA	DEXAMETASONA 4MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2,5 ML	7271
181	4400	BISNAGA	DEXAMETASONA, ACETATO 0,1% CREME BISNAGA 10 GRAMAS	7273
182	850	FRASCO	DEXAMETAZONA 0,1MG/ML ELIXIR FRSC 100 ML	7274
183	600	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, ASSOCIADA À BETAMETASONA, 0,4 MG + 0,05 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	7275
184	5550	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO, 0,4 MG/ML XAROPE FRASCO 100 ML	7276
185	16500	COMP	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO, 2 MG COMPRIMIDO	7277
186	1000	COMP	DIACEREINA 50 MG	7279
187	19000	COMP	DIAZEPAM 10 MG	7280
188	10000	COMP	DIAZEPAM 5 MG	7281
189	110	AMPOLA	DIAZEPAM 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 2 ML	7282
190	115	FRASCO	DICLOFENACO AEROSOL SPRAY COM 60 G	7283
191	1500	COMP	DICLOFENACO COLESTIRAMINA 70 MG	7284
192	30000	COMP	DICLOFENACO POTASSICO 50 MG	7285
193	2100	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3 ML	7286
194	65000	COMP	DICLOFENACO SÓDICO 50 MG	7287
195	60	FRASCO	DICLOFENACO SÓDICO COLIRIO 1MG/ML FRASCO DE 5 ML	7289
196	1800	TUBO	DICLOFENACO, SAL DIETILAMONIO, 11,6 MG/G EQUIVALENTE A 10 MG/G DO SAL POTÁSSICO, GEL BISNAGA 60 G	7290
197	1050	FRASCO	DICLOFENACO, SAL RESINATO, 15 MG/ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	7291
198	12	CARTELA	DIENOGESTE + VALERIATO DE ESTRADIOL COM 28 COMPRIMIDOS SENDO 26 HORALMONIOS + 2 PLACEBO	7292
199	100	FRASCO	DIGOXINA 0,05 MG/ML ELIXIR FRASCO 60 ML	7293
200	25500	COMP	DIGOXINA 0,25 MG	7294
201	1500	CAPSULA	DILTIAZEM CLORIDRATO, 180 MG AÇÃO PROLONGADA	7295
202	2000	COMP	DILTIAZEM CLORIDRATO, 30 MG	7296
203	2000	COMP	DILTIAZEM CLORIDRATO, 60 MG	7297
204	1000	COMP	DILTIAZEM, CLORIDRATO SR 120 MG	7298
205	200	AMPOLA	DIMENIDRATO ASSOCIADO COM PIROXIDINA 50/50MG/ML AMPOLAS DE 1 ML IM	7299



206	2800	COMP	DIMENIDRINATO 100 MG BLISTER FRACIONAVEL	7300
207	550	AMPOLA	DIMENIDRINATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3 MG + 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	7301
208	400	FRASCO	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 25 MG + 5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML	7302
209	6500	COMP	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 50 MG + 10 MG	7303
210	12500	COMP	DIOSMINA ASSOCIADA A HESPERIDINA, 450 MG + 50 MG	7304
211	4000	SACHE	DIOSMINA ASSOCIADA A HESPERIDINA, 900 MG + 100 MG SACHE COM 5 GRAMAS E DE SABOR	7305
212	9000	COMP	DIPIRIDAMOL 75 MG	7307
213	15000	COMP	DIPIRONA + CAFEINA + MUCATO DE ISOMETEPTNO 300 MG + 30 MG + 30 MG	7308
214	22000	COMP	DIPIRONA SÓDICA 500 MG	7310
215	900	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 2 ML	7311
216	2000	FRASCO	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML	7312
217	400	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA, ASSOCIADA À ADIFENINA E PROMETAZINA, 375MG + 12,5MG +12,5MG/ML,SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	7313
218	2000	COMP	DIPIRONA, SODICA 500 MG + PROMETASINA 5 MG + ADIFENINA 10 MG	7314
219	600	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO 500 MG	7318
220	1600	COMP	DIVALPROATO DE SODIO CR 500 MG	7319
221	100	FRASCO	DOMPERIDONA 1 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML	7321
222	5000	COMP	DOMPERIDONA 10 MG	7322
223	100	AMPOLA	DOPAMINA,CLORIDRATO 5MG/ML AMPOLAS DE AMPOLAS DE 10 ML	7323
224	60000	COMP	DOXAZOSINA MESILATO 2 MG	7324
225	19000	COMP	DOXAZOSINA MESILATO 4 MG	7325
226	2000	COMP	DOXICICLINA 100 MG	7326
227	1650	FRASCO	DROPPROPIZINA 1,5 MG/ML XAROPE, FRASCO 120 ML	7327
228	1650	FRASCO	DROPPROPIZINA 3 MG/ML XAROPE FRASCO 120 ML	7328
229	504	CAPSULA	DROSPERIDONA + ETINILESTRADIOL 3 MG + 0,03 MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	7329
230	1000	COMP	DULOXETINA 60 MG	7331
231	500	COMP	DUTASTERIDA 0,5 MG	7332
232	3000	COMP	EBASTINA 10 MG	7334
233	68000	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 10 MG	7336
234	85000	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 20 MG	7337
235	10000	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 5 MG	7338
236	110	AMPOLA	EPINEFRINA 1MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7341
237	2000	COMP	ERITROMICINA 500 MG	7342
238	100	BISNAGA	ESCINA10MG/G + SALICILATO DE DIETILAMÔNIO 50G/MG GEL 30 GR (REPARIL)	7345
239	4500	COMP	ESCITALOPRAM 10 MG	7346
240	14500	COMP	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 10 MG	7348
241	400	AMPOLA	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	7349
242	35000	COMP	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 10MG + 250 MG COMPRIMIDOS	7350
243	1700	AMPOLA	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 4 MG + 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	7351
244	2300	FRASCO	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 6,67 MG + 333 MG/ SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	7352
245	1300	FRASCO	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO 10MG/ML FRASCO COM 20 ML GTS	7353
246	1000	COMP	ESOMEPRAZOL MAGNESIO TRIIDRATADO 40MG CP	7354
247	37500	COMP	ESPIRONOLACTONA 25 MG	7356
248	4000	COMP	ESPIRONOLACTONA 50 MG	7357
249	300	COMP	ESPIRONOLACTONA 50 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG	7358
250	100	AMPOLA	ESTRADIOL + TESTOSTERONA SOL. INJ DE 1 ML	7359
251	1500	COMP	ESTRADIOL 1 MG	7360
252	100	BISNAGA	ESTRADIOL 1 MG GEL BISNAGA DE 50 G + APLICADOR	7361
253	120	CARTELA	ESTRADIOL ASSOCIADO A DROSPIRENOMA 1 MG + 2 MG CARTELA COM 28 CP	7362
254	40	CARTELA	ESTRADIOL ASSOCIADO COM NORESTISTERONA, ACETATO 1MG + 0,5 MG CARTELA COM 28 CP	7365
255	50	BISNAGA	ESTRADIOL HEMIIDRATADO 0,5MG/0,5G GEL DE 50 G	7366
256	175	AMPOLA	ESTRADIOL, VALERATO ASSOCIADO COM NORESTISTERONA, ENANTATO 5 MG + 50 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7367
257	250	BISNAGA	ESTRIOL 1 MG/G CREME VAGINAL BISNAGA 50 GRAMAS	7369

258	8500	DRAGEAS	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG	7370
259	250	BISNAGA	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG/G CREME VAGINAL BISNAGA 25 G	7371
260	1000	COMP	ESTROGENIOS CONJUGADOS ASSOCIADOS COM MEDROXIPROGESTERONA ACETATO , 0,625 MG + 2,5 MG	7372
261	1000	COMP	ESTROGENIOS CONJUGADOS NATURAIS 0,3 MG	7373
262	2000	COMP	ETILEFRINA, CLORIDRATO 5 MG	7376
263	6000	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, CASTANHA DA INDIA 100 MG AESCULUS HIPPOCASTANUM L.	7380
264	6500	CAPSULA	EXTRATO DE PLANTAS, GINKGO BILOBA 80 MG	7385
265	150	FRASCO	EXTRATO DE PLANTAS, GUACO (MIKANIA GLOMERATA SPRENG) EXTRATO FLUIDO FRASCO 100 ML	7386
266	1000	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, ISOFLAVONA DE SOJA 150 MG	7387
267	600	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, PASSIFLORA INCARNATA 300 MG	7388
268	7000	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, VALERIANA OFFICINALIS 50 MG	7390
269	1000	COMP	EXTRATO SECO DE MELILOTUS OFFICINALIS ..... 26,7MG	7391
270	600	COMP	FELODIPINO + SUCCINATO DE METOPROLOL 5/50MG COMPRIMIDO	7395
271	6000	COMP	FEMPROCUMONA 3 MG	7396
272	1700	FRASCO	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADA À BRONFENIRAMINA, 2,5 MG + 2 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	7397
273	1400	FRASCO	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADO A BRONFENIRAMINA 1 MG + 0,4 MG/ ML FRASCO DE 120 ML	7400
274	17000	COMP	FENITOINA 100 MG	7402
275	100	AMPOLA	FENITOINA 50MG/ML AMPOLA COM 5 ML	7403
276	40000	COMP	FENOBARBITAL 100 MG	7404
277	100	AMPOLA	FENOBARBITAL 100MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA DE 2 ML	7405
278	20	FRASCO	FENOBARBITAL 40 MG/ML FRASCO COM 20 ML	7406
279	60	FRASCO	FENOBARBITAL 40MG/ML FRASCO COM 20 ML	7407
280	13500	COMP	FENOFIBRATO 200 MG	7408
281	500	COMP	FENOFIBRATO 250 MG LIBERAÇÃO RETARDADA	7409
282	1430	FRASCO	FENOTEROL , BROMETO 5 MG/ML FRASCO DE 20 ML	7410
283	10	FRASCO	FENOTEROL BROMIDRATO ASSOCIADO A IPATRÓPIO BROMETO 0,1 MG + 0,04 MG/DOSE,A EROSSOL ORAL FRASCO 15 ML	7411
284	400	FRASCO	FERRO QUELATO 150 MG + ACIDO FOLICO 0,25 MG + CIANCOBALAMINA 7,5 MCG SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	7412
285	8000	COMP	FERRO QUELATO 300 MG + ACIDO FOLICO 5 MG + CIANCOBALAMINA 15 MCG	7413
286	100	BISNAGA	FIBRINOLISINA + DESOXIRRIBONUCLEASE E CLORAFENICOL 1U+666U+1% COM 30G	7416
287	16500	COMP	FINASTERIDA 5 MG	7418
288	100	AMPOLA	FITOMENADIONA 10MG/1ML SOL. INJETAVEL IM.	7419
289	5800	CAPSULA	FLUCONAZOL 150 MG	7420
290	10	FRASCO	FLUDROXICORTIDA 0,05 MG/ML LOÇÃO COM 15 ML	7421
291	10	BISNAGA	FLUDROXICORTIDA 125MG/G CREME DERMATOLOGICO COM 30 G	7422
292	26000	COMP	FLUNARIZINA DICLORIDRATO 10 MG	7423
293	30	FRASCO	FLUOCINOLONA 0,275MG/ML + SULFATO DE POLIMIXINA B 11,000UI/ML + SULFATO DE NEOMICINA 3,85MG/ML + CLORIDRATO DE LIDOCAINA 20MG/ML SOLUÇÃO OTOLOGICA FRS 5ML GTS	7424
294	5000	COMP	FLUOXETINA 10 MG	7426
295	95000	CAPSULA	FLUOXETINA 20 MG	7427
296	50	FRASCO	FLUOXETINA 20 MG/ML FRASCO COM 20 ML GOTAS	7428
297	1500	COMP	FLUTAMIDA 250 MG	7429
298	200	UNIDADE	FLUTICASONA FUROATO 27,5 MCG/DOSE, SPRAY NASAL FRASCO 120 DOSES	7430
299	500	CAPSULA	FLUTICASONA, PROPIONATO 250 MCG	7432
300	12	FRASCO	FORMOTEROL, FUMARATO ASSOCIADO A BUDESONIDA 12MCG + 200 MCG/DOSE CAPSULAS PÓ INALANTE REFIL COM 60 CAPSULAS	7434
301	612	FRASCO	FORMOTEROL, FUMARATO ASSOCIADO A BUDESONIDA 12MCG + 400 MCG/DOSE CAPSULAS PÓ INALANTE REFIL COM 60 CAPSULAS	7435
302	200	FRASCO	FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO 0,06G/ML + FOSFATO DE SÓDIO MONOBÁSICO 0,16G/ML FRASCO DE 130 ML ( FLEET ENEMA)	7436
303	350	AMPOLA	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	7437
304	71000	COMP	FUROSEMIDA 40 MG	7438
305	1000	CAPSULA	GABAPENTINA 300 MG	7440
306	600	CAPSULA	GABAPENTINA 600 MG	7441

307	10	FRASCO	GATIFLOXACINO 0,3% FRASCO DE 5 ML	7442
308	3000	SACHE	GEL LUBRIFICANTE INTIMO SACHE 5G	7443
309	200	AMPOLA	GENTAMICINA 20MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7445
310	100	AMPOLA	GENTAMICINA 40MG/ML AMPOLAS DE 2 ML	7446
311	100	AMPOLA	GENTAMICINA SULFATO 160MG/ML AMPOLAS DE 2 ML	7447
312	55000	COMP	GLIBENCLAMIDA 5 MG	7449
313	4000	COMP	GLICAZIDA 30 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA	7451
314	200	UNIDADE	GLICEROL 95%, SUPOSITÓRIO INFANTIL	7453
315	600	SACHE	GLICOSAMINA 1,5 G PÓ ORAL SACHÊ 3,95 G	7456
316	3500	CAPSULA	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDROITINA, EM SAIS SULFATOS, 500 MG + 400 MG	7458
317	100	AMPOLA	GLICOSE 25% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	7459
318	100	AMPOLA	GLICOSE 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	7460
319	500	COMP	GLIMEPIRIDA 4 MG	7462
320	50	FRASCO	HALOPERIDOL 2 MG/ML FRASCO DE 20 ML	7464
321	12500	COMP	HALOPERIDOL 5 MG	7465
322	106	AMPOLA	HALOPERIDOL 5 MG/ML AMPOLA 1 ML	7466
323	150	AMPOLA	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML	7467
324	100	FRASCO	HEXAMIDINA ASSOCIADA COM TETRACAINA 1 MG + 0,5 MG SOLUÇÃO COLUTÓRIO	7470
325	15	UNIDADE	HIALURONIDASE 150 UTR + VALEREATO DE BETAMETASONA 2,5MG	7472
326	183000	COMP	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	7475
327	145000	COMP	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG	7476
328	150	AMPOLA	HIDROCORTISONA 100 MG SUCCINATO SÓDICO, PÓ PARA SOL INJETÁVEL	7477
329	345	AMPOLA	HIDROCORTISONA 500 MG, SUCCINATO SÓDICO, PÓ PARA SOL INJETÁVEL	7478
330	100	BISNAGA	HIDROCORTISONA, SAL ACETATO, 10 MG/G CREME BISNAGA COM 30 G	7479
331	1650	FRASCO	HIDROXIDO ALUMINIO 62MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRSC 100 ML	7480
332	2000	COMP	HIDROXIDO DE ALUMINIO + HIDROXIDO DE MAGNESIO 200 MG + 200 MG COMPRIMIDO MASTIGAVEL	7481
333	750	FRASCO	HIDROXIDO DE ALUMINIO 150MG/ML FRASCO COM 100 ML	7483
334	1500	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO+HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO 60+40 MG/ML SUSP. 100 ML	7484
335	1000	COMP	HIDROXIDO DE FERRO III, EQUIVALENTE A 100 MG DE FERRO III, NA FORMA DE COMPLEXO POLIMATOSADO	7485
336	100	FRASCO	HIDROXIDO DE FERRO III, EQUIVALENTE A 50 MG/ML DE FERRO III, NA FORMA DE COMPLEXO POLIMATOSADO, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS FRASCO 30 ML	7486
337	100	AMPOLA	HIDROXIDO DE FERRO III, SOLUÇÃO INJETÁVEL EQUIVALENTE A 20 MG/ML DE FERRO III, USO ENDOVENOSO NA FORMA DE COMPLEXO COLOIDAL SACARATO, AMPOLA 5 ML	7487
338	100	FRASCO	HIDROXIDO DE FERRO III, XAROPE EQUIVALENTE A 10 MG/ML DE FERRO III, NA FORMA DE COMPLEXO POLIMATOSADO, FRASCO 100 ML	7488
339	2000	COMP	HIDROXIZINA, DICLORIDRATO 25 MG	7490
340	100	COMP	IBANDRONATO DE SODIO MONOHIDRATTADO, EQUIVALENTE AO ACIDO IBANDROMICO 150 MG	7493
341	30000	COMP	IBUPROFENO 300 MG	7494
342	2600	FRASCO	IBUPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO COM 30 ML	7495
343	33000	COMP	IBUPROFENO 600 MG	7496
344	25000	COMP	IMIPRAMINA CLORIDRATO 25 MG	7497
345	5000	CAPSULA	IMIPRAMINA PAMOATO 75 MG	7498
346	36	CAIXA	INDACATEROL, MALEATO 300MCG PO CX C/ 30 CAPSULAS + INALADOR	7926
347	40	FRASCO	INSULINA ASPARE 100 UIML	7501
348	50	FRASCO	INSULINA GARDINA 100 UI/ML REFIL	7502
349	25	FRASCO	INSULINA LISPRO 100 UI	7503
350	10	FRASCO	IPRATRÓPIO BROMETO 0,02 MG/DOSE AEROSOL ORAL 200 DOSES	7504
351	1520	FRASCO	IPRATROPIO BROMETO 0,25 MG/ML SOLUÇÃO P/ INALAÇÃO FR 20 ML	7505
352	2500	COMP	ISOSSORBIDA 20MG, SAL MONONITRATO	7508
353	800	COMP	ISOSSORBIDA 5 MG, SAL DINITRATO SUBLINGUAL	7510
354	7000	COMP	ISSOSORBIDA, MONONITRATO 10 MG	7511
355	300	COMP	ISSOSORBIDA, MONONITRATO RETARD 50 MG	7513
356	3400	CAPSULA	ITRACONAZOL 100 MG	7514
357	2250	COMP	IVERMECTINA 6 MG	7515
358	500	FRASCO	LACTULOSE 667MG/ML XAROPE FRSC 120 ML	7516
359	500	COMP	LAMOTRIGINA 100 MG	7517

360	2500	COMP	LAMOTRIGINA 50 MG	7519
361	2000	COMP	LANSOPRAZOL 30 MG	7520
362	500	COMP	LANSOPRAZOL 30MG + CLARITROMICINA 500 MG + AMOXICILINA 500 MG BLISTERES COM 7 UNIDADES	7521
363	600	COMP	LEVOCETIRIZINA, SAL DIPROPIONATO, 5 MG	7524
364	500	COMP	LEVODOPA + CARBIDOPA 200MG + 50MG CP	7525
365	5000	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADA A BENSERAZIDA 200 MG + 50 MG	7526
366	6500	COMP	LEVODOPA ASSOCIADA A CARBIDOPA 250/25 MG	7527
367	1500	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG +25 MG CÁPSULA BD	7528
368	2500	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG +25 MG CÁPSULA COM LIBERAÇÃO PROLONGADA HBS	7529
369	600	FRASCO	LEVODROPROPIZINA 6MG/ML (60MG/ML) XRP ADULTO 120ML	7531
370	5500	COMP	LEVOFLOXACINO 500 MG BLISTER FRACIONAVEL	7532
371	2000	COMP	LEVOMEPROMAZINA 100 MG	7533
372	1000	COMP	LEVOMEPROMAZINA 25 MG	7534
373	50	FRASCO	LEVOMEPROMAZINA 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	7535
374	125	CARTELA	LEVONORGESTREL 0,10MG + ETINILESTRADIOL 0,02MG CARTELAS COM 21 COMPRIMIDO	7538
375	8700	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 0,150 + 0,03 MG BLISTER CALENDÁRIO COM 21 COMPRIMIDOS	7539
376	240	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 50 MCG + 30 MCG/75 MCG + 40 MCG/125 MCG + 30 MCG, DRAGEA A + DRÁGEA B + DRÁGEA C, BLISTER CALENDÁRIO COM 21 DRÁGEAS	7540
377	21500	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG	7541
378	3000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 125 MCG	7542
379	21000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG	7543
380	21500	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	7544
381	2000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 75 MCG	7545
382	1000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 88 MCG	7546
383	1000	COMP	LEVOTIROXINA SODICA DE 150 MCG	7547
384	10	FRASCO	LIDOCAINA SPRAY 10 % FRASCO DE 50 ML	7550
385	150	FRASCO	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% ASSOCIADA A EPINEFRINA INJETÁVEL FRASCO 20 ML	7551
386	330	BISNAGA	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% GELEIA BISNAGA 30 GRAMAS	7552
387	655	FRASCO	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% INJETÁVEL FRASCO 20 ML SEM VASO	7553
388	500	COMP	LINAGLIPTINA 5 MG	7555
389	600	COMP	LINAGLIPTINA/CLORIDRATO DE METFORMINA 2,5MG/850MG	7927
390	600	COMP	LISINA, CLONIXINATO 125 MG	7557
391	800	COMP	LISINA, CLONIXINATO 125 MG + CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA 5 MG	7558
392	500	COMP	LISINOPRIL 20 MG	7560
393	500	COMP	LISINOPRIL 5 MG	7561
394	1650	FRASCO	LORATADINA 1 MG/ML XAROPE FRASCO 100 ML	7564
395	11000	COMP	LORATADINA 10 MG	7565
396	100000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA 100 MG	7568
397	108000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG	7570
398	1000	COMP	LUTEINA 3,0 MG + ZEAXANTINA 0,25 MG + VITAMINA C, E, SELENIO E ZINCO	7573
399	2000	COMP	MANIDIPINO, DICLORIDRATO 10 MG	7574
400	250	FRASCO	MANITOL 20% SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, FRASCO 500 ML	7575
401	5800	COMP	MEBENDAZOL 100 MG	7576
402	1200	FRASCO	MEBENDAZOL 20MG/ML FRASCO COM 30 ML SUSPENSÃO ORAL	7577
403	170	AMPOLA	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150 MCG SOLUÇÃO INJETÁVEL APOLA DE 1 ML	7578
404	20	AMPOLA	MEDROXIPROGESTERONA, ACETATO 50 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7580
405	30000	COMP	MELOXICAM 15 MG	7581
406	600	COMP	MESALAZINA 300 MG	7584
407	48000	COMP	METFORMINA CLORIDRATO 500 MG	7585
408	58000	COMP	METFORMINA CLORIDRATO 850 MG	7586
409	500	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO 500 MG AÇÃO PROLONGADA	7587
410	2520	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A SITAGLIPTINA FOSFATO 1000 MG + 50 MG (ÉTICO)	7589
411	2800	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A SITAGLIPTINA FOSFATO 850 MG + 50 MG	7590
412	952	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A VILDAGLIPTINA 1000 MG + 50 MG	7591

413	952	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A VILDAGLIPTINA 500 MG + 50 MG	7592
414	2520	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A VILDAGLIPTINA 850 MG + 50 MG	7593
415	15000	COMP	METILDOPA 250 MG	7594
416	36500	COMP	METILDOPA 500 MG	7595
417	2000	CAPSULA	METILFENIDATO, CLORIDRATO 10 MG MICROGRANULOS DE LIBERAÇÃO MODIFICADA	7597
418	600	COMP	METILFENIDATO, CLORIDRATO 18 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	7598
419	1000	CAPSULA	METILFENIDATO, CLORIDRATO 20 MG MICROGRANULOS DE LIBERAÇÃO MODIFICADA	7599
420	1000	CAPSULA	METILFENIDATO, CLORIDRATO 40 MG MICROGRANULOS DE LIBERAÇÃO MODIFICADA	7600
421	17000	COMP	METOCLOPRAMIDA 10 MG	7601
422	1900	FRASCO	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 10 ML	7602
423	1550	AMPOLA	METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	7603
424	5000	CAPSULA	METOCLOPRAMIDA ASSOCIADA A DIMETICONA E PEPSINA 7MG + 40 MG + 50 MG	7604
425	20	AMPOLA	METOPROLOL 1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	7605
426	3000	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 100 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	7606
427	4250	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 25 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	7607
428	12000	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 50 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	7608
429	2250	COMP	METOPROLOL, TARTARATO 100 MG	7609
430	300	COMP	METOTREXATO 2,5 MG	7610
431	1050	BISNAGA	METRONIDAZOL 100MG/G GEL VAGINAL COM 10 APLICADORES BISNAGA 55 G	7611
432	7000	COMP	METRONIDAZOL 250 MG FRACIONÁVEL	7612
433	4000	COMP	METRONIDAZOL 400 MG FRACIONAVEL	7613
434	100	BISNAGA	MICONAZOL 2% CREME VAGINAL BISNAGA 80 G	7614
435	1600	BISNAGA	MICONAZOL 20 MG/G CREME DERMATOLOGICO 28 G	7615
436	100	AMPOLA	MIDAZOLAM 1 MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	7616
437	600	COMP	MIDAZOLAM 15 MG	7617
438	100	AMPOLA	MIDAZOLAM 5 MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	7618
439	8800	COMP	MIRTAPAZINA 30 MG	7620
440	1000	COMP	MONTELUCASTE SODICO 10 MG	7622
441	500	COMP	MONTELUCASTE SODICO 5 MG COMPRIMIDOS MASTIGAVEIS	7623
442	100	AMPOLA	MORFINA 1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	7624
443	200	AMPOLA	MORFINA 10 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7626
444	100	ENVELOPE	MUCILOIDE HIDROFILICO DE PSYLLIUM, PLANTAGO OVATA 562MG/G PÓ P/ PREPARAÇÃO EXTEMPO-RANEA, 5,85 G	7629
445	10000	COMP	MULTIVITAMINAS ASSOCIADAS COM SAIS MINERAIS DE A A Z	7630
446	750	FRASCO	MULTIVITAMINAS ASSOCIADAS COM SAIS MINERAIS DE A A Z SOLUÇÃO ORAL FRASCO 120 ML	7631
447	1125	AMPOLA	MULTIVITAMINAS, VITS: B2, B6, B12, C, NICOTINAMIDA E FRUTOSE SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	7632
448	125	FRASCO	NAFAZOLINA, CLORIDRATO DE 0,5MG SOLUÇÃO NASAL 30ML	7634
449	500	COMP	NALTREXONA , CLORIDRATO 50 MG	7636
450	5000	COMP	NEBIVOLOL, SAL CLORIDRATO 5 MG	7640
451	4800	BISNAGA	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG + 250UI/G, POMADA BISNAGA 10 GRAMAS	7641
452	10	FRASCO	NEPAFENACO 0,1% FRASCO DE 5 ML	7643
453	850	UNIDADE	NICOTINA ADESIVOS 14 MG	7644
454	2500	UNIDADE	NICOTINA ADESIVOS 21 MG	7645
455	850	UNIDADE	NICOTINA ADESIVOS 7 MG	7646
456	13500	COMP	NIFEDIPINO 10 MG	7647
457	13500	COMP	NIFEDIPINO 20 MG	7648
458	15000	COMP	NIFEDIPINO 20 MG RETARD	7649
459	125000	COMP	NIMESULIDA 100 MG	7651
460	3150	FRASCO	NIMESULIDA 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 15 ML	7652
461	20000	COMP	NIMODIPINO 30 MG	7653
462	50	FRASCO	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 30 ML	7654
463	650	FRASCO	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50 ML	7655
464	2500	TUBO	NISTATINA, 25.000 UI/G, CREME VAGINAL BISNAGA 40 GRAMAS	7656
465	150	FRASCO	NITAZOXANIDA 20MG/ML PÓ SOLUÇÃO ORAL 45ML	7658



466	500	COMP	NITAZOXANIDA 500 MG	7659
467	20	POTE	NITROFURAL 2MG/G POMADA DERMATOLOGICA 500 G	7660
468	2500	CAPSULA	NITROFURANTOÍNA 100 MG FRACIONAVEL	7661
469	100	AMPOLA	NOREPINEFRINA, SAL BITARTARATO 1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 4 ML	7663
470	175	CARTELA	NORESTISTERONA 0,35 MG , BLISTER CALENDÁRIO COM 35 UNIDADES	7664
471	1300	AMPOLA	NORESTISTERONA 50MG/ML + VALERATO DE ESTRADIOL 5MG/ML AMPOLA 1 ML COM UMA SERINGA PRÉ- CARREGADA + AGULHA	7666
472	22000	COMP	NORFLOXACINO 400 MG	7668
473	5000	CAPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 25 MG	7669
474	3000	CAPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 75 MG	7671
475	1800	FRASCO	OLEO MINERAL 100 ML	7674
476	600	COMP	OLMESARTANA MEDOXOMILA, ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA, 20 MG + 12,5 MG	7675
477	180	COMP	OLMESARTANA, MEDOXOMINA 40 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	7676
478	15	FRASCO	OLOPATADINA, CLORIDRATO 1MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	7678
479	1000	COMP	OMEGA 3 PLUX	7679
480	210000	CAPSULA	OMEPRAZOL 20 MG	7681
481	1000	COMP	ONDANSETRONA 8MG CP	7684
482	4250	COMP	OXCARBAMAZEPINA 300 MG	7687
483	125	FRASCO	OXCARBAMAZEPINA 60 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML PEDIATRICO	7688
484	1250	COMP	OXCARBAMAZEPINA 600 MG	7689
485	2000	COMP	OXIBUTINA, CLORIDRATO 5 MG	7690
486	5900	FRASCO	PARACETAMOL 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 15 ML	7696
487	100000	COMP	PARACETAMOL 500 MG	7697
488	60000	COMP	PARACETAMOL 750 MG	7698
489	23000	COMP	PARACETAMOL ASSOCIADO COM CODEÍNA 500 MG + 30 MG	7700
490	22000	COMP	PARACETAMOL, ASSOCIADO COM DICLOFENACO, CARISOPRODOL E CAFEÍNA, 300MG +50MG + 125MG+ 30MG	7702
491	65000	COMP	PAROXETINA CLORIDRATO 20 MG	7705
492	3000	COMP	PENTOXIFILINA 400 MG	7708
493	135	FRASCO	PERICIAZINA 4 % SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO COM 20 ML	7709
494	600	COMP	PERINDOPRIL 4 MG + INDAPAMIDA 1,25 MG	7710
495	500	COMP	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100 MG	7711
496	1250	FRASCO	PERMETRINA 10MG/ML SHAMPOO FRASCO 60 ML	7712
497	1250	FRASCO	PERMETRINA LOÇÃO 50 MG/ML FRASCO 100 ML	7713
498	1250	FRASCO	PERMITRINA 1% LOÇÃO TOPICO FRASCO DE 100 ML	7714
499	200	AMPOLA	PETIDINA 50MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL IM/IV/SC AMP 2 ML	7715
500	500	COMP	PINAVÉRIO, BROMETO 100 MG COMPRIMIDO	7716
501	500	COMP	PINDOLOL 5 MG	7717
502	1500	COMP	PIRACETAM 400 MG	7719
503	500	COMP	PIRACETAM 800 MG	7720
504	18000	COMP	PIROXICAM 20 MG	7721
505	600	COMP	PIROXICAM 20 MG DISSOLUÇÃO INSTANTANE, USO SUB LINGUAL	7722
506	200	AMPOLA	PIROXICAM 20MG/ML IM AMPOLAS DE 2 ML	7723
507	5180	COMP	PITAVASTATINA CÁLCICA 2 MG	7724
508	400	COMP	POLICARBOFILINA CALCICA 625 MG	7725
509	150	BISNAGA	POLICRESULENO 50 MG + CLORIDRATO DE CINCHOCAINA 10 MG POMADA RETAL COM 30 G	7726
510	150	FRASCO	POLIMIXINA B, ASSOCIADA COM NEOMICINA, FLUOCINOLONA E LIDOCAÍNA, 11.000UI + 3,85MG + 0,275MG + 20MG/ML, SOLUÇÃO OTOLÓGICA FRASCO 5 ML	7729
511	1200	COMP	PRAVASTATINA 10 MG	7736
512	2800	FRASCO	PREDNISOLONA 1 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	7737
513	4000	COMP	PREDNISOLONA 5 MG	7928
514	2050	FRASCO	PREDNISOLONA SOL ORAL 3 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	7738
515	16500	COMP	PREDNISONA 20 MG FRACIONÁVEL	7740
516	15500	COMP	PREDNISONA 5 MG FRACIONAVEL	7741
517	4000	COMP	PROMETAZINA CLORIDRATO 25 MG FRACIONAVEL	7745
518	220	AMPOLA	PROMETAZINA, CLORIDRATO, 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 2 ML	7746
519	5000	COMP	PROPAFENONA, CLORIDRATO, 300 MG	7747
520	29500	COMP	PROPATILNITRATO 10 MG	7748



521	2500	COMP	PROPILOTIURACIL 100 MG	7749
522	48000	COMP	PROPRANOLOL, CLORIDRATO, 40 MG	7751
523	20	FRASCO	PROTETOR SOLAR FPS 100 BIOPROTEÇÃO FRASCO COM 40 ML	7752
524	30	FRASCO	PROTETOR SOLAR FPS 30 FRASCO COM 120 ML	7753
525	180	COMP	PROVASTATINA 10 MG	7755
526	2000	COMP	QUETIAPINA (HEMIFUMARATO) 100MG COMPRIMIDO	7757
527	2500	COMP	RAMIPRIL + ANLODIPINO 5/5 MG	7759
528	100	COMP	RAMIPRIL 5 MG	7761
529	360	COMP	RAMIPRIL 5 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5MG COMPRIMIDO	7762
530	1000	FRASCO	RANITIDINA, CLORIDRATO, 15 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 120 ML	7763
531	22000	COMP	RANITIDINA, CLORIDRATO, 150 MG	7764
532	240	AMPOLA	RANITIDINA, CLORIDRATO, 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 2 ML	7765
533	100	FRASCO	RETINOL ACETATO ASSOCIADO COM COLECALCIFEROL 50.000 UI + 10.000 UI/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO COM 10 ML	7767
534	120	BISNAGA	RETINOL ASSOCIADO COM AMINOACIDOS + METIONINA + CLORANFENICOL, 10.000 UI + 25 MG + 5 MG + 5 MG/G, POMADA OFTÁLMICA BISNAGA 3,5 G	7768
535	400	AMPOLA	RIBOFLAVINA, FOSFATO SÓDICO 2 MG + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 10 MG + 500 MG DE ACIDO ASCORBICO + PANTOTENATO DE SÓDIO 5 MG + GLICOSE I 1 G AMPOLAS DE 10 ML IV	7770
536	7000	COMP	RISPERIDONA 1 MG	7773
537	60	FRASCO	RISPERIDONA 1 MG/ML SOLU ORAL COM PIPETA DOSADORA 30 ML	7774
538	8000	COMP	RISPERIDONA 2 MG	7775
539	360	COMP	RIVOROXABANA 20 MG	7778
540	3180	COMP	ROSUVASTATINA CALCICA 10 MG	7779
541	1000	COMP	ROSUVASTATINA CALCICA 5 MG	7780
542	600	COMP	ROSUVASTATINA CALCICA DE 20 MG	7781
543	100	CAIXA	SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO 100MG/ 5ML EV CAIXA COM 5 AMPOLAS DE 5 ML	7782
544	4000	UNIDADE	SACCHAROMYCES BOULARDII 17 LIOFILIZADO 200 MG PÓ SACHE 1G	7784
545	5100	UNIDADE	SAIS PARA REHIDRATAÇÃO ORAL, PÓ, COMPOSTO POR: CLORETO DE SÓDIO 3,5 G + GLICOSE 20 G + CITRATO DE SÓDIO 2,9 G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5 G PARA 1000 ML DE SOLUÇÃO PRONTA, SEGUNDO PADRÃO DA OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9 GRAMAS C/ SABOR	7785
546	1200	FRASCO	SALBUTAMOL 0,4 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	7786
547	830	FRASCO	SALBUTAMOL 100 MCG/DOSE AEROSOL ORAL FRASCO COM 200 DOSES	7787
548	1000	COMP	SALBUTAMOL 2 MG	7788
549	50	FRASCO	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 250 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	7790
550	50	FRASCO	SALMETEROL XINOFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 25 MCG + 250 MCG SPRAY ORAL FRASCO COM 120 DOSES	7792
551	50	FRASCO	SALMETEROL XINOFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 25MCG/125MCG SPRAY ORAL FRASCO COM 120 DOSES	7793
552	1000	COMP	SAXAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA 2,5MG/1000MG	7929
553	2500	COMP	SECNIDAZOL 1000 MG	7795
554	92000	COMP	SERTRALINA CLORIDRATO 50 MG	7796
555	200	COMP	SIDELNAFILA, CITRATO 50 MG	7798
556	7500	COMP	SIMETICONA 40 MG	7799
557	2900	FRASCO	SIMETICONA 75 MG/ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS FRASCO DE 15 ML	7800
558	111000	COMP	SINVASTATINA 20 MG	7802
559	83000	COMP	SINVASTATINA 40 MG	7803
560	20	FRASCO	SOLUÇÃO HIDRATANTE OFTÁLMICA 10 ML	7805
561	1650	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 100 ML SISTEMA FECHADO	7806
562	50	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 1000 ML SISTEMA FECHADO	7807
563	2000	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTONICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 125 ML SISTEMA FECHADO	7808
564	3700	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250 ML SISTEMA FECHADO	7809
565	1200	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500 ML SISTEMA FECHADO	7810
566	1000	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% + CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250ML SISTEMA FECHADO	7812
567	760	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% + CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500 ML SISTEMA FECHADO	7813
568	200	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% 250 ML SISTEMA FECHADO	7815

569	10	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% 500 ML SISTEMA FECHADO	7816
570	100	BISNAGA	SORBITOL 714MG/G + LAURILSULFATO DE SODIO 7,70 MG/G	7818
571	1000	COMP	SOTALOL CLORIDRATO 120 MG	7819
572	700	BISNAGA	SULFADIAZINA DE PRATA 1% BISNAGA 50 GRAMAS	7823
573	7500	COMP	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 400 MG + 80 MG	7825
574	4000	COMP	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 800 MG + 160 MG	7826
575	2200	FRASCO	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETROPINA 40 MG + 80MG /ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50 ML	7827
576	100	FRASCO	SULFATO FERROSO 125MG/ML SOLUÇÃO ORAL GTS FRSC 30 ML	7829
577	50	FRASCO	SULFATO FERROSO 25 MG/ML DE FERRO II, SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 30 ML	7830
578	14000	COMP	SULFATO FERROSO 40 MG DE FERRO II	7832
579	1500	FRASCO	SULFATO FERROSO 5MG/ML XAROPE FRASCO DE 60 ML	7833
580	11500	COMP	SULPIRIDA 50 MG	7834
581	100	AMPOLA	SUXAMETONIO CLORETO 100 MG AMPOLAS 2 ML	7835
582	180	COMP	TAMOXIFENO 20 MG	7836
583	300	AMPOLA	TENOXICAM PÓ 20MG INJETAVEL IM/IV	7840
584	300	AMPOLA	TENOXICAM PÓ 40MG INJETAVEL IM/IV	7930
585	1500	COMP	TEOFILINA 200 MG	7842
586	3000	COMP	TIAMINA 300 MG	7853
587	2500	COMP	TIBOLONA 2,5 MG	7855
588	300	COMP	TICLOPIDINA 250 MG	7857
589	50	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 0,25 % FRASCO COM 5 ML	7858
590	10	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 0,5% OFTAMICO FRASCO DE 5 ML	7859
591	50	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 5% FRASCO COM 5 ML	7860
592	500	BISNAGA	TINIDAZOL, ASSOCIADO A MICONAZOL 3% + 2% CREME VAGINAL DE 45G + APLICADOR	7865
593	5000	COMP	TIORIDAZINA , CLORIDRATO 100 MG	7866
594	3000	COMP	TIORIDAZINA 50MG COMP	7868
595	30	FRASCO	TIORIDAZINA, CLORIDRATO 30MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO DE 50 ML	7869
596	25	FRASCO	TIOTRÓPIO BROMETO, 2,5 MCG/DOSE SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO COM INALADOR FRASCO 4 ML 60 DOSES	7870
597	5000	COMP	TIZANIDINA 2 MG	7871
598	50	FRASCO	TOBRAMICINA 0,3% OFTALMICO FRASCO DE 5 ML	7872
599	600	CAPSULA	TOCOFEROL 400 MG (VITAMINA E)	7874
600	4000	COMP	TRAMADOL 100 MG	7877
601	1000	COMP	TRAMADOL 50 MG	7878
602	300	AMPOLA	TRAMADOL CLORIDRATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	7879
603	50	FRASCO	TRAVAPROSTA 0,04MG/ML OFTALMICO FRASCO DE 2,5 ML	7883
604	1600	COMP	TRAZADONA 50 MG	7884
605	400	BISNAGA	TRIANCINOLONA, ACETONIDO 1MG/G BISN DE 10 G	7887
606	1000	COMP	TROMETANOL DE CETOROLACO 10 MG	7890
607	355	FRASCO	VALPROATO DE SÓDIO 50 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	7891
608	2500	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ACIDO VALPROICO 250 MG	7892
609	15000	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ACIDO VAPROICO 500 MG	7894
610	2000	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ACIDO VAPROICO CR 500 MG	7895
611	1500	COMP	VALSARTANA +HIDROCLOROTIAZIDA+ANLODIPINO 160+ 25+ 5 MG	7898
612	5500	COMP	VALSARTANA 160 MG	7900
613	9000	CAPSULA	VARFARINA SÓDICA 5 MG	7909
614	21300	COMP	VENLAFAXINA 75 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	7911
615	4000	COMP	VERAPAMIL, CLORIDRATO – 80 MG	7931
616	50	COMP	VERAPAMIL, CLORIDRATO 240 MG	7915
617	1600	COMP	VIDAGLIPTINA 50 MG	7916
618	100	FRASCO	VITAMINA C, ÁCIDO ASCÓRBICO 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	7917
619	1000	FRASCO	VITAMINA C, ÁCIDO ASCÓRBICO 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 30 ML	7932
620	100	FRASCO	VITAMINA D, COLECALCIFEROL 3.300 UI/ML SOLUÇÃO ORAL - GOTAS, FRASCO 10 ML	7919
621	400	DRAGEAS	VITAMINA D3 25000 UI (FRASCO COM 1 CÁPSULA)	7920
622	4000	COMP	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG, PP XAROPE FRASCO DE 100 ML	7924
623	1000	COMP	ZOLPIDEM, HEMITARTARATO 6,25 MG	7933

## ANEXO VII

CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL- CVC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2015 – CVC  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 007/2015  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2015 – CVC  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015 – CVC

## MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ...../2015

Aos dias do mês de do ano de , presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por Presidente, Sr. Mauri José Zucco, brasileiro, casado, funcionário público, portador do CPF: 589.592.709-20, e do RG: 2.036.823-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Amazonas, nº 46, Bairro Três Palmeiras, no município de Coronel Freitas-SC, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e o MUNICÍPIO ....., pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua ....., inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. .... doravante denominado ORGÃO PARTICIPANTE, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: ..... pessoa jurídica de direito privado, situada na ....., nº ....., na cidade de ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representada pelo ....., Sr. ...., doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de medicamentos, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC: ....., durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

1.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

2.1 – A aquisição decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.1.1 – A aquisição do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

2.1.2 – A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

2.1.3 – Os itens adquiridos deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade dos medicamentos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos;

## CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e Arquivo XML, emitida em nome/CNPJ do Órgão Participante.

3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

3.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR****4.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:**

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
- d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, “online”, disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.
- g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

5.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador, garantida previa defesa, aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

**CLÁUSULA SETIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

7.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

7.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- c) Convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

7.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

- a) Manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;
- b) Manter o valor de sua proposta classificada;
- c) Realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

7.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
- g) Não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

8.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

8.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) Por razão de interesse público; ou
- b) A pedido do fornecedor.

#### CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015 e seguintes.

9.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

10.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 007/2015 – Consorcio CVC, Pregão Eletrônico nº 004/2015 – Consorcio CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 006/2015 – Consorcio CVC, realizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, Órgão Gerenciador.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 de dezembro de 2015 à 31 de maio de 2016.

11.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

11.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consorcio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

12.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

12.5.1 – Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

12.5.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Item 3, Anexo VI do Edital de Licitação)

12.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (item 3, Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

12.6 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – TABELA DE REGISTRO DE PREÇOS



## 13.1 – Tabela de itens e preços registrados:

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR UNIT.R\$
..	..	..	..	..	..
..	..	..	..	..	..

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

## 14.1 – Estimativa de consumo de cada item:

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas - SC, .... / ..... / 2015.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Presidente.

Fornecedor	Órgão Participante
------------	--------------------

## ANEXO VIII

## TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIACÃO DE OPERAÇÕES

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)	
Nome:(Razão Social)	
Endereço:	
Complemento	Bairro:
Cidade:	UF
CEP:	CNPJ/CPF:
Inscrição estadual:	RG
Telefone comercial:	Fax:
Celular:	E-mail:
Representante legal:	
Cargo:	Telefone:
Ramo de Atividade:	

1 – Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

## 2 – São responsabilidades do Licitante:

2.1 – tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;

2.2 – observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;

2.2.1 - observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;

2.2.2 - designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme ANEXO I;

2.2.3 - pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3 – O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no ANEXO IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

4 – O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no ANEXO IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões.



5 – (cláusula facultativa – para caso de uso de corretoras) O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:

- 5.1 – declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;
- 5.2 – apresentar lance de preço;
- 5.3 – apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;
- 5.4 – solicitar informações via sistema eletrônico;
- 5.5 – interpor recursos contra atos do pregoeiro;
- 5.6 – apresentar e retirar documentos;
- 5.7 – solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;
- 5.8 – assinar documentos relativos às propostas;
- 5.9 – emitir e firmar o fechamento da operação;
- 5.10 – praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

Corretora:	
Endereço:	
CNPJ:	

6 – O presente Termo de Adesão é válido até / / , podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data:

Assinatura: (reconhecer firma em cartório)

Anexo ao Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - (Licitante direto) Indicação de Usuário do Sistema

Razão Social do Licitante:		
CNPJ/CPF:		
Operadores		
1	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
2	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
3	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:

O Licitante reconhece que:

- a) a Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à Bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- b) o cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
- c) a perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Bolsa, para o necessário bloqueio de acesso;
- d) o Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros;
- e) o não pagamento da taxa ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Bolsa, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA.

Local e data:

Responsável:

Assinatura: (reconhecer firma em cartório)

Ficha Técnica Descritiva do Objeto

Número do Item do edital:

Órgão comprador:

Marca/Modelo do produto:

Especificação do produto:

Prazo de validade da proposta (em dias, conforme estabelecido no edital):

Quantidade do Item:

Preço inicial para o item (em R\$):

Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).

Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no Regime de tributação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme estabelece artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 . [Somente na hipótese de o licitante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)]

Data: